

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O SER E O ESTAR DE *LUTO NA LUTA:*
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE *DESORDEM*
Ações e resultados das políticas públicas do PLANFOR / Qualificar na
cidade de Pelotas/RS (2000 – 2002)**

Simone Valdete dos Santos

Tese apresentada no Programa de Pós-
Graduação em Educação da Faculdade de
Educação da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, como requisito parcial para obtenção do
título em Doutora em Educação

Orientador: Prof. Dr. Nilton Bueno Fischer

VOLUME I

Porto Alegre, agosto de 2003.

*Aos homens e mulheres, sem emprego,
com mais de 25 anos, pouco
escolarizados, que com sua luta diária
desafiam suas privações, seus lutos...*

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos rimam com: Alimentos / Documentos / Deslumbramentos / Argumentos / Momentos / Aprofundamentos / Embelezamentos / Financiamentos / Enraizamentos / Conhecimentos / Acolhimentos... **Obrigada rima com:** Amada / Riscada / Soluçada / Abraçada / Acarinhada / Lida / Enlouquecida / Risada / Digitada / Estrada / Sacrificada / Abençoada... **Gratidão rima com:** Benção / União / Emoção / Revisão / Liberação / Proteção / Colaboração / Celebração / Orientação...

Cada rima dessa significa:

Ivan meu marido... Walter e Eva meus pais... Isolde mãe do Ivan...
 Nilton meu orientador...
 Gaudêncio - doutorado sanduíche na UFF... Colegas do NEDDATE, especialmente Roberta, Maria Ciavatta...
 Meus pais cariocas de coração Maria José e Guilherme...
 Marise e Sayão, nas estradas cariocas... Jacira e Francisco nas estradas de Pelotas...
 Colegas do grupo de orientação, especialmente Tania ...
 Malvina pela apresentação de Balandier, Kusch...
 Colegas do Núcleo de Educação e Gestão do Cuidado...
 Humberto - funcionário do arquivo da FGTAS - liberação dos documentos do PIPMOI...
 Cida, pela leitura de meus escritos... Fernando e Maria do Mnemosyne...
 Gilberto, leitor de toda tese... Jorge Adão e Marta, também leitores de meus escritos...
 Erika pela elaboração do mapa de Pelotas... Marie Jane pelas sugestões aos questionários...
 Professor Oneide da Escola Superior de Teologia, leitor de meus escritos sobre religião...
 Colegas do Núcleo de Integração Universidade & Escola...
 Adriane minha sempre amiga...
 Renate leitora da sessão sobre religião... Guilherme amigo – irmão...
 Fátima, Guigui, Adilar, Giancarlo, Kiko, Gil minha família gaúcha...
 Colegas do Núcleo Trabalho, Educação e Movimentos Sociais da UFRGS...
 Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação / UFRGS, protagonista de minha liberação das atividades docentes, especialmente Ana Petersen...
 Hilda Jaqueline e Estela professoras de minhas turmas de graduação durante a licença;
 Maria do Carmo e Micheline revisoras de meu texto...
 Carmen Machado, desde sua presença na banca examinadora para o doutorado...
 Jaqueline Moll incentivadora de meu trabalho...
 Amigas Jurema e Lisane...
 Eri Massaú coordenador do ITEPA e seus colaboradores...
 Profissionais da “Editar” pela contribuição na impressão e colocação das fotografias...
 Marlene Ribeiro pela contribuição no projeto de tese...
 Carmen Craidy pela leitura de Norbert Elias...
 Claudia Fonseca interlocução durante o projeto de tese...
 Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo financiamento da pesquisa de campo em Pelotas...
 Mirela, bolsista de iniciação científica da FAPERGS...
 Banca Examinadora da tese, pela disposição de dialogar com minhas idéias...
 Georgina, minha guia pelas vilas de Pelotas...
 Álvaro e Lino, professores da Faculdade de Educação da UFPEL...
 Gestores municipais e estaduais das políticas de Educação, Trabalho, emprego, geração de renda e assistência social, sindicalistas, estudantes dos cursos...
 Ivo, Elisete e Iara da Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social...
 Sabedoria divina, amor maior, forças ocultas, Deus...

RESUMO

O objeto deste estudo é analisar os resultados do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), com sua forma no Rio Grande do Sul – o “Qualificar” no período de 2000 a 2002, envolvendo os gestores das políticas e os alunos adultos dos cursos, conformando um estudo de caso na cidade de Pelotas. A metodologia qualitativa implementada é de caráter etnográfico, através da conformação de uma amostra com alunos e alunas egressos do curso Integrar, realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação, e do programa Coletivos de Trabalho, executado pelo próprio governo estadual, registrando, em diários de campo, as visitas aos alunos e às alunas nos seus locais de moradia, e a participação de algumas de suas atividades pedagógicas, organizativas. Também são realizadas entrevistas com os gestores estaduais, municipais e instituições executoras dos cursos, e aplicados questionários nos integrantes dos Coletivos de Trabalho, considerando a concepção e a efetivação das políticas pelos gestores e os efeitos dessas na vida dos desempregados, alunos dos cursos. O levantamento empírico orientou a escolha dos ordenadores teóricos, transitando por autores do campo da Educação, Antropologia, Filosofia, História e Sociologia, tais como: Georges Balandier, Norbert Elias, Alberto Melucci, Rodolfo Kusch, Robert Castel, respeitando as especificidades das contribuições teóricas para o objeto de estudo. Os direitos trabalhistas, a carteira de trabalho enquanto constructos modernos de nosso idiossincrático Estado de bem – estar social representavam uma certa seguridade para o trabalhador, que atualmente se encontra de luto pela perversidade da perda de tal condição, de luto pela carteira de trabalho não- assinada. O desempregado, a desempregada, ao participarem dos cursos do Qualificar, vivenciam um processo de fagocitação do *estar* desempregado, enquanto figura de desordem na ordem do emprego, de *luto* pela carteira de trabalho - não assinada, para o *estar* desempregado na *luta* cotidiana pela garantia de sua sobrevivência. A condição do *ser* e do *estar* mulher representa um agravante da desordem, estando ela potencialmente aberta para alternativas cooperativas, associativas de geração de trabalho e renda. O *ser* e o *estar* pentecostal, umbandista, e, a partir desses credos religiosos, a constituição de éticas religiosas que corroboram com os resultados das políticas públicas; o *ser* e o *estar* negro em uma região de herança escravista, aristocrática, com a presença marcante do latifúndio pastoril; dormir para vencer refeições; participar do Movimento dos Trabalhadores Desempregados na busca de linguagens e símbolos próprios em função de seu caráter inédito, tudo isso se constitui como possibilidade de produção e reprodução do *ser* e do *estar* desempregado, na perspectiva da ética do cuidado ou na sua ausência. A efetivação de políticas públicas estatais em Educação Profissional, enquanto uma procura incessante da ordem presente na desordem do desemprego, ocorre em uma conjuntura histórica em que, paradoxalmente, o êxito do capital, a complexidade e gravidade dos problemas sociais parecem inibir superações, reconhecendo a possibilidade de novas relações de trabalho que privilegiem o cuidado, a solidariedade, novas formas do *ser* e do *estar* no mundo.

ABSTRACT

The objective of this study is analyze the results of the Professional Formation National Plan (PLANFOR), with its form in Rio Grande do Sul – the Qualify” in a period of 2000 to 2002, involving the owners of the politics and the adults students of the courses joining a study of case in the city of Pelotas. The qualifying methodology implemented is of etnografic being, by the conformation of one sample with students of the course Integrate, done by the syndicate of workers of the Feeding, and of the program Colectives of the work, done by the state government, registering in field books, the visits to the students in their places of living and the participation in some of the pedagogic and organizing activities. Interviews are also done with the state and city politics, and with the executing institutions of the course, and applied questionnaires to the partners in the Collective of work, taking into account the conception and happening of the politics by the politicians and effects of these in the life of unemployed, students of the courses. The research guided the selection of the theoretic guides, transiting by authors of the field of Education, Anthropology, Philosophy, History and Sociology such as: Georges Balandier, Norbert Elias, Alberto Melucci, Rodolfo Kusch, Robert Castel, respecting the specificities of the theoretic contributions for the objective of study. The workers rights, the job document, being modern things in our weird well felling represented some security for the worker, that nowadays are not safe any more for being lost that condition, and not safe for job document not being filled. The unemployed when taking part in the course Qualify, pass through a process of living of being unemployed, when figures of disorder in the order of job, not safe for the not filled job document, for the being unemployed in the nowadays fight to guarantee surviving. The condition of being a woman represents a helper of disorder, being her potentially opened for cooperative alternatives, associative of creation of work and paycheck. The being pentecostal, umbandist and from these credences, the constitution of religious ethics that cooperate with the results of the public politics, the state of being a black person in a place of slaves in the past, aristocratic, with the deep presence of farming, sleep to pass meals, participate in social movements of unemployed people searching for proper languages and symbols infuction of its unhappened state of being, everything constitutes in a possibility of production and reproduction of the being unemployed in the perspective of the ethic with care or in its absence. The effectivation of public politics in the states in Professional Education, while na unending search of the present order in the disorder of unemployment, happens in a historic conjuncture in what, the win of the money, the complexity and gravity of the social problems seem to not allow the superations, recognizing the possibility of new relationships of the work that make the care great, help, new ways of the being in the world.

LISTA DE IMAGENS E FOTOGRAFIAS

Imagem 1. Mosaico do I Fórum Social Mundial (2000) p.22.....	22
Imagem 2 e 3. - Desenho da menina inspirado na logomarca do congresso à esquerda e logomarca do Congresso da Cidade à direita.....	296
Imagem 4. Mapa de Pelotas	162
Fotografia 1. Formatura do Curso Integrar Alimentação	55
Fotografia 2. Lançamento do Qualificar em Pelotas	78
Fotografia 3. Lançamento do Qualificar em Pelotas	92
Fotografia 4. Reunião de apresentação dos resultados da pesquisa	111
Fotografia 5. Monumento do Coronel Pedro Osório	140
Fotografia 6. Rua onde Ana Amélia mora / bairro Getúlio Vargas.....	169
Fotografia 7. Loteamento Dunas: Prédios do CDD, escola municipal	175
Fotografia 8. Colônia de Pescadores Z3	179
Fotografia 9. Sede do MTD no Balneário dos Prazeres	182
Fotografia 10. Saída da reunião do MTD no Balneário dos Prazeres	182
Fotografia 11. Formatura do Integrar/Alimentação	211
Fotografia 12. COOPERVEST / Dunas	240
Fotografia 13. Acampamento do MTD	253
Fotografia 14. Aula do grupo de reciclagem do lixo na Z3	266
Fotografia 15. Plenária do Coletivo dos Atores Sociais	278
Fotografia 16. Fila do SINE/Pelotas	312
Fotografia 17. Atendimento SINE/Pelotas	319
Fotografia 18. Fila do SINE/Pelotas	331
Fotografia 19. Ato de prorrogação dos Coletivos de Trabalho no Salão da Comunidade Católica/Colônia de Pescadores Z3	337
Fotografia 20. Mística do MTD no Seminário Municipal sobre a ALCA/Auditório Faculdade de Direito – UCPel	347

LISTA DE TABELAS

1 - Coletivos de Trabalho - respostas aos questionários.....	38
2 - Taxa de desemprego total, por sexo.....	67
3 - Rendimento médio dos ocupados por sexo.....	68
4 – Respostas da questão de número 10 do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho “Quanto à sua situação de trabalho, se considera”.....	214
5 – Respostas da questão de número 15 do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho “Quanto tempo está sem carteira assinada”	215
6 -Tempo médio dispendido na procura de trabalho por sexo.....	218
7 - Repostas da questão 5 do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho “Sua Religião”	265
8 – Respostas da questão 5 do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho “Sua Religião”, pessoas que assinalaram mais que uma religião.....	267

LISTAS DE QUADROS

1 - Seminários Regionais do Qualificar: Participação dos alunos.....	44
2 - Comparativo entre PIPMO e PLANFOR.....	90
3-Questões 11 e 12 do questionário aplicado no Coletivos de Trabalho.....	113
4-Questões 13 e 14 do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCEFET - Associação dos Docentes da Escola Técnica
ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas
AMIZ - Ação Amizade
AMOBAN - Associação de Moradores do Bairro Navegantes
ANPED – Associação Nacional de Pesquisadores em Educação
APESCA - Associação dos Pescadores do RS
ASEMA - Apoio Sócio – educativo em Meio Aberto
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento
CAEX - Casa do Amor Exigente
CAMP- Centro de Assessoria Multi Profissional
CAVG - Centro Agrotécnico Federal
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CDD - Conselho de Desenvolvimento do Loteamento Dunas
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas
CEE - Comissão Tripartite Estadual de Emprego e Renda
CEFET – Centro Federal de Ensino Tecnológico
CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CFESP - Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional
CLACSO – Conselho Latino-Americano das Ciências Sociais
CME – Comissão Municipal de Emprego
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNM - Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COOALA - Cooperativa de Alimentos Alternativos do Dunas
COOPERDUNAS – Cooperativa de fabricação de louça sanitária do Dunas
COOPERVEST - Cooperativa de Vestuário do Dunas
COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAS - Departamento de Assistência Social
DEI -Diretoria do Ensino Industrial
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DIESAT - Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho
ETC - Educação para o Trabalho e Cidadania
FAD - Fundo de Assistência ao Desempregado
FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEE – Fundação de Economia e Estatística
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FENADOCE – Feira Nacional do Doce
FENEIS - Federação Nacional dos Surdos
FGT – Fundação Gaúcha do Trabalho

FGTAS - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
 FITUR - Federação de Turismo
 FLACAM - Fórum Latino Americano de Ciências Ambientais
 FORMASUS – Curso de Educação Profissional vinculado aos Sindicatos dos Trabalhadores da Saúde filiados à CUT
 FS - Força Sindical
 GER - Geração Emergencial de Renda
 GERTRAF - Grupo de Erradicação ao Trabalho Forçado
 GLG - Grupo Local de Gerenciamento
 GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
 IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis
 IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
 IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICC - Instituição Comunitária de Crédito
 IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 ISMA - Índice Social Municipal Ampliado
 ITEPA - Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria
 LER - Lesões por Esforço Repetitivo
 MAPEL - Movimento Assistencial de Pelotas
 MEC – Ministério da Educação
 METROPLAN – Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
 MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
 MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
 MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NACA - Núcleo de Apoio à Criança e o Adolescente de Pelotas
 NEDDATE - Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação
 OST - Organização Sustentável do Trabalho
 OIT - Organização Internacional do Trabalho
 ONG – Organização Não Governamental
 PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
 PEA – População Economicamente Ativa
 PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
 PEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos de Pelotas
 PEQ – Plano Estadual de Qualificação
 PIB - Produto Interno Bruto
 PIPMO – Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra
 PIPMOI – Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial
 PIS - Programa de Integração Social
 PLANFOR – Plano Nacional de Formação do Trabalhador
 PME - Pesquisa Mensal de Emprego
 QP – Qualificação Profissional
 RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
 SANEP – Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas
 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
 SEDAÍ – Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais
 SDS - Social Democracia Sindical

SEFOR - Secretaria Nacional de Formação Profissional
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte
SESI – Serviço Social da Indústria
SEURB - Secretaria de Municipal de Planejamento Urbano de Pelotas
SIGAE - Sistema Informatizado de Gerenciamento na Área de Emprego
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SINTEL – Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Telecomunicações
SISTEMA S – conjunto de instituições que prestam serviços nas áreas industrial, comercial, rural, social e de transportes
STCAS - Secretaria do Trabalho, Cidadania e Ação Social
SUSEPE – Secretaria Estadual de Segurança Pública
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFPeI – Universidade Federal de Pelotas
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNITRABALHO - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
UCPeI – Universidade Católica de Pelotas
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul
UPF – Universidade de Passo Fundo
UNIJUI – Universidade de Ijuí
UNIOESTE – Universidade do Oeste de Santa Catarina
UCS – Universidade de Caxias do Sul
VAF - Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

VOLUME I

Lista de Imagens e Fotografias.....	6
Lista de Tabelas.....	7
Lista de Quadros.....	8
INTRODUÇÃO	14
1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESEMPREGO EM PELOTAS: DA CONSTRUÇÃO DO MOSAICO	22
1.1 Conformação do núcleo do mosaico.....	42
1.2 Imagem e Etnografia em Pelotas.....	52
2 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: MOVIMENTOS DE ORDEM E DESORDEM NA SUA ORIGEM, DEMANDAS E RESULTADOS.....	55
2.1 Da Educação Profissional para o Emprego, no PIPMO, para a Educação Profissional da Empregabilidade, no PLANFOR.....	78
2.2 Planejamento, execução e resultados do PLANFOR: processos de ordem e desordem.....	92
2.3 Programas Coletivos de Trabalho e os Programas Integrar e FORMASUS da CUT: Caminhos específicos do PLANFOR em Pelotas.....	111
2.4 Pressupostos Finais sobre o PLANFOR – palavras finais do capítulo.....	130
3 URBANIDADE E DESEMPREGO EM PELOTAS: MOVIMENTOS DE ORDEM E DESORDEM.....	136
3.1 Pelotas: entre o Passado e o Futuro ou quando o Presente é Pura Desordem	140
3.2 Os bairros de moradia dos sujeitos da pesquisa: execução e referência dos coletivos.....	160
3.2.1 O bairro Navegantes.....	163
3.2.2 O assentamento rururbano da Sanga Funda.....	165
3.2.3 O bairro Getúlio Vargas.....	169
3.2.4 O Loteamento Dunas e a presença do Centro de Desenvolvimento do Loteamento Dunas (CDD).....	174
3.2.5 O Bairro Areal.....	178
3.2.6 Colônia de Pescadores Z3.....	179
3.2.7 Balneário dos Prazeres.....	182
3.3. Palavras Finais do Capítulo.....	187
4 LIMITES E POSSIBILIDADES: O SER E O ESTAR DESEMPREGADO, O SER E O ESTAR DESEMPREGADA EM PELOTAS.....	188
4.1 Na Vida e na Morte, Lição e Luto na Luta.....	189

4.2 Lições de vida, lições de morte: sobreviver no desemprego, sobreviver ao desemprego.....	197
4.3 Na luta de luto, de luto na luta: trajetórias de trabalho assalariado, trajetórias de trabalho informal, ausência de trabalho.....	211
4.4 Relações de gênero e desemprego.....	240
4.5 Relações étnicas e desemprego.....	253
4.6 Éticas religiosas e desemprego.....	264
4.5.1 <i>Éticas pentecostais e desemprego.....</i>	268
4.6.2 <i>Éticas dos cultos afros e desemprego.....</i>	279
4.7 Pelas éticas religiosas.....	285
5 ÉTICAS DO CUIDADO E DESEMPREGO.....	295
5.1 Estar desempregado, estar desempregada: beneficiar-se das políticas de assistência social de Pelotas.....	295
5.2. Estar desempregado, estar desempregada, estar no SINE de Pelotas.....	311
5.2.1 <i>Os cenários do cotidiano do SINE.....</i>	319
5.2.2 <i>O SINE como lugar do cuidado.....</i>	330
5.3 Estar nos Coletivos de Trabalho em Pelotas.....	337
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	362
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	378

VOLUME II

ANEXOS	397
Anexo A - Questionário para elaboração do projeto de tese/tabulação dos resultados	398
Anexo B - Fotocópia – Cooperativa de crédito mútuo.....	422
Anexo C - Organização da formação profissional relação dos organismos internacionais com PIPMO e PLANFOR	424
Anexo D - Coordenação, cursos e convênios do PIPMO no RS.....	429
Anexo E - Fotocópia de certificado – PIPMO.....	432
Anexo F - Programa coletivos de trabalho – cidades de abrangência, recursos.....	434
Anexo G- Questionário aplicado nos coletivos de trabalho/tabulação dos resultados.....	436
Anexo H - Informativo da 17a coordenadoria regional da STCAS/24 OUT.2000	484
Anexo I - Organograma da coordenadoria regional de desenvolvimento, trabalho e renda/pelotas.....	486
Anexo J - Termo de consentimento informado da pesquisa de campo.....	488

INTRODUÇÃO

A pesquisa, ora concluída, tem como principais motivações o campo da vivência; vivências essas que organizo, para melhor entendimento, como vivências familiares e da comunidade operária onde morei, e vivências acadêmicas.

As **vivências** ¹ **familiares e de moradia** garantem minha desacomodação/ incomodação para a temática do "*desemprego*". Considero um desacomodar-se, um incomodar-se à medida que me criei sob a égide do trabalho assalariado. Ouvi várias vezes de minha mãe: "Fulano bebe mas trabalha..." De meu pai: "Não é certo a mulher sustentar o homem, não pode aturar vagabundo" (sendo ele pai de duas filhas mulheres...). Passei por toda a infância crescendo em um bairro operário e acordando com o barulho das sirenes das fábricas. Minha companhia, logo cedo para a escola, eram as bicicletas velozes dos operários, deslocando-se conforme os chamados das sirenes.

De acordo com a enciclopédia Luso-brasileira de Filosofia,

Vivência significa a consciência imediata do objecto ou, mais exactamente, o dado na imediatez da sua adoção. Na vivência, sujeito e objecto ainda se encontram indistintos, isto é, dado e doação coincidem. Dois momentos se destacam na vivência: a doação (resultado) e a imediatez. A vivência tem sempre um vivido, um resultado (Ergebnis) prenhe de significado que permanece. Em segundo lugar, a vivência é sempre imediata, anterior a qualquer interpretação ou mediação. (Fidalgo, 1989, p.556).

Nesse sentido, meu primeiro contato com a temática de desemprego, como bem coloca António Fidalgo, é imediato, o que torna sujeito e objeto inseparáveis: foi a partir de uma situação de assalariamento que fui criada. Em

¹ WRIGHT MILLS afirma, ao dissertar sobre o trabalho intelectual enquanto a confecção de um artesanato - o artesanato intelectual: "O estudioso, como artesão intelectual tentará juntar o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa" (p. 212). BECKER (1994), por sua vez, faz referência à importância das vivências para a pesquisa em Ciências Sociais: "Particularmente, me parece que, uma vez que o objeto de pesquisa da sociologia é a vida social na qual estamos todos envolvidos, a capacidade de fazer uso imaginativo da experiência pessoal e a própria qualidade da experiência pessoal de alguém serão contribuições importantes para a capacitação técnica dessa pessoa"(p.44).

um primeiro momento, não há conclusões, somente registros da memória familiar: *anterior a qualquer interpretação ou mediação*.

Minha permanência em escola particular durante toda Educação Básica adveio de muitos serões, de muitas horas-extras trabalhadas por meu pai. O lugar profissional que ocupo hoje foi gerado no sacrifício da labuta na fábrica. Como coloca Castel (1997), sou resultado da mobilidade ascendente:

Durante o período de crescimento vivido após a Segunda Guerra Mundial, quando cada grupo social lutava pela partilha dos lucros do crescimento, mesmo achando que nunca obteria o suficiente cada grupo pensava que em seis meses poderia obter mais, o que lhe permitia desenvolver estratégias de longo prazo, e mesmo estratégias transgeracionais: o que eu não tenho tempo de obter, os meus filhos obterão, pois eles vão à escola, diplomam-se, etc. - é a mobilidade ascendente e então amanhã serão melhor que hoje. (p.172)

Meu pai e minha mãe estudaram até a 4ª série do antigo ginásio, eu estou postulando o doutorado, minha irmã é professora do Ensino Fundamental. O amanhã, para nossa família, no que trata principalmente do acesso à escola, sem sombra de dúvida, será melhor do que o hoje.

Por isso, para mim, pensar em uma sociedade com poucos empregos em fábrica, com um operariado diminuído, com poucas bicicletas trafegando logo cedo, poucas sirenes... é uma realidade que contraria minhas lembranças, que me desacomoda e me incomoda para pesquisar. Simplesmente, como poder pensar que *"é assim porque é assim"*, sendo eu, hoje, uma professora universitária que tem marcado na esteira da vida ser filha de um operário, ser filha de uma dona de casa, ter morado em um bairro operário durante boa parte de sua vida?

Essa vivência familiar e de moradia me envolve ao ter esperança, *desvelar a caixa de Pandora*, perceber, imaginar outras saídas que não o assalariamento. Pois há uma passagem da nossa vida muito bonita... Meus pais contam que, quando o pai tinha apenas uma camisa melhor para vestir, além das poucas que tinha para trabalhar, pois essa única camisa um inseto roeu, de tal forma, que não havia como costurar sem perceber o furo, e meu pai falou: "- Foi uma esperancinha que roeu, vai nos dar sorte", e, de fato, ele conseguiu muitos serões e a vida melhorou. Lembro-me de usar uma

expressão pelos meus 8 anos de idade: "- No tempo que a gente era pobre... usava essa expressão toda vez que queria recordar momentos que não tínhamos salame todo dia como estávamos tendo, pão de padaria, bolacha recheada para levar para a escola... Diante dessa expressão, meus pais riam muito e sempre afirmavam que nós continuávamos pobres. Não entendia direito quando criança o riso deles, tampouco a observação, pois era visível que estávamos melhor: o pai tinha um fusca 1975, motor 1.300, em 1978! "No tempo que a gente era pobre..." Conquistas essas com sacrifícios, com privações, mas com muita esperança, percebendo sinais, reconhecendo momentos importantes.. .

Quando vivenciei momentos de fome em Pelotas, junto aos sujeitos da pesquisa, isso me sensibilizou muito, pois na minha criação nunca houve alimento em abundância, até hoje tenho resistência em não "raspar o prato", pois minha mãe sempre dizia: "- Come tudo porque tem muita gente por aí que não tem, a comida é sagrada!". Meio quilo de carne sem osso, conta a mãe, rendia para dois dias para três adultos comerem: meus pais e meu tio, irmão de meu pai, que morava com eles logo que casaram. O açougueiro, que vendia a caderno de porta em porta, dizia para a mãe: "- Dona, pode comprar mais, tem crédito...", e a mãe respondia: - O pessoal aqui come pouca carne, não gosta de carne, moço". A grande questão é que estavam pagando a casa em prestações, a grande economia era necessária. Vivenciar situações de fome para mim foi muito sofrido. Como minha mãe, os desempregados não verbalizavam a falta: simplesmente, deixavam para os filhos comerem o pouco existente nas panelas, pediam "emprestado" para os vizinhos para poderem dividir o pouco ainda que tinham com a visita (eu) que ali estava.

As **vivências acadêmicas**, desde a dissertação de Mestrado, intitulada: "*Supletivo de 1º Grau na Fábrica: para além das competências e da qualidade tota!*", que representou em uma aposta à positividade da escola... Essa experiência educativa - O Supletivo de 1º Grau que ocorria dentro da fábrica - evidenciou mudanças na vida dos alunos e das alunas, sobretudo em sua relação com a família e com os colegas da fábrica.

Esse Supletivo resultou de um convênio entre uma Universidade privada e duas fábricas da região do Vale do Rio dos Sinos, cujas prerrogativas

eram a coordenação e a execução pela Universidade e o financiamento pelas fábricas. A então alternativa de elevação de escolaridade de operários jovens e adultos estava incluída na atual lógica de qualidade e produtividade total, na formação das competências "*saber ser, saber estar*".

As conclusões da pesquisa demonstraram que os resultados do Supletivo foram para *além das competências e da qualidade total*, para além dos interesses da empresa.

No meu atual momento de pesquisa, então no Doutorado, quero continuar minhas incursões no campo de investigação Trabalho e Educação, relacionando-me, no entanto, com trabalhadores e trabalhadoras que estão fora do mercado formal de trabalho. Pessoas que não estão necessariamente se adequando às competências atuais do modelo de produtividade que a experiência do Supletivo pressupunha, pois era financiada pelas empresas. A atual investigação é com trabalhadores sem carteira assinada, vinculados a uma política pública estatal de formação profissional.

Em um cenário de desemprego estrutural, cabe investigar como se constituem, implementam e executam as políticas públicas relacionadas à formação profissional, sendo essas políticas públicas circunscritas no Estado do Rio Grande do Sul - o "*Qualificar RS*" - Plano Estadual de Qualificação Profissional (PEQ), viabilizado durante a gestão de um governo de discurso e programa identificados com os movimentos sindicais e populares, o Governo Olívio Dutra, cuja gestão ocorreu de 1999 a 2003.

O *Qualificar RS* está integrado ao Plano Nacional de Formação do Trabalhador - o PLANFOR - promovendo cursos de qualificação profissional desde 1996 nos Estados e Distrito Federal, a partir de convênios desses com a União. A resolução que cria o PLANFOR é de outubro de 1995, sendo que seu financiamento é realizado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A conformação de um estudo de caso na cidade de Pelotas ocorre à medida que estive vinculada a um projeto especial do PLANFOR, intitulado "*Ações de Apoio à Gestão do Plano Estadual de Qualificação (PEQ) 2000 Rio Grande do Sul*", atividade de extensão do Núcleo da UNITRABALHO/UFRGS2, 2 Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO.

de caráter interinstitucional, envolvendo outras cinco universidades, quais sejam: UCPel, UNISC, UPF, UNIJUI e UCS.

Nesse projeto, realizamos seminários nas 21 regionais ligadas à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Ação Social (STCAS), acompanhando a gestão do PEQ. A partir da aplicação de questionários, a fim de um estudo exploratório junto aos sessenta e um alunos dos cursos do *Qualificar* que participaram dos 33 Seminários que promovemos, e também do 11 Fórum Estadual de Qualificação Profissional, foi constatado que o grupo presente nos dois seminários realizados em Pelotas trouxe informações significativas, sendo possível constituir uma amostra que foi acompanhada de dezembro de 2001 a dezembro de 2002.

A investigação, de caráter etnográfico teve como principais informantes seis alunos egressos do Integrar do Sindicato da Alimentação, sendo que dois estavam empregados de carteira assinada até o período finalizador do levantamento de dados, em dezembro de 2002. E os participantes do programa "Coletivos de Trabalho", cuja qualificação profissional é mantida com recursos do FAT, sendo que esses integrantes responderam a um questionário. Ocorreram visitas nos três grupos nos quais ocorriam os coletivos.

O estudo de caso, na tentativa de uma *"descrição densa"*, pretendeu compreender os resultados das políticas públicas de qualificação profissional e geração de trabalho/emprego e renda vinculadas ao PLANFOR em um município, a partir da ótica de diversos atores sociais envolvidos, sobretudo os alunos - desempregados - para chegar, quem sabe, a possíveis generalizações, do local para o global.

A pesquisa insere-se, então, no *"espaço"* dessa encruzilhada: *pensar o local para, quem sabe, alcançar o global*, tendo presente que, em função da diminuição dos postos de trabalho, sobretudo no setor industrial (projeção maior da *"ordem"* da Modernidade), os indivíduos estão precisando construir outras categorias de pertencimento social que não o emprego, sendo que essa realidade, parece-me, tem gerado um sentimento de *"desordem"*.

3inGEERTZ (1978).

A passagem, durante 2001, por uma experiência de doutorado sanduíche junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal Fluminense, com a co-orientação do professor Dr. Gaudêncio Frigotto, foi fundamental para o conhecimento do acervo do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados Sobre Trabalho e Educação (NEDDATE), como também o contato com sindicalistas da CUT coordenadores do Integrar ! no ramo das Telecomunicações (SINTEL), a participação do Seminário que discutiu o "Pleno Emprego".

Por certo, essa experiência acadêmica, essa vivência acadêmica foi fundamental para as construções teóricas, para a observação distante do levantamento empírico, à medida que a definição pela utilização de fotografias no texto da tese ocorreu durante o doutorado sanduíche, devido aos comentários da orientação e de colegas do NEDDA TE, que evidenciaram a riqueza de informações que as mesmas possuíam.

As fotografias "puseram a nu" meu objeto de estudo para meus colegas do Rio de Janeiro, que não conheciam Pelotas, tecendo comentários sobre a geografia da cidade, sobre os indivíduos sem nunca terem conhecido o local, alertando, assim, para a importância de meu ato fotográfico de pesquisa, que, a princípio, seria mais um registro além dos diários de campo, das entrevistas. A fotografia tornou-se "o registro", importante para a apresentação dos dados presentes na tese, uma forma de representar a realidade estudada.

Os nomes que constam, ao longo do texto, dos sujeitos egressos do Integrar Alimentação, FORMASUS e Coletivos de Trabalho, e de alguns de seus familiares, são fictícios, para resguardar de possíveis constrangimentos as pessoas envolvidas na pesquisa. A identidade dos gestores públicos municipais e estaduais vinculados ao PLANFOR, coordenadores do PIPMO, sindicalistas do Sindicato da Alimentação e Metalúrgicos, foi mencionada quando as informações eram concedidas em entrevistas gravadas ou referidas nos dados dos questionários aplicados nos Coletivos de Trabalho, ou seja, situações de conhecimento dos sujeitos. Sendo esses atores públicos das políticas, legítimos, dispõem de um cargo, respondem por uma pasta da administração pública. As imagens dos sujeitos da pesquisa nas fotografias foram autorizadas pelos mesmos, seguindo nos anexos, que correspondem ao

segundo volume da tese, um termo de consentimento informado da pesquisa, de conhecimento de todos os sujeitos nela envolvidos.

Na referência a depoimentos dos sujeitos da pesquisa, trechos dos diários de campo, a letra do texto é modificada, bem como nas citações dos autores que balizaram a reflexão teórica.

Da família, das vivências do bairro operário, da experiência como professora e pesquisadora em Educação de Jovens e Adultos em fábrica, ocorrem as vivências que constituem a gênese do presente texto: um olhar sobre a condição do desempregado e o campo de possibilidades que se coloca através de políticas públicas em uma cidade de porte médio da metade sul do Rio Grande do Sul - a cidade de Pelotas.

O capítulo 1 tem a função de situar o leitor sobre as "travessias" metodológicas e teóricas que foram compondo o estudo, reportando ao mosaico como uma alegoria contributiva para a representação do envolvimento dos alunos dos cursos do PLANFOR / Qualificar, dos gestores das políticas públicas e dos espaços constitutivos dessas interações na cidade de Pelotas.

O PLANFOR, enquanto uma política pública de caráter compensatório, tendo as suas origens no PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra), ocorrido durante a ditadura militar, é a abordagem do segundo capítulo da tese, recuperando conceitos fundamentais para o campo de pesquisas sobre Trabalho e Educação: Educação Profissional. Qualificação Profissional, formação profissional em um momento de potência epistemológica e política do conceito das competências. Nesse capítulo, são relacionados dados da realidade atual do desemprego a partir das pesquisas da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) coordenadas pelo DIEESE, no Rio Grande do Sul, contando com a FEE e a FAPERGS, sendo subsidiada com recursos do FAT.

O universo da pesquisa na cidade de Pelotas, com suas memórias, dados de desemprego, níveis de escolaridade e pobreza, apresentando os bairros onde moram os sujeitos que foram por mim visitados durante o ano de 2002, representam a abordagem do terceiro capítulo.

O capítulo seguinte conclui o entendimento da identidade dos sujeitos adultos desempregados em movimento, vinculada a outras significações que

não o trabalho assalariado: as escolhas religiosas, a etnicidade, o gênero feminino. No mesmo capítulo, trato também do luto do trabalho assalariado vivenciado pelos homens envolvidos na pesquisa, estando as mulheres mais abertas a outras vinculações com o trabalho.

Capítulo mais denso, que aprofunda o entendimento do momento de desordem do desemprego, do desempregado e, em especial, da mulher sem emprego como figura de desordem no atual momento, e as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas pessoas diante do desemprego.

O último e quinto capítulo apresenta um conjunto de políticas públicas estatais às quais os sujeitos desempregados estão vinculados em Pelotas: ações de assistência social, as rotinas do SINE e os Coletivos de Trabalho, relacionando o estar desempregado em espaços circunscritos na ética do cuidado. As políticas públicas estatais generosas com a presença dos sujeitos, com práticas aliadas à simpatia, à caridade, a novas lógicas do ser e do estar no mundo.

A centralidade da tese está no fato de interpretar as diversas faces da complexidade que envolve atualmente o desemprego e a preparação para o emprego - a Educação Profissional no momento atual, com sujeitos adultos que deveriam estar trabalhando, pois já constituíram família em sua maioria (esposa / esposo, filhos), mas estão de luto pela perda da identidade de sujeito empregado, com carteira assinada, e, conseqüentemente, de conquistas forjadas por essa identidade no campo da materialidade objetiva, passando, inclusive, pela distância da fome, que, sem emprego coloca-se muito próxima.

A desordem da falta de empregos, o luto que tal realidade promove e a luta cotidiana dos sujeitos por alternativas de assalariamento, pela sobrevivência balizam essa pesquisa de doutorado em Educação ocorrida na cidade de Pelotas, cuja importância histórica na formação do Rio Grande do Sul é de caráter indelével, nossa *princesa do sul*. Princesa desempregada, princesa ilustrada, "nobreza" da princesa e de seus concidadãos aqui refletida.

1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESEMPREGO EM PELOTAS: DA CONSTRUÇÃO DO MOSAICO



Imagem 1. Mosaico do I Fórum Social Mundial – 2000

Fonte: CATTANI, Antonio David (org.). Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Corag/Veraz Comunicação, 2001.

O mosaico coloca-se como uma alegoria interessante para a materialização do presente estudo, pois há um embutido de questões, uma disposição de conclusões, idéias essas não-absolutas, não-encaixadas como um quebra-cabeça, mas apresentadas sem rejunte, sem absoluto. O mosaico revela a superioridade da realidade estudada, que é sempre maior do que se pode observar, registrar, interpretar.

A pesquisa é sempre um fragmento interpretado, refletido, ilustrado do real. O mosaico representa essa fragmentação de forma harmoniosa, construída por mim aqui, quando o leitor e também os gestores das políticas públicas, os alunos e as alunas do curso Integrar do Sindicato da Alimentação, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e os integrantes dos Coletivos de Trabalho, todas essas pessoas moradoras da Cidade de Pelotas, envolvidas diretamente na pesquisa, são convidadas a estabelecer suas próprias relações com as peças e com o desenho por mim produzido, à medida que meu olhar se coloca como uma interpretação possível.

É importante considerar que o desenho do mosaico nunca está dado a priori, como no jogo de quebra-cabeças, o desenho só é possível a posteriori, quando temos todas as “peças” e não as sobrepomos, outrossim estabelecemos relações harmoniosas, equilibradas.

Esse convite tem forma, corpo, realidade. Real esse não envaidecido como uma forma só, mas disposto em um campo de possibilidades orientadas por um núcleo comum, que, na imagem escolhida, trata-se do Fórum Social Mundial. No presente estudo, o núcleo é a cidade de Pelotas, na qual foram executadas políticas públicas de Educação Profissional, circunscritas no Estado do Rio Grande do Sul – o “*Qualificar RS*” – Plano Estadual de Qualificação Profissional (PEQ), viabilizado durante a gestão de um governo de discurso e programa identificados com os movimentos sindicais e populares, o Governo Olívio Dutra, cuja gestão correspondeu aos anos de 1999 a 2002.

Norbert Elias, em sua obra *Processo Civilizador* – volume II, refere-se ao mosaico para explicar a História: “Não há dúvida de que é frutífero e mesmo indispensável estudar a história dessa maneira, como um mosaico de ações individuais de pessoas isoladas”. (p. 16, 1993).

Nessa pesquisa, o mosaico, a partir do núcleo na cidade de Pelotas, constitui-se com políticas públicas cujos resultados na vida dos sujeitos vão conformando as peças, considerando a presença de sujeitos adultos desempregados, com 25 anos ou mais, homens e mulheres que constroem quotidianamente alternativas de sobrevivência, tendo baixa escolaridade, e estabelecendo espaços de sociabilidade relacionados à religião, ao local de moradia, em áreas em condições precárias de saneamento básico, à organização de um movimento social – o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), ou à participação da experiência “Coletivos de Trabalho”, também inserida nos cursos do programa Qualificar. Os espaços de sociabilidade dos sujeitos egressos¹ dos cursos dispõem teias de

⁴Conforme Souza Júnior em seu verbete sobre egressos do Dicionário da Educação Profissional, refletindo sobre acompanhamento dos egressos: “*As primeiras iniciativas de estudos sobre o acompanhamento de egressos foram do Departamento Regional de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI – DR – SP) e datam de 1977*” (1999, p.13-14).

interdependência (Elias, 1993), apoiadas nas escolhas religiosas, nas relações de gênero, no local de moradia, em uma ética humana do cuidado².

A premissa maior que orienta a presente análise, que impede a justaposição e aproxima peças não-encaixáveis, como no mosaico, é o constante movimento de ordem e desordem dos fenômenos sociais, um período do denominado desemprego estrutural, no qual, mais do que nunca, a formação coloca-se como tábua de salvação, como possível fator de empregabilidade dos trabalhadores diante da ordem da acumulação flexível imposta. A acumulação flexível, por sua vez, ocorre apoiada na flexibilidade dos processos e mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo. A riqueza e a pobreza estruturadas na presença e na ausência do trabalho refletem processos de ordem e de desordem também no planejamento e execução das políticas públicas. Para os gestores públicos, está muito difícil ponderar soluções para problemas tão complexos, recorrentes desde a conformação do Estado Nacional pela Modernidade, investidos de uma face modificada – o desemprego estrutural – o incremento tecnológico que provoca a diminuição dos postos de trabalho, um processo de reestruturação produtiva.

O entendimento do momento atual, do fenômeno econômico, social e político do desemprego como um movimento de "desordem", diante dos pressupostos de "ordem" do emprego, é elaboração fundante da presente análise, sendo Balandier (1999) seu principal teórico:

Aplica-se a encontrar a ordem escondida na desordem, a estabelecer uma relação menos desconfiada com o aleatório, a propor uma nova compreensão do imprevisível. Consegue assim produzir uma descrição do mundo onde a consideração dos dinamismos, do movimento, dos processos toma a dianteira sobre as permanências, as estruturas e as organizações (p.235).

² Nas obras de BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1999; ZUCCHETTI, Dinora Teresa. **Jovens: a educação, o cuidado e o trabalho como éticas de ser e estar no mundo**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação/ UFRGS - tese de Doutorado, 2002; SILVA, Marta Nörnberg da. **A ética do cuidado numa instituição filantrópica**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação – dissertação de Mestrado, 2002, encontra-se um aprofundamento sobre a ética humana do cuidado. ZUCCHETTI e SILVA referenciam o modo – de – ser cuidado na organização e desenvolvimento de atividades em instituições vinculadas à Educação.

Há processos de ordem na desordem do desemprego, vivenciados sobretudo pelos desempregados com os quais convivi em Pelotas, o imprevisível de seu cotidiano, das situações que vão criando para viabilizar a sua sobrevivência; o papel dos cursos de qualificação profissional em um cenário de constante transformação das profissões (seu conceito, sua função estão sendo questionadas); o papel de uma agência pública de emprego em um cenário de poucos empregos; o papel da religião em um cenário de descrença do futuro; os papéis de gênero aliados ao estar desempregado. O desempregado e a desempregada enquanto figuras de desordem:

A desordem e o caos não estão somente situados, estão exemplificados: à topologia imaginária, simbólica, associa-se um conjunto de figuras que manifestam sua ação dentro do próprio espaço policiado. Figuras ordinárias, no sentido de que se encontram banalmente presentes **dentro** da sociedade, mas em situação de ambivalência por aquilo que é dito delas e aquilo que elas designam. Complementar e subordinadamente, elas são o outro objeto de desconfiança e de medo em razão de sua diferença e de seu status inferior, causa de suspeita e geralmente vítima de acusação (Balandier, 1997, p.103).

Nessa caracterização, categorização, dentro desse quadro simbólico, estereotipado, Balandier enquadra o filho mais novo, o escravo, a mulher, o estrangeiro. Aqui amplo para a figura do homem e da mulher na condição de desempregados, sendo a mulher desempregada dupla figura de desordem. Causam medo e desconfiança nos “felizardos empregados”, justificativa para as constantes perdas salariais e de direitos sociais, e são culpabilizados de forma individual: baixa formação escolar, falta de experiência no ofício, muito maduro (velho) para exercer a função, muito inexperiente (novo) para ser enquadrado na empresa.

A perspectiva de ordem do assalariamento não foi dada, tem trajetória histórica cujo apogeu foi o Estado de Bem-Estar social da década de 50, com suas realizações e promessas de vida melhor para os trabalhadores, que no Brasil se constituiu com nossas idiossincrasias, diferente da conformação na Europa Ocidental.

Elias (1994), estabelecendo um estudo sobre o processo civilizador, insiste que somos melhores do que éramos, sendo a construção dos Estados Nacionais um movimento concomitante à composição dos costumes, dos hábitos, do disciplinamento dos corpos e das vontades, processo histórico esse vinculado à Europa Ocidental:

[. . .] se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional (Elias, 1994, p.23).

O poder de controlar os indivíduos na sua forma de ser ocorreu simultaneamente ao controle do Estado Nacional. Ao controlar os indivíduos em sua forma de comer, controlava-se a riqueza e a pobreza, impunha-se uma infinidade de possibilidades de sermos bem ricos ou bem pobres, diferenciando de um certo equilíbrio presente, sobretudo na Europa Ocidental à época do Feudalismo.

A forma de trabalho nomeada no período feudal como servidão sucede o trabalho escravo na sua forma antiga, na Europa ocidental. Principalmente na chamada Alta Idade Média, nos séculos V a X, garante um certo modelo generalizado de pobreza, pois os camponeses que trabalhavam nas terras não comiam, não vestiam e não moravam em condições tão distintas às dos senhores feudais. A estabilidade da proteção do senhor feudal e a generalização da pobreza não tornavam a precariedade das condições de existência uma *questão social*³.

A estabilidade do Feudalismo⁴ vai paulatinamente se modificando na Europa Ocidental: o contato com muçulmanos durante as Cruzadas e o comércio então estabelecidos com esses. As navegações pelo Oceano Atlântico a partir do século XV, o incremento das oficinas até o advento da máquina a vapor são acontecimentos que não permitem que a ordem feudal continue. O trabalho na terra, nas grandes propriedades do senhor feudal, sustentáculo do Feudalismo, é substituído pelo trabalho nas nascentes manufaturas. O período histórico denominado Modernidade traz consigo a máquina, a fábrica e o assalariamento. A Inglaterra é protagonista dessa transformação, pois, como coloca Castel, possuía as condições mais adequadas para tanto: "O "avanço" da Inglaterra deve-se, pelo menos em parte, ao fato de ter explorado ao máximo as possibilidades da organização do

³ Castel (1998) considera "questão social" as privações de comida, moradia, condições mínimas de existência que foram historicamente constituídas, segundo as necessidades de sobrevivência que os grupos sociais vão definindo. Logo, a "questão social" também se constitui conforme padrões culturais de existência, ou seja, as necessidades materiais foram sendo definidas pelos grupos sociais e mudaram ao longo da História.

trabalho pré-industrial e, exatamente, a junção da obrigação do trabalho e da domiciliação” (Castel, 1998, p.178).

A Inglaterra, através das corporações de ofício, aproveitou a mão-de-obra vinculada aos mestres para assumir o trabalho nas manufaturas. Não foram tanto as leis que reprimiram a vagabundagem, que colocaram a economia nacional inglesa como precursora da máquina, pois a França também publicou uma legislação proibitiva da vagabundagem, mas a combinação da tradição dos laços de obrigação e obediência do trabalho nas corporações de ofício, a fixação dos trabalhadores (aprendizes) junto às oficinas, com as posteriores manufaturas, nas quais grupos de indigentes trabalhavam no lugar onde moravam.

Segundo a pesquisa de Christopher Hill (1987), os trabalhadores ingleses do início da Revolução Industrial resistiram ao trabalho assalariado:

A maldição original é a exploração – não o trabalho. Devemos suprimir o trabalho assalariado, se desejamos restaurar a liberdade que antecedeu à Queda. A compra, a venda e todas as leis que regulam o mercado fazem parte da Queda. (1987, p. 169).

Essa passagem do estudo de Hill sobre o ideário e as práticas de várias seitas religiosas protestantes vinculadas aos trabalhadores das manufaturas que estavam expandindo-se, durante a Inglaterra do século XVII, revela a conspiração existente contra o processo de industrialização, sendo o trabalho assalariado colocado como responsável pela denominada “queda”/ruína do homem que consideravam ocorrer. A contrariedade não consistia na existência do trabalho, mas na forma como ele era executado, no poder do mercado, ou seja, na perversidade do modelo de desenvolvimento que vinha sendo preconizado pelo mercado.

Na sua origem, o modelo assalariado causou *intensa miséria* – utilizando a expressão de Hill - à medida que o povo considerava sua liberdade aprisionada nas longas jornadas de trabalho e na violenta adequação dos corpos às máquinas. Por outro lado, o cercamento das propriedades rurais trouxe o incremento da produção alimentar com a agricultura intensiva e a

⁴Para um aprofundamento sobre as características do Feudalismo na Europa Ocidental, suas modificações na chamada Baixa Idade Média (séculos X-XV), indico Falcon (1987), Franco Jr

utilização da técnica traduzida no arado, como bem acentua Hill na seguinte passagem:

Não haveria como refutar os argumentos econômicos invocados contra os que meramente defendiam os direitos tradicionais dos habitantes à terra comunal: a população inglesa, em expansão demográfica, apenas poderia ser alimentada mediante o recurso a uma agricultura mais intensiva, levando o arado a novas fronteiras agrícolas. O cercamento efetuado por homens que tinham capital, embora ao custo de um brutal desrespeito pelos direitos do povo, pelo menos produzia esse resultado; a longo prazo, afirmavam com razão os seus defensores, veio a criar mais empregos. Mas, a prazo mais curto, destruiu um modo de vida e causou intensa miséria; e os empregos que terminou criando não eram da espécie que atraía homens do povo ciosos de sua liberdade (Hill, 1987, p.137-138).

Durante o século XVII, colocava-se a necessidade dos trabalhadores de vincular o ofício à sua liberdade, estado humano tão caro e tão subjetivo.

“A longo prazo, afirmavam com razão os seus defensores, veio a criar mais empregos...” Hill não determina, em seu texto, a que período longo do desenvolvimento do Capitalismo está referindo-se, que período longo veio a criar mais empregos. Entretanto, vários estudos apontam para a década de 50⁵, pós-Segunda Guerra Mundial, como o período do pleno emprego, período de aplicação das políticas keynesianas de seguridade social. Contexto em que as lutas travadas pelos sindicatos, desde a metade do século XIX, são exitosas, pois o trabalhador passa a funcionar como uma espécie de "escravo do processo de trabalho", mas senhor de seu soldo – *livre para gastar seus tostões* - e de uma cidadania tutelada pela possibilidade do consumo.

Aparentemente, vivenciamos um momento de ruptura exatamente inverso ao relato de Hill do século XVII, quando a adaptação das pessoas ao trabalho assalariado era problema, ligado à obrigação cristã⁶, segundo a ética

(1989 e 1986).

⁵ Pochmann afirmou, em sua palestra *Fim do Trabalho ou do Emprego?*, proferida durante o Fórum da Solidariedade – III Seminário Internacional, em Porto Alegre no dia 19 de outubro de 1999, que a responsabilidade pelo cenário de pleno emprego pós-II Guerra é, sobretudo, do Estado, pois de cada 10 postos de trabalho criados, seis eram com gastos públicos (Informação verbal).

⁶ Há uma passagem muito interessante no livro de Hill (1987) sobre a obrigação cristã ao trabalho, quando o autor apresenta o conjunto de decisões das diversas seitas protestantes após a metade do século XVII: “[. . .] era ilegal uma família “conservar uma filha em casa, na indolência”, quando ela fosse capaz de ganhar a vida. Os pais em questão foram “severamente censurados por seu pecado” e exortados a mandar a filha empregar-se”(p.357).

protestante. A confusão atual é a sujeição dos trabalhadores a uma sociedade com poucos empregos, sobretudo nas indústrias, funcionando mediante um considerável crescimento do setor terciário.

O momento histórico era outro, sem dúvida, mas o sentimento de desordem era o mesmo, pois a ordem do Feudalismo, do trabalho nas corporações de ofício, da vinculação das relações sociais ao campo estava sendo transformada. A supremacia da cidade, o assalariamento da ordem Moderna era a desordem que se constituía.

O trabalho assalariado compõe um dos pilares da ordem moderna, assim como a urbanização, a industrialização, sendo que, conforme Balandier, é possível definir a Modernidade a partir de uma fórmula: o movimento mais a incerteza⁷.

Há muitos debates acadêmicos, atualmente, que nomeiam como “Pós-Modernidade” o atual momento histórico. Por certo, a organização do tempo e do espaço, a conformação das Artes, a arquitetura estão com pressupostos diversos aos da Modernidade, cujo estudo de Harvey (1992) contribui fundamentalmente.

Balandier assume a conceituação da Pós-Modernidade como uma continuidade, não como superação da Modernidade, como se existisse um outro momento, mas um prolongamento, cuja elaboração “Pós-Modernidade” contribui para as interpretações:

Da modernidade à pós-modernidade, dá-se uma certa continuidade. A pós-modernidade exacerba aspectos da modernidade, leva ao extremo sua retórica. Ambas revelam a grande desordem das paisagens sociais e culturais, um rompimento dos fios tecidos dos passados entre os homens, seus grupos e suas obras, de uma tentativa de recuperação de fragmentos significativos de um devir. Tentam uma exploração de espaços mal ou não demarcados, desconhecidos ou quase. Elas desenraizam. As palavras de Ulisses de retorno a Ítaca poderiam ser pronunciadas diante de tudo isso: “Ao país de que mortal cheguei?... E eu mesmo, onde irei?... (Balandier, 1997b, p.146).

Desta forma, a ordem do emprego da Modernidade, sendo constructo dessa ordem a mais valia, a exploração, é abalada pela desordem do não-emprego, da desordem de não ter patrão, “fim da luta de classes”, apregoado esse momento, por alguns, como Pós-Modernidade, impondo para os gestores das políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda respostas,

⁷ In Balandier nas obras: O Contorno: Poder e Modernidade e A Desordem: Elogio do Movimento, ambas publicadas no Brasil em 1997.

saídas, soluções para tal fenômeno social: “A desordem **não se isola**, e a consciência do desordenado exaspera. As figuras de desordem são então tratadas como figuras reveladoras” (Balandier, 1997 a, p.14, grifos do autor).

O presente estudo, centrado nas figuras de desordem dos desempregados e desempregadas egressos dos cursos do PLANFOR/Qualificar, realiza uma espécie de diagnóstico⁸ dos resultados dessas políticas públicas na cidade de Pelotas, uma tentativa de entender o que realmente acontece, as revelações possíveis convivendo com homens e mulheres desempregados, figuras de desordem:

[. . .] talvez a verdadeira razão pela qual o desenvolvimento social se nos afigura tão desconcertante, seja o facto de os nossos esforços se dirigirem menos para a compreensão e explicação daquilo que realmente acontece e para a elaboração de um diagnóstico, do que para elaboração de um esperançoso prognóstico (Elias, 1980, p.162).

Reafirmando Elias, ocorre aqui a elaboração de diagnóstico, sem privilegiar levantamentos estatísticos⁹. Trata-se de uma análise qualitativa, de caráter etnográfico, realizando um movimento constante de análise, a partir da convivência com alguns alunos e alunas do Integrar do Sindicato da Alimentação, integrantes dos Coletivos de Trabalho e os gestores dessas políticas.

A metodologia utilizada tentou aproximar-se da "*descrição densa*" preconizada por Geertz (1978), empreendendo esse esforço intelectual, selecionando informantes, estabelecendo genealogias, elaborando diários de campo, valorizando o cotidiano dos sujeitos da pesquisa, suas vicissitudes:

O mundo cotidiano no qual se movem os membros de qualquer comunidade, seu campo de ação social considerado garantido, é

⁸ Conforme Azeredo (1997):” [. . .] *avaliar programas não é prática comum no terreno das políticas públicas. Além disso, discutir os impactos dos planos significa enfrentar uma discussão muito mais ampla acerca da eficácia destes serviços*” (p.288). A proposição da presente tese é discutir os impactos do PLANFOR, envolvendo os gestores das políticas e os sujeitos que as recebem, na cidade de Pelotas.

⁹A Avaliação Externa do PLANFOR no Rio Grande do Sul é executada por um grupo de professores e professoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recomendo o texto elaborado pelo grupo que evidencia suas proposições teóricas e metodológicas a respeito: BULHÕES, Maria da Graça Pinto et al. **Bases para implantação de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Plano Estadual de Qualificação Profissional 1996 – 1999**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998, texto digitado.

habitado não por homens quaisquer, sem rosto, sem qualidades, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas determinadas, positivamente caracterizadas e adequadamente rotuladas (Geertz, 1978, p.228-229).

O diário de campo compôs instrumento essencial da pesquisa, um esforço de redação que primou pelo detalhamento, pelo entendimento de questões a princípio não tão visíveis, sendo cada desempregado/desempregada egresso dos cursos visitados, em média, três vezes em sua casa.

O contato telefônico foi fundamental para pesquisa¹⁰. Ana Amélia, Renato, Éverton Rodrigo, egressos do Integrar Alimentação, e Virgínia dos Coletivos de Trabalho, possuíam telefone convencional nas suas casas; Camila do FORMASUS, deixava recado no convencional de sua mãe; Elisângela, dos Coletivos de Trabalho do Balneário dos Prazeres, possuía telefone celular; Neusa, dos Coletivos de Trabalho da Z3, deixava recado com a diretora da escola estadual da comunidade para as visitas que realizava. No Navegantes marquei a primeira visita, as outras ocorreram durante as atividades laborais dos Coletivos de Trabalho. Tal tecnologia de comunicação facilitou o andamento da pesquisa, o encontro dos sujeitos para as visitas.

Mariana e sua filha Mara não possuíam telefone para contato, nem nos vizinhos, para recado. Fui vários dias pela manhã e pela tarde, na casa de Mara, no Dunas, e ela não estava, deixava recados com os vizinhos e não recebia retorno. À noite não realizava visitas, por questões de segurança pessoal, já que o deslocamento ocorria de ônibus. Foram realizadas duas visitas a elas somente, em função desses desencontros.

O diagnóstico ora apresentado sobre desemprego e Educação Profissional na cidade de Pelotas, no entanto, tem caráter diferenciado dos elaborados pelos institutos de pesquisa oficiais como o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), vinculado ao Ministério do Planejamento, à FEE (Fundação de Economia e Estatística), aqui do Estado do Rio Grande do Sul, de relação direta com a Secretaria Estadual do Planejamento, ou mesmo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos), articulado e dirigido pelas centrais sindicais brasileiras, cujos estudos foram fontes essenciais para a tese, pois tais levantamentos privilegiam, geralmente, os aspectos econômicos, estabelecendo índices sobre situação de escolaridade, condições de moradia, relacionados ao levantamento do

¹⁰Na presente tese, o telefone foi instrumento de comunicação, de viabilização dos encontros com os sujeitos da pesquisa. Melucci (1993) realizou uma pesquisa com jovens, tendo como instrumento privilegiado conversas pelo telefone.

fenômeno estudado. Tais levantamentos são fundamentais, mas aqui a referência foi a "capilaridade" do fenômeno, suas manifestações culturais, relacionando as crenças religiosas, o envolvimento familiar, as diferenças de gênero... Um diagnóstico que pressupõe convivência com os indivíduos em seus contextos localizados, precisos.

Balandier conceitua como "Contorno Antropológico" a capacidade de observação dos fenômenos sociais, a elaboração de um inventário, um pressuposto metodológico que reconheça o papel da "... simbologia e do imaginário, da linguagem e da dramatização, das relações de ordem e desordem na constituição e no funcionamento dos poderes, bem como a ambivalência que lhes é inerente e que alimenta sua capacidade de nutrir-se de sua própria contestação" (Balandier, 1997b, p.109). Tal perspectiva metodológica, para Balandier, privilegia o entendimento do poder e da política na Modernidade, sendo o contorno antropológico uma metáfora que demonstra a relação substantiva do contorno, sua forma em movimento, que açambarca ora algumas variáveis de observação, ora outras, privilegiando a perspectiva antropológica. O contorno dos fenômenos a partir da Antropologia, sendo o autor um africanista, que exemplifica nas sociedades tradicionais as estruturas de poder da Modernidade.

No presente estudo, embora a alegoria utilizada seja o mosaico para a apresentação da pesquisa, entendimento dos grupos sociais com os quais interagi na cidade de Pelotas, há uma identificação com a elaboração metodológica de Balandier. Também realizei estudo etnográfico, privilegiando as contradições, as ambivalências observadas no desemprego e nas produções sociais desse. O desempregado enquanto figura de desordem, as escolhas religiosas como determinações de comportamentos, escolhas em relação ao grupo da comunidade, também de pessoas adultas sem emprego.

Este estudo promove o entendimento da implementação das políticas públicas de geração de emprego, trabalho e renda vinculadas ao PLANFOR na cidade de Pelotas, com a amplitude de relações que tal política promoveu:

[. . .] a análise das políticas públicas não procede, propriamente falando, de um recorte da esfera política, privilegiando certas atividades e deixando outras de lado. É próprio da análise das políticas lançar um olhar diferente sobre a ação pública em seu

conjunto, colocando-se do ponto de vista daquilo que se tornou o centro da gravidade da esfera política, a saber, a implementação das políticas públicas (Muller e Surel, 2002, p.11-12).

O mosaico foi-se constituindo então, nos encontros com os desempregados "de carne e osso/sexo/cor" não somente nos números abusivos das estatísticas que nos alarmam dia-a-dia, mas na valorização do cotidiano dessas pessoas, sendo o cotidiano baluarte das inquietações teóricas e metodológicas do presente estudo. Como bem afirma Martins:

Se a vida de todo dia se tornou refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais (p.57, 2000).

Em Pelotas, fui ao encontro de heróis e heroínas de um cotidiano pautado pelo desemprego, moradores da periferia (na sua maioria, áreas de ocupação) possuidores de crenças religiosas, alguns participantes de um movimento social vinculado à atual lógica da desordem - o Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD, envoltos nas intervenções sindicais do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação e do Sindicato dos Metalúrgicos, estudantes dos cursos do Qualificar, conformando múltiplas funções, múltiplas identidades no cotidiano. Conforme Melucci, o entendimento do eu, da subjetividade sucumbe à multiplicidade, aos processos móveis de identificação, explicitados na presente tese em relação as pessoas cuja relação com o mundo do trabalho formal é de desemprego:

A reflexão sobre a multiplicidade do eu nos obriga a renunciar a um ponto de vista estático sobre a identidade e de ocupar-nos dos processos móveis de identificação. O conceito de identidade é substancialista, que se refere a uma essência permanente como fundamento de identificação. Ao invés de pensar um sujeito dotado de um núcleo essencial definido de modo metafísico, devemos, sim, dedicar atenção sobre os processos através dos quais os indivíduos constroem sua identidade. A identidade de um eu múltiplo se torna identificação (Melucci, 1992, p.48, tradução Sueli Salva).

A presente tese de doutorado transita por autores do campo da Educação, Antropologia, História e Sociologia, respeitando as especificidades das contribuições teóricas para o objeto de estudo. Tenho presente a vulnerabilidade de uma possível interpretação do estudo como uma bricolagem de idéias, mas penso evitar tal conclusão à medida que o fio condutor, "o centro do mosaico", é a realidade estudada.

Recupero o depoimento de Natalie Zemon Davis sobre sua produção científica, que acredito traduzir o esforço ora produzido:

O que quero dizer é que as pessoas pelas quais me sinto mais responsável, mais devedora, por assim dizer, não são os teóricos - que eu admiro e por quem sinto até muito afeto, no caso de alguns que conheço pessoalmente. Minha responsabilidade última é para com as pessoas sobre as quais escrevo, e também Rabelais e Montaigne, quando estudo o século XVI (Davis, 2000, p.98).

Por certo, minha maior responsabilidade é com a cidade de Pelotas, cujos gestores e pessoas desempregadas, participantes das políticas públicas do PLANFOR/ Qualificar, envolveram-se de forma tão gentil e voluntária com a pesquisa. Os ordenadores teóricos definidos, sobretudo a partir de diálogos com a orientação, contribuíram no entendimento dessa complexa realidade. Como Davis, essa foi minha maior responsabilidade:

[. . .] uma política é, ao mesmo tempo, um constructo social e um constructo de pesquisa, a qual, por isso, coloca problemas difíceis de identificação e de interpretação, e que, enfim, o desafio atual da pesquisa é o da constituição de um quadro de análise sistêmica da ação pública, que possa ultrapassar os limites da abordagem seqüencial (Muller e Surel, 2002, p.12).

Na referência a Muller e Surel: *problemas difíceis de identificação e de interpretação* no entendimento da implementação das políticas públicas de Educação Profissional — PLANFOR — na sua versão gaúcha do Qualificar, as quais objetivaram gerar emprego, trabalho e renda na cidade de Pelotas, envolvendo outros espaços de acesso aos desempregados da cidade. Tentei, então, esquadrihar o que os autores denominam de *quadro de análise*

*sistêmica*¹¹ da ação pública, analisando as teias de interdependência¹², de convívio das pessoas, as alternativas de sobrevivência viabilizadas a partir dessas relações.

No tempo do levantamento dos dados etnográficos na cidade de Pelotas, de dezembro de 2001 a dezembro de 2002, visitando os desempregados e as desempregadas em suas casas, convivendo com os gestores, a idéia do mosaico ganhou forma e se consolidou, os limites da pesquisa ultrapassaram o entendimento seqüencial das ações do PLANFOR/Qualificar, pois a acolhida na cidade pelos gestores municipais e estaduais, a visita à casa de cinco egressos dos cursos Integrar de elevação de escolaridade executados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), visitas essas com registros em diários de campo ampliaram as questões de pesquisa presentes no projeto de tese.

O ônibus foi o meio de transporte que possibilitou o acesso aos sujeitos da pesquisa em Pelotas, moradores da Colônia de Pescadores Z3, Balneário dos Prazeres, Loteamento Dunas e Getúlio Vargas, bairros distantes do centro da cidade. O acesso ao Navegantes e ao Areal, próximos do centro da cidade, foi possível conseguindo andando. Observei a qualidade discutível do serviço de transporte coletivo em Pelotas, com carros muito velhos, sujos, paradas de ônibus descobertas.

Os momentos de acolhida em relação à pesquisadora não foram alheios a constrangimentos, pois ficava em um hotel na cidade, com diária de valor muito em conta, correspondente aos recursos recebidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) para o subsídio da pesquisa de campo; não pude negar tal situação para os sujeitos da pesquisa quando me perguntavam onde me hospedava na cidade, sendo que, pelas condições de vida que eles possuem, ficar em hotel é privilégio, por mínimo conforto que esse possuía (como era o caso daquele em que eu me hospedava).

Em outros momentos, queriam que tomasse posição de colaboração em relação ao grupo, a exemplo de um episódio envolvendo integrantes do

¹¹ Os autores defendem a abordagem sistêmica em detrimento da seqüencial para o entendimento das políticas públicas, pois a análise sistêmica não segmenta a interpretação, dividindo as fases em concepção, execução e resultados das políticas, por considerar que uma fase necessariamente não termina para o início da próxima, envolvendo os processos, as dinâmicas, as contradições presentes nos diferentes momentos, com a participação de diferentes atores.

¹² In Elias (1993).

Movimento dos Trabalhadores Desempregados, quando me pediram dinheiro emprestado para passagem de ônibus para saírem do seu próprio acampamento, a fim de esvaziar sua própria ação política.

Ocorreram visitas em que observava que não havia comida para todos, e, mesmo assim, eles me convidavam para a refeição.

Houve um momento interessante em que, no Dunas, uma egressa do curso do Qualificar queria me fazer passar como uma "autoridade" que andava com ela pelo bairro, quando abordada pelo técnico da Secretaria de Saneamento da cidade sobre o problema da instalação de água para pessoas que ocupavam uma área do que fora, no passado, sua estância. Balandier (1997b) menciona a esperteza inerente ao poder. Nesse momento da pesquisa de campo, a egressa do Integrar Alimentação me fez parte de sua estratégia de enganar o técnico do SANEP (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas), o que Balandier denomina como mentira social, uma mentira "necessária", uma esperteza para adiar a iniciativa do técnico da prefeitura.

Foram momentos de constrangimento de uma professora universitária que pesquisa o cotidiano de pessoas sem emprego, em situação de vulnerabilidade, sendo que essas diferenças precisam ficar demarcadas - tanto para a pesquisadora, quanto para os sujeitos da pesquisa, para que as denominações que fui recebendo ao longo do levantamento de dados nos diferentes bairros da cidade não atrapalhassem as análises elaboradas. *Fotógrafa* na Colônia de Pescadores Z3: acredito que foi porque fotografei as pessoas durante o evento de renovação do contrato dos Coletivos de Trabalho com a presença do governador; *jornalista* no Loteamento Dunas — onde eu gravei uma entrevista que realizei com uma liderança comunitária no Centro de Desenvolvimento da Comunidade, sendo que vários moradores viram esse momento de gravação da entrevista; *assistente social* no Getúlio Vargas: creio ter acontecido porque as pessoas precisam muito, é um bairro muito pobre, sendo conveniente ter uma assistente social circulando no local, e atribuo também ao fato de que, uma assistente social que trabalhou antes da realização da pesquisa no bairro visitava muito a casa a qual eu estava visitando naquele momento, a moradia de uma egressa do Integrar Alimentação; e, por fim, uma denominação que demorei para esclarecer, que

atrapalhou minha convivência com alguns funcionários na agência do SINE: *espiã* do governo estadual, pois possuía autorização para a pesquisa pelo coordenador regional de trabalho, o qual teve um histórico de atritos com algumas funcionárias, atritos esses que resultaram em inquéritos administrativos. Associavam a autorização de minha presença à espionagem, que levaria informações dos setores as quais poderiam resultar em novas punições. Nesse um ano de convivência, pelos resultados da pesquisa, acredito que rompi com essa imagem junto a alguns funcionários do SINE.

Particpei do Pré-Congresso da Cidade no dia 03 de julho de 2002 e encontrei uma representação dos Coletivos de Trabalho da Colônia de Pescadores Z3. Essas pessoas demonstraram um profundo entendimento dos problemas da cidade, por isso considerei importante envolvê-la na pesquisa e considerar essa política pública "*os Coletivos de Trabalho*" de geração emergencial de renda para pessoas excluídas do mercado formal de trabalho, vinculada à qualificação profissional, sendo que seu principal objetivo era preparar os sujeitos para empreendimentos alternativos de autogestão para geração de trabalho e renda.

O instrumento de pesquisa escolhido para o entendimento dos Coletivos de Trabalho foi um questionário aplicado nos três grupos que compunham o programa na Cidade: a Colônia Z3, o Bairro Navegantes e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), formado por moradores do Bairro Balneário dos Prazeres, da Ilha da Páscoa, Fragata e do Bairro Getúlio Vargas, e assentados no assentamento rururbano¹³ da Sanga Funda. Foi representativo o resultado, pois, dos 250 participantes dos Coletivos de Trabalho na cidade de Pelotas, 160 responderam ao questionário. Além dos questionários, convivi com os integrantes dos Coletivos de Trabalho em diversas atividades de caráter municipal e local, visitei a casa de alguns.

¹³ Assentamentos rururbanos compõem a principal estratégia de organização do Movimento dos Trabalhadores Desempregados. Tais assentamentos localizam-se em áreas de transição entre campo e cidade e configuram proposta de solução para o desemprego urbano. Nas cidades de Eldorado do Sul, Gravataí e Caxias do Sul, além de Pelotas, já existem assentamentos rururbanos vinculados ao MTD.

Os Coletivos de Trabalho¹⁴ de Pelotas representaram 10% do total dos participantes do Estado que totalizaram 2.540 pessoas.

Tabela 1

Título: Coletivos de Trabalho - respostas aos questionários:

MTD	Navegantes	Z3	Total
Feminino	12	Feminino	115
	31	Feminino	
Masculino	Masculino	Masculino	34
10	13		
Não Respondeu	Não Respondeu	Não Respondeu	9
1	1	7	
Total	Total	Total	158
23	45	90	

Fonte: Tabulação dos dados do questionário realizada pela bolsista de iniciação científica – FAPERGS – Mirela Fleck.

Além dos resultados da pesquisa advindos do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho, ocorreram também visitas aos egressos do Integrar/CUT do Sindicato da Alimentação, que, no projeto de tese, compunha uma amostra de 10 pessoas, sendo efetivada a pesquisa com cinco pessoas desse grupo, com visitas aos seus locais de moradia, e várias conversas com uma egressa do FORMASUS, conversas essas ocorridas em diferentes lugares¹⁵.

O FORMASUS é um curso de recuperação de escolaridade, como o Integrar do Sindicato da Alimentação. Está, no entanto, vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, também filiado à CUT.

Essa redução na amostra ocorreu em função do tempo de desenvolvimento da pesquisa de campo, que envolveu também o acompanhamento aos gestores com entrevistas e observação participante, e destes registros em diários de campo. Presença nos espaços, em que a dimensão do *estar* desempregado foi constituindo-se como política

¹⁴ No capítulo 2, quando ocorre uma descrição e análise do PLANFOR (Programa Nacional de Formação Profissional) e sua conformação no Rio Grande do Sul com o “Qualificar RS”, é realizada uma descrição do Programa Coletivos de Trabalho, estando esse inserido no Qualificar, com seus dados completos no Estado: número de participantes por cidades, forma de escolha dos participantes, metodologia do programa.

¹⁵ Em frente à sede da Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, durante os protestos pela oferta do curso em 2002; no ponto de ônibus, em seu local atual de trabalho, por telefone na casa de sua mãe, no bairro Navegantes.

compensatória como a sede municipal do Sistema Nacional de Emprego (SINE), as políticas de assistência social. Por outro lado, visitei também espaços onde o estar desempregado conformou-se como política emancipatória¹⁶, vislumbrando novas relações de trabalho, novos modos de concebê-lo, como as iniciativas do programa Coletivos de Trabalho, o curso Integrar do Sindicato da Alimentação, as alternativas de cooperativas / associações junto à comunidade do Dunas, a organização de um movimento social cuja base são os desempregados – o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

A dimensão do *ser* desempregado e a dimensão do *estar* desempregado assumem uma perspectiva ontológica e existencial. O desempregado sofre o luto da perda da carteira assinada¹⁷, a qual um dia teve, ou observou no convívio social tal realidade e idealizou a seguridade do assalariamento como ideal. Em função de sua condição de desempregado, está ocupando determinados lugares, os quais potencializam seu sentimento de subordinação e/ou promovem emancipação, autonomia, perspectivas de luta em relação à ausência de emprego, o entendimento de outras relações de trabalho que não o assalariamento.

Para o *estar* empregado, havia uma certa conformação de espaços: seu local de trabalho, seu sindicato de representação, sua seguridade social

¹⁶ A obra organizada por POCHMANN (2002) descreve e analisa as políticas implementadas pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, no governo da então prefeita Marta Suplicy. O entendimento de políticas emancipatórias, por essa gestão, corresponde aquelas vinculadas as iniciativas populares de associativismo e cooperativismo traduzidas nos programas: Oportunidade Solidária, Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva e o Programa Central de crédito popular “São Paulo Confia”.

¹⁷ Conforme informações constantes na página da Internet do Ministério de Trabalho e Emprego sobre a origem da carteira de trabalho: “Instituída pelo Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932 e posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 22.035, de 29 de outubro de 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social tornou-se documento obrigatório para toda pessoa que venha a prestar algum tipo de serviço a outra pessoa, seja na indústria, no comércio, na agricultura, na pecuária ou mesmo de natureza doméstica. A Carteira de Trabalho e Previdência Social é hoje, por suas anotações, um dos únicos documentos a reproduzir com tempestividade a vida funcional do trabalhador. Assim, garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e FGTS.” <<http://www.tem.gov.br>> Acesso em 30 de abril de 2001. Nesse sentido, a carteira de trabalho representa os direitos dos trabalhadores conquistados desde a década de 30 no Brasil, não possuir a carteira de trabalho assinada corresponde a perda dos direitos trabalhistas.

para assistência de saúde e envelhecimento (aposentadoria), sua possibilidade de consumo pelo crédito através da carteira assinada (realização de compras a prazos fixados).

O desempregado, ao ocupar os espaços de Educação Profissional, geração de emprego, trabalho e renda, assistência social, culto religioso, não é mais o mesmo, é um *ser* produzido e produtor desse *estar*, desse local, desse espaço, desse lugar sensível ou não as suas necessidades, seus desejos; potencializador ou não de novas relações de trabalho, outras alternativas de sobrevivência. É resultado desse encontro, desse processo de fagocitação¹⁸ do *estar* desempregado, do *estar* ou não em algum lugar, lugar esse idealizado ou não para sua situação, situação essa que se transfigura ao entrar em contato com tais políticas, sobretudo as políticas públicas do PLANFOR/ Qualificar, e neste objeto de estudo, na cidade de Pelotas.

A transfiguração corresponde ao anúncio do novo, de possíveis relações de trabalho mais solidárias, associativas, às quais o respaldo, o incentivo, a presença de políticas públicas estatais é fundamental.

A investigação, de caráter etnográfico, teve como principais / essenciais informantes os alunos e as alunas dos cursos do Qualificar, moradores de Pelotas, com mais de 25 anos, que já haviam respondido ao questionário de levantamento preliminar de dados para a pesquisa¹⁹, fonte essencial para a elaboração do projeto de pesquisa. Esses egressos responderam a esses questionários, comparecendo a algum dos seminários regionais ocorridos durante o segundo semestre do ano 2000.

Um dos informantes, egresso do curso Integrar Alimentação, morador do Bairro Dunas, compõe o que Elias (1993) denomina teia de interdependência, pois é filho e genro de duas senhoras participantes dos Coletivos de Trabalho do Bairro Navegantes, é conhecedor da memória do programa "Prorenda Urbano" do Bairro Dunas, à medida que participou de suas primeiras atividades. Esse programa envolve um conjunto de políticas

¹⁸ In Kusch (1986).

¹⁹ Esse questionário preliminar de levantamento de dados e sua tabulação completa se encontra no anexo G da tese.

sociais, tendo destaque a incubadora de alternativas populares de geração de renda e um banco de crédito comunitário — o Banco²⁰ Dunas.

A elaboração conceitual de Elias sobre as teias de interdependência foi fundamental para a pesquisa, pois, a partir da convivência com os egressos dos cursos do Integrar Alimentação e Formasus, foi possível envolver a investigação em uma trama relacionada com desemprego, qualificação profissional e alternativas populares de trabalho e renda na cidade de Pelotas.

Norbert Elias dedica boa parte de sua reflexão intelectual em explicar a relação intrínseca entre sociedade e indivíduo, o limite de um não se desenvolver sem o outro, a teia de suas conformações, o autor denomina teias de interdependência, sendo o individual constitutivo do social, elos interligados, entrelaçados: "Ninguém consegue duvidar do facto de que os indivíduos formam uma sociedade e de que toda a sociedade é uma sociedade de indivíduos" (Elias, 1993, p.25).

Essa dimensão teórica é desenvolvida pela presente análise tanto em relação aos egressos dos cursos do Qualificar, como é o caso do morador do bairro Dunas, mencionado anteriormente, como em relação aos gestores das políticas públicas, cuja existência e importância no contexto social são determinadas pelas formas de planejamento, execução e resultados dessas políticas.

O centro do mosaico insere-se, então, na complexidade que é pensar nas políticas públicas do Qualificar e seus resultados na cidade de Pelotas, tendo presente que, em função da diminuição dos postos de trabalho,

²⁰ Meu pai, por sua vez, conta que, na metalúrgica em que trabalhou em São Leopoldo: Amadeo Rossi, havia uma Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo, organizada pelos funcionários para empréstimos, quando cada um possuía uma cota para empréstimos, cota essa construída com contribuição do próprio salário, podendo perceber valores conforme essa cota a juros, em média, de 1 a 2% ao mês. A metalúrgica liberava um funcionário para cuidar da burocracia da cooperativa, que correspondia à liberação de crédito, aceitação de novos associados, desconto de empréstimos e pagamento da cota se o associado fosse demitido/pedisse demissão, sendo obrigatório ao departamento pessoal da empresa informar a saída do associado para a cooperativa. "*A cooperativa quebrava um galho*", falava meu pai, galho esse materializado em material de construção, vestuário, comida, uma forma de compensar o curto orçamento. Quando a cooperativa fechou, foi muito bom receber a cota, que também ajudou nas despesas naquele momento. Segundo meu pai, a cooperativa terminou porque a legislação da ditadura militar não respaldava o crédito entre os funcionários. Coincidentemente ou não, uma agência do Banco do Brasil abriu dentro da fábrica no mesmo período de fechamento da cooperativa. No anexo B da presente tese constará uma fotocópia da caderneta de empréstimos do meu pai. O Banco Dunas também é *quebra um galho* para os

sobretudo no setor industrial (projeção maior da possível “*ordem*” da Modernidade), os indivíduos estão precisando construir outras categorias de pertencimento social que não o emprego. As políticas públicas precisam potencializar seus resultados porque, como afirmava nosso saudoso Betinho, “*quem tem fome tem pressa*”, e a ausência de trabalho assalariado tem gerado fome, há pressa no entendimento dos processos, há pressa em imergir na *desordem*.

1.1 A conformação do Núcleo do Mosaico²¹

O projeto especial intitulado: “*Ações de Apoio à Gestão do Plano Estadual de Qualificação*”, subsidiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), resultado de um convênio entre o núcleo da UNITRABALHO / UFRGS, do qual participei como docente da UFRGS, junto aos professores e técnicos de outros núcleos da UNITRABALHO de cinco Universidades - UCPel, UPF, UNISC, UCS e UNIJUÍ, com a Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), dentro da execução do Plano Estadual de Qualificação (PEQ) durante o ano de 2000, contribuiu para o levantamento inicial dos dados da presente pesquisa.

Esse Projeto Especial teve como um de seus objetivos a articulação inicial de uma rede²² de apoio à Supervisão²³ e à Gestão dos cursos do

moradores, a cota / carteira de empréstimos foi concedida a partir do convênio estabelecido entre a prefeitura municipal e a agência do governo alemão GTZ.

²¹ Durante a 2ª edição do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2002, em Porto Alegre, os representantes das organizações não-governamentais, gestores de projetos sociais do mundo inteiro, foram convidados a dispor a pedra de sua entidade. Posteriormente, um artista plástico providenciou a harmonia do conjunto.

²² O entendimento de rede enquanto uma tecnologia social e organizacional: “*Essa tecnologia social, que é, ao mesmo tempo, promovida e promotora de novas dinâmicas sociais e novas configurações de distribuição do poder, se caracteriza, principalmente, por: uma ênfase nos processos, cujos efeitos são intersticiais e abarcam todas as esferas da atividade humana; uma compreensão de que sua matéria-prima fundamental, assim como seu principal resultado é a informação*” (Caderno de Formação: Supervisão e Acompanhamento do Qualificar/RS, p.2 -3, texto digitado).

²³ Tratando-se aqui das supervisões aos cursos de qualificação profissional ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul com mais de 40 horas, sendo na metade da carga horária do curso aplicada uma ficha de supervisão para fins de pagamento dos custos do curso para a executora, uma verba que dava conta do pagamento do professor, vale-transporte, lanche e material didático. A partir da assessoria da UNITRABALHO à STCAS desde 1999, essa Supervisão recebeu um tratamento pedagógico, observando a relação do professor com os

PLANFOR/Qualificar RS, sendo a rede²⁴, em linguagem metafórica, uma tecnologia social e organizacional composta por todos os atores públicos²⁵, vinculados às políticas públicas de qualificação profissional: coordenadores das 21 regionais de trabalho e renda do Estado, coordenadores dos SINES, membros das Comissões Municipais de Emprego e Renda, instituições que executam os cursos de formação profissional, alunos e professores dos cursos.

Elaborei um questionário como instrumento de coleta de dados preliminar da tese, o qual foi aplicado a todos os alunos e alunas que compareceram, na primeira e segunda rodada de seminários regionais, bem como nos alunos presentes ao Fórum das Comissões Municipais de Emprego e Renda, seminários esses discriminados conforme quadro abaixo:

alunos em sala de aula, a metodologia utilizada, o material didático, diante de um olhar processual do desenvolvimento do curso, não uma supervisão punitiva, uma fiscalização, mas dialógica, propositiva. Por outro lado, a idéia da rede também considerou a construção do controle social e do controle público das políticas de qualificação profissional.

²⁴ Sendo que a rede não se consolidou em Pelotas, ficou sob responsabilidade dos membros das Comissões Municipais de Emprego e Renda a gestão do PEQ. E de uma funcionária do SINE e do coordenador adjunto de trabalho a supervisão dos cursos do PEQ. Essa forma da supervisão e gestão dos cursos será aprofundada no próximo capítulo, que recuperará a memória do PIPMOI (Programa Intensivo de Mão-de-Obra Industrial), executado no período da ditadura militar, de caráter nacional, programa assemelhado ao PLANFOR.

²⁵ Conforme os Cadernos de Formação, Supervisão e Acompanhamento do Qualificar RS, o conceito de ator público: *"Os atores públicos são os sujeitos sociais que emergem da diversidade sociocultural e política que os constitui, e é a dimensão do seu enraizamento no interior dessa diversidade sociocultural e política o que vai lhe conferir a expressão da sua institucionalidade, entendida como o espaço legítimo de participação na construção e controle da gestão, supervisão e execução da política pública. Dessa forma, não se pode separar os atores públicos do movimento do social e das mediações políticas, que são o elemento central e indispensável da democracia"*(p.25).

Quadro 1

Título: Seminários Regionais do Qualificar: Participação dos alunos

Encontro	Data e Cidade Sede	Nº de Alunos/Alunas e Cidade de Origem	Alunos/Alunas por Seminário
1ª Edição dos Seminários Regionais	04/9/2000 – Pelotas	04 – Pelotas	4
	05/9/2000 – Montenegro	01 – São Sebastião do Caí	1
	15/9/2000 – Porto Alegre	01 – Alvorada	1
	15/9/2000 – Novo Hamburgo	01 – Novo Hamburgo	1
	22/9/2000 – Santa Rosa	01 – Santa Rosa	1
	03/10/2000 – Ijuí	13 – Ijuí	13
2º Fórum das CME's	06/11/2000 – Porto Alegre	01 – Novo Hamburgo	2
		01 – Porto Alegre	
2ª Edição dos Seminários Regionais	28/11/2000 – Pelotas	03 – Pelotas	4
		01 – Capão do Leão	
	28/11/2000 – Erechim	01 – Erechim	1
	30/11/2000 – Passo Fundo	07 – Passo Fundo	7
	01/12/2000 – Caxias do Sul	03 – Caxias do Sul	5
		02 – Fagundes Varela	
	04/12/2000 – Santa Cruz do Sul	01 – Vera Cruz	3
		02 – Santa Cruz do Sul	
	05/12/2000 – Lagoa Vermelha	02 – Cacique Doble	7
		02 – São João da Urtiga	
		02 – Paim Filho	
		01 – São José do Ouro	
12/12/2000 – Cruz Alta	03 – Cruz Alta	3	
13/12/2000 – Bagé	08 – Bagé	8	
Total	13 Encontros	20 cidades	61 alunos

Fonte: Tabulação realizada pela autora dos dados dos questionários aplicados nos seminários do PLANFOR / Qualificar, in Santos (2001, p.77)

Os alunos e as alunas que responderam ao questionário foram encaminhados aos Seminários e ao Fórum pelas executoras dos cursos de que participavam, pelos SINES, coordenadores regionais de trabalho, ou seja, ficaram sabendo do Seminário e a ele se deslocaram. Logo, a constituição inicial da amostra, foi participante de algum Seminário Regional.

As perguntas do questionário versaram sobre a freqüência dos alunos aos cursos do Qualificar, motivos que os levaram a escolher o curso, divididos enquanto primeiro, segundo e terceiro motivos, em ordem decrescente, a fim de explorar as diferentes razões que levaram essas pessoas a participarem dos cursos do Qualificar. Outras três perguntas foram sobre a relação do curso com o trabalho, a fim de entender essa relação imediata, dada por muitos gestores do governo federal como empregabilidade e formação profissional. Duas perguntas sobre a situação em relação ao trabalho, uma para assinalar sua situação de trabalho conforme critérios estabelecidos pela Pesquisa da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) e outra em que a pessoa deveria eleger uma palavra representativa, definidora de sua situação de trabalho. Por último, a pessoa colocava seu nome e endereço, para possibilitar a inclusão na amostra etnográfica.

Esse questionário, como instrumento preliminar da pesquisa e elaboração do projeto de tese, apontou o grupo de seis alunos de Pelotas como o mais adequado para o levantamento etnográfico, em função dos seguintes critérios:

- quatro mulheres e dois homens, contemplando as diferenças de gênero, sendo que, durante a visita aos egressos, considerei o local de moradia como importante, pois, nas primeiras visitas, observei que só um dos homens morava em um bairro com esgoto, calçamento - morador do Bairro Areal, e os demais em bairros com péssimas condições de saneamento básico, urbanização. O fator "local de moradia" fez com que envolvesse na amostra duas participantes do Integrar Alimentação, moradoras do Bairro Dunas, sendo que fui até a festa de formatura da turma das duas no dia 23 de março de 2002, no salão do Sindicato da Alimentação;
- todos **adultos**, com idades entre 26 a 45 anos, sendo que a pesquisa estabelece as relações das pessoas adultas com o trabalho enquanto forma de garantir sua subsistência e de seus dependentes (filhos), seus espaços de sociabilidade;

- cinco consideraram “**desempregado**” a palavra que melhor traduziu sua **situação de trabalho**, apenas um marcou trabalhador²⁶, embora também sem emprego de carteira assinada. Desses cinco, dois estão atualmente com carteira assinada: um homem e uma mulher;
- somente uma mulher de 26 anos respondeu que nunca trabalhou de carteira assinada - sendo que essa mulher não foi visitada nesse segundo momento da pesquisa de campo; portanto, **todos obtiveram uma experiência de vínculo empregatício**, podendo, assim, ser evidenciado o que denomino como “**luto pelo trabalho assalariado**”, já possuíram carteira assinada, e há poucas perspectivas de a assinarem novamente;
- todos têm **baixa escolaridade**, somente um com o Ensino Fundamental completo, sendo que, na atual lógica de desemprego, as pessoas mais afetadas, com menos chances de um retorno ao mercado formal de trabalho, são as de baixa escolaridade; atualmente, dois estão cursando o Ensino Médio regular em uma escola pública estadual no centro da cidade, duas mulheres estão pleiteando vagas em outra escola pública estadual de Ensino Médio próximo de suas casas;
- todos os cursos freqüentados estão vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- três responderam que integravam cooperativas, sendo que uma integrou uma cooperativa de fachada, a outra confundiu o Integrar com uma proposta de cooperativismo e somente um participou de uma experiência de cooperativismo que está atualmente se consolidando na cidade — o Programa Prorenda Urbano, do Loteamento Dunas;
- três marcaram enquanto motivo determinante para escolha do curso a elevação do nível de escolaridade - para coibir a baixa escolaridade. Homens e mulheres, todos já tiveram sua carteira de trabalho assinada, com baixa escolaridade, mas valorizam a escola - a metade assinalou, e depois, nas visitas, confirmou-se que estavam freqüentando o curso para

²⁶ A História de trabalho desse sujeito que assinalou "trabalhador" esteve marcada por atividades que oscilam entre relações formais e informais de trabalho: frentista de posto de gasolina, motorista de caminhão, músico de bateria de escola de samba. Durante a pesquisa de campo, conseguiu um trabalho eventual de motorista, entregando pães especiais, doces nas padarias. Essa história de trabalho que possibilita seu entendimento de trabalhador, ao invés de desempregado.

aumentar o grau de escolaridade. Dois estão cursando atualmente o Ensino Médio, e duas estão procurando por vagas para o Ensino Médio em escolas estaduais de Pelotas; possuem contato com o movimento sindical a partir do curso; a metade das pessoas responderam estar vinculadas à cooperativas, e apenas uma, de fato, esteve vinculada.

O critério agregado à conformação da amostra foi então o local de moradia: sem saneamento básico, calçamento; áreas de ocupação do final dos anos 80, sendo locais de ocupação recente.

O levantamento etnográfico aconteceu junto a esses seis alunos desempregados de Pelotas, sem a indicação de outros que seria realizada por eles, conforme planejado no projeto de pesquisa²⁷. Todos os presentes na amostra etnográfica se conheciam, se não do próprio curso, dos seminários em que foram aplicados os questionários.

A exemplo do belo estudo de Ginzburg com o moleiro Menochio²⁸ "mergulhando" na cultura do século XVI, da insistência de Norbert Elias para o entendimento do indivíduo enquanto um "ser da cultura", ocorreu o acompanhamento dos sujeitos de dezembro de 2001 até dezembro de 2002.

A abordagem etnográfica privilegiou o contato direto com os sujeitos da pesquisa nas visitas às suas casas, recuperando sua trajetória enquanto desempregados, a relação com a família e as redes de solidariedade e interdependência estabelecidas.

O entendimento daquilo que não é verbalizado e não está nitidamente visível. Sobre a etnografia e os métodos da Antropologia, em especial, para Fischer:

Lembro que a hoje legitimada contribuição dos métodos advindos da Antropologia, especialmente a observação, tem provocado uma ampliação dos nossos sentidos enquanto realizamos trabalho de campo. Não são raros os depoimentos de antropólogos que palmilharam as periferias de nossas cidades, trazendo dados fundamentais para suas análises: os tatos/toques das pessoas, os

²⁷Santos, Simone Valdete dos. **Qualificar RS: implementação de políticas públicas em Educação Profissional: na contramão da desordem do desemprego**. Proposta de Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre: 2001.

²⁸ Ginzburg aprofundou a vida desse homem, estando Menochio sofrendo uma acusação pela Inquisição por conceber a origem do mundo na sua putrefação. O autor, a partir da pesquisa em inúmeros documentos, revela as leituras, discussões, pensamentos e sentimentos do moleiro.

cheiros das comidas e das fossas, os olhares das cores/odores, dos sofrimentos (1997, p.02).

Foram realizadas entrevistas com o coordenador regional do trabalho, coordenadores e funcionários do SINE (Serviço Nacional de Emprego); houve participação em reuniões da CME (Comissão Municipal de Emprego), entrevista com o atual presidente da CME de Pelotas, representante da bancada dos trabalhadores; entrevista com os Secretários Municipais de Educação e Desenvolvimento Econômico; entrevista com uma psicóloga da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social; entrevista com o chefe de gabinete da metade sul. O objetivo dessa convivência com os gestores, da realização das entrevistas foi compreender como os gestores das políticas do Qualificar planejaram, executaram e avaliaram seus resultados na cidade, estabelecendo contrapontos com os registros dos diários de campo, na perspectiva das pessoas que receberam essas políticas, egressos dos cursos do Qualificar.

Também houve participação em reuniões do Conselho de Desenvolvimento do Loteamento Dunas (CDD) junto a gestores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e técnicos da instituição do Governo alemão GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), que acompanham o Prorenda na cidade para o entendimento dos avanços e limites desse programa de geração de trabalho e renda, que teve na sua origem a participação de um egresso do curso Integrar que foi visitado em sua casa; igualmente, foram acompanhados expedientes do SINE, a fim de investigar como são recebidos os desempregados, dependentes do seguro desemprego, empregadores que oferecem vagas de emprego, pessoas que vão confeccionar sua carteira profissional, ou seja, demandantes de programas e ações presentes nesse estabelecimento público.

Na convivência com os sujeitos da pesquisa, no registro das políticas públicas em ação, houve o cuidado para o envolvimento de pesquisa não influenciar a realidade estudada, principalmente em relação aos objetivos das ações implementadas, conforme as elaborações de Muller e Surel (2002) no estudo das políticas públicas:

O trabalho do analista, deve, portanto, levar em conta, ao mesmo tempo, as intenções dos tomadores de decisão, mesmo se estas são confusas, e os processos de construção do sentido da prática ao longo da fase de desenvolvimento da ação pública. No entanto, em todos os casos o pesquisador deverá cuidar para não tomar o lugar dos atores da política na determinação do sentido da política (p.22-23)

O mosaico teve um processo de elaboração que será explicitado em cada página que segue, apresentando suas peças, modificando suas cores, palmilhando caminhos que harmonizem o conjunto, perguntas e respostas sobre Educação Profissional e desemprego à luz da experiência da realização das políticas do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR²⁹), financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, nomeado Qualificar pelo então Governo Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul. Sua concretização na cidade de Pelotas, com seus sujeitos, realizações, interdições, cenário permanente de ordem e de desordem, uma harmonia sem rejuntes perfeitos, sobreposição de peças, eleição arbitrária de cores.

Segue uma listagem demonstrativa e um fluxograma, com que penso esclarecer o envolvimento dos sujeitos na pesquisa, o levantamento empírico:

SUJEITOS DA PESQUISA / SITUAÇÃO AO FINAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS EM DEZEMBRO DE 2002

⇒ **Egressos do Integrar / Sindicato da Alimentação / CUT**

Éverton Rodrigo (35 anos), operário de uma fábrica de arroz, morador do Dunas – esposa Clarice, empregada doméstica, dois filhos nas séries finais do Ensino Fundamental.

²⁹ O **Dicionário da Educação Profissional** (2000), publicado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), inserido no Plano de Qualificação Profissional de Minas Gerais, traz verbetes esclarecedores sobre as políticas do PLANFOR, seus pressupostos, encaminhamentos.

Renato (40 anos), ocupado, morador do Areal – esposa Clara, quatro filhos, três filhos que moram com ele – a mais velha no 1º ano de Ensino Médio, outros dois cursando o Ensino Fundamental.

Ana Amélia (47 anos), ocupada, moradora do Getúlio Vargas – esposo Neri, quatro filhos, a filha mais velha casada, filho de 21 anos cursando a Escola Técnica Federal, dois filhos nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Mariana (54 anos), desempregada / (ex) estancieira, moradora do Bom Jesus – divorciada, quatro filhas, estudava com a 3ª filha de 32 anos - Mara, tem posseiros na área de sua estância “urbana”/localizada no bairro de moradia Bom Jesus.

Mara (32 anos), desempregada, moradora do Dunas – esposo pescador, dois filhos cursando as séries iniciais do Ensino Fundamental.

⇒ **Egressa do FORMASUS / Sindicato dos Trabalhadores da Saúde / CUT Camila (27 anos), serviços gerais na Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social, moradora do Navegantes** – separada/tem um namorado, três filhas que moram com sua mãe, cursando as séries iniciais do Ensino Fundamental.

⇒ **Egressos do Programa Coletivos de Trabalho**

Neusa (40 anos), integrante do grupo da reciclagem de lixo da colônia de Pescadores Z3 – separada, tem três filhos (dois já completaram o Ensino Médio e moram em Santa Catarina), uma filha mora com ela, a mais nova, e cursa o Ensino Médio.

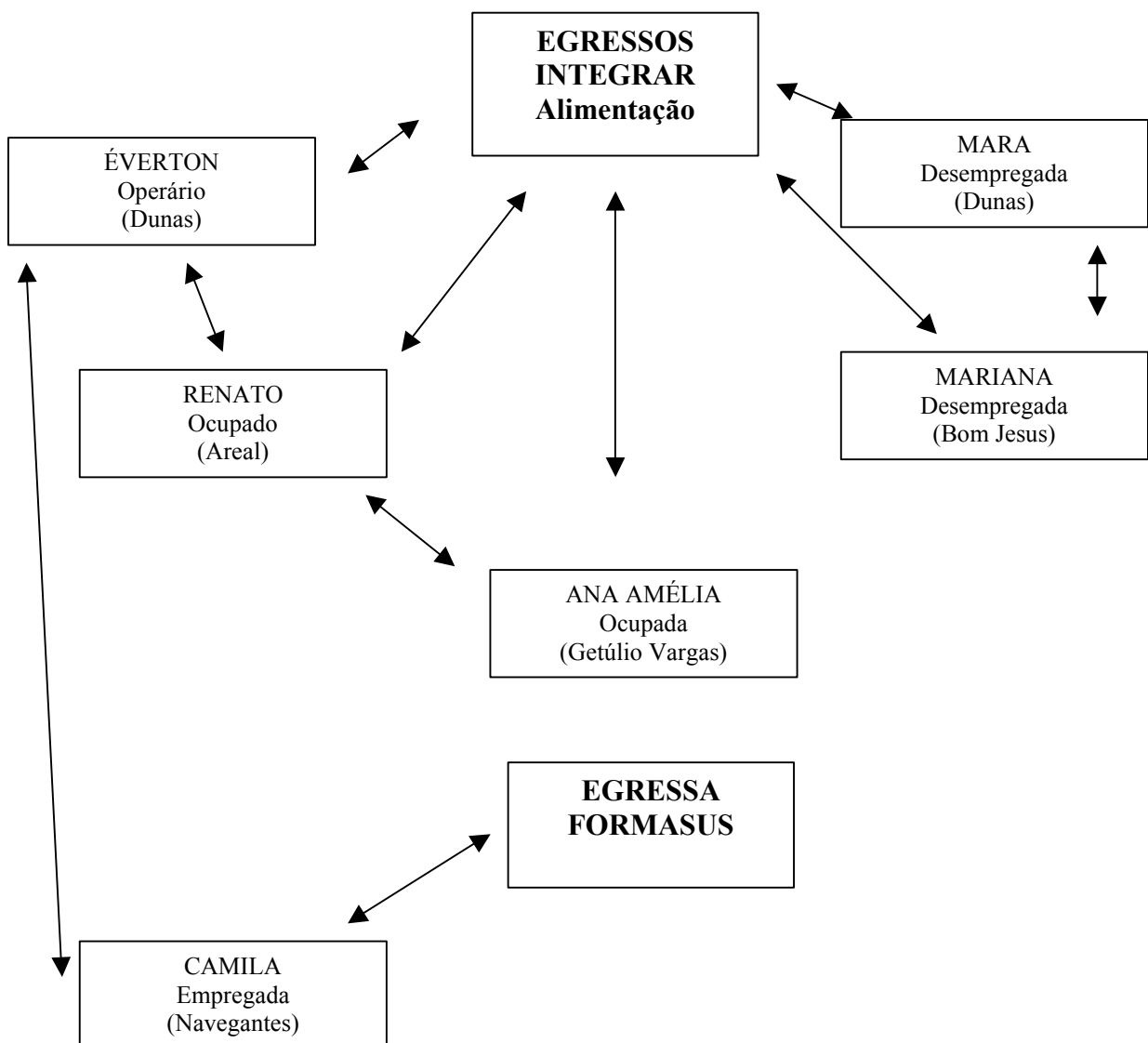
Virgínia (49 anos), integrante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, núcleo Balneário dos Prazeres, casada, uma filha moradora do assentamento rururbano da Sanga Funda, um filho jovem, com Ensino Fundamental completo, que não se envolve como o MTD, não mora com ela.

Elisângela (30 anos), integrante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, núcleo Balneário dos Prazeres/saiu do Movimento ao término do levantamento de dados – separada, dois filhos cursando as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Fernanda (29 anos), integrante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, núcleo Balneário dos Prazeres/saiu do Movimento ao término do levantamento de dados – casada com o irmão de Elisângela, tem uma filha que não está em idade escolar.

Bianca (41 anos), integrante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, núcleo Balneário dos Prazeres/saiu do Movimento ao término do levantamento de dados – casada, tem dois filhos formados no Ensino Médio.

PRINCIPAIS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA COM REGISTROS EM DIÁRIOS DE CAMPO



O gráfico representa as relações interpessoais entre os egressos do Integrar Alimentação e FORMASUS, as aproximações dos sujeitos a partir da frequência ao curso, do local de moradia, da amizade e do grau de parentesco. Não há inclusão dos integrantes dos Coletivos de Trabalho no gráfico porque a proximidade maior em relação aos sujeitos, com registros em diário de campo, ocorreu entre os membros do MTD e da Colônia de Pescadores Z3, sem observação das relações estabelecidas entre os sujeitos, como foi possível com os egressos do Integrar Alimentação e do FORMASUS.

1.2 Imagem e etnografia em Pelotas

[. . .] as fotografias de Malinowski funcionam; não são meros “suportes”, excrescências” do texto que escreve. Não são também, os “álibis” forjados em vista do texto que pretende escrever. Nas obras de Malinowski, as fotografias funcionam, ao contrário, como se fossem “pontos de partida”, “desencadeadoras”, molas inspiradoras” do texto, que com elas, procura elaborar (Samain, 1985, p.33).

No presente estudo, resguardando relações apressadas à obra clássica de Malinowski para a Antropologia, por suas elaborações sobre a etnografia, os objetivos com o uso da fotografia igualmente são desencadear, desvelar pontos de partida, elaborar molas inspiradoras para leitura e análise da realidade representada.

Durante a experiência do doutorado sanduíche no Rio de Janeiro, quando mostrei para meus colegas do Pós – Graduação em Educação da UFF as fotografias do levantamento empírico, em função de seus comentários, percebi que as imagens demonstravam muito mais do que eu conseguia explorar, por isso elas deveriam constar no texto da tese, representando na linguagem visual mais um esforço de análise da realidade.

A fotografia como simulacro, como tentativa de demonstrar a realidade, como enquadramento da realidade: “A fotografia como recriação da realidade, como simulacro que é e não é, ao mesmo tempo, o objeto real, a fotografia no que mostra e no que dissimula, como conhecimento dissociado da experiência que redefine a própria realidade.” (Ciavatta, 2002, p.16)

O enquadramento da realidade, a redefinição da realidade enquanto constructos de pesquisa, que, na Colônia de Pescadores Z3, em função de fotografar o ato de renovação do programa Coletivos de Trabalho, com a presença do governador do Estado, levou-me a receber a identificação de “fotógrafa” pelos moradores da comunidade.

A fotografia como construção de pesquisa observada e identificada pela comunidade. Pelas fotografias, é possível percorrer os caminhos da pesquisa, os fios com os quais fui conformando a trama, as peças que fui esquadrinhando para o mosaico.

De certa forma, o ato de fotografar me aproximou dos sujeitos, pois, no Centro de Desenvolvimento Dunas, os membros do Conselho de Desenvolvimento opinavam sobre o melhor ângulo para enquadrar toda a quadra de esportes, aparecer ao fundo a Incubadora das cooperativas, que estava em obras.

Também mulheres do MTD pediram-me para fotografar seus filhos abraçados em um pônei, durante o encontro do Coletivo dos Atores Sociais na Colônia de férias do Sindicato da Alimentação; e integrantes do MOVA para fotografá-las com o governador, sendo que essas fotografias entreguei para as pessoas que fizeram o pedido, estabelecendo laços de amizade por ter registrado um momento para elas importante.

Como na experiência de José de Souza Martins ao fotografar romeiros em atos de fé no nordeste, sobretudo procissões, também os sujeitos da pesquisa em Pelotas faziam “pose”, nas reminiscências de um período em que os registros fotográficos eram escassos e de alto custo: “A fotografia introduz a imobilidade definitiva, secular e material, moderna, dos corpos no imaginário da fé. As pessoas posam tesas, duras, imóveis, reflexo das dificuldades técnicas próprias da origem da fotografia” (Martins, p.45, 2002).

Ao mostrar as fotografias da pesquisa para os sujeitos em Pelotas – egressos dos cursos e gestores - esses se encontravam nos registros, procuravam os vizinhos, elogiavam as imagens. Em nenhuma conversa demonstraram contrariedade em relação às fotografias, talvez para me agradar, não desestimular a pesquisa, ou por terem se “gostado” mesmo nas imagens. Registro o comentário do representante evangélico no Conselho de Desenvolvimento do Loteamento Dunas, após os álbuns terem percorrido de mão em mão durante a reunião, com fotografias do Centro Comunitário: “linda a lembrança” .

O registro fotográfico, além dos diários de campo, descrevendo a realidade estudada, capacitou o leitor de mais comentários, interpretações em

função da possibilidade de uma outra linguagem, imbuída de outras mediações e interveniências: “A suposta pureza virginal da sociedade observada se perde no ato fotográfico, ao mesmo tempo em que se enriquece com a luz que advém dessas mediações e interveniências...” (Martins, 2002, p.225).

2 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: MOVIMENTOS DE ORDEM E DESORDEM NA SUA ORIGEM, DEMANDAS E RESULTADOS

Quando eu recebi o diploma do Integrar, diploma do 1º Grau, eu me senti grandão para conseguir emprego.” (Éverton Rodrigo, 35 anos, trabalhador da Josapar / indústria de beneficiamento de arroz - conquistou o emprego em dezembro de 2001)



Fotografia 1. Formatura do Curso Integrar Alimentação

Educação profissional, formação profissional e qualificação profissional correspondem a três elaborações conceituais diferentes, três entendimentos para abordar a tradicional "*preparação para o trabalho*".

Franco (1998) problematiza, em seu artigo, esses conceitos, envolvendo diversos autores, alertando para o fato de que "não há consenso sobre os termos mais adequados, mas há critérios e referências teóricas para sua escolha" (p.103).

O conceito qualificação, conforme artigo de Franco, pode recuperar o entendimento taylorista - fordista de produção, acentuando as prerrogativas necessárias para o desenvolvimento de determinada função, os critérios para identificar atividades mais ou menos qualificadas, ou, conforme as visões deterministas, um estágio de desenvolvimento das ciências e das novas tecnologias:

Apoiada em Freyssenet (1992), Zarafian (1992), Coriat (1994), entre outros, Hirata (1994) critica também o "modelo de competência", segundo o qual "haveria um arrefecimento da própria noção de qualificação apoiada na correspondência entre saber, responsabilidade, carreira e salário, em favor de outros valores qualitativos como colaboração, engajamento e mobilidade" (...) (Zarafian, 1992), que teriam por base as novas estratégias empresariais de incorporação do saber dos trabalhadores, através de técnicas de participação. Hirata questiona o valor restrito desta noção de qualificação que não incorpora a subjetividade do trabalhador e a divisão internacional e sexual do trabalho (in Franco 1998, p.104).

O programa do Plano Nacional de Formação Profissional, aqui no RS, esteve nomeado, no período do Governo Olívio Dutra (1999-2002), em consonância ao paradigma da qualificação: *Qualificar RS*³⁰. Houve um esforço dos seus gestores para ampliação do entendimento de qualificação, em função da subjetividade do trabalhador, das relações de gênero³¹, sobretudo nos

³⁰ No governo anterior ao de Olívio Dutra o Programa era nomeado como *RS Emprego*. Considero o paradigma da qualificação apregoado então pelo *Qualificar RS* mais adequado ao atual arrefecimento do mercado de trabalho formal.

³¹ A Secretaria do Trabalho, Cidadania e Ação Social promoveu uma Pré-Conferência intitulada "Trabalho e Gênero" no dia 10 de novembro de 2001 na cidade de Passo Fundo, com uma

cursos que envolvem públicos específicos, como no projeto "Coletivos de Trabalho", de iniciativa do governo estadual, em conformidade à ponderação realizada por Hirata. Na entrevista com o coordenador regional de trabalho de Pelotas, sobre os resultados dos Coletivos de Trabalho:

Promovem a auto-estima do trabalhador que está desempregado.

O reconhecimento da auto-estima como primeiro movimento, resultado do programa, confirma esse esforço da gestão em valorizar a subjetividade do trabalhador como alternativa, saída para sua condição de desempregado.

Franco aponta, ainda, as elaborações de Frigotto (1995), que destaca a importância da Educação formal para os atuais processos de formação profissional numa ótica crítica à ideologia do capital humano³², que, no atual momento, passa por um rejuvenescimento³³.

O artigo de Franco (1998) faz também referência a Deluiz (1995), que considera o conjunto de qualificações que compõe a formação profissional, julgando necessário integrar "...os diferentes saberes e preparando os indivíduos para atuar na esfera do trabalho e da cidadania" (in Franco, 1998, p.105; Deluiz, 1995, p.90-91).

Ramos (2001) considera o conceito das competências, tão propalado atualmente, vinculado ao entendimento de empregabilidade, enquanto deslocamento do conceito de qualificação. A autora realiza uma abordagem consistente sobre a construção teórica, metodológica e política do conceito de competências, suas implicações para o campo do trabalho e da educação:

representação de 67 municípios do Estado, cujas resoluções subsidiaram a 1ª Conferência Estadual do Trabalho, que se realizou em Porto Alegre, no dia 1º de dezembro de 2001.

³² Sobre a Teoria do Capital Humano, temos na obra "Trabalho e Tecnologia - Dicionário Crítico": "Na década de 1969 Theodore Schultz, professor da Universidade de Chicago, retomando constatações de Edward Denison, publicou os textos que formalizaram a nova teoria. Seu trabalho teve repercussão mundial e lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia em 1979 (Schultz, 1973). A teoria teve um impacto expressivo no Terceiro Mundo, sendo considerada uma alternativa para se alcançar o desenvolvimento econômico, para se reduzirem as desigualdades sociais e para se aumentar a renda dos indivíduos (Frigotto, 1995). O entendimento de que a educação seria comparável a um investimento produtivo tomou corpo na área econômica, a ponto de estimular um campo específico de pesquisa e de reflexão, a Economia da Educação" (Cattani, 1997, p.36).

Devido aos movimentos simultâneos de reafirmação e de negação da qualificação como conceito ordenador das relações de trabalho e educativas; e, ainda, pelo fato de esse conceito, como totalidade, resisitir à completa negação em função da dinâmica das relações sociais, concluímos que a noção de competência não substitui a qualificação, mas a desloca dialeticamente para uma plano secundário, como forma de se consolidar como categoria ordenadora da relação trabalho – educação no capitalismo tardio (Ramos, 2001,p.243).

No presente texto, o conceito "Educação Profissional" servirá como balizador das reflexões. Considero essa elaboração mais abrangente, pressupondo processos de formação (enquanto apropriação de habilidades, aprendizagens diversas) e de qualificação (oportunidade de aperfeiçoamento de habilidades, aperfeiçoamento de aprendizagens) dos indivíduos relacionados ao trabalho, seja esse remunerado ou não, à medida que a maioria dos sujeitos envolvidos na pesquisa não estão assalariados e com poucas perspectivas de inserção no mercado de trabalho formal, sendo a demanda principal por "Educação", em seu sentido amplo, para o aprimoramento de suas estratégias de sobrevivência.

O planejamento de políticas públicas de Estado no campo da Educação Profissional no Brasil teve seu incremento na República, período que alguns autores denominam "forma política de organização social do trabalho livre"³⁴.

O presidente Nilo Peçanha, em 1909, inicia uma atuação direta do governo federal na área da formação profissional, através do decreto n° 7566, de 23/12/1909, quando são criadas, em diferentes unidades da Federação, dezenove escolas de artes e ofícios.

A formação profissional, no período inicial da República, segundo Kuenzer (1999) e Machado (1982), era concebida como salvação dos problemas sociais, apartada de um projeto de desenvolvimento econômico, realidade que, conforme as autoras, só vai ser modificada por Vargas.

³³Na obra de Frigotto (1995) "Educação e Crise do Capitalismo Real", o autor desenvolve o entendimento do rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano, diante de um outro momento histórico do Capitalismo, precisamente nas páginas 56, 145, 196 e 202.

³⁴ In Vicente Licínio Cardoso, *À Margem da História da República*, apud Marta C. Carvalho, *Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação, 1924 - 1931*. São Paulo, Faculdade de Educação / USP, 1986, tese de doutorado.

Conforme os escritos de Moraes (2002), no entanto, essa interpretação é equivocada:

Esse esquema simplista de análise leva a interpretações que definem o Estado anterior a 1930 como estritamente vinculado aos interesses da chamada, equivocadamente, aristocracia fundiária **contra** os interesses da burguesia industrial, além de tomar essa data como marco divisor numa suposta passagem de pré-capitalismo a capitalismo (p.170, grifo da autora).

Nesse artigo de Moraes são explicitados os vários cursos profissionalizantes que, nos últimos anos do século XIX e início do século XX, objetivavam formar um trabalhador nacional, livrando o país da ameaça anarquista de trabalhadores estrangeiros, modelando um comportamento operário próprio em nossas nascentes indústrias.

Um cidadão operário forjado pela própria fábrica, sem acesso à escola regular essa realidade acompanhou a República Velha. Os objetivos do programa lançado por Nilo Peçanha não se efetivaram, até pela falta de professores especializados nas diversas regiões do país.

Com a 1ª Guerra Mundial (1914 - 1918), o país enfrenta a carência de recursos financeiros, que impossibilita o avanço dos projetos de educação profissional. No entanto, em nível internacional, entre as medidas executadas no pós-guerra, principalmente nos países europeus, encontramos a formação profissional de adolescentes³⁵.

Getúlio Vargas, a partir de 1930, impulsiona o setor secundário, ocorrendo uma multiplicação de empregos nos centros urbanos. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, efetiva-se a centralização das decisões políticas em Educação. Nesse período, há um substancial investimento na formação profissional para as fábricas.

O assalariamento passa a ser concebido como possibilidade de ascensão social para as classes populares, melhoria da condição de vida, em função do conjunto de medidas da nossa face de Estado de bem-estar social, com nossas idiossincrasias, sobretudo na regulação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e na Legislação Trabalhista de 1943, sendo proporcionados recursos por Vargas para formação para o trabalho nas

indústrias, havendo interesse dos empresários. Após a publicação de vários decretos-lei que estimularam a criação de cursos profissionalizantes, foi criado o SENAI³⁶ (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), em 1942, através do decreto – lei 4.084, de 22/01.

As escolas do SENAI receberam inspiração pedagógica e metodológica de várias experiências de ensino profissionalizante europeu, sobretudo advindas da Rússia. Em 1868, Victor Della Vos utilizou, na Escola Técnica Imperial de Estrada de Ferro de Moscou, o método de ensino chamado de "séries metódicas". Esse método foi aplicado no Brasil a partir de 15 de fevereiro de 1906, quando é inaugurada a Escola Prática de Aprendizagem das Oficinas do Engenho de Dentro da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1934, havia sido instalado o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), cuja mantenedora correspondia às estradas de ferro de São Paulo. De acordo com Frigotto:

A influência das "séries metódicas" introduzidas nos países europeus e América do Norte se fizera presente na aprendizagem do CFESP. Foram organizadas "séries metódicas" para cada um dos ofícios ensinados. Essas séries eram ordenadas de forma a apresentar as várias operações a efetuar em uma ordem crescente de dificuldades. Uma indicação de seqüência em que as operações deviam ser executadas orientava o aluno durante certa quantidade de trabalhos, habituando-o a agir sempre de maneira racional quanto à sucessão das técnicas empregadas. Tão logo o aprendiz internalizasse a lógica do processo, era dispensada a indicação das operações, deixando-lhe a iniciativa da execução da peça num regime de liberdade vigiada (1977, p.20).

O SENAI e posteriormente seus correlatos, compondo o denominado Sistema S :SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio e SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, criados para formar mão-de-obra para outras áreas além da indústria, estão articulados às políticas

³⁵ In Frigotto, p.12, 1977 (Dissertação de Mestrado).

³⁶ Conforme o site, na Colômbia segue a conformação do SENAI no Brasil, só com formação posterior, na década de 50: *"El Servicio Nacional de Aprendizaje -SENA-, creado en 1957 como resultado de la iniciativa conjunta de los trabajadores organizados, los empresarios, la iglesia católica y la Organización Internacional del Trabajo, es un establecimiento público del orden nacional, con personería jurídica, patrimonio propio e independiente y autonomía administrativa, adscrito al Ministerio de Trabajo y Seguridad Social de la República de Colombia"*.

públicas, foram regulamentados pela Consolidação das Leis do Trabalho, mantendo vinculação com o Ministério da Educação e também do Trabalho, mas não atrelados a esses.

O Sistema S funciona de forma autônoma; logo, suas unidades correspondem a centros de formação profissional não-estatais. O acesso a

seus cursos para trabalhadores desempregados, subempregados, autônomos, não- integrados de nenhuma forma a empresas³⁷, só ocorre com esses pagando os cursos, pois não há empresa que os subsidie. O Sistema S serve ao interesse direto de formação das empresas, seja na indústria, no comércio, nas agroindústrias.

A autonomia do Sistema S subsiste, desde sua fundação, devido ao favorecimento de recursos públicos, seja via Ministério da Educação, também o Ministério do Trabalho, nos governos estaduais ou prefeituras, sendo então sua autonomia uma tensão, conforme Boaventura de Souza Santos:

[. . .] não faz sentido democratizar o Estado se, simultaneamente, não se democratizar a esfera não estatal. Só a convergência dos dois processos de democratização garante a reconstituição do espaço público de deliberação democrática (p.68-69, 1999).

A democratização do Sistema S³⁸, quer seja na aplicação dos recursos públicos para a ampliação de vagas em seus cursos para

³⁷ Há uma modalidade de formação do SENAI com adolescentes, denominada "cotistas", que garante o acesso de jovens aos diversos cursos ligados à produção industrial (Tornearia, Ferramentaria, Eletrônica, Elétrica...), após passarem por um rigoroso processo de seleção, com testes de conhecimento geral e psicotécnicos, sendo que empresas que contribuem com o SENAI oferecem cotas de meio salário mínimo para pagar esses jovens durante a sua formação. No quarto ano do curso, estando os adolescentes, na sua maioria, com 16 anos, há o estágio na empresa, na área em que o jovem foi formado (geralmente contemplam só meninos). Após o estágio, pode ocorrer a efetivação ou não nos quadros da empresa. Esse sistema de cotas, na maioria das vezes, oferece uma mão-de-obra barata e qualificada para a empresa, pois, como na pesquisa que realizei com jovens do SENAI no Centro de Formação de Sapucaia do Sul (Santos, 1997), ocorre que muitos jovens não realizaram o estágio em sua área de formação, trabalhando em funções desprestigiadas na empresa.

³⁸ No Documento "A Qualificação Profissional como Política Pública – Sugestões para o Novo Governo", aprovado no Seminário Nacional ocorrido na cidade de Santo André, nos dias 5 e 6 de dezembro, quando vários intelectuais, gestores, sindicalistas reuniram-se para articular

trabalhadores e seus filhos não-empregados, quer seja para refletir sobre suas demandas, prioridades em formação profissional, ainda se constitui como um desafio. Cunha (2000) considera ambíguo o estatuto do SENAI – uma instituição privada criada por ato estatal, que, no atual momento, vivencia um processo de autoprivatização diante, inclusive, de sua participação nos cursos com recursos do FAT.

Nas escolas técnicas federais e CEFETs, por sua vez, o autor observa sua *senaização* à medida que dão conta das demandas apresentadas pelas empresas de formação continuada de seus funcionários:

Estaremos assistindo à translação institucional do SENAI, da ambigüidade público/privada para a nitidez da esfera *privada*, paralelamente à translação da rede federal de escolas técnicas, desde a esfera pública propriamente dita para um espaço de ambigüidade? Para esta rede, pelo menos em termos de busca de recursos no mercado e dos padrões de gestão, isso parece já estar se configurando (Cunha, 2000, p.106).

No curto período democrático de 1943 a 1964, temos movimentos de inovação legal - institucional nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social e, de forma mais tênue, na habitação popular. A implementação de políticas sociais de massa, o nosso Estado de bem-estar social, no entanto, se efetiva durante a ditadura militar, para Draibe (1989):

[. . .] sob as características autoritárias e tecnocráticas do regime que se instalou em 1964, que se completa o sistema de Welfare no Brasil. Define-se o núcleo duro da intervenção social do Estado; arma-se o aparelho centralizado que suporta tal intervenção; são identificados os fundos e recursos que apoiarão financeiramente os esquemas de políticas sociais; definem-se os princípios e mecanismos de operação e, finalmente, as regras de inclusão / exclusão social que marcam definitivamente o sistema. A expansão

proposições sobre as políticas nacionais para a qualificação profissional, consta sobre o Sistema “S”: *“16. É indispensável recolocar a questão da gestão do Sistema “S”, assegurando controle público dos recursos a ele destinados, bem como a orientação com relação à sua execução. É também indispensável o apoio ao projeto de gestão pública do Sistema “S”, apresentado ao Congresso Nacional pelo então deputado Miguel Rosseto” (p.21).* No documento, consta que, no ano de 1998, quando o PLANFOR recebeu mais recursos, as confederações empresariais vinculadas ao Sistema “S” receberam o equivalente a 12 vezes os recursos destinados ao PLANFOR no conjunto do FAT, sendo R\$ 4.350.000.000 destinados ao Sistema “S” e R\$ 397.000.000 ao PLANFOR. É importante lembrar que o SENAI e o SENAC, em especial no Rio Grande do Sul, são executaram cursos do Qualificar, receberam recursos do PLANFOR.

massiva que se verifica a partir de meados dos anos 70 apresenta indícios de esgotamento e crise (nos seus aspectos organizacionais, financeiros e sociais) (p.31).

De certa forma, as medidas implementadoras de nosso Welfare State, mesmo sendo uma caricatura em relação ao formato do Welfare State europeu, foram medidas que proporcionaram um sentimento de ordem, de mais empregos, de mais consumo, abertura de estradas, ampliação do sistema de telecomunicações. Ordem essa instituída na desordem da fragmentação institucional dos programas, da pouca articulação entre as áreas da estrutura de execução das políticas sociais do Estado, realidade que, para Draibe (1989), tem composto um quadro desalentador:

- burocratização excessiva;
- bloqueio à formulação e implantação de planos gerais para cada setor de uma política social nacional;
- ausência de mecanismos públicos de controle, abrindo assim espaço para o livre movimento dos interesses privados no aparelho de Estado;
- incrível superposição de programas e de clientelas, como expressão da desintegração institucional (p.37).

Draibe (idem) considera que as principais características das políticas do Welfare State no Brasil são o corporativismo e o clientelismo, corroborando para a conformação de uma estrutura de Estado burocrática, feudalização de grupos para obtenção de recursos, principalmente durante os períodos eleitorais, expressão de setores profissionais envolvidos nos sistemas - sobretudo na área da Educação e Saúde.

Em 1963, é instituído o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial (PIPMOI), projeto gestado no governo João Goulart e executado pela Ditadura militar, no então contexto brasileiro de Estado de bem-estar social.

A "paternidade" do PIPMOI deve ser destacada, pois muitas das críticas feitas a ele procedem da sua "origem" na ditadura militar, quando, na verdade, é um plano do governo devidamente eleito de João Goulart, executado pela ditadura. A demanda dos cursos do PIPMOI não vinha sendo

contemplada pelo SENAI - pessoas de baixa escolaridade, sem emprego, trabalhadores do setor informal.

A regulação da ditadura militar, que já não era “grande coisa”, conforme Draibe (1989), elaborada sob uma égide autoritária, nos anos 70 entra em crise, e, nos anos 90, observamos sua substituição por uma onda de extinção de fundações, diminuição dos recursos e descentralização nas decisões das políticas, principalmente para os municípios. Descentralização essa que, se por um lado democratiza envolvendo Estados e municípios, por outro, diminui as obrigações da União e divide a responsabilidade com a insuficiência da oferta diante da imensa demanda.

Envolvidas nesse contexto de descentralização, podemos citar as políticas do atual Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as quais responsabilizam os Estados, e esses os municípios, com a execução dos cursos de qualificação profissional.

O PIPMOI, então, constituiu-se em um quadro de emprego, de condução do trabalhador que freqüentou algum curso de qualificação profissional para uma determinada vaga de emprego. O PLANFOR, por sua vez, emerge em um quadro de empregabilidade, quando a formação não garante uma vaga no mercado de trabalho.

A face atual do desemprego é resultado da automação, do incremento tecnológico das empresas, cujo resultado é a diminuição dos postos de trabalho, mas, principalmente, devido ao modelo de desenvolvimento que prima pelo capital especulativo: o Neoliberalismo³⁹.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho, existe cerca de um bilhão de desempregados e subempregados no mundo, atualmente, incluindo nesse dado oito milhões de pessoas que trabalham em regime de escravidão: "Não é uma escravidão do passado, é a que nasce no capitalismo moderno que exclui. O lado monstruoso do capitalismo está aparecendo agora, como contraste desse ultradesenvolvimento" (MARTINS, in entrevista a LERRER, 1996).

³⁹ A obra de Fiori (1998) traz uma análise pormenorizada dos efeitos do Neoliberalismo no Brasil; Soares (2000) apresenta dados do denominado "ajuste neoliberal" na América Latina, destacando como resultado o agravamento da pobreza.

Esse novo trabalho escravo, no Brasil, subsiste sobretudo no campo, onde adultos, crianças e adolescentes⁴⁰ trabalham no corte da cana-de-

açúcar, queima de carvão vegetal, lapidação de pedras semipreciosas. Bóias-frias, os desafortunados⁴¹ que trabalham por trocados e se endividam nas "vendas" de posse do próprio recrutador⁴² do serviço, localizadas dentro de sua propriedade. Na atual lógica, não é preciso açoite para recrutar trabalhador, pois a violência física é substituída pela violência da fome.

O ano de 1999 apresentou os resultados mais altos de desemprego. Sobretudo na região metropolitana de Porto Alegre, 2002 revela uma diminuição nos índices, uma ocupação maior das pessoas.

⁴⁰ A Revista Atenção dos meses dezembro 95 / janeiro 96 exibiu uma longa reportagem sobre o trabalho de crianças e adolescentes no mundo, trazendo destaque para as condições escravas, miseráveis de suas ocupações no Brasil: "A Organização Internacional do Trabalho (OIT) calcula que trabalhem hoje 200 milhões de crianças em todo o mundo. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 7,5 milhões de brasileiros entre 10 e 17 anos trabalham. Representam 11,6% da força de trabalho do país; e 3,5 milhões deles têm menos de 14 anos. Trata-se de mão-de-obra menos organizada, mais dócil e mais barata: em 70% dos casos, recebem em média meio-salário mínimo" (p.13).

⁴¹ A obra *Desafortunados - um estudo sobre o povo da rua (1998)* traz um estudo detalhado sobre a realidade das pessoas que moram na rua em Austin – Texas, nos Estados Unidos. O termo *desafortunados* é utilizado para designar esses que vendem plasma, que comem resíduos do lixo, catam papel, os que exercem um *trabalho à sombra* - opondo-se ao trabalho assalariado formal. O livro *A Miséria do Mundo (1999)* traz uma série de artigos que analisam as novas formas de trabalho, de família, de moradia, de racismos da atual condição da globalização, a conformação de uma miséria globalizada.

⁴² O padre Ricardo Rezende proferiu uma palestra na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1998, no Auditório Alceu Amoroso Lima, e caracterizou a escravidão do campo atualmente no Brasil: "**Perfil dos trabalhadores:** *Na maioria dos casos, são homens jovens, solteiros, de baixa qualificação profissional, analfabetos, e com problemas de alcoolismo.* As promessas: "Os gatos, como são conhecidos os representantes dos fazendeiros, escolhem lugares afetados pela seca e pelo desemprego. Oferecem trabalho na derrubada de mata no Sul do Pará, por exemplo, Garantem assistência médica, salário, e dão um adiantamento para ser deixado com a família do trabalhador. **As dívidas:** No dia seguinte são avisados de que só poderão sair da fazenda quando quitarem o que devem: o transporte, a cachaça que beberam durante a viagem, o almoço e o adiantamento. São informados também de que terão que comprar os instrumentos de trabalho e o alimento no armazém do dono da fazenda. Em geral, as dívidas não são quitadas porque acaba o período de trabalho, e os homens são liberados sem nenhum dinheiro. **Por que não fogem:** *"Eles chegam à noite nas fazendas, que são enormes, quando já estão bêbados. Além de não conhecer o caminho e de não ter parentes nem amigos por perto, eles sentem medo das humilhações que os presos capturados durante as fugas sofrem."* Depoimento retirado da página da Internet www.dominicanos.org.br-ip-trabalho-escravo-no-Brasil No Brasil, existe o Grupo de Erradicação ao Trabalho Forçado (GERTRAF) formado pela Polícia Federal, Procuradoria Geral do Trabalho, Procuradoria Geral dos Direitos dos Cidadãos, grupo que vem atuando, desde 1998, junto às denúncias de trabalho escravo. Mas ainda há muito a ser feito, pois a desapropriação para fins de reforma agrária de propriedades que utilizam o trabalho escravo não tem coibido tal prática: ao contrário, os donos lucram com o valor, pagam pela desapropriação e se deslocam para outros locais, podendo aí vir a explorar outras pessoas.

As mulheres estão em desvantagem em relação aos homens no mercado de trabalho. Sua taxa de desemprego é mais alta no país inteiro, sendo que a outra tabela dos resultados da Pesquisa de Emprego e

Desemprego (PED) referente aos recebimentos dos ocupados revela valores mais baixos das mulheres em relação aos dos homens.

Os dados mais atuais da PED na região metropolitana de Porto Alegre, correspondendo ao mês de fevereiro⁴³ de 2003, revela um total de 257 mil pessoas desempregadas. Isso representa 14,8% de taxa total de desemprego, um aumento em relação a dezembro de 2002, quando a taxa estava em 14,2%.

Sendo o total da PEA da região metropolitana de Porto Alegre 1.739 milhões de pessoas, o número do desemprego aberto (o ato de as pessoas sem qualquer trabalho terem procurado uma alternativa nos últimos sete dias anteriores à pesquisa) é de 161 mil pessoas; do desemprego oculto (pessoas que não trabalharam nem procuraram trabalho no mês anterior, por sentirem-se desestimuladas pelo mercado de trabalho, mas procuraram nos doze meses anteriores) é de 96 mil, representando, respectivamente, 9,3% e 5,5% dos desempregados.

O resultado do índice de desemprego na região metropolitana está relacionado à diminuição de 15 mil postos de trabalho, a maioria do setor de serviços.

Em janeiro de 2003, o rendimento mensal dos ocupados caiu 4,1%, apresentando declínio pelo quarto mês consecutivo. Entre os assalariados, a redução foi de 2,4%, permanecendo o desempenho negativo iniciado em agosto de 2002. Os rendimentos médios reais dos ocupados e dos assalariados foram estimados em R\$ 782,00 e R\$ 790,00, respectivamente.

Seguem duas tabelas, elaboradas pelo DIEESE, a partir dos dados da PED em seis regiões metropolitanas e no Distrito Federal, que demonstram as taxas de desemprego anuais de 1998 até 2001, por sexo. No ano de 2002, que corresponde ao período do desenvolvimento da pesquisa na cidade de Pelotas, é possível observar seu desempenho durante os dozes meses:

TABELA 2**Taxa de desemprego total, por sexo**

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -1998/2002

em%

Período	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal								
	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1998	15,9	13,7	18,7	19,4	17,2	21,9	15,9	13,7	18,6
1999	17,9	15,9	20,4	21,6	18,8	24,6	19,0	16,7	21,9
2000	17,8	16,1	19,9	19,6	17,2	22,2	16,6	14,2	19,6
2001	18,3	16,2	20,8	20,1	17,2	23,1	14,9	12,3	18,2
Janeiro/2002	17,5	15,6	19,9	20,0	18,1	22,1	14,5	12,3	17,0
Fevereiro/2002	18,1	16,1	20,4	20,8	18,5	23,3	15,0	12,6	18,0
Março/2002	18,9	16,6	21,7	21,5	18,5	24,8	15,8	13,4	18,8
Abril/2002	18,9	16,4	21,9	21,1	18,1	24,3	15,7	13,0	19,2
maio/2002	18,4	16,1	21,4	20,9	19,2	22,8	16,0	13,3	19,2
Junho/2002	18,2	15,6	21,3	20,4	18,0	22,8	15,9	13,4	18,9
Julho/2002	17,7	15,2	20,6	20,3	18,2	22,6	15,9	13,5	18,8
Agosto/2002	18,1	15,9	20,8	19,5	17,3	21,9	15,4	13,4	17,9
Setembro/2002	17,7	15,9	19,9	19,5	17,1	21,9	15,5	13,8	17,5
Outubro/2002	18,2	16,1	20,5	19,4	16,9	22,1	15,1	13,8	16,7
Novembro/2002	17,6	15,0	20,6	19,9	17,3	22,6	14,8	13,1	16,8
Dezembro/2002	17,5	14,9	20,5	19,8	17,1	22,7	14,2	12,1	16,7

em %

Período	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal								
	Recife			Salvador			São Paulo		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1998	21,6	19,0	24,9	24,9	22,9	27,1	18,2	16,1	21,1
1999	22,1	19,6	25,2	27,7	25,8	29,9	19,3	17,3	21,7
2000	20,7	18,2	23,9	26,6	24,1	29,3	17,6	15,0	20,9
2001	21,1	17,8	25,3	27,5	25,0	30,2	17,6	14,9	20,8
Janeiro/2002	20,2	17,5	23,5	26,9	24,3	29,7	17,9	15,5	20,7
Fevereiro/2002	19,9	17,6	22,8	27,3	24,4	30,5	19,1	16,4	22,3

⁴³ Dados presentes no Informe PED Ano 12, número 2, publicação da Fundação de Economia e Estatística com recursos do FAT.

Março/2002	21,1	18,4	24,5	27,6	24,5	31,0	19,9	17,0	23,4
abril/2002	21,8	18,9	25,3	28,2	25,2	31,5	20,4	17,3	24,2
maio/2002	21,7	18,9	25,1	28,4	25,3	31,8	19,7	17,0	23,0
Junho/2002	21,6	18,4	25,5	28,0	25,8	30,4	18,8	16,1	22,2
julho/2002	20,8	17,6	24,8	27,7	25,4	30,2	18,1	15,7	21,1
Agosto/2002	20,0	16,9	23,9	27,1	24,9	29,6	18,3	15,7	21,3
Setembro/2002	19,3	16,8	22,4	27,1	24,5	29,9	18,9	16,7	21,5
Outubro/2002	19,2	16,8	22,0	26,6	24,3	29,0	19,0	16,7	21,7
Novembro/2002	19,9	17,1	23,2	26,8	25,3	28,4	19,0	16,4	22,2
Dezembro/2002	19,4	17,1	22,2	26,5	24,8	28,4	18,5	15,8	21,8

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego Elaboração: DIEESE

TABELA 3**Rendimento médio real dos ocupados, por sexo****Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -1998/2002****(Reais de janeiro de 2002)**

Período	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal								
	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1998	686	819	519	1129	1331	903	770	880	616
1999	648	770	507	1242	1473	992	745	863	589
2000	635	756	495	1331	1583	1057	747	868	593
2001	637	763	492	1227	1314	892	722	834	576
Janeiro/2002	633	744	509	1071	1261	870	696	796	573
Fevereiro/2002	647	759	518	1095	1281	890	698	797	569
Março/2002	656	770	522	1110	1301	897	703	808	567
abril/2002	640	745	517	1107	1303	892	716	821	582
maio/2002	641	743	519	1098	1302	879	720	821	591
Junho/2002	657	769	527	1091	1297	873	724	823	599
julho/2002	662	783	521	1084	1283	870	735	839	605
Agosto/2002	661	787	515	1094	1293	880	733	840	603
Setembro/2002	636	757	501	1102	1290	899	737	843	608
Outubro/2002	628	738	505	1106	1288	909	729	832	600
Novembro/2002	614	723	494	1069	1252	875	703	806	575

(Reais em janeiro**de 2002)**

Período	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal								
	Recife			Salvador			São Paulo		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1998	612	723	461	628	769	469	109	1304	822

							9		
1999	553	650	423	583	707	447	1038	1227	793
2000	524	618	398	582	701	449	974	1168	722
2001	513	601	396	573	689	447	888	1058	677
Janeiro/2002	527	614	411	582	690	462	832	984	642
Fevereiro/2002	532	620	417	596	709	468	828	968	652
Março/2002	521	616	398	592	699	471	804	951	618
Abril/2002	506	591	397	592	710	460	831	991	630
Mai/2002	494	569	396	577	697	449	832	983	636
Junho/2002	487	551	401	594	728	449	828	979	640
Julho/2002	479	547	388	592	705	467	805	957	616
Agosto/2002	478	552	383	578	678	462	813	970	623
Setembro/2002	474	554	373	549	637	450	825	984	627
Outubro/2002	479	564	373	535	633	426	826	971	644
Novembro/2002	476	555	375	530	632	419	787	925	610

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego Elaboração: DIEESE Obs.: a) Inflator utilizado: IPCA/ BH/IPEAD; ICV-DF/Codeplan; IPC-IEPE/RS; IPC-DESCON/FUNDAJ/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DI EESE/SP

b) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício

c) Série histórica do Distrito Federal está passando por revisão técnica.

As tabelas do DIEESE corroboram para o esclarecimento sobre dados gerais de desemprego e média dos rendimentos de homens e mulheres no Brasil.

As mulheres, em todas as regiões metropolitanas do país, estão mais desempregadas que os homens. Os índices apontam para a superação das mulheres em relação aos homens em situação de desemprego. O rendimento médio feminino também é mais baixo do que os vencimentos masculinos. A situação desfavorável das mulheres no mercado formal de trabalho será aprofundada no penúltimo capítulo da tese, ocorrendo uma seção que tratará especificamente das relações de gênero.

As principais pesquisas domiciliares mensais no Brasil que revelam os índices de emprego e desemprego são a PED e a PME. A PED é executada no Rio Grande do Sul pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), a partir de convênios da Fundação Gaúcha do Trabalho (FGTAS) e do SINE/RS com a Fundação SEDAE (Sistema Estadual de Análise de Dados) e o DIEESE (Departamento Intersindical de Economia e Estatística). É financiada com recursos do FAT, contando com o apoio da prefeitura municipal de Porto Alegre e Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS). A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), por sua vez, é executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – órgão de pesquisa vinculado ao Governo Federal.

As metodologias de cada pesquisa determinam a diferença de seus índices, sendo os divulgados pela PME invariavelmente a metade dos índices da PED. Segundo o texto do Boletim do DIEESE:

- todos aqueles que não procuraram trabalho nem exerceram qualquer atividade na semana de referência da pesquisa, ainda que o tenham procurado no decorrer do mês, são classificados como inativos pela PME, ou seja, são excluídos da força de trabalho; no caso da PED, são incluídos entre os desempregados;
- aqueles que exerceram algum tipo de atividade irregular e descontínua em simultâneo à procura de trabalho, que formam o contingente de desemprego oculto pelo trabalho precário da PED, são classificados como ocupados pela PME, se tal atividade tiver sido realizada na semana de referência, ou como inativos, se a atividade ocorreu na semana;
- aqueles que não trabalharam nem procuraram trabalho no mês anterior, por sentirem-se desestimulados pelo mercado de trabalho, mas procuraram nos doze meses anteriores, são

contados pela PED como desemprego oculto pelo desalento, e pela PME como inativos.

- pessoas em serviços assistenciais sem remuneração ou aquelas “encostadas pela caixa” por mais de quinze dias são classificadas como ocupadas pela PME; na PED, são caracterizadas como inativas;
- da exclusão das crianças de 10 a 14 anos dos indicadores gerados pela PME, embora as informações sobre este segmento sejam captadas também por tal pesquisa. (Boletim do DIEESE, 1996, p.13-14).

Logo, a caracterização de desemprego para a PED é bem mais abrangente do que a apresentada pela PME. Seguem metodologias de análise

diferentes; conseqüentemente, os índices alcançados por cada pesquisa são diferentes. No estudo exploratório, cujo instrumento foi um questionário aplicado em 61 alunos dos cursos do PLANFOR que compareceram nos seminários promovidos pelo projeto especial "Ações de Apoio à Gestão do Plano Estadual de Qualificação", foram utilizadas as categorias de desemprego da pesquisa da PED. No texto da tese, a opção realizada foi pelos dados da PED, mesmo sendo uma estimativa das regiões metropolitanas, sem dados da cidade de Pelotas, sem uma estimativa nacional precisa, porém envolvendo categorias mais abrangentes para explicar o desemprego.

A PED tem como amostra mensal 7.500 domicílios, ocorrendo na região metropolitana de Porto Alegre desde junho de 1992, enfocando desemprego, ocupação e rendimentos.

O desemprego é peça fundamental do atual modelo econômico, que, segundo Harvey (1992), empenha-se em crises cíclicas do capitalismo financeiro, sendo esse o poder coordenador majoritário do mercado. Rápida destruição e reconstrução de habilidades ligadas ao setor produtivo industrial, e, especialmente, redução do valor dos salários e retrocesso do poder sindical.

Para Pochmann (2000), é preciso considerar, nas análises das políticas públicas de geração de emprego, trabalho e renda no Brasil, o fato de nosso processo de assalariamento ser inacabado:

Em relação às economias periféricas ao desenvolvimento do centro do capitalismo mundial – que, em geral, jamais tiveram a experiência de consolidação das chamadas sociedades salariais - , prevaleceu a existência dos mercados de trabalho pouco ou quase nada organizados. Ou seja, a presença do assalariamento, mesmo quando chegou a ser majoritária, jamais apresentou força suficiente para levar à homogeneização das remunerações e condições de trabalho, conforme as nações avançadas (p.20).

Há muitas análises no campo das políticas sociais que incluem trabalho, emprego e geração de renda enquanto referenciais econômicos, de entendimento da Economia. No entanto, até pelo ethos cultural que o trabalho incorporou a partir do assalariamento, pela mobilidade social alcançada nos últimos 30 anos em função do emprego, é difícil imaginar uma sociedade com ausência de trabalhadores.

Mesmo no Brasil, onde as conquistas da carteira assinada não foram as mesmas que na Europa e onde a escravidão persistiu até o final do século XIX, houve uma mudança no nível de escolaridade das pessoas, moradia, formação urbana a partir do assalariamento.

Pochmann (2001) nos revela alguns dados a esse respeito:

Assim, entre 1932 e 1980 o Brasil levou avante um dos mais bem-sucedidos modelos de crescimento econômico, fundado na ampla difusão do emprego assalariado. Durante os anos 40 e 70, por exemplo, a cada 10 postos de trabalho criados apenas 2 não eram assalariados, sendo 7 com registro formal(p.96).

Nessa mesma obra, Pochmann afirma que perdemos cerca de um milhão e meio de empregos no setor industrial nas últimas duas décadas, com aumento de escolaridade dos trabalhadores que assumem os postos de trabalho, com a redução da mobilidade social entre as classes populares. Os filhos estão ficando mais pobres que seus pais, mesmo estudando mais, qualificando-se mais para o exigente mercado de trabalho. Os trabalhadores de carteira assinada no Brasil, que sempre dependeram das políticas sociais para ter casa, atendimento de saúde, filhos na escola, redobram as demandas, com a dificuldade, hoje, de garantir as mínimas condições de sobrevivência.

Pochmann (idem) desvenda os mitos do modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. Anuncia que diminuíram aproximadamente 546 mil postos diretos de trabalho, em função de um processo de dez anos de privatizações.

Do saldo total negativo de 3,2 milhões de empregos assalariados formais destruídos na economia brasileira durante a década de 1990, 17,1% foram de responsabilidade direta da reformulação do setor produtivo estatal. Ou seja, de cada cinco empregos perdidos, nos anos 90, um pertencia ao setor estatal (Pochmann, 2001, p.29).

O deslocamento do trabalho durante os anos 90, conforme a análise de Posthuma (1999), compreende a três tendências: setorial, ocupacional e regional:

Em primeiro lugar, o trabalho está mudando da indústria para o comércio e os serviços. Em segundo, os trabalhadores estão se deslocando de profissões específicas e formalizadas para atividades sem relação com a sua ocupação anterior – como por exemplo, um torneiro mecânico que se torna vendedor de produtos – ou, ainda, estão criando um novo arranjo das qualificações já existentes – como no caso do autônomo prestador de serviços. Em terceiro, os trabalhadores estão migrando das regiões que passam por ajustes estruturais profundos para pólos de crescimento, onde os investimentos e a emergência de novas atividades econômicas estão criando oportunidades em regiões como o interior do Estado de São Paulo, o sul, ou algumas áreas do nordeste (p.16).

A autora alerta para o fato de que o desemprego aberto brasileiro tem estado entre um dos mais baixos do Continente, em função da ocupação via setor informal: “[. . .] o setor informal tem servido como um amortecedor contra o impacto da reestruturação, ocupando 60% da população trabalhadora” (Posthuma, 1999, p.17).

A complexidade do atual momento histórico, sobretudo da realidade brasileira, que não generalizou as relações assalariadas de trabalho e hoje convive com um diversificado setor informal, revela a necessidade de entendimentos mais abrangentes sobre o que significa gerar renda e trabalho para as classes populares, ou seja, ampliando as possibilidades de reconhecimento de identidades para as preferências religiosas, matrizes étnicas, locais de moradia das pessoas, etc. Ao formular a pergunta: – O que você é?, abrir a possibilidade para perceber outras identificações que não o trabalho. Para exemplificar possíveis respostas, advindas da interpretação dos dados da pesquisa em Pelotas, da convivência com os sujeitos egressos dos cursos do Qualificar: – evangélico da Assembléia de Deus; – Membro do Conselho de Desenvolvimento do Dunas; – Umbandista; – membro da Cooperativa de Vestuário do Dunas (COOPERVEST); – membro dos Coletivos de Trabalho do Navegantes; – militante do MTD.

Processos de conformação de identidades que, de certa forma, foram potencializados pelas políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda presentes na cidade de Pelotas.

O processo de fagocitação⁴⁴ do *ser trabalhador* como perspectiva ontológica e do *estar* desempregado como condição do momento histórico

⁴⁴ In KUSCH (1986).

atual inserido em programas de Educação profissional sinalizam para alternativas de geração de emprego e renda sem, necessariamente, vinculação a um patrão.

Os cursos de Educação Profissional são instrumentos facilitadores, mediadores, reflexivos dessas novas conformações de identidades, de relações do *ser* enquanto condição humana e do *estar* desempregado, valorizando “o *ser* e *estar* evangélico”, “o *ser* e o *estar* umbandista”, “o *ser* e o *estar* cooperativado”, “o *ser* e o *estar* coletivo” em detrimento das condições: “o *ser* e o *estar* professora”, “o *ser* e o *estar* metalúrgico”, vinculados às escolhas profissionais, ao trabalho formal, processos de identificação reforçados até principalmente nos anos 80, pela Educação Profissional, atualmente em crise pela diminuição das possibilidades dessas identificações.

Assistimos hoje ao declínio das grandes identificações coletivas e ao emergir de atores sociais fragmentados e múltiplos. Essa “fragilidade” aparente dos atores sociais pode nos fazer recordar com saudade os tempos heróicos nos quais o curso histórico atribuía para cada um o lugar e a função do pesquisador era desvelar esta trama. Mas, se a pluralidade, contemporaneidade e

multicolocação dos atores não são somente o marco de uma queda, então o olhar do observador é obrigado a modificar-se nas suas pretensões e interrogar-se sobre o sentido dessas mudanças. O fim dos atores-personagens concebidos como essência nos leva a transferir a atenção para os processos de construção da ação social (Melucci, 2001, p.165-166).

A identidade voltada para a profissão sucumbiu pressupostos econômicos do lugar ocupado pelo sujeito na luta de classes; a mudança que registrei no discurso dos gestores do Estado do Rio Grande do Sul, durante a pesquisa de campo, sobre a perspectiva do desenvolvimento econômico evidenciado em seu documento "*Estratégia do Desenvolvimento Econômico*", publicado em julho de 2000, para *políticas sociais*, nos materiais distribuídos em 2001, ocorrendo, inclusive um "*Guia da Participação Solidária*", evidenciam um entendimento alargado dos processos de identificações e as demandas vinculadas a tais processos.

Pelos documentos de 2001, há um consenso no Governo Estadual no sentido de não haver possibilidade de desenvolver o Estado com indigência,

sendo necessário minimizar a pobreza em suas diversas manifestações para alcançar um pleno desenvolvimento econômico.

No Guia da Participação Solidária, há uma integração das diversas Secretarias na apresentação dos programas existentes. Esse já é um indicador do compromisso de romper com a burocracia e com a desintegração institucional, da mesma forma a organização dos 22 Centros Regionais de Desenvolvimento Trabalho e Renda, na tentativa de centralizar o planejamento e a execução de 15 programas sociais, medidas que expressam uma ampliação no entendimento das políticas por parte dos gestores estaduais, evidenciada por Draibe (1989) em sua análise das políticas sociais no Brasil.

Porém, no acompanhamento que realizei, durante o ano de 2002, ao Centro Regional de Desenvolvimento Trabalho e Renda da cidade de Pelotas, observando suas rotinas, concluí que houve um esforço do governo na descentralização das políticas, esforço esse que pereceu diante dos vícios institucionais da parte dos funcionários públicos e dos próprios cargos de confiança do governo na centralização, nas ações fragmentadas no momento da execução dos programas sociais. “[. . .] uma vez quer se queira compreender os resultados da ação pública, é indispensável tomar-se consciência do caráter intrinsecamente contraditório de toda política” (Muller e Surel, 2002, p.17-18).

No atual momento, há uma discussão da ocupação de áreas "rururbanas"⁴⁵ na cidade de Pelotas, discussão essa inserida no Congresso da Cidade, que teve sua finalização nos dias 09 e 10 de agosto de 2002.

Na região denominada rururbana pelo documento preliminar do Congresso, como sendo uma região de transição entre o campo e a cidade - o bairro Sanga Funda - onde inclusive se localiza uma escola técnica federal agrícola vinculada à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), há

⁴⁵Áreas rururbanas correspondem aos espaços de transição campo - cidade, áreas próximas ao perímetro urbano, ao grande centro, mas com cultivo, com atividades pastoris e também com uma cultura peculiar ao meio rural. Para aprofundamento da temática: Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 45 (51), 1 de agosto de 1999. Conforme reportagem sobre a prefeitura de São Lourenço da Serra, no Estado de São Paulo, que estava vivenciando um acampamento do MST, os acampamentos rururbanos são uma nova proposta do MST para ocupar terras urbanas ou rurais que não cumprem sua função social. Os conceitos sobre áreas rururbanas podem ser encontrados na ERF · GESTIÓ I COMUNICACIÓ AMBIENTAL, S.L. BALMES 18, 1r 1a · 08007 Barcelona · TEL.: (+34) 93 301 23 29 · FAX: (+34) 93 301 23 21.

um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, sendo essa uma área desapropriada pela prefeitura, em colaboração com o governo estadual. A iniciativa pretende produzir hortifrutigranjeiros, organizar cooperativas de forma coletiva, viabilizando trabalho e renda em um espaço de transição campo – cidade. É importante destacar que sendo Pelotas uma cidade da metade sul do Estado, ainda conta com uma significativa presença de atividades agrárias.

O potencial criativo no campo das políticas de Educação para o trabalho, bem como a própria geração de trabalho, emprego e renda pressupõe a passagem dos limites que separam o Estado da comunidade, a constituição de mecanismos de participação e controle das políticas sociais, a abertura para alternativas solidárias de organização da sociedade, a dimensão do cuidado na formulação das iniciativas do Estado e da comunidade, no e para com ela, consolidando, de fato, a evolução nas condições de vida dos seres humanos.

O programa Coletivos de Trabalho, envolvendo em Pelotas 250 pessoas em duas comunidades - na colônia de pescadores Z3 e no bairro Navegantes, e com 50 membros do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, é um exemplo de política social para geração de trabalho, emprego e renda que instaura uma iniciativa do modo-de-ser-cuidado⁴⁶, novas formas de sociabilidade. À medida que as pessoas trabalham juntas, em forma de mutirão, prestando serviços para a comunidade onde moram, decidem o curso de qualificação profissional mais adequado para o grupo e demandas da comunidade, sendo esse curso viabilizado com recursos do FAT, articulando associações e/ou cooperativas que gerem ocupação e renda para o grupo.

Nas suas iniciativas, objetivos, o programa prevê autonomia das comunidades, orienta para outras formas de envolvimento com o trabalho que não o assalariamento. Convivendo com os grupos, pude observar uma forte tutela, sobretudo do Sindicato dos Metalúrgicos em relação ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados, bem como uma identificação com o trabalho assalariado, mesmo nas atividades do coletivo. Desvios dos objetivos do programa em sua execução, a complexidade do envolvimento de uma política pública com o surgimento e estruturação de um movimento social, a partir dos

⁴⁶ In Boff (1999).

registros dos diários de campo e resultados dos questionários aplicados nos três grupos nos quais ocorreram os Coletivos de Trabalho na cidade de Pelotas.

Tais iniciativas das políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda se inserem no movimento de desordem do atual estágio do processo civilizador, que, recuperando Elias (1993), podemos afirmar que retrocedeu, pois, com a diminuição dos postos de trabalho, o modelo de seguridade do *Welfare State* está ameaçado, posto à prova, modelo esse que, no Brasil, subsistiu com trabalho informal, não generalizou suas conquistas.

O PLANFOR,⁴⁷ em sua conformação aqui no Estado, e também em outros, inclui projetos que envolvem recuperação de escolaridade, desde a alfabetização, séries finais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, envolvendo oficinas de formação instrumental, que, no caso do Integrar do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação, em Pelotas, filiado à CUT, são oficinas de Informática e também gestão de empreendimentos, com aulas sobre cooperativismo, associativismo.

Na seqüência do capítulo, é realizado um paralelo entre o PIPMO e o PLANFOR - sua face de planos emergenciais, sem vinculação direta com a escola regular, em contextos históricos conflitantes: o PIPMO na lógica do emprego e o PLANFOR na lógica da empregabilidade. Concluindo esse paralelo entre os Planos, é apresentado um quadro, para facilitar a compreensão dos aspectos similares e antagônicos dos programas.

A última seção do capítulo trata especificamente da execução do PLANFOR, de aspectos de sua conformação na cidade de Pelotas a partir do Integrar Alimentação, do FORMASUS e dos Coletivos de Trabalho, ocorrendo uma descrição do programa Coletivos de Trabalho: objetivos, público-alvo, cidades envolvidas.

Da mesma forma, o envolvimento do movimento sindical, em especial da Central Única dos Trabalhadores, que executa o Programa Integrar. As

⁴⁷ VENTURA (2001) relaciona as implicações do PLANFOR no âmbito da Educação de Jovens e Adultos e conclui pela sua subalternidade reiterada, conforme a ideologia competitiva do momento histórico atual: "Na busca pela competitividade internacional da indústria brasileira, a baixa escolaridade da população passou a ser considerada como um dos obstáculos à nossa competitividade e inserção na economia globalizada" (p.49).

diversas faces dessa realidade, as especulações presentes na imprensa sobre o futuro do PLANFOR no então governo de Luis Inácio Lula da Silva e as proposições estabelecidas pelo documento *“A Qualificação Profissional como Política Pública – Sugestões para o Novo Governo”*, definido por vários intelectuais, membros de organizações não-governamentais e sindicais e gestores de administrações municipais e estaduais presentes no Seminário Nacional realizado no município de Santo André, nos dias 05 e 06 de dezembro de 2002.

2.1 Da Educação Profissional para o Emprego, no PIPMO, para a Educação Profissional da Empregabilidade, no PLANFOR

“Eu fui coordenador regional do trabalho, da extinta Fundação Gaúcha do Trabalho, a FGT, 1975 a 1986, aqui em Pelotas. A Fundação Gaúcha do Trabalho, por ordens da secretaria, foi criada com o objetivo de formar mão-de-obra. Na época existia e ainda existe o Senac, e Senai, mas eram e são órgãos que não absorviam essa clientela menos qualificada com primeiro grau, por exemplo, ou até sem escolaridade. E a Fundação Gaúcha não fazia exigência de escolaridade. Então qualquer pessoa, desde que soubesse escrever, podia participar dos cursos. Então normalmente nós absorvíamos através de pesquisas, sendo verificadas as sobras do Senac e do Senai para o curso no setor doméstico, primário, secundário, terciário e construção civil. Os cursos eram módulos de 100 horas no mínimo, e, dependendo da necessidade e do interesse da clientela, a gente aumentava esses módulos, fazia dois módulos, aumentava horas, fazia no máximo 300 horas. Eu tenho saudade da Fundação. Eu até hoje, quando eu viajo, vou a Piratini, vou a Santa Vitória do Palmar, vou procurar pelas pessoas que trabalharam comigo nos cursos, que me ajudaram.” (Trecho da entrevista com Francisco Olicio Rodrigues da Silva - coordenador regional da Fundação Gaúcha do Trabalho, em Pelotas)



Fotografia 2. Lançamento do Qualificar no CDL, em Pelotas

A partir das informações obtidas na entrevista realizada com dois coordenadores do PIPMOI no Estado do Rio Grande do Sul - Frederico Lamachia Filho, que coordenou o Programa de 1967 até 1969, e Altair Luis Barrison, que o coordenou no lugar de Lamachia, de 1969 até o seu encerramento, em 1982⁴⁸; na entrevista com o coordenador regional da FGT em Pelotas, de 1975 até 1986 – Francisco Olicio Rodrigues da Silva, coordenador e executor dos cursos do PIPMOI / PIPMO na região; dos dados apresentados na dissertação de Mestrado de Barradas (1986) e da pesquisa no arquivo da atual Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), de denominação anterior Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT), é bem possível a confirmação da possibilidade para a qual Frigotto alerta, em função das proximidades dos dois planos nacionais de Educação Profissional:

O risco do PLANFOR é de reeditar o PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra), que, como nos mostra Barradas, de programa emergencial de preparação intensiva de mão-de-obra, que

⁴⁸ Em pesquisa nos relatórios da Fundação Gaúcha do Trabalho, não foram encontrados registros dos nomes de Altair Luis Barrison e Frederico Lamachia Filho nas coordenações gerais do PIPMO no Rio Grande do Sul. Como eles foram indicados por João Bettoni para as entrevistas, sendo que esse foi chefe da divisão da formação profissional em vários mandatos, conclui-se que eles gerenciavam a execução do programa sem um cargo central na Fundação, para que seus nomes não apareçam nos relatórios oficiais.

deveria durar 20 meses, acabou durando 20 anos (Frigotto, 1999, p.43).

Os dois planos de Educação Profissional, de abrangência nacional, acontecem em dois momentos históricos muito distintos: o PIPMOI é idealizado no auge do êxito do paradigma taylorista-fordista no Brasil. Uma das "vitórias" do programa, conforme palavras de seu antigo coordenador estadual, Altair, era:

[. . .] formar um torneiro mecânico em 100 horas, o mercado tinha pressa, não podia esperar.

Momento de incremento da produção nas indústrias automobilísticas, "milagre" econômico proporcionado pela ditadura militar, euforia de emprego; nacional - desenvolvimentismo orquestrado pela Ditadura Militar.

O PLANFOR, por sua vez, ocorre no momento da diminuição do número de indústrias e postos de trabalho no Brasil, no ajuste da automação e de novas formas de produção. As indústrias foram substituídas pelo comércio e pelos serviços na oferta de emprego (oferta essa que não suplanta a enorme demanda existente), privatização indiscriminada e diminuição dos empregos também no setor público.

A retomada do contexto econômico / político que envolve os planos é fundamental para não incorrerem em analogias apressadas, pois existem aspectos comuns, que devem ser analisados à luz do reconhecimento da memória. No anexo C da tese, consta quatro fluxogramas para facilitar o entendimento das várias questões presentes no capítulo: envolvimento de organismos internacionais com as demandas de Educação Profissional do Brasil, forma de organização do PIPMO e do PLANFOR.

O PIPMOI foi planejado junto à Diretoria do Ensino Industrial (DEI) no Ministério da Educação, recebendo verbas do Ensino profissionalizante. Foi transferido para o Ministério do Trabalho em 1975, daí saindo seus recursos, transferência efetuada pelo então Ministro do Trabalho, Arnaldo Prietto, sendo ampliados seus cursos para o setores primários (agricultura) e terciário (comércio e serviços), mudando então seu nome para PIPMO (Programa Intensivo para Preparação de Mão-de-Obra). O principal argumento para a

não- institucionalização do Programa, segundo Lamachia e Altair, correspondia à tentativa de assegurar a autonomia do plano, cada Estado construindo as suas demandas, contratando as empresas para ofertar os cursos.

Os coordenadores regionais⁴⁹ do PIPMO eram nomeados pelo coordenador nacional do programa. O primeiro coordenador do Rio Grande do Sul foi Jorge Alberto Furtado.

O PLANFOR, atualmente, é coordenado pelas Secretarias Estaduais de Trabalho e Renda, não por um coordenador nomeado em função da hierarquia federal. Mas é mantida a autonomia das equipes estaduais na elaboração do seu plano, embora a autonomia no PIPMO fosse relativa, pois essas equipes eram da confiança do governo federal, nomeadas pelo mesmo.

O PIPMO possuía oferta contínua de cursos, durante o ano todo, respeitando, sobretudo, o calendário agrícola. Esse é um grande problema do PLANFOR, que tem um calendário de setembro a janeiro, variando alguns desses meses, mas ocorrendo nos últimos meses desde 1997. A equipe executiva nacional do PIPMO, bem como os assessores dos Estados, já haviam tido, em sua maioria, segundo Lamachia e Altair, alguma passagem pelo SENAI.

Até o final do governo Fernando Henrique Cardoso, o PLANFOR esteve vinculado à Secretaria de Formação (SEFOR) do Ministério do Trabalho e Emprego, cujo secretário nacional foi Nassim Meheddff, que, antes de assumir essa função, era chefe de assessoria de Planejamento Estratégico Nacional do SENAI.

Observa-se uma certa "excelência" do SENAI para cursos profissionalizantes, respaldada por diferentes governos, de João Goulart a Fernando Henrique Cardoso, justificada pela nomeação de seus coordenadores a cargos do governo na Educação Profissional. Talvez esse fato tenha ligação com os razoáveis subsídios do governo encaminhados para a entidade, sobretudo verbas do PIPMO, recursos esses que, de certa forma,

⁴⁹ Seguem no anexo D três quadros: o primeiro esclarece os secretários estaduais de trabalho e a coordenação regional do PIPMO, o segundo com os convênios firmados no Estado para viabilização do PIPMO e terceiro com a relação dos cursos ministrados, números de alunos e municípios atingidos. Quadros elaborados em conformidade aos dados existentes nos relatórios da Fundação Gaúcha do Trabalho.

estão mais distribuídos, em nossos dias, pela gestão tripartite (empresários, trabalhadores e governo) do PLANFOR.

A "parceria" pouco dialógica entre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação na gestão da Educação Profissional é constante desde Vargas, com a autonomia do SENAI em relação ao Ministério da Educação, sua regulamentação nas leis trabalhistas.

A execução em Pelotas, conforme o coordenador do PIPMO:

O PIPMO dispunha dos recursos, né, era um programa do governo federal, dispunha de recursos, e a Fundação Gaúcha executava. Fazia a execução. Não se cobrava nenhuma taxa de nenhum dos participantes, não tinha inscrição, e eles, por exemplo, a construção civil, o participante recebia a bolsa auxílio além do material de trabalho: a colher, o martelo, o prumo, a trena, o nível. Nós fornecíamos, além de uma bolsa, um tipo de bolsa, um auxílio financeiro, para que ele pudesse custear, por exemplo, deslocamento, ônibus. Ele morava, os cursos da construção civil, nós tínhamos que ter um canteiro de obra, e de repente o canteiro era nas Três Vendas, e o cidadão morava no Fragata.

Então ele tinha que ter, ele se deslocava de ônibus, então esses recursos, essa bolsa auxílio, era para que ele custeasse esse deslocamento, além de ter essa bolsa com as ferramentas. Pagávamos o instrutor, no caso, o pedreiro ou o mestre de obras, dependendo se fosse construção civil, setor terciário, auxiliar de escritório, datilografia.

A euforia dos recursos disponíveis durante a ditadura militar era tal, que despertava até "concorrência" entre os Ministérios do Trabalho e da Educação na promoção de Educação Profissional.

O problema da contagem dos alunos nos cursos modulares, relatado pelo Sr. Altair, quando contavam mais de uma vez o aluno, relacionando cada módulo como curso na liberação dos recursos no PIPMO, é problema atual do PLANFOR, o qual também certifica várias vezes um mesmo aluno durante o curso, em função dos módulos, sendo esses módulos de alto custo dentro do programa, alvo de constantes críticas, a exemplo do Integrar, com elevação de escolaridade, executado por sindicatos e federações vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A oferta de cursos do PIPMO⁵⁰ a exemplo atualmente do PLANFOR, era gratuita: o material didático para os alunos, vale - transporte e lanche

⁵⁰ Embora, a Fundação Gaúcha do Trabalho tenha sido designada como pessoa jurídica, de direito privado interno, *de fins não-econômicos*, e

eram previstos na contrapartida das empresas, pois muitas já empregavam as pessoas que participavam do curso.

Em Pelotas, a possibilidade de conseguir um emprego aumentava após realizar um curso do PIPMO. Para o PLANFOR, essa realidade não é tão freqüente, há demanda das empresas, mas um número reduzido de pessoas termina o curso empregado⁵¹.

Barradas (1986) indica que o PIPMO funcionava como uma espécie de agência de empregos:

[. . .] além de empregar o trabalhador já treinado, eliminando os cursos com o treinamento, o empresário não precisa ir ao mercado de trabalho procurar mão-de-obra. O programa vai funcionar como uma "agência de empregos", onde são encontrados trabalhadores não só desejosos de vender sua força de trabalho, como também aptos a desempenhar suas funções imediatamente e de forma condizente com os padrões da empresa. (p.41).

Os desempregados, participantes dos cursos do PIPMO, a partir de 1965, passaram a receber uma ajuda de custo de 80% do salário mínimo, através da lei nº 4.923/65⁵²: "Art. 5º: fica o Poder Executivo autorizado a instituir um plano de assistência aos trabalhadores que após 120 dias consecutivos de serviço na mesma empresa se encontrem desempregados ou venham a se desempregar, por dispensa sem justa causa ou por fechamento total ou parcial da empresa".

Esse Plano de Assistência é transformado em FAD (Fundo de Assistência ao Desempregado) pelo decreto 58.155/65, sendo que em 1974 ele passa a custear o PIPMO e, em 1986, pelo decreto 2.286, é nomeado por Seguro - Desemprego, orçado junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que também passa a custear o PLANFOR em 1996.

coordenar um programa gratuito, em seu regulamento constava, nos itens IX e X, que, para consecução dos objetivos mencionados acima, poderia a fundação cobrar pelos cursos:

- ***“Criar, instalar e manter serviços, por si, ou com terceiros, com fito de renda, para amortizar as despesas de manutenção;***

- *Sempre que possível, cobrar taxas de inscrição aos cursos, ressarcimentos de despesas administrativas e de serviços prestados”* (itens IX e X do regulamento interno do PIPMO, relatório da Fundação Gaúcha do Trabalho, 1965).

⁵¹ Dados da Avaliação Externa PLANFOR / RS 1996, 1997, 1998, 1999.

As realizações do FAD com o subsídio aos desempregados e qualificação profissional através do PIPMO hoje o FAT faz com o seguro - desemprego através do PLANFOR, embora quem receba o benefício do seguro – desemprego necessariamente não participe dos cursos do PLANFOR, não lhe sendo assegurada vagas nos cursos.

Para execução dos cursos do PIPMO, qualquer entidade poderia realizar convênio, assim como ocorre hoje no PLANFOR. Porém, há três décadas, os critérios de seleção das instituições eram inteiramente subjetivos, diferenciando-se assim do PLANFOR. Conforme Sr Altair, na área industrial e comercial, normalmente, eram contratados o SENAI e o SENAC, regionalmente as prefeituras e as universidades.

Em Pelotas, conforme o coordenador do PIPMO:

A empresa, ela cedia o espaço físico, e uma das dificuldades que nós tínhamos era espaço físico que a Fundação nunca teve seu próprio espaço. Então, a gente dependia do empresário, da associação de bairro, do sindicato, mas sempre teve; sempre tivemos acolhida por parte dessas entidades. Então, o empresário ele cedia o espaço, a sala na empresa, fazia indicação de funcionário, para participar dos cursos. Essa era a parceria que nós aqui, em Pelotas e na região, fazíamos. E nos municípios do interior, os grandes parceiros da Fundação sempre foram as prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos rurais, esses sempre foram os grandes parceiros da Fundação Gaúcha do Trabalho.

Ao contrário da "burocracia" atual do PLANFOR para a organização e realização dos cursos, no PIPMO, segundo seus coordenadores no Estado, o processo era "desburocratizado", pois entregavam o cheque para a executora do curso no momento em que era autorizado pela FGT. Essa "desburocratização", tão elogiada pelos seus ex –coordenadores estaduais, é questionável, à medida que ela permite um certo "descontrole" na liberação das verbas, talvez um favorecimento à corrupção.

⁵² In Barradas (1986).

O PLANFOR mantém rotinas de controle⁵³ na organização das demandas dos cursos, contratação das executoras, nos valores de hora - aula dos cursos e na posterior supervisão das atividades, pesquisa amostral de egressos dos cursos. O PIPMO, por sua vez, tinha o convênio negociado com cada entidade, com parâmetros de valores de hora/aula pelos técnicos da FGT. A instituição se informava sobre as demandas dos cursos a partir de informações dos municípios, não de uma pesquisa formal, mas do controle dos próprios formados dos cursos, que ficavam cadastrados na FGT com nome e endereço.

As executoras dos cursos do PIPMO mantinham espaços de comunicação com os coordenadores regionais, não ocorrendo terceirização dos cursos, ou denúncias no jornal em função de o curso estar programado e não ocorrer, situação presente no PLANFOR.

A Supervisão dos cursos do PIPMO, segundo Sr. Altair, ocorria à distância, com as informações que a executora encaminhava, comunicando para a coordenação regional a abertura do curso.

A inscrição e a avaliação dos alunos eram estabelecidas pela entidade que ministrava o curso, bem como a emissão dos certificados de conclusão. O PIPMO manteve convênio com o MOBREAL⁵⁴ (Movimento Brasileiro de Alfabetização) para oferecer às pessoas que estavam alfabetizando-se uma preparação para o trabalho. Em 1972, foi vinculado ao Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação, para que esse setor realizasse a supervisão dos cursos. A exemplo do PLANFOR, teve experiências na área de Educação de Jovens e Adultos, mas de forma mais orgânica, com respaldo do Ministério da Educação⁵⁵.

⁵³ Mesmo com as rotinas de controle, ocorreram denúncias de fraudes no ano de 1999, envolvendo o Distrito Federal, e no ano de 2001 no Rio Grande do Sul, com uma executora vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

⁵⁴ A obra de Corrêa (1979) analisa os resultados do PIPMO com o MOBREAL no Estado do Rio de Janeiro.

⁵⁵ No anexo E da tese, consta um certificado de meu pai de um curso do PIPMO, realizado junto à metalúrgica Amadeo Rossi, onde trabalhava na cidade de São Leopoldo. É interessante observar que há referência ao Ministério da Educação e Cultura com sua divisão de Ensino Profissional, ou seja, no próprio certificado está registrada a vinculação ao Ministério da Educação, ausente hoje no PLANFOR, articulado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O PLANFOR está inserido nas Secretarias Estaduais de Cidadania, Trabalho e Renda, no Rio Grande do Sul, junto ao Departamento do Trabalho. O PIPMO, conforme Lamachia, possuía um reduzido número de funcionários, não totalizavam na FGT 10 pessoas.

Foram organizados pelo PIPMO cursos para formação de professores do ensino técnico: agrícola, comercial e industrial, com formatura no Instituto de Educação Flores da Cunha. A preocupação curricular era a parte didática dos professores do Ensino Técnico, pois esses eram contadores, engenheiros, sem formação pedagógica.

Em Pelotas, também havia interesse de um bom quadro de instrutores dos cursos, conforme o coordenador do PIPMO na região:
Então existia essa preocupação da Fundação de também credenciar o quadro de instrutores. Os instrutores da Fundação não tinham vínculo empregatício, mas recebiam os recursos, mas a gente tinha o cuidado de ter bons instrutores. Por exemplo, um curso de pedreiro, o instrutor tinha que ser um cara que soubesse para realmente ensinar, né. Trabalho de pedreiro, carpinteiro, pintor... Como os instrutores não tinham didática, se criou esse tipo de curso, dávamos noções de didática para os instrutores dos cursos.

No PLANFOR, algumas executoras, a exemplo da CUT, realizam cursos de “formação de formadores” com recursos do FAT, ou seja, oferecem formação para os professores de seus cursos profissionalizantes. Os cursos do PIPMO não ocorriam somente em ambiente "escolar", em sala de aula, mas havia um privilégio para os canteiros de obras, espaços abertos e de total interação com o processo de trabalho.

A conquista principal do programa, para Lamachia e Altair, é a prática das empresas em formar / treinar em serviço, situação não-comum até o surgimento PIPMO, sendo elaboradas depois de 1964 leis de incentivo às empresas que proporcionassem formação continuada para seus trabalhadores, conforme Barradas (1986):

A transferência do PIPMO para o Ministério do Trabalho se processou junto a um movimento maior, por parte do Estado, que visava a desenvolver neste Ministério uma política mais centralizada de preparação de mão-de-obra no país. Dentro dessa perspectiva, o Governo promoveu uma reestruturação, que se iniciou pela vinculação, em 1974, do SENAI e do SENAC ao Ministério do Trabalho. Em 1975, transferiu o PIPMO para o mesmo Ministério; criou a Lei de Incentivos Fiscais, destinada às pessoas jurídicas, com o objetivo de desenvolver nas empresas treinamento próprio; e em 1976, criou o SENAR. (p.147).

Algumas atividades do PIPMO, porém, conforme depoimento do Sr. Altair, um de seus coordenadores regionais, estavam sintonizadas com o atendimento de demandas de caráter mais social de formação profissional, sem uma vinculação direta com o mercado, como cursos de higiene bucal para as escolas públicas.

No entendimento do coordenador do programa, em Pelotas, os cursos possuíam caráter cultural, assistencial e educacional, fazendo referência ao programa de artesanato, o qual envolveu, principalmente, a cidade de Pedro Osório, e as primeiras iniciativas de cooperativismo e associativismo vinculadas aos sindicatos dos trabalhadores rurais da região.

Barradas (1986) tece severas críticas ao programa:

O PIPMO, dentro de sua especificidade, pode ser tomado como um termômetro para medir o grau de expropriação da classe trabalhadora, não só no período 1975-82, mas durante todo o tempo em que funcionou. Isto porque ele foi essencialmente um instrumento do Estado coercitivo e esteve conjugado às variações econômicas e políticas; e, mais do que isso, foi o braço do Estado na execução das políticas de formação profissional para os segmentos da economia onde se fazia necessária mão-de-obra semiqualiificada e adestrada, e também em apoio a quase todas as políticas de governo que se relacionassem com treinamento, remanejamento, agenciamento da mão-de-obra, além de controle e repressão. Mas, na medida em que a sociedade civil, através de seus vários segmentos, vai ganhando espaço, os instrumentos desse Estado vão se disfuncionando. (p.159).

Considero que tais críticas devem ser ponderadas, pois discordo de um possível "adestramento" ou massificação de pessoas. Por mais "*desprezencioso*" que seja o currículo do curso ensinando a apertar parafuso, o mesmo oferece um outro ambiente de encontro para os trabalhadores, que não

somente o espaço da produção: uma sala de aula⁵⁶. Não podemos esquecer que os metalúrgicos do ABC Paulista que fizeram ressurgir o Movimento Sindical, em 1978, na sua maioria, possuíam como experiências de formação os cursos do SENAI, quem sabe até os do PIPMOI / PIPMO.

Por outro lado, retomando Martins (1994) com sua abordagem sobre a capacidade que as elites têm de renovar o seu discurso, têm de renovar as suas práticas conforme as vicissitudes enfrentadas, o PIPMO até pode ter sido objeto de crítica dos trabalhadores organizados, na época de seu funcionamento (não tenho registro disso); mas minha tendência é compartilhar com a justificativa apresentada por seus antigos coordenadores aqui no RS para o seu fim: quando argumentam que os últimos anos de existência do PIPMO foram marcados por uma crise de emprego no Brasil, um período de recessão econômica. O Tribunal de Contas, tendo como agravante uma conjuntura econômica desfavorável, pressionou o Ministério do Trabalho em relação ao caráter descontínuo do programa, e os recursos disponíveis foram insuficientes para sua institucionalização.

A principal função do PIPMO foi formar mão-de-obra para indústria. Com os postos de trabalho em declínio, sua existência é dispensável. Da extinção do PIPMO em 1982, até a instituição do PLANFOR, em 1996, não há cursos gratuitos para trabalhadores desempregados com abrangência nacional. O Sistema S atende trabalhadores vinculados às empresas, jovens vinculados aos sistemas das quotas das empresas ou autônomos que subsidiam sua formação.

Diante da reestruturação produtiva, o modelo de Educação Profissional do Brasil, calcado no taylorismo - fordismo, arrefece, sendo substituído pela lógica da flexibilidade na década de 90, o que é traduzido no Decreto Lei número 2208/97, que acentua mais a dualidade entre o saber intelectual e o

⁵⁶ Em minha dissertação de Mestrado (Santos, 1998), concluí que o espaço de sala de aula nas fábricas, sendo objeto da pesquisa o Supletivo que ocorria dentro delas, tendo alguns alunos como operários do Ensino Fundamental, conforme as elaborações de Thompson (1987), conformava-se enquanto um espaço de dissidência: "A sala de aula, mesmo dentro da fábrica, constituía-se enquanto um espaço autônomo, um espaço onde os alunos decidiam quem entrava e quem saía, um espaço de **Dissidência**" (Santos, 1998, p.204, grifos da autora).

saber manual, existente desde o surgimento da escola regular na Modernidade⁵⁷.

Conforma-se uma rede não - regular de formação técnico-profissional em três níveis: Básico, Técnico e Tecnológico. O nível básico destina-se a todos os trabalhadores, independente do grau de escolarização anterior, sendo incluído aí o PLANFOR e todos os cursos do Sistema S, outras instituições de Educação Profissional. O nível técnico possui uma organização curricular para atender alunos ou egressos do Ensino Médio, promovendo uma reforma nas escolas técnicas de nível Médio. Para Frigotto:

Trata-se de um currículo modular, fundado na perspectiva das habilidades básicas e específicas de conhecimentos, atitudes e de gestão da qualidade, construtoras de competências polivalentes e, supostamente, geradoras da empregabilidade. Módulos que podem ser compostos em diferentes instituições públicas ou privadas. Subjacente a essa mudança e em consonância com as diretrizes do Banco Mundial, situa-se na estratégia de transformar esse tipo de ensino num serviço a ser oferecido para o financiamento tanto do setor privado empresarial quanto do setor público. Vale dizer, um mecanismo claro de privatização. (1999, p.39 - 40).

Finalmente, o nível tecnológico, ou o superior - técnico - profissional, destinado para egressos do Ensino Médio e/ou técnico, para formar especialistas nas diversas áreas de aperfeiçoamento tecnológico (Telecomunicações, Engenharia, Informática...).

Por certo, uma das principais tensões do atual Sistema de Educação Profissional concentra-se sobretudo na reforma das escolas técnicas de Ensino Médio (Frigotto, 1999, Kuenzer, 1999), pois as mudanças curriculares, regimentais das mesmas são recentes e não se pode garantir sua continuidade em caráter público estatal, tal é a abertura que a legislação oferece para o setor produtivo, o que, por outro lado, já vinha constituindo, antes da Reforma do Ensino Técnico, convênios isolados com algumas escolas.

⁵⁷ Uma leitura esclarecedora sobre o surgimento da escola, enquanto uma instituição da Modernidade, sendo o saber manual destinado aos pobres e o saber intelectual para a burguesia nascente, corresponde ao artigo de VARELA, Julia e ALVARES – URIA, Fernando. A Maquinaria Escolar. **Teoria e Educação**, N.6, n. 68-96, Porto Alegre: Pannonica, 1992, e o livro de FERNANDES ENGUITA, Mariano, em **A Face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989 e **La Escuela a examen**, Madrid: EUDEMA, 1990, bem como APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

O nível tecnológico oferece, em tempos de desemprego, mais uma oportunidade de "Ensino Superior Profissionalizante", mais a serviço do interesse direto das empresas, para que essas formem seus quadros técnico - dirigentes.

A fim de facilitar a compreensão do leitor de interpretações e conclusões por mim realizadas durante a pesquisa, segue um quadro comparativo entre os dois planos nacionais de Educação Profissional. São cotejadas questões que demonstram o quanto eles se aproximam e se afastam no que consiste sua idealização, aplicação, resultados.

Quadro 2

Título: Comparativo entre PIPMO e PLANFOR

	PIPMO	PLANFOR
1.Origem	1963 – projeto do Governo Jango executado pela Ditadura Militar	1995 – projeto do Governo eleito de Fernando Henrique Cardoso
2.Contexto histórico	Paradigma taylorista-fordista no Brasil – emprego na indústria, lógicas da ordem do assalariamento	Lógica da empregabilidade, neoliberalismo, preparar para o desemprego / mercado informal / economia popular solidária – processos de desordem do desemprego
3.Vinculação aos Ministérios	Ministério da Educação até 1975 – depois transferência para o Ministério do Trabalho	Desde sua origem – vinculação com o Ministério do Trabalho
4. Oferta dos cursos	Oferta contínua de cursos – durante o ano todo, sendo respeitado o calendário agrícola	Calendário de setembro a janeiro, variando alguns desses meses, mas ocorrendo nos últimos meses desde 1997. Descontínuo, ocorrendo exceções para os módulos de recuperação de escolaridade que ocorrem durante o ano.
5.Experiências anteriores dos coordenadores nacionais com Educação Profissional	Membro de grupos técnicos, executiva do SENAI	Membro de grupos técnicos, executiva do SENAI

6. Resultados imediatos para o trabalhador / a trabalhadora	Emprego / ocupação já assegurada pelas demandas das unidades do SINE	Poucos registros de conquista de emprego, principalmente os egressos dos cursos conquistarem vagas do SINE
7. Duração dos cursos	Privilégio aos cursos de curta duração	Variável: recuperação de escolaridade e cursos de curta duração
8. Supervisão dos cursos	Realizada pela coordenação estadual do programa	Realizada por convênio com Universidades e também com funcionários das unidades do SINE / coordenador regional do trabalho e renda, membros das Comissões Municipais de Emprego e Renda.
9. Elevação de escolaridade	Convênio nacional com as classes do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização)	A Central Única dos Trabalhadores mantém no PLANFOR alfabetização, recuperação das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Outras entidades também realizam recuperação de escolaridade, mas a experiência da CUT no PLANFOR é maior. Prefeituras, organizações não-governamentais eventualmente também executam cursos com elevação de escolaridade.
10. Deliberação das demandas	Conforme as deliberações do Ministério do Trabalho, conforme a instituição estadual responsável - no RS – Fundação Gaúcha do Trabalho	Conforme uma Comissão Tripartite composta por representantes dos Trabalhadores (Centrais Sindicais), dos Empresários (suas organizações) e Governo. Tal organização tripartite ocorre na esfera nacional, estadual e municipal de definição das demandas, execução dos cursos e supervisão / fiscalização para a aplicação dos recursos.
11. Seleção das executoras	Conforme deliberações das coordenações regionais e locais do programa	Normatizada pela lei nacional das licitações públicas: 8.666 / 93 (situação que impede algumas organizações com formação jurídica vulnerável de participar: clube de mães, pastorais, precisando, como aconteceu no RS, do bom senso e de arranjos dos gestores para facilitar a

		habilitação da entidade)
12. Término do programa	Em 1982 – em função de questionamentos do Tribunal de Contas pela descontinuidade dos cursos. – Coincidente crise do emprego	Permanece de 1995 até 2002, ocorrendo neste último ano um corte considerável dos recursos em todos os Estados da União, iniciando a execução dos cursos pós eleição presidencial / para governador.

Fonte: Elaborado pela autora e pela bolsista de iniciação científica (FAPERGS) – Mirela Fleck, a partir das entrevistas com os coordenadores estaduais e com o coordenador na cidade de Pelotas do PIPMO / PIPMOI; pesquisa no arquivo da FGTAS; documentos do PLANFOR disponíveis na página do Ministério do Trabalho e Emprego na INTERNET.

2.2 Planejamento, execução e resultados do PLANFOR: processos de ordem e de desordem

"É muito complicado pensar na distribuição dos cursos do PLANFOR pela Comissão Municipal de Emprego e Renda, na medida que todos somos executoras, somos demandantes dos cursos, mas também somos executoras, acaba ocorrendo uma aliança entre o grupo para que cada um tenha seu curso contemplado." (Depoimento de um dos membros da Comissão Municipal de Emprego e Renda de Pelotas)



Fotografia 3 – Lançamento do Qualificar em Pelotas / CDL – janeiro de 2002

O PLANFOR está em vigor desde 1995, considerado um dos 42 projetos prioritários do Governo Federal, destacado no Plano Plurianual "*Brasil*

em Ação⁵⁸, plano esse que materializa as atuais reformas do Estado neoliberal brasileiro, orquestradas pelos organismos financeiros internacionais⁵⁹:

A realização desses investimentos implica explorar ao máximo a parceria do setor público com o setor privado e a capacidade e interesse do setor privado de investir na área de infra-estrutura, aproveitando a ampliação dos processos de privatização e concessão de serviços públicos. (p.1)

Os recursos para execução do PLANFOR⁶⁰ advêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), regulamentado pela lei federal 7.998, de 1990, que, em seu artigo 18, institui o CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), cuja principal atribuição é administrar e gerir os recursos do FAT. O CODEFAT é composto de 09 membros e respectivos suplentes, assim definidos: três representantes dos trabalhadores, três representantes dos empregadores, um representante do Ministério do Trabalho

⁵⁸ A página da Internet, editada pelo Governo Federal, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, traz dados sobre o programa "Brasil em Ação", de forma detalhada.

⁵⁹ Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, em especial.

⁶⁰ A exemplo do PLANFOR no Brasil, existem outros programas em outros países também vinculados a organismos internacionais, mas pelo que deu para observar, na leitura de seus sites, nenhum com a abrangência populacional do Brasil, todos priorizando juventude em seu público alvo. Na Colômbia, ocorre o processo de certificação das competências com a contribuição do SENA - Serviço Nacional de Aprendizagem, conforme o site <http://www.sena.gob.co>. Na Espanha, existem as "Las Escuelas Taller y las Casas de Oficios son centros de trabajo y formación en los que jóvenes desempleados reciben formación profesional ocupacional en alternancia con la práctica profesional (trabajo en obra real), con el fin de que a su término se esté capacitado para el desempeño adecuado del oficio aprendido y sea más fácil su acceso al mundo del trabajo" Site: <http://www.inem.es>. Na Argentina ocorre: *Capacitar es un programa de formación laboral dependiente de la Dirección Nacional de Capacitación Laboral y Formación de Recursos Humanos, Secretaría de Empleo, Ministerio de Trabajo, Empleo y Formación de Recursos Humanos. Cuyo objetivo es la formación laboral de los jóvenes - Informações presentes no site: <http://www.mcy.gov.ar> Es uno de los componentes del Programa de Apoyo a la Productividad y Empleabilidad de Jóvenes (Proyecto PNUD ARG. 97/041 / préstamo BID 1031 OC-AR). Cuenta con financiamiento parcial del Banco Interamericano de Desarrollo y la cooperación técnica del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Su duración es de seis meses, los cursos ponen énfasis en los aspectos prácticos Incluye pasantías formativas y calificantes.* No México, conforme o site <http://www.conocer.org.mx>, há uma organização tripartite para certificação das competências: *"Capacitar es un programa de formación laboral dependiente de la Dirección Nacional de Capacitación Laboral y Formación de Recursos Humanos, Secretaría de Empleo, Ministerio de Trabajo, Empleo y Formación de Recursos Humanos. Cuyo objetivo es la formación laboral de los jóvenes. Es uno de los componentes del Programa de Apoyo a la Productividad y Empleabilidad de Jóvenes (Proyecto PNUD ARG. 97/041 / préstamo BID 1031 OC-AR). Cuenta con financiamiento parcial del Banco Interamericano de Desarrollo y la cooperación técnica del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Su duración es de seis meses, los cursos ponen énfasis en los aspectos prácticos Incluye pasantías formativas y calificantes."*

e Emprego⁶¹, um representante da Previdência e Assistência Social e um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), sendo então um conselho paritário / tripartite⁶², formado por empregados, empregadores e governo.

O FAT⁶³ financia, além do PLANFOR, o seguro - desemprego, a intermediação de mão-de-obra (através das agências do Sistema Nacional de Emprego - SINES), o pagamento de abonos salariais, os investimentos produtivos, o crédito popular⁶⁴, a informação sobre mercado de trabalho nas principais regiões metropolitanas (a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED aqui do RS, por exemplo), conformando, assim, o denominado Sistema Público de Emprego⁶⁵.

Azeredo (1997) considera o seguro - desemprego e os programas assistenciais voltados para as pessoas desempregadas como políticas passivas de acesso ao emprego, de caráter compensatório. Os programas de qualificação profissional, os serviços de intermediação de mão-de-obra como políticas ativas, medidas que atuam na criação direta de empregos.

⁶¹ Na gestão atual desse governo, o antes apenas Ministério do Trabalho recebeu um adendo a sua conformação: "Ministério do Trabalho e Emprego". Essa é uma questão interessante, em tempos de desemprego estrutural, o Governo Brasileiro de Fernando Henrique Cardoso opta por acrescentar "Emprego", diferenciando de "Trabalho", enquanto atribuição geral de seu Ministério.

⁶² Deluiz (1995), em sua tese de doutorado, defendia a necessidade da criação de comissões tripartites (a exemplo do CODEFAT) para então administrar as instituições de formação profissional vinculadas ao comércio: *"A curto e médio prazos, as instituições de formação profissional do setor terciário - que hoje são autônomas com relação ao Estado e ao sistema educacional, sendo administradas pelos empresários, devem a participação do Estado e das organizações representativas dos trabalhadores, através de uma gestão tripartite (como recomenda a OIT), que discuta e decida as políticas de formação profissional, os conteúdos, os métodos utilizados e as formas de aplicação de seus recursos. Essas instituições devem ser geridas como patrimônio público por todos os segmentos interessados na formação profissional (Estado, empresários e trabalhadores) e devem ser submetidas a avaliações periódicas sobre a eficácia e relevância do trabalho que realizam"* (Deluiz, 1995, p.202).

⁶³ Informações do Guia do PLANFOR 2000 - publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria de Políticas Públicas de Emprego / Departamento de Qualificação Profissional.

⁶⁴ Esses créditos populares correspondem ao PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda) e ao PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar). O PROGER foi instituído em 1994 pelo CODEFAT, sendo voltado para concessão de crédito para microempresas, cooperativas, associações, além de iniciativas da economia informal, com vistas a sua formalização. O PRONAF foi regulamentado em 1995 como resultado do movimento dos trabalhadores rurais, no "Grito da Terra Brasil", destinado a apoiar a agricultura familiar.

⁶⁵ A Organização Internacional do Trabalho (OIT), organismo internacional vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1950, com os ventos do Estado de bem - estar social, reconhece a necessidade de Sistemas Públicos de Emprego, através de sua Convenção 88.

Os recursos desse Fundo advêm⁶⁶: da arrecadação do PIS / PASEP; da remuneração dos empréstimos a bancos; da remuneração de depósitos especiais; da remuneração e saldos remanescentes do pagamento de Seguro - Desemprego e Abono; e da parcela de 20% do Imposto Sindical. Desse montante, 60% são aplicados no Sistema Público de Emprego⁶⁷, enquanto o restante é destinado para o BNDES, a fim de financiar programas especiais ligados à geração de emprego e renda. Lima (1998), no Caderno elaborado pela CUT, dirigindo-se às Comissões Municipais de Emprego e Renda, denuncia a aplicação inadequada dos recursos do FAT:

Entretanto, por diversas vezes os governos têm utilizado os recursos do FAT para outros fins. Por exemplo, em 96, a arrecadação do PIS / PASEP chegou a R\$ 7,2 bilhões, mas só foram aplicados 4,8 bilhões. Destes, R\$ 1,6 bilhões foram destinados ao BNDES, fora do alcance da sociedade (existe apenas um representante da sociedade - a CUT - no Conselho Deliberativo do Banco). Assim sobraram apenas 3,2 bilhões, ou menos da metade da arrecadação para o Sistema Público de Emprego (Lima, 1998, P.26).

Pelas informações do Caderno da CUT, a verba do FAT não vem sendo aplicada corretamente, beneficiando através de empréstimos do BNDES, projetos que até favorecem o desemprego, investindo em inovações tecnológicas sem assegurar a permanência dos trabalhadores no local de trabalho onde ocorreu o investimento, sendo o fundo resultado de descontos do PIS/PASEP dos salários dos trabalhadores.

A principal tarefa do CODEFAT, desde a Resolução nº 126, é aprovar o Plano Nacional de Qualificação Profissional, com suas respectivas parcerias, e estabelecer convênios anuais com os 26 Estados e o Distrito Federal para execução dos Planos Estaduais de Qualificação Profissional (PEQs).

As resoluções do CODEFAT⁶⁸ que regulamentam o PLANFOR são: nº 96, de outubro de 1995; nº 126, de outubro de 1996; nº 185, de 02 de julho de 1998; nº 194, de setembro de 1998; nº 196, de outubro de 1998; nº 200, de 04

⁶⁶In Lima (p.26, 1998).

⁶⁷ A tese de doutorado de Azeredo (1997) é referência para o entendimento da origem, organização e limites do Sistema Público de Emprego no Brasil. A autora relaciona sistemas de emprego dos Estados Unidos da América e dos países da Europa Ocidental.

⁶⁸ As resoluções encontram-se na íntegra na página da Internet do Ministério do Trabalho e Emprego: [http:// www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br).

novembro de 1998; nº 201, de 26 novembro de 1998; nº 204, de 11 de março de 1999; nº 205, de 17 de março de 1999; nº 216, de setembro de 1999; nº 223, de 09 de dezembro de 1999; nº 234, de 27 de abril de 2000, e, finalmente, a última publicada, a de nº 258, de 21 de dezembro de 2000. Da mesma forma que a política foi sendo construída no processo, com as tensões características da composição do CODEFAT, observamos que algumas resoluções têm diferenças apenas de dias.

Um conflito de origem do Conselho é a constante disputa das entidades que compõem o CODEFAT. Os conflitos históricos da luta de classes até podem existir, mas não são os que causam maior ruído entre os membros do Conselho. Esses conflitos são superados pela disputa da distribuição dos convênios federais para execução de projetos de qualificação profissional (parcerias) com abrangência nacional. Os projetos "Parcerias" contemplam os interesses de todas as entidades com assento no CODEFAT e não passam pela distribuição dos PEQs, de âmbito estadual. Esses projetos consomem muitos recursos e passam pela avaliação externa direta da Secretaria de Formação (SEFOR). Há diversas críticas de amplos setores da sociedade sobre esses projetos, sobretudo sobre seus custos, sua desarticulação dos PEQs Estaduais, sua recuperação de escolaridade alheia às Secretarias Estaduais / Municipais de Educação.

Geórgia Sobreira dos Santos Cêa, professora da UNIOESTE / Paraná, em trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Educação e Trabalho, da 23ª Reunião da ANPED (2000), questiona a esse respeito:

- 1) A "rede de educação profissional", como denomina o MTb, congrega entidades das mais variadas tendências e matizes políticas, ideológicas, teóricas, articuladas em torno dos eixos do PLANFOR. Estariam as divergências e antagonismos sendo estabilizados ou atenuados por força da "democratização" do FAT enquanto fundo público?
- 2) A crise econômica atravessa, sem nenhuma dúvida, todas as entidades envolvidas no PLANFOR, sejam elas públicas ou privadas. A distribuição do FAT, via PLANFOR, estaria, de alguma forma, funcionando como complementar orçamentário e, portanto, como fonte de recursos para a viabilização das diferentes entidades? (p.06).

Cêa aponta questões muito interessantes sobre as possíveis vicissitudes do PLANFOR: uma distribuição de recursos que pode vir a suavizar as disputas entre sindicatos, empresários e governo. Correlações de forças e / ou conveniências que a estrutura do PLANFOR promove, forças e conveniências essas que se manifestam nas Comissões Tripartites Estaduais de Emprego e Renda e nas Comissões Municipais de Emprego, conforme inclusive a declaração, presente no início do texto, de um membro da Comissão Municipal Tripartite de Emprego e Renda de Pelotas - todas comissões "tripartites", com representação de trabalhadores, empresários e governo.

Tal declaração, de um dos membros da Comissão Municipal de Emprego de Pelotas, foi comprovada quando a Comissão definiu os cursos que seriam cortados do exercício de 2002 do PLANFOR, em Pelotas, à medida que o governo federal liberou um terço a menos do previsto dos recursos em todo o país. A Comissão decidiu excluir da execução demandas apresentadas por instituições que não possuem assento na Comissão Municipal de Emprego. Os cursos excluídos, na sua maioria, foram de executoras não diretamente vinculadas aos representantes dos empresários e dos trabalhadores presentes na comissão.

Os cursos que não foram executados no exercício do PLANFOR em 2002, em Pelotas, excluídos pela Comissão Municipal de Emprego, são os seguintes:

- Costura Industrial para as apenadas, sendo uma demanda da Secretaria de Segurança Pública Estadual (SUSEPE) curso que seria executado pelo SENAI;
- Cerâmica para alunos e alunas do Projeto de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação seria executado pela Fundação da Escola Técnica Federal;
- Curso sobre Saúde da Mulher, proposto pela Escola 8 de março – seria executado também pela Escola 8 de março;
- Curso "Qualificar o Amanhã", sobre Saúde e Segurança no Trabalho, demanda apresentada à Comissão Municipal de Trabalho, Emprego e

Renda pelo Instituto de Letras e Artes – seria executado pela Associação dos Pescadores do RS (APESCA);

- Psicultura para Residentes do CAEX - Casa do amor Exigente, sendo uma demanda da própria casa, cuja execução ficaria com a Fundação da Escola Técnica Federal;
- Guia de Turismo Nacional da FITUR (Federação de Turismo) curso proposto à comissão pela própria FITUR, e a execução ficaria com o SENAC;
- Qualificação de Conselheiros Tutelares e Professores do Ensino Fundamental, proposta do Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente de Pelotas (NACA), sendo a execução responsabilidade da Associação dos Docentes da Escola Técnica;
- Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), demanda do Instituto de Letras e Artes, e a execução ficaria com a Federação Nacional dos Surdos (FENEIS);
- Desenho Assistido para o Computador AutoCad versão 14 – seria executado pelo SENAI;
- Curso proposto pela 4º Batalhão da Brigada Militar de Pelotas, referente à Manutenção e ao Equipamento de Informática, sendo que sua execução ficaria a cargo da Associação dos Docentes da Escola Técnica;
- Curso de Tecelagem proposto pela Associação de Moradores do Bairro Navegantes, que seria executado pela Associação dos Docentes da Escola Técnica.

A carga horária desses cursos que não foram executados varia de 440 horas, para o curso de guia de turismo dirigido a apenas 12 alunos, até 30 horas do curso de qualificação dos Conselheiros Tutelares e Professores do Ensino Fundamental, que teria 20 vagas.

No final do mês de novembro presenciei a secretária do coordenador regional de trabalho, que realiza a supervisão aos cursos, e mais uma colega, responsável pela captação de vagas das empresas, selecionando fichas de pessoas do SINE para o curso de técnico de vendas e também para alguns de informática. Elas conseguiram selecionar alunos e alunas pelas fichas do SINE

contidas no SIGAE (Sistema Informatizado de Gerenciamento na Área de Emprego), que funciona na forma de rede nacional.

Os cursos não ocorreram por problemas com as executoras, que queriam que o SINE providenciasse as condições objetivas: salas de aula, professores. A Comissão Municipal de Emprego e Renda precisou devolver os recursos, sendo inviável, na sua avaliação, concretizar os cursos até o final de dezembro de 2002.

O Integrar, demandado pela Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação o curso de Ação da Qualificação Profissional, proposto pelo Sindicato dos Comerciários de Pelotas cursos de Qualificação da Mão-de-Obra do Setor de Conservas Região Sul, dirigido às Indústrias do setor conserveiro, sendo que todas essas entidades têm assento na Comissão Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, foram aprovados⁶⁹. Também foram aprovados cursos com 220 horas, como o Integrar, atingindo 30 pessoas; de 100 horas; cada um dos três cursos do Sindicato do Comércio, para 20 alunos e 120 até 12 horas; os cursos para trabalhadores do setor conserveiro, com turmas de no máximo 20 alunos. Os cursos dirigidos ao setor conserveiro

⁶⁹ O Integrar Alimentação, segundo declarações dos sindicalistas do Sindicato de Pelotas, teve êxito na negociação com a Secretaria Estadual do Trabalho e aprovou um recurso considerável para execução do programa no PLANFOR de 2002, o que, conforme os sindicalistas de Pelotas, causou constrangimento na CUT Estadual, que teve uma parcela considerável dos recursos de seus outros convênios do FAT cortados. No material de divulgação dos programas da CUT do Rio Grande do Sul, distribuído no Fórum Social Mundial, de janeiro de 2002, não consta o Integrar vinculado à Federação dos Trabalhadores da Alimentação (o curso se desenvolve em outros municípios do Estado, além de Pelotas; em Porto Alegre, sempre ocorreram turmas), constam os projetos: **Terra Solidária**, de certificação de Ensino Fundamental, voltados para trabalhadores do campo e da agricultura familiar; **Projeto Integrar Metalúrgicos**, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos da CUT, com certificação para o Ensino Fundamental e Médio; o **Projeto Integração SINPAF**, que é desenvolvido pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, cujo público-alvo são os trabalhadores ameaçados de desemprego da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), com certificação do Ensino Fundamental – esse projeto possuía turma de alunos em Pelotas, não teve atividades em 2002 pelo corte de verbas, era demanda nacional do CODEFAT, não passava pela aprovação da Comissão Tripartite Estadual de Emprego e Renda, nem pela municipal; o **Projeto Recomeçar**, desenvolvido pela CUT Estadual, com certificação de Ensino Fundamental para trabalhadores desempregados ou sob o risco de perder o emprego em diversos ramos produtivos; e o **FORMASUS** (com duas turmas em Pelotas, uma de Ensino Médio e outra de Ensino Fundamental), desenvolvido pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado do RS da CUT, com o público-alvo de trabalhadores da saúde, empregados sob o risco de desemprego e desempregados. Esse material de divulgação possui telefone para contato com a CUT Estadual sobre seus projetos de Educação: “*Quem luta também educa*”. O programa Integrar da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação iniciou sua implementação no Estado a partir de

tiveram alguns problemas de execução, em função da liberação dos recursos no final do ano, que corresponde ao período da safra.

Os Programas Estaduais, além de definirem a demanda estadual de cursos, precisam contratar projetos especiais de controle e fiscalização do plano. A "Avaliação Externa", realizada por uma ou mais instituições de ensino superior que não estão executando cursos, deve acompanhar todos os momentos do Plano no Estado: desde a elaboração das demandas nas Comissões Municipais de Emprego e Renda, seleção das entidades para implementar os cursos, a execução propriamente dita, até a supervisão dos cursos.

A "Pesquisa de Egressos"⁷⁰ é realizada no mínimo três meses depois do término dos cursos, para observar a eficiência e a efetividade social dos mesmos, ou seja, que resultados o aluno egresso conquistou após ter freqüentado o curso, seu aprendizado, possibilidades de efetivação no mercado de trabalho. São ações obrigatórias para todos os Estados. No Rio Grande do Sul, ainda existem as "Ações de Apoio à Gestão do PEQ", projeto também previsto pela Resolução do CODEFAT de número 258 / 2000.

As Comissões Municipais de Emprego e Renda são criadas a partir de Decreto Municipal, o que levou a uma certa "prefeiturização" de sua organização, ocorrendo situações em que prefeitos deliberaram cursos mais convenientes para a administração municipal. O relatório do primeiro acompanhamento de egressos do Rio Grande do Sul, de 1997, pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, correspondente à primeira execução do PLANFOR, revelou um alto número de cursos voltados para qualificação de funcionários municipais, demonstrando aí a influência dos prefeitos. Não considero que a administração municipal não precise qualificar seus trabalhadores; no entanto, ocorre um descumprimento das deliberações

1997, junto do Programa Integrar Metalúrgicos que é da CNM, os demais projetos iniciaram sua execução ampliada no então governo Olívio Dutra.

⁷⁰ A presente pesquisa de Doutorado poderia até ser considerada uma pesquisa de egressos. Difere, no entanto, metodologicamente, da Pesquisa oficial de egressos, exigida pelo CODEFAT, possuindo essa última uma amostra maior, envolvendo egressos dos diversos cursos, com abrangência nas várias regiões dos Estados, sem levantamento etnográfico, realizando preenchimento de questionários por egressos dos cursos e seus empregadores. No Rio Grande do Sul, é executada em conjunto com a Avaliação Externa. Nas referências bibliográficas constam vários relatórios desse grupo, sobretudo com a indicação de LIEDKE, Elida Rubini et al.

do CODEFAT quanto à população-alvo do PLANFOR, conforme a resolução 258 /2000:

Art. 8º A população alvo do PLANFOR, prioritária para fins de aplicação de recursos do FAT, compreende os seguintes segmentos da PEA urbana ou rural: I - pessoas desocupadas, principalmente as beneficiárias do seguro - desemprego e candidatas a primeiro emprego; II - pessoas sob o risco de desocupação, em decorrência de processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação produtiva; III pequenos e microprodutores, agricultores familiares e também pessoas beneficiárias de alternativas de crédito financiadas pelo FAT (PROGER, PRONAF e outros; IV - pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria ou autogestionada, e em atividades sujeitas a sazonalidades por motivos de restrição legal, clima, ciclo econômico e outros fatores que possam gerar instabilidade na ocupação e fluxo de renda § 1º Em qualquer das categorias indicadas, terão preferência de acesso aos programas do PLANFOR pessoas mais vulneráveis economicamente e socialmente, definindo-se o grau de vulnerabilidade em função da combinação de atributos que possam implicar desvantagem ou discriminação no mercado de trabalho, bem como dificultar o acesso dessas pessoas a outras alternativas de qualificação ou requalificação profissional.

O CODEFAT recomenda que as Comissões Municipais realizem pesquisas⁷¹ sobre a realidade econômica das cidades, articulem reuniões ampliadas a fim de ouvir grupos organizados, como clubes de mães, grêmios estudantis, organizações religiosas, ou seja, que não têm assento na comissão, mas possuem demanda por Educação Profissional.

O princípio da participação é colocado na dimensão do tripartismo, da paridade das comissões de gestão do PLANFOR; no entanto, conforme o Relatório Final da Avaliação da Eficácia e da Efetividade Social do Plano Estadual de Qualificação Profissional do Espírito Santo, elaborado pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida, da Universidade Federal do Espírito Santo: “Não há evidências, na maioria dos municípios, de envolvimento das classes populares ou organizações comunitárias nos processos de decisão quanto às demandas locais de cursos ou programas” (1998, p.83)

No relatório de avaliação do PLANFOR, com abrangência nacional, consta sobre sua execução no Rio Grande do Sul no ano de 1997, anterior à gestão de Olívio Dutra:

⁷¹ Em 2001, a Secretaria Estadual de Trabalho, Cidadania e Assistência Social publicou com recursos do FAT, contando com a colaboração do DIEESE, o caderno “*Construa o Mapa do*

[. . .] no RS, onde a representação dos trabalhadores no planejamento foi pequena, observamos o maior índice de evasão do país e a existência de muitos problemas com as executoras, enquanto a Paraíba, que realizou a construção das demandas de forma participativa, envolvendo ampla consulta a segmentos, foi o Estado que apresentou o menor índice de evasão” (UNITRABALHO, 1998, p.11-12).

Conforme os relatórios de avaliação, em dois Estados da União, o princípio de participação do tripartismo, da paridade, está ausente da execução da política do PLANFOR.

No documento “*A Qualificação Profissional como Política Pública – Sugestões para o Novo Governo*”, lançado a partir do Seminário Nacional de Santo André, ocorrido nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002, com a participação de intelectuais e gestores da área de Trabalho e Educação de todo o país consta: [. . .] avaliações sobre os Planos Estaduais de Qualificação – PEQs, realizadas por universidades e promovidas pelas Secretarias Estaduais de Trabalho, têm apontado um quadro preocupante quanto às reais possibilidades de o PLANFOR atingir as metas a que se propõe” (p.13).

A dissertação de mestrado de Cláudia Affonso, intitulada: “*A CUT CONSELHEIRA: Tripartismo e Formação Profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90*”, problematiza a presença da CUT nos conselhos do Sistema Público de Emprego, descrevendo a trajetória da CUT em formação profissional com recursos do PLANFOR desde 1996, com o projeto da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) de São Paulo para metalúrgicos desempregados. Revelando as posições das diversas correntes políticas presentes na Central, sobre a questão do tripartismo, a autora defende uma ampliação da representação da CUT nos diversos fóruns de proposição da sociedade, alertando para os problemas do que denomina como neocorporativismo:

A CUT ainda não conseguiu interferir no processo de discussão das diretrizes curriculares do Ensino Médio, do ensino profissional e da educação de jovens e adultos.

Trabalho de seu Município”, orientando as Comissões Municipais de Emprego e Renda sobre a organização da pesquisa para elaboração das demandas dos cursos.

Não se verifica, tampouco, um investimento da Central para formar conselheiros de educação, do

Fundef... O mesmo raciocínio poderia ser estendido aos conselheiros da saúde, do meio ambiente, da mulher... Esses e muitos outros fóruns institucionais de participação da sociedade civil com vistas à democratização do Estado e o controle da utilização dos fundos públicos ainda não atraíram suficiente atenção da Central, permanecendo como atividade voluntária de profissionais das referidas áreas. Verificar os alcances e limites da participação cutista nesses conselhos e propor estratégias de ocupação destes espaços continua sendo uma tarefa relevante a ser feita. Desta forma, poderemos acumular positivamente para um novo projeto de sociedade e tensionar para a superação das posturas neocorporativistas no interior da CUT (Affonso, 2001, p.237-238).

Jimenez et al (2002), nos resultados de sua pesquisa com empresários e sindicalistas cutistas da Comissão Estadual de Trabalho do Ceará (CET/CE), concluíram sobre a positividade da presença da CUT nos organismos paritários/tripartites vinculados às políticas públicas atuais de emprego, trabalho e renda, e com esses a discussão de Educação Profissional:

Vale observar, contudo, que , ao que indicou a pesquisa, apenas o **movimento por uma tendência socialista** – e não o conjunto das tendências minoritárias presentes na experiência cutista – conclama pelo abandono **tout cour** da CUT do espaço tripartite. As demais levantam questões, receios e condições, sem, todavia, apelar para uma revisão radical de tal postura (p.9, grifos da autora).

Em Pelotas, pelos registros que obtive no levantamento de dados, não há uma pesquisa elaborada da realidade econômica local. Por outro lado, nos próprios projetos de cursos encaminhados para Comissão Municipal de Emprego (CME), há uma certa argumentação, trazendo dados gerais da realidade. Na reunião da CME do dia 27 de janeiro de 2002, foi colocada a possibilidade de uma pesquisa do DIEESE no município - PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), a exemplo da pesquisa que ocorre na região metropolitana de Porto Alegre. Mas, pelo alto custo que deveria ser autorizado pelo Qualificar e em função da dificuldade de viabilização dos recursos para os cursos no ano de 2002, o encaminhamento da pesquisa não ocorreu.

Há um problema de acesso da denominada “população-alvo” do PLANFOR aos cursos em Pelotas, em função de muitos pré-requisitos que estreitam a participação aos cursos: escolaridade, vínculo empregatício, entre outros, bem como uma falta de iniciativa de procura dos cursos, um certo convencimento do não acesso.

Tal realidade constatei nas visitas que realizei à casa de Ana Amélia, no Bairro Getúlio Vargas, quando ela e sua filha me contaram que a assistente social do posto de saúde trazia os cursos do Qualificar executados pelo SENAC para o bairro, cursos de confeitiro, padeiro, manicure/pedicure, e então inscrevia os moradores, sobretudo as mulheres com mais de 25 anos, pessoas com algum tipo de doença mental.

Da mesma forma, o Sindicato dos Metalúrgicos foi uma instituição intermediária entre o Movimento dos Trabalhadores Desempregados e a entidade que executou os cursos de Farmácia Viva, Padaria, Horta para os militantes do MTD, membros dos Coletivos de Trabalho, sendo essa executora a organização não-governamental – Centro de Assessoria Multi Profissional (CAMP).

Desorganizados, sem uma intermediação institucional, seja de um agente de política pública do Estado, como a assistente social, ou da esfera pública não- estatal, como o Sindicato dos Metalúrgicos, provavelmente o acesso aos cursos do PLANFOR, mesmo em uma gestão de discurso vinculado aos setores populares, como o governo Olívio Dutra, seria mais difícil.

Os outsiders, usando uma expressão de Elias (2000), precisaram de intermediação, não se sentiram, talvez, legítimos para a conquista dos cursos. Talvez não tenham sido julgados como legítimos para o acesso autônomo aos cursos, talvez as duas situações ocorreram: “As pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas” (Elias, 2000, p.165).

Houve um ato político de lançamento do programa em 04 de janeiro de 2002, na Câmara de Dirigentes Lojistas do Município, com um número significativo de presentes, quando diversas executoras tiveram oportunidade de

expor a respeito de seus programas, em especial o Integrar e o FORMASUS. Algumas fotografias do evento estão presentes nesse capítulo.

As contratações das entidades executoras dos PEQs são realizadas pelas Secretarias Estaduais do Trabalho, de forma autônoma, tendo somente observância as normas da lei federal que regulariza as licitações públicas, de número 8.666, de 1993.

A execução do PEQ no Rio Grande do Sul, em 1999, contou com 40 entidades, segundo dados da avaliação externa, envolvendo entidades sindicais, patronais, organizações não-governamentais e instituições assistenciais, sendo “adaptadas” as considerações das leis de licitações para envolver entidades de menor porte, com patrimônio, organização não considerada pela lei das licitações, inviabilizando aquelas instituições com dívidas junto ao Estado. A escolha das executoras segue, em caráter consultivo, a indicação realizada pela Comissão Municipal de Emprego, Trabalho e Renda.

A supervisão dos cursos com mais de 40 horas ocorre, no Rio Grande do Sul, com o preenchimento de uma ficha, sendo realizada essa supervisão nos Centros Regionais de Desenvolvimento, trabalho e renda, sob a responsabilidade dos coordenadores regionais, membros dos Sistema Nacional de Emprego (SINEs), membros das Comissões Municipais de Emprego e Renda onde acontece o curso. Caso a merenda não esteja sendo distribuída, e/ou o vale transporte⁷², os materiais didáticos e/ou os recursos didáticos sejam de péssima qualidade, o curso recebe advertência, e a executora só recebe a próxima parcela de recursos para subsidiar o curso se solucionar os problemas que levaram à advertência. Os cursos com menos de 40 horas não são supervisionados através do preenchimento da ficha de supervisão, se ocorrem é em conformidade ao empenho da Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda.

No relatório da Supervisão de 2000 - PEQ RS / Qualificar, realizado pela UNITRABALHO, constam ponderações sobre o número representativo de

⁷² O vale transporte corresponde a um subsídio que oportuniza o deslocamento da pessoa de seu local de moradia para o local do curso, normalmente através das próprias passagens ou passes do transporte coletivo distribuídas pelo professor ou coordenador do curso. Muitas empresas concedem para seus trabalhadores tal benefício.

fichas de Supervisão com dados incompletos, resultando daí um processo de Supervisão que não ocorreu. Esse fato merece uma atenção especial dos gestores do Estado, porque a maioria das Supervisões foi realizada por membros do SINE e coordenadores regionais de trabalho. Os prováveis limites de entendimento da importância da Supervisão, até como momento estimulador de novas questões, diagnóstico para as próximas ações, advêm dos próprios gestores que executaram a Supervisão em 2000.

Na cidade de Pelotas, presenciei várias supervisões aos cursos dos Coletivos de Trabalho na Colônia Z3, junto aos membros do Movimento dos Trabalhadores Desempregados assentados em uma área da Sanga Funda, no segundo semestre de 2002. Na Colônia Z3, foi dada uma advertência a um curso que possuía poucas máquinas de costura para as mulheres, quando o curso era de corte e costura.

Os dois responsáveis pela supervisão do Qualificar na cidade de Pelotas e nos demais municípios pertencentes ao Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda correspondiam ao coordenador regional de trabalho "adjunto", junto de uma funcionária do SINE, formada em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Pelotas, cuja atribuição principal era ser secretária do coordenador regional do trabalho "titular". O trabalho de supervisão dos cursos era subalterno as suas tarefas de secretária do coordenador.

O coordenador que nomeio como "adjunto" possuía cargo de confiança, com indicação da Secretaria Estadual do Trabalho, e atuara como coordenador "titular" no início do mandato, quando realizamos os seminários regionais no ano de 2000. Em função de disputas políticas internas, o coordenador "adjunto" perdeu seu cargo de coordenador "titular". Mesmo sendo substituído no cargo de coordenador regional, permaneceu no Centro de Regional.

Retirado do cargo de coordenador regional, também não assumiu a coordenação do SINE, cargo vago quando o então coordenador se licenciou, em final de 2001, para realizar campanha política - nas eleições para deputado federal, deputado estadual, senadores, governador e presidente em 2002. Até

o final da gestão, em dezembro de 2002, o coordenador “titular” acumulou a coordenação do SINE, não passou o cargo para o coordenador “adjunto”.

Esse coordenador, que denomino "adjunto", é ex - sindicalista do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação, padeiro, com Ensino Fundamental Completo, de relação amistosa⁷³ com os funcionários do SINE. Possuía espaço de legitimidade de atuação, de fato, na supervisão dos cursos do Qualificar.

Em uma conversa que tive com um sindicalista participante da Comissão Municipal de Emprego e Renda, ele considerava o “coordenador adjunto” como um **sobrevivente**, que sabia criar espaço para trabalhar mesmo com as interdições do coordenador regional. Considerando as elaborações de Balandier (1997 b) sobre a esperteza enquanto constituinte e constitutiva das relações humanas, da política e do poder, a esperteza compunha as atitudes do coordenador adjunto, para *sobreviver*, não ser retirado do Centro Regional. Construiu um espaço de atuação próprio junto aos cursos do Qualificar. Também acompanhei momentos em que ele representou o Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda no ato de 1º de maio, em 2002, e no Pré – Congresso e no Congresso da Cidade, eventos em que o coordenador não tinha condições de comparecer, não “bateu de frente” na disputa com o coordenador regional, conviveu, foi esperto.

Ele e a funcionária do SINE possuíam um cuidado muito grande no preenchimento da ficha de supervisão, pedindo para o professor/para a professora se retirar da sala de aula para conversarem com os alunos e com as alunas, mesmo enfrentando resistência do professor, como presenciei na Colônia Z3, quando esse que é o coordenador municipal da Secretaria de Qualidade Ambiental, de afinidade política partidária com o coordenador adjunto, não gostou de sair da sua aula para a realização da supervisão, para que escutassem os alunos sem a sua presença.

⁷³ Tanto que teve, no final de 2002, ao final do mandato de sua gestão, pois na disputa estadual a candidatura do governo foi derrotada, uma festa de comemoração de liberação de sua aposentadoria, na casa de um dos funcionários, com a presença de todos, sendo comentários dos funcionários no SINE: “...fui para me despedir dele, fui para felicitar pela sua aposentadoria, se fosse o coordenador regional não teria festa, para ele não faço festa”.

O coordenador adjunto e a funcionária do SINE levaram muito a sério a supervisão dos cursos⁷⁴. Meus encontros com eles, durante as aulas dos cursos dos coletivos, foram por acaso, estando em visita aos Coletivos de Trabalho. Talvez até o empenho nas supervisões ocorresse pela centralização das decisões do Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda e agência do SINE pelo “coordenador titular”, pela falta de espaço existente para o “coordenador adjunto” no desempenho de outras atividades nas rotinas do Centro de Regional.

A execução do PIPMO, no Rio Grande do Sul, contou com um conselho multipartite composto de empresários, trabalhadores, representantes de universidades, instituições estaduais. A execução, a definição das demandas dos cursos do PLANFOR contam com um Conselho Nacional, Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais, de composição tripartite, formados por empresários, trabalhadores e governo.

Uma tensão constante do PLANFOR corresponde à execução dos cursos pelas mesmas entidades que demandam, que fazem parte dos conselhos, quando os recursos para subsídio dos cursos são valores significativos, deixando setores da economia informal, por exemplo, fora da ótica desse tripartismo. Quem representa os desempregados nas Comissões do PLANFOR?

Autores, como Fidalgo (2001), defendem a possibilidade de um multipartismo contemplando trabalhadores desempregados, da economia informal, entidades não governamentais para planejamento e execução dos cursos do PLANFOR. Da mesma forma, o papel do Estado como mediador, gestor, evitando a autonomia exacerbada das executoras dos cursos, autonomia essa que revela certas posturas privatistas.

Outra tensão foi a determinação do PIPMOI pelo Ministério da Educação e sua posterior passagem para o Ministério do Trabalho, sendo que

⁷⁴ A realidade vivenciada em Pelotas confere com os dados do relatório do projeto Ações de Apoio à Gestão do Plano Estadual de Qualificação do ano de 2000, que identificou que, dos 100 cursos ocorridos no município, 6,07% possuíam ficha de supervisão correta, sendo Pelotas o segundo município do Estado, depois de Porto Alegre, com os melhores resultados de supervisão. In **Relatório Analítico** - Projeto Especial Ações de Apoio à Gestão do PEQ RS 2000. UNITRABALHO: UFRGS, UCS, UPF, UNISC, UNIJUÍ, UCPel.

já em seu surgimento o PLANFOR está vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Essa tensão se justifica à medida que tais cursos precisariam estar vinculados à escola regular, até pela possibilidade de continuidade de formação dos trabalhadores, pelo cunho didático-pedagógico dessa vinculação.

Melucci (2001) contribui para a análise do PLANFOR identificando o que denomina como dilemas da complexidade, sobretudo o controle da incerteza que assola as decisões políticas. O primeiro dilema é o da *variabilidade excedente*, a qual consiste na manutenção de um núcleo normativo prescritivo estável considerando os diversos interesses dos atores sociais, suas diferentes agregações, que na estrutura do PLANFOR podemos traduzir no pacto estabelecido por sindicalistas, empresários e governos para a aprovação de seus interesses em relação à coibição do desemprego, viabilizando formação profissional, demandas do BNDES, seguro desemprego com recursos do mesmo fundo – o FAT.

O autor referencia *indecidibilidade dos fins* o fato de decidir-se muito, mas com profunda dificuldade de decidir sobre o essencial – dilema cotidiano do PLANFOR:

Multiplicam-se os grupos portadores de interesses, capazes de organizar-se e de obter vantagens no intercâmbio político; fragmenta-se a estrutura decisória dando vida a uma multiplicidade de governos parciais, bastante difíceis de serem coordenados. Paralelamente, assiste-se à consolidação dos aparatos que concentram, no seu interior, as decisões sobre os fins, submetendo-os a qualquer controle e a uma visibilidade. Os espaços nos quais se decide o sentido do agir coletivo tornam-se invisíveis e impermeáveis (Melucci, 2001, p.135).

Na maioria dos municípios onde existe Comissão Municipal de Emprego, o acesso da comunidade é restrito. Os cursos definidos, muitas vezes, não encaminham para o mercado de trabalho, tampouco apontam para outras alternativas de geração de trabalho e renda. Desde 1996, os cursos não atingiram 20% da População Economicamente Ativa Nacional (PEA), como era seu objetivo. Ao contrário, os recursos foram contingenciados, e então reduzidos, nos dois últimos anos de exercício do PLANFOR.

O autor ainda aponta a *participação dependente*, que pressupõe a delimitação da participação em detrimento de códigos de estruturas tecnocráticas, à medida em que vivemos um momento histórico no qual houve um alargamento dos direitos e da cidadania, que são controlados por aparatos burocráticos – administrativos sob o argumento de uma planificação da vida social, que no PLANFOR podemos desdobrar para as estruturas das Comissões Municipais de Emprego e Renda, Estaduais e Nacional, que discutem, planejam e executam políticas para combater o desemprego sem a presença dos desempregados.

2.3 Programa Coletivos de Trabalho e os Programas Integrar e FORMASUS da CUT: Caminhos específicos do PLANFOR em Pelotas

Na apresentação dos dados de minha pesquisa de doutorado, em Pelotas, para os gestores e participantes do Programa Coletivos de Trabalho e do Integrar Alimentação e FORMASUS, uma participante dos Coletivos do Balneário dos Prazeres (MTD) me falou, ao final da reunião, que durante os cursos dos Coletivos o lanche servido era sua única refeição do dia, sendo o que levava ainda para o filho em casa, porque os colegas, sabendo da sua situação, deixavam que ela ficasse com dois lanches. Perguntei para ela (uma mulher de seus 40 e poucos anos) o que faria sem os coletivos, respondeu que vai tentar cuidar de doentes, que é o que sabe fazer, é o que fazia antes, mas vai ser bem difícil conseguir trabalho sem os coletivos. (Trecho de diário de campo; reunião, na sede do SINE, para apresentação dos dados da pesquisa, 25/11/2002, a reunião teve início às 18 horas)



Fotografia 4 – Reunião de apresentação dos resultados da pesquisa/sede do SINE

O programa Coletivos de Trabalho foi implementado em caráter experimental, durante o ano de 2001, nas cidades de Porto Alegre, com a comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros, e Viamão, com a comunidade de Águas Claras.

A partir dos resultados dessas experiências, foi organizada uma metodologia própria para esse projeto, envolvendo outras cidades do Estado, a partir dos meses finais de 2001, iniciando o trabalho propriamente dito no início de 2002.

Como objetivo geral do programa, conforme seu caderno programático:

[. . .] promover a melhoria das condições de vida de comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e social, a partir da conjugação de ações emergenciais e estratégicas capazes de promover a inserção produtiva e a inclusão social de moradores/trabalhadores (Aragonez, Caderno Metodológico dos Coletivos de Trabalho, texto digitado, p 8, grifos do original).

O programa teve caráter emergencial, à medida que ofereceu uma renda mínima para os participantes e melhoria na organização da comunidade, e foi estratégico, pois visou ao apoio das iniciativas auto-sustentáveis das comunidades de geração de trabalho e renda: “Compõe esta dimensão estratégica, a interação com outras políticas públicas, em especial, a política educacional, visando à alfabetização e à elevação da escolaridade da população adulta” (Aragonez, 2001, p.10).

As ações estruturadoras do programa corresponderam à solicitação de adesão à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, através do preenchimento de um formulário específico, solicitação que poderia ser realizada pelas seguintes instituições: prefeituras municipais, entidades comunitárias, movimentos sociais, órgãos públicos estaduais, organizações não governamentais (ongs), moradores de comunidades, trabalhadores

identificados por uma mesma fonte de renda.

Após a aprovação do termo de adesão pela STCAS, sendo a viabilidade dos Coletivos de Trabalho debatida nas comissões municipais de emprego, a comunidade passava então por uma audiência pública, escolhendo os integrantes dos coletivos, com a presença de autoridades locais e estaduais colaboradoras no desempenho das atividades.

A organização das atividades laborais junto à comunidade, dos cursos de qualificação profissional com fins de elaboração de alternativas solidárias, associativistas de geração de trabalho e renda, ocorriam a partir da realização das oficinas de planejamento (OPLA), que definiam tais encaminhamentos, envolvendo os integrantes do grupo dos Coletivos de Trabalho da comunidade.

Os Módulos Operacionais dos sete meses da duração do programa corresponderam a: Educação para o Trabalho e Cidadania – ETC, com 130 horas; Geração Emergencial de Renda – GER, com 400 horas; Qualificação Profissional – QP, com 250 horas; Organização Sustentável do Trabalho – OST, com 50 horas, por iniciativa econômica a ser viabilizada no grupo.

O programa foi prorrogado por mais três meses, visando à efetivação das alternativas de geração de trabalho e renda. O ato de lançamento da prorrogação, com a presença do governador do Estado, foi em Pelotas, na Colônia de Pescadores Z3, no dia 11 de julho de 2002, envolvendo os três grupos dos coletivos da cidade: além dos membros da Z3, a comunidade do Navegantes e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados. Os recursos para financiamento do programa advinham do Governo do Estado, do PLANFOR e das organizações proponentes na viabilização de recursos complementares, fossem financeiros, humanos, técnicos, instalações, equipamentos, instrumentos de trabalho.

Os benefícios do programa, para os membros dos coletivos e suas comunidades: bolsa-auxílio de 1 salário mínimo (correspondente a R\$ 200,00), auxílio-alimentação (40,00), equipamentos de proteção Individual (R\$75,00), apólice coletiva de seguro (R\$ 16,00 por mês), cursos de qualificação profissional com recursos do PLANFOR / Qualificar, encaminhamento para o mercado de trabalho, apoio à organização de alternativas de trabalho e renda, estruturação de redes solidárias, melhoria da qualidade de vida das

comunidades, organização social dos trabalhadores, acesso a outras políticas públicas.

Uma política pública é formada, inicialmente, por um conjunto de medidas concretas que constituem a substância “visível” a política. Esta substância pode ser constituída de recursos: financeiros (os créditos atribuídos aos ministérios), intelectuais (a competência que os atores das políticas são capazes de mobilizar), reguladores (o fato de elaborar uma nova regulamentação, constitui um recurso novo para os tomadores de decisão), materiais. Ela é também constituída de “produtos”, isto é, de **outputs** reguladores (normativos), financeiros, físicos (Muller e Surel, 2002, p.14, grifo do autor).

na cidade. O grupo era formado por gestores estaduais locais (coordenador regional de trabalho/coordenador do SINE e/ou funcionários da FGTAS), representantes municipais (funcionários da prefeitura municipal), membros da Comissão Tripartite Paritária Municipal de Emprego, Trabalho e Renda e a executora responsável pelo desenvolvimento das atividades, sobretudo dos cursos de qualificação profissional.

Na coordenação estadual do programa, havia um Comitê de articulação pela STCAS e a composição de um Sistema de Monitoramento e Avaliação. A coordenação geral era realizada por uma técnica do quadro de funcionários da STCAS, e, de fato, o programa atingiu pessoas sem emprego nos três grupos de Pelotas.

As entidades técnicas foram contratadas pela STCAS para executar a “Oficina de Planejamento” e as atividades dos módulos “Educação para o Trabalho e Cidadania”, “Qualificação Profissional” e “Organização Sustentável do Trabalho”.

Nos resultados do questionário aplicado junto aos três grupos dos Coletivos de Trabalho de Pelotas, foi observado que as executoras assumem um papel fundamental junto aos sujeitos para o êxito das políticas públicas, à medida que as pessoas reconheceram nas pessoas responsáveis pelas executoras, contratadas pela STCAS, os gestores municipais e estaduais do programa. Seguem os quadros que demonstram tal conclusão dos membros dos coletivos:

Quadro 3
Título: Questões 11 e 12 do questionário aplicado no Coletivos de Trabalho em Pelotas

Questão 11: Como considera a participação do governo do Estado nos Coletivos de Trabalho
 Questão 12: Quem conhece que acompanha os Coletivos de Trabalho pelo Governo do Estado

Grupo Z3	Total	Grupo MTD	Total	Grupo Navegantes	Total
Cláudio	1	Argiles	1	Lélio Falcão	5
Conselheiros	2	Aquino	3	André	1
Delegados	4	Lúcio	2	Daltro	9
Escola 8 de março	13	Daltro	1	Nono	41
Lúcio	3	Neusa	6	Boa	29
Neusa	6	Nono	14	Muito Boa	9
Nilza	1	Boa	13	Ruim	7
Nono	19	Muito boa	7	Total	105
Orçamento participativo	4	Ruim	1		
Vanderlei	1	Não Respondeu	1		
Renata	43	Mais ou menos	1		
Boa	43	Total	23		
Muito boa	40				
Mais ou menos	2				
Não Respondeu	2				
Ruim	3				
Total	187				

Fonte: **Questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho em Pelotas, elaboração da bolsista de iniciação científica da FAPERGS: Mirela Fleck, estudante do curso de Pedagogia – FACED / UFRGS**

Os três grupos consideraram entre muito boa e boa a participação realizada pelo governo do Estado junto aos coletivos. Quanto à nomeação da pessoa que realizava o acompanhamento, ocorreu uma confusão de papéis, sendo citados nomes de pessoas das executoras, das próprias executoras e do gestor municipal no lugar de gestor estadual.

A Colônia de Pescadores Z3 foi a que, comparando com as respostas dos outros grupos, mais relacionou a executora ao governo estadual. A Escola 8 de Março, com 13 referências correspondia à executora contratada pela STCAS para organizar e executar as atividades dos Coletivos na comunidade; Renata, com 43 referências, era a pessoa da 8 de Março que organizava o trabalho na Z3. “Nono”, com 19 respostas, correspondia ao apelido do

coordenador regional de trabalho, e Neusa, com 6 referências, era a então Secretária Estadual do Trabalho. Foram as respostas que de fato apontaram gestores estaduais. Lúcio acompanhava o grupo pela prefeitura municipal, tendo 3 referências. A dimensão do orçamento participativo como resposta dessa questão é possível relacionar com a participação da comunidade nas plenárias do orçamento, reconhecendo esse espaço como acompanhamento dos coletivos, da mesma forma as 4 referências aos delegados do orçamento participativo.

No grupo do MTD, ocorreu mais clareza na identificação dos gestores estaduais: “Nono” com 14 respostas, Neusa com seis e Daltro (coordenador regional adjunto de trabalho) com uma resposta. Lúcio, com duas respostas, acompanhava o trabalho pela prefeitura municipal; Argiles, com uma resposta e Aquino com três, eram da executora contratada: CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional).

No Navegantes, 41 respostas fizeram referência ao coordenador regional titular (Nono) e 9 referências ao coordenador adjunto (Daltro); André acompanhava pela prefeitura municipal, com uma resposta, e Lélio Falcão era responsável pela executora – Associação dos Docentes da Escola Técnica (ADCEFET), com 5 respostas.

O apelido do coordenador regional titular – Nono - não era usual nas rotinas do SINE de Pelotas. Entre os gestores municipais com os quais convivi, na aplicação dos questionários, com os integrantes dos Coletivos de Trabalho, conheci tal tratamento.

O coordenador me explicou:

É um apelido da militância política, desde que comecei a advogar, e com o cargo de coordenador privilegiei meu nome para tratamento, mas nas comunidades perdura o apelido.

Balandier (1997b) nos ajuda a pensar sobre essa situação, à medida que afirma que o poder se transfigura, ele constitui e é constitutivo de quem o detém. A posição de advogado e coordenador regional do trabalho evoca um tratamento mais formal, sendo necessário substituir o apelido pelo nome: “A

passagem da qualidade de chefe para a qualidade de rei é mais que uma mudança de grau, exige uma total recorrência aos símbolos e ao imaginário, demonstrando que o poder soberano só se adquire por transfiguração” (Balandier, 1997b, p.94).

No entanto, entre as pessoas das comunidades, a informalidade perdurava, não sendo corrigida pelo coordenador regional, que conseguiu, nos espaços administrativos, sob sua chefia, a abolição do apelido.

Durante o trabalho de campo junto às três comunidades, foi possível identificar o empenho da executora que acompanhou a Z3, organizando reuniões para as cooperativas de produção em andamento, envolvendo-se em soluções de falta de material das atividades, mudança de salas. No Navegantes e no MTD, não foram observadas tais estratégias pedagógicas, acompanhando o cotidiano dos grupos, operando princípios da Educação Popular junto aos cursos profissionalizantes.

É possível afirmar que tal positividade na atuação da executora foi considerada pelo grupo da Z3, pelo número razoável de respostas relacionando o nome da executora e da pessoa responsável pelas atividades, como acompanhamento do governo estadual.

Quadro 4

Título: Questões 13 e 14 do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho em Pelotas

Questão 13 - Como considera a participação do governo do município nos Coletivos de Trabalho?

Questão 14 - Quem você conhece que acompanha os Coletivos de Trabalho pelo governo do município?

Grupo Z3	Total	Grupo MTD	Total	Grupo Navegantes	Total
Carlos Alberto	1	Nono	4	Daltro	2
Cláudio Silva	2	Lúcio	14	André	13
Delegados Municipais	2	Mara	1	Lúcio	41
Lúcio	38	Paulo Ribeiro	1	Lélio	4
Neusa	3	Regina	1	Prefeito	1
Nono	1	Toninho	4	Muito Boa	6
Prefeitura	4	Muito boa	5	Boa	30
Secretarias	12	Médio	1	Ruim	6
Vanderlei	8	Boa	11	Muito Ruim	1
Muito Boa	33	Ruim	5	Não Respondeu	2

Boa	50	Não respondeu	1	Total Geral	106
Ruim	1	Total Geral	48		
Não Respondeu	6				
Total Geral	145				

Fonte: **Questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho em Pelotas, tabulação da bolsista de iniciação científica da FAPERGS: Mirela Fleck, estudante do curso de Pedagogia – FAGED / UFRGS**

As respostas também consideraram entre muito boa e boa a participação do governo municipal nos coletivos, mais referências a boa, havendo uma resposta de “médio” no MTD, que a pessoa escreveu, não havia essa opção no questionário.

Nos três grupos, é possível observar que a gestão municipal não ficou tão confusa quanto a estadual, na qual a representação da executora, sobretudo na Colônia de Pescadores Z3, foi preponderante.

A resposta de Lúcio, com 38 referências na Z3, 14 no MTD e 41 no Navegantes, correspondeu à pessoa designada pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico a acompanhar os coletivos. Pela frequência das respostas e também pelos registros em diários de campo, é possível afirmar que houve acompanhamento aos grupos pelo responsável da prefeitura municipal: participava das atividades, promovia reuniões.

As 12 referências às “Secretarias” na Colônia de Pescadores Z3 confirmaram o empenho das diversas secretarias municipais na resolução de problemas da comunidade durante o período de realização dos coletivos: melhoria na única estrada que dá acesso à Colônia, reestruturação do camping municipal localizado próximo da colônia, apoio às associações/cooperativas dos pescadores que estavam se organizando, articulação de turmas do Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA). Ocorreram diversas audiências públicas com as Secretarias Municipais e a comunidade da Z3, além de plenárias do orçamento participativo. Quatro respostas nomeiam, inclusive, a “prefeitura” realizando o acompanhamento aos coletivos.

No grupo do MTD, uma pessoa citou uma funcionária do SINE que realizava supervisão aos cursos, e quatro pessoas citaram o coordenador regional de trabalho.

No Navegantes, a exemplo da Z3, também uma pessoa fez referência à prefeitura, mas é possível observar, pelas respostas dos membros do

Navegantes, que não ocorreu a mesma fruição da Z3 no relacionamento com as secretarias municipais, com o orçamento participativo. André também acompanhava o grupo pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, tendo 13 respostas. Nas respostas de quatro pessoas, o acompanhamento do município aos coletivos de trabalho correspondia ao responsável pela executora e houve duas referências ao coordenador regional “adjunto” de trabalho, que, na verdade realizava a supervisão dos cursos, não representava o município.

As respostas a essas questões do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho, em Pelotas, comprovaram a importância de uma escolha adequada das executoras pelos gestores estaduais. As executoras, em última análise, representam a política pública, à medida que as pessoas confundem seu papel com o do gestor municipal e estadual.

Estando na execução dos programas, as executoras são as políticas públicas, correspondem à concretização do programa concebido: “[. . .] a existência de rotinas institucionalizadas não produz necessariamente comportamentos rotineiros, porque as regras são múltiplas (e freqüentemente contraditórias), oferecendo assim aos atores numerosas ocasiões de escolha” (Muller e Surel, 2002, p.40).

Mesmo com o contrato, convênio, enfim, um constructo formalizado de obrigações, as executoras, como bem colocam os autores, nos comportamento rotineiros possuem escolhas, as regras se tornam múltiplas. Se o trabalho da executora é equivocado, de nada adiantou uma boa concepção de planejamento do gestor público.

No Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Coletivos de Trabalho, eram elaborados relatórios pelo comitê de acompanhamento local e encaminhados para a STCAS. Em Pelotas, tais relatórios foram organizados e encaminhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Conforme o Caderno Metodológico dos Coletivos de Trabalho, em relação aos critérios para a seleção das comunidades contempladas pelo programa:

Para determinar o grau da carência e vulnerabilidade e, portanto, hierarquizar as propostas, considera-se quantas das características

abaixo são constatadas na comunidade, sendo que as mesmas têm pesos diferentes:

Condições precárias relacionadas às habitações, ao acesso à água, luz e saneamento básico;

Condições precárias relacionadas ao meio ambiente, como destinação do lixo, desmatamento predatório; poluição dos cursos d'água e desmatamento de matas ciliares;

Condições precárias relacionadas ao acesso a serviços públicos, como saúde, escola, creche, transporte coletivo, segurança, cultura e lazer;

Índices elevados de mortalidade infantil, desnutrição e baixa expectativa de vida;

Índices elevados de analfabetismo e baixa escolaridade de adultos;

Índice elevado de crianças e adolescentes fora da escola;

Índice elevado de Complementação de renda familiar, através da exploração do trabalho infantil;

Índice elevado de alcoolismo e outros tipos de dependência química;

Índice elevado de desemprego e/ou de trabalhadores absorvidos em atividades insalubres, irregulares e de baixa rentabilidade.

A partir desta primeira hierarquização, analisa-se as propostas segundo os seguintes critérios complementares:

Ordem de priorização do PCT(Programa Coletivo de Trabalho) no Orçamento Participativo.

Terão vantagem as propostas advindas de municípios considerados mais vulneráveis social e economicamente, tendo-se por base o Índice Social Municipal Ampliado - ISMA, da Fundação de Economia e Estatística/FEE.

A cada rodada de seleção, buscar-se-á contemplar o número máximo de regiões e microrregiões do Estado, assim, uma proposta de uma região sem ou com pouca presença do Programa Coletivos de Trabalho terá vantagem sobre uma outra de região com forte presença do PCT.

Terá vantagem a proposta que demonstrar articulação local e apoio para a realização das atividades laborais, como a cedência de equipamentos, instrumentos e orientação técnica para a execução das melhorias propostas.

A existência ou o potencial de integração e sinergia com outras políticas públicas, seja pela localização geográfica, seja pelo tipo de situação social da comunidade foco, também será considerada uma vantagem.

Terá vantagem proposta que demonstrar maior possibilidade de construir alternativas duradouras de geração de trabalho e renda (Texto digitado, p.21).

Diante desses critérios, foram inseridos no Programa Coletivos de Trabalho todos os grupos organizados do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) no Rio Grande do Sul, correspondendo a 27% do total de vagas dos coletivos: 670 pessoas, sendo 1.870 vagas, 73% disponibilizadas para comunidades organizadas, a exemplo da Colônia de Pescadores Z3 e da comunidade do Navegantes em Pelotas.

No total, foram 2.540 pessoas recebendo os R\$ 240,00 pelos Coletivos de Trabalho no Estado, em 25 municípios. No anexo F da tese, consta um quadro com todos os municípios contemplados pelo Programa Coletivos de Trabalho, com as comunidades e o número de pessoas envolvidas.

Por certo, a seleção dos grupos para os Coletivos de Trabalho, contribuiu na organização do MTD no Rio Grande do Sul, à medida que incluiu, em uma política pública para desempregados, o movimento que objetiva organizá-los.

No entanto, a seleção não deixou de lado o papel das comunidades, pois em 18 municípios foram selecionadas comunidades, em 7 municípios grupos do MTD e em uma cidade um grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Pelotas, com 250 participantes nos Coletivos de Trabalho, foi superada apenas por Porto Alegre em número de pessoas selecionadas: 695, tendo a capital cerca de 27% das vagas dos Coletivos de Trabalho.

Pelos dados do questionário aplicado nos integrantes dos Coletivos de Trabalho, a seleção dos integrantes, realizada em Assembléias nas duas comunidades e junto ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados em Pelotas, atingiu os objetivos do programa, envolvendo pessoas de fato desempregadas, com poucas perspectivas de geração de trabalho e renda. Do total dos 250 participantes dos Coletivos de Trabalho, 128 pessoas possuem mais de 25 anos, sendo desse total 100 mulheres. O programa, então, atende à solicitação de programas de geração de emprego e renda para mulheres, na sua maioria, com mais de 25 anos, sendo que um número significativo, como será demonstrado ao longo do texto, nunca possuiu experiência de trabalho com carteira assinada.

Dos 250 participantes, 116 possuem filhos; logo os R\$ 240,00 recebidos nos coletivos garantem o sustento para muitas famílias dos três grupos.

Quanto à escolaridade dos participantes dos Coletivos de Trabalho, há um número significativo de pessoas sem completar os 8 anos de estudo do Ensino Fundamental: 101, quase a metade do total dos participantes.

Os Programas da CUT⁷⁵, por sua vez, que estiveram presentes no PLANFOR/Qualificar RS, na sua maioria, desenvolveram recuperação de escolaridade de Ensino Fundamental/Médio e oficinas de qualificação profissional.

Em Pelotas, a presente pesquisa ocorreu junto a cinco egressos do Integrar do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, com recuperação de Ensino Fundamental, aulas de Informática nas oficinas de preparação profissional. E também junto a uma egressa do FORMASUS, do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Pelotas, que também tem Ensino Fundamental e um período de estágio monitorado nas comunidades para formação de agentes comunitárias de saúde.

Diante do atual quadro de desemprego, ocorreu uma mudança de discurso e atuação do movimento sindical em relação à Educação dos trabalhadores, pois em 1982, conforme depoimentos de operários metalúrgicos do ABCD paulista, presentes na 2ª Conferência Brasileira de Educação⁷⁶, o seu sindicato, então fortalecido por uma série de greves ocorridas no final dos anos 70, posicionava-se contra a presença de Supletivos, escola para base metalúrgica, justificando ser a Educação⁷⁷ uma obrigação do Estado.

A mesma CUT que nos anos 80 condenava o envolvimento dos sindicatos na Educação dos trabalhadores, por considerá-la papel do Estado,

⁷⁵ A pesquisa "Diagnóstico da Formação Profissional – Ramo Metalúrgico" (1999) elaborou um levantamento das escolas vinculadas aos sindicatos dos metalúrgicos, de diversos estados, filiados à CUT. Os dados revelam que, no Rio Grande do Sul, a Escola José César de Mesquita, de Porto Alegre, tem os equipamentos considerados necessários para o desenvolvimento de seus cursos; o Rio Grande do Sul foi o Estado que mais produziu documento sobre as propostas pedagógicas de seus cursos; ocorreu a instalação de cursos no Estado antes de 1980, predominância de cursos de Ensino Médio e técnico.

⁷⁶ In Anais - II Conferência Brasileira de Educação. São Paulo: Editora Parma, 1982.

⁷⁷ O protagonismo dos trabalhadores organizados em Educação, no Rio Grande do Sul, não é novidade. Petersen e Lucas (1992) relatam o surgimento das escolas anarquistas no Rio Grande do Sul durante os primeiros 20 anos do século XX. Loner (2001), em sua pesquisa sobre a "*Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*", afirma: "A educação não era apenas arma de disciplinamento do trabalhador pela elite, mas era vista pelos operários como arma para sua libertação social, pois somente através do estudo poderiam vislumbrar a mudança de sua situação, seja individualmente, pela ascensão social, seja coletivamente, pela conscientização e organização para a luta, pois um dos maiores inimigos da classe era identificado como a ignorância, tanto de seus direitos quanto da exploração sofrida. Como as aulas públicas existentes eram muito poucas, e os trabalhadores dificilmente poderiam frequentar cursos diurnos, várias entidades e associações mantiveram aulas públicas noturnas gratuitas, para atender operários e seus filhos. A mais antiga e que se manteve por mais tempo foi da Biblioteca Pública, atuando desde 1877, com curso noturno, em que muitos trabalhadores se alfabetizaram, inclusive ex-escravos" (p.73-74).

defende, nos anos 90, o envolvimento sindical com a Educação dos trabalhadores:

A análise das experiências educacionais do sindicalismo brasileiro revela a sua pouca expressão quantitativa até pelo menos 1996, quando os sindicatos passaram a atuar em programas ligados ao PLANFOR do Ministério do Trabalho, com recursos do FAT (Diagnóstico da Formação Profissional – Ramo Metalúrgico, 1999, p.350).

Por certo, nos anos 80, o sindicato precisaria subsidiar essa formação com recursos dos trabalhadores estudantes e do sindicato; nos anos 90, existe a estrutura do FAT apoiando os cursos de qualificação profissional e uma crise econômica e política instaurada no movimento sindical, em função, principalmente, de uma diminuição significativa do

número de filiados devido à reestruturação produtiva, extinção de postos de trabalho, falência de empresas, sobretudo no setor industrial.

Neise Deluiz, Donaldo Souza e Marco Aurélio Santana realizaram um estudo intitulado "*Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil*", no qual analisam a relação estabelecida entre as Centrais Sindicais e o PLANFOR:

[. . .] é preciso ressaltar que a experiência da CUT na área de educação é anterior às demais Centrais, mas o envolvimento com as ações concretas de Formação Profissional tornou-se mais marcante e decisivo com a liberação dos recursos do FAT a partir de 1996, quando a Central teve a possibilidade de gerenciamento daquelas verbas públicas. (1999, p.132 -133).

O estudo ainda destaca a valorização da CUT ao PLANFOR, mesmo diante das críticas apontadas ao Plano, principalmente quanto ao gerenciamento dos recursos do FAT e ao número significativo de cursos de curta duração, que, na opinião da Central, são ineficazes.

Essa última crítica da CUT ao PLANFOR, aqui no Rio Grande do Sul, causou constantes polêmicas, à medida que os cursos mais rápidos atingem mais pessoas. Os cursos modulares, a exemplo da elevação de escolaridade

do Integrar, são mais caros e têm um alcance bem mais reduzido⁷⁸ em número de pessoas, sendo questionada pelos gestores essa crítica sistemática da CUT⁷⁹ aos cursos de curta duração.

Em Pelotas, o Integrar Alimentação ocorria na sede do Sindicato, com aulas durante a tarde e à noite. O FORMASUS em algumas salas de aula no Colégio Municipal Pelotense, com aulas somente à noite. O Sindicato da Alimentação possui boas dependências para a conformação do Integrar: 3 salas de aula, uma gráfica no 2º andar do prédio, uma sala para informática, um salão para as apresentações, reuniões.

Os cursos do FORMASUS e do Integrar não possuíam contribuição da Secretaria de Educação Municipal, nem da coordenadoria de educação estadual, conforme depoimento da professora do FORMASUS e do sindicalista coordenador do Integrar. Em entrevista com o secretário municipal de Educação, contou que antes de ocupar o cargo, participou de algumas atividades do Integrar Alimentação, mantinha contatos com os sindicalistas como professor da Escola Técnica Federal Agrícola da cidade. Desde que assumiu a secretaria de Educação Municipal, não havia sido convidado para nenhuma atividade de formação do Integrar do Sindicato da Alimentação.

A experiência dos cursos de elevação de escolaridade da CUT, presentes no PLANFOR, possui uma concepção integradora, ocorrendo uma abordagem ampla, privilegiando no currículo grandes temas: trabalho – reestruturação produtiva, ecologia, associativismo, gênero, e aí o desenvolvimento dos conteúdos específicos das áreas.

⁷⁸ Conforme dados da Avaliação externa presente em Bulhões et al. **Pesquisas de Acompanhamento aos Egressos – PEQ / RS** 1996, 1997 e 1998 os percentuais de ocupados e desempregados que já haviam realizado outro curso antes são altos: 51,1% dos ocupados e 41,1% de desempregados em 1996; 55,5% dos ocupados e 54,5% dos desempregados em 1997 e 53,8% de ocupados e 54,6% em 1998, evidenciando um problema de seleção, proporcionando acesso aos cursos sempre para as mesmas pessoas. Os cursos do Integrar ocorrem em módulos, certificando a cada módulo, valendo esse como curso. Talvez aí aumente os percentuais de pessoas que realizam vários cursos, ou seja, cumprem vários módulos.

⁷⁹ Em 1º de dezembro de 2001, realizou-se a 1ª Conferência Estadual do Trabalho promovida pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, pela Comissão Estadual de Emprego e Renda, sendo que pela UNITRABALHO fui do grupo de sistematização da conferência. Presenciei uma demonstração de pressão realizada pela CUT com educadores de seus diversos programas no Estado (Terra Solidária, INTEGRAR, Recomeçar...) para a manutenção das suas turmas, com seus recursos, sem levar em consideração possíveis prioridades no conjunto da execução do programa no Estado.

As turmas possuem dois professores: um que trabalha com a formação teórico-conceitual do currículo: Matemática, Língua Portuguesa, Ciências (Biologia, Física e Química tratando-se do Ensino Médio), História, Geografia e Língua Estrangeira; e outro que ministra as oficinas de formação instrumental⁸⁰, diante da atual lógica da reestruturação produtiva, que, na maioria das situações, são oficinas de Informática, à medida que existe a demanda dessa formação por parte dos alunos e também há uma certa facilidade para os sindicatos contratarem professores e organizarem um laboratório de informática, quando a sala de aula, na maioria das vezes, é na própria sede do sindicato.

No Integrar Alimentação de Pelotas, a professora era licenciada em Biologia, com um professor técnico em Informática; no FORMASUS, uma professora desenvolvia a parte técnica e didática do curso, sendo a mesma professora do Ensino Fundamental para formação de agentes comunitários de saúde e do Ensino Médio para auxiliar de Enfermagem.

A intenção integradora/interdisciplinar do currículo de Ensino Fundamental e Médio dos cursos da CUT é inovadora, os materiais didáticos aos quais tive acesso, na sua maioria, são elaborados pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), contemplam formação de jovens e adultos na sua linguagem, imagens presentes, abordagens. Considero, no entanto, uma tensão do programa do curso um professor possuir a formação teórica de todas as áreas e aí realizar integração/interdisciplinariedade.

Conhecimento integrado pressupõe entendimentos aprofundados das áreas individuais do conhecimento, é possível integrar o que se sabe, aí estabelecer conexões. A tendência do professor é sempre privilegiar sua área de formação.

Participei, durante o ano de 2002, de alguns encontros de formação do programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) no Estado. Presenciei uma preocupação de oferecer formação integrada para os professores nas diversas áreas do conhecimento. No entanto, essa formação é insuficiente, normalmente tratando-se de encontros de dois dias. Até pela

⁸⁰ O indicativo do Integrar Metalúrgicos é que esse docente seja um metalúrgico desempregado, com formação técnica de nível médio, que conheça as mudanças pelas quais a categoria está passando diante do incremento tecnológico, eliminação de postos de trabalho.

carência de abordagens sobre a EJA em nossas licenciaturas, o professor já tem que “criar” no seu planejamento, na sua área do conhecimento. Penso que o sistema de formação continuada pontual do Integrar não minimiza tal conflito.

O aprendizado dos alunos baseado na construção do conhecimento, observado na avaliação, pode estar associado à unidocência, uma vez que esta é um dos eixos da proposta. No entanto, pode-se levantar a hipótese da permanência do problema da dificuldade que os professores tiveram em lidar com ela, pelo fato de que, no processo de avaliação dos alunos, os docentes encaminhavam a parte escrita da avaliação de conteúdos à equipe técnico – pedagógica, para que esta avaliasse os alunos. Pode-se inferir que, de forma implícita, isso sugere que os docentes que implementavam o processo ensino – aprendizagem não tinham domínio suficiente dos conteúdos para avaliar os seus resultados, uma vez que se deparavam com alguns conteúdos pela primeira vez (Franzoi in Maia, 1999, p.84).

O currículo do Integrar Alimentação de Pelotas, que talvez tenha limites no que consiste uma abordagem interdisciplinar, conforma muito bem novas formas de administração e gerenciamento baseadas nos princípios da auto-gestão, do associativismo, cooperativismo, da solidariedade. Em visita à casa de Éverton ele me contava de uma técnica que o professor usou para cada um dizer quanto gostaria de ganhar, demonstrando a tendência a situações de exploração, de individualismo, reforçados pela própria postura do trabalhador. Renato valorizou as aulas porque retirava da responsabilidade individual o desemprego, em função da economia mundial. Afirmou que ficou sabendo pelas aulas que Lula era um:

“Revolucionarista”, lutava pelo direitos dos trabalhadores na região do ABC em São Paulo, foi perseguido, preso no final da Ditadura Militar.

Outra questão é a seleção dos alunos para as turmas. Em Pelotas, percebi critérios subjetivos, sendo que as fichas de inscrição não seguem uma organização mais elaborada, um cadastro.

A conformação das turmas e seus turnos de funcionamento são definidos pelos sindicalistas responsáveis, que conhecem a comunidade. Em uma das entrevistas realizadas com o sindicalista responsável pelo Integrar,

esse identificava o envolvimento dos possíveis alunos e alunas com drogas, álcool, realizando uma certa homogeneização da turma, evitando tais conflitos.

O acompanhamento aos egressos depende da organização dos sindicatos. Em Pelotas, conforme depoimento do sindicalista responsável pelo Integrar, eles possuem “notícias” dos alunos que aparecem no sindicato, não há acompanhamento sistemático depois do curso. Da turma de 2002, da última formatura de Mariana e sua filha Mara, conforme seu depoimento em julho de 2002, 13 estão desempregados, sendo que desses um faz “gatos” (ligações elétricas clandestinas); outra o marido vende droga; 6 estão empregados, sendo que duas mulheres eram sindicalistas; quatro mulheres são donas de casa - uma recebe pensão do marido, porque está separada e outra, soube recentemente, está “amigada / morando junto” com um cobrador de ônibus. Totalizaram 27 alunos que se formaram em 2002, sendo que o sindicalista possuía referências de 23 dos alunos. Disse que da turma anterior do Éverton Rodrigo, do Renato e da Ana Amélia, sabia que apenas Éverton havia conquistado emprego com carteira assinada.

Após a formatura da turma de 2001, em março de 2002, mudou a coordenação do Integrar pelo sindicato. O coordenador que permanecera até março de 2002 me contou que iniciara o trabalho, representando a diretoria, fazia dois anos, possuía 15 anos na categoria. Quando o convidaram para coordenar, seria ele em uma turma e outro liberado (do trabalho na fábrica para as tarefas sindicais) em outra. Achou melhor ficar sozinho, porque, se porventura fechasse uma turma em função de recursos, o outro poderia estar trabalhando melhor que ele e o substituiria.

É possível observar a competição entre os sindicalistas liberados, em função da própria sobrevivência, por terem um espaço de atuação. Contou que sua fábrica faliu, e, como a metade dos membros da diretoria estava desempregada, ficou igualmente desempregado, precisando da coordenação das turmas do Integrar para receber aí pelo sindicato.

Outros membros da diretoria estavam tentando a organização de uma padaria, no bairro Navegantes. Os sindicalistas estão sendo afetados pelo desemprego em Pelotas, as fábricas às quais estão vinculados estão falindo. O primeiro coordenador do Integrar ainda relatou que um dirigente desempregado

estava vivendo da caixinha solidária dos colegas, estava a “*ponto de enlouquecer*”. Haviam conseguido uma colocação para ele, recentemente, de motorista da Coordenadoria de Educação.

Em uma cidade como Pelotas, com poucas oportunidades de trabalho no setor industrial, nova admissão em empresa privada dificilmente ocorrerá para um ex – sindicalista da CUT.

A dimensão individual e coletiva ressaltada por Elias (1993) se coloca nos conflitos vivenciados pelos sindicalistas, imbuídos da defesa dos direitos de uma categoria profissional. Ao encontrarem-se sem emprego, ou na eminência de perdê-lo pelo processo de falência da fábrica, voltam-se para defesa de procedimentos burocráticos, mecanismos possíveis de protegê-los de situações de desemprego. De certa forma, transformam o vínculo de “emprego” para o espaço do sindicato, que é o espaço que lhe resta. O cargo de dirigente sindical não representa mais a categoria, mas é a “sua categoria”, seu meio de sobrevivência, de fato.

Pode ocorrer eliminação de “companheiros” em momentos de competição, para que pelo menos “ele” *sobre para apagar a luz do sindicato* quando não existirem mais fábricas, pois no mercado formal, com o qual o sindicalista conviveu, defendendo-o, está muito difícil para retornar, conquistar uma vaga.

Talvez esse movimento seja um movimento de desordem⁸¹ vivenciado pelo sindicalista, ao ter que lutar diariamente para manter-se no quadro sindical ou sair em busca de outras alternativas na esfera pública não estatal em organizações não-governamentais, lutar mesmo por suas perspectivas pessoais.

Tal situação de desordem penso estar explicitada em dois artigos da publicação⁸² que realiza reflexões sobre o programa Integrar da CNM no RS, pois uma coordenadora técnica do programa e uma assessora fazem

⁸¹ “Ao levantar o tema do desemprego como central nas suas lutas, o movimento sindical também aguça o medo, o receio e a dúvida na cabeça dos trabalhadores. Apesar de ser uma bandeira de muita relevância, ela provoca um reverso na mobilização e desperta um sentimento de impotência, de fragilidade, de incapacidade de apresentar alternativas pelo caminho da luta. Posso dizer que no início desta década os sindicatos também enfrentaram um período de perda de identidade.”(Maia, 1999, p.22)

⁸² Maia, Marco Aurélio Spall (org.) **Trabalho, educação e cidadania: reflexões sobre o Programa Integrar – RS**. Porto Alegre: Confederação Nacional dos Metalúrgicos / Central Única dos Trabalhadores, 1999.

referência a “disputas de beleza e de poder” (p.124) no interior do programa e “... desarmar as personalidades e as vaidades, trabalhando de forma propositiva” (p.106) ao fazerem referência aos cuidados na implementação da proposta do Integrar. Talvez as *vaidades*, a *beleza*, o *poder* entre os sindicalistas, hoje, represente um processo de defesa daqueles que também são das classes populares, possuíam vínculo de trabalho com carteira assinada, trabalharam na produção, mas dessas funções afastaram-se há muito tempo, possuem outras memórias de conduta, de valores: o uso do celular, o carro do sindicato, a sala própria para atender a categoria, realizar reuniões; a *cultura de ser vanguarda* que hoje está com uma “base” bem inferior para guiar, e os caminhos não estão assim tão delineados para a “vanguarda” apontar.

A ordem correspondia à preponderância da dimensão coletiva na atuação sindical, sem o temor de ficar “*sem*” pessoas para representar, “*sem*” fábricas para fiscalizar, negociar; representar, além da sobrevivência individual, a sobrevivência de uma categoria profissional.

Em conversa com uma aluna da turma do Integrar / Alimentação de 2002, funcionária de um frigorífico, em uma observação que fiz em uma aula à noite, ela me contou que a empresa estava fazendo pressão para que estudasse. O único curso que ela conseguiu foi no sindicato dos trabalhadores, eles não gostaram muito, ficavam fazendo “piadas” sobre sua presença no sindicato. Ela fazia-se de surda, pois precisava estudar para exercer sua função – trabalhar na balança, pesando as cargas que chegam na empresa diariamente. Há uma profunda contradição em que essa operária está imersa: a conservadora em suas relações de negociação, boicota o sindicato mas precisa tolerar a presença de sua funcionária no curso, pois, para sua função, é essencial que conclua o Ensino Fundamental. A empresa não proporciona alternativas para os operários estudarem, e é forçada a não interditar a iniciativa do sindicato.

A média de salário da categoria da Alimentação correspondia a R\$ 272,00, um pouco acima do salário mínimo estadual em julho de 2002.

Conforme depoimentos de Ana Amélia e Camila, no final de 2001⁸³, aconteceu um concurso para agentes municipais comunitários de saúde, com inscrição no SINE. Pelo regulamento do concurso, o curso de agente comunitário de saúde, com certificação em Ensino Fundamental, não valia qualquer pontuação. Os pré-requisitos para inscrição no concurso correspondiam a morar nas ruas dos bairros para os quais seriam destinados os agentes, ser maior de 18 anos e saber ler e escrever. Tal fato deixou as alunas do FORMASUS muito contrariadas, sendo um dos motivos de terem acampado em frente à sede do SINE em janeiro de 2002, além de reivindicarem a manutenção do curso no PEQ do Rio Grande do Sul. Segundo depoimento de Camila, egressa do FORMASUS, que realizou o concurso, esse foi mal-organizado. No dia da prova escrita, os candidatos sentaram-se muito próximo, na sede da Associação do Banco do Brasil. Conforme Camila, houve irregularidades na correspondência das ruas de moradia dos sujeitos aprovados no concurso.

O sindicalista coordenador, das turmas do Integrar Alimentação a partir de 2002 relatou que, em 1998, houve mais pessoas da categoria como alunos dos cursos, com duas turmas uma pela tarde e outra à noite; em 1999, houve mais pessoas desempregadas ou em risco de perder o emprego, também com duas turmas. O coordenador pedagógico estadual é um técnico da escola sul da CUT. Em 2000 e 2001, também participaram mais pessoas desempregadas. Para 2002, pretendem selecionar mais pessoas empregadas nas fábricas da base do sindicato. Na sua opinião, tal fato pode vir a significar elevação da evasão⁸⁴, porque, segundo seu entendimento, o pessoal que trabalha não tem a mesma garra para vir para a aula, está cansado. Esse sindicalista era muito carismático, e as alunas do Integrar que chegavam em sua sala, no sindicato, brincavam muito com ele. Contaram que realizavam muitos churrascos, festas depois das aulas à noite. No dia da formatura, em março de 2002, para cada formando / formanda ele possuía um comentário:

⁸³ Na matéria do jornal que Ana Amélia repassou para mim, constam detalhes sobre esse concurso, que atraiu centenas de pessoas e não esclareceu suficientemente as ruas correspondentes para moradia do agente de saúde: Piegas, Cíntia. Vagas na saúde atraem centenas. **Diário Popular**, seção Cidade, página 7, Pelotas, 25 de setembro de 2001.

⁸⁴ Conforme Franzoi (in Maia 1999) o índice de permanência no Integrar dos metalúrgicos no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1997, ficou entre 70% e 80%.

“Vinha para aula de muletas”, “mora no Barro Duro, viajava para vir nas aulas”, “venceu dificuldades de aprendizagem.”

Enquanto eu fotografava a formatura, fui observar se ele tinha tais observações na folha da cerimônia, mas não, na folha só constava a lista com o nome dos formandos. De fato, conviveu com a turma sendo sindicalista. Mesmo ainda não sendo o coordenador da turma, acompanhou a trajetória dos alunos e das alunas, tinha comentários específicos, com conhecimento de causa, para cada formando, cada formanda no dia da formatura.

No Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação, estava sendo possível se associar sem pertencer a categoria. Pagando uma taxa, poderia consultar o médico que atende no sindicato, e seus dependentes também, consultar no dentista e igualmente seus dependentes, pagando separado, assim como freqüentar a assistência judiciária, usufruir das áreas de lazer. Só não poderia votar nas Assembléias de dissídio. Na entrevista que realizei em julho de 2002, com o sindicalista responsável pelo Integrar Alimentação, tal encaminhamento estava sendo revisto em função dos custos do dentista, do médico para as pessoas que não eram da categoria. Estava oneroso para o sindicato viabilizar tais serviços para pessoas sem vínculo com a categoria.

O vínculo do trabalhador através do pagamento dessa mensalidade ao sindicato, de fato, não pressupunha organização, questionamentos sobre as condições de trabalho precarizadas do setor informal, outrossim acesso a serviços de assistência do sindicato. Permanece no Sindicato da Alimentação o conflito, os questionamentos do tipo de relação do movimento sindical com os desempregados, que formas de vínculo, de organização implementar junto aos desempregados.

O Integrar até se coloca como uma forma de vínculo, já que os desempregados estudam na sede do sindicato, mas à medida que a diretoria volta a priorizar pessoas da base para alunos do curso, em detrimento dos desempregados, o acompanhamento dos egressos é feito quando o desempregado, então formado no Ensino Fundamental, volta ao sindicato para “dar notícias”. Perdura o conflito de relacionamento, de organização dos sindicatos em relação aos desempregados.

2.4 Pressupostos finais sobre o PLANFOR – palavras finais do capítulo

A montagem da Central de Atendimento Integral ao Trabalhador, em Santo André⁸⁵, gerou muita polêmica no interior da CUT e foi aprovado por 13 votos a 10, na Executiva Nacional. Segundo o Jornal Alternativa Sindical, edição de novembro de 1998, o projeto é uma forma de substituição do poder público que aparelha as Centrais Sindicais e oferece solução: “[. . .] demagógica que serve para enganar a opinião pública e aos trabalhadores desavisados” (p.11-12).

Trata-se, na realidade, de uma dupla polêmica envolvendo a mesma questão: por um lado está o aprofundamento da inserção da Central nos espaços públicos de realização da política de intermediação de mão-de-obra, substituindo então a função das agências do SINE. Ocorre a substituição do Estado, de uma forma até clientelista, reforçando a corrosão de nosso Welfare State tão flexibilizado. É histórico o debate, dentro da Central, a respeito da prevalência das políticas de desenvolvimento / geração de emprego e renda sobre as políticas de intermediação de mão-de-obra⁸⁶.

Por outro lado, mesmo considerando a necessidade de interferência das organizações da sociedade civil para garantir a existência do serviço público de intermediação, fugindo, portanto, das agências privadas que oneram o acesso ao emprego, permanece a discussão das várias correntes de pensamento e ação política pertencentes à CUT sobre o risco de transformação da Central em uma agência de privatização do Estado.

⁸⁵ A Central Pública de Trabalho e Renda do ABC compõe uma iniciativa da prefeitura municipal de Santo André, dos empresários da região do ABC paulista, dos sindicatos dos metalúrgicos, químicos, bancários e costureiras do ABC, contando com o apoio da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda de São Paulo, Comissão Estadual de Emprego e Ministério do Trabalho e Emprego, informações presentes na revista Forma e Conteúdo, edição especial – Qualificação Profissional, publicação da Secretaria Nacional de Formação da CUT, outubro de 1999.

⁸⁶ Delúbio Soares afirmava: “ o primeiro ponto a destacar é que as políticas públicas de emprego cairão no vazio enquanto não se tiver em funcionamento um novo modelo econômico, capaz de ter como prioridade não só a estabilização, mas sim a de conciliá-lo com o desenvolvimento e crescimento sustentado, gerando mais e melhores empregos” (1998, p.3).

Outras centrais sindicais, como a Força Sindical (FS), em São Paulo, e a Social Democracia Sindical (SDS), no Rio de Janeiro, já atuam com intermediação de mão-de-obra, construindo agências patrocinadas pelo FAT. O debate e a disputa entre as Centrais acabam sendo um dos argumentos pela abertura de novos centros cutistas de atendimento ao trabalhador.

As primeiras declarações do governo Lula sobre o FAT é retirar das centrais sindicais a atribuição de ofertar cursos. As centrais, por sua vez, temem principalmente a estrutura que organizaram para atender desempregados, a exemplo do Centro de Formação, construído pela Força Sindical, o da Democracia Sindical e o da CUT, já mencionados, que recebem verbas do FAT.

Em matéria do jornal "Folha de São Paulo", de 10 de novembro de 2002, o governo então recentemente eleito de Luis Inácio Lula da Silva afirmava sua intenção de "*secar a verba do FAT para as centrais*":

A estratégia do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, é pegar boa parte da verba, que hoje é repassada para as centrais, e direcioná-la para políticas sociais. Esse dinheiro não é pouco. Nos últimos três anos, Força Sindical, CUT (Central Única dos Trabalhadores), CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e SDS (Social Democracia Sindical) receberam cerca de R\$ 238 milhões. Só que parte dessa quantia, segundo o Tribunal de Contas da União, não foi utilizada para esse fim, como mostra a documentação de prestação de contas das centrais e dos sindicatos (Fernandes, B1, 2002).

A reportagem ainda afirma que o governo então eleito quer fazer uma operação "mãos limpas" no movimento sindical e passar os cursos do FAT para as atribuições do Ministério da Educação, que julga ter mais estrutura para executá-los: "A Folha apurou com petistas que trabalham próximos a Lula que o modelo de qualificação profissional adotado nos oito anos de governo tucano deve ser modificado radicalmente." (FERNANDES, B1,2002)

O governo então eleito anuncia uma ampla reforma na estrutura sindical, envolvendo os cursos do FAT.

São recentes os estudos na área da Educação sobre o PLANFOR. O que se tem observado é o destaque às críticas ao programa (Frigotto, 1999),

(Kuenzer, 1999), (Fidalgo & Machado, 2000), sobretudo por sua vinculação às políticas neoliberais. Concordo com Pochmann (2000) sobre a urgência de uma *pactuação* entre todos os segmentos que atuam na Educação Profissional:

[. . .] monitoração e observação dos atuais resultados do modelo de formação profissional frente aos desafios recentes das transformações da economia brasileira e o envolvimento dos trabalhadores e setor produtivo no desenho do novo modelo de formação, de forma a aproximar a transição do sistema de educação do setor produtivo. (p.68)

Acredito que esses desafios apontados por Pochmann alertam para um olhar "menos punitivo" ao PLANFOR, e por um "mais contemplativo", ou seja, não se trata de "elogiar" ou "criticar" o programa simplesmente, e suas especificidades a exemplo do Integrar, FORMASUS e dos Coletivos de Trabalho executados na cidade de Pelotas, mas entender que ele se insere em um período de diminuição do assalariamento, na formação de uma nova cultura do trabalho, de um momento de desordem na atuação das lideranças sindicais, e possui alcance nacional, com autonomia estadual e municipal, envolvendo vários atores sociais na discussão da Educação Profissional.

Na desordem que representa ser desempregado atualmente, é compreensível o número significativo de pessoas que não possuem o Ensino Fundamental, não são alfabetizados e são demanda para os cursos das centrais sindicais, em especial os da CUT. Sendo assim, a revisão em relação ao PLANFOR não deve ser somente em relação às intervenções do movimento sindical.

No documento de Santo André "*A qualificação Profissional como política pública – Sugestões para o Novo Governo*", consta uma avaliação geral do PLANFOR:

[. . .] setores expressivos da sociedade têm sustentado, face à metodologia e resultados do programa, que as modalidades de educação profissional por ele oferecidas configuram-se como paliativo ao desemprego, como proposta assistencialista, um arremedo de política compensatória, destinada muito mais a justificar do que a minimizar a exclusão social. Enfim, afirmam a necessidade

da implementação de uma política pública de formação e qualificação profissional, integrada ao sistema público de emprego, que associe, de fato, seguro desemprego, (re) qualificação e recolocação no mercado de trabalho (p.13).

O documento ainda critica a separação das políticas do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação em relação ao PLANFOR, mencionadas nesse capítulo:

O MEC realiza seu processo de construção curricular para o ensino técnico, abandonando a qualificação básica (só trabalha com a questão da profissionalização do Ensino Médio e ignora as demandas sociais dos trabalhadores jovens e adultos que realizam cursos supletivos de nível fundamental). O MTE, por sua vez, desenvolve os cursos do PLANFOR sem se preocupar com a recuperação da escolaridade e a organização de itinerários ocupacionais. No mesmo Ministério realizou-se, de forma completamente isolada, a construção da nova CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, sem nenhuma comunicação com os programas de qualificação (p.14).

Julgo situação ideal o conjunto de políticas públicas, articulando Trabalho e Educação à oferta de cursos em caráter nacional, nos quais os sindicatos podem e devem ser instituições fiscalizadoras, participativas da formação, não enquanto executoras propriamente ditas, mas valorizadoras do papel da Escola Básica, que precisa dos trabalhadores dentro dos seus prédios, elaborando seus currículos para de fato ter importância, fazer diferença na formação dos trabalhadores no Brasil.

O documento de Santo André defende, para garantir a participação dos trabalhadores na formulação das políticas de Educação Profissional, a organização de observatórios permanentes de situações de emprego e de formação:

[. . .] com gestão pública e participação multipartite, de caráter estratégico, que desenvolvam metodologias de construção de diagnósticos sobre o movimento do emprego no mercado de trabalho, o conteúdo das ocupações e da oferta de formação, com a participação dos movimentos sociais (ponto 10 das Recomendações, p.20).

Considero de imensa positividade a experiência dos cursos de recuperação de escolaridade da CUT presentes no PLANFOR, mas, pela demanda da EJA no país, a continuidade dos programas é necessária. O

Diagnóstico da Formação Profissional no Ramo Metalúrgico (1999) chama atenção para as perspectivas de expansão dos programas:

Faz-se, portanto, necessário mensurar adequadamente a expansão do Programa para que ele não se transforme em uma imensa **estrutura** incapaz de viabilizar os objetivos a que se propôs, contrariando posições que a CUT tem defendido no sentido de estabelecer, no desenvolvimento dos processos educativos, uma relação prioritária com o sistema público de ensino, de maneira a poder usufruir seus recursos pedagógicos e infraestrutura física e, ao mesmo tempo, garantir a difusão da concepção educacional dos trabalhadores e sua intervenção na política pública de educação e formação profissional (p.358, grifo dos autores).

Analisar o PLANFOR em nossos dias, com suas vicissitudes, requer um retorno ao PIPMOI, programas nacionais de formatos semelhantes em seu planejamento e execução, presentes em contextos históricos distintos, diante da necessidade ainda premente de escolarização fundamental para o trabalhador. Programas que articulem alternativas de emprego, trabalho e renda, observando outros processos de conformação de identidade, não vinculados ao assalariamento, privilegiando formas de organização dos trabalhadores, escolhas religiosas, relações complexas em processos de desordem, diante da crise do movimento sindical, com a diminuição crescente da sua base de representação, da necessidade de organização dos “outsiders” sem carteira assinada, desempregados: figuras de desordem.

3 URBANIDADE E DESEMPREGO EM PELOTAS: MOVIMENTOS DE ORDEM E DESORDEM

"Resposta de um participante dos Coletivos de Trabalho da colônia Z3 para a questão 17 do questionário⁸⁷: depois que

⁸⁷ O questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho possuía duas questões - as de número 17 e 18. Em suas respostas, algumas pessoas responsabilizaram a cidade — Pelotas — pela não conquista de emprego. A questão 17 perguntava pelos planos da pessoa após terminarem os Coletivos de Trabalho, a questão 18 questionava os motivos de não conseguir trabalho de carteira assinada, sendo que na Colônia de Pescadores Z3 oito pessoas não responderam à questão 17 e vinte e sete pessoas não responderam à

terminar os Coletivos de Trabalho seus planos, são *Ir embora para outro lugar, porque aqui o desemprego tá muito grande*

Respostas de cinco participantes dos coletivos da colônia Z3 para a questão 18: *Não consegue trabalho de carteira assinada, na sua opinião, por quê: as fábricas de Conservas quase todas fecharam; Não se consegue serviço na cidade; Pelotas está um cocô de lugar; Porque não tem emprego em Pelotas; Porque não tem serviço bom em Pelotas*

Respostas de dois participantes dos Coletivos de Trabalho no bairro Navegantes para a questão 18: *Não consegue trabalho de carteira assinada, na sua opinião, por quê? Porque Pelotas parou no tempo; É pela Cidade.*

Respostas de dois participantes dos Coletivos de Trabalho no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) para a questão 18: *Não consegue trabalho de carteira assinada na sua opinião por quê? Falta de emprego na cidade; Não há indústrias na cidade.*

Trecho do diário de campo – visita à casa do Éverton Rodrigo – Pelotas, 05 de março de 2002: Clarice falou que se ganhasse um prêmio bom na loteria, na loto, sua casa ficaria para uma irmã que passa muita necessidade, daria uma carroça e um cavalo para seu pai trabalhar, que é o sonho dele (hoje não tem condições com o que ganha de dar a carroça, o cavalo para o pai); daria um sobrado para sua sogra morar; comprava uma fruteira para o marido trabalhar, e trocavam de cidade."

A cidade é responsabilizada pela pobreza de seus habitantes. Se eles são pobres, a cidade igualmente é pobre; se eles são felizes, a cidade é feliz; se são infelizes, a cidade é infeliz; se são violentos, a cidade é violenta... Sociedade e indivíduo como instituições, constituições da cidade. No caso de Pelotas, uma cidade com 173⁸⁸ anos, uma das mais antigas e mais importantes do Estado do Rio Grande do Sul, vizinha do porto de entrada dos portugueses

questão 18; no Movimento dos Trabalhadores Desempregados, duas pessoas não responderam à questão 17 e quatro pessoas não responderam à questão 18; no bairro Navegantes, duas pessoas não responderam à questão 17 e quatro pessoas não responderam à questão 18. Para a resposta à questão 17, referente aos planos após os 10 meses de participação nos Coletivos de Trabalho, a pessoa possuía cinco linhas para escrever; na questão 18, eram três linhas numeradas, indicando três respostas para a impossibilidade de o sujeito conseguir trabalho com carteira assinada. Nas questões 3 - O que mais gosta nos Coletivos de Trabalho, 4 - O que não gosta nos Coletivos de Trabalho, e 25 - Por que seus filhos em idade escolar não estão na escola, também havia três linhas numeradas para as respostas. A intenção dessa numeração foi uma abordagem maior de elementos, de causas para questões tão complexas: ter o filho / a filha em idade escolar fora da escola, aspectos que gosta e que não gosta nos Coletivos de Trabalho.

⁸⁸ Para o IBGE, Pelotas surge em 1830, desde aí o Instituto vai tabulando seus dados.

e, até nossos dias, porto marítimo de escoamento de muitos produtos - o porto de Rio Grande.

Como pensar os indivíduos separados da sociedade em que vivem? Como pensar a sociedade sem pensar a cidade que ela constitui? Como pensar políticas para os indivíduos, para a sociedade, sem pensar na cidade?

Cada uma destas pessoas que na rua passam umas pelas outras como estranhos e aparentemente sem qualquer tipo de laços está, numa só palavra, ligada a outras pessoas por inúmeras cadeias invisíveis, ora por ligações de trabalho ou propriedade, ora por laços de instinto ou afectividade. As funções dos mais diversos tipos fazem ou faziam-na estar dependente de outras e outras dela. Vive e vivia desde pequena uma rede de interdependências que não pode alterar ou quebrar por um simples rodar de um anel mágico, mas só na medida em que a sua própria estrutura o permita; vive num tecido de relações móveis que agora, pelo menos parcialmente, se foram cravando nele como por um cunho pessoal. E é aqui que reside o verdadeiro problema: esta conexão de funções apresenta em cada colectivo humano uma estrutura muito específica. (Elias, 1993, p.32 - 33)

Na conferência de abertura do Congresso da cidade⁸⁹ de Pelotas, do dia 10 de agosto de 2002, proferida por Francesco Di Castri - diretor para investigação científica, professor de ecologia e evolução na Universidade de Montpellier, na França, membro do Conselho Científico da FLACAM (Fórum Latino Americano de Ciências Ambientais), o conferencista afirmou que uma cidade efetivamente sustentável é aquela que permite a convivência urbana e rural, e que *quando não existem condições de trabalho, acaba a sustentabilidade da cidade.*

Jacques Le Goff, em sua obra "*Por amor às cidades*", alia o urbanismo do século XII ao advento das profissões, a formação das corporações de ofício, à medida que as cidades medievais, que, segundo o autor, assemelham-se as nossas do século XXI, eram autônomas, possuíam seus artesãos, seus

⁸⁹ A obra de Coraggio (1999) considera as cidades demonstrações maiores da crise atual do Capitalismo, por sua face de desintegração social, violência e pobreza. Justamente por essa face de desestabilização, há fecundidade no que o autor denomina de novas políticas sociais, citando a experiência do orçamento participativo da prefeitura de Porto Alegre, desde 1988, com Olívio Dutra, e a Comunidade autogestionária da Villa El Salvador, em Lima, quando a comunidade se organizou e conquistou um projeto urbanístico auto - suficiente. O autor privilegia políticas públicas possíveis, nas diversas áreas: geração de trabalho e emprego, moradia popular, saúde, pela municipalidade, políticas articuladas e implementadas pelos poderes municipais.

trabalhadores. Podemos, então, aliar o processo de urbanização na História da humanidade ao assalariamento e à valorização⁹⁰ do trabalho:

[. . .] a grande valorização do trabalho se dá na cidade. Esta é uma das funções históricas fundamentais da cidade: nela são vistos os resultados criadores e produtivos do trabalho. Todos esses curtidores, ferreiros, padeiros... são pessoas que produzem coisas úteis e boas e, às vezes, belas, e tudo isso se faz pelo trabalho, à vista de todo mundo. Inversamente, a ociosidade é depreciada: o preguiçoso não tem lugar na cidade. Some-se a isso que, a partir do momento em que se desenvolve um movimento escolar num certo número de grandes cidades, o fato de ensinar e aprender contribui para a valorização do trabalho (Le Goff, 1998, p.49).

A urbanidade está vinculada ao assalariamento, à geração de emprego, à escolarização, portanto a conclusão dos sujeitos da pesquisa em aliar a não conquista de emprego com carteira assinada à situação da cidade. A desolação por terminarem os Coletivos de Trabalho, terem freqüentado os cursos do Qualificar presentes no programa dos coletivos, terem vivenciado, então, um processo de Educação Profissional, e não terem alternativa de trabalho na cidade, colocando-se a possibilidade de trocarem de cidade, mudarem-se. O entendimento de cidade, de urbanidade privilegia o assalariamento. A cidade como o “habitat natural” dos trabalhadores com carteira assinada.

O presente capítulo é construído na compreensão de que as condições da urb,do burgo, da cidade, determinam as possibilidades de assalariamento, trabalho, sobrevivência, bem-estar dos sujeitos. Nesse primeiro momento do texto, recupero passagens da memória dos pelotenses em relação à importância da cidade, os mitos e as verdades em relação a crise da metade sul e, conseqüentemente, da cidade de Pelotas, que representa culturalmente essa região do Estado.

Dados a respeito das condições da cidade, gentilmente cedidos pelo Gabinete da metade sul; os resultados da entrevista realizada com o coordenador do Gabinete da Metade Sul durante o governo Olívio Dutra; dados

⁹⁰ A tese de doutorado de ZUCHETTI (2002) apresenta um estudo aprofundado sobre os sentidos de valor do trabalho entre jovens.

cedidos pelo Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (ITEPA)⁹¹, instituto vinculado à Universidade Católica de Pelotas; dados do censo de 2000 / IBGE; dados da FEE (Fundação de Economia e Estatística do RS) sobre a cidade; depoimentos colhidos entre os gestores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal de Educação, e registros nos diários de campo.

Participei de uma reunião da Comissão Municipal de Emprego e Renda quando os conselheiros solicitavam a pesquisa da PED do DIEESE para Pelotas, que ocorre no Rio Grande do Sul só na região metropolitana de Porto Alegre. A solicitação não foi atendida nas instâncias do PLANFOR (Comissão Estadual e Nacional de Emprego, Trabalho e Renda), em função dos recursos insuficientes do FAT para realização da pesquisa, cujo custo é alto pela complexidade e acompanhamento, constante pesquisa de campo. O ideal seria os dados da PED para subsidiar os estudos da tese, pelo rigor do método utilizado na análise do mercado de trabalho – situações de desemprego, com indicadores múltiplos para análise.

A escolha de Pelotas para realização da pesquisa ocorreu em função dos sujeitos que responderam ao primeiro questionário de levantamento de dados para a tese aplicados nos seminários ocorridos durante o ano de 2000 em 21 cidades do Estado sedes dos Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda. O grupo de alunos e alunas dos cursos do Qualificar, cursos esses financiados com os recursos federais do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que responderam ao questionário em Pelotas, foram todos adultos, com mais de 25 anos, desempregados que já haviam possuído carteira assinada, na sua maioria com baixa escolaridade (Ensino Fundamental Incompleto), grupo ideal para constituição da amostra desta pesquisa: adultos, homens e mulheres, com baixa escolaridade e que já tiveram carteira de trabalho assinada.

Que alternativas estavam se colocando frente a essa situação de prover a sobrevivência sem oportunidade de carteira assinada? Qual sua forma de organização? Que processos de identidade se instituíam?

⁹¹ O professor Erli Soares Massaú, coordenador do ITEPA, foi extremamente atencioso em todas os encontros que tivemos, quando me disponibilizou documentos, relatórios, mapas de seu instituto, fontes importantes para a pesquisa.

No entanto, ao conviver em Pelotas, foi possível evidenciar aspectos inerentes ao desenvolvimento da cidade, que favoreceram pensar situações de desemprego e Educação Profissional, em um local com uma herança histórica muito presente, cultuada, que forma muito do esteriótipo do gaúcho e de nossa elite ruralista latifundiária. Sem dúvida, um outro modelo de pobreza e de riqueza do Estado, uma outra forma de relacionamento com o trabalho, à medida que foi o trabalho escravo que trouxe a grande riqueza da região, diferente das outras regiões do Rio Grande do Sul, inclusive da capital, que possuía um número razoável de trabalhadores livres, propriedades de terra com mão-de-obra familiar. São essas constatações, da herança histórica presente em Pelotas, o seguimento imediato do texto.

Posteriormente, relato as condições das comunidades onde se desenvolveu a pesquisa, nas quais alunos e alunas dos cursos do Qualificar moravam, comunidades essas pelas quais circulei, visitei, convivi, revelando, assim, o contexto em que se desenvolveu a pesquisa, o campo de pesquisa, o universo pesquisado. Ocorrem referências aos resultados do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho, demonstrando as diferenças existentes entre os três grupos em que se realizou o programa: colônia de pescadores Z3, Navegantes e núcleos do MTD no assentamento rururbano da Sanga Funda e Balneário dos Prazeres.

3.1 Pelotas: entre o Passado e o Futuro ou Quando o Presente é Pura Desordem

"Pelotas está menor que uma cidadezinha como Novo Hamburgo, está com menos população quase que Novo Hamburgo, com esse parque industrial vivemos do passado." (Afirmção de um sindicalista, durante a conversa que tivemos na festa de formatura dos alunos e das alunas do Integrar / Alimentação no dia 23 de março de 2002 na sede do Sindicato. É possível perceber uma certa arrogância em nomear Novo Hamburgo, cidade importante da região do Vale dos Sinos, como **cidadezinha**)

"Considero que Pelotas vive do passado, do que já foi, a FENADOCE⁹² tem muita ostentação, traz muita gente de fora, neste ano não vou, a cultura

⁹² Certa vez, quando estava indo de táxi para rodoviária, durante a FENADOCE, o taxista afirmou que a festa é só para turista, muito cara para os moradores da cidade.

pelotense é de exclusão dos pobres da festa, é uma festa para a elite mesmo." (Depoimento da telefonista do SINE)



Fotografia 5 – Monumento do Coronel Pedro Osório

Os pelotenses, convivem com a memória da opulência, marcas de uma cidade que era rica, com a maioria de seus habitantes pobres, por um longo período contando com uma parte significativa da população escrava, hoje descendente de escravos, sendo que, diferente do imigrante europeu que chegou para povoar as terras do Rio Grande do Sul, os escravos alforriados não receberam concessões de terras.

O lema da FENADOCE de 2002, "*Viajando no Tempo para a Construção do Futuro*", possui sua justificativa no material impresso onde consta a programação da festa: "O tema *Viajando no Tempo para a Construção do Futuro* é um convite ao resgate de uma época, que, sabemos não voltará, mas que é um firme alicerce para a construção de momentos de glória que queremos e podemos viver agora e no futuro".

Momentos de glória - há um discurso recorrente em Pelotas por uma saudade da aristocracia que existia, sendo outras denominações da cidade: *Princesa do Sul, Atenas Rio - Grandense*. À medida em que se *viaja no tempo para construir o futuro*, há uma espécie de negação do presente, como se o

presente não existisse, o importante é viajar no tempo: *recordar é viver...* para alicerçar o futuro. De certa forma, tal proposição aliena o sujeito em relação às possibilidades do presente, à medida que se busca no passado algo para futuro. E para viver o presente, como se faz?

Elias proporciona uma reflexão sobre os possíveis efeitos do saudosismo, de habitantes de uma determinada região, em relação aos seus *momentos de glória*:

Um exemplo notável de nossa época é o da imagem e do ideal do nós de nações anteriormente poderosas, cuja superioridade em relação a outras sofreu um declínio. Seus membros podem sofrer durante séculos, porque o ideal do nós carismático e coletivo, moldado numa auto-imagem idealizada dos tempos de grandeza, permanece por muitas gerações como um modelo ao qual eles crêem dever conformar-se, sem ter a possibilidade de fazê-lo. O brilho de sua vida coletiva como nação extinguiu-se; sua superioridade de poder em relação aos outros grupos efetivamente entendida como um sinal de seu valor humano superior em relação ao valor inferior desses outros, está irremediavelmente perdida. Não obstante, o sonho de seu carisma especial mantém-se vivo de diversas maneiras - através do ensino da história, das construções antigas, das obras-primas da nação em seus tempos de glória ou de novas realizações que pareçam confirmar a grandeza do passado. Por algum tempo, o escudo fantasioso de seu carisma imaginário, como grupo estabelecido e dominante pode dar uma nação em declínio forças para seguir em frente. Nesse sentido, pode ter um valor de sobrevivência. Mas a discrepância entre a situação real e a situação imaginária do grupo entre outros também pode acarretar uma avaliação errônea dos instrumentos de poder de que ele dispõe e, por conseguinte, sugerir uma estratégia coletiva de busca de uma imagem fantasiosa da própria grandeza, que é capaz de levar à autodestruição e à destruição de outros grupos interdependentes. Os sonhos das nações (como os de outros grupos) são perigosos. Um ideal do nós hipertrofiado é sintoma de doença coletiva (Elias, 2000, 43-44).

Se Pelotas não consegue realizar o ideal do "nós" opulento, não vale a pena ser cidade. Tal fato pode ser suposto como *sintoma de uma doença coletiva*. Se não pode voltar à ostentação dos casarios, à presença de grandes personalidades na cidade, como Saint-Exupéry em 1935, de nada vale a pena.

O autor contribui no entendimento de um certo "desdém" do sindicalista em relação a Novo Hamburgo, e também o discurso do senso comum que tenta criar uma imagem do norte rico e do sul pobre no Rio Grande do Sul⁹³:

Não existe a contraposição conceitual entre Metade Sul e Metade Norte - estudos da Macrorregionalização do Estado concebem a divisão em três macrorregiões: Norte, Nordeste e Sul (que coincide com a metade sul). (Trecho do documento "Argumento Metade Sul", elaborado pelo Gabinete da Metade Sul / Governo Olívio Dutra / texto digitado).

Na matéria da Zero Hora que divulgou os resultados da pesquisa da FEE sobre indicadores sociais⁹⁴ nos municípios, consta:

Os pesquisadores do Núcleo de Indicadores Sociais constataram que não havia, na avaliação do ISMA, o abismo entre Sul e Norte. Miséria e riqueza estão distribuídas. Três microrregiões das mais carentes (as de Frederico Westphalen, Vacaria e Soledade) estão no eixo norte, Uma das que detêm bom desenvolvimento, como Pelotas, é da faixa sul (Mariano, Nilson. P.5, Porto Alegre, 30 de agosto de 2001).

No folder de divulgação da cidade, elaborado pelo Departamento de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, consta: "*Pelotas: História e Cultura*"⁹⁵; no material de divulgação da mesma Secretaria, o qual registra as potencialidades econômicas⁹⁶ da cidade: "*Aqui você é parte do*

⁹³ Tal debate, nos parece remontar a guerra de secessão dos Estados Unidos da América, quando o sul "atrasado" escravagista se opunha ao norte "desenvolvido", industrializado com trabalho livre.

⁹⁴ Tais indicadores, conforme informações da FEE, envolvem condições de domicílio e saneamento, Educação, Saúde e Renda.

⁹⁵ Esse "clima" da passagem da Monarquia no RS que existe na região é muito interessante: Cerrito - uma cidade próxima de Pelotas, estava escolhendo a corte (ou seja rei, rainha, súditos...) do seu Centro de Tradições Gaúchas (CTG) no dia do Congresso da Cidade - 10/08/02.

⁹⁶ Na publicação da UCPel intitulada: "*Pelotas: um dos melhores municípios brasileiros para investimentos*", cujo autor é Leon Carlos Schwonke Ribeiro, há toda uma argumentação do porquê de Pelotas ter figurado em 1995 com o 5º lugar nos municípios brasileiros para Investimentos na pesquisa realizada pela revista Exame e 75º lugar na pesquisa da mesma revista em 2000: "Na pesquisa efetuada em 1995, em que Pelotas classificou-se em quinto lugar dentre os municípios brasileiros para receber investimentos, os quesitos considerados foram: logística (número de rodovias, número de ferrovias, proximidades de hidrovias, distância do porto e distância do aeroporto); infra - estrutura de água e esgoto / domicílio; área do distrito industrial; qualidade de mão-de-obra (número de médicos, engenheiros, advogados e outros profissionais liberais; número de escolas técnicas, distância de centro de pesquisas e universidades); qualidade - de - vida (número de leitos hospitalares, número de escolas de Ensino Fundamental e Médio, número de faculdades, vias urbanas pavimentadas, área coberta por transporte coletivo); programas de habitação.

Futuro". O tema da 30ª Feira do Livro da Cidade, a qual prestigiei na praça Coronel Pedro Osório, ocorreu de 31 de outubro a 17 de novembro de 2002, tendo como tema: "O tempo e a Cultura". No Diário Popular⁹⁷, publicação especial com a programação da Feira do livro, na página 6, consta uma homenagem da Secretaria de Saneamento (SANEP) ao evento: "Na nostalgia do tempo, o retrato de nossa cultura...".

Elias (2000) alerta para o "choque da realidade", o entendimento do tempo atual investido na nostalgia da opulência que não vai voltar. Se não há possibilidade do retorno ao tempo dos casarios, dos grandes espetáculos, de que adianta projetar o futuro?

Mais cedo ou mais tarde, o choque da realidade se impõe, e sua chegada costuma ser traumática. Podem-se observar grupos - em nossa época, sobretudo os grupos nacionais - nos quais muitos membros, sem se aperceberem disso, parecem permanecer num estado de luto pela grandeza perdida. É como se dissessem: se não podemos ficar à altura da imagem de nós da época de nossa grandeza, realmente não vale a pena fazer nada. (Elias, 2000, p.45)

A insistência do valor do tempo nos materiais de divulgação da cidade, editados pela prefeitura municipal, enfatizam um passado nobre, vencedor, sem possibilidades de memórias concorrentes⁹⁸ para as referências a esse tempo, sobretudo a memória dos negros, em grande número na população da cidade.

O estudo de Arriada (1994) sobre a gênese do desenvolvimento urbano de Pelotas revela o êxito da indústria do charque, instaurada nas últimas duas décadas do século XVIII, às margens do arroio Pelotas e do Canal de São Gonçalo. Essa atividade econômica integrou a província no cenário econômico do país, servindo a carne bovina seca salgada de alimento para os escravos do

Na pesquisa de 2000, em que Pelotas foi classificada em 75º lugar (entre os mais de 5.500 municípios brasileiros), foram considerados os itens: população e crescimento; distribuição de renda e classes sociais; potencial de consumo; educação e grau de escolaridade; saúde, estrutura empresarial e empregos; agropecuária; acesso a mercados, segurança, entre outros. *Comparando as duas pesquisas, temos situações diferentes de quesitos e resultado*"(p.92-93). Ocorre essa afirmação sem uma análise dos valores desses índices diferenciados, que determinam posições tão diferentes no resultado final.

⁹⁷ Caminha, Luiz Antônio. **Diário Popular**. 30ª Feira do Livro, Pelotas, 08 de novembro de 2002.

⁹⁸ In Pollak (1989).

centro sul (Minas Gerais e São Paulo), constituindo-se as Charqueadas como uma grande empresa escravista⁹⁹.

A concessão de sesmarias¹⁰⁰ na região de Pelotas favoreceu o latifúndio, pois, com a expulsão dos jesuítas em 1640 do Rio Grande do Sul, espalhou-se pelas campinas um rebanho bovino bravo, que, para exploração econômica, precisava ser caçado, atividade desenvolvida então pelos estancieiros que se vão apossando de extensas regiões de terra da metade sul do Estado, muitos favorecidos pela Coroa Portuguesa em função do sucesso nas batalhas contra os castelhanos, defendendo a fronteira portuguesa, outros por demonstrarem posses para explorar a atividade pastoril. Dessa forma, a marca dessa região é latifúndio com mão-de-obra escrava advinda dos territórios africanos.

Os estancieiros viviam isolados em sua atividade pastoril, já os charqueadores, sendo em Pelotas a maior concentração de charqueadas, possuíam em média sessenta cativos¹⁰¹ trabalhando na matança, no corte, na salga da carne, no aproveitamento do sebo e do couro, sendo uma atividade sazonal de outubro a maio. Segundo Arriada (1994, p.64), os charqueadores "[. . .] eram homens letrados, políticos influentes nas esferas do poder; possuíam um padrão de vida elevado, tendo vários deles casas de comércio em Rio Grande".

Pelotas faz então essa passagem do rural para o urbano, garantindo o conforto da urbanidade para sua aristocracia do latifúndio. Em 1815, vai-se preocupar com o traçado urbano da cidade, definindo-o em forma de tabuleiro¹⁰². É elevada à categoria de Freguesia em 1812, possuindo autonomia religiosa (catolicismo), iniciando as determinações legais instituídas pela Câmara de Vereadores. Define o caminho realizado pelas tropas, por uma questão de segurança para os habitantes da localidade, e também apresenta preocupações com o lazer, sendo esses efeitos do processo de urbanização. É elevada à vila em 1830.

⁹⁹ Conforme registros de viagem de Saint - Hilaire quando esteve em Pelotas, em 1820, registros esses presentes na obra de Arriada (1994), a média de abate nas charqueadas, por ano, era de 120.000 cabeças de gado.

¹⁰⁰ In Arriada (1994).

¹⁰¹ In Maestri (1984).

Em 1833, conforme o mapa da população da então vila São Francisco de Paula, há uma população de 10.873 “almas”, sendo desse total 5.629 escravos¹⁰³, ou seja, mais da metade da população da vila era escrava.

Com a elevação à categoria de cidade em 1835, e então o nome de Pelotas¹⁰⁴, há toda uma legislação controladora dos negros, que estavam formando quilombos na Serra dos Tapes. O deslocamento de escravos na cidade, após o toque de recolher, só ocorria com o porte de cédulas datadas e assinadas por seus administradores, feitores, justificativas para tais deslocamentos. Um cenário de senzalas com cadeados nas charqueadas, um temor constante dos charqueadores das fugas, rebeliões:

A questão do saneamento de Pelotas ganhou importância a partir da epidemia do cólera morbo ocorrida em 1855. O flagelo iniciou-se pelas charqueadas, onde as condições de higiene dos escravos eram mínimas, e rapidamente propagou-se para a cidade (então com cerca de 7.000 habitantes) através dos cursos d'água. A consequência principal desta epidemia foi a construção do novo cemitério distante do centro, que, combinada com um maior controle da origem dos alimentos consumidos, com a centralização das matanças e do abastecimento em equipamentos públicos (Matadouro e Mercado), constituíram o que podemos denominar os "antecedentes higiênicos" da cidade (Soares, 2001,p.71-72).

A presença de inúmeros cursos d'água em Pelotas, ainda em nossos dias, é causa de constantes alagamentos nos bairros da periferia, situação que será descrita na seção que descreve os bairros envolvidos na pesquisa.

O saneamento básico em alguns bairros e no centro da cidade foi uma conquista da elite pelotense, sendo requisito positivo nos censos do IBGE, na definição do Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) da FEE. No entanto, para Soares (2001):

Também podemos observar que apesar dos aparentes esforços para impor a ordem higiênica na cidade, muitas das obras e leis necessárias para o saneamento da mesma não foram realizadas ou cumpridas, incluso pelos representantes da elite dominante. O que nos leva a concluir que o saneamento da cidade se caracterizou mais

¹⁰² In Arriada (1994). Conforme Le Goff (1998), o traçado em forma de tabuleiro, em xadrez em que as ruas se cortam em ângulo reto, domina o urbanismo desde a Antigüidade.

¹⁰³ In Arriada (1994).

¹⁰⁴ "No ano de 1780, José Pinto Martins, vindo do Ceará, estabeleceu uma charqueada nas imediações do Laranjal, bem junto ao atual Arroio Pelotas. O nome da cidade originou-se daquele lugar, onde, na mais estreita garganta do arroio, fazia-se a passagem em embarcações de couro chamadas pelotas, usadas pelos indígenas." (Ribeiro, 2002, p.19)

por uma atitude das elites visando ao controle das classes subalternas, que realmente um amplo e inovador processo caracterizado pelo consenso social. Esta foi, em nossa visão uma das principais características da modernidade urbana na maior e mais importante cidade do sul do Rio Grande do Sul (p.89).

Pelo alcance do saneamento básico, sobretudo no centro da cidade, arrisco a afirmar, que mais que um controle da subalternidade, o saneamento representou e representa, em nossos dias, um cuidado com o bem-estar da elite pelotense, uma procura pelo morar bem. Os casarios no centro da cidade também compunham uma fuga dos charqueadores para o convívio distante das condições insalubres de suas charqueadas, como consta o depoimento desse viajante alemão:

Cada vez mais se aproximava a margem do rio, apareciam bonitos grupos de casas e a embocadura de um pequeno rio vindo do norte, o rio Pelotas, a cujas margens se estendem estabelecimentos, de carácter verdadeiramente romântico, a certos respeitos, mas, por outro lado, realmente repugnantes.

Em toda a região há um horrível cheiro de carniça! Couros, chifres, cascos, ossos, tendões, tripas e nauseantes massas de sangue em putrefação, e, além disso, campos inteiros com carnes dependuradas formam um verdadeiro matadouro... Uma multidão de abutres sobrevoa a região ou ceva-se em sangue putrefado!

Por mais aprasível que seja o porto de Pelotas, por mais largas, retas e em parte bonitas ruas que tenha a cidade que fica a um quarto de milha acima - nesse matadouro extingue-se qualquer impressão de graça e limpeza; em toda parte cheira mal (Ave-Lallemant, 1980, p.409, in Gutierrez, 1993, p.188).

Nos bairros da periferia, o cuidado com o saneamento básico ainda é precário.

O trabalho na Charqueada foi considerado pelo viajante Nicolau Dreys como *purgatório dos negros*¹⁰⁵ e, se era ela bem administrada, *um estabelecimento penitenciário*¹⁰⁶.

Depois de ter percorrido por duas vezes em toda sua largura a Província do Rio Grande do Sul, depois de ter estado em suas pretensas vilas e cidades, Pelotas aparece aos olhos cansados do viajante como uma bela e próspera cidade. As suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (fenômeno único na Província), sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um

¹⁰⁵ In DREYS, Nicolau. Notícia descritiva da Província de São Pedro do Sul. Porto Alegre, IEL, 1961.

¹⁰⁶ Idem.

andar, com as suas elegantes fachadas, dão idéia de uma população opulenta. De fato, é Pelotas a cidade predileta do que eu chamarei a aristocracia rio-grandense, se é que se pode empregar o termo aristocracia falando-se de um país do novo continente. Aqui é que o estancieiro, o gaúcho cansado de criar bois e matar cavalos no interior da campanha, vem gozar as onças e os patações que juntou em tal mister (Conde d'Eu, Viagem Militar ao Rio Grande do Sul, 1865 in MAGALHÃES, 1993, p.87).

Pelo desenvolvimento urbano de Pelotas no século XIX, o marido da princesa Isabel, o Conde d'Eu, considerou as condições de Pelotas para ser a capital da província: "Por todas as vantagens que esta cidade possui sobre Porto Alegre, se me afigura ser para lamentar que não seja ela a capital da Província" (Conde d'Eu, Viagem Militar ao Rio Grande do Sul, 1865 in MAGALHÃES, 1993, p.15).

O ciclo do charque entra em decadência com o desenvolvimento dos frigoríficos, é substituído pelo do arroz irrigado na primeira metade do século XX, também com a marca do latifúndio, que perdura até nossos dias: o poder dos arroteiros da metade sul, que elegem deputados, negociam suas dívidas milionárias com o Banco do Brasil, causam impacto ambiental utilizando água da Laguna dos Patos para suas plantações.

Após o ciclo do arroz, foi instituído o doce industrializado, com as compotas, desenvolvendo um parque industrial em Pelotas, que vai entrar em decadência principalmente a partir da década de 80.

Pelotas chegou a ter um banco em 1906 - o Banco Pelotense, fechado por Vargas em 1931. Os navios que buscavam charque vinham carregados de produtos importados da França: tecidos finos, utensílios de prata, ou seja, muitos produtos não tinham acesso à corte no Rio de Janeiro e chegavam em Pelotas.

A punjança cultural de Pelotas no século XIX demonstra o que Le Goff relaciona como desempenho cultural da cidade, sendo que Pelotas possui dois teatros: o Guarany, fundado em 1921, e o Sete de Abril, fundado em 1833, sendo o mais antigo teatro brasileiro em funcionamento. Há escolas como o Colégio Pelotense, que em nossos dias é municipal, de Ensino Médio, fundado pela Maçonaria em 1902 "Gymnasio Pelotense", que ainda em nossos dias

possui influência da Sociedade Maçônica¹⁰⁷ presente na cidade. A escola técnica federal, instituída nessa década como Centro Federal de Ensino Tecnológico (CEFET), e o Centro Agrotécnico Federal (CAVG), vinculado a Universidade Federal de Pelotas. Conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, existem 1.300 prédios inventariados em estilo eclético, como patrimônio histórico do município, 21 antiquários¹⁰⁸ em funcionamento.

A decadência do charque, e conseqüentemente da cidade, ocorre sobretudo a partir dos anos 20, tendo o desenvolvimento do arroz irrigado, também sob a égide do latifúndio, e da indústria do doce, herança essa da ociosidade lusa, como prolongamento dessa imagem imponente da cidade.

Ao conviver com as pessoas em Pelotas, tendo o entendimento dessa "*memória gloriosa*", parece essas reminiscências não estarem calcadas na pobreza da escravidão, na desigualdade. Para Balandier (1997b) as memórias perpassam processos de escolha: "A memória coletiva tem que ser um desafio maior; é sempre **programável**, e dramatizável mesmo quando seu conteúdo não é de natureza trágica" (p.42, grifo do autor). É interessante pensar sobre a exaltação do passado opulento: a maioria das famílias dos charqueadores ainda mora na cidade, compõe esferas da política local, considerar os feitos econômicos desse passado, embora escravista, talvez represente exaltar personalidades do presente, da elite pelotense atual.

Loner (2001) em sua pesquisa sobre a construção de uma classe trabalhadora em Pelotas e em Rio Grande, aponta essa dificuldade:

Quanto aos trabalhadores, tal como as demais classes e grupos sociais, eles mantinham uma atitude de respeito e deferência frente à elite. Excluídos da possibilidade de imitação, eram porém

¹⁰⁷ Chamou-me muita atenção o fato de a Sociedade Maçônica ter um espaço de pronunciamento ao final do Congresso da Cidade no dia 11 de agosto, no momento em que ocorria a avaliação do evento. Tratando-se de um evento coordenado por uma administração municipal, cujo discurso se identifica com os interesses das camadas populares, a Associação dos Carroceiros e Charreteiros, que possui um trabalho orgânico com a prefeitura na coleta seletiva do lixo, não teve nem anunciada sua presença nos momentos em que participavam do congresso. Seus representantes, junto ao presidente da associação, tiveram uma passagem durante o Sábado pela manhã do Congresso e foram embora. A maçonaria, por sua vez, teve um espaço de pronunciamento, seu representante recuperou a memória da influência cultural da maçonaria em Pelotas, sobretudo na constituição do Colégio Municipal Pelotense.

¹⁰⁸ O número significativo de antiquários e seus acervos revelam o refinamento presente no interior dos casarios em Pelotas até o século XIX.

influenciados por sua cultura e seus valores, o que, em alguns momentos, podia inibir uma atitude ou um comportamento mais classista.

Em contraste, Rio Grande era uma cidade menos diversificada socialmente e menos aristocrática (p.56).

Essa dificuldade apontada no estudo de Loner sobre um comportamento mais classista, compreendendo-se o operário como operário em "oposição ao patrão", em Pelotas, em minha pesquisa, percebi numa certa submissão dos desempregados em relação aos gestores municipais, estaduais e também em relação aos sindicalistas da Alimentação e Metalúrgicos – um sentimento de aceitação: *o que decidirem por nós está bom, nos ajudarem*; tal sentimento, dificulta a capacidade de organização, de autonomia dos sujeitos.

Se, por um lado, a elite pelotense sonha com a opulência do passado, os trabalhadores se conformam, se confortam com o pouco recebido, com o possível. Silenciavam muito durante as reuniões, esperando as soluções dos gestores. Além disso, vários espaços não são organizados para eles, como a agência do SINE, na qual o “emprego”, as vagas de emprego são colocadas e os desempregados se enquadram nelas, atendendo à demanda do mercado. O SINE é o lugar do emprego¹⁰⁹, não do desempregado. Os gestores, os sindicalistas, por sua vez, parecem ter as respostas para sua situação, também se incumbem de tal “missão”. Nas instâncias tripartites de representação do FAT, que definem tais políticas, não há representação dos desempregados.

Como entraves para o desenvolvimento da região sul, consta no documento do Orçamento Participativo 2001/2002 - Perfil da Região Sul: "A região se considera desorganizada do ponto de vista social e ainda com traços de cultura paternalista, o que gera falta de mobilização, principalmente dos pequenos produtores" (p.115, texto digitado).

Monteiro (1998), em seu artigo intitulado "*O Folclore Gay de Pelotas*", também revela a influência aristocrática na manutenção de uma representação nacional da cidade como reduto de homossexuais masculinos:

O fato de vincular-se Pelotas a uma representação, parece ter percorrido boa parte, senão, a maioria de sua própria formação

¹⁰⁹ Tal conclusão será aprofundada na sessão do capítulo 5 intitulada: *Ser e Estar* desempregado, desempregada no SINE

histórica. Desde freguesia, até seus dias atuais, encontram-se diversos atributos dados à cidade de Pelotas — **requinte, pomposidade, refinamento, corte aristocrático, atitudes cavalheirescas** — que demonstram, por um lado, sustentar a representação que é feita à cidade e, por outro lado, reforçar o caráter distintivo cunhado por esta há mais de um século. Se, em seus primórdios, Pelotas destacou-se por "**ares salgados**", provenientes do sucesso obtido com a indústria saladeril (charque), embora não se possa precisar a época, o fato é que, neste século, Pelotas é novamente destaque, porém, agora, ironicamente, por sua **doçura** (p.128, grifos da autora).

Em uma atividade que participei junto ao Coletivo de Trabalho do bairro Navegantes houve uma passagem interessante. Segue excerto do diário de campo:

Falou um senhor de mais ou menos uns 40 anos: — Antes dos coletivos, eu via a moça que é nossa coordenadora dos coletivos e pensava — esta polaca cheia não me cumprimenta... (A “polaca” tem no máximo 30 anos, é solteira, uma das duas coordenadoras do grupo. A outra coordenadora também é mulher, só que casada, com uns 30 e poucos anos. Vários do grupo riram do seu comentário, inclusive a própria coordenadora. Fiquei pensando de onde ele tirou “polaca”, pois a moça é negra).

Quando Ana Amélia, um dia, me levou até a parada de ônibus no bairro Getúlio Vargas, comentou que realmente não parecia que eu era natural de Pelotas, pois as pessoas não sorriem e não cumprimentam qualquer um como ela disse que eu faço:

Tem gente aqui do bairro que quando está no centro da cidade não cumprimenta os vizinhos.

Tais depoimentos, ocorridos no Navegantes e no Getúlio Vargas, demonstram uma espécie de transfiguração do status social das pessoas da periferia ao estarem no centro da cidade. Estas pessoas sucumbem ao sentimento das “aparências” das elites, ao não cumprimentar “qualquer um” fora do bairro de moradia, no centro da cidade.

Duas universidades — Católica e Federal — empenham-se em manter, institucionalmente, outra das melhores tradições pelotenses: a tradição da cultura. Simões Lopes Neto, na literatura; Zola Amaro, na música; Leopoldo Gotuzzo, na pintura; Antônio Caringi, na escultura — são quatro nomes emblemáticos de uma sociedade singular, extremamente ciosa dos seus muitos valores intelectuais. De uma Atenas exótica, pois floresceu do interior de um estado que foi

sempre Esparta, pela predestinação do extremo sul em resguardar militarmente as fronteiras do Brasil (Mario Osorio Magalhães – professor, historiador e escritor pelotense – Texto de divulgação da cidade - folder da Secretaria de Desenvolvimento Econômico/Departamento de Turismo).

Considerada uma cidade de médio¹¹⁰ porte pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma área de 1.647,9 km² com uma população, segundo o censo de 2000 de 323.158 habitantes compõe o mais populoso município do região sul do Estado, sendo 47,4% da população formada por homens e 52,6% por mulheres.

A taxa média de crescimento do PIB da região Pelotas/Rio Grande, conforme dados do IPEA¹¹¹ nos anos de 1985 a 1996 foi negativa: - 0,91%.

Enquanto a densidade demográfica da região é de 22,1 habitantes/km², em Pelotas são 196 habitantes/km², pois sua taxa de urbanização é de 93,2%. De 1990 a 2000 o crescimento médio da população foi de 1,38%, o crescimento da cidade não foi maior em função das emancipações de Turuçu e Arroio do Padre nesse período. A elevada urbanização de Pelotas, bem com de Rio Grande e de Bagé na metade sul, conforme os dados do ITEPA/UCPel ocorre devido à crise do setor agropecuário, à descapitalização do setor primário. De acordo com os dados do IPEA¹¹², a aglomeração Pelotas/Rio Grande tem uma população, em 2000, de 509.789 com uma contribuição de incremento populacional de 0,2%.

Conforme dados do ITEPA, há em Pelotas uma força de trabalho de 157.539 habitantes. Destes a população economicamente ativa é de 141.286, tendo estimativa de desempregados em 16.253. A população com idade entre 20 e 59 anos é de 53,4%, ou seja, a maioria da população de Pelotas está localizada na faixa de idade da presente pesquisa realizada com adultos desempregados.

¹¹⁰ "Documentos elaborados para subsidiar a implantação do programa, durante a primeira política urbana, conceituaram cidades médias como aquelas que, por sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país, se constituíam em centros de valor estratégico para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política de organização territorial. A idéia de equilíbrio não envolvia homogeneidade e simetria, pois tratava-se de um equilíbrio relativo adequado às características da dinâmica regional e nacional pretendida." (Steinberger e Bruna, 2001, p.51)

¹¹¹ In Cidades Médias Brasileiras (2001).

¹¹² In Cidades Médias Brasileiras (2001).

A taxa de alfabetização em Pelotas consoante dados do IBGE – censo 2000 – é de 94,2%, e 59.438 pessoas possuem até sete anos de estudo.

No documento elaborado para a plenária do Orçamento Participativo 2001/2002, consta, sobre os dados do ISMA (Índice Social Municipal Ampliado) da região sul:

Analisando o desempenho do Índice Social Municipal Ampliado (ISMA), calculado pela Fundação de Economia e Estatística – FEE RS no período de 1991-1996, podemos constatar que os indicadores Educação e Saúde são seus piores componentes. A Educação (0,51) decresceu no período, deixando a região em 20º lugar, abaixo da média estadual e logo após as regiões Vale do Rio Pardo e Litoral. Saúde (0,34) também apresenta sérios problemas, ainda que tenha melhorado nos 6 anos considerados, ficando em 19º lugar, após a Campanha e Vale do Rio Pardo.

A Renda também decresce no período considerado, ficando em 1996 o indicador em 0,38 (13º lugar entre as 22 regiões do OP).

Domicílio e Saneamento (0,73) é o melhor componente do ISMA para a região, ficando a mesma em 3º lugar, abaixo apenas da Campanha e do Metropolitano Delta do Jacuí. (Plenária Regional de Diretrizes – Orçamento Participativo 2001/2002, Perfil da Região Sul, texto digitado, p.111)

Como já se mencionou no texto sobre as medidas de saneamento básico em Pelotas, que se enquadra no ISMA da região, houve um investimento nessa área, comprovado pela positividade dos índices. Conforme o censo demográfico de 2000, o número de habitantes que possui domicílios particulares é significativo: 321.558 (recordando que o total de habitantes é de 323.158) em um total de 99.112 domicílios, perfazendo uma média de 3,24 pessoas por residência, sendo que a maioria dos domicílios são casas, já de posse do proprietário. De acordo como documento cedido pelo Gabinete da Metade Sul, no ISMA do período de 1991 a 1998, Pelotas estava na quadragésima sexta posição dos municípios do Estado.

O abastecimento de água ocorre na forma da rede geral na maioria dos domicílios permanentes: 90.250 domicílios. No entanto, na forma de esgotamento sanitário os índices são desfavoráveis¹¹³: há 44.625 domicílios

¹¹³Há alguns contrastes interessantes em Pelotas: a cidade possui uma pedreira municipal, uma empresa de informática municipal, no entanto mais da metade da população reside em locais sem rede geral de esgoto ou pluvial, convivendo com valos abertos que inundam com qualquer chuva. O transporte coletivo tem sua frota sucateada e boa parte dos pontos de ônibus sem

usando fossa séptica, 6.287 usando fossa rudimentar, 2.943 usando valas, 274 jogando resíduos no rio, lago ou mar e 524 em outro escoadouro, 2.807 domicílios sem banheiro e sanitário¹¹⁴.

A coleta de lixo acontece em 91.742 dos domicílios permanentes, sendo 90.669 por serviço de limpeza¹¹⁵ e 1.073 por caçamba de serviço de limpeza, 5.200 residências queimam o seu lixo, 932 enterram na propriedade, 790 jogam em terreno baldio ou logradouro, 82 jogam no rio, lago ou mar.

A taxa de ruralização de Pelotas é de 6,84%, concentrando 22.082 habitantes na zona rural, sendo que, em 1990, a ocupação na zona rural era 19%, com 53.942 habitantes. Talvez esses dados também justifiquem a saída da maioria dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados do núcleo do Balneários dos Prazeres. Como as propostas do MTD são baseadas em assentamentos rururbanos, devido a uma pequena população rural de Pelotas, um município com alto índice de urbanização, a organização do MTD em Pelotas só explicitava alternativas ao trabalho assalariado que ocorresse nos assentamentos rururbanos. No bairro Sanga Funda, durante o levantamento de dados desta Pesquisa em 2002, foi organizado um assentamento rururbano.

Segundo dados do censo agropecuário do IBGE de 1996, a extensão das propriedades de terra está dentro da média do Estado: de 41,66% a 50% de propriedades acima de 500 hectares. No entanto, o município¹¹⁶ concentra propriedades acima de 10 mil hectares, ou seja, latifúndios, ainda mais considerando o alto valor da terra na região sul do país, bem como a relação cultural disso em um Estado com um número significativo de pequenas propriedades rurais de produção familiar.

nenhuma espécie de cobertura: sol e chuva na "cabeça" do usuário do transporte coletivo.

¹¹⁴ Conforme dados do censo de 2000.

¹¹⁵ Não encontrei informação sobre se o critério "serviço de limpeza", construído pelo IBGE envolve a atuação da Associação dos Carroceiros e Charreteiros que recolhe o lixo de um número significativo de condomínios fechados, conjuntos habitacionais da cidade.

¹¹⁶ Conforme designação do Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a referência a município: "*Circunscrição administrativa autônoma do estado, governada por um prefeito e câmara de vereadores.*" (1986, p.1171) A definição de cidade: "*Complexo demográfico formado social e economicamente por uma importante concentração não agrícola*" (1986, p.403). Logo, quando o texto mencionar áreas rurais, outras localidades que não o complexo comercial, aglomerado central, a referência será município.

Consoante publicação do IPEA – *Cidades Médias Brasileiras* (2001), em sua tabela 5 da página 273, na qual consta o nível de pobreza¹¹⁷ dos habitantes das cidades médias, a aglomeração Pelotas/Rio Grande, em 1991 estava na quinquagésima terceira posição em nível de pobreza em relação às cidades médias/regiões metropolitanas do país, com um percentual de 35,31%. Isso demonstra ter ocorrido uma diminuição da pobreza em relação a 1970, quando alcançava um percentual de 54,54%, mas um aumento em relação a 1980, quando apresentava 18,23%.

"[. . .]o fenômeno de elevação da pobreza nas cidades médias foi acompanhado de diferentes combinações de resultados para as variáveis de renda. Assim encontraram-se cidades cuja elevação do nível de pobreza foi nitidamente acompanhada por uma queda nas variáveis de renda, como é o caso dos aglomerados urbanos de Barra Mansa/Volta Redonda, Pelotas/Rio Grande e de Ipatinga/Timóteo/Coronel Fabriciano." (Andrade et al, p.268-269, 2001)

Pelotas apresenta uma alta porcentagem da população economicamente ativa (PEA) que vive com renda entre um e dois e meio salários mínimos. O ITEPA estima que cerca de 20 mil pessoas sobrevivam do trabalho precário ou informal. Na PEA relativa estabelecida pelo ITEPA, 10,61% dos empregos estão na indústria, 10,45% do emprego no comércio, 14,23% na agropecuária, 5,36% nos serviços. A indigência média da região sul do estado, nos anos de 1998/99 é de 12,43%, em Pelotas estava em 5,60%, conforme dados fornecidos pelo ITEPA, cujas fontes são o IBGE e a Fundação Getúlio Vargas. Tal índice de indigência¹¹⁸ em Pelotas corresponde a cerca de 18.096 pessoas vivendo com menos de R\$ 76,00 por mês.

Na publicação da UCPel que relaciona a cidade como uma das melhores do país para investimentos, consta sobre o PIB (Produto Interno Bruto) de Pelotas: "Todas as atividades englobam um PIB de U\$ 1 bilhão em 1999. Nesse montante não está considerada a economia informal, estimada em 30% do respectivo PIB. " (Ribeiro, 2002, p.16)

¹¹⁷ "No presente estudo os **pobres** representam o conjunto das pessoas pertencentes às famílias cuja renda **per capita** é inferior a meio salário mínimo (em valores reais de setembro de 1991)." (Andrade, 2001, p.255, grifos dos autores)

¹¹⁸ Conforme matéria da Zero Hora, de 30 de agosto de 2001, um em cada 10 gaúchos está na indigência (p.4).

Conforme dados fornecidos pelo Gabinete da metade sul, Pelotas está entre os 57 municípios do Estado com maior número de famílias em estado de indigência. Em números absolutos do censo de 2000: 57.651 pessoas responsáveis por domicílios permanentes, ou seja, responsáveis pela renda familiar, possuem como rendimento mensal até um salário mínimo.

De acordo com o IPEA, a pobreza:

Sobre o quadro atual da dimensão da pobreza no país deve-se observar ainda: a) o fato de a distribuição de renda não seguir hoje uma rota de maior equidade; b) indicações sobre a ineficiência dos investimentos públicos na área social; e c) exacerbação de alguns fenômenos, tais como a ocorrência do "desemprego estrutural" e da flexibilização das relações de trabalho, tornando mais estreitas as alternativas de enfrentamento desse quadro social (Andrade et al., p. 256, 2001).

Desemprego é causa e consequência da pobreza: sem emprego não se faz rancho, não se come; sem emprego se tira os filhos da escola para situações de mendicância, de exploração de trabalho infantil, e com poucos anos de estudo não se consegue emprego.

A presente pesquisa se voltou para a realidade de sujeitos que ainda têm pretensão de retornar ao mercado formal de trabalho diante de todas as dificuldades, encaram a desordem, não se conformam com ela. Vivenciam o processo de fagocitação¹¹⁹ do luto da carteira assinada para a luta por alternativas de geração de renda.

Segundo o documento, já mencionado no texto, da Plenária Regional de Diretrizes – Orçamento Participativo 2001/2002 – Perfil da Região Sul, Pelotas perdeu 17.099 empregos em 1998.

Na publicação do ITEPA, intitulada "Estrutura empresarial dos municípios de Pelotas e Rio Grande", constam os seguintes dados:

Na estrutura empresarial de Pelotas, 38,25% são estabelecimentos rurais e 51,60 estabelecimentos comerciais. Do restante, apenas 6,93% são industriais e 3,22% são serviços. Os segmentos varejista e rural possuem as maiores quantidades de unidades econômicas. Quanto às categorias, 38,25% são rurais, 28,08% são

¹¹⁹ In Kusch (1986).

microempresas, 20,31% de pequeno porte e apenas 13,36% são de médio e grande porte (geral)(Massaú et al., 2001, p.4).

Tal estrutura empresarial, segundo conclusões do ITEPA, caracteriza o município como uma economia terciária, com marcada participação do comércio atacadista e varejista e de serviços, rompe com o mito da hegemonia agropecuária, na medida em que o Valor Adicionado Fiscal (VAF) nos anos de 1999 e 2000 não passou de 6%, embora com a contingência significativa de produtores rurais: 5.565.

É interessante assinalar que, sendo o município um pólo, não basta para Pelotas ter um setor terciário. É preciso desenvolver as atividades industriais, como forma de retomar o desenvolvimento e gerar postos de trabalho para os jovens que entram no mercado anualmente e para os desempregados da região que para o município convergem (Massaú et al., 2001, p.5).

No artigo de Bastos (2002), cujos dados empíricos se baseiam no emprego formal do Estado conforme dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), no período de 1990 a 1998 os empregos diminuíram em relação ao produto, o que evidencia a redução dos empregos, mesmo em um quadro de produção econômica. No Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE Sul), onde se localiza Pelotas, a taxa de crescimento médio anual, setorial e total do emprego foi negativa na indústria (-3,53%) e nos serviços (-0,94%), perfazendo um total de -1,75%. A pesquisa não incluiu o setor agropecuário devido aos baixos índices de emprego formal deste. O COREDE Sul apresentou índices abaixo dos gerais do Estado no que concerne ao comportamento do emprego total (-1,75%), ao comportamento do emprego industrial (-3,53%) e ao emprego em serviços (-0,94%).

Dentre os quatro COREDES de maior peso no emprego total do Estado em 1998, Metropolitano, Delta do Jacuí, Vale dos Sinos e Sul registraram reduções em suas participações relativas em comparação ao início dos anos 90, diferentemente do que ocorreu com o COREDE Serra. Em conjunto, esses Coredes haviam reduzido a sua participação no emprego total do Estado de 67,37% em 1990 para 63,61% em 1998 (Bastos, 2002, p.260).

Para Francesco Di Castri — diretor para investigação científica, professor de ecologia e evolução na Universidade de Montpellier na França, membro do Conselho Científico da FLACAM (Fórum Latino-Americano de Ciências Ambientais), palestrante do Congresso da cidade de Pelotas — , é absolutamente impossível prever o futuro, mas é possível construir o futuro através do presente.

Em Pelotas, contra o desemprego das pessoas das periferias não há como industrializar-se artificialmente, é preciso inovação, capacidade de criatividade em relação à ocupação, interação urbana-rural. Estabelecendo uma alusão aos subsídios do Congresso, os cadernos "*Sustentar*", publicados pela Secretaria de Planejamento Urbano (SEURB), Di Castri afirmou considerar *sustentação* da cidade: o trabalho, a educação e a dignidade. No espaço urbano de Pelotas, segundo o palestrante, não há nenhuma possibilidade de recriar as condições de trabalho outrora existentes, mencionou o mecanismo utilizado em Montevidéo: parcerias entre a iniciativa privada do entorno e o governo municipal.

Para o atual Secretário Municipal de Educação, essas outras condições de trabalho já se colocam, segue trecho de sua entrevista:

Pelotas é vocacionada para o setor de serviços, com muitas lojas, bancos, instituições públicas na cidade. **"Não é possível brotar chaminés aqui"**. Há uma tendência para a organização de um pólo moveleiro, em função da madeira, árvores da região. Existem fábricas de doces caseiros, com famílias se organizando e produzindo (grifos meus na transcrição da entrevista).

Sobre possíveis iniciativas para a cidade, explica, por sua vez, o atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Considero Pelotas com um setor primário com potencial para ser desenvolvido: carne, arroz e conservas, também a novidade das rochas ornamentais. Há possibilidade da diversificação da indústria para alternativas locais. Estou resolvendo o grande problema de energia que a região possuía: construção da subestação 3, revitalização do porto de Pelotas, que, a partir de março, operará a 19 pés recebendo navios de grande porte.

Durante a pesquisa de campo, observei um esforço dos gestores municipais, com a contribuição estadual sobretudo do Gabinete da Metade Sul, em busca de alternativas para o desenvolvimento da cidade, enfrentando a cultura patrimonial e aristocrática aí fincada. O apoio aos Coletivos de Trabalho e ao Conselho de Desenvolvimento Dunas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a implantação das classes de aceleração de 5^a a 8^a séries para jovens e adultos pela Secretaria Municipal de Educação, tendo o curso uma parte profissionalizante desenvolvida com recursos do FAT, compõe o que Barquero (1995) compreende como estratégias de desenvolvimento local, que por certo não sucumbem aos efeitos do desemprego, mas podem amenizar e apresentar alternativas de sobrevivência para as pessoas.

Sobretudo graves efeitos do fechamento do Banco Pelotense, desde a década de 20, a cidade é assolada por uma crise econômica — crise esta orquestrada por uma aristocracia rural com interesses bem arraigados, uma concepção patrimonialista de desenvolvimento¹²⁰, quando a riqueza da cidade é apropriada como sua riqueza.

Faoro (1989) e Martins (1994) são dois autores que contribuem no entendimento da concepção patrimonialista do Estado brasileiro. Faoro, em sua obra clássica "*Os Donos do Poder*", destaca a capacidade da corte portuguesa em administrar a colônia como se fosse extensão de sua casa, confundindo domínio público e privado.

Martins (1994) recupera as denominações que os portugueses vão estabelecendo para terras devolutas, animais e plantas, declarando-os como propriedade da coroa portuguesa: terras realengas, papagaio real, pimenta-do-reino. O “apreço” é tão grande que nomear acaba significando apossar-se, tomar para si.

Em Pelotas, a situação relatada pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico sobre as feiras populares e a ocupação dos espaços públicos, ilustra a concepção patrimonialista presente na cidade: quando o bem público é

¹²⁰ As dívidas dos arroteiros com o Banco do Brasil e seus pedidos constantes de amortização, usando o Congresso Nacional para pressionar a direção nacional do banco, são exemplo do uso de dinheiro público com administração pouco confiável (em função dos altos valores das dívidas e os possíveis retornos de seus investimentos para a cidade).

apropriado por poucos, usufruído por poucos, ao fim e ao cabo é patrimônio de alguns.

A regularização da concessão das lojas do Mercado Público, a definição dos locais e da periodicidade das feiras populares, bem como a normatização das formas de exposição dos produtos, corresponderam a ações políticas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico em oposição à cultura patrimonialista introjetada em Pelotas.

Por um lado, a concepção patrimonialista em relação ao bem público — um certo ressentimento de não se poder retornar à ostentação e ao refinamento do período das charqueadas e daí o retorno ao passado para construir o futuro, ordenar o presente — e, por outro lado, o empenho dos gestores municipais apresentando outras alternativas de desenvolvimento, são movimentos constitutivos e constituintes da Pelotas de hoje. Sua realidade é essa desordem do desemprego, da fome, da indignação, do convívio com esgoto a céu aberto...

[. . .] nem mesmo o passar fome e morrer de fome de muitos seres humanos singulares parece contribuir para oscilações da pressão interior duma sociedade enquanto não estiver ligado a ambições socialmente formadas e orientadas —, trata-se, pois, de incongruências de tais ambições e das oportunidades socialmente pré-fornecidas para a sua realização. (Elias, 1993, p.170)

O processo de os sujeitos despertarem para seus direitos por moradia digna, por Educação, por comida, por relações de trabalho que privilegiem a solidariedade acredito compor a essencialidade das políticas públicas no atual momento de desordem.

Passar fome, ver pessoas passando fome, como é comum em Pelotas! Mas não é suficiente para a ruptura com a opulência, com a visão patrimonialista. Talvez as possibilidades, o que Elias denomina como *ambições socialmente formadas e orientadas*, estejam nos programas desenvolvidos no Loteamento Dunas junto ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário, na organização de cooperativas e associações pelos Coletivos de Trabalho, na

sociabilidade solidária advindas dos cultos¹²¹ pentecostais e afros dos sujeitos da pesquisa.

A conformação dessas *ambições socialmente formadas e orientadas* a partir da clareza sobre o passado opulento da cidade, sua concepção patrimonialista, talvez represente perspectivas para os sujeitos da pesquisa, estudantes de cursos do Qualificar.

3.2 Os Bairros de Moradia dos Sujeitos da Pesquisa – execução e referência dos Coletivos de Trabalho

Durante o levantamento de dados em Pelotas, convivi com os sujeitos da pesquisa em seus locais de moradia: Getúlio Vargas, onde mora a Ana Amélia; Dunas, local de moradia de Éverton Rodrigo e Mara, da turma de 2001 do Integrar; Bom Jesus, localizado ao lado do Dunas, onde mora a mãe de Mara – Mariana, com 57 anos, também da turma de 2001 do Integrar (Éverton, Ana e Renato eram da turma de 2000); e Areal, onde mora Renato, todos esses egressos do Integrar Alimentação.

Camila é egressa do FORMASUS, moradora do Navegantes. Não tive oportunidade de visitá-la em sua casa, por isso conversamos em eventos do Qualificar, em encontros eventuais pela cidade e em seu local atual de trabalho na Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social.

A partir das visitas ao Éverton Rodrigo, conheci a experiência comunitária de geração de trabalho e renda – o Conselho de Desenvolvimento do Loteamento Dunas (CDD). Em seu prédios existem lojas de comércio dos moradores do bairro, uma incubadora de cooperativas de trabalho de pessoas também do Dunas e o Fundo Comunitário Rotativo, instituição comunitária de crédito popular, conhecido pelos moradores como o "Banco Dunas".

Mariana mora no bairro ao lado do Dunas, no Bom Jesus, e sua filha Mara mora no Dunas. Como afirmei inicialmente, são formandas da última turma do Integrar Alimentação e resolvi visitá-las para obter informações cerca de uma possível rede de colaboração no bairro em função da existência do

¹²¹ Tal abordagem será aprofundada no próximo capítulo, na seção 4.6 intitulada Éticas religiosas e desemprego.

CDD. Concluí que o CDD não atinge a totalidade dos moradores do bairro ainda, privilegia os moradores próximos do Centro Comunitário. Mariana e sua filha nem sabiam da existência do Centro Comunitário, passavam de ônibus pelas “lojinhas”, mas não conheciam as regras de funcionamento e possíveis benefícios do centro para o bairro.

A escolha de envolver os Coletivos de Trabalho na pesquisa e, assim, aplicar questionário em seus participantes, participar de algumas de suas atividades, a fim de analisar essa política pública, envolveu-me com os bairros: Balneários dos Prazeres, onde estava um núcleo do Movimento dos Trabalhadores Desempregados; Sanga Funda, no qual está o primeiro assentamento rururbano do MTD, totalizando 50 pessoas nos Coletivos de Trabalho do MTD; Colônia de Pescadores Z3, com a maior concentração de pessoas dos Coletivos de Trabalho em Pelotas – 149 pessoas; e no bairro Navegantes, com 50 pessoas da comunidade nos Coletivos de Trabalho, sendo uma das mulheres a mãe e a outra a sogra de Éverton Rodrigo, morador do Dunas, egresso do Integrar Alimentação.

Segue um mapa de Pelotas, o qual possibilita relações das localidades envolvidas na pesquisa com o centro da cidade. Na seqüência, evidencio alguns aspectos dos bairros visitados durante a pesquisa de campo.

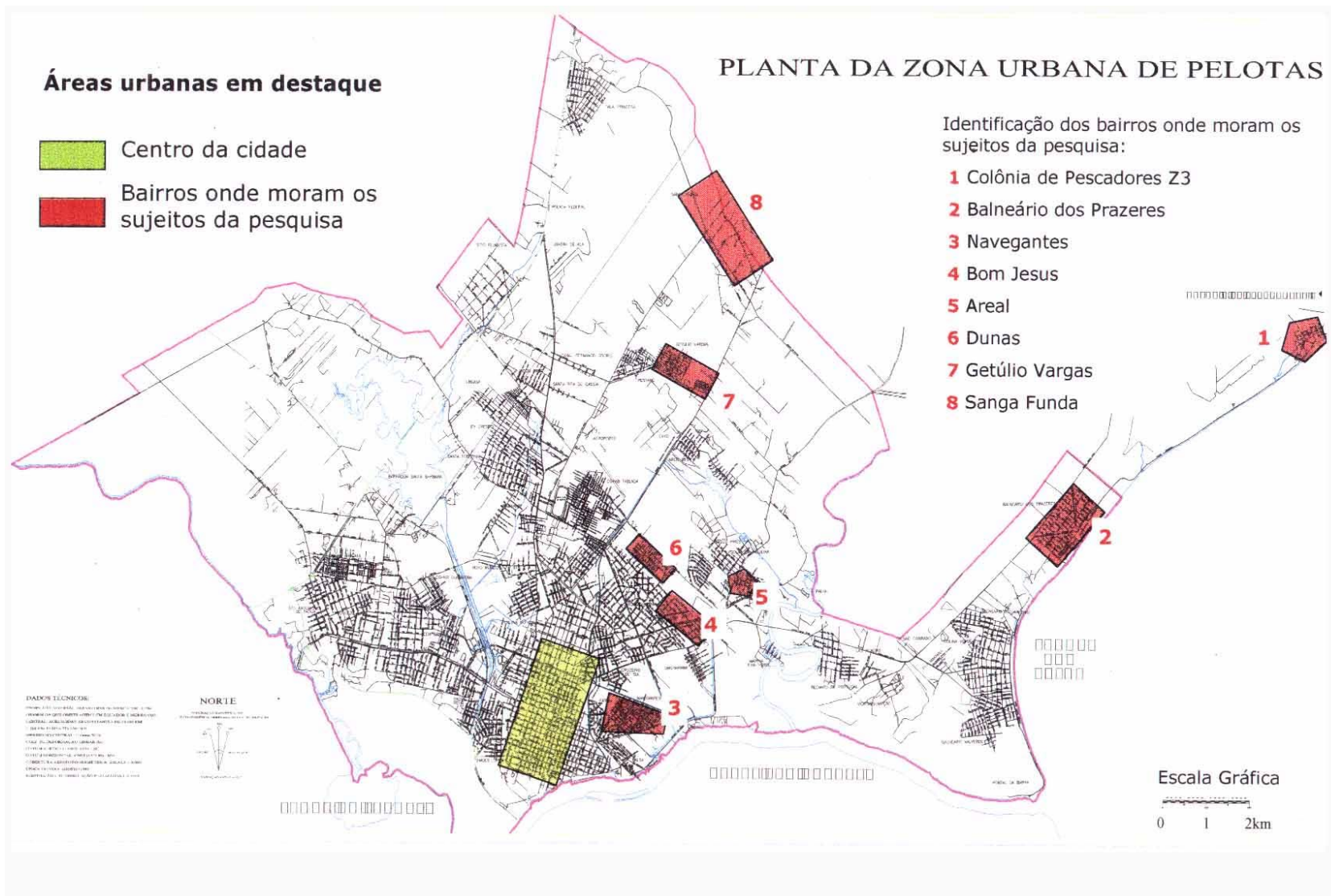


Imagem 4 – Mapa de Pelotas. Fonte: (http://pelotas.rs.gov.br/mapa_municipio/mapa_cidade.htm Acesso em 04/05/2003)

Mapa base da Secretaria de planejamento Urbano da prefeitura Municipal de Pelotas, modificado por Érika Collischon

3.2.1 Bairro Navegantes

A partir do mapa, podemos observar que o bairro Navegantes é próximo do centro da cidade. As pessoas se deslocam sem depender necessariamente de ônibus, andando ou usando a bicicleta, sendo esta última um meio de transporte largamente utilizado na cidade¹²² por sua forma plana de relevo. Tal proximidade, com a área central favoreceu, a ocupação anterior dos participantes dos coletivos, conforme suas respostas nos questionários, questão 16 – *Antes dos Coletivos de Trabalho, trabalhou em:* das 45 pessoas do Navegantes que responderam aos questionários, 10 responderam “fazer biscates”, 7 que trabalharam no comércio, 15 em casa de família/babá – atividades muito vinculadas às áreas centrais das cidades.

A entidade que tem um papel fundamental no bairro é a AMOBAN (Associação de Moradores do Bairro Navegantes). Em sua sede o pessoal dos Coletivos de Trabalho fazia suas reuniões.

Na questão número 9 – *Além dos Coletivos de Trabalho, participa:* os integrantes dos coletivos do Navegantes responderam: sete participam da Associação de Moradores (AMOBAN); cinco do time de futebol; seis da escola de samba; dois de grupo de pagode; seis do orçamento participativo; dois vão à aula à noite; e um participa de grêmio esportivo. É possível observar uma mobilidade no grupo pela diversidade dos espaços de participação citados.

Estudar à noite, para duas pessoas do Navegantes, se coloca como uma participação, quem sabe na perspectiva de uma tarefa, de um trabalho.

As respostas relacionadas à escola de samba e ao grupo de pagode, presentes também no resultado dos questionários dos grupos da Z3 e do MTD, sendo que dois egressos do Integrar Alimentação – Éverton Rodrigo e Renato, que mesmo no período de desemprego, desfilaram em escolas de samba da cidade com suas famílias – compõe o que Balandier (1997b) denomina como *transgressão e desordens simbólicas*: “A festa pacífica ao liberar e provoca uma liturgia da desordem onde as violências se manifestam, depois se domesticam através da dramatização coletiva” (p.104). A filha de Éverton Rodrigo, adolescente com 14 anos, foi um lindo “sol” com sua fantasia, experimentou a sensação de iluminar toda

¹²² Não há ciclovias no centro da cidade, o que torna perigoso para os ciclistas o deslocamento.

a Avenida em Pelotas. A família inteira desfilou também na cidade de Santa Vitória do Palmar¹²³, foram de ônibus com os demais membros da escola de samba.

Renato compõe um bloco de carnaval, tradicional da cidade junto ao seu filho. Eles se apresentaram na escola infantil municipal onde a esposa trabalha.

Por meio do carnaval, (cujos blocos e escolas de samba são tradicionais na cidade, muitos fundados no século XIX) as pessoas sentem-se bonitas, não importa que custo teve a fantasia¹²⁴ diante de seu poder aquisitivo e os sacrifícios existentes para adquiri-la. Como bem coloca Balandier, é uma dramatização coletiva, processo de transgressão para liberar as tristezas e trabalhar, pois são produtores da estética da apresentação nos espaços possíveis onde está o bloco, a escola de samba.

Nas respostas do grupo do Navegantes para a pergunta de número 26 – *Participa de outro projeto do governo municipal ou estadual? Apenas duas pessoas assinalaram que sim, que participam de outro projeto: o Bolsa Escola¹²⁵. Projeto de âmbito federal que demonstra a existência de filhos em idade escolar, a baixa renda da família para o recebimento do auxílio a fim de que a criança não trabalhe.*

Conforme as respostas da questão 24 – *Quantos filhos em idade escolar não estão na escola/por que motivos seus filhos em idade escolar não estão na escola* – sete crianças estão fora da escola com a justificativa de que não querem estudar. Penso que o programa Coletivos de Trabalho precisava acompanhar as famílias de seus integrantes, intervindo em realidades como esta: existem vagas nas escolas, para crianças e adolescentes frequentarem, e tal fato não ocorre.

A atividade municipal pelo dia do trabalhador – 1º de maio de 2002, foi realizada junto à AMOBAN no bairro Navegantes, organizada pelos sindicatos filiados à CUT na cidade e pela prefeitura municipal. Havia um número razoável de pessoas com bonés da CUT, MTD, MST. A avenida principal de acesso ao bairro foi

¹²³ No caminho, a esposa de Éverton Rodrigo mostrava para os filhos a estância que trabalhou de doméstica, sendo possível visualizá-la da estrada. Contava dificuldades pelas quais passou sem poder ir para escola, valorizando a condição atual que podem oferecer para os dois filhos, os quais só estudam, não trabalham.

¹²⁴ Cada fantasia da esposa do Éverton e sua filha custaram R\$ 15,00 com o sapato, depois doaram a fantasia para ajudar a escola de samba, vai servir para alguma coisa no próximo ano, elas não tem nem espaço para guardar em casa. Éverton e seu filho tocaram instrumentos na bateria.

¹²⁵ Programa do Governo Federal que concede um subsídio mensal para família por cada criança que esteja matriculada cursando o Ensino Fundamental. No então governo FHC o valor correspondia a R\$ 15,00, necessitando os municípios encaminhar relatórios de frequência das crianças à escola, sem frequência escolar a família perde o subsídio. A seleção da família pelo programa considera a vulnerabilidade da criança para o trabalho infantil, a fim de contribuir na renda familiar, e como possível consequência a evasão ou reprovação escolar.

fechada com um palanque, no qual ocorreram apresentações de artistas locais e discursos de políticos da região, sindicalistas, pessoas dos movimentos sociais.

No Navegantes, apenas a rua principal de acesso ao transporte coletivo é calçada, as transversais não. A rede de esgoto corresponde a valas abertas nas ruas.

Muitas carroças transitam pelo bairro, há demandas por fretes utilizando carroças, até pela proximidade com o centro da cidade. Bares, fruteiras, venda de gás, casas mais bonitas de material com fachadas antigas, mas a maioria barracos improvisados de madeira.

No Navegantes, no Areal, na Colônia Z3 e no Balneário dos Prazeres, a ocupação é mais antiga em relação ao Dunas¹²⁶ e ao Getúlio Vargas.

3.2.2 O assentamento rururbano na Sanga Funda

A coordenadora do assentamento começou a andar comigo pelos barracos no assentamento do MTD na Sanga Funda, enquanto o pessoal respondia ao questionário dos Coletivos de Trabalho que elaborei. Perguntei de onde ela era, respondeu que do bairro Getúlio Vargas. Disse que era horrível morar lá — uma roubalheira dos próprios vizinhos, seu marido cuidava de gado em uma estância lá perto, lhe deixava sozinha com os dois gurus em casa. Tinha muito medo. A prefeitura ofereceu casa de madeira para eles ali no assentamento, mas eles estão aguardando o financiamento para construção das casas pelo Estado porque daí a proposta corresponde a construções de alvenaria. Tiveram uma briga com um rapaz que colocava gado e cavalo na área ali, de graça, agora não coloca mais. Me mostrou a horta que o grupo está fazendo em função das aulas do curso de horta dos coletivos: com estufa, as plantas estão cobertas. A coordenadora falou que agora na área está feliz, quer plantar, criar seus bichinhos, no Getúlio Vargas não dava para ter nada, era depressiva quando morava lá, se sentia muito mal (Trecho do diário de campo — visita ao assentamento do MTD na Sanga Funda, 17/7/02)

¹²⁶ A presença dos córregos de água em Pelotas facilitaram a existência das charqueadas. Nas proximidades da Z3 e do Balneário dos Prazeres haviam charqueadas. O Bairro Dunas era caminho das tropas, por isso Mariana é uma estancieira falida. Há posseiros na área de sua antiga propriedade que está entre o bairro Dunas e o Bom Jesus.

A Sanga Funda¹²⁷ correspondia à área destinada ao distrito industrial da cidade, que hoje, em função da crise, falência de empresas, há poucas perspectivas de que novos empreendimentos se instalem na região.

Desta feita, pelo planejamento discutido no Congresso da Cidade, Sanga Funda corresponde à área destinada à ocupação rururbana, aos assentamentos rururbanos.

Tal iniciativa de planejamento urbano em relação à Sanga Funda ocorre pela presença do MTD com seu primeiro assentamento no município, sendo uma área pública municipal que está em processo de desapropriação. Antes dessa área, o MTD ocupou uma propriedade de terra da empresa Vega, localizada na estrada de acesso ao município de Capão do Leão, que, a partir de negociações junto aos governos municipal e estadual, se tornou o assentamento rururbano da Sanga Funda.

A implantação de áreas entre o rural e o urbano, nas quais as pessoas desenvolvam atividades agrárias, mas também cooperativas de serviços, de produtos, estabelecendo, então, o conceito rururbano foi questão importante do pré-congresso da cidade do dia 3 de julho e do Congresso da cidade realizado nos dias 9 e 10 de agosto, tendo como resoluções a respeito das áreas rururbanas:

No dia três de julho de 2002, no marco do Congresso da Cidade, reuniram-se no Salão Nobre da Prefeitura 133 cidadãos de Pelotas integrantes de 57 instituições para debater e enriquecer o documento de trabalho formatado pela SEURB que contém um conjunto de treze Idéias Força resultantes do diagnóstico elaborado a partir dos Fóruns Intersetoriais.

O debate se organizou em quatro grupos: Escala Regional Mercosul, Escala Intermunicipal e Interdistrital, Escala Urbana e Centro Histórico. (p.1)

ESCALA URBANA

IDÉIA FORÇA 10

RECUPERAÇÃO DO ENTORNO RURURBANO¹²⁸

Preocupação quanto à não-existência de uma legislação que regule a convivência de usos e atividades rurais junto às urbanas.

Necessidade de realizar uma avaliação estratégica ambiental do distrito rururbano que inclua aspectos, tais como a vocação social, econômica e natural.

¹²⁷ Pelotas dispõe de condições excepcionais para a implantação inclusive de grandes empresas, a começar pela área, já que possui terrenos inteiros com cerca de 400 hectares, **tendo um Distrito Industrial no Bairro Sanga Funda**, na beira do Canal São Gonçalo, onde a empresa poderá implantar um terminal retroportuário privativo e alfandegado, sem maresia, dotado de energia própria, ou interligado ao sistema nacional..."(Ribeiro, 2002, p.16, grifos meus)

¹²⁸ As perspectivas da discussão sobre onde é o entorno rururbano, o que não ficou definido no Congresso da cidade, é de que a Vila Princesa, o Balneário dos Prazeres e a Vila Floresta, junto da Sanga Funda entrem dentro desta caracterização: rururbano.

Desafio de atrair população para essa área o tanto que se evite o êxodo rural.

Considerou-se a existência de terras públicas na área de proposição rururbana." (p.5)(Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEURB - Coordenadoria de Planejamento Urbano/ Pré - Congresso da Cidade, texto digitado, 2002)

Na aplicação dos questionários nos Coletivos de Trabalho do assentamento da Sanga Funda, registrei que, além da líder do assentamento – Coordenadora do assentamento do MTD, cuja manifestação sobre sua moradia anterior consta no início do texto, outras pessoas participantes também moravam no bairro Getúlio Vargas.

Refletindo sobre a forma do MTD *juntar povo para acampar*, relatada pela integrante do MTD do núcleo do Balneário dos Prazeres:

Contou que, quando resolveram fazer o acampamento, o pessoal dos metalúrgicos passava de caminhão nas vilas recolhendo gente, e aí vieram mendigos, alcoólatras... (Conversa após a exposição dos dados dos Coletivos de Trabalho na sede do SINE de Pelotas – 25/11/02).

Os primeiros acampamentos do MTD foram durante o ano de 1999. Disso é possível concluir que, para essas pessoas que acamparam inicialmente na beira da estrada de acesso a Rio Grande, depois na área da Vega e, finalmente, na Sanga Funda, a moradia no Getúlio Vargas não proporciona muitas opções.

O assentamento na Sanga Funda está ainda com barracos, uma área para horta com a estufa, o que é produto do curso do Qualificar junto ao grupo dos coletivos. Algumas famílias, como a da coordenadora do assentamento, têm um chiqueiro com alguns porcos, algumas reses que ficam soltas pelo campo e são recolhidas à noite, e criação de galinhas, as quais circulam pelos barracos, livremente.

Uma agente municipal de saúde que mora ao lado do assentamento com marido e dois filhos cede o banheiro para as pessoas do assentamento tomar banho. As crianças do assentamento brincam junto de seus filhos. Ela contribui no acompanhamento com as doenças que ocorrem, eventualmente, junto das cerca de 20 famílias que residem no assentamento.

Não alcancei um número preciso, pois 15 integrantes do grupo responderam ao questionário quando apliquei no assentamento, alguns estavam fora, pelo número de barracos é possível afirmar um número de 20 famílias. Até o final da pesquisa de campo, em dezembro de 2002, estavam com barracos de lona, sem as casas de madeira oferecidas pela prefeitura, tampouco as de alvenaria, com recursos da Secretaria Estadual da Habitação.

A agente municipal de saúde, nesse bairro de assentados do MTD, exerce um trabalho de assistência social colaborativa e solidária, compreendendo a necessidade do grupo, divergindo do registro das agentes municipais de saúde do Getúlio Vargas, conforme relato de Ana Amélia. Não foi possível, durante o levantamento de dados, identificar se os gestores da Secretaria de Saúde estão informados do fato de a agente de saúde ceder o banheiro de sua casa para os assentados, colaborando diretamente com a higiene, proporcionando um pouco de dignidade para as famílias. Atitudes, por certo, desvinculadas às suas atribuições formais de agente comunitária de saúde, uma ação cuidadosa, em conformidade com o modo-de-ser-cuidado preconizado por Boff (1999).

Consoante respostas à questão 24 – *Quantos filhos em idade escolar não estão na escola/por que motivos seus filhos em idade escolar não estão na escola?* –, três crianças da Sanga Funda não estão na escola: uma por não conseguir vaga, e duas sem justificativa. Talvez a mudança do acampamento no meio do ano letivo tenha dificultado a vaga, havendo necessidade de uma intervenção dos gestores municipais/estaduais que acompanham os coletivos, a fim de modificar tal situação.

Há um acesso facilitado de transporte coletivo para Sanga Funda, sendo a via principal não-calçada, ainda estrada de chão, corroborando com o perfil rural do bairro. A Escola Federal Agrotécnica, vinculada à Universidade Federal de Pelotas, está localizada no bairro.

3.2.3 O Bairro Getúlio Vargas



Fotografia 7 – Rua onde Ana Amélia mora / bairro Getúlio Vargas

A assistente social falou que escolheu logo o bairro Getúlio Vargas quando conseguiu o contrato emergencial da prefeitura para assistência social. Pediu lá porque fez estágio em uma época, quando ainda era estudante da faculdade, em que as casas estavam todas iguais, padrão, ainda era uma vila bonita. Suas colegas se surpreenderam sobre sua escolha, em 1998. Depois soube o porquê, pois quando de seu retorno, as casas tinham multiplicado, o bairro estava muito mais pobre, casas feias, aumentadas, falou que matriculou as pessoas nos cursos do Qualificar (Trecho de diário de campo - visita à casa da assistente social indicada para a pesquisa por Ana Amélia, do Getúlio Vargas, 06/03/02).

"Ana Amélia está muito feliz porque a vila Getúlio Vargas está iluminada, agora dá para andar à noite, foi depois do Dunas, iluminada pela prefeitura no projeto Reluz Pelotas. Disse que nos últimos dias tinha ouvido o anúncio da reunião para o Orçamento Participativo, mas era lá no final do bairro, lá na Associação de Moradores onde o pessoal é sempre favorecido (Trecho de diário de campo – visita à casa de Ana Amélia, no Getúlio Vargas, 12/7/02)

Ana Amélia considera-se *desbravadora* do Getúlio Vargas, foi para lá quando havia meia dúzia de casas (talvez a meia dúzia de casas populares que a assistente social já conhecia) próximas do aeroporto. O resto, segundo suas palavras, era mato.

A ocupação intensa do bairro ocorreu de 1992 aos nossos dias, as pessoas eram motivadas principalmente pelo governo municipal anterior que declarava fazer um *governar*, até batizando um outro bairro de ocupação com esse *slogan* de governo.

A prefeitura anterior, então favoreceu a ocupação de áreas periféricas, sem infra-estrutura urbana, distantes do centro, o que aconteceu de forma desordenada. A sensação que eu tinha quando entrava no Getúlio Vargas era estar em um labirinto, me perdi lá três vezes. Existe uma via central – a rua 4, de acesso ao ônibus, mas as transversais são estreitas, separadas das casas por valos abertos, por onde corre o esgoto. Não há calçamento em nenhuma das ruas.

O contrato de trabalho da assistente social do bairro foi junto do posto municipal de saúde. Ela me contou suas aventuras pelo bairro, andando à noite e não sendo assaltada, passando por sustos com duas experiências de homens que tentaram lhe estuprar. A assistente social andava em qualquer canto da vila, na maioria das vezes acompanhada de uma senhora que era doente mental, que, com a convivência, com a tarefa de lhe guiar pelo bairro, teve melhoras em seu estado de saúde.

Há uma Associação de Moradores no Getúlio Vargas, onde acontecem a distribuição semanal do sopão, do carreteiro e das cestas básicas (promovida pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social), plenárias do Orçamento Participativo do município e torneios de futebol.

O posto de saúde municipal funciona sob a coordenação de uma equipe multidisciplinar: assistente social, psicóloga, médicos, enfermeira. Quando a assistente social, amiga da Ana Amélia, trabalhava nesse posto de saúde, ficava por sua conta e da médica boa parte das tarefas. Após a sua saída e importância de seu trabalho, sobretudo em saúde mental e preparação para o trabalho, é que foi proposta na prefeitura municipal uma equipe multidisciplinar que, na verdade, antes correspondia ao trabalho integrado, cuidadoso, da assistente social.

No bairro há uma Igreja Católica que tem cedido o salão paroquial para eventuais cursos profissionalizantes, como os que eram organizados pela antiga assistente social, e uma grande escola municipal.

Ana Amélia declarou que não participa das reuniões do Orçamento Participativo. Elas acontecem à noite e, por mais que ela conheça os marginais da vila, fica perigoso. Eles só convocam para as reuniões da rua 12 até a 22, deixam as ruas de numeração anterior de fora. Assim como a assistente social atual do posto de saúde, só visitava as casas das ruas 12 até a 22, o Projeto Família Cidadã só beneficiava estas ruas.

Outra instituição do bairro é a Associação de Moradores. Ao final da pesquisa de campo, em dezembro de 2002, Ana Amélia estava apoiando uma das chapas para eleição da Associação de Moradores, que, segundo ela, o grupo que estava:

Só fica patrocinando futebol, bebedeiras e brigas em finais de semana.

Em uma das visitas que fiz à Ana Amélia, mostrei a publicação do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), intitulada “Economia Popular e Solidária – Pesquisa-Ação, regiões Altos da Serra, Grande Porto Alegre e Sul”, na qual consta uma experiência “Grupo Reciclagem Bairro Getúlio Vargas¹²⁹” – na página 148 do livro, com telefone para contato, nome de participantes. Ana Amélia se interessou, deixei com ela uma cópia da página do livro onde constavam as referências, Ela não encontrou o grupo em funcionamento no bairro, nem informações a respeito com a diretoria da Associação de Moradores.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, o comentário recorrente era ser o Dunas mais violento que o Getúlio Vargas, excetuando a declaração sobre a falta de segurança no Getúlio Vargas, dada pela coordenadora do assentamento do MTD na Sanga Funda. Ana Amélia comentou que seu filho muitas vezes vinha caminhando do colégio à noite, ninguém lhe fazia nenhum mal, pois conhecem ele. Sua família

¹²⁹ A pesquisa-ação do CAMP na região Sul foi baseada nas indicações de grupos / cooperativas/ associações pelo Coletivo de Atores Sociais, formado por vários sindicatos, movimentos sociais. Participei de um seminário do Coletivo na Colônia de Férias do Sindicato da Alimentação, nos dias 17 e 18/5/2002, cuja assunto principal foi alternativas de economia popular e solidária na região.

não despreza ninguém, cumprimentam a todos no bairro, principalmente os *marginais*.

Observei um problema sério no Getúlio Vargas que é a ausência de placas que identifiquem as ruas. O filho de Ana Amélia de 12 anos me falou que os *marginais* retiram as placas das ruas, a prefeitura coloca, os *marginais* tiram... Placas de ruas que no Dunas existem. Fica difícil localizar uma rua no Getúlio Vargas: um labirinto sem a maioria dos nomes das ruas.

Conforme informações que Ana Amélia registrou quando tentou se inscrever no concurso para agentes comunitárias de saúde, o Getúlio Vargas possuía várias agentes, uma inclusive responsável por sua rua. Ana Amélia afirmou que não conhecia nenhuma agente comunitária de saúde, ninguém fazia visitas às gestantes, promovia reuniões dos hipertensos, ou organizava pesagens das crianças, enfim ninguém era responsável pelas atividades de prevenção de saúde do bairro.

Os córregos e o esgoto em valos a céu aberto¹³⁰ que encontrei no Getúlio Vargas, no Dunas, no Navegantes, na Z3 e no Balneário dos Prazeres, promoviam a transformação da cidade em um charco em função das chuvas.

Ocorreu-me uma situação em uma das visitas que fiz à casa de Ana Amélia que demonstrou as estratégias para garantir a dignidade e cumprir os compromissos em dia de chuva, pois, quando saí de sua casa, a chuva havia diminuído, ela me guiou para que não caísse em algum valo, pois já estava anoitecendo, estava difícil para enxergar, andei com água até o joelho e as calças arregaçadas. Ana Amélia, enquanto me guiava, segurava minha sandália, trouxe uma toalhinha para que secasse os pés que estavam embarrados.

Compreendi a estratégia de manter a dignidade deles quando chove: levar uma toalha em uma sacola, os sapatos na mão, secar as pernas com a toalha antes de entrar no ônibus e aí calçar os sapatos, ou se possível, nem comparecer ao compromisso como fez Éverton Rodrigo no dia anterior ao que fui à sua casa, que correspondeu justamente a esse dia de muita chuva no mês de março, quando eu estava no Getúlio Vargas.

¹³⁰ Quanto aos dados do censo de 2000 por bairros, reúnem dados de determinadas localidades, não é possível uma discriminação em cada vila de Pelotas. Na Colônia Z3 das 831 moradias permanentes, apenas 169 possuem esgoto em rede geral ou pluvial. No Areal, que envolve o Dunas, das 23.246 moradias permanentes, menos da metade tem rede de esgoto. O centro da cidade apresenta o melhor resultado: das 19.863 moradias permanentes, 17.476 possuem rede de esgoto.

Éverton não queria molhar as pernas, sujar sua roupa, e, então, não compareceu no primeiro dia de aula, em função da chuva.

No Dunas, explicou-me Éverton, também transbordava água dos valos que serviam de esgoto, mas não saía tanta água como antes, pois a prefeitura levantara as ruas com areia, os próprios moradores a espalharam, os caminhões da prefeitura largavam, e os moradores espalhavam como foi o acordo firmado nas plenárias do Orçamento Participativo.

Essas eram estratégias para manter a dignidade, para cumprir os compromissos em dias de chuva, como faziam as outras pessoas cujo esgoto das residências está restringido aos encanamentos.

3.2.4 O Loteamento Dunas e a presença do Centro de Desenvolvimento do Loteamento Dunas (CDD)

Clarice morava na Guabiroba com os parentes, em uma chácara. Éverton no Fragata, em terreno de parentes também. A mãe de Éverton Rodrigo e os pais de Clarice conseguiram terrenos e foram morar no Navegantes.

Os dois começaram a namorar no Navegantes, resolveram morar juntos, construíram uma pequena casa nos fundos dos pais de Clarice no Navegantes, lá nasceram os dois filhos.

Éverton não sossegou, pois queria um terreno para eles poderem deixar uma casa para os filhos e começou a reivindicar um terreno junto à prefeitura. Quando saiu o loteamento do Dunas em 1986, a assistente social até já conhecia Éverton pela sua insistência, que conseguiu o terreno em 1990.

Depois de receber a posse do terreno, foram conhecê-lo. Clarice disse não gostar, era tudo descampado, mas depois começou a gostar. Perguntei para Éverton por que não construíam rede de esgoto no loteamento, ele respondeu que fez canos de esgotos na frente da casa dele, fez a ligação para o seu bem-estar, os vizinhos lhe criticaram, não quiseram. Achava difícil o pessoal querer pagar esgoto, água todo mundo pagava.

Gostava muito de morar no Dunas porque era organizado, começou com a Associação de moradores em 1990, agora o Pró-Renda desde 1996, sendo que nesse governo municipal é que está funcionando para valer o CDD.

Outros bairros não são organizados assim, falou que o Getúlio Vargas onde mora a Ana Amélia é bem desorganizado, não tem ruas abertas assim como o Dunas, a Associação de Moradores não é tão constituída, não tem as lojinhas e o CDD. Agora com a iluminação pública estava melhor ainda, gostava muito dali.

Clarice, falou que depois que mudaram, foram fazendo a casa deles, foi gostando do Dunas. (Trecho de diário de campo do dia 31/5/02, sobre a mudança de Éverton Rodrigo e sua família para o Loteamento Dunas)



Fotografia 8 – Loteamento Dunas: Prédios do CDD, escola municipal

Durante os dois dias de Congresso da Cidade, conheci os técnicos¹³¹ da Secretaria de Habitação, responsáveis pelo processo de legalização dos bairros. Perguntei por que o pró-renda contemplou o Dunas em detrimento de outros bairros. Os técnicos, então, me explicaram que para o pró-renda era necessária uma área legalizada. O Dunas se enquadrava, houve ali um certo controle da administração pública para ocupação dos terrenos que estão legalizados na ruas 1 a 9, localizadas no perímetro onde fica o CDD, a Associação de Moradores, a escola, a creche e o posto de saúde municipais, região na qual morava Éverton Rodrigo e a maioria das lideranças do CDD. Havia alguma pavimentação, organização, e daí em diante foi improvisado pelos moradores.

Constatei essa diferença ao andar pelo bairro. A casa de Mara é na rua 23, fora do perímetro organizado. Também a UCPel realizou uma pesquisa sobre as

¹³¹ Uma técnica se pronunciou, no trabalho em grupo sobre regularização de áreas urbanas, a respeito da dificuldade de retirar as pessoas de áreas ribeirinhas, como da beira da ponte de Rio Grande, que afeta o olhar das pessoas da cidade, pois é no acesso de Pelotas e Rio Grande. O pessoal de lá é papeleiro e trabalha no centro da cidade, fica mais próximo morar lá do que na periferia. Assim, é que são retirados e voltam com ainda mais famílias para baixo da ponte. Novamente o trabalho determina o local de moradia das pessoas, por piores que esses locais sejam, são determinados pelas oportunidades de trabalho, provedor das mínimas condições que seja de garantir a sobrevivência do trabalhador e de sua família.

potencialidades do comércio local, estando os dados da pesquisa concluídos no momento da assinatura do convênio do pró-renda, situação que ocasionou vantagem sobre os demais bairros da periferia de Pelotas, sobre os quais não existiam dados da realidade do comércio local, necessária para implantação do pró-renda, cujo objetivo principal é potencializar iniciativas econômicas locais.

Nos momentos em que eu falava para gestores, funcionários públicos, a respeito dos bairros que estava visitando na cidade, quando esses me perguntavam, sempre havia um comentário sobre a falta de infra-estrutura desses locais, o quanto o prefeito anterior havia “empurrado” as pessoas para aqueles locais sem previsão de implementação de infra-estrutura.

Em depoimentos de Éverton e Ana Amélia, a cerca da ocupação dos bairros, havia um tom de agradecimento ao prefeito anterior, pois do contrário não teriam casas próprias para morar. Mas eles próprios criaram condições para moradia, sem apoio da prefeitura: Éverton fechou o valo na frente da sua casa, e o terreno de Ana foi drenado por seu marido, não alaga.

É possível compreender a importância desse ato do prefeito anterior nas afirmações de Ana Amélia, exemplificando a boa condição de vida de seu irmão contador, que mora na cidade de Alvorada, o qual ajuda sua família quando o marido dela está sem contrato emergencial:

Ele mora em área regular, terreno comprado.

O terreno comprado em área regularizada é uma demonstração significativa da condição favorável de vida do irmão que não precisou ocupar terreno para morar, para adquirir uma casa própria.

Os dados do censo de 2000, apresentados na sessão anterior, sobre as condições de moradia em Pelotas, demonstram um número significativo de famílias com casa própria. As condições dessas moradias podem ser desfavoráveis, até pelo número de residências com esgoto a céu aberto, mas as pessoas possuem sua moradia própria, têm uma conquista, falta regularizá-las. Muitas famílias criam condições próprias para morar melhor, como Éverton e Ana Amélia, sem necessariamente aguardar as obras de saneamento básico da prefeitura.

Segundo depoimentos de uma liderança do Centro de Desenvolvimento do Dunas, (uma das primeiras moradoras a receber seu lote) de Ana Amélia em relação

ao Getúlio Vargas e de alguns técnicos da Secretaria da Habitação, houve muito pouco êxodo rural para ocupação dessas áreas durante o Governo Municipal anterior. A maioria das pessoas que foram para o Loteamento Dunas (mais estruturado¹³², com uma Avenida Larga para o ônibus e transversais mais largas, ruas mais planejadas), como para o Getúlio Vargas, são pessoas com a história semelhante a de Éverton Rodrigo e Clarice, que moravam nos fundos das casas de parentes ou de aluguel, já moradores de outras vilas de Pelotas.

Na casa de Éverton Rodrigo ocorreu, durante a pesquisa, uma tentativa de assalto, com sua filha dentro de casa que ao dar o sinal espantou os bandidos. Aconteceu pela manhã, fato que os levou a colocar grades nas janelas. Nesse período, uma liderança do CDD contou que os "bandidos mais perigosos" do Dunas estavam presos, saíram um pouco de circulação. A Brigada Militar estava mais no bairro, os comerciantes do Dunas deram um celular para facilitar sua atuação, pagavam a conta desse celular.

Ocorria essa parceria da Brigada Militar com os comerciantes para reforçar os mecanismos de segurança do bairro. Pelo que Éverton Rodrigo me contou, estava existindo uma espécie de "toque de recolher" às 21 horas, porque, a partir desse horário, a incidência de assaltos era constante, precisavam se "trancar" em casa.

O programa do governo do Estado "Reluz Pelotas" foi lançado no dia 31 de maio de 2002, às 18 horas no Dunas, nas ruas junto ao CDD. Foi um ato político com a presença do governador. A iluminação pública, promovida pelo programa, era para a cidade toda. Começou pelo Dunas, segundo o gestor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que realizava acompanhamento das atividades do CDD, em função dos problemas de segurança.

3.2.5 O bairro Areal

A área correspondente ao Areal é próxima ao centro de Pelotas, como o Navegantes.

¹³² O tráfico de drogas é mais estruturado no Dunas, segundo depoimentos dos envolvidos na pesquisa, fiquei refletindo se não é justamente pelas condições estruturais do bairro que facilitam o acesso das pessoas, a mobilidade.

Na maior parte do bairro Areal, no entanto, há rede de esgoto, não são valas a céu aberto, não enche de água quando chove, como ocorre no Dunas, no Getúlio Vargas e no Navegantes.

O Areal demonstrou ser ao melhor local de moradia entre todos os sujeitos da pesquisados. No quarto capítulo da tese, analisando um pouco a trajetória de trabalho dos sujeitos pesquisados e suas redes familiares de apoio, relato que Renato adquiriu sua casa por herança do sogro, não foi adquirida a partir das condições financeiras do casal.

Na primeira vez que fui na casa de Renato (morador do Areal) me desloquei de ônibus, depois aprendi a ir caminhando. Por ser sua casa bem próxima do Sindicato da Alimentação, ele freqüentava as aulas do Integrar sem necessitar do vale-transporte. Renato reclamava a ausência dos cursos do Qualificar em função do vale transporte que era bom receber. De fato para ele era possível utilizar tal recurso para as despesas da casa, trocando por comida, lanches, e até pequenas mercadorias, pois não necessitava para seu deslocamento até os cursos que ocorrem na área central da cidade, próximo do Areal, sobretudo da rua onde ele morava.

Conforme dados do censo de 2000, o Areal correspondia à região mais populosa do município, por incluir pela divisão do IBGE o Dunas, o Bom Jesus, com uma população de moradia permanente de 81.972 pessoas, 6.182 pessoas sem qualquer rendimento, 37.914 pessoas percebendo entre 1/4 até dois salários mínimos.

A escolarização dos 24.057 responsáveis pelos domicílios permanentes corresponde a 2.110 pessoas sem instrução ou menos de um ano de estudo, 13.177 pessoas com de um a sete anos de estudo.

3.2.6 Colônia de Pescadores Z3



Fotografia 9 – Colônia de Pescadores Z3

A distância dos demais bairros, da área central da cidade, determinava a utilização de ônibus para o deslocamento das pessoas que moravam na Z3.

O valor da passagem do ônibus correspondia ao dobro em relação aos demais bairros envolvidos na pesquisa. Isso agravava o desemprego de seus moradores, pois o empregador, ao avaliar o custo do vale-transporte para a Z3, optava por trabalhadores de outros bairros, o que levava muitos a omitir a moradia na Z3, ao preencher a ficha de emprego ou declarar na entrevista morar em bairros mais próximos.

Os moradores da Z3, nessa situação, aplicavam o que Balandier (1997b) denomina como mentira social, ou seja, uma “quase verdade”, pois, do contrário, a pessoa estaria em desvantagem para conseguir emprego em relação aos moradores de outros bairros da cidade, cujo valor do vale-transporte era mais baixo.

Nos resultados do questionário aplicado aos participantes dos Coletivos de Trabalho da Colônia de Pescadores Z3, na questão de número 18 – *Não consegue trabalho de carteira assinada, na sua opinião por quê?*, na qual o sujeito possuía três linhas numeradas, de um até três para responder, 26 pessoas responderam¹³³ o que categorizei como *Problema Estrutural: Comunidade/ Discriminação*, relacionando o

¹³³ Apenas 27 pessoas não responderam essa questão na Z3, de um total de 91 questionários respondidos pelos participantes dos Coletivos de Trabalho da Z3.

preço alto das passagens, e as estradas ruins de acesso a Z3. Uma das respostas ilustra bem a discriminação: *Não consegue emprego porque mora na Z3.*

Diante dessa realidade, todo o esforço da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico para a revitalização da comunidade, associado ao programa Coletivos de Trabalho, foi fundamental.

De acordo com dados do censo de 2000, dos 3.212 moradores de domicílios particulares permanentes na Z3, 170 pessoas estão sem rendimento algum, 1.320 pessoas recebem entre 1/4 e 2 salários mínimos.

Durante o percurso do ônibus até a Z3, eu observava a integração das pessoas, todos conversavam com todos, inclusive os adolescentes com os mais velhos. É possível que esse espírito de comunidade ocorra pelo isolamento da colônia. Quando chove, na maioria das vezes, há bloqueio da única estrada de acesso. Os membros dos Coletivos de Trabalho do Navegantes mencionaram essa união do pessoal da Z3, quando visitei seu grupo dos coletivos.

Nas respostas à questão 26 – *Participa de outro projeto do governo municipal ou estadual?* apenas uma pessoa respondeu participar do bolsa escola. Considerando que oito crianças e adolescentes, filhos de participantes dos coletivos estão fora¹³⁴ da escola, o número de pessoas da Z3 vinculada ao bolsa escola é muito baixo.

Nas respostas ao questionário na questão 9 – *Além dos Coletivos de Trabalho, participa:*, ocorreram as seguintes respostas – duas pessoas freqüentam a Associação de Moradores; quatro no Conselho Distrital da Colônia Z3; três no Clube de Mães; sete no Conselho do Colégio; três na diretoria da Igreja; quatro a Escola de Samba; uma excursão; um da feira do peixe; 40 do orçamento participativo; um de passeio (sem especificar); sete da pastoral (sem especificar qual pastoral/de qual religião); uma de reunião (sem especificar); uma de reunião da escola; nove do time de futebol.

O orçamento participativo, junto aos Coletivos de Trabalho da Z3, era espaço fundamental de participação. Ocupavam os moradores esse espaço de discussão das políticas públicas tanto de âmbito municipal como estadual. O futebol, a escola, a escola de samba e a pastoral são outros espaços de envolvimento dos membros dos coletivos da Z3.

Na Z3, a escola estadual forma até as séries finais do Ensino Fundamental. Teve um papel importante na organização dos Coletivos de Trabalho, nas turmas do MOVA e na representação da Z3 no Orçamento Participativo tanto estadual como municipal. A diretora da escola morava na colônia, participava das atividades comunitárias.

É na Z3, segundo dados do censo de 2000, que se concentra proporcionalmente ao número de habitantes, o maior número de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudos. Ao total dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, que é de 872 pessoas, 197 não têm instrução ou têm menos de um ano de estudo, 585 pessoas possuem de um a sete anos de estudo.

Na Z3 o sindicato dos pescadores tem um papel fundamental. A colônia possui um administrador, nomeado pelo prefeito, que executa ações. No momento da pesquisa, conforme depoimento de alguns integrantes dos Coletivos de Trabalho, havia um conflito com o administrador por cortar várias árvores sem autorização do IBAMA, já que ali é uma área de preservação ambiental.

A formação de uma cooperativa de reciclagem de lixo, a partir de um grupo dos Coletivos de Trabalho na Z3, além de uma boa iniciativa de geração de trabalho e renda, é necessária em função dos dados do censo de 2000 em relação a coleta de lixo na colônia: dos 872 domicílios permanentes, 582 tinham lixo coletado, as demais 290 residências enterravam, jogavam na lagoa ou queimavam o lixo em uma área de preservação ambiental.

¹³⁴ Conforme respostas à questão 24 do questionário aplicado nos integrantes dos

3.2.7 Balneário dos Prazeres



Fotografia 10 – Sede do MTD no Balneário dos Prazeres



Fotografia 11 – Saída da reunião do MTD no Balneário dos Prazeres

Nos resultados do questionário junto aos membros do MTD, não apareceu a distância do bairro em relação ao centro da cidade como justificativa para não conseguirem emprego com carteira assinada. No entanto, em uma reunião do

Coletivos de Trabalho.

núcleo que fui no Barracão do MTD no Balneário, a mãe-de-santo da terreira de umbanda, também integrante dos coletivos, que boa parte dali freqüenta, disse que no balneário é bom de morar, mas é distante para trabalhar. Muitas vezes a empresa não quer trabalhador dali porque é longe. Antes morava no bairro Fragata¹³⁵, onde era melhor para serviço, mas a casa não era sua. Ali é bem mais barato de morar, com o dinheiro da venda de seu terreno ali não compra em outros bairros de Pelotas.

Nas respostas à questão de número 9 – *Além dos Coletivos de Trabalho, participa:* – Entre os integrantes do Balneário dos Prazeres, dois participam da associação de moradores; dois da diretoria da Igreja; cinco da escola de samba; dois do MTD (diferenciando o movimento das atividades dos coletivos); cinco da pastoral; cinco do orçamento participativo; um do sopão do MAPEL (Movimento Assistencial de Pelotas); um reunião da escola; e uma da tesouraria da comunidade.

Há um envolvimento com a comunidade demonstrado por 22 participações assinaladas, excetuando a participação no MTD, cujo pressuposto principal são as relações de trabalho. As articulações na associação de moradores, no orçamento participativo, na Igreja, na pastoral, na escola, no sopão do MAPEL que é servido no bairro, na escola de samba contribuem para a contrariedade dos integrantes do núcleo em relação a assentamento rururbano. Não querem sair da comunidade, não querem atividades de trabalho rurais. Comentavam sobre cooperativas de trabalho, associações que não requerem mudar do Balneário dos Prazeres.

O Balneário dos Prazeres localiza-se antes da Z3, no trajeto realizado pelo ônibus, é conhecido por "Barro Duro" no senso comum da cidade, constando essa denominação inclusive no ônibus de acesso ao bairro. Os integrantes dos coletivos do Balneário falaram que o Barro Duro é conhecido na cidade como o balneário dos negros; já o Valverde, outro balneário da Laguna dos Patos, como balneário dos brancos.

A defesa do nome "Balneário dos Prazeres" sempre se colocou para os integrantes do núcleo do MTD, inclusive em relação aos metalúrgicos sindicalistas, que acompanhavam o grupo. Segue trecho do diário de campo do dia 28 de maio de

¹³⁵ O Fragata é também conhecido como o "bairro cidade" pela consolidação de seu comércio atacadista, estabelecimentos bancários. É possível resolver situações de transações comerciais, industriais, sem deslocar-se do Fragata para o centro da cidade.

2002, quando ocorreu um ato de lançamento contra a ALCA em um dos auditórios da UCPel:

Ao final do evento, já por volta das 22 horas, o representante do Sindicato dos Metalúrgicos, mais um rapaz do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que estava coordenando os trabalhos ficaram encaminhando a formação de comitês do plebiscito da ALCA nos bairros, falou o sindicalista : “Barro Duro” e as representantes do MTD retrucaram: Laranjal/Balneário dos Prazeres, mas ele fez um gesto de pouco caso, continuou chamando pelos outros bairros.

Pelo que eu entendi, a defesa dos integrantes do núcleo do MTD pela denominação "Balneário dos Prazeres" tem relação com a estigmatização na cidade do “Barro Duro” como um "Balneário de Negros".

No entanto, tive acesso a um texto muito bonito, digitado, de uma autora da literatura pelotense: Maria Helena Vargas da Silveira. O texto é intitulado "*A lenda do Barro Duro*" e foi divulgado em 1993, quando a autora recupera a história mitológica do local: uma mãe negra alforriada, precisa se converter ao catolicismo por exigência do padre local, para ter seu filho formado: "Donga, alforriada e com trezentos mil réis, batia cabeça para Oxum, agradecia a Oxalá, rezava Ave-Maria para Nossa Senhora dos Prazeres. Donga era um todo fragmentado. De um lado, Terreiro, do outro Igreja."

No Balneário dos Prazeres, em nossos dias, ocorre a maior festa de lemanjá da cidade, envolvendo várias terreiras. A atual administração municipal colocou iluminação pública em volta da imagem de lemanjá e, no dia da festa — dois de fevereiro — reforça o policiamento. O prefeito municipal, no ano de 2002, prestigiou a festa. Tais iniciativas são muito elogiadas pelos membros do coletivos do Balneário dos Prazeres que, na sua maioria, é umbandista.

A lenda conta que o filho de Donga — Nioro —, estuda todos os níveis que os brancos poderiam alcançar para a época e sai para estudar fora:

Quando retornou às terras do Laranjal, estava mais sabido e mais letrado que todos os seus mestres. Naquelas bandas do Laranjal de Pelotas não conheciam negro professor, nem negro doutor. Nioro era o primeiro negro professor doutor.

Nioro sem escola, sem alunos, sem clientes, chorava sob as aroeiras.

Tomada pelo desalento, consultou Ifá e sugestionou-o a tornar melhores, os dias de seu Nioro, Ifá, compadecido da negra Donga, determinou obrigação.

Teria que encontrar junto com o filho, um lugar nas terras do Laranjal que fosse o mais pródigo em natureza do que todos os outros lugares. Ao encontrar o lugar, Nioro ficaria ali deitado, aguardando chover. A obrigação estava marcada. Nioro adormeceu em terras divinas do Laranjal. Recebeu chuva miúda na cabeça. Eram lágrimas de Nanã, chegando ao Sul, mudando o destino do moço negro. Quando Nioro despertou de cabeça lavada, tornou-se Mindolé Miandombé (preto-branco). Donga não o reconheceu e o filho não reconheceu a mãe, nem seu povo. Donga ficou tomada pelo desespero, mas Nioro foi ser professor, doutor, tudo o que sonhara para o seu filho negro. Pobre Donga! Andava pelas terras do Laranjal em total obsessão. Encontrou Omolu que a convidou para seguir-lhe os passos até onde Nioro havia feito a obrigação. Louca de saudade de seu filho, ao ver o local tão lindo, junto à praia em que ele estivera adormecido, jogou-se nas águas da lagoa e morreu. Omolu carregou-a para o céu de Orum para acabar de vez com seus sofrimentos. Contam que os pescadores encontraram o corpo de Donga às margens da praia, e que, ao tocá-lo, transformou-se em BARRO DURO, escuro e brilhante, espalhando-se pela orla. Gritaram assustados: BARRO DURO, TERRA DE NEGRO. O Barro Duro tornou-se um lugar mágico. Todos os negros são atraídos para lá porque Oxalá permitiu-lhes consolar a Negra Donga. Por isto o Barro Duro é uma irmandade de negros dos mais diferentes níveis socioeconômico e cultural. Preservem o Barro Duro. Donga não pode ficar sozinha, sem carinho. Precisa de apoio como todas as mães pretas que acreditam em mudar o destino de seus filhos para dias melhores. Precisa de coragem. A maldição de Nioro é uma alergia que dá em qualquer negro que fica chorando sob as aroeiras da vida, em vez de ir à luta, acreditando nas possibilidades de inverter as posições sociais, conservando a negritude.(Silveira, 1993, texto digitado)

Os participantes do Núcleo do MTD do Balneário (como eles preferem chamar) não sei se conhecem essa lenda; a qual tive contato após a pesquisa de campo. Conhecem o trabalho de pesquisa de uma professora da UFPel sobre a história do Barro Duro/Balneário dos Prazeres, entrevistando seus antigos moradores.

A lenda relaciona várias questões que inúmeras pesquisas com desempregados já chamaram atenção: a pouca chance de negros conseguirem empregos em relação aos brancos, a dificuldade de escolarização para os negros e, um aspecto muito lembrado pelo Movimento Negro, o fato de o negro ter que "virar branco"¹³⁶ para atingir posições sociais superiores.

¹³⁶ Existia, no início do século em Pelotas, blocos de carnaval de negros pobres, como o "Depois da Chuva", formado basicamente por engraxates negros, e o Bloco "Fica aí para ir dizendo" para negros de posição social remediada: alfaiates, vendedores, sargentos do exército, profissionais da saúde. A discriminação também havia entre os negros, com locais determinados de frequência para os grupos aos domingos. Enquanto o "Depois da Chuva" se reunia na praça Coronel Pedro Osório, o "Fica aí para ir dizendo" se encontrava em frente a uma sapataria do centro, que hoje não existe

No Balneário dos Prazeres, há uma grande escola municipal com atuação no bairro, junto à praça.

A maioria dos integrantes do núcleo do MTD do Balneário dos Prazeres mora em uma espécie de beco, por onde não passam carros, uma área de ocupação próxima da praia, com casas todas amontoadas. Assim como na Z3, conforme seus depoimentos, as pessoas têm a posse, mas não a escritura, não pagam IPTU em função de a área ser de preservação ambiental.

O MTD no Balneário dos Prazeres nasceu na luta por moradia. A coordenadora do núcleo Elisângela, contou-me, enquanto fazia almoço quando visitei sua casa, que ingressou no movimento depois de ocupar uma área ali mesmo no Balneário dos Prazeres, onde Virgínia e mais duas outras integrantes do núcleo, também membros dos Coletivos de Trabalho, moram atualmente.

Colocou sua casinha lá quase apanhando do proprietário do lote, acampou com uma sobrinha. Abandonou o acampamento e o terreno que havia ocupado, por causa de fofoca. Todas suas ações na ocupação eram vigiadas, o pessoal cuidava, era muito ruim, por isso saiu, as pessoas que ocuparam a área, na sua maioria, resolveram não integrar o MTD.

Elisângela veio inicialmente morar com a sua mãe, que também mora no Balneário dos Prazeres. Depois conseguiu uma casa ali perto, havia feito uma permuta com uma família de uma casa maior, próxima de sua antiga casa. Estava arrumando essa casa com um dinheiro que recebeu de um parente seu, da família que criou a sua mãe. Sua mãe, que é negra, foi adotada por uma família de pessoas brancas.

Depois dessa situação da ocupação, ela, sindicalistas do Sindicato dos Metalúrgicos e Virgínia começaram a formar o movimento: o núcleo do MTD do Balneário dos Prazeres, organizando depois os Coletivos de Trabalho ali com o pessoal. Sua sobrinha saiu da área de ocupação também, até porque perdeu o bebê que estava esperando durante os conflitos existentes na ocupação.

mais, cujo poder aquisitivo de seus clientes era alto. Tais informações foram concedidas pelo recepcionista do SINE, um músico famoso da cidade, carnavalesco, já foi presidente do "Fica aí para ir dizendo". Suas informações tiveram caráter essencial para a pesquisa.

3.3 Palavras finais do capítulo

O local de moradia das pessoas envolvidas na pesquisa influencia seu acesso à fruição aos bens de consumo, ao lazer e, principalmente, ao trabalho. Casa própria, esclarecem os dados do censo e a convivência nas vilas, não é o problema maior de Pelotas. Porém, as condições dessas moradias, a necessidade de saneamento básico, sobretudo redes de esgoto, é medida essencial para os gestores públicos de Pelotas.

Outra medida fundamental é o investimento em Educação de Jovens e Adultos na cidade, para aumentar a escolaridade dos chefes das famílias, que, pelos dados do censo de 2000 em Pelotas, é demasiadamente baixa, principalmente se se considerar que a cidade possui duas universidades (uma delas federal e a outra particular, com presença marcante nas atividades comunitárias) e duas escolas técnicas de referência nacional. Nesse contexto de ilustração, a baixa escolaridade é ainda mais aviltante.

As políticas de assistência social contribuem na organização, na participação e no reconhecimento das comunidades com suas especificidades, envolvidas na ética do cuidado, para o vislumbre dos direitos essenciais das pessoas: alimentação, educação, saúde, e sobretudo condições de trabalho que subsidiem suas necessidades.

A organização do transporte coletivo, por sua vez, representa investimentos pouco vultuosos como é a necessidade do saneamento básico, mas igualmente essencial para o acesso ao trabalho. É urgente a equiparação do valor da passagem de ônibus da colônia de pescadores Z3 em relação aos demais bairros da pesquisa.

Percebi boa vontade por parte dos gestores municipais e estaduais, estes últimos no então governo Olívio Dutra, no acesso da população ao debate dos problemas e no empenho das soluções, mas ainda há resquício da opulência, há dificuldade em identificar problemas do cotidiano da cidade, sendo o mais emblemático, a cobertura dos pontos de ônibus.

De certa forma, parece faltar para brancos e negros pobres, moradores dos bairros da periferia de Pelotas, cessar o choro nas aroeiras da vida, fazendo menção à lenda do Barro Duro, e acreditar de fato nas possibilidades de subverter as posições sociais.

4 LIMITES E POSSIBILIDADES: O *SER* E O *ESTAR* DESEMPREGADO, O *SER* E O *ESTAR* DESEMPREGADA EM PELOTAS

Trecho do diário de campo da audiência pública de lançamento do Qualificar, dia 4 de janeiro de 2002, com início às 14 horas na Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas: “Encontrei Ana Amélia, contei que fora na sua casa no Getúlio Vargas pela manhã e não a encontrara. Ela falou que a vizinha lhe disse que duas mulheres haviam estado lá, batido palmas. Ela então telefonou para o Sindicato da Alimentação, pois imaginou que seria alguém da fiscalização dos cursos, mas o sindicalista que atendeu falou que não sabia de nada. Agora sabia de quem a vizinha falava. Sentei ao seu lado, ela me mostrou que estava com todos os diplomas de cursos que já havia feito na pasta (eram vários do Qualificar), pois ia na Secretaria Municipal da Educação depois da audiência, pleitear os contratos temporários para servente de escola, anda sempre com os diplomas quando vai tentar uma vaga em algum lugar. Seu marido trabalha em serviço temporário, a cada três meses tem que renovar contrato. Comentei que era difícil viver assim, mas ela respondeu com muita convicção = **mas vai se vivendo** - Parece que falou isso diante da minha expressão desolada, que acho que não consegui controlar, diante de sua situação.

A premissa maior do presente capítulo corresponde à explicitação das relações, dos conflitos e das alternativas criadas pelos sujeitos, em processo de formação, ao participar nos cursos do Qualificar, diante de suas posições de gênero. Essas relações passam pelo **ser mulher**, **ser homem**, e atuação como figura de desordem: **estar desempregado**, **estar desempregada**, na cidade de Pelotas.

O estado de **ser mulher desempregada** é um agravante na desordem, é ser duplamente figura de desordem, considerando a cultura patriarcal de nossa sociedade, a opulência e tradição da cidade de Pelotas, cenários em que a mulher é colocada como “coadjuvante”, subordinada, não-protagonista. É tarefa principal do homem resistir ao desemprego, não da mulher. **Ser** mulher e **estar** desempregada é desestabilizar, desestruturar duplamente os contextos de convívio, radicalizar a desordem.

Condições de ser, condições de estar em constante movimento, como bem pondera Melucci, referindo-se às suas memórias em Milão, na Itália:

[. . .] eu cresci em uma família de classe operária, em um ambiente de classe operária e sempre percebi que as pessoas não eram somente

exploradas e submetidas à dominação. Elas criavam formas próprias de interação no interior das condições estruturais em que estavam inseridas. (Melucci, 1994, p.153)

Antes de começar a pesquisa de campo, temia sobre o que iria encontrar, mas de fato as pessoas estão “*dando um jeito*”, diante das condições precárias de garantir sua sobrevivência.

No presente estudo, a dimensão do *ser*¹³⁷ desempregado e a dimensão do *estar* desempregado assumem uma perspectiva ontológica e existencial.

O desempregado sofre o luto da perda da carteira assinada, a qual um dia teve, ou apenas observou no convívio social tal realidade e idealizou a seguridade do assalariamento como ideal. Em função de sua condição de desempregado está ocupando determinados lugares, os quais potencializam seu sentimento de subordinação e/ou promovem emancipação, autonomia; o entendimento de outras relações de trabalho que não o assalariamento.

4.1 Na Vida e na Morte, Lição e Luto na Luta

Trecho do diário de campo – visita à casa de Éverton Rodrigo manhã do dia 04/01/2002:

Clarice, esposa de Éverton, contou que ele ficou cerca de um ano e meio desempregado:

- Foi uma barra, ficava depressivo, não sorria, mesmo fazendo o curso, procurava emprego e dizia que, se encontrasse alguma coisa para fazer, desistia do curso, não gostava de depender totalmente do meu salário de doméstica.

Segundo ela, receberam uma **lição de vida** desse problema que passaram, amadureceram muito. Ela não fez o Ensino Fundamental, não conseguiu. Ele está trabalhando agora na Josapar, empacotando arroz, está muito feliz, foi um Natal muito bom. Essa empresa está informatizada, e ele só conseguiu vaga lá por ter 1º Grau, é um serviço ruim e ganha pouco. Mas conforme Clarice:

– Fazer o quê? É o que tinha."

As minhas expectativas, que possuía, ao iniciar as visitas aos desempregados em Pelotas, egressos do curso Integrar (promovido pelo Sindicato da Alimentação) eram as piores possível. Temia muito encontrar pessoas tristes, deprimidas, temia por minha sensação de impotência frente ao problema de desemprego dessas pessoas.

¹³⁷ Kusch (1986) considera o *ser* flexível, em construção, recorrendo ao encontro das culturas européia e indígena a partir do século XVI no Continente Americano, especificando seu estudo a partir dos espanhóis e dos incas. Pressupõe o *ser como o europeu*, com suas elaborações teóricas e técnicas sobre o mundo, uma verdade científica, e o *estar como o indígena*, vinculado à tradição, aos rituais cujas ênfases são as permanências.

No entanto, logo na primeira visita, à casa de Éverton Rodrigo, sua esposa colocou em questão uma conclusão importante que possuía, desde a construção do projeto de tese: "**o luto do trabalho assalariado**", **luto** daqueles e daquelas que haviam possuído carteira assinada e dificilmente retornariam a essa condição. Na medida em que ela afirmou que tinha sido uma **lição de vida** para a família o desemprego de Éverton, colocou em questão a análise por mim elaborada.

Estava com a hipótese do luto do trabalho assalariado das pessoas antes empregadas, de uma situação de **morte** diante da ausência do assalariamento. Veio então a esposa de um desempregado, alguém envolvido quotidianamente com a situação, com o estado de desemprego e afirma que foi uma **lição de vida**.

A morte veio na vida, a vida veio na morte. Novamente ordem e desordem, movimento, não uma resposta, mas várias respostas para várias perguntas que tensionam uma realidade complexa.

Éverton Rodrigo conta que, nesse período em que esteve desempregado, ia nos lugares, comparecia aos seminários pelo Integrar Alimentação, pelo Conselho de Desenvolvimento do Dunas que estava participando, já que possuía tempo disponível, sempre imaginando que alguém poderia lhe dar um emprego, não tirava esse objetivo da cabeça:

Fui para todos os congressos que pude em Porto Alegre, em Pelotas. Sempre "correndo atrás" para aprender mais e, quem sabe, nestas voltas, conseguir um emprego, percebendo que o mundo é mais do que me rodeia e tentando nestes espaços emprego.

Preencheu ficha em muitos lugares e se lhe chamassem parava de estudar, mas como bem falou Clarice, só conseguiu emprego quando terminou o Ensino Fundamental.

A modernidade preconizava uma idéia de vida, a redenção, a satisfação dos desejos pelo consumo, a máquina como racionalizadora de força de trabalho. No entanto, o que assistimos no momento atual é o fim dessa promessa redentora, os desempregados (conseqüência do fenômeno do desemprego estrutural que, como a maioria das análises indica, veio para ficar) constituem-se como a própria desordem e o caos do inacabado projeto da modernidade, localizados na fronteira da exclusão.

Boaventura de Souza Santos (1995) diferencia a desigualdade da exclusão, considerando-a como forma de pertença hierarquizada dos indivíduos na sociedade. Balandier (1997a), nesse sentido, refere-se à condição banal das figuras de

desordem dentro da sociedade, não de uma pertença hierarquizada, mas como produtoras e produtos da desordem, do movimento (considerando o autor como figuras de desordem o estrangeiro, o filho mais novo, a mulher).

Para Santos (1995), a desigualdade está no campo da luta de classes, do emprego formal, da integração dos sujeitos nos meios produtivos, da promoção de pleno emprego pelo Estado, sobretudo pelo Estado social democrata, do direito de os sujeitos serem “explorados”, em linguagem marxista: vender a sua força de trabalho e reproduzir mais-valia. A exclusão, por sua vez, encontra-se na transformação atual pela qual vem passando o Estado diante dos efeitos provocados pelo modelo perverso de globalização, balizadora da nova organização produtiva:

À medida que se rarefaz o trabalho e mais ainda o trabalho seguro, a integração garantida por ele torna-se mais precária. E, nessa medida, o trabalho passa a definir mais as situações de exclusão do que as situações de desigualdade (Santos, 1995, p.25).

A pertença subordinada ao trabalho, geradora do antagonismo entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, que compreende o conflito denominado por Marx como luta de classes, transmuta-se para a ausência dessas relações, para o fim do conflito, para a não-pertença ao trabalho assalariado como geradora de **exclusão**. Para Santos (1995), o sistema de desigualdade está sendo transformado em sistema de exclusão.

Castel (1998), por sua vez, prefere a denominação **desfiliação** do que ele chama de zonas de coesão social¹³⁸, espaços de garantia de sobrevivência digna do indivíduo, nomeando como **sobrantes** os trabalhadores inimpregáveis do ponto de vista do mercado. Para o autor:

[. . .] ao tema da exclusão, hoje abundantemente orquestrado, preferirei o da desfiliação para designar o desfecho desse processo. **Não se trata de uma vaidade de vocabulário. A exclusão é estanque.** Designa um estado, ou melhor, estados de privação. Mas a constatação de carências

¹³⁸ Sendo estas o trabalho assalariado, o acesso à escola, a moradia própria “...participação nas redes de sociabilidade e sistemas de proteção que ‘cobrem’ um indivíduo diante dos acasos de existência” (Castel, 1998, p.24). O autor cita inclusive, mencionando os acasos da existência, os auxílios funerários providos para os então trabalhadores assalariados por algumas categorias profissionais em seus planos de seguridade, o assalariamento garante, desses modos, a vida e a morte do trabalhador. Refletindo sobre a insalubridade, a compra da doença na Legislação Trabalhista que existe no Brasil, o salário que encurta a vida subsidia as exéquias, paga pela doença, justifica de forma pecuniária a eliminação da saúde: o assalariamento na vida e na morte.

não permite recuperar os processos que engendram essas situações. (Castel, 1998, p.26, grifos meus).

Frigotto em texto intitulado *“Exclusão e/ou Desigualdade Social? Questões teóricas e político-práticas”*, balizador de sua exposição na mesa sobre *“Pensar a exclusão”* na 3ª Reunião Anual do GT Educação, Trabalho e Exclusão Social da CLACSO, em Guadalajara, México de 20 a 24 de novembro de 2001, apresenta vários autores que teorizam sobre a categoria exclusão para expressar o momento atual de crise do capitalismo. Destaco suas ponderadas análises esclarecedoras das considerações de Jameson e Oliveira:

Numa mesma direção e, referindo-se diretamente à questão da exclusão, Oliveira (2000), salienta a dimensão política da exclusão. “Na verdade, não é uma exclusão pelo mercado, que é geralmente onde a gente aponta; é uma exclusão do campo dos direitos.”(Oliveira, 2000:89 in Frigotto,2001, p.04).

O autor, ao mencionar a exclusão do campo dos direitos referenciando as elaborações de Chico de Oliveira, o embate político que a categoria enfrenta ao envolver gênero, raça e etnia, propõe uma reflexão para o antônimo de exclusão enquanto emancipação, não inclusão.

Frederic Jameson nos traz uma contribuição crucial ao distinguir a antinomia da contradição. A antinomia explicita-se por uma forma mais clara de linguagem e afirma “proposições que efetivamente são radical e absolutamente incompatíveis, é pegar ou largar (...) x ou y, e isso de forma tal que faz com a questão da situação ou do contexto desaparecer por completo. De modo totalmente diverso “a contradição é uma questão de parcialidades e aspectos; apenas uma parte dela é incompatível com a proposição que a acompanha”; na verdade, ela pode ter mais que ver com forças, ou com estado de coisas, do que com palavras e implicações lógicas.(...) Nesse caso, é a situação que explica a disparidade, gerando, em sua incompletude, as perspectivas múltiplas que nos fazem pensar que a matéria em questão é agora x ou y, ou, melhor ainda, ao mesmo tempo tem jeito de x, tem jeito de y. (1997:18, in Frigotto, 2001, p.05 - 06)

A partir, essencialmente, desses dois autores, Frigotto privilegia a antinomia, que é fecunda para reflexão da exclusão social como sintoma da desigualdade social no campo da contradição.

No presente estudo, a categoria analítica que considero mais adequada, essencial para a interpretação da realidade em estudo, também não se tratando de *“vaidade de vocabulário”*, mas de uma ferramenta de análise mais conveniente para a compreensão da realidade, é do desempregado como figura de *desordem*,

segundo as elaborações de Balandier (1997a). Até porque *considero que a História não acabou*¹³⁹, e que dessa desordem podem surgir novas relações dos trabalhadores com o trabalho, com a natureza e com a dimensão humana, com uma ética do humano.

O trabalhador brasileiro, ao brutalizar-se frente à máquina, tornando seu corpo parte da engrenagem e moldado a ela, tornando-se, na maioria das vezes, vítima de inúmeras doenças profissionais, tais como: surdez, mutilações de membros (em especial os dedos), impotência sexual, LER (Lesões por Esforço Repetitivo), deformações na coluna, tinha seu soldo no final do mês e com ele consumia, estava incluído na sociedade, tinha a possibilidade (mesmo que remota) de pensar na velhice. Tinha, de certa forma, assegurada a aposentadoria, concebendo esse fim de carreira como promessa de felicidade para o tão esperado convívio com a família, possibilidade de “*não fazer nada*”, libertar-se do trabalho que o escravizou por anos e, como o sonho dos trabalhadores, segundo Hill desde o século XVII, finalmente realizar um labor que lhe proporcionasse liberdade... Com o desemprego estrutural, coloca-se para os trabalhadores a impossibilidade de serem explorados, a impossibilidade de fazerem planos a *curto*, *médio* e, ainda mais *longo* prazo.

Do combate acirrado da **luta de classes**, narrado pelas disputas dos sindicatos com os patrões nas greves, é possível vislumbrar outras situações: o **luto da carteira profissional assinada**.

Esse luto materializa-se na longa procura dos trabalhadores por um posto de trabalho, no envolvimento precário em outras alternativas de geração de trabalho e renda, pois o trabalhador, muitas vezes, almeja o encontro do emprego, ter um patrão, voltar a ser mandado, há dificuldades em apostar em outras alternativas e vivenciar dificuldades novas em relação às anteriores. Ao mesmo tempo, o luto traz a **lição de vida** do desemprego, como falou a esposa de Éverton Rodrigo, as outras possibilidades que se colocam para o sujeito, principalmente na ótica da solidariedade, na valorização humana.

Até que ponto podemos avaliar esse momento de instabilidade que vivemos e designá-lo PIOR ou MELHOR do que trabalhar em fábrica no Brasil?

¹³⁹Parafrazeando, em sentido oposto, Fukuyama (1992) que considera que a História acabou desde o momento em que a bipolaridade Socialismo X Capitalismo se encerrou, a “vitória” do Capitalismo anuncia o fim da História.

Meu pai, metalúrgico aposentado, hoje com 68 anos de idade, tem uma expressão recorrente que talvez responda a essa pergunta:

Um medo que eu tenho deste negócio de reencarnação é morrer, reencarnar e ter que trabalhar em uma fábrica novamente por 33 anos até me aposentar.

As condições mais dignas de trabalho assalariado foram conquistadas a partir de muita luta dos operários, desde os movimentos luddistas¹⁴⁰, que quebravam as máquinas, até a organização sindical, sobretudo da segunda metade do século XIX, que impediu o trabalho de mulheres e crianças em locais insalubres e possibilitou redução de jornada de trabalho e melhores salários.

Com a conformação do taylorismo-fordismo, a partir da década de 20, ocorre o aprofundamento da alienação ao trabalho: o trabalhador passa a realizar tarefas repetitivas e pouco criativas, adequando seu corpo à máquina, e a consumir em massa, ou seja, o operário deixa de ser mão-de-obra somente e passa ao status de mercado consumidor. A partir das elaborações de Ford¹⁴¹, percebe-se uma relação interessante pois, com os seus cinco dólares por hora de trabalho: mais trabalho, mais salário, mais consumo. O capitalismo deixava de ser o inferno do trabalhador para ser o paraíso dos eletrodomésticos, das três refeições diárias, da aquisição do carro popular, das possibilidades de lazer.

Castel (1998) descreve essas conquistas na Inglaterra, na França e na Alemanha. No caso alemão, o destaque é para o plano de aposentadorias vinculadas ao Estado. Hoje é melhor ser um trabalhador de mais idade na Alemanha, tendo à vista belas garantias para velhice, do que ser jovem em desvantagem para a conquista do primeiro emprego, devido ao alargamento do

¹⁴⁰ Thompson (1989) descreve as inúmeras manifestações luddistas de operários ingleses, discordando do mero caráter insurrecional que a maioria dos historiadores atribuem, pois, em muitos movimentos, a quebra das máquinas encaminhou outras reivindicações: "... um movimento insurrecional, que oscilou continuamente à beira de objetivos revolucionários ulteriores. Isso não quer dizer que fosse um movimento revolucionário totalmente consciente; por outro lado, tinha uma tendência a se transformar num movimento desses, e é esta tendência que é subestimada com excessiva frequência" (p.125).

¹⁴¹ Segundo verbete do Dicionário Crítico "Trabalho e Tecnologia", fordismo compreende: "[. . .] referindo-se ao processo de trabalho propriamente dito, o fordismo caracterizar-se-ia como prática de gestão na qual se observa a radical separação entre concepção e execução, baseando-se esta no trabalho simplificado, com ciclos operatórios muito curtos, requerendo pouco tempo para formação e treinamento dos trabalhadores" (Larangeira,1997, p.89).

período de estudos e estágios, pela diminuição dos postos de trabalho em função das novas tecnologias.

Ao longo do século XX, o acesso ao trabalho repetitivo e monótono na máquina foi se tornando senso comum, e a máquina foi se transformando em uma espécie de *mágica*: cada vez mais veloz e mais incrementada. O trabalhador fabril foi ganhando mais espaço, tornando-se numeroso. A fábrica transformou-se no modelo produtivo máximo do período. Sem fábrica não havia progresso nesse estágio do capitalismo.

No Brasil, a exemplo de nosso desenvolvimento lento em outras questões¹⁴², as conquistas¹⁴³ do movimento sindical europeu não se generalizaram. A redução da jornada de trabalho para 40 horas, conquista da década de 70 em muitos países europeus, chegou aqui somente na Constituição de 1988, na forma de 44 horas semanais. Os planos de aposentadorias do Estado, por sua vez, vêm prejudicando os trabalhadores com perdas constantes de seu salário. Nosso salário mínimo, a partir sobretudo da ditadura militar, vem sofrendo perdas consideráveis, não garantindo o mínimo para subsistência. Da mesma forma, as empresas pouco investiram em tecnologia que resguardasse os trabalhadores de acidentes de trabalho, enurdecimento.

O medo, expresso por meu pai, é perfeitamente justificável: trabalhar em fábrica, no Brasil, de maneira geral, foi e é muito duro, de risco constante de vida. Os minguados valores da insalubridade compram a falta do dedo, a surdez, a visão precária... A ditadura militar substituiu a estabilidade no emprego, conquista do curto período de democracia pós-Estado Novo, pelo engodo do fundo de garantia, nossa forma idiossincrática do Welfare State. Defender o trabalho nas fábricas brasileiras, na sua maioria, é defender um sofrimento lento, cuja aposentadoria é a bênção final (... podendo ser final mesmo, porque muitos operários aposentam-se e, em poucos anos, morrem...).

¹⁴² Martins (1994) tem uma obra notável que analisa a lenta História Contemporânea do Brasil, nosso lento atraso nas conquistas sociais: *"A história contemporânea do Brasil tem sido a história da espera do progresso. Como o progresso não veio, senão de um modo insuficientemente lento, essa história se transformou na história da espera da revolução. Mas a revolução também não veio (afinal, devia ser esperada ou devia ser feita?). Na verdade, a história da sociedade brasileira tem sido uma história inacabada, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas. Não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer"* (p. 11).

¹⁴³ A pesquisa de PAOLI (1987) registra as vicissitudes das mobilizações operárias das décadas de 1930 e 1940, quando boa parte dos industriais não queria cumprir as leis de férias, de proteção ao trabalho de crianças e mulheres.

A partir sobretudo da década de 80, os postos de trabalho da indústria foram-se reduzindo. No Brasil e no mundo, a *magia* da máquina, além de transformar matéria-prima em produtos complexos, substituiu braços humanos brancos, negros, jovens, velhos, homens e mulheres, criando uma figura numerosa, até então sem grande expressão na sociedade: o desempregado.

Gorz (1987), em suas fecundas assertivas sobre a generalização do desemprego para as futuras gerações, em "*Adeus ao Proletariado*", também pressupôs a situação de desemprego enquanto uma afronta à ordem estabelecida: "Pelo desapego que provoca com relação a uma **vida de trabalho** cada vez mais precária e vazia de sentido, o desemprego acaba por se tornar, por sua vez, um perigo para **ordem** estabelecida"(p.166, grifos meus).

O **desemprego** traz consigo a **figura de desordem** que ele produz e reproduz: o **desempregado**. O desempregado torna-se causa e consequência do perigo à ordem estabelecida, do fim desta ordem estabelecida, gérmen da desordem.

O desapego à **vida** de trabalho, o apego à **morte** do não-trabalho; o apego à **lição** do não-trabalho, lição aprendida e apreendida no **luto** da falta da carteira assinada, na **luta** diária pela sobrevivência.

Não ter como vender a força de trabalho, para quem antes o fazia, e só tinha essa forma de gerar uma renda ínfima, é sinônimo de privar a si e à família da mais primária necessidade humana: o alimento. E aí viabilizar alternativas: criar animais para que sirvam de alimento, ter outras atividades informais, dormir, são possíveis alternativas de "*virar-se*" estando sem emprego.

4.2 Lições de vida, lições de morte: sobreviver no desemprego, sobreviver ao desemprego

"Nas vezes que passaram por necessidade não dizia para os filhos: — A mãe não vai comer porque não tem, mas sim: — A mãe vai comer depois, agora a mãe não está com fome, a mãe vai comer mais tarde — para sobrar mais para os filhos, em primeiro lugar os filhos." Trecho do diário de campo — visita à casa de Ana Amélia - 28 de maio de 2002.

Nas visitas à Ana Amélia presenciei situações que me causaram mal-estar, mas que demonstraram a resistência, a coragem nessas situações de privação, o esforço por manter a dignidade. Os dois filhos pequenos que estão na escola: Édson com 10 anos (na 3ª série) e João com 12 anos (na 4ª série), são preciosos para o casal. Certa vez fiquei em sua casa próximo do horário do meio-dia, quando os meninos chegavam da escola, e observei que, nas panelas sobre o fogão, não havia comida suficiente para os dois adultos e as crianças. De fato eles deixavam sobrar para os filhos.

Na primeira visita que fiz à casa de Ana Amélia, ela e sua filha elogiaram a atuação de uma assistente social que trabalhara até julho de 2001 no bairro, a qual conseguiu cursos do Qualificar para a comunidade. Como me deram o seu endereço, a encontrei, realizei uma entrevista com gravador na sua casa, fomos ao aniversário de Ana Amélia, eu e a assistente social juntas no mês de março, levamos um bolo.

A assistente social me falou que considera a família de Ana Amélia um exemplo, observou, durante seu trabalho visitando as casas no bairro, que no fogão da casa de Ana Amélia sempre tinha uma panela de feijão e outra de arroz, um dia almoçou lá, no ano de 2000. O marido de Ana, Neri “brincou” (um sentido de brincadeira bem real para a situação deles, carne realmente era alimento raro, de final de semana):

— Aqui só tem carne quando se morde a língua.

Certa vez, Neri foi me mostrar os fundos da casa deles, onde ele cria passarinhos: sabiá, periquito... Contou que um dia nas suas limpezas nos valos, no seu trabalho de matar mosquitos, pois seu contrato é vinculado à Secretaria de Saúde, encontrou coelhos, quando trouxe para casa percebeu que era um casal. Procriaram muito, e ele não teve condições de sustentar, certo dia um cachorro da vizinhança pegou um que escapou, ele deu os coelhos. Perguntei porque não comeu, disse que não se “animou”. Contei que meu pai criava nos fundos do terreno que nós morávamos, como o dele, muitos bichos, mas para comer: coelho, codorna, peru, galinha... De certa forma, Neri tem um vínculo afetivo com os animais, não se “anima” a comer os animais que cria.

Virgínia, dos Coletivos de Trabalho do núcleo do MTD no Balneário do Prazeres, possui uma criação de coelhos e galinhas, bem ao lado de sua casa, para que não sejam roubados. Seu objetivo correspondia em levar a criação para o

assentamento rururbano do MTD. Sua filha estava acampada, e no MTD a regra é assentar quem está acampado. Pensa em ir¹⁴⁴ junto com sua filha quando sair o lote, pois tem problema de saúde¹⁴⁵ que a impossibilita¹⁴⁶ de ficar no barraco e então sofrer as privações de chuva, de frio de quem está no barraco de lona¹⁴⁷.

Na experiência de meu pai e também de Virgínia dos Coletivos de Trabalho, sendo que essa quer morar em um assentamento, a criação dos bichos se coloca como alternativa alimentar. Para Virgínia é ainda perspectiva de trabalho e geração de renda no assentamento rururbano.

Além disso, Virgínia mostrou as mudas de árvores frutíferas que estava cuidando também para levar para o assentamento. Possuía um barzinho em sua casa, onde vendia bolachinhas, salgadinhos, refrigerantes para o pessoal do bairro. Um dia arrombaram a sua peça e roubaram tudo o que tinha. Ela sabe quem roubou, mas é perigoso denunciar, conforme suas palavras:

— A polícia prende e solta e eles voltam para o bairro com raiva de quem denunciou.”

Virgínia faz artesanato para vender, ajudar no valor recebido pelos coletivos. Quando visitei sua casa estava fazendo cestos de papel, mostrou-me um ensaio de bandeira do Movimento dos Trabalhadores Desempregados que estava pintando.

¹⁴⁴ Um outro filho seu, que trabalha como vigilante das ruas ali mesmo do bairro, pago pelos moradores para passar de bicicleta e apitar durante à noite quando percebe algo errado, vai ficar com sua casa conquistada a partir de uma ocupação. Ocupação esta que deu origem ao núcleo do Movimento dos Trabalhadores Desempregados no Balneário dos Prazeres.

¹⁴⁵ O problema de saúde de Virgínia está vinculado ao trabalho informal, a crise do assalariamento, pois foi vítima de um acidente de trânsito sendo passageira de uma kombi que trafegava irregularmente, quando era cozinheira no refeitório de uma empresa em São Paulo. No levantamento que Jakobsen (2000) realiza sobre o trabalho informal em São Paulo, o transporte de kombis/peruas de forma irregular é umas das alternativas de maior rentabilidade, em função da má qualidade, ineficiência do transporte público regular. Ficou com problema nas pernas, tem muitas dores para caminhar em função das fraturas. A indenização que recebeu, em função de a lotação ser de caráter irregular, mal deu para comprar os materiais de construção para o pequeno aumento na casa que seu marido estava fazendo. É carioca, foi para São Paulo com o marido, teve os filhos, tinha uma irmã que estava em Pelotas, gostou do lugar – Balneário dos Prazeres – quando visitou a irmã e resolveu ficar. Com as seqüelas que ficou para se locomover, após o acidente, tem dificuldades para trabalhar.

¹⁴⁶ O problema de locomoção de Virgínia interdita inclusive sua atividade militante. Nas respostas sobre os motivos de não conseguir trabalho com carteira assinada, questão 18 do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho, duas respostas identificaram os problemas de saúde como motivos principais.

¹⁴⁷ Visitei sua casa em uma área de ocupação no Balneário dos Prazeres: são duas peças de madeira com um banheiro de alvenaria, uma área coberta na entrada que protege a porta de entrada das chuvas. De fato, sua casa é bem mais protegida das chuvas (e em Pelotas chove muito) do que

Existia um coração no centro da bandeira¹⁴⁸, sua imagem do Movimento tem um coração, sua representação do MTD é um coração.

Dormir para a família de Ana Amélia, mais do que descansar, é uma forma de resistir às privações. Nas três visitas que fiz na sua casa, no turno da manhã, pelas 10 horas, quando então o contrato emergencial na prefeitura de seu esposo estava suspenso, o casal estava dormindo. Durante o chimarrão que tomávamos, após eles acordarem com o meu chamado em frente da casa, contaram que não havia nenhum bico para fazer, estavam os dois em casa. Concluí, já após a segunda visita, quando percebi a quantidade de comida nas panelas, relacionando ao depoimento de Ana Amélia em deixar o alimento para os filhos, que era uma forma de o casal "vencer" mais facilmente duas refeições acordando tarde: o café da manhã e o almoço.

O sono também se coloca como uma forma de superar a depressão¹⁴⁹, pois visitei Ana Amélia justamente no dia em que receberam a notícia do fim do contrato: a tarde chuvosa do dia 28 de maio de 2002, quando havia marcado com Ana Amélia. As visitas posteriores ocorreram sem aviso anterior. Ana Amélia ficara acordada para me receber e afirmou:

Coloquei todos para dormir, Neri e os meninos, recebemos a notícia do fim do contrato emergencial dele que, pela renovação ainda tinha dois meses. Estamos todos de baixo astral, abalados, os R\$ 300,00 dele não dá, imagina sem, eu fiquei acordada para te receber.

Ana Amélia, que cria alternativas de vencer a fome e a tristeza através do sono é a mesma pessoa que afirma que não vai buscar o sopão e o carreteiro servidos semanalmente no bairro onde mora, no Getúlio Vargas pela a 1ª dama, porque tem gente que precisa mais do que ela, enquanto ela tiver, ela não busca as refeições, ou seja, enquanto ela "agüentar", mesmo sabendo que tem pessoas que

um barraco de lona. No dia em que lhe visitei seu marido arrumava o tanque de lavar roupa e construía um fogão a lenha nesta pequena área coberta na rua, que dá acesso à entrada da casa.

¹⁴⁸ Há outras propostas de imagens para a Bandeira do MTD, outras representações do Movimento, outras construções de símbolo, que demonstram a própria confusão de concepção, de identidade do movimento.

não precisam tanto e buscam, ela não vai fazer isso. Há uma postura ética envolvida nessas suas atitudes: uma ética do cuidado¹⁵⁰, ao deixar para quem precisa mais na comunidade, fazendo o sacrifício de vencer as refeições, deixando o alimento de casa para os filhos. Talvez haja também uma ética do trabalho: buscar as refeições, servidas nos potes para família, quando não conseguir outra forma, via os “bicos” de trabalho por ela e o marido eventualmente realizados.

A partir dessa constatação do dormir para "*passar por uma decepção*", "*segurar energia*", "*pular refeições*" em relação a família de Ana Amélia, uma das respostas para a questão de *número 17 – Depois de terminar os Coletivos de Trabalho seus planos são* – do questionário aplicado nos integrantes dos Coletivos de Trabalho, uma resposta de uma pessoa da Colônia Z3 recebeu uma significação diferenciada "*Ficar em casa dormindo*". Na medida em que a convivência com a família de Ana Amélia determina uma reflexão maior para essa resposta, *dormir* pode não ser somente *descansar* em uma situação de desemprego. Há uma demonstração de controle das necessidades vitais para resistir às privações da falta de emprego, falta de trabalho remunerado:

[. . .] em muitas sociedades ocidentais, o controlo comportamental tornou-se há alguns séculos particularmente intenso, diferenciado e universal; é o controlo do comportamento social está mais do que nunca ligado ao autocontrolo, à auto-regulação do ser humano singular. (Elias, 1993, p.136)

Do mesmo modo que é possível ver o fato de dormir como uma situação de controle para vencer refeições, controlar os sentimentos e a energia, também poderia ser julgado como alienação, fuga do problema, Martins (2002) contribui para uma outra interpretação do fenômeno da alienação:

[. . .] **a alienação não é um processo passivo, mas sim um processo social ativo.** Nele, o sujeito ativa e criativamente desenvolve mecanismos socialmente compensatórios para as privações que os alcançam. Num certo sentido ele se apossa da adversidade e para isso dispensa os intermediários.(p.44)

¹⁴⁹ As interpretações da Psicologia vinculam certos comportamentos: sono, falta de higiene à depressão, mas no presente estudo não serão explorados, porque a análise, embora valorizando a subjetividade, não inclui referencial teórico da Psicologia, não compõe esse ordenamento teórico.

¹⁵⁰ In NÖRNBERG DA SILVA (2002).

Dormir é uma forma de enfrentar o problema do desemprego, sem intermediários, já que a solução não está posta: não há naquele momento uma ocupação. Lembro que meu pai dormia até tarde nos domingos (por volta das 9 horas para quem toda semana acordava às 6h e 30min) e, se não houvesse visitas na casa, voltava à dormir pela tarde, em função do cansaço da fábrica, dos serões até às 22 horas, o trabalho no Sábado pela manhã. Dormir muito¹⁵¹ pode significar para o trabalhador, tanto a compensação para o cansaço da jornada excessiva de trabalho quanto a compensação pela ausência dela, não demonstrando aos vizinhos que não saiu para trabalhar logo cedo.

A pessoa que respondeu "*Ficar em casa dormindo*", para seus planos após o término dos Coletivos de Trabalho, é uma mulher com 40 anos de idade, que participa do grupo da reciclagem na Colônia Z3, freqüenta a Igreja do Evangelho Quadrangular, ou seja, é evangélica pentecostal. Há mais de três anos ela não tem carteira assinada. Antes trabalhava como doméstica. Estudou até a 3ª série, tem quatro filhos, três em idade escolar e é solteira. Atribui ao fato de não conseguir trabalho de carteira assinada, que é a questão de número 18 do questionário, por ser "*velha*"; o que mais gosta nos Coletivos de Trabalho é de "*trabalhar na rua*" e o que não gosta é de "*estudar*"; respondeu que participa de um outro projeto do governo — está estudando¹⁵².

Por todas essas respostas ao questionário, é possível concluir que essa mulher é bastante ativa, ainda mais tendo três filhos que freqüentam a escola e sendo solteira. Talvez provenha sozinha o sustento das crianças. É procedente refletir sobre seus motivos para "*dormir*" no momento em que terminarem os Coletivos de Trabalho, até porque o grupo da reciclagem tem seus cursos e atividades no turno da tarde, o que torna pouco provável a hipótese de ter seu sono atrasado das atividades atuais e querer recuperar ao término das atividades.

Outra situação de "sono" que enfrentei com os sujeitos da pesquisa, ocorreu na visita que fiz a Renato no dia 6 de março de 2002. Ele estava dormindo quando

¹⁵¹Meu pai e os envolvidos na pesquisa em Pelotas não possuem descendência germânica, pelo menos não uma descendência observável, direta; que aí poderia compor valores protestantes associados ao trabalho e à possibilidade de não aprovar dormirem muitas horas em um dia de folga, mesmo em uma situação de cansaço. Pois, em vez de dormir, o operário poderia estar se ocupando com tarefas mais úteis junto de sua família, na comunidade, cumprindo tarefas domésticas.

¹⁵² Talvez seja aluna do MOVA (Movimento de Alfabetização), pois duas mulheres da reciclagem eram alunas, fotografei o governador com elas e a professora do MOVA

cheguei meia hora antes do combinado: 14 horas e 30 minutos, quando marcara às 15 horas. Ele estava muito desanimado na primeira visita que fazia à sua casa. Nesse dia fiquei sabendo que, a exemplo de Ana Amélia e seu esposo, nem "bicos"¹⁵³ ele estava conseguindo naquele mês. Pretendia se oferecer como *amigo da escola* de suas crianças para pelo menos ter o que fazer, ocupar o tempo.

O resultado escolar de seus filhos naquele ano, que ele estivera durante a maior parte sem trabalho, não foi nada satisfatório: a mais velha com 16 anos reprovou, não passou para o 2º ano do Ensino Médio; o rapaz com 15 anos, reprovou por meio ponto em matemática, e sua escola não tem dependência de matérias, ficou na 8ª série. A mais nova com 10 anos também reprovou, ficou na 3ª série. A única que aprovou na escola foi a de 12 anos que não convive com a família, mora com sua sogra que tem problemas de saúde, seu o sogro já é falecido. Em dezembro de 2002, ao final do levantamento de dados, o filho de 15 anos foi também morar com a avó que não está conseguindo enxergar, precisa de ajuda para deslocar-se. Estudam na Escola Estadual Assis Brasil, que Clarice, esposa de Éverton Rodrigo, gostaria de colocar seus filhos, é difícil conseguir vaga nessa escola.

Talvez a iniciativa de *ser amigo da escola* de Renato seja, além de ocupar o tempo como ele falou, para compensar a reprovação dos três filhos que moram com ele, afetados provavelmente pelo clima de desânimo familiar, até porque nas visitas percebi que os filhos respeitam muito o pai, há entrosamento, consideram seus pedidos, não retrucam. Em uma das visitas que realizei na sua casa, Renato falou na presença dos três filhos que estavam em casa, estudam pela manhã, que há um seguimento: filho segue o pai, segue o exemplo do pai, tem amigos junto com o pai, espera estar dando exemplo para seus filhos. Ele e o filho de 15 anos tocam na mesma banda de carnaval, bem tradicional na cidade: "União Democrática", que na sua composição tem instrumentos de sopro. Certa vez, chegou um amigo de Renato durante a visita, era amigo também de seu filho, ficaram os três conversando, combinando ensaios da banda.

A iniciativa de Renato em ser *amigo da escola*, que soube nas outras visitas, não se concretizou, demonstra que o projeto não é de todo ruim, como é a crítica da

na comunidade no ato de prorrogação dos coletivos no salão paroquial da Colônia de Pescadores Z3.

¹⁵³ Expressão atribuída a trabalho eventual, na maioria das vezes no campo da informalidade.

maioria dos sindicatos dos professores. Pode ser um espaço para pessoas que estão no desalento do "tempo livre"¹⁵⁴ do desemprego. Considero interessante potencializar essa participação para ganhos individuais, não só "servir" a escola, mas poder usar sua biblioteca, preparar-se para a continuidade dos estudos como é o caso de Renato, que não tem o Ensino Médio ainda, e que não estava cursando até eu terminar o levantamento dos dados no final de 2002. Por sua vez, a escola desenvolver mais sensibilidade para as motivações das reprovações de seus alunos, pois as filhas e o filho de Renato não possuem desvio significativo "idade - série", ou seja, vinham aprovando, suas idades estão com certa conformidade com a série em que estudam.

No caso de Renato, desempregado, teve que repetir o gasto com material escolar, roupas, merenda para os três filhos que mantém na escola. A única que teve sucesso na escola é a filha que não está convivendo com a família, não está convivendo com o desemprego do pai, com o papel de provedora da mãe que trabalha como serviços gerais em uma creche municipal.

Além da sensibilidade na investigação dos motivos que levam ao baixo rendimento dos alunos, e no caso dos filhos de Renato, de uma família inteira, é preciso também desenvolver alternativas de dependências de matérias para os alunos não ter de cursar um ano inteiro de novo por causa de meio ponto em Matemática, como foi o caso do filho de Renato. Até porque a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 respalda a criação de alternativas pela escola para promoção dos alunos. Seu texto tem uma postura de aprovação, inclusão em relação à avaliação.

A **reprovação na escola** é uma **forma de luto** provocada pelo desemprego, uma morte indireta, quem morre é a auto-estima dos filhos do desempregado e dele próprio. Morre o gosto pela aprendizagem, vive a promessa de gastos com material escolar, roupas para a mesma série, um ano repetido, um ano de vida repetida, um ano vivo de morte na escola.

O filho de Éverton Rodrigo, de nove anos, segundo depoimento de sua mãe, ficou muito revoltado durante o período em que o pai estava em casa, desempregado, pois, nas palavras de Clarice: - Faltavam muito as coisas. Também brigava muito com as outras crianças no ASEMA. Estava muito nervoso.

¹⁵⁴ A obra de Ferraro e Ribeiro (2001) revela a problemática do lazer para o desempregado, as poucas alternativas possíveis e o papel da Educação na implementação de políticas públicas para o lazer, para ocupação desse tempo livre.

O desemprego do pai influenciou o filho mais novo, no seu comportamento nervoso, agressivo, não no rendimento escolar, como na família de Renato quando a reprovação atingiu a todos, mas na agressividade. No ano de 2002, quando o pai estava empregado, o menino estava calmo, sem brigar, participando com muita motivação das atividades do ASEMA.

As pessoas moradoras da periferia, egressas do Integrar e dos Coletivos de Trabalho, participantes do Conselho de Desenvolvimento do Loteamento Dunas com as quais convivi em Pelotas, ilustram bem a afirmação de Milton Santos (2000) sobre o papel dos pobres no momento atual e a diferenciação que o autor faz entre "pobre" e "miserável". Os desempregados com os quais convivi em Pelotas são pobres:

O exame do papel atual dos pobres na produção do presente e do futuro exige, em primeiro lugar, distinguir entre pobreza e miséria. A miséria acaba por ser a privação total, com o aniquilamento, ou quase, da pessoa. **A pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível** (p.132, grifos meus).

Convivi com pessoas pobres em Pelotas que lutam, inclusive dormindo, enfrentam a vida com consciência de sua situação, lutam para resistir a tantas situações de privações, tantas demonstrações de morte: falta de comida, reprovação dos filhos na escola.

Suas moradias refletem essa luta: não pagam aluguel, mas na sua maioria, moram em locais de precário saneamento básico, em áreas de ocupação, de preservação ambiental, sem regularização.

A casa de Ana Amélia era de madeira e, em função das frestas, pois eram tábuas aproveitadas, recicladas de outras casas, seu marido forrou as paredes com latas de óleo, ia abrindo as latas e forrando a casa. Ana Amélia me contou que na UCPel existem fotografias de sua casa com essa proteção, inventada por Neri para proteger da chuva, do frio. Hoje eles moram em uma casa de alvenaria, pintada de amarelo, com cerca de madeira, com pedrinhas em todo pátio que fazem a drenagem, impedindo o alagamento quando chove, com três quartos, um banheiro onde se encontra uma máquina de lavar roupas, e a cozinha que serve como sala, é aí que eles recebem as visitas.

Em uma das visitas que fiz em janeiro, quando ocorreu um temporal, entrava água pelo telhado, pois não há forro, na cobertura de telhas de brasilit, percebi que o casal ficava constrangido ao colocar os baldes. Neri falou que sua casa era uma das

melhores do bairro, não poderia imaginar como estavam as outras casas. Durante o período de levantamento de dados, eles redimensionaram a casa, fazendo da sala o quarto do casal, para que o filho mais velho tivesse um quarto só para ele.

Renato é proprietário da casa que recebeu de herança da esposa. Morava em duas peças com banheiro nos fundos da casa onde morava então os sogros, hoje aluga para outras pessoas as peças onde moravam logo que casou, retira daí uma renda quando é possível, porque já ocorreu de inquilinos não lhe pagarem. A casa onde mora, deixando as peças dos fundos vazias, tem uma cozinha com acesso a uma área com tanque e máquina de lavar roupa, sala, banheiro, dois quartos, sendo que recebe as visitas pela sala, onde tem também a televisão que ficava todo tempo ligada nas tardes em que lhe visitei, com os filhos assistindo, rindo muito durante os filmes.

Éverton Rodrigo morava nos fundos da sogra, no bairro Navegantes, logo que casou. Construiu duas peças com banheiro, os dois filhos nasceram nessas peças. Como mencionei no capítulo anterior, se empenhou para conseguir um terreno no loteamento Dunas e construir uma casa para deixar para os filhos. Sua casa, que ele mesmo construiu, tem uma sala, por onde as visitas são recebidas, um corredor que dá acesso aos dois quartos, a cozinha, o banheiro onde tem a máquina de lavar roupas, a garagem fica ao lado da cerca da casa, ocupa o comprimento da casa no terreno, onde fica o seu automóvel modelo chevette, que ele cuida, lava, encera nos finais de semana para passear com a família.

Como eu fazia as visitas no horário intermediário de sua chegada da fábrica até sua saída para suas aulas no 2º ano do Ensino Médio, no colégio Assis Brasil, ficava em sua casa das 17 horas até por volta das 19 horas e 30 minutos, acompanhei algumas “advertências” de sua filha de que ele era o único que não secava o banheiro após o banho. Eles dividiam as tarefas, e Éverton, segundo sua filha, nem sempre cumpria (havia muitos risos nesses momentos de cobrança da menina).

No ano de 2003 a filha faz 15 anos. O pedido dela é um quarto só para si, sem continuar dividindo com o irmão. A menina falou que os pais iriam avaliar, se haveria dinheiro para aumentar a casa e construir o seu quarto, me falou que não queria festa, queria um quarto de presente. Durante o período do levantamento de dados, a família foi a várias festas de 15 anos de amigas da filha ali do bairro mesmo. Uma festa em especial, envolveu a diretoria toda do CDD. O grupo de pagode cujo um dos componentes é filho de uma das coordenadoras do CDD, fez a animação da

festa, e a filha de Éverton Rodrigo fez parte do “bolo vivo¹⁵⁵”. Esse grupo de pagode do Dunas se apresentou durante a FENADOCE.

Renato mencionou que estava indignado, pois nem ele e nem Éverton Rodrigo haviam sido selecionados para o curso de garçom que ocorrera em 2001. Falou: - Pelo menos no curso tinha vale transporte, merenda... - ou seja, uma forma de ocupação com algumas benesses para quem não está recebendo nada, uma compensação para não se sentir inútil, totalmente desocupado.

Em termos de discussão sobre causas e alternativas possíveis, o desemprego é hoje o que a pobreza havia sido anteriormente. Enquanto o debate sobre a pobreza levou à implantação do programa de renda mínima em algumas localidades, o debate sobre desemprego propiciou a distribuição de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Esses recursos geraram programas de qualificação e requalificação profissional (além de outros serviços de apoio ao desempregado) que foram montados por órgãos do Governo Federal, em parceria com entidades privadas e pelas centrais sindicais. Uma ressalva a essas iniciativas é que a qualificação profissional, de fato, não gera demanda por força de trabalho no mercado. O que se faz é uma aposta no desenvolvimento profissional dos trabalhadores para que eles se adaptem a uma eventual conjuntura de crescimento econômico (Souza, 2000, p. 249).

O curso de qualificação profissional coloca-se no patamar da compensação, embora com um certo limite, pois Ana Amélia realizou o curso de padaria, confeitaria do Qualificar, por intermédio da assistente social, freqüentando o curso no bairro onde mora – no Getúlio Vargas. Compareceu aos dois seminários do Qualificar em que eu apliquei questionários nos alunos com fins de um estudo exploratório para a tese. Ela foi a única pessoa que compareceu aos dois seminários em Pelotas, demonstrando a sua disponibilidade, sua força de vontade. Possui inúmeros cursos do Qualificar. Penso que aproveitou todos os seminários que o Sindicato da Alimentação proporcionou via programação do Integrar. No entanto, quando comentei com ela que haviam vagas no curso de técnico em vendas, que estavam sobrando vagas para o exercício de final de 2002 do PLANFOR, contei que havia presenciado duas funcionárias do SINE procurando pessoas para o curso, ela recusou. Estava com possibilidade de cuidar de uma senhora doente no seu bairro.

¹⁵⁵ Uma prática comum em festas de 15 anos aqui no Estado, não sei a origem dessa “performance” em que 15 convidados, normalmente 15 casais, mas também ocorrem 15 meninas, se dispõem em círculo, seguram velas acesas. A aniversariamente vai dançando a valsa com o pai/padrinho/namorado e apagando as velas, se estão em casais, na medida que a vela é apagada o casal também dança a valsa.

Percebi um certo desalento de tantos cursos, até porque ela já trabalhou em lojas e tem consciência da dificuldade de retornar a essa atividade com a sua idade. Melhor um “bico” com um retorno, embora insuficiente, precário, mas imediato.

Éverton Rodrigo, assim como Renato, também reclamou a perda do curso de garçom no ano de 2001, pois deixou de fazer um "bico" na festa promovida pela patroa da Clarice. Veio o convite para ele trabalhar, mas não quis assumir pois não tinha noção nenhuma do serviço do garçom, não quis arriscar, fazer feio e deixar Clarice mal com sua patroa.

O facto de o ser humano singular deixar pelo caminho uma grande abundância de alternativas não aproveitadas, de vidas não vividas, de papéis não desempenhados, de sensações que não teve e de oportunidades não aproveitadas, tem a sua razão na natureza das sociedades que exigem ao indivíduo uma especialização mais ou menos elevada.(Elias, 1993, p.154)

Tal afirmação de Norbert Elias, no livro “Sociedade dos Indivíduos” alerta para o fato de o momento atual, por sua pluralidade de ofertas e possibilidades, deixar pessoas pelo caminho, alheias a tais possibilidades, diante da exigência constante de qualificação pelo mercado de trabalho.

Para Éverton e Renato, o curso de garçom, aliado à sua formação de Ensino Fundamental se colocava como mais uma alternativa para sobreviver ao desemprego.

O curso de qualificação profissional para os sujeitos adultos sempre se coloca na tentativa do aproveitamento das oportunidades, na procura da vida, na fuga da morte, ainda mais diante das exigências atuais do mundo do trabalho.

Penso que a pesquisa me ajudou a compreender o número abusivo de Bingos nas cidades gaúchas atualmente, pois eles configuram uma alternativa para ganhar dinheiro em um quadro de desalento.

O depoimento de uma mulher, de seus 40 e poucos anos, membro do Conselho do Desenvolvimento do Loteamento Dunas, integrante da COOPERVEST (Cooperativa de Vestuário do Dunas) vinculada ao Conselho de Desenvolvimento do Loteamento Dunas (CDD), revelou tal papel dos Bingos:

No mês passado bati R\$ 300,00, aí deu para comprar gás, leite para minha mãe, tive um mês diferente, vim para o centro com um vale transporte e R\$ 3,00, joguei os três reais e bati, se não tivesse batido tinha que voltar a pé para casa. Estava sem gás e ninguém

queria emprestar, não acreditei que era tanto o prêmio. Comprei o gás e fui para casa de mototáxi. Fiquei "chamando" uma pedra até que ela veio.

Ela fez uma espécie de "roleta russa" de sua situação, caso não ganhasse teria que voltar a pé do centro (e o Dunas é bem distante, teria que caminhar bastante), apostou tudo.

Antes de integrar a COOPERVEST, ela questionou o professor da UCPel que faz assessoria ao CDD sobre se os resultados da cooperativa atingiriam a ela, sua filha de 16 anos, que ainda está em casa com ela, ou seu neto de 9 anos (filho de seu filho mais velho, que já é casado), porque ela tinha que comer hoje, não podia esperar. Suas necessidades eram imediatas.

Além da origem popular de seus atores, os empreendimentos pertencentes ao setor da economia popular têm se caracterizado, fundamentalmente pela lógica da reprodução da vida, e não do capital. Além disso para os trabalhadores associados, a reprodução ampliada da vida não é considerada apenas como satisfação imediata dos meios de sobrevivência biológica, mas também como satisfação daquelas necessidades que o estado não proporciona, necessidades estas relativas à outros aspectos das múltiplas dimensões humanas. O objetivo dos trabalhadores é garantir também a "reprodução ampliada da vida" - ainda que de forma limitada (Tiriba, 2000, p.229).

O assessor, professor da UCPel, começou a incentivar o grupo da COOPERVEST para que abrissem uma sala no CDD para conserto de roupas. Ela então resolveu fazê-lo. As outras mulheres não queriam. No início não tinha trabalho, depois o pessoal do bairro começou a chegar trazendo consertos, ficaram sabendo da cooperativa. O valor referente a cada conserto ficava para aquela que fazia, aí, nas palavras em suas palavras: "começou a dar para viver".

Dormir não é somente descansar para essas pessoas, é *pular* refeições, é *sarar* a tristeza de ter perdido uma forma de ganho certo para a família. Criar bichos pode significar lazer, mas também alternativa alimentar, de geração de renda. O barzinho em casa interditado pela violência urbana que penaliza mais os que menos têm; a reprovação como consequência do desemprego vivenciado pela família, tudo isso representa formas de luto e de luta em situações de desemprego.

O curso de qualificação profissional apresenta-se como um instrumento de compensação do tempo disponível e seus incrementos de lanche e vale- transporte, bem como a possível colaboração no Programa Amigos da Escola.

O jogo no bingo mostra-se como última alternativa, como solução não racional para o problema, contar com a sorte, com o destino.

A condição do “ser” se confunde, se funde na condição do “estar”, e na abordagem realizada, o ser e o estar em situação de desemprego. A situação de desemprego produz, reproduz figuras de desordem: o desempregado, a desempregada, adultos.

É um ser e estar de luto por não ter a carteira assinada e, com essa, as dificuldades da providência da alimentação, do lazer, dos gastos com a escola, roupa, contas de telefone, gás de cozinha... lutar para superar o luto e aprender com as lições de solidariedade, com a capacidade extrema de superação que utiliza o sono, a sorte, os programas sociais, enfim, superar as situações de morte que as limitações do desemprego promovem, ser e estar na vida com todas as vicissitudes que essa luta diária representa.

4.3 Na luta de luto, de luto na luta: trajetórias de trabalho assalariado, trajetórias de trabalho informal, ausência de trabalho

“Cheguei na Josapar e falei para psicóloga: — Olha, eu tenho o 1º Grau, faz um ano que estou desempregado. Falei a mesma frase para a psicóloga da Pelicano, uma outra boa empresa, acho que foi este meu comportamento que me fez conquistar o emprego. A Pelicano ligou dias depois que já estava trabalhando na Josapar. Minha função não tem nada a ver com o 1º Grau, é somente esforço físico, pois estou nesses dias ensacando arroz de 60 kg para ir para Recife, estou agora com 35 anos, estou muito velho para o mercado de trabalho.”(Trecho de diário de campo, visita à casa de Éverton Rodrigo, 05/03/02)

Fotografia 12 – Formatura do Integrar/Alimentação



A conclusão do Ensino Fundamental para Éverton Rodrigo representou confiança, conseguiu expressar sua necessidade do emprego para as psicólogas que realizavam a seleção. Ele considera seu destemor responsável pela conquista do trabalho com carteira assinada, quando necessariamente não aproveita sua formação no Integrar, realiza esforço físico principalmente, mas sua idade não lhe proporciona, no momento atual, escolhas de trabalho, precisa “aceitar”, sucumbir ao esforço físico, mesmo tendo certa formação escolar.

Assim como Éverton, várias pessoas dos Coletivos de Trabalho atribuem à sua idade uma interdição ao mercado de trabalho. Na pergunta 18 do questionário: *Não consegue trabalho de carteira assinada, na sua opinião, por quê?* – a qual possuía três alternativas para a pessoa responder, numeradas as linhas das respostas em ordem crescente (1,2,3) ocorreram 18 respostas entre os três grupos que relacionaram a idade como o principal motivo de não conseguir trabalho de carteira assinada – uma resposta no MTD, 13 no Navegantes e quatro na Colônia de Pescadores Z3. Uma resposta na Colônia de Pescadores Z3 deixa claro o corte de gênero: *Porque sou velha*; no Navegantes, há um alargamento na faixa de idade para conseguir emprego: *Por causa da idade, depois dos 40 anos não dão chance para nós*. A situação relatada por Éverton é relacionada a indústria. Já no bairro Navegantes, as pessoas procuram alternativas junto ao setor de serviços, que vem admitindo pessoas com mais idade, na faixa dos 40 anos. A localização do

Navegantes, próximo do centro da cidade, propicia as atividades junto ao setor de serviços.

A trajetória de trabalho¹⁵⁶ dos sujeitos da pesquisa, na sua maioria, revela oportunidades não aproveitadas, vidas não vividas, morte pelo subemprego:

Quanto aos assalariados sem especialização, eles constituem essa massa continuamente submetida ao desemprego, muitas vezes trabalhando sem carteira assinada e recebendo menos de um salário mínimo. A insegurança e a instabilidade fazem parte do seu cotidiano, de onde brotam continuamente tanto a revolta como a subserviência (Sader, p.83).

A trajetória de trabalho das pessoas envolvidas na pesquisa está vinculada à história da cidade. Conforme os dados apresentados no capítulo anterior, Pelotas está em uma situação de declínio do setor industrial, um incremento do setor de serviços. A conquista do trabalho na fábrica de arroz por Éverton, apesar de na função não utilizar os conhecimentos aprendidos no Integrar, precisa ser comemorada por ele e pelos sindicalistas, que “ganharam” mais uma pessoa para sua base, dessa vez uma pessoa bem conhecida.

Analisar a história de trabalho dos sujeitos da pesquisa é analisar as oportunidades oferecidas nas e pelas políticas públicas. Fazem parte dessa história as saídas da cidade em busca de melhores oportunidades, o retorno à cidade em função das dificuldades enfrentadas diante dessa mudança, o perecimento, vidas não vividas da população de Pelotas.

Entretanto, nomear a situação dessas pessoas “desempregadas”, em situação de “vulnerabilidade”, em “risco de perder o emprego” é complexa. Desde o levantamento preliminar de dados para elaboração do projeto de tese (Santos, 2001) é evidenciado que os sujeitos não se consideram só desempregados, mas ocupados. Consideram multifacetada sua relação com o trabalho, até porque é uma relação em movimento, quando a **luta** por alternativas é uma constante. **Estar**

¹⁵⁶ O artigo de Invernizzi (2002) relata uma pesquisa realizada sobre as trajetórias ocupacionais de pessoas pouco escolarizadas que participaram dos Programas de Educação Profissional com Certificação Escolar desenvolvidos pela UFPR, contando com a parceria do SENAC e do SENAI, durante os anos de 1999 a 2002. A obra “Mapa do Setor Informal” (2000), de Jakobsen et al., revela a passagem das pessoas do mercado formal para o informal, sendo esse último cada vez mais numeroso e diverso. A obra chama a atenção para a necessidade de normas para o mercado informal, pois as pessoas ficam suscetíveis a todo tipo de ameaça, desde fiscais corruptos da prefeitura, até roubos de suas mercadorias, falta de dignidade nos locais de trabalho.

desempregado é **estar** em uma luta permanente pela sobrevivência, situação incerta, instável, em desordem¹⁵⁷.

A grande identificação coletiva ponderada por Melucci (2001) empregado/assalariado não se coloca para maioria dos sujeitos da pesquisa. A ação social constituída a partir dos Coletivos de Trabalho inclusive, tem sua vinculação ao trabalho compreendida de forma múltipla. As respostas ao questionário, dos participantes do programa Coletivos de Trabalho sobre sua situação de trabalho, tensiona os próprios objetivos dessa política pública:

¹⁵⁷ In Balandier (1997a).

Tabela 4

Título: Respostas da questão de número 10 do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho “Quanto à sua situação de trabalho, se considera”:

Z3	Total	MTD	Total	Navegantes	Total
Ocupado	20	Trabalhador autônomo	1	Ocupado	24
Empregado	21	Ocupado	5	Empregado	13
Desempregado	36	Empregado	3	Desempregado	6
Autogestionário	2	Desempregado	8	Não Respondeu	2
Outra situação	1	Assentado	4		
Não Respondeu	10	Ajudando a outro	1		
		Não Respondeu	1		
Total	90	Total	23	Total	45
				Total Geral	158

Fonte: Tabulação dos dados do questionário realizada pela bolsista de iniciação científica – FAPERGS – Mirela Fleck

É importante observar que 39 pessoas se consideraram empregadas nos Coletivos de Trabalho, mesmo com o término do programa anunciado, ocorrendo durante dez meses. Diante da renda mínima de R\$ 220,00, um número significativo de pessoas considerou-se empregadas.

O termo “ocupado”, que recebeu 49 respostas, seria o mais adequado, levando-se em consideração a organização dos Coletivos, suas rotinas, quando as pessoas possuem atividades laborais, cursos de qualificação profissional, mas há data marcada para terminar. É um programa, uma política pública que ocupa e objetiva que a pessoa “se ocupe” ao seu final.

“Desempregado” foi a resposta com apenas uma frequência a mais do que ocupado, 50 respostas nos três grupos, ficando dividido entre ocupado e desempregado o entendimento da integração nos Coletivos de Trabalho, presente no momento de trabalho da pessoa.

A denominação “assentada”, ausente das alternativas elaboradas para o questionário, foi referida por quatro pessoas assentadas na Sanga Funda, assentamento rururbano do MTD.

Havia uma pessoa “autogestionária” na colônia de pescadores Z3, outra “trabalhador autônomo” e “ajudando a outro” no MTD. São denominações, a exemplo do “assentada”, também escritas pelas pessoas no questionário, representando relações diferenciadas com o trabalho que não a carteira assinada que embasa as situações: “ocupado”, “desempregado” e “empregado”.

“Ajudando a outro”, em especial, pode ser referenciada ao modo-de-ser-cuidado, conforme as elaborações de Boff (1999), “ajudar”, “colaborar” e “trabalhar”. Trabalhar ajudando é bem mais edificante, rompe totalmente com o entendimento de alienação marxista inerente ao processo de trabalho assalariado, à venda da força de trabalho e desta, a conformação de mais- valia.

A categoria “empregado” teve maior recorrência na Colônia de Pescadores Z3; 43 pessoas responderam nunca ter assinado a carteira de trabalho. Logo, a participação nos coletivos, mesmo sendo um projeto emergencial, é estar empregado, correspondeu a uma experiência de trabalho para o sujeito durante um período contínuo, para muitos a única experiência com respaldo de uma política pública estatal.

As 39 pessoas que responderam “empregadas”, talvez estejam aí revelando seu desejo, mesmo que o desejo não corresponda à realidade. É possível evidenciar aí o sentimento de luto da carteira assinada, pois, quando observamos o número expressivo de pessoas nos Coletivos de Trabalho que nunca possuíram a carteira assinada, conforme dados presentes no quadro a seguir, o entendimento de emprego para essa pessoa, que nunca assinou sua carteira de trabalho pode ser a integração nos Coletivos de Trabalho durante os dez meses:

Tabela 5

Título: Respostas da questão de número 15 do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho “Quanto tempo está sem carteira assinada”:

Grupo	Nunca teve assinada	10 anos	(+) de 3 anos	De 1 ano a 3 anos	(-) de 1 ano	Não Respondeu	Total
Z3	43	3	35	7	1	1	90
MTD	6	0	9	7	0	1	23
Navegantes	17	0	18	8	1	1	45
Total	66	3	62	22	2	3	158

Fonte: Tabulação dos dados do questionário realizada pela bolsista de iniciação científica – FAPERGS – Mirela Fleck

Na colônia de pescadores Z3, conforme a tabela, 35 pessoas responderam que estão sem carteira assinada há mais de três anos, três pessoas, há mais de dez

anos; sete pessoas, de um a três anos sem carteira assinada; e apenas uma pessoa há menos de um ano.

Antes mesmo de reconhecer a organização do programa o qual o sujeito está inserido, ele reconhece a si mesmo dentro do programa e aí determina sua situação de trabalho: empregado, desempregado, ocupado de forma subjetivada, valorada. Se nunca teve carteira assinada, estar no Coletivo é experimentar horários, deveres, uma organização de trabalho, é estar empregado. Conforme Elias, o entendimento da identidade humana tem caráter processual: "...o conceito de identidade humana se refere a um processo. A continuidade evolutiva é a condição para identidade da pessoa que é o homem tanto aos dez como aos cinquenta anos." (Elias, 1993,p.207)

Caso o sujeito nunca tenha vivenciado a experiência da carteira assinada, os Coletivos de Trabalho, com seu respaldo legal, são o processo que ele ainda não viveu: é emprego, embora não seja. Novamente ordem e desordem. O sujeito não é empregado, o projeto tem caráter emergencial, mas ele quer ser empregado, quer ter esse status, no entendimento do sujeito ele é empregado.

Como afirma Melucci (1992), as experiências vão definindo os pertencimentos sociais, o sujeito pode querer ser empregado através dos Coletivos de Trabalho, embora tal situação não seja real:

A multiplicação dos nossos pertencimentos sociais, a quantidade dos nossos pertencimentos sociais, a quantidade excedente de possibilidade e de mensagens alargam desmedidamente o campo da nossa experiência. Se enfraquecem as referências tradicionais que forneciam a possibilidade de identificar-nos (família, igreja, partido, raça, classe). Torna difícil dizer com segurança no tempo "eu sou X ou eu sou Y". Temos continuamente necessidade de dar resposta a pergunta: "Quem sou eu?. Nos persegue a fragilidade de uma presença da qual urge sempre um fundamento. Procuramos âncoras duradouras e duvidamos de nossa biografia. Nós somos ainda aquilo que éramos. Podemos ainda ser os mesmos diante daquilo que será requisitado amanhã. Olhamos o nosso passado e o nosso futuro através de diversas lentes. Devagar nos transferimos nas regiões da experiência (p.45 texto digitado).

O assalariamento era uma âncora de conformação de pertencimento, de identidade para os meios populares, essa biografia está em conflito, está em desordem.

O grupo envolvido ao movimento social que discute a questão do "desemprego", que inclusive tem a categoria "desempregado" em sua denominação: Movimento dos Trabalhadores **Desempregados**, corresponde ao menor número de

freqüências de “empregado”, apenas três recorrências. Mas, na verdade, pela presença do trabalho militante, é questionável tal definição, tão antagônica: sendo o movimento de desempregados, como ter pessoas empregadas? Talvez ocorra uma dificuldade de identificação dessas três pessoas que responderam “empregado” com a categoria “desempregado”, “ocupado”, “assentado” próprias ao movimento, o que indica uma reflexão para a organização do Movimento dos Trabalhadores Desempregados para seus processos de identificação.

No MTD seis pessoas nunca tiveram a carteira assinada, nove pessoas estão há mais de três anos sem a carteira assinada, sete pessoas entre um a três anos não assinam carteira, das 23 pessoas que responderam à questão.

No grupo do Navegantes, como já foi mencionado, bairro mais próximo ao centro da cidade, mais propício às possibilidades do trabalho informal, 17 pessoas nunca assinaram sua carteira de trabalho, 18 pessoas estão sem assinar há mais de três anos, oito respostas de um a três anos sem assinar a sua carteira, e uma pessoa com menos de um ano, das 45 pessoas que responderam à questão.

Observando os dados presentes nos dois quadros, cruzando as categorias da relação dos sujeitos com o trabalho, com um número significativo de desempregados e ocupados, e com o número expressivo sem nunca ter assinado a carteira de trabalho, é possível concluir que o programa Coletivos de Trabalho atingiu, de fato, um grupo de pessoas com relações muito precarizadas com o mercado de trabalho formal, cumpriu seus objetivos de atendimento de demanda na cidade de Pelotas.

Conforme a pesquisa da PED, o tempo de procura por trabalho varia de oito meses a um ano desde 1998. Em Porto Alegre a situação de procura é entre 10 e 11 meses para os homens, estando as mulheres com um ano e um mês de procura no mês de fevereiro, excedendo os 10 e 11 meses masculinos:

TABELA 6
Tempo médio despendido na procura de trabalho, por Sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal –1998/2002
Em meses

Período	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal								
	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	Total	Homen	Mulhere	Total	Home	Mulhere	Total	Home	Mulhere
	l	s	s		ns	s	l	ns	s
1998	9	8	9	12	12	13	10	9	10
1999	11	10	11	15	15	16	11	10	11
2000	13	13	13	15	15	16	10	10	10
2001	13	13	13	14	14	15	10	10	10
janeiro/2002	13	13	14	14	14	15	11	10	12
Fevereiro/2002	13	12	14	14	13	14	12	10	13
março/2002	13	12	14	14	13	15	11	10	12
abril/2002	13	12	13	14	12	15	11	10	12
maio/2002	13	13	13	14	12	15	11	10	12
junho/2002	14	13	14	14	12	15	10	10	11
julho/2002	14	13	14	14	13	15	10	10	10
Agosto/2002	14	14	15	15	13	16	10	10	10
Setembro/2002	14	14	15	15	14	16	10	9	10
Outubro/2002	14	13	14	16	15	17	10	9	10
Novembro/2002	13	12	14	16	15	17	10	10	11
Dezembro/2002	14	13	15	16	15	16	11	10	11

Em meses

Período	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal								
	Recife			Salvador			São Paulo		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Home	Mulhere	Total	Home	Mulhere
	l	s	s	l	ns	s	l	ns	s
1998	(1)	(1)	(1)	10	9	10	8	8	8
1999	(1)	(1)	(1)	12	12	13	10	10	10
2000	(1)	(1)	(1)	14	13	14	11	11	11
2001	(1)	(1)	(1)	13	13	13	11	11	11
Janeiro/2002	(1)	(1)	(1)	14	13	15	13	12	13
Fevereiro/2002	(1)	(1)	(1)	14	13	14	13	12	13
março/2002	(1)	(1)	(1)	14	13	14	12	12	12
Abril/2002	(1)	(1)	(1)	14	14	14	12	12	12

maio/2002	(1)	(1)	(1)	14	14	15	12	11	12
Junho/2002	(1)	(1)	(1)	14	14	15	12	12	12
Julho/2002	(1)	(1)	(1)	13	13	14	12	12	12
Agosto/2002	(1)	(1)	(1)	13	13	14	12	12	12
Setembro/2002	(1)	(1)	(1)	13	12	14	12	11	12
Outubro/2002	(1)	(1)	(1)	14	13	14	12	11	12
Novembro/2002	(1)	(1)	(1)	14	13	15	12	12	12
Dezembro/2002	(1)	(1)	(1)	14	14	15	12	12	12

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego Elaboração DIEESE

A trajetória de ocupação dos integrantes dos Coletivos de Trabalho, antes de sua vinculação ao programa (questão 16 do questionário) traduz um pouco das vocações econômicas da cidade, também as alternativas de emprego vinculadas ao setor de serviços, as referências de gênero a partir de ocupações de caráter doméstico.

Em relação às vocações econômicas da cidade: uma pessoa do MTD trabalhou em fábrica de beneficiamento do arroz, uma da Z3 e duas do Navegantes; no setor conserveiro uma pessoa do MTD, 16 pessoas da Z3 e três pessoas do Navegantes; uma pessoa trabalhou em uma metalúrgica no grupo do Navegantes; um trabalhador de empresa de automação industrial na Z3. É reduzido o número de pessoas dos Coletivos de Trabalho envolvida em uma tradição operária.

Nas olarias, uma pessoa do MTD; com a pesca 23 pessoas da Z3 e uma pessoa do Navegantes; no comércio quatro do MTD, sete pessoas do Navegantes e 10 pessoas da Z3, sendo que nessa última, uma pessoa pode ser no mercado informal, porque escreveu que vendia cigarros (há possibilidade de trabalho como vendedor ambulante).

No setor de serviços, registra-se duas respostas no MTD, cinco pessoas no Navegantes e uma pessoa na Z3, relacionados a empresas de segurança e limpeza.

A construção civil, relacionada a Pelotas pela conservação do patrimônio histórico atualmente, envolvia cinco pessoas da Z3, quatro pessoas do Navegantes.

“Em casa de família”, empregada doméstica, diarista e babá foram quatro pessoas do MTD, 15 pessoas do Navegantes, 23 pessoas na Z3. Como donas de casa, sem trabalhar fora: uma pessoa do MTD, uma do Navegantes, sete pessoas

na Z3. Por essas respostas é possível concluir que as mulheres estão trabalhando fora, constituindo alternativas, pois a maioria teve alguma atividade antes dos Coletivos de Trabalho além que dona de casa com nove ocorrências no total dos três grupos.

Na lógica do trabalho informal, conforme resultados do questionário, nove pessoas que estavam antes dos Coletivos de Trabalho no MTD, 10 no Navegantes¹⁵⁸, 11 na Colônia de Pescadores Z3, declararam “fazer biscates”, vender pães e cucas, trabalhar como revendedor de cosméticos.

Os que tinham relação formal com o trabalho correspondem a: dois funcionários públicos contratados no Navegantes e um na Z3; três pessoas na área da saúde da Z3 e outra pessoa na creche municipal do bairro Fragata; uma pessoa trabalhando em frigorífico na Z3 (sendo que possuíam vários na cidade no início do século); e cinco na lavoura; uma pessoa em uma cooperativa na Z3.

Conforme Loner (2001), Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre correspondiam aos pólos do início da industrialização gaúcha em 1870, que se ligaram diretamente às regiões consumidoras do Brasil, sobretudo na República Velha com o desenvolvimento do sistema de transportes.

Pelotas possui, inicialmente, uma indústria ligada a produtos derivados da pecuária, com pequenos estabelecimentos com grande variedade de produção de bens para o mercado regional. No início do século XX, a conformação dos frigoríficos sucumbe à concorrência estrangeira. A partir da década de 20, com a lavoura mecanizada de arroz irrigado, a criação de ovelhas, há novo incremento na indústria no período pós 1ª Guerra Mundial:

A década de 30 constitui-se num período de crise, especialmente para Pelotas, em que a falência do Banco Pelotense e o fim das charqueadas abriram um período de redefinição e readaptação econômica, baseado na indústria da alimentação, desenvolvimento da agricultura do arroz e conservas (Loner, 2001, p.50).

Ao lado das indústrias havia oficinas de consertos e até a fabricação artesanal, tipografias, relojoeiros, ourives, feitura de calçados.

A despeito das tabelas 2 e 3 presentes no capítulo 2 desta tese, as mulheres recebem salários mais baixos que os dos homens, e estão com percentuais mais

¹⁵⁸ Bairro mais próximo do centro da cidade de Pelotas, seus moradores são favorecidos em ocupações do trabalho informal.

altos de desemprego, em todas as regiões metropolitanas de abrangência da PED. O tempo de procura por atividade laboral com carteira assinada, possui uma certa equivalência entre homens e mulheres, ocorrendo ainda em relação a mulher, mais paciência para conquista da carteira assinada, um maior período de desemprego isso ocorre quando em várias atividades profissionais, a mulher espera mais para retornar ao mercado de trabalho do que o homem. Conforme Galeazzi et al. (2002), isso ainda se deve a processos culturais de discriminação da mulher, aos custos sociais das mulheres – licença-gestante, auxílio creche.

Uma constatação da pesquisa é a de que os integrantes dos Coletivos de Trabalho atribuem à crise estrutural do emprego fator preponderante para sua condição de não-assalariado com carteira assinada. A convivência no grupo com troca de experiências, o conhecimento das trajetórias de trabalho e não-trabalho remunerado comuns, a formação oferecida nos cursos de Qualificação Profissional presentes no Programa dos Coletivos, bem como nas oficinas de constituição do grupo e planejamento das atividades, podem ser também formadores dessa consciência. Nos três grupos essa foi a causa mais citada como responsável pela não-inserção no mercado formal de trabalho, sendo 28 respostas na Z3, 31 respostas no Navegantes e 12 no MTD.

O Navegantes era o único grupo que, durante a pesquisa de campo, não havia recebido nenhum curso de Qualificação Profissional. Talvez esse fato esteja vinculado às sete respostas com um grau de individualização do problema do desemprego – dentro do discurso neoliberal, na teoria rejuvenescida do capital humano, quanto mais investimento pessoal, mais chance de inserção no mercado formal de trabalho. Algumas dessas respostas foram: *“Eu acho que por isso nunca tive a chance de assinar a minha carteira”*, *“Porque tem que ter referência”*. Embora “chance” e “referência” sejam de responsabilidade da sociedade, dos grupos de convívio, há uma predisposição individual implícita.

Contudo, talvez pelo fato de que esse grupo não estava presenciando no seu cotidiano o curso de qualificação profissional, não considerou, como a Z3 com 10 respostas e o MTD com duas, a falta de qualificação profissional como um problema para não conquistar a carteira de trabalho assinada.

A atuação militante do MTD ressignificou o luto da carteira assinada para três de seus integrantes que responderam ao questionário, pois, na pergunta 18 – *Não consegue carteira assinada, na sua opinião, por quê?* Surgiram as respostas: –

Porque não pretendo ter patrão; – Porque quero trabalhar como autônomo; – Porque queremos mudar esta sociedade. Na questão 19 – *Os Coletivos de Trabalho trouxeram algum benefício para o local onde você mora?* – Conforme a resposta de um morador do assentamento rururbano da Sanga: *Estamos fazendo ensaios da nova sociedade.* Poderia arriscar a afirmação que ocorreu um processo de fagocitação¹⁵⁹ entre o luto da carteira assinada, a constatação de não conseguir emprego assalariado, para a luta por outras alternativas, sendo produto dessa fagocitação o não pretender ter patrão, o trabalho autônomo, a mudança da sociedade, ensaios da nova sociedade. Esses integrantes do MTD estão assentados na Sanga Funda, estão inseridos em uma alternativa comunitária de geração de renda.

O acompanhamento dessa experiência, dando prosseguimento a esta pesquisa, pode contribuir para o entendimento dos efeitos dessas novas concepções de relação de trabalho, de projeto de vida individual, almejando, conforme uma das respostas à pergunta 18 do questionário, a resultados coletivos – a mudança da sociedade – e segundo uma outra resposta – sem patrão, uma sociedade sem patrão.

A categoria “**ocupado**”, que Renato assinalou no questionário de levantamento de dados para elaboração do projeto de tese, traduz sua trajetória de trabalho. Trabalhou 15 anos como frentista em posto de gasolina, sua mais longa experiência com carteira assinada. Foi também motorista, lavador de carros, auxiliar de serviços gerais em supermercado.

Renato se adapta mais ao trabalho informal, talvez pelo apoio familiar, pois sua esposa, sogra e mãe “seguram a barra”, como ele falou, em seus períodos de desemprego. Não tem uma profissão definida, considera isso um problema, seu pai era torneiro mecânico, estava sempre fazendo cursos. Trabalhava na metalúrgica Guerreiro e nela se aposentou. Moraram um tempo em Porto Alegre, pois a metalúrgica fechou em Pelotas, ficando a fábrica em Porto Alegre, sendo assim

¹⁵⁹ Para Kusch (1986), o mestiço, é resultado do encontro entre o europeu colonizador e o indígena que estava na América, fagocitose desse encontro. As estruturas culturais vão se desenvolver a partir da colonização européia na América, colaboradoras de um processo de fagocitose, com o novo que se apresenta, nem europeu, nem indígena, mas conseqüência do *ser* europeu e do *estar* indígena

transferidos os funcionários. Com a aposentadoria do pai, a família voltou para Pelotas¹⁶⁰.

Em 1995 esteve um período desempregado, em 1997 também, dia 14 de março de 2000 é a última data de assinatura de sua carteira (o período de levantamento de dados da pesquisa foi o ano de 2002, estava já há 2 anos sem carteira assinada). Colocou na justiça um colega seu, do posto de lavagem, para o qual trabalhou de agosto de 2001 a janeiro de 2002 sem carteira assinada, pois estava com a promessa de assinatura da carteira de trabalho. A demissão de Renato do posto de lavagem ocorreu devido ao fato de o dono precisar ajudar outro amigo.

Foi atrás de contrato emergencial do SINE para a prefeitura, no mês de fevereiro de 2002, “apavorado atrás de emprego”. Mas, os contratos eram para marceneiro e pedreiro. A moça do SINE lhe falou que era complicado colocar a habilitação se ele não sabia fazer, ficava “chato” para eles no SINE que tinham selecionado.

Está com 40 anos. Estava com 16 anos na 6ª série, quando parou de estudar. Estudou até 1980 na escola Polivalente. Em uma das visitas, mencionei o microcrédito do Governo, quem sabe para ele abrir um negócio. Renato falou que é uma burocracia grande para conseguir empréstimo. Tem muita gente com lavagem de carro fria, mas se o governo “pega”, complica. Sua mãe, nessa mesma visita, falou que só “pegam” os “pequenos” quando é frio o negócio. Os “grandes” ninguém pega, perigoso ficar com negócio frio — perde muita coisa.

Antes de estar com a ocupação de motorista, nas entregas de pães,ucas e bolachas de uma empresa de um amigo seu, no final de 2002, com a promessa de lhe assinarem a carteira, vislumbrava a possibilidade de voltar a trabalhar em Porto Alegre, tem muitos parentes que moram lá: Glória, Santana, Lomba do Pinheiro, “... mas tenho que acertar bem com Clara isso primeiro.” Contou que moraram em Porto Alegre quando sua filha mais velha, de 16 anos, era pequena, e sua esposa estava grávida de seu segundo filho. Foram trabalhar na quadra de uma escola de samba em Viamão, que seu tio era responsável, moraram na própria quadra, conforme suas

¹⁶⁰ Sua mãe, em umas das visitas, disse que no período que trabalhou em um hospital em Porto Alegre lhe chamavam de “pelotinhas” de tanto que falava em Pelotas, sempre teve vontade de voltar para a cidade, é muito apegada. Tal afirmação da mãe de Renato demonstra o exposto no capítulo 3 sobre a vinculação das pessoas à cidade, quando puderam escolher onde morar, em função da aposentadoria do marido, escolheram Pelotas.

palavras: “não conseguiram nada lá” e voltaram para Pelotas. Clara comentou que em Pelotas tem conhecidos, e com mais facilidade consegue serviço de manicure/pedicure, em Porto Alegre as dificuldades eram maiores, somando-se a isso a falta de relações interpessoais, de amizade.

Outra possibilidade era trabalhar em um pedágio, no qual já trabalhava um amigo, conforme Renato, o amigo ficou de dar retorno até março de 2002. Pelas visitas realizadas, no pedágio Renato não foi trabalhar.

Jogou futebol um tempo com Éverton Rodrigo no Dunas, jogou no Brasil de Pelotas, mas ninguém lhe assinou a carteira. Éverton, na época em que eram colegas do Integrar Alimentação, pensou na possibilidade de ele trabalhar junto no CDD. Mas o principal critério para integrar o Conselho, abrir lojinhas no Centro Comunitário é morar no Dunas. Tem uma irmã que mora lá, pensou na possibilidade de colocar o endereço dela, mas logo os moradores descobririam e ficaria “chato” para o Éverton, resolveu não aceitar, nem tentar a possibilidade de trabalho no Dunas. Só ia jogar futebol no time deles, brincar um pouco.

Pelas suas inúmeras investidas, de fato está de **luto na luta**, desbravando possibilidades, procurando alternativas. Os amigos compõe uma rede importante para a empregabilidade, para indicação aos postos de trabalho. E Renato estava buscando nos seus amigos oportunidades, tanto que, ao final do levantamento de dados, estava trabalhando de motorista para a entrega de pães,ucas e doces, a partir do negócio de um amigo, com a perspectiva de assinar sua carteira de trabalho. Não optou por colocar o endereço da irmã para uma loja no Dunas para não comprometer Éverton que nesse momento era membro do Conselho Comunitário do Dunas. Preserva os amigos, não os compromete, mas os procura para conseguir emprego, nas suas palavras: - Dar uma força para ele.

Uma resposta à questão 18, do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho do grupo do Navegantes, atribui ao fato de não conseguir carteira assinada: *“Se não tens um conhecido trabalhando numa firma fica mais difícil”*, reforçando o esforço de Renato em ter conhecidos, possuir amigos que possam lhe indicar para um emprego.

Trabalhou mais ou menos de oito a nove meses na transportadora Ouro e Prata. Vinha de 15 em 15 dias. Sua esposa começou a achar *“brabo”* estas idas e vindas dele, pois não via as crianças crescerem, havia uma distância da família. Observei

que Clara tem uma espécie de cuidado com Renato. Talvez logo que casaram ele saísse muito à noite e lhe deixasse sozinha, ele me falou em uma visita:

Agora, além de não ter dinheiro para sair, também não gosto de sair à noite, deixar Clara sozinha, nos finais de semana assisto filme até de madrugada.

Na primeira visita que fiz à sua casa, ela saiu um pouco atrasada para o serviço e aí nos encontramos, coincidência ou não. Outra visita, que fiz em um sábado à tarde, teve um momento em que ele ficou dizendo: - A entrevista é comigo ou contigo - em função das intervenções que ela fazia.

Alguns sindicalistas da Alimentação, amigos de Renato, afirmaram que ele, desde menino, não é de compromissos, não assume empregos com carga horária excessiva, local fechado. Teve empregos bons em transportadora (acredito que corresponda ao emprego na Ouro e Prata que ele teve) e não aproveitou. A proximidade de Renato, para Clara, que se esforça tanto em seu emprego de serviços gerais na creche municipal (agora nessa administração escola de Educação Infantil), mais a ocupação de manicure e pedicure nos finais de semana, foi mais importante que o emprego na transportadora, pelo fato de se verem só quinzenalmente.

Éverton Rodrigo trabalhou primeiro em obras de servente de pedreiro, depois em uma Madeireira e depois na safra de lã em uma "Laneira". Ele começou a trabalhar cedo, não quis estudar. Sua mãe trabalhava na limpeza de ruas, teve muitos outros trabalhos para sustentar os filhos em função da morte do marido. Éverton afirmava que, se tivesse a "cabeça que tem hoje, teria estudado" ao mesmo tempo em que em vários momentos falou que a mãe precisava do seu trabalho para sustentar a família. A mãe não quis que ele parasse de estudar, mas a entrada no mercado de trabalho foi importante para a família.

Ficou 14 anos no supermercado de Frutas Cachoeirense, o dono morreu, e os herdeiros não quiseram mais o negócio. Éverton, na época, estava administrando o supermercado de frutas. Ele e mais 11 funcionários foram demitidos.

Trabalhou oito anos no SANEP, matando mosquito (atividade atual do esposo da Ana Amélia), depois abrindo esgoto e, por fim, no caminhão de lixo.

Enquanto conversávamos chegou sua esposa, os dois trocaram um beijo, e ele lhe perguntou: — Trabalhava feliz no caminhão do lixo, não é? — e Clarice confirmou: — Feliz trabalhando.

Éverton se deu conta que sem estudo não conseguia trabalho, insistiu por uma vaga no curso com o coordenador do Integrar Alimentação e conseguiu. Nos Coletivos de Trabalho, 14 pessoas na Z3 atribuem, como Éverton, à baixa escolaridade a falta de trabalho de carteira assinada, relacionando o Ensino Médio como necessidade. No Navegantes 9 pessoas relacionam o Ensino Médio, a conclusão do Ensino Fundamental e a alfabetização em suas respostas. Da alfabetização à conclusão do Ensino Médio é problema conseguir emprego no Navegantes. No MTD quatro pessoas apontaram a baixa escolaridade para a questão 18, já mencionada, do questionário aplicado nos Coletivos, avançando nas limitações em uma das respostas: “*Não tenho faculdade*”.

Trabalhou um tempo na COOPERDUNAS (Cooperativa do Bairro Dunas), fazendo vaso sanitário ali mesmo no bairro, não quis mais, pois uns trabalhavam, outros não, “aquilo não era trabalho”. Falei sobre a COOPERDUNAS com um dos assessores do CDD, professor da UCPel, ele falou que de fato na época em que Éverton trabalhava lá - não era trabalho, pois não conseguiam vender o vaso, tanquinho e a pia, estavam com muitos problemas de comercialização e que as pessoas que trabalhavam na COOPERDUNAS não conseguiam receber. Falou ainda que ministraram vários cursos de capacitação no Dunas. A experiência lá é antiga. Havia muito desvio de recursos anteriormente (fato também mencionado por Éverton: “alguns recebiam e não trabalhavam”), problemas com a diretoria do CDD. No atual momento há um investimento da prefeitura, do governo do Estado, com recursos de fora.

Éverton contou que vai fazer o concurso da SUSEPE para trabalhar com “menores”. Ele precisa estar informado sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e estava, durante o período das visitas, estudando o Estatuto. Pretende ser candidato no concurso do Estado, porque daí tem estabilidade. Deseja terminar o Ensino Médio no ano que vem e tentar um curso na escola técnica, pois aí:

Sou um técnico, tenho profissão, quem sabe mecânica, elétrica, já estou fazendo 36 anos, sou velho para o mercado de trabalho.

Para o atual contexto, Éverton já tem mesmo muita idade, o interessante é que, mesmo estando empregado na Josapar, está concluindo o Ensino Médio, quer fazer curso técnico no CEFET de Pelotas, se inscreveu para o concurso da

SUSEPE. Está de **luto** pela situação atual, em função da diminuição nas vagas do mercado de trabalho, como bem fala:

Nunca havia ficado desempregado antes, trabalhava até no caminhão do lixo, e de repente nem isso eu estava conseguindo.

Sua **lição de vida** principal foi não considerar sua formação como satisfatória, foi buscar mais. Ele está consciente da vulnerabilidade de sua condição de empregado, quer ser técnico para garantir mais seu acesso ao mercado de trabalho.

Renato, por sua vez, já estava bem mais tranquilo quando da última visita realizada em novembro de 2002. Acomodado com seu trabalho de motorista, está **ocupado**, sem carteira assinada, diante da promessa do amigo de assiná-la. Diferente da angústia e mobilização de Éverton, que, mesmo já tendo sua carteira assinada, **luta** por mecanismos que ampliem seu atual envolvimento com o trabalho:

Desde que eu terminei o 1º Grau, me dei conta que precisava fazer o 2º Grau, continuar estudando.

Na trajetória de trabalho de Éverton, embora a história não se refaça, é possível perceber a ausência de uma política pública em relação ao CDD, realidade hoje transformada, que poderia ter lhe dado credibilidade para uma iniciativa de trabalho de caráter associativo. Quando lhe perguntava por que não participava mais do CDD a resposta era:

Não tenho mais tempo, saio da fábrica para a escola, meu 2º grau à noite, nos finais de semana quero descansar.

Ao mesmo tempo em que ele revelava uma nostalgia nas memórias:

Eram muito boas as galinhadas que a gente fazia depois das reuniões no CDD, cada um dava um real e aí saía. Fiz muitas viagens também, fui em reuniões em São Paulo, em Porto Alegre pelo CDD.

Do espaço de sociabilidade, de aprendizagem, de participação, “de abertura dos horizontes” do Centro Comunitário, Éverton tem saudades. Porém, evita as experiências de trabalho, prefere a ordem, a organização do assalariamento, porque

experimentou o associativismo sem o apoio de uma política pública, como estava ocorrendo durante o levantamento de dados da pesquisa. Éverton experimentou a falta¹⁶¹ de fiscalização, a desorganização com aval, na época, da administração municipal, que já possuía o convênio do PRORENDA Urbano com a Metroplan e a GTZ, mas viabilizava o convênio mantendo relações clientelistas e corporativas, antagônicas ao associativismo.

Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que permite se auto-explorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção (Singer, 2000, p.17).

No entanto, se a cooperativa, a associação, explora o trabalho como estava ocorrendo no CDD em relação ao empreendimento dos acessórios de banheiro, isso não é trabalho. Não se recebe nenhuma remuneração em troca, nem justa nem injusta, nem com mais-valia, nem sem mais-valia. Aí o melhor é a fábrica mesmo, com toda exploração. Pelo menos a exploração não é com os “iguais”, os moradores, vizinhos da vila, é com um capitalista desconhecido.

Para as mulheres a trajetória de trabalho tem a marca das rupturas, da falta de continuidade, da predisposição à informalidade. Conforme dados da PED, no período de 1993 a 2002, na região metropolitana de Porto Alegre, os setores que mais absorveram a mão-de-obra feminina foram o do trabalho autônomo e o doméstico¹⁶², relacionados à precarização das relações de emprego.

O artigo de Kon (2002) analisa o engajamento feminino por conta própria no Brasil, sendo que o trabalho autônomo varia de funções de manicure/pedicure de menor remuneração e exigência de escolaridade; técnicos em instalação hidráulica/eletrônica com Ensino Médio/cursos técnicos, até médicos, dentistas, advogados com nível superior. A vinculação da mulher ao trabalho autônomo favorece seu engajamento nas atividades domésticas (cuidar dos filhos, da limpeza da casa).

¹⁶¹ O relatório de estágio ocorrido no CDD, em auditoria contábil, relata tais problemas: BEIERSDORFF, Marciana Maria. **Auditoria Contábil no Prorenda**. Relatório de Estágio Supervisionado, curso de Ciências Contábeis: Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.

¹⁶² In Galeazzi et al (2002).

Bianca, dos Coletivos de Trabalho do Balneários dos Prazeres, integrante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, contou que até algum tempo atrás tinha faxinas para fazer, agora não mais, foram canceladas suas faxinas, as pessoas não tem dinheiro para pagar. Seu filho mais velho já concluiu o Ensino Médio e não consegue passar no exame da escola técnica. Ele conserta eletrodomésticos, tem um amigo eletrotécnico que traz aparelhos para ele consertar, os quais ele mesmo, formado em Eletrotécnica, não consegue. Ofereceram para ele um emprego para receber R\$ 300,00, por não ter curso técnico. O mesmo convite foi feito para seu colega receber cerca de mil reais, mas este não quis para não ter que deixar a família.

Sua filha está agora cursando o Ensino Médio, mas seu filho formado não consegue nada. No Balneário dos Prazeres é bom de morar, mas é distante para trabalhar. Muitas vezes a empresa não quer trabalhador dali porque é longe. Antes morava no bairro Fragata, o qual era melhor para serviço, mas a casa não era sua. Ali é bem mais barato de morar, a única parte não regularizada é aquela que Elisângela, a líder do grupo, mora.

Ter trabalho e não receber salário é uma situação difícil, como o seu marido que cuida de um ginásio que tem quadras de futebol de salão. Faz um mês que não recebe, não tem dinheiro. Quando acontecem os jogos ele recebe. Fecharam uma vez, reabriram de novo, chamaram seu marido para trabalhar de novo. É certo o serviço, mas não recebe. Nessa família o chefe da família está afetado com a precarização do trabalho, não recebendo quando a quadra não é utilizada, não tendo garantia de seus recebimentos, e os demais papéis na família¹⁶³ estão afetados pelo desemprego: do cônjuge aos filhos.

A cunhada de Elisângela também dos Coletivos de Trabalho do Balneário dos Prazeres, integrante do MTD, contou que ela e seu marido moravam no bairro Partenon, até o ano passado, em Porto Alegre, ela ganhava R\$ 40,00 por cada faxina, fazia 4 faxinas por semana, se viravam os dois, Porto Alegre tem possibilidades de trabalho para diarista, o que não está encontrando em Pelotas.

¹⁶³ A PED informa o emprego e o desemprego nos diferentes papéis familiares: chefe da família (homem ou mulher), cônjuge (referência feminina) e filhos.

Vieram para Pelotas em função dos problemas de saúde da sua sogra¹⁶⁴. Agora ela está recuperada. Seu marido começou a trabalhar no CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional), mas saiu de lá, está sempre renovando seu cadastro no SINE. Estão com uma pequena casa ali no Balneário, mas se tiverem trabalho dão um jeito de arranjar um lugar para morar¹⁶⁵ em Porto Alegre.

A oportunidade de trabalho e de ganho determina a moradia. Renato voltou com a família para Pelotas porque em Porto Alegre - não conseguiu nada - como a família da esposa está em Pelotas, sua rede de solidariedade presente em Pelotas colaborou com sua opção de retorno.

A cidade referência para os pelotenses envolvidos na pesquisa, ou para pessoas que vêm morar em Pelotas é Porto Alegre. Não encontrei referência a outra cidade, embora outras regiões do Estado, também imersas na crise, ofereçam alternativas de emprego formal. Conforme o artigo de Sternberg (2002) sobre o mercado formal de trabalho no RS nas diferentes regiões na década de 90, as regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul apresentam taxas melhores de variação positiva do emprego formal. Talvez Pelotas, por sua opulência evidenciada no capítulo anterior, só é substituída pela capital do Estado no entendimento dos envolvidos da pesquisa para possíveis oportunidades de sobrevivência. Ou a capital do Estado ou Pelotas, ou Pelotas ou a capital do Estado...

De alguma forma o desempregado procura ganhar a vida honestamente, seja como profissional liberal, ambulante, perueiro, “flanelinha” etc. A falta de empregos exige reinvenção de formas de trabalho e isto leva a acirradas disputas no (e pelo) espaço público. A morte de um perueiro durante um conflito com a polícia militar, no dia 28 de janeiro de 2000, em Guarulhos, Grande São Paulo, aponta o trágico limite a que pode chegar essa “guerrilha urbana” pela sobrevivência. (Folha de S.Paulo, 29/1/2000)(Souza, 2000, p.246).

¹⁶⁴A mãe de Elisângela, que foi criada por uma família de brancos, tem uma “mania” bem interessante: aceitar tudo o que lhe dão. Por conta dessa “mania”, conforme sua filha, ela entulha a casa, mas também sempre tem um roupeiro sobrando, fruto de doação, como o que deu para o filho e a cunhada colocar em sua casa quando mudaram de Porto Alegre e conseguiram uma casa ali mesmo no Balneário dos Prazeres. O ato de “juntar coisas” da mãe de Elisângela é solidário, pensa em dar para alguém que precise, e isso vai ocorrendo. Para Elisângela, o problema é o “entulho” de coisas que vão ficando pela casa.

¹⁶⁵ Chaves (2000) relata a formação de cooperativas de habitação no Rio Grande do Sul, como empreendimento solidário.

Para a cunhada de Elisângela, ao contrário, a permanência em Pelotas interdita trabalho. A casa não faz diferença quando perdeu as faxinas que lhe rendiam ganhos.

Para as políticas públicas de habitação é importante observar as oportunidades de trabalho e de renda para as pessoas das classes populares que vão morar no local e o acesso ao transporte público para o deslocamento. Os locais muito retirados, de difícil acesso, tendem a mobilidade constante nas moradias e aí a desagregação do núcleo habitacional, o favorecimento da delinquência, a dificuldade de organização dos moradores. Ocorre a favelização do núcleo habitacional pela não-observação do acesso ao trabalho de seus moradores pelas políticas públicas. Pelos resultados da pesquisa **trabalhar** determina o **morar** das pessoas nos meios urbanos.

É importante lembrar a situação de uma outra integrante dos Coletivos de Trabalho do Balneário dos Prazeres, que morava na área ocupada no Balneário, sendo a ocupação uma atividade agregadora para a formação do núcleo do MTD, vizinha da Virgínia na ocupação. Sua idade é de mais ou menos 30 anos, me contou que sua casa prendeu fogo, estava ainda sem telhas, seu filho de sete anos estava dentro da casa quando ocorreu um problema na chaminé do fogão a lenha, ainda bem que o menino se salvou, ele tinha pesadelos com incêndio. Chovia muito para dentro. Seu marido é muito mais velho que ela, trabalhava de vez em quando como mecânico de automóvel, o que não é suficiente para a sobrevivência deles. Ela participava no Coletivo de Trabalho somente. Recebia uma ajuda de um grupo religioso só de mulheres que ela fazia parte. Trabalhava antes como diarista, mas era muito explorada, limpava casas muito lindas no Laranjal (um bairro com, na sua maioria, residências de veraneio, nas margens da Laguna dos Patos, bem próximo ao Balneário dos Prazeres). Desistiu de trabalhar quando uma senhora mais velha não lhe pagou nada por dois dias de faxina. A mulher inventou que ela tinha roubado um dinheiro de dentro da casa. Acha que a mulher inventou isso para não lhe pagar nada e para ela ficar com medo e não cobrar. Nem ofereceu comida, o que ela teria aceitado. Outra mulher pagou apenas R\$ 10,00 por uma limpeza em que ela teve que escovar as bordas da piscina que eram de azulejo.

Nessa exploração do serviço doméstico por famílias do Laranjal, é possível considerar que há uma certa herança da subordinação dos “filhos de criação”¹⁶⁶ (Vecchia, 1997) após a abolição da escravatura e do longo período escravocrata vivenciado em Pelotas. A obra de Vecchia revela a vida dura de crianças e adolescentes, negros e descendentes, que trabalhavam por comida e teto, comendo muito mal e dormindo nos piores cômodos das casas de seus “pais”, prática comum das cidades da metade sul do Estado, em especial Pelotas.

Na região metropolitana de Porto Alegre, seria admissível contratar uma pessoa para limpeza de uma casa com piscina, em que a área da piscina estaria incluída na faxina, sob o pagamento de R\$ 10,00?

Ana Amélia estava com 47 anos, egressa do Integrar Alimentação como Éverton e Renato, começou a trabalhar com 19 anos. Se não tivesse interrompido seu tempo de trabalho com as demissões, já estaria, segundo ela, quase se aposentando. Trabalhou aos 19 anos com vendas do Caldo Knor. Ficou um ano e meio indo de casa em casa em Porto Alegre. Uma kombi levava. Iam nas casas, vendiam Maizena, recebiam prêmios pelas vendas, várias vezes foi a melhor vendedora, davam brindes para as pessoas, sempre que podia dava um jeito de dar um brinde para a pessoa. Sempre ganhava prêmios das vendas, segundo ela, pois é comunicativa. Tinha a carteira assinada, mas foi se informar faz pouco tempo e tinha uma quantia insignificante de recolhimento do PIS/PASEP. Informaram-lhe que é um recolhimento de “fundo de casco”, não entendeu (nem eu). A empresa que vendia a maizena, representante da Knor faliu, não receberam os últimos pagamentos. Ela morava com os pais em Porto Alegre, nessa época. Ana Amélia, inaugura sua vida de trabalho como revendedora de produtos de “porta em porta”. Mesmo tendo carteira assinada, corresponde a uma ocupação recorrente à

¹⁶⁶ A tese de doutorado de Agostinho Maria Dalla Vecchia sobre os filhos de criação de cidades da metade sul do Estado relata o processo de adoção de crianças negras, a partir dos cinco anos, após a abolição da escravatura. Elas eram dadas pelos seus pais, ex-escravos, para a adoção em famílias de pais fazendeiros, famílias aristocráticas. Na verdade, tal iniciativa era uma continuidade da escravidão, com a utilização de “mucamas”, escravos domésticos. A perversidade da relação era o julgar-se filho, mas não ter os mesmos direitos dos filhos brancos e mais deveres do que estes. O autor denomina esse estado como semi-servidão. O abandono à família pelos filhos de criação ocorreu, mas um número significativo se considerava “na obrigação” de realizar os serviços, sem nenhum ganho, a referência de família da infância era aquela. Através da história oral, o autor recupera testemunhos de, semi-servos, no momento da pesquisa com idade bastante avançada, idosos, alguns acionavam os “pais” na justiça e conseguiram indenização pelos serviços prestados, garantiram uma certa “estabilidade” para sua velhice, outros permaneceram na situação de miséria, sem comprometer os “pais”.

economia informal: procurar o cliente na sua casa, estabelecer uma relação íntima com ele...

Ana Amélia trabalhou depois no Hospital São Pedro, em Porto Alegre, durante 3 anos, como auxiliar de serviço médico, com mulheres.

A família de sua mãe, que ainda é viva com 70 anos, foi toda de ferroviários. Nas visitas em sua casa, quando ela estava¹⁶⁷, reportava-se a essas memórias, saudando as condições de trabalho dos pais, quando seu pai e a sua mãe, avós da Ana Amélia, eram ferroviários.

Ana trabalhou em uma creche também em Porto Alegre na Avenida Independência, depois na loja Marisa como vendedora.

Seu pai morreu com 53 anos, já faz 20 anos. Era estivador em Porto Alegre no porto. Sempre bebeu depois do trabalho suas cachaças, mas, segundo Ana Amélia, não “incomodava”, dormia. Eis que quis se internar para parar de beber porque estava sentindo umas dores na barriga, não comia mais, e aí estava com cirrose – morreu. Segundo Ana, seu pai era muito trabalhador, fizesse sol ou chuva, ele ia trabalhar. Trabalhava na escala dos outros, não reclamava do serviço pesado, era um homem magro, franzino.

Depois Ana trabalhou no Hospital Beneficência Portuguesa em Pelotas, um ano como doméstica sem carteira assinada; um ano nas lojas Pompéia; um ano na rádio Alegria com serviços burocráticos, fazendo também serviços de banco, na limpeza, preparando e servindo café. A experiência na rádio foi a última de carteira assinada em 1993.

Estava, no momento da pesquisa, completando nove anos que Ana Amélia estava sem a carteira assinada. Tal fato demonstra que é fundamental a implementação de políticas públicas de geração de emprego para as mulheres com mais de 40 anos, incentivos a exemplo do programa 1º emprego para os jovens. Tal proposição¹⁶⁸ foi aprovada na Pré-Conferência Estadual Trabalho e Mulher, realizada em Passo Fundo no dia 10 de novembro de 2001.

¹⁶⁷Durante a pesquisa de campo, a mãe de Ana Amélia, uma senhora negra muito bonita, mudou-se da casa que morava sozinha no Getúlio Vargas/Pelotas, próximo da casa de Ana Amélia para morar com a filha de criação em Porto Alegre, pois aí tinha mais opções de bailes da 3ª idade, mais divertimento.

¹⁶⁸“Diretriz de número 12. Planejar, a exemplo do primeiro emprego, um programa de integração profissional para mulheres de baixa escolaridade, chefes de família, com idade acima de 40 anos”. Página 3 do documento: *I Conferência Estadual do Trabalho – Construindo o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda*, ocorrida na sede da Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS), na cidade de Porto Alegre em 1º dezembro de 2001.

Para Ana, depois de tanto tempo sem carteira assinada, só o mercado informal de trabalho, estava vendendo sacolés em casa. Vendeu doces uma época, logo que fez o curso de confeitoiro promovido pelo SENAC, com recursos do Qualificar, mas faltou dinheiro para repor os ingredientes, só ficou com os sacolés.

Estava vendendo produtos por meio de revistas. Busca o pedido realizado pelas pessoas do bairro mesmo, nas revendas localizadas no centro da cidade.

Os empreendimentos informais se caracterizam por apresentarem organização da produção com pouco capital, com uso de técnicas pouco complexas e intensivas de trabalho, e com pequeno número de trabalhadores, fossem remunerados e/ou membros da família (Cacciamali, 1983, p.8, apud Souza, 2000, p.251).

Trabalhou na campanha de um vereador que tentou o cargo de deputado estadual durante o ano de 2002. Ele não se elegeu, mas lhe pagou o que haviam combinado para distribuir panfletos, fazer fiscalização no dia da eleição. Sua filha, que trabalhou na campanha para presidente em 1998, não recebeu conforme o combinado com os cabos eleitorais.

Ana estava cuidando de uma senhora doente ao final do levantamento de dados da pesquisa, sem carteira assinada. Não teve nenhuma experiência em indústria, só no setor de comércio e serviços, Renato da mesma forma.

As redes de solidariedade formadas por suas famílias¹⁶⁹, de certa forma, substituem o papel do Estado em seus momentos de desemprego. O irmão de Ana, que mora em Alvorada, “em terreno comprado, legalizado”, lhe ajuda com valores em dinheiro, ranchos. Em junho de 2002, quando seu filho foi aprovado para cursar Edificações no CEFET de Pelotas, o irmão garantiu que ajudaria a família, o rapaz precisava iniciar o curso em agosto, mesmo estando o padrasto desempregado.

Para Renato, a mãe, a sogra e a esposa provêm a família em seus momentos de desemprego. Éverton, quando ocorreu uma tentativa de arrombamento em sua casa, contou com a mãe e a sogra (que recebem dos Coletivos de Trabalho) para providenciar a compra das grades para as janelas da

¹⁶⁹ A solidariedade com a família ocorre de várias formas, até porque Ana Amélia, ao final do levantamento de dados da pesquisa, estava cuidando de uma sobrinha, filha de uma irmã de Neri, uma menina com 12 anos, que freqüentava a mesma escola de seus filhos. Nas suas palavras: “Peguei a menina para cuidar, ela está morando comigo, porque minha cunhada está com um companheiro que tenho medo que judie dela, não é um relacionamento legal”. Mesmo com a instabilidade dos contratos emergenciais do marido, é possível “pegar para cuidar” uma sobrinha, que corre riscos, na sua opinião, com o relacionamento que a mãe está levando. Novamente a ética do cuidado, cuidar do ser humano, deixá-lo bem é prioridade.

casa. Na ausência de proventos pelo trabalho, ausência de uma estrutura de Estado que dê conta das demandas, fica evidente o apoio, as redes de solidariedade das famílias.

Mariana, com 54 anos, também egressa do Integrar Alimentação, da turma posterior a de Éverton, Ana Amélia e Renato, ao invés de trabalho assalariado, continuava na sua **luta** é para manter a sua “*casa da estância*” em função da ocupação do que eram suas terras no bairro Bom Jesus, separado do Dunas por um arroio. Seu **luto** é da condição anterior da família: dona de terras, com criação de gado. Sua filha Mara, de 32 anos, mora no Dunas, na rua que dá acesso ao arroio, bem próximo da sua “estância”, em um local muito insalubre com esgoto a céu aberto que passa por dois lados do terreno, já que mora na esquina. Estudaram juntas no Integrar, se formaram juntas: mãe e filha. Mara tem dois filhos: uma menina, com uns sete anos, e o menino, com cinco anos. Os dois vão à escola. Seu marido é pescador. Pesca no canal de São Gonçalo, mas não tem barco registrado. Mara falou que é muito caro para regularizar¹⁷⁰, não podendo sem a regularização receber o seguro- desemprego concedido pelo governo, através das agências do SINE, durante a entressafra do peixe.

Nossos encontros ocorreram durante uma aula do Integrar no Sindicato da Alimentação em dezembro de 2001, durante a cerimônia de formatura do Integrar em março de 2002 e em uma visita à casa de Mara, quando Mariana estava junto. Entramos um pouco na cozinha, pois seu marido estava dormindo. Pescara durante a noite. Percebi que a casa de madeira tem dois cômodos: quarto e sala. As crianças devem dormir junto do casal. Há também na casa e um banheiro na rua e o tanque de roupa na rua. Nesse dia, Mara lavava muitas roupas, era uma manhã de sol. Depois desse encontro, outras informações que recebi das duas foram por intermédio dos sindicalistas do Sindicato da Alimentação, pois outra filha de Mariana estava freqüentando a nova turma do Integrar, e eles conhecem a família, pois as duas estudaram na mesma turma durante o ano de 2001.

Conheci Neusa no Pré-Congresso da cidade no dia 3 de julho de 2002, Membro dos Coletivos de Trabalho, foi a relatora de seu grupo de trabalho, tinha clara a necessidade de uma relação integradora dos distritos, a exemplo da Colônia

¹⁷⁰ No SINE o coordenador adjunto me contou que havia possibilidade de regularização do barco sem custo para o pescador, a prefeitura estava providenciando, mas não encontrei mais Mariana para dar-

Z3, que é onde morava, com as demais áreas da cidade. Foi a partir deste contato, que pude perceber a necessidade de envolver os Coletivos de Trabalho em minha pesquisa. Neusa, já foi me falando que era evangélica da Assembléia de Deus. No seu grupo dos Coletivos de Trabalho haviam evangélicos da Igreja Quadrangular, e de outros grupos da Z3, muitos outros grupos de evangélicos.

As madeiras de sua casa foram doadas por um vizinho que desmontou seu galpão. Uma vizinha começou a reclamar do barulho dela trabalhando com as madeiras, e ela ameaçou denunciar a vizinha, já que tem formação em fiscalização ambiental, exercia esta função quando morava na cidade de Bombas em Santa Catarina. Sua vizinha cortou árvores nativas sem autorização. Rapidamente, segundo Neusa, depois da ameaça, a vizinha parou de lhe importunar.

A atitude de ameaça em relação à vizinha revela a esperteza¹⁷¹, o confronto indireto, mesmo para quem é evangélica, para proteger seus interesses, poder continuar construindo sua casa.

O banheiro estava sendo construído por um amigo evangélico que também está desempregado, sem lhe cobrar nada. Conseguiu o vaso sanitário, a fossa e a pia a partir do programa família cidadã. Contou-me que alguns do programa que conseguiram e não precisavam, ficaram vendendo, por um preço em conta, para o pessoal do bairro. Enquanto ela não tinha banheiro a vizinha do lado (outra, não a que havia reclamado com o barulho) lhe emprestava o seu. Durante as visitas que fiz a sua casa – uma peça de quarto e cozinha separada por um guarda-roupa –, elas saíam, eventualmente, para o banheiro da vizinha.

Neusa é pastora da Assembléia de Deus, tem domínio do espanhol, pois trabalhou em projetos da Igreja na Argentina. Quando vai para outras cidades recebe de outros pastores pelos cultos que ministra. De certa forma, o exercício de pastora, a religião se coloca também como um meio de trabalho para subsistência.

Camila, egressa do FORMASUS, tem a casa separada da casa de sua mãe no bairro Navegantes, são vizinhas. Pelo que entendi sua casa é muito pequena, e sua mãe vai criando suas três filhas do primeiro casamento: a mais velha com 10 anos, a do meio com cinco anos e a pequena com quatro anos. O ex-marido tem paradeiro desconhecido, não paga a pensão das meninas. Seu namorado atual é peão de uma

lhe a notícia, ela e sua mãe também não compareciam às atividades do Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Dunas (CDD).

¹⁷¹ In Balandier (1997b).

estância em Capão do Leão, vem para sua casa nos finais de semana, quando haviam atividades do FORMASUS ele participava.

Trabalhou na Vega – fábrica de doces – em uma atividade temporária durante a safra, depois em um posto de saúde que era para ser cooperativado, mas exploravam seu trabalho. Não tinha a ver com a relação de cooperativa, só lhe exploravam.

Camila, assim como Ana Amélia, fez o concurso para agente de saúde do município, cuja inscrição era por rua, pela localidade que morava, reprovou. Esse concurso, segundo depoimento das duas, foi confuso. Não valorizaram quem havia feito o curso do FORMASUS. O certificado¹⁷², mesmo sendo para agente de saúde, não somava pontos no concurso, a exigência era possuir o Ensino Fundamental completo.

Camila estava **de luto na luta**, pois, mesmo sem carteira assinada, que informou naquele momento não ter, estava procurando alternativas de trabalho para recuperar sua carteira assinada. Fez também o concurso da MAPEL para serviços gerais. Nesse ela foi aprovada, estava esperando ser chamada. Assistiu a aula do dia 11 de dezembro de 2001 no Colégio Municipal Pelotense, mesmo depois de formada no curso, e passou a madrugada de vigília com seus colegas de terça para quarta-feira, no acampamento em frente à sede do SINE. Estava com muitas olheiras, olhos vermelhos no outro dia. O acampamento objetivava sensibilizar o pessoal do SINE, da Comissão Municipal de Emprego e Renda para a importância do curso. Em função do corte dos recursos do FAT, havia o risco de o curso não ocorrer em 2002.

Na semana do Natal de 2001, Camila foi chamada no seu concurso do MAPEL. Comentou que foi seu presente de Natal. Logo foi nomeada para o lar de passagem para mulheres vítimas de violência. Esse lar afasta a mulher de seu agressor (na maioria das vezes, marido, namorado). A psicóloga¹⁷³ coordenadora do

¹⁷² No documento de Santo André “A Qualificação Profissional como Política Pública – Sugestões para o Novo Governo”, aprovado em 5 e 6 de dezembro de 2002, consta em respeito da validação dos cursos de qualificação profissional: “Recomendação de número 10:

[. . .] é fundamental que os cursos de qualificação e (re)qualificação profissional obtenham aprovação legal por meio do fornecimento de créditos e certificados escolares (sistema de certificação) reconhecidos pelo MEC e MTE e, dessa forma, sejam vinculados aos processos regulares de ensino, bem como sejam reconhecidos e considerados pelas empresas em negociações, convenções e contratos coletivos.” (p.20). Poderíamos acrescentar reconhecimento em concursos públicos afins.

¹⁷³ Conheci essa psicóloga em entrevista que realizei na Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social, solicitando um apoio para dependentes de álcool, integrantes do MTD,

lar me falou que Camila era muito dedicada, possuía excelentes intervenções no trabalho. Camila me falou que estava aprendendo muito no lar de passagem.

A postura de Camila em considerar o emprego como um espaço de aprendizagem, talvez tenha sido forjada no FORMASUS, experiência de Educação Profissional, que segundo seu depoimento:

Demonstrou que elas possuem direitos, que a sociedade pode funcionar diferente, descobri a função social do agente de saúde que ela não observava no trabalho dos agentes de Pelotas.

Na pesquisa no supletivo da fábrica (Santos, 1998), concluí que a máquina de lavar roupas se tornou um incremento importante no julgamento dos alunos e das alunas da fábrica no momento em que as mulheres começaram a estudar, para facilitar o desempenho nas tarefas domésticas e aí racionalizar o tempo. Em Pelotas é possível perceber que, em duas casas onde havia máquina de lavar roupas, as mulheres trabalhavam fora e, em alguns momentos, garantiam a subsistência em função do desemprego do marido. Na casa de Ana Amélia, ela estudava no Integrar Alimentação, já trabalhou fora e, está sempre trabalhando com venda através de catálogos, sacolé, vendia doces e salgados para fora. Está sempre inventando algo para ajudar no orçamento, realidade que será analisada na próxima seção onde constam as trajetórias em relação ao trabalho dos sujeitos da pesquisa. E havia máquina também na casa de Éverton Rodrigo que sua esposa era empregada doméstica com carteira assinada. Na casa de Renato, também egresso do Integrar Alimentação, sendo que sua esposa trabalha fora, não encontrei máquina de lavar roupas, nem nas outras casas as quais visitei.

A conquista da moradia própria, mesmo sendo em locais sem saneamento básico, a presença da máquina de lavar roupas como tecnologia importante para facilitação do serviço doméstico; o telefone como meio importante de comunicação, e aí a luta para prover essas conquistas, em uma situação de desemprego, a estratégia de utilizar a luz da rua, realizar o mínimo de ligações para racionalizar o custo, ter o celular sem cartão até o limite possível do mês para não perder o serviço, são conquistas que exigem a criação de estratégias de consumo e uso para

assentados na Sanga Funda. Em uma visita ao assentamento, um de seus líderes me relatou o problema e pediu ajuda, procurei uma das assistentes sociais do SINE que considerou melhor o serviço de Psicologia da Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social.

garantia dessas conquistas, assegurando a dignidade, condições mínimas de existência, um certo conforto.

A decadência de Pelotas e a crise no emprego são perceptíveis na trajetória de trabalho dos envolvidos na pesquisa, pois a mobilidade ascendente formulada por Castel (1997) não incorre na realidade dos indivíduos. Ao contrário, as pessoas estão em processo crescente de perdas do pouco que possuíam. A experiência na indústria, a conformação de uma identidade operária é ausente, o que pode facilitar o empreendimento de outras experiências de trabalho.

A determinação da situação de trabalho conforme suas experiências, seus desejos; a conformação de rede de colaboração e solidariedade da família para a subsistência do familiar desempregado, são estratégias concretas de **luta**, diante do **luto** do desemprego.

4.4 Relações de gênero e desemprego

Toda vez que é para receber os R\$ 300,00 do contrato emergencial, o Neri fica com dor de barriga, não fica bem, aí tem que ser eu para buscar, coisa mais engraçada. Já passo no supermercado e pego as ofertas, dessa vez tinha café barato. Tem que garantir a comida, sempre (Depoimento de Ana Amélia, visita a sua casa em 28 de maio de 2002).



O esposo de Ana estava trabalhando com contrato emergencial. Em 28 de maio de 2002, foi cancelado seu contrato emergencial junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Começou com um novo contrato emergencial em setembro de 2002, havia a perspectiva de realização de concurso municipal para efetivação das pessoas

atribuídas da tarefa de “matar mosquitos”, realizar limpeza de valos, esgotos. O marido de Ana Amélia provê (com o pouco que recebe, dando “*dor de barriga no dia do pagamento*”) o orçamento da família, mais a colaboração do filho de 21 anos, do primeiro casamento de Ana, que trabalha na construção civil e cursa a Escola Técnica, mas, pelo que pude observar nas visitas, o casal preserva o salário do rapaz para ele usar com suas próprias despesas com a escola, com roupas, pois várias vezes Ana mencionou, com tom de orgulho, que seu filho se veste bem quando sai com os amigos, com a namorada, e trabalhando ele na construção civil também seus proventos não são altos.

As esposas de Renato e Éverton, nos períodos de desemprego dos maridos, foram as responsáveis pelo orçamento da casa: a primeira trabalhando em serviços gerais em uma escola infantil municipal, e a segunda de empregada doméstica. Há cumplicidade, parceria nessas três famílias, principalmente porque, enquanto os dois cursavam o Integrar Alimentação, que ocorria durante o dia, as duas esposas trabalhavam. Ana Amélia cursava o Integrar, enquanto Neri trabalhava com contrato emergencial.

Pelos depoimentos, para os homens, a situação de desemprego causa mal-estar, constrangimento. Ana referia-se a “*ocupar a cabeça e tirar uns trocos*” com seus catálogos, mas na visita que realizei a Renato, quando este estava sem nenhuma ocupação, sua expressão era de desalento, olhar vazio, mexia muito nas mãos enquanto conversava comigo.

Éverton, contou que queria desistir do curso se conseguisse um emprego, falava da dificuldade de depender do salário de empregada doméstica da esposa. Na sociedade patriarcal que vivemos, é complicado para a condição masculina, para o homem “*ficar em casa*” enquanto sua esposa trabalha fora, provê as despesas sem colaboração financeira masculina. Como bem coloca Rago sobre essa realidade: “Se o modelo de ‘santa mãezinha’ foi um peso para as mulheres ricas e pobres, o do guerreiro não deixou de constituir um fardo nos ombros masculinos” (Rago, 1998, p.18).

Renato e Éverton enfrentaram o peso nos ombros do guerreiro que perde uma guerra, do trabalhador que, sem rendimentos, fica na dependência da esposa, cujos salários de serviços gerais na creche da esposa de Renato e de empregada doméstica da esposa de Éverton são insuficientes para as despesas. Nas palavras

de Renato: “dependia dos recebimentos da mãe e da sogra”; nas palavras da esposa de Éverton: “não era suficiente seu salário, faltavam as ‘coisas’ em casa”.

Neri, esposo de Ana Amélia, enfrenta o constrangimento do salário baixo, insuficiente para todas as despesas da casa, prefere ficar em casa com *dor de barriga* do que buscar seu salário no banco.

As esposas, a mãe e a sogra nesse contexto do desemprego dos maridos, filho, genro estavam em “situações em que estão em colaboração e até em cumplicidade com os homens” (Davis in Pallares – Burke, 2000, p.99).

Não foi possível para Renato a integração nas cooperativas do CDD porque não morava no loteamento Dunas. Éverton teve dificuldade de participação na Cooperativa do Dunas (COOPERDUNAS), que produzia “kits sanitários”, pela sua organização. Várias pessoas recebiam, mas não trabalhavam. Éverton era um dos que faziam o vaso sanitário, a pia, para quem não trabalhava na cooperativa receber como ele.

No Centro Comunitário Dunas, as cooperativas que estão dando certo são as compostas e coordenadas por mulheres: a COOPERVEST, já mencionada, de consertos de roupas e que estava recebendo encomendas para confecção de calças, casacos. A COOALA (Cooperativa de Alimentos Alternativos) que surgiu a partir de um curso do Qualificar, ministrado no Dunas no ano 2000, sobre alimentos alternativos, por um grupo de professores da Universidade Federal de Pelotas que integram uma organização não- governamental: a Ação Amizade (AMIZ).

Boff (1999) qualifica essa tendência feminina à solidariedade enquanto *modo-de-ser-cuidado*, em oposição ao *modo-de-ser-trabalho-dominação*, este último patriarcal, machista:

[. . .] a ditadura do modo-de-ser-trabalho-dominação masculinizou as relações, abriu espaço para o antropocentrismo, o androcentrismo, o patriarcalismo e o machismo. Estamos às voltas com expressões patológicas do masculino desconectado do feminino, o animus¹⁷⁴ sobreposto à anima. (Boff,1999, p.98).

Entretanto, é interessante observar o número expressivo de mulheres que são “chefes de família” e são lideranças nesses grupos: no Balneário dos

¹⁷⁴ A obra "Saber Cuidar", de onde foi extraído esse excerto, em seu glossário, traz o significado de animus/anima: "[. . .] expressão difundida pelo psicanalista C.G.Jung (1875-1961) para designar a dimensão masculina (animus) e feminina (anima) presentes em cada pessoa e que se reflete nos padrões culturais de comportamento" (p.193).

Prazeres/Movimento dos Trabalhadores Desempregados, é uma mulher separada que lidera o grupo; na reciclagem dos Coletivos de Trabalho da Colônia de Pescadores Z3, é também uma mulher separada que lidera o grupo.

Na publicação especial do DIEESE, intitulada *“Mulher e Trabalho”*, disponível na página da instituição na Internet, há um artigo de Irene M. S. Galeazzi e outras autoras, analisando a presença das mulheres trabalhadoras na região metropolitana de Porto Alegre de 1993 até 2002, constroem a análise baseadas nos dados da PED. As autoras afirmam que se atenuaram as desigualdades no mercado de trabalho, em relação às mulheres, durante o período referenciado.

A PEA regional aumentou nesse período em 34,4%, em relação às mulheres, e em 12,3% para os homens. Assim, a participação das mulheres no mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre aumentou consideravelmente. As mulheres mais escolarizadas, com Ensino Médio completo, ficaram mais fora do mercado de trabalho em 2002: 17%, sendo 11,4% em 1993, com nível de escolaridade das mulheres mais elevado do que os dos homens em 2002.

As mulheres com 40 anos ou mais (sujeitos da presente pesquisa) foram as mais afetadas com o desemprego em 2002: 64,2%. Foi menor a taxa de desemprego entre as mulheres chefes de família em comparação à posição da mulher como cônjuge nesses 10 anos: 23,4% de desempregadas entre as mulheres chefes de família e 31,8% entre as mulheres na posição de cônjuge.

Entre os homens chefes de família, o índice de desemprego é menor, embora tenha crescido 40% nesses 10 anos, agregando 20 mil desempregados homens, chefes de família, aos índices de 2002 na região metropolitana de Porto Alegre.

Houve um mínimo “abrandamento” na diferença de salários entre homens e mulheres de 1993 para 2002, um crescimento de apenas 6,5%: em 1993, o rendimento médio das mulheres atingia 65,3% do rendimento médio masculino, passando para 71,8% em 2002. Ainda ocorre “trabalho de homem” com uma remuneração mais elevada em relação ao “trabalho de mulher” com recebimentos mais baixos. Nas diferentes faixas etárias, escolaridade e experiência profissional, os salários dos homens são mais altos do que o das mulheres.

Nos Coletivos de Trabalho, o número de mulheres era bem superior ao dos homens: 115 mulheres e 34 homens. Com mais de 25 anos totalizavam 95 mulheres, 64 são da Colônia de Pescadores Z3, 23 do Navegantes e oito do Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

O envolvimento de mulheres dos meios populares em alternativas solidárias, cooperativas de geração de trabalho e renda é mais “simples” que o envolvimento do homem, pois as mulheres, donas do espaço doméstico, estão acostumadas a cuidar das crianças da vizinha, cuidando junto de seus próprios filhos, emprestar açúcar/arroz quando falta para vizinha, pois amanhã pode faltar na sua mesa. A troca, a solidariedade é questão de sobrevivência diária, o convívio é constante:

Descobre-se, assim, o valor e o significado da resistência quotidiana como patrimônio da experiência feminina. A família foi e ainda é, em grande medida, o espaço do quotidiano, o tempo mais típico da história das mulheres, símbolo dos ritmos do nascimento e da morte, do amor e do sofrimento. Um tempo lento, quase igual a si mesmo, feito pela repetição de dias e de gestos um tempo de muitos silêncios e poucas palavras. É nesse tempo, repetitivo e quase natural, que as mulheres começam a redefinir os sinais do seu oposto, da mudança, da ação feminina portadora de sentido. E descobrem, assim, traços da identidade feminina que podem silenciosamente se tornar palavras, enquanto o quotidiano se revela não mais manipulação e opressão, mas espaço de sentido (Melucci, 2001, p.106).

No cotidiano feminino do cuidado com os filhos, das trocas com a vizinhança, que até pouco tempo parecia indicador de reclusão da mulher ao campo privado, se coloca como abertura possível nas classes populares para a acessibilidade pública do trabalho atual, sentido da solidariedade, da troca, do cuidado antes aos filhos, agora *traços da identidade feminina que dão sentido* às possíveis alternativas de trabalho: associações, cooperativas. Entretanto, pelos dados da PED da região metropolitana de Porto Alegre, apresentados no presente capítulo, as mulheres têm muito pouco a perder no seu “status” de empregada, com carteira assinada: sua remuneração é mais baixa que a dos homens, postos de trabalho de menor prestígio, mesmo tendo níveis mais altos de escolaridade.

Para os homens “a ditadura”, como coloca Boff, do individualismo, da obrigação de trabalhar fora, de ter carteira assinada, até por possuírem perspectivas melhores do que as mulheres no mercado formal de trabalho, correspondem a tentativas de impetrar “ordem” na “desordem” do desemprego. Desordem essa, como pondera Balandier (1997a) já inerente à figura feminina, que, na sociedade patriarcal, se impõe como figura de desordem.

Aplica-se a encontrar a ordem escondida na desordem, a estabelecer uma relação menos desconfiada com o aleatório, a propor uma nova compreensão do imprevisível. Consegue assim produzir uma descrição do mundo onde a consideração dos dinamismos, do movimento, dos processos toma a dianteira sobre as permanências, as estruturas e as organizações. A

determinação dos **possíveis** fixa o objetivo do conhecimento explorador. Procede à localização contínua das fronteiras variáveis do real. Descobre a impossibilidade de chegar a ele por um percurso em linha reta; nem a natureza, nem o mundo formulado pelos homens dependem de uma ordem linear. Não é mais concebível propor para um e para outro uma imagem 'simples e clara'. A progressão se dá entre os possíveis conhecidos, selecionando aqueles que serão retidos sob o risco da escolha. O recurso aos conceitos de **bifurcação** e de **ordem por bifurcação** define outro modo de acesso ao real em movimento, outro percurso no terreno das instabilidades. Uma leitura científica nova disto resulta, centra a atenção sobre os 'sistemas longe do equilíbrio', mostra como uma variação menor pode ser ampliada e permitir a 'atração' para um estado diferente: tornar-se criativa. (Balandier, p.235-236, 1999, grifos do autor)

Para mulher desempregada, se ocupar com curso de Educação Profissional, procurar integrar uma cooperativa, envolver-se em inovações é da ótica da desordem, do movimento, da bifurcação, uma atração à criatividade.

Davis (1990) faz referência à "natureza" da desordem na mulher, seu entendimento no período moderno, a desordem sendo inerente ao feminino:

No final do século XVII, quando os médicos de vanguarda estavam trocando as teorias da personalidade dominada por humores pelas noções mais mecânicas de "espíritos animais", e começavam a observar que os homens sofriam de males emocionais curiosamente semelhantes à histeria, **eles ainda afirmavam que a mente feminina era mais inclinada à desordem graças a seu temperamento frágil e instável**. Muito antes de os europeus afirmarem decididamente que a "inferioridade" dos negros africanos era inata e não o resultado, digamos, do clima, eles já atribuíam a "inferioridade" feminina à sua natureza. (p.108, grifos meus)

Os homens, então, *de temperamento forte e estável*, estão em desvantagem em relação à mulher na vinculação a outras alternativas de trabalho que não o assalariamento, estão em desvantagem nos processos criativos, na abertura para outras alternativas, pois, diante da diminuição dos postos de trabalho, sobretudo na cidade de Pelotas, o ser criativo, nas situações de desemprego, é a ordem que se esconde na desordem. O possível é encarar outras alternativas de trabalho e renda para sobreviver; descobrir e percorrer as bifurcações mencionadas por Balandier. Nos Coletivos de Trabalho, vivenciei situações de liderança feminina de referência, além das relações de diálogo, de compromisso com o grupo, nas opções religiosas, na religião¹⁷⁵: no Balneário dos Prazeres, no núcleo do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, uma mulher umbandista e outra da Assembléia de Deus; na Colônia de Pescadores Z3 uma seguidora da Assembléia de Deus.

Davis (1990) estabelece o culto à religião, entre outras práticas, no período moderno, como uma alternativa à desordem feminina:

Quais eram os remédios propostos para as desordens femininas? Treinamento religioso para emparelhar as rédeas da modéstia e da humildade; educação seletiva para mostrar à mulher sua obrigação moral sem inflamar sua imaginação indisciplinada ou soltar sua língua em público; trabalho honesto para ocupar suas mãos – e leis e normas que a sujeitassem a seu marido (p.108).

Treinamento religioso, educação seletiva, trabalho honesto, e leis e normas são construções atuais dos Coletivos de Trabalho, cuja presença predominante é de mulheres. Constitui-se de treinamento religioso em que a mulher é pastora e mãe-de-santo; educação seletiva que privilegia práticas cooperativas, coletivas; trabalho honesto para a comunidade a qual o coletivo está envolvido; leis e normas constituídas pelo grupo dos coletivos, diante de todos os conflitos que tais deliberações proporcionam. Os remédios do século XVII para *colocar em ordem* o comportamento das mulheres, no século XXI contribuem na *manutenção da desordem* inerente ao ser mulher.

A fé movia o trabalho das mulheres nos Coletivos de Trabalho, fé para o grupo melhorar, ser mais solidário. Melhorando o grupo, conseqüentemente, melhoravam a si. Talvez, encontrando aí “um modo-de-ser-cuidado” de novo tipo em relação ao trabalho: para alimentar ao corpo pelo ganho dos R\$ 220,00 dos Coletivos, mas, sobretudo, para alimentar ao espírito, conquistando bem-estar nas relações, zelando pela convivência com o outro, com a outra:

O resgate do cuidado não se faz às custas do trabalho e sim mediante uma forma diferente de entender e de realizar o trabalho. Para isso o ser humano precisa voltar-se sobre si mesmo e descobrir seu modo-de-ser-cuidado (Boff, 1999, p.99, grifos meus).

Talvez o modo-de-ser-cuidado dessas mulheres, que poderia ter uma sensibilidade na observação das políticas públicas e aí sua aplicação, promova de fato o coletivo, as relações, em detrimento da carreira, da competição, inerente ao do modo-de-ser trabalho masculino assalariado.

¹⁷⁵ Na seção do capítulo intitulada “Éticas religiosas e desemprego”, serão detalhadas as práticas religiosas dessas mulheres, e também de uma liderança masculina, que compõe um diferencial no grupo, novas formas de agregação, que fazem a diferença, corroboram para o crescimento do grupo.

No núcleo do Movimento dos Trabalhadores Desempregados do Balneário dos Prazeres, havia a presença de um homossexual¹⁷⁶ masculino, reconhecido pelo grupo, assinava nos cadernos do curso de padaria seu nome feminino. Não deixou de enfrentar preconceitos. Durante uma reunião que acompanhei no barracão de lona do MTD no Balneário dos Prazeres, um colega do grupo (homem, de uns 25 anos, negro) falou:

No início dos coletivos não gostava “dele”, agora gosto, ele é um cara legal.

No início dos coletivos, apenas com a referência da opção sexual que é visível (seus gestos, forma de vestir), não gostava “dele”, mas sendo “ele” uma pessoa que não faltava nas atividades do grupo. Permaneceu no acampamento da Sanga Funda, quando a maioria do grupo foi embora em função da chuva, por estar tudo molhado nos barracos (roupas, camas). Ele e seu sobrinho de 14 anos ficaram. Conforme me falou, ficou para **cuidar** de Elisângela, a líder do grupo, que ficaria praticamente sozinha.

Ele não quer lote no assentamento rururbano, não ficou para isso acampado, ficou para cuidar da líder do grupo, que estava ali os representando. Depois, os que foram embora foram punidos, com diferentes tarefas, pela direção local do MTD, por terem abandonado o acampamento.

Permanecer no acampamento, sem interesse em um lote do assentamento, pela companhia à líder do grupo, vindo então de uma pessoa com uma opção sexual diferente do padrão e definida, pode ser também considerado como um outro modo-de-ser-trabalho: pela solidariedade, pelo convívio, pelo cuidado, comportamento que o fez receber a confiança do grupo, o respeito. Ao que parece, não foi rompido o preconceito com a opção sexual, mas com esse homossexual que, por suas atitudes, conquistou a confiança do grupo.

Mariana, cujo pai era estancieiro, está com 54 anos, formou-se na última turma do Integrar Alimentação, em março, junto de sua filha Mara de 32 anos. Antes tinha trabalhado de balconista, vendeu produtos através dos livros da “Avon”.

Na visita que fiz à casa de Mara, Mariana comentou que, se eu conseguisse arrumar um serviço para elas seria ótimo, sem dúvida, foi uma situação de

¹⁷⁶ Várias pessoas do núcleo foram à “parada gay” de Pelotas, acompanhadas do homossexual aceito, reconhecido pelo grupo. Estas me contaram em detalhes os discursos dos políticos, as apresentações.

constrangimento para mim. Respondi que não possuía condições para arrumar serviço para elas, meu interesse era pesquisar, aprender sobre sua realidade, mas comentei sobre a existência do Centro de Desenvolvimento do Dunas, localizado no entorno das ruas 4 e 5 do bairro, que está com umas salas para alugar, possibilidade de abrir um negócio, falaram que não conheciam, “nunca iam para esses lados”. Contei do possível empréstimo de R\$ 100,00 do Banco Dunas — Mariana considerou “muito pouco. Se fosse R\$ 100 mil”. Segue trecho do diário de campo dessa visita na casa de sua filha, estando ela, Mariana (a mãe), junto:

Eu sou uma mulher de visão, (apontou o dedo para sua terra onde se vê uns barracos de madeira do outro lado do canal — onde fica a vila Bom Jesus). Lá está o casarão do meu pai. Meu pai era estancieiro aqui. Minha mãe tocava gado: eira, eira, eira de pé no chão, enquanto ele gastava dinheiro com as mulheres nos cabarés. Nenhum dos filhos estudou porque meu pai era do tempo que tinha que trabalhar pesado, não estudar, o trabalho que ensinava, então nem eu estudei, e nenhum dos meus irmãos estudaram. Tenho galpão, tenho tudo para abrir um açougue. Minha mãe era uma bugra muito bonita de cabelos longos (Mariana, aos seus 54 anos, tem os cabelos longos loiros tingidos, bonita para sua idade, é magra, corpo esguio). Agora o pessoal do SANEP quer dar água para aquele pessoal, mas eu quero que eles saiam da minha terra, sou uma pessoa de visão, aqui pode se abrir uma avenida, ter casas, apartamentos populares (falou isso depois que o técnico do SANEP havia ido embora). Perguntei para ela porque ela não resolveu de uma vez o caso com o técnico, quem sabe com ajuda de um advogado: — Estão querendo me comer por uma perna, me sugar, eu tive um advogado que só me sugou e não resolveu nada. Não acredito em advogado. Quero R\$ 10.000,00 de indenização do SANEP para deixar eles fazer isso - passar água para aquela gente e uma rua nas minhas terras, já tive advogado, e ele pegou meu dinheiro e não resolveu nada e mais os outros herdeiros me incomodando por dinheiro. Antes eu corria os posseiros a tiros, agora não dá mais, eles também tem arma.

O bem comum exige as encenações e a troca de mentiras sociais. A política e a moral não falam a mesma língua. A consequência paradoxal e dificilmente aceitável é que a liberdade só pode ser garantida em detrimento da verdade. Sempre e em todas as sociedades, a verdade é mascarada pelas aparências sociais; raramente é algo bom de ser dito, é preciso dizê-lo na solidão e com riscos, ou então recorrer aos contornos e às espertezas. (Balandier, 1997 b, p.117)

A situação de Mariana é bem explicada por Balandier, a verdade em relação ao que era sua estância só é possível dizer na solidão, porque essa ex-estancieira está sendo atingida com a dilapidação do seu patrimônio. Só lhe resta a esperteza para tentar manter um pouco de sua condição, a mentira social se coloca assim como uma “verdade” para sua sobrevivência. A moral do técnico do SANEP, que precisa abastecer de água os posseiros, não é a mesma de Mariana.

Sobre a utilização da violência para “correr” com os posseiros o que hoje não é mais possível porque eles também são violentos, também estão armados, também aliam violência à esperteza para conquistarem um lugar para ficar em Pelotas, garantem sua sobrevivência com a violência, Balandier associa violência à esperteza, fazendo referência as obras de Maquiavel e Hobbes:

É companheira da violência do poder na paz, como o é da violência militar na guerra. Os dois tipos de violência servem juntos ao Príncipe que está sempre às voltas tanto com uma quanto com a outra. Nesse ponto, Maquiavel conduz a política **moderna** aos cânones de uma ética imposta pela tradição.

Hobbes, mais de um século depois, alia a violência e a esperteza, dando-lhes o **status** de ‘virtudes fundamentais’, mas em um estado de natureza regido pela força da guerra (1997 b, p.116, grifos do autor).

É possível dimensionar a violência vivida por essa mulher, que conviveu com uma riqueza segundo a perspectiva de um pai estancieiro que não permitia que os filhos estudassem? É possível dimensionar a violência dos migrantes, possivelmente peões de estâncias da região, que vão se fixar na área do que era uma propriedade que criava gado, hoje pertencente a um bairro de ocupação, inclusive de ocupação antiga como é o Bom Jesus?

A política pública, personificada no técnico do SANEP, precisa administrar e resolver tais processos violentos que fazem uso de armas, de mentiras sociais, de espertezas necessárias para garantir seus interesses vinculados à reprodução de sua existência, seja ela vinculada ao morar na cidade para trabalhar, como é a realidade dos posseiros, seja vinculada à sua condição tradicional como é a de estancieira, mesmo que falida, de Mariana.

A política é geradora de efeitos de ordem e segurança; deve impor-se não pela coerção ou explicação de sua conduta, mas através do espetacular e das imagens capazes de reforçar a adesão e de colocar as pessoas em movimento. A teatocracia impõe-se sob todas as formas, em todos os regimes e em todos os tempos. A atual modernidade, como todos os períodos de grande transformação, coloca o poder político à prova; deixa à

mostra o que ele tem de ultrapassado e de que são constituídos seus fundamentos, sua solidez. (Balandier, 1997b, p.15)

Não acompanhei os desdobramentos da situação, mas, em função do atraso de pagamento de impostos das terras de Mariana, da presença das pessoas morando no local, onde a água deve ter sido ligada. Por certo, o técnico do SANEP, agiu para garantir a água e a segurança de cerca de 20 famílias, e, na conversa que presenciei com Mariana estava tentando convencê-la da situação, ele voltaria a vila para conversar, não forçou a ligação da água. Ocorreu um “teatro”, uma performance de Mariana adiando a decisão e do técnico em convencê-la, colocando à prova decisões políticas de uma prefeitura que prima pelo saneamento básico para a população, sobretudo o acesso a água na residência.

Recuperando o capítulo anterior, para Mariana, a exemplo da cidade, é difícil viver o presente: vive o futuro com uma possível indenização em dinheiro pela prefeitura, e a construção de conjuntos habitacionais em uma área de ocupação; vive o passado do pai estancieiro, que tinha dinheiro para gastar em cabarés, tinha açougue, mesmo com memórias tristes da sujeição ao trabalho da mãe, há a herança da “visão”, de bastar R\$ 100 mil para sua situação, não os R\$ 100,00 oferecidos pelo Banco de Crédito Popular hoje, no presente. Se não é possível os R\$ 100 mil, de que serve os R\$ 100,00?

Um passado estancieiro prevê um futuro opulento, mesmo que com chances remotas de concretização. Sua filha mora em uma área de ocupação, e ela quer expulsar aqueles que estão “na sua terra”, no que era a sua terra. Perdi o contato com Mariana e sua filha, mas sua esperteza¹⁷⁷ na situação junto ao técnico do SANEP, sua tentativa de me colocar como autoridade que andava com ela naquele momento, sua insinuação de votar no partido do prefeito, e a resposta do técnico “... eu não tenho partido político, quero dar água para aquele pessoal”, foram táticas de resistência, mas, ao que tudo indica, é iminente passar água pelo que era suas terras, hoje “*uma ilha cercada por posseiros de todos os lados*”. Posseiros estes que não é mais possível correr a tiros, já que eles também usam arma.

Ontem estancieira, hoje não conformada com os posseiros nas suas terras localizadas em área de ocupação urbana, formada em Ensino Fundamental por um programa de um sindicato da CUT, divorciada, procurando emprego com 54 anos de

¹⁷⁷ In Balandier (1997b).

idade. A **desordem** é a melhor categoria para tentar compreender a situação desta mulher desempregada, pouco escolarizada, promotora de estratégias de esperteza para sobreviver: indaga se eu posso conseguir um emprego para ela e sua filha, adia o encaminhamento de ligação de água para os posseiros e tenta colocar-me de autoridade, para, quem sabe, inibir o técnico do SANEP, considera baixo o empréstimo do Banco Dunas, sonha com um valor maior, já que é uma “mulher de visão”.

Para os homens, o “ficar em casa”, não sair para trabalhar fora, tem uma representação moral¹⁷⁸ mais comprometedora do que para as mulheres.

Arruda (1998) nomeia como “feminino criador” outras possibilidades de envolvimento com o trabalho, em alternativas associativas e cooperativas de trabalho, convivência harmônica com a natureza.

Para o homem, buscar um pagamento insuficiente para a alimentação da família, como ocorre, no caso da pesquisa, com o esposo de Ana Amélia, é tarefa muito difícil. Mais coragem há na mulher, esposa que já providencia o rancho, procura as ofertas, garante por um mês a alimentação da família.

O luto do assalariamento não atinge as mulheres como aos homens, outras identificações que não o trabalho assalariado já lhe eram comuns, legítimas: donas de casa, mãe, evangélica, mãe-de-santo, revendedora de produtos do “Avon”...

A identização¹⁷⁹ das mulheres da pesquisa em Pelotas é menos vinculada ao assalariamento que aos homens. A estes o trabalho se coloca como obrigação, às mulheres como contribuição no orçamento. A falta de trabalho assalariado mobiliza mais as mulheres, há mais fluidez no envolvimento das mulheres com

¹⁷⁸ A pesquisa de Rontondi (2000) intitulada **Pobreza y Masculinidad – El Urbano Marginal**, realizada com famílias cujo casal tem entre 5 a 10 anos de casamento, moradores das Villas 25 de Mayo, Villa Bajo Belgrano, Urquiza y Colinas del Cerro em Córdoba/Argentina no período de 1995 a 1998, evidenciou o envolvimento dos homens em alguma atividade que garanta o sustento da família, não deixando apenas para o trabalho da esposa. Mostra ainda que esses homens estiveram em algum momento de sua vida pessoal sem emprego, a escolaridade das esposas superior a dos maridos, e aí o encargo da ajuda destas nas tarefas dos filhos que estavam na escola. Aponta também para o envolvimento masculino em atividades comunitárias, incorrendo em valorização pessoal, e até o envolvimento em cooperativas, associações cuja produção resultava em algum subsídio, provendo as atividades domésticas, cuidando das crianças, quando estava desempregado, e a esposa trabalhando fora, garantindo o sustento da casa. A mulher, na maioria dos casais, é a administradora da casa. O mesmo acontece com os sujeitos da pesquisa, a exemplo de Ana Amélia que recebe o salário do marido, faz o rancho. Na casa de Éverton, em várias visitas que realizei, havia reclamações de sua filha porque ele não havia secado o banheiro após o banho, já que eu chegava no horário em que ele estava chegando da fábrica e se arrumando para a escola noturna – Ensino Médio. Nas demais famílias não encontrei nenhuma referência ao papel masculino nas atividades domésticas.

¹⁷⁹ In Melucci (1992) tradução Sueli Salva.

alternativas de trabalho e renda, justificada sua presença nas cooperativas do Dunas, nos Coletivos de Trabalho... “ É difícil imaginar comunidades sem mulheres e crianças, embora se possa imaginá-las sem homens” (Elias, 2000, p.165).

4.5 Relações étnicas e desemprego

- Sabe quando negão sobe na vida? Quando explode o barraco! – “Piada” de um rapaz jovem, negro, do MTD do Balneário dos Prazeres, membro dos Coletivos de Trabalho, contada dentro do barraco no acampamento da área da fábrica Vega, localizada na beira da estrada de acesso a Capão do Leão. Dentro do barraco estávamos eu e vários integrantes do MTD, a maioria negros, chovia muito, havia muito barro entre os colchões no barraco, a maioria das pessoas já estava molhada, o local estava muito desconfortável, sujo.



Fotografia 14 – Acampamento do MTD

Pelotas possui uma presença significativa de negros, remanescentes das charqueadas e das estâncias. Os negros permanecem na cidade, na metade sul do Estado, constituindo mão-de-obra disponível, que hoje, em número significativo, se encontra desempregada.

A maioria dos integrantes do MTD dos Coletivos de Trabalho era negros, sobretudo os do núcleo do Balneário dos Prazeres. A piada, colocada como epígrafe no início da seção, expressava o sentimento de preferir explodir o barraco naquelas condições do acampamento cheio de lama, ironizando a situação de vários “negões” ali presentes.

A cor dos membros dos Coletivos do Balneário dos Prazeres ficou para mim evidente no Encontro que participei de Agricultura Ecológica no dia 27 de junho de 2002 quando estava com eles e encontrei uma liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (essa liderança foi meu aluno no curso de

Magistério do Iterra em Veranópolis, um curso do próprio MST). Falei a ele que estava com o pessoal do MTD e mostrei o grupo que estava ali próximo, ele comentou: — Ah, aqueles morenos... Esse aluno tem descendência germânica, inclusive fala alemão, já está com seus 40 e poucos anos. Esse comentário (de tom racista, na minha opinião) "*acendeu*" minha percepção para a maioria negra do grupo do Balneário dos Prazeres ou praia dos negros¹⁸⁰ como o senso comum, da cidade de Pelotas, expressa com um certo tom racista.

Durante a pesquisa de campo, a convivência foi com uma maioria de sujeitos descendentes de africanos, principalmente no Dunas, no Navegantes e no Balneário dos Prazeres. O desemprego atinge a um maior número de negros do que de brancos, em função de nossa herança escravista, pelas condições desiguais às quais os negros foram submetidos porque, como bem coloca Dacanal (1980), os europeus imigrantes receberam concessões de terra no Brasil, os negros não. É incomparável a pobreza branca com a pobreza negra no Brasil. Os brancos europeus tiveram oportunidades de receber pequenos lotes de terra, os negros só trabalharam nos latifúndios, construíram riquezas para os charqueadores, estancieiros, fazendeiros e amargaram a sua miséria.

Durante o seminário do Qualificar em 2000, Éverton indagou os gestores então presentes (coordenador regional de trabalho, membros da Comissão Municipal de Emprego) se o motivo de não ser selecionado para o curso de garçom era por ser negro. Ana Amélia e sua filha mobilizaram a comunidade pela permanência da assistente social no bairro. Consideravam o motivo da sua saída o preconceito racial. Por ela ser negra, conforme o depoimento da assistente social, que justificava sua saída em função do término do seu contrato emergencial, sentia-se discriminada¹⁸¹ devido ao comportamento de seus colegas do posto de saúde:

¹⁸⁰ No capítulo anterior, no qual foram identificadas as localidades da cidade envolvidas na pesquisa, há referência ao Balneário dos Prazeres com sua bela lenda do Barro Duro, sendo um local de referência histórica para os negros da cidade.

¹⁸¹ Essa assistente social que teve contrato emergencial no posto de saúde do bairro Getúlio Vargas, escolheu o bairro para trabalhar. Contou-me que certa vez chegou um pedreiro para consertar uma janela na sua casa, sendo que mora em uma casa antiga, localizada em uma rua tradicional do centro da cidade, tratando o valor do serviço com ela o pedreiro perguntou pela "dona da casa". Quando foi se inscrever para o concurso da Petrobrás, em Rio Grande, para assistente social, teve sorte de ter levado o diploma, mesmo no momento da inscrição não sendo exigida documentação, pois a funcionária responsável pela inscrição insistia que ela devia fazer o concurso para serviços gerais, que exigia o Ensino Fundamental. A funcionária só parou com a insistência ao ver seu diploma de assistente social pela UCPel. Situações de discriminação, de preconceito, reconhecidas pelas pessoas negras moradoras do Getúlio Vargas, as quais eram favorecidas com seu competente trabalho assistencial.

médica, atendentes de enfermagem, funcionária da limpeza. Ana Amélia¹⁸² comentou-me:

Ela falava a nossa língua, sabia se comunicar com o povo por ser negra, como a gente.

A assistente social me contou que presenciou uma atendente de enfermagem escovar os pés das pessoas, no posto de saúde, muitas vezes até sangrar, justificando que eram pés muito sujos, “rachados de não usar sapato”, conseguiu através de conversas com a atendente que ela parasse com essa prática.

Tal prática tirânica de “fazer o bem” aos pobres, na visão da atendente de enfermagem, podendo fazer seus pés sangrar de tão “limpos” é possível de relacionar aos registros da tese de Vecchia (1997) sobre os filhos de criação, na qual o autor registra a história oral de pessoas idosas negras que foram adotadas, na cidade de Pelotas e outras da metade sul, aos 5 anos, por famílias brancas, com a justificativa, para seus pais negros, de criá-las como filhos. Na verdade, o que ocorria era uma exploração de mão-de-obra gratuita para as lidas domésticas (mucamas) e também para o trabalho com o gado, lavoura no caso dos meninos.

A prática de andar calçado talvez esteja na memória dessa atendente de enfermagem branca, pois uso do sapato, até a abolição da escravatura, identificava se a pessoa era livre ou não, aos escravos não era permitido usar de sapatos.

Na obra de Vecchia (1997), ele registra a história de uma menina negra, que ganhou um par de sandálias de presente, e sua “mãe” de criação não permitia que ela o usasse, a menina dormia de sapatos todas as noites, escondida dos “pais” de criação, para sentir o gosto da liberdade:

Eu escondia aquilo, quando era de noite, eu ia me lavá, eu botava nos pé. Ia me deitá e botava os calçado pra dormi. Criança né. Tinha aquelas bobage! (...) Botava os calçado prá dormi. Tinha vontade de ser igual aos outros, de tê... não queria tê o que os outros tivessem que eu sabia que não tinha mãe, nem pai, mas que me tratassem com mais moralidade (Doc. X, p.113)(Vecchia,1997, p.146).

A outras tiranias, além de não ter o consentimento do uso do sapato, as crianças negras adotadas estavam submetidas por seus pais brancos:

¹⁸² Desde 1993 Ana Amélia está sem carteira assinada, sendo mulher e negra, conforme o artigo de Galeazzi e Garcia (2002) é o segmento da PEA mais atingido pelo desemprego (ficando muito tempo desempregadas, assumindo ocupações de menor status, qualidade e remuneração).

Um caso extremo de discriminação encontrado nas condições cotidianas da vida de Celina Soares é em relação a alimentação: “A comida ali era... ainda juntando os restinhos...e servindo aí pra mim comê! (...) Os restinhos que eles comiam nos pratos e ficava. Juntavam pra me dá!. Devia alimentar-se fora da sala da janta: “Não, pra fora. Sentadinha num pilão, assim na rua. Aí é que eu comia, naquela... assim, uma pecinha pra fora (1997, p.143).

Conforme o artigo de Galeazzi e Garcia (2002), a taxa de desemprego total para os negros era de 22,7%, para os não-negros 14,8% (segundo dados da PED em 2002, na região metropolitana de Porto Alegre). A taxa de mulheres negras ocupadas era de 5,6% em 1993, reduzindo para 5,1% em 2002. O valor médio do rendimento das mulheres negras é de R\$ 408,00, correspondendo a 45,9% do rendimento médio dos homens não-negros, 65,3% dos ganhos das mulheres não-negras e 71,5% dos homens negros.

Nas respostas à pergunta 18¹⁸³ do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho “– Não consegue trabalho de carteira assinada, na sua opinião por quê?” algumas evidenciam situações de racismo: no Navegantes duas respostas “Pelo racismo”; no MTD uma resposta “Pela aparência” sendo a aparência ideal no Brasil, no entendimento do colonizador, a cor “branca”; na colônia Z3 uma resposta “Por discriminação”.

No Brasil, a organização do trabalho¹⁸⁴ tem um processo absolutamente diferenciado do europeu. Colônia portuguesa a partir de 1500, com a presença indígena de trabalho comunitário voltado para subsistência, ocorre o entendimento por parte dos colonizadores da prática do cunhadismo¹⁸⁵, que favorece a extração do pau-brasil. Essa prática consistia no casamento dos portugueses com as índias, obtendo, por laços familiares, os cunhados como mão-de-obra disponível, ao seu serviço. A prática do cunhadismo vem acompanhada do escambo¹⁸⁶ que corresponde a troca de trabalho indígena, nas feitorias de pau-brasil na costa

¹⁸³ Essa questão, com três possibilidades de respostas oferecidas, com três linhas em branco numeradas em ordem crescente (1,2,3) para a pessoa responder, não foi respondida por 27 pessoas na Colônia de Pescadores Z3, quatro pessoas do MTD e quatro pessoas do Navegantes, as demais respostas, então categorizadas, serão analisadas ao longo do capítulo.

¹⁸⁴ A publicação do DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho) intitulada: Insalubridade – Morte Lenta no Trabalho, de 1989, traz resultados de pesquisas com várias categorias profissionais do Brasil que demonstram os diversos processos de adoecimento em função dos processos de trabalho.

¹⁸⁵ In Ribeiro (1998).

¹⁸⁶ In Ribeiro (1998).

brasileira, por produtos exóticos para os índios: espelhos, panelas, aguardente, perfumes...

Posteriormente, os colonizadores vão estabelecer a escravidão como modo mais adequado, segundo sua concepção, de apoderamento do território e produção de cana-de-açúcar, riqueza importante do século XVII. Os nativos são colocados como escravos inicialmente, e depois os africanos, advindos de rotas de comércio português com o continente africano. Para Cunha (2000), esse período:

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc., afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo, o que era da maior importância diante de senhores / empregadores, que viam todos os trabalhadores como **coisa sua**. Por isso, dentre outras razões, as corporações de ofício (irmandades) não tiveram, no Brasil Colônia, o desenvolvimento de outros países (p.90, grifos do autor).

O preconceito em relação ao trabalho manual no Brasil reporta ao tempo da escravidão. No entanto, as corporações de ofício na Inglaterra cultivaram uma cultura do trabalho manual especializado, uma valorização do trabalho manual que a fábrica incorporará, processo que no Brasil só ocorrerá com a República, e o trabalho livre apenas no final do século XIX.

Nos grandes empreendimentos manufatureiros realizados pela Coroa portuguesa, como os arsenais da marinha, havia coação para o trabalho: "Não fazia isso, decerto, com quaisquer homens livres, mas com aqueles que social e politicamente não estavam em condições de opor resistência" (Cunha, 2000, p.91).

De modo geral, a cultura do trabalho no Brasil vai se conformando, então, com uma discriminação étnica, sendo para descendentes de africanos e índios o trabalho manual e para brancos o intelectual, sem aquele prestígio da formação existente nas corporações de ofício inglesas nas quais o mestre preparava o jovem para ser tecelão, ferreiro, marceneiro...

No entanto, reafirmando o movimento de ordem e desordem, a obra de Challoub¹⁸⁷ (2001), que relata as últimas décadas de escravidão na corte brasileira, pondera sobre as ações e reações existentes nesse modo de produção. Rompendo com a ideologia do "escravo-coisa" e também da total rebeldia dos quilombos,

apresenta o campo de possibilidades em que os escravos se mobilizavam a partir de processos que discutiam: sua liberdade após a morte de seu senhor, a sedução por parte das escravas aos seus senhores, negros que compravam a própria alforria através do seu trabalho:

[. . .] pois para cada Zumbi com certeza existiu um sem-número de escravos que, longe de estarem passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam. Mais do que isso, pressionaram pela mudança, em seu benefício, de aspectos institucionais **daquela sociedade**. E que os defensores da teoria do escravo-coisa não me venham com a afirmação de que tais opções de luta não são importantes: afinal combater no campo de possibilidades largamente mapeado pelos adversários é exatamente o que fazem ao insistirem em Zumbi e na rebeldia negra. (Challoub, 2001, p. 252-253, grifos do autor)

Challoub (2001) descreve situações em que negros forros eram proprietários de escravos, tornando-se uma marca de seu estudo o entendimento do tratamento justo dado ao escravo por seu trabalho e sendo questionados os maus-tratos quando o serviço era devidamente cumprido. Em muitas situações, o escravo, então livre, continuava trabalhando para seu senhor: "[. . .] havia em torno da alforria uma forte expectativa de continuidade de relações pessoais anteriores, de renovação do papel do negro como dependente e do senhor como patrono ou protetor." (Challoub, 2001, p.149)

Nas relações assalariadas, de certa forma, o trabalhador sempre espera um "bom patrão", justo, assim como o forro se tornava dependente de um senhor protetor.

O autor afirma que nomear de forma absoluta os senhores como hipócritas deslavados e os escravos como rebeldes é simplificar a interpretação de um período tão complexo de nossa História, quando os negros libertos se manifestaram no Rio de Janeiro contra a República abolicionista, do trabalho assalariado, à favor do Império. Challoub registra as impressões de um cocheiro negro nostálgico: "A Monarquia tinha as suas vantagens. Era mais bonito, era mais solene... Bom tempo aquele." (p.183)

¹⁸⁷ Outros autores que discutem as estratégias de negociação dos negros com o que denomino campo de possibilidades, são VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão**, Petrópolis:Vozes, 1986 e REIS, João José. **Negociação e Conflito**, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Analisar o trabalho assalariado tendo presente as limitações que este oferecia e oferece à vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, bem como as atuais dificuldades dos trabalhadores e trabalhadoras para superar o luto da perda da carteira assinada e almejar outras alternativas para sua sobrevivência, são questões amplas, como o entendimento de liberdade que Challoub vai estabelecendo no seu estudo sobre a escravidão nos últimos anos do século XIX no Rio de Janeiro, que supera a mera análise econômica e afirma, inclusive, a necessidade de segurança no estabelecimento de laços afetivos pelos então libertos:

A liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, a esperança de autonomia do movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém (Challoub, 2001, p.80).

De certa forma, minha tese se aproxima das intenções de Challoub, na medida em que não idealizo a situação do assalariamento como a melhor, tampouco uma apologia ao desemprego. Outrossim, observo as formas como as pessoas estão se movimentando, as possibilidades colocadas pelas políticas públicas atuais de Educação profissional, geração de trabalho e renda para pessoas com mais de 25 anos, ou seja, adultas, pouco escolarizadas e, no caso específico da pesquisa, moradoras da região periférica da cidade de Pelotas. É uma tentativa de perceber, interpretar o movimento permanente da ordem do trabalho assalariado e da desordem do desemprego, nem para o bem, nem para o mal, mas no entendimento dos fenômenos sociais.

A substituição da escravidão por uma outra forma de relacionamento com o trabalho no Brasil tem um processo prolongado até nossos dias, não passamos por plenas condições do Estado de Bem-Estar social, não generalizamos o assalariamento, mas convivemos com o trabalho informal, sem carteira assinada, durante todo o período da República. A construção do ethos do trabalho assalariado pela República no Brasil não ocorreu imediatamente após a escravidão, conforme Challoub (2001):

Para os negros, viver em liberdade não podia significar a necessidade de existir só para produzir dentro de determinadas condições, e também não há razão para pensarmos aprioristicamente que passou algum dia pelas mentes de escravos como Carlota e Bonifácio a idéia de que o significado da vida era a ascensão social através das "virtudes" de um certo tipo de homem trabalhador (p.80).

A ascensão social através do trabalho assalariado é condição dificultada para os negros em Pelotas. Um número expressivo de negros (inclusive a mãe e a sogra de Éverton), após freqüentar os cursos dos Coletivos de Trabalho, almejava uma alternativa de cooperativa, associação. Talvez o fato de ser negro impulsione Éverton para estudar, terminar o Ensino Médio, pois, além da idade avançada para o mercado de trabalho, precisa enfrentar o racismo, precisa competir com os brancos no mercado de trabalho.

A dissertação de Mestrado de Adão (2002) menciona uma pesquisa realizada pela Universidade Federal Fluminense, em maio de 2000, reunindo 1.172 entrevistas domiciliares em todo o Estado do Rio de Janeiro, durante sete meses de trabalho, a qual confirma a atualidade do racismo existente no Brasil:

(a) 93% dos entrevistados admitem racismo dos outros e apenas 12% em si mesmos; isto é, os mesmos entrevistados que reconhecem a situação no geral, a negam, entretanto, em particular; (b) 77% identificam conflitos, sobretudo no ambiente de trabalho, onde a competição dá o tom; conforme 32%, a culpa pode ser de fato dos brancos por não gostarem de negros, ou de os negros quererem as mesmas condições dos brancos, para 46%; (c) 57% rechaçaram um chefe de cor preta e 58% desaprovaram o casamento de um parente com pessoa de cor preta. (p.131)

Durante a pesquisa de campo, o dia da Consciência Negra – 20 de novembro –, foi feriado municipal. No primeiro ano do decreto municipal (2002), houve muita polêmica, pois ouvi de pessoas brancas como “desnecessária” essa lembrança com o feriado. Havia indignação pois era data muito próxima do 15 de novembro – feriado nacional.

Loner (2001) relata a comemoração dos negros pelo 13 de maio como um dia de redenção dos negros, ocorrendo manifestações pela República, como em 13 de maio de 1890, com grande confronto político em Porto Alegre.

[. . .] para os grupos negros, a comemoração desse dia sempre foi um ponto de honra, inscrito em seus calendários, de forma indelével. Mesmo em momentos em que a conjuntura política não aconselhava a comemoração, de alguma forma ela foi feita, seja apenas dentro de entidades negras, como no ano de 1892, em que o acirramento dos ânimos

políticos estava muito forte, seja no ano de 1894, em que foram as mulheres negras que promoveram a comemoração, devido a ausência dos homens “à serviço da pátria” (CM 11/5/1894) (Loner,2001, p.340).

Na obra de Loner consta a recuperação realizada pelos anarquistas para a data, em suas associações de trabalhadores, relacionando a escravidão a qual do capitalismo sucumbe à classe trabalhadora “... como dia de denúncia da escravidão a que o capitalismo submete a classe trabalhadora, com a inevitável comparação entre a situação do trabalhador negro antes da abolição e do operário – negro e branco – na dominação atual” (Loner, 2001, p.340). Os comunistas, conforme a autora, atribuíram à data nova clivagem de denúncia, acrescida às condições do operário no Capitalismo, a denúncia da mais-valia, da exploração.

A comemoração do 20 de novembro como data da consciência negra, sendo feriado municipal a partir de 2002 em Pelotas, deveria considerar essa memória das manifestações de negros na cidade no final do século XIX pelo 13 de maio, até pelo caráter espontâneo das manifestações, diferindo da oficialidade de um feriado municipal.

Talvez o conflito para a determinação da data mais adequada para as reminiscências da consciência negra no Brasil: 13 de maio ou 20 de novembro possa se relacionar ao conflito relatado por Pollak (1989):

Tais dificuldades e contradições são particularmente marcadas em países que atravessaram guerras civis num passado próximo, como a Espanha, a Áustria e a Grécia. Um outro exemplo muito ilustrativo são as discussões na Alemanha sobre o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi uma libertação ou uma guerra perdida, ou as duas coisas ao mesmo tempo? Como organizar a comemoração de um acontecimento que provoca tantos sentimentos ambivalentes, perpassando não apenas todas as organizações políticas, mas muitas vezes um mesmo indivíduo?(p.12).

A assinatura da lei Áurea em 13 de maio é carregada do que Martins (1984) nomeia de História lenta: a capacidade de nossas elites “dar o pulo do gato”, refazer seus pressupostos, rever seus interesses e agir em benefício próprio. A abolição da escravatura era inevitável no contexto internacional do capitalismo ao final do século XIX. O assalariamento se colocava como requisito básico para a organização de um mercado consumidor. A concessão da lei é combatida, sobretudo por organizações vinculadas ao Movimento Negro que reconhecem as lutas travadas anteriormente entre negros e feitores que prepararam o cenário da abolição. Como exemplos é

possível citar a disputa cotidiana pela causa da abolição presente nos jornais abolicionistas que circulavam nos grandes centros urbanos do Império durante o século XIX, os quilombos com a significação e representação de Palmares que chegou a contar com cerca de 30 mil “negros fujões” em Alagoas, na Serra da Barriga, e aí seu fim em 20 de novembro de 1695, outras revoltas como a dos negros Malês, na Bahia em 1835.

Os comentários contrários ao feriado, os quais advieram de pessoas brancas reclamando da proximidade com o 15 de novembro, talvez se coloquem na dúvida apontada por Pollak: o que comemorar, por que comemorar? Uma vez que a opulência da riqueza nas charqueadas foi alicerçada pelo trabalho negro escravo, recuperando Pollak: “Como organizar a comemoração de um acontecimento que provoca tantos sentimentos ambivalentes, perpassando não apenas todas as organizações políticas, mas muitas vezes um mesmo indivíduo?”

O recepcionista do SINE, negro e militante¹⁸⁸ das causas vinculadas à consciência negra, estudioso da memória local sobre os negros, integrante de um bloco antigo de Carnaval, composto por negros originalmente “*Fica aí para ir dizendo*”, favoreceu um senhor negro, carroceiro, de poder inscrever sua filha em uma seleção da prefeitura. Orientou que ele fosse em casa buscar os documentos, listou os documentos necessários para o carroceiro. Seu empenho pessoal, que excedeu às suas funções de recepcionista, garantiu que a filha do carroceiro negro participasse de um concurso público, frente às dificuldades do pai na fruição da burocracia do processo. “A identidade étnica, com suas redes de solidariedade e com seu patrimônio de história, fornece as linguagens, os símbolos, os meios organizativos para dar voz a novos conflitos.” (Melucci, 2001, p.113)

Nas visitas que realizava a Éverton em sua casa, eu chegava pelas 17 horas. Sua filha estava assistindo na televisão um seriado norte-americano, dublado, só com atores negros, o qual retrata as experiências de jovens negros (homens) que estudavam, jogavam basquete. Jovens como ela, também negra, e às vésperas de seus 15 anos.

Pela presença de negros na cidade, moradores das periferia e na maioria desempregados, procede o privilégio das políticas públicas de geração de trabalho,

¹⁸⁸ Em uma de nossas inúmeras conversas, me contou que se candidatou a vereador na época em que Alceu Colares era governador, considerando a necessidade da presença de vereadores negros

emprego e renda privilegiar a presença de descendentes afros, critério que não ficou explícito nos relatórios dos Coletivos de Trabalho elaborados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, tampouco nas declarações dos gestores. Procede também uma reflexão sobre a liberdade dos negros em Pelotas, até pelas questões que a herança escravista ainda suscita, na medida em que, como relata Vecchia (1997), mesmo com a tirania dos pais de criação, os filhos só rompiam as relações, após os 18 anos. Permaneciam sob a tirania e sob a exploração por se sentirem “na obrigação” com os pais que lhes “criaram”. É importante ressaltar que o entendimento de família para essas crianças negras, desde seus 5 anos de idade, eram pais que exploravam seu trabalho, impedindo seu acesso à instrução.

A herança escravista em Pelotas, precisa ser considerada na sua complexidade, traduzida ou não por suas relações atuais de trabalho, oportunidades possíveis, viáveis, viabilizadas para os negros, relevando o 13 de maio como marco das manifestações presentes na memória das organizações dos negros em Pelotas, o 20 de novembro data oficial, feriado municipal da consciência negra.

4.6 Éticas religiosas e desemprego

— Sou José e represento os evangélicos no Conselho do Desenvolvimento do Dunas. — Apresentação de Seu José na reunião inaugural da Instituição Comunitária de Crédito do Loteamento Dunas, 16 de julho de 2002, Escola Municipal do Dunas.

A religião se coloca para os sujeitos da pesquisa como um fator preponderante de sociabilidade, de intermediação da convivência.

A concepção de Geertz (1978) sobre religião estabelece relações importantes com as conclusões da presente pesquisa, na medida em que o autor a referencia como sistema cultural, retratando as opções morais, estéticas, de visão de mundo de determinado grupo. Nas práticas religiosas se acumulam o *ethos* de um grupo diante de seu contexto vivido:

nos municípios da metade sul, nesse momento que um negro governava o Estado. Não se elegeu, mas, segundo sua opinião, foi bem votado pela campanha com poucos recursos que realizou.

As inclinações que os símbolos sagrados induzem, em épocas diferentes, vão desde a exultação até a melancolia, da autoconfiança à autopiedade, de uma jocosidade incorrigível a uma suave apatia - para não falar no poder erótico de tantos mitos e rituais mundiais. Não se pode falar de apenas uma espécie de motivação chamada religiosidade, da mesma forma que não existe apenas uma espécie de inclinação que se possa chamar devoção (Geertz, 1978, p.111).

Há uma diversidade de devoções, de entendimentos do sagrado no mesmo grupo pesquisado, no grupo que procura alternativas de sobrevivência não-vinculadas ao assalariamento, porque não conseguem um emprego de carteira assinada, ou, tendo o mesmo, sabem que novo período de desemprego é possível em suas perspectivas futuras. Esse entendimento do sagrado vai compondo práticas específicas, dimensões peculiares do belo, do estético, que vão conformando o que denomino como ética religiosa, que estabelece uma intervenção própria do sujeito no grupo de desempregados, de seus vizinhos de comunidade, de seus pares não necessariamente de devoção.

No questionário aplicado a todos os integrantes dos Coletivos de Trabalho foi possível ter uma visão panorâmica de sua escolha religiosa:

Tabela 7

Título: Repostas da questão 5 do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho "Sua Religião"

RELIGIÃO	MTD	Z3	NAVEGANTES	TOTAL
ADV.7º DIA	0	0	1	1
ANGLICANA		1	0	1
ASSEMBLÉIA DE DEUS	1	2	1	4
CANDOMBLÉ	1	1	0	2
CATÓLICA	5	63	19	87
ESPÍRITA	0	5	3	8
EVANGÉLICO – UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	4	3	4	11
EVANGÉLICO LUTERANO	0	2	0	2
EVANGÉLICO QUADRANGULAR EVANGÉLICO STA. MISSÃO	0	6	1	7
FAMÍLIA DE DEUS	0	1	0	1
REN.CANAÃ	0	1	0	1
UMBANDA	5	3	4	12
NÃO TEM RELIGIÃO	10	7	6	23

OUTRA	0	0	1	1
TOTAL GERAL	26	95	40	161

Fonte: Tabulação dos dados do questionário realizada pela bolsista de iniciação científica – FAPERGS – Mirela Fleck

Estabelecendo um possível agrupamento das religiões, estariam 28 pessoas dos Coletivos de Trabalho em confissões protestantes, duas no Evangélico Luterano, e uma na Anglicana (religiões protestantes concebidas como mais tradicionais por D'epinay (1970) e 25 pessoas nas denominadas religiões protestantes pentecostais, quais sejam: Evangélico Santa Missão, Família de Deus, Reunião de Canaã, Adventista do 7º dia, Assembléia de Deus, Universal do Reino de Deus, Evangélico Quadrangular. As religiões afro- brasileiras – umbanda e candomblé – são freqüentadas por 14 pessoas. Há oito espíritas e, predominantemente, católicos – um total de 87 –.

A Colônia de Pescadores Z3, concentra a maioria dos participantes dos Coletivos de Trabalho de Pelotas. Possui a Capela da Igreja Católica e seu Salão de Festas como locais permanentes de aula dos cursos e plenárias, festas, a exemplo do ato de assinatura da prorrogação dos coletivos por mais 4 meses com a presença do governador (que ocorreu no Salão de Festas da Igreja Católica¹⁸⁹, já anteriormente mencionado).



¹⁸⁹ A primeira Semana Social Brasileira organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ocorreu dos dias 3 a 8 de novembro de 1991 e discutiu justamente a problemática do desemprego no Brasil intitulada: "O Mundo do Trabalho: Desafios e Perspectivas no Brasil Hoje", envolveu intelectuais como Paul Singer, ativistas importantes como Hebert de Souza, empresários. Ocorreu uma publicação da qual constam os resultados das conferências/debates editada pela Editora Paulinas no ano de 1992, organizada pela CNBB.

Fotografia 15. Aula do grupo de reciclagem do lixo na Z3

O sincretismo religioso¹⁹⁰ é bem típico do Brasil, expresso no fato de as pessoas seguirem uma religião e participarem de cultos, determinadas práticas religiosas em outras.

No quadro abaixo observamos que um participante dos Coletivos de Trabalho no bairro Navegantes afirmou sua crença na religião Católica e na Umbanda; uma pessoa do Movimento dos Trabalhadores Desempregados segue o Candomblé e a Umbanda e três integrantes dos Coletivos de Trabalho na Colônia de pescadores Z3 afirmaram seguir a religião católica e a espírita:

Tabela 8

Título: Respostas da questão 5 do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho “Sua Religião”, pessoas que assinalaram mais que uma religião:

Grupos	Católica	Candomblé	Espírita	Umbanda	Total
Navegantes	X			X	1
MTD		X		X	1
Z3	X		X		3
Total					5

Fonte: Tabulação dos dados do questionário realizada pela bolsista de iniciação científica – FAPERGS – Mirela Fleck

Esse sincretismo¹⁹¹ religioso, de uma parte significativa dos brasileiros, por certo, favorece as trocas, a convivência entre as diferentes confissões religiosas.

¹⁹⁰ Conforme o estudo de Novaes (1985): “No catolicismo vivido pelos **agricultores** de Santa Maria, há lugar também para o **xangozeiro** e o **espírita**. Estes não são vistos como substitutos do padre, mas como alternativas paralelas. As agências religiosas onde atuam não exigem adesão exclusiva dos clientes, os quais sempre justificam a procura destes funcionários religiosos como resultado de um momento de desespero e fraqueza diante de uma dificuldade. ” (grifos da autora,p.55). O sincretismo religioso é muito favorecido pela não-cobrança da Igreja Católica em relação a exclusividade dos fiéis, sendo, na comunidade em que Novaes pesquisou, possível substituir o padre, em momento de desespero e fraqueza, pelo xangozeiro, pelo espírita. Mello (1994) constatou em sua pesquisa sobre a resistência negra à escravidão através do batuque a convivência dessas práticas com o catolicismo: “... o batuque e outras práticas mágico-religiosas conviviam com o catolicismo, com irmandades de negros e com confrarias religiosas leigas, evidenciando que as alternativas forjadas pelos negros escravizados e libertos compreendiam um leque amplo e os caminhos de expressão e espiritualidade eram muitos”(p.48).

No grupo pesquisado, foi possível reconhecer um conjunto de valores, de posturas e de atitudes determinados pela confissão religiosa a qual o sujeito pertencia, conjunto esse que estou denominando como ética religiosa.

É possível também identificar a religião como fator agregador dos sujeitos participantes dos Coletivos de Trabalho nos resultados da pergunta de número 6 do questionário aplicado aos integrantes dos Coletivos de Trabalho. Nela qual era necessário assinalar quantas pessoas pertencentes à sua religião participavam dos Coletivos. Na Colônia de Pescadores Z3 do total dos 90 questionários, 79 pessoas responderam essa questão, apenas quatro assinalaram que uma pessoa dos Coletivos era de sua religião, 55 colegas responderam que mais de seis colegas são da sua religião, 20 pessoas responderam que entre duas a cinco pessoas participam de sua religião. No MTD, de um total de 23, 17 responderam a essa questão, somente uma respondeu que um colega é de sua religião, sete pessoas responderam que mais de seis colegas são da mesma religião, 9 pessoas responderam que possuem de dois a cinco colegas da sua religião nos coletivos. No Navegantes de um total de 45, 30 responderam a essa questão, somente dois responderam que um colega participa de sua religião, 24 responderam que mais de seis colegas participam de sua religião, quatro pessoas responderam que de quatro a cinco pessoas do grupo participam da sua religião.

Pelos resultados do questionário, os participantes dos Coletivos de Trabalho identificam no convívio pessoas da sua religião, pois apenas alguns, os mais jovens, saíam perguntando para os colegas durante o preenchimento do questionário, a sua religião, os mais velhos assinalaram sem qualquer espécie de levantamento.

Os pentecostais e os pertencentes aos cultos afros, em especial, se destacaram na demonstração dessa ética religiosa que, ao fim e ao cabo, representa uma outra forma de identificação, de identidade que não a vinculada ao trabalho assalariado, à profissão.

¹⁹¹ Na reportagem da revista Isto é intitulada “A fé que se move” consta sobre o sincretismo religioso existente no Brasil: “...o brasileiro John Burdick, que nasceu em Massachusetts (EUA) e viveu na Baixada Fluminense na década de 80, diz em seu livro **Procurando Deus no Brasil** que o “modelo da religião única deixou de ser satisfatório”. Em seu trabalho antropológico, Burdick flagra os católicos em migração para o pentecostalismo ou a umbanda. Ao fim de tudo, a constatação é de que a religião, hoje, é um mercado livre. Do lado bom tem a palavra livre e do ruim, o mercado.” (Filho e Lobato, 23/4/2003, p.41)

4.6.1 Éticas pentecostais e desemprego

A representação dos evangélicos¹⁹² através de seu José (excerto do início do capítulo) institucionalizou a fé, responsabilizou formalmente seus seguidores com os atos do Conselho de Desenvolvimento do Loteamento Dunas.

Compareci a outras duas reuniões do Conselho de Desenvolvimento do Loteamento Dunas (CDD), e a presença do seu José, justificando a ausência de alguns, preocupado com a "metade do bairro" que não participa das atividades do CDD foi marcante.

Da mesma forma, duas informantes importantes dos Coletivos de Trabalho — Neusa e Virgínia — a primeira da Colônia de Pescadores Z3 e a segunda do Movimento dos Trabalhadores Desempregados do Balneário dos Prazeres, também têm um papel destacado em seus grupos¹⁹³ e são evangélicas como seu José.

Neusa lidera o pessoal da reciclagem de lixo que está organizando uma cooperativa após o convívio nos Coletivos de Trabalho. Distribuiu os questionários aplicados nos Coletivos na Z3 para mim, explica seu papel no grupo como evangelizadora¹⁹⁴. Esse papel evangelizador, pelas minhas observações, colabora com esses grupos de pouca escolaridade,

¹⁹² D'epinay (1970) em seu estudo sobre a participação política dos pentecostais no Chile em 1965 diferencia o protestantismo do pentecostalismo, afirmando que o primeiro envolve as denominações tradicionais ou históricas colocadas como igrejas de importação (Igrejas Luterana, Calvinista, Anglicana, Batista, Metodista). O pentecostalismo, por sua vez, é a expressão nacional de um movimento que ultrapassa as fronteiras dos países e soube conquistar seu lugar entre o povo pobre. No presente texto a referência aos evangélicos é sempre relacionada aos pentecostais.

¹⁹³ Conforme matéria de o Estado de São Paulo de 12 de novembro de 2002: "Nos anos 90, o número de católicos caiu 12% e o de evangélicos aumentou em 70%. O Censo 2000 do IBGE, porém, calcula que os católicos ainda são maioria — são 125 milhões de brasileiros. Já os evangélicos são 26,1 milhões."

¹⁹⁴ Conforme Rolim (1980) durante 1910 a 1930 é que a religião pentecostal se afirma nos meios populares no Brasil. Pessoas sem destaque na Igreja Católica, cujo o evangelismo então existente havia penetrado muito pouco: pedreiros, carpinteiros, cortadores de madeira, serventes de pedreiros, faxineiros, varredores de rua, motoristas, maquinistas de trens, pequenos alfaiates, sapateiros, eletricitas, mecânicos, feirantes, balconistas, empregadas domésticas, cozinheiras, trabalhadores de pequenas indústrias, ferroviários, começam a exercer papel de pastor, pregador da palavra, diácono após um processo de formação, ou mesmo observando o trabalho do pastor/pregador e decorando suas palavras, carregando uma bíblia embaixo do braço muitas vezes sem ser alfabetizado. Esse novo pentecostalismo é um espaço de espontaneidade: "Gente que nunca teve voz nos templos católicos e sempre foi mandada pelos vigários descobria agora um tipo de igreja onde podia exprimir sua crença, livremente, e com espontaneidade de gestos e palavras dizer o seu recado a Deus fazendo suas orações em voz alta, gritar seus louvores ao poder de Deus." (Rolim, 1980, p.143). Novaes afirma na reportagem sobre religião do jornal do IBASE (Dez. 99/jan. 2000) a esse respeito: "Para Regina, estamos saindo de uma perspectiva religiosa tradicional para uma questão de escolha pessoal. "O crescimento evangélico no Brasil está acontecendo principalmente em áreas pobres e violentas. Há várias razões que explicariam o fato. As igrejas evangélicas são mais ágeis, até na disponibilidade em instalar-se em qualquer lugar. Existe uma proximidade social dos pastores com a população" (Jornal da Cidadania, p.4).

pois Neusa e também Virgínia visitavam quem estava faltando no grupo, investigavam o porquê da falta, exerciam uma função agregadora, articuladora no grupo.

No grupo de Virgínia do Balneário dos Prazeres, a maioria de seus membros é das religiões afro, principalmente da umbanda, um número expressivo é negro. Segundo Virgínia:

Eu não acredito no que eles acreditam. Eles ficavam falando às vezes nas reuniões do grupo de trabalhos nas encruzilhadas, acho que era para me provocar, porque depois pararam. Eu não dou bola, eu sou da Assembléia moderna.

Neusa me contou ser missionária de uma dissidência da Assembléia de Deus:

Eu sou missionária, tenho a minha fé, escuto Deus, mas acho que a gente precisa conviver com todas as religiões”, (Neusa dá cultos). "É bom dar culto, a gente ganha até R\$ 20,00 por culto que dá para um pastor em outra cidade, quando visita uma comunidade.

Os cultos se colocam inclusive como uma alternativa de renda. Recuperando a memória da formação dos cultos protestantes, aos quais os pentecostais se integram, é possível reforçar a valorização da religião pelo que ela processa no comportamento nas pessoas, não por um valor em si, refletindo principalmente sobre o papel da mulher nas práticas religiosas. No caso de Neusa, o pastor lhe paga pelos cultos, não há muita liberdade (pelo que percebi nas conversas com ela sobre sua Igreja – uma dissidência da Assembléia de Deus) para ela coordenar uma comunidade, ser a pastora responsável pela comunidade, não simplesmente substituta dos cultos do pastor:

Do modo como as coisas se passaram, as mulheres sofreram por sua falta de poder tanto em terras católicas como nas protestantes, desde o final do século XVI até o século XVIII, quando as mudanças nas leis matrimoniais restringiram a liberdade das esposas ainda mais, quando as guildas femininas definharam, quando o papel feminino no comércio médio e na direção das fazendas foi reduzido e quando a diferença entre o salário masculino e o feminino ampliou-se. Tanto na França católica como na Inglaterra protestante, a senhora instruída lutou para estabelecer um papel para si: a mulher tornou-se figura familiar, fosse como solteirona ou como ursulina; a mulher autora de dramas teatrais lutou para ganhar a vida, desde a escandalosa Aphra Behn no século XVII até a escandalosa Olympe Gouges, no XVIII (Davis, 1990, p. 85).

Certa vez, quando estava em sua casa na Colônia Z3, chegou uma vizinha e ficou contando um episódio:

Minha mãe me levou em um rodeio, eu tinha ido no culto e não queria ir, mas ela insistiu e aí eu fui. Foi horrível (a moça enquanto contava fumava e tremia, penso que nervosa recordando o fato) tinha dança, gente bebendo. Eu comecei andar de um lado para outro querendo ir embora e dizia: seus ímpios, seres do mal... Um senhor que viu que não me sentia bem me ofereceu uma carona. Foi muito ruim. Neusa comentou: Tu vais te acostumar, vais inclusive parar de fumar, não vais ir a estes lugares e se fores vais entender os outros, Deus nos ensina também a entender aqueles que não alcançaram a ele. E logo pediu que ela trouxesse água quente em uma térmica, para preparar um café para mim, pois estava sem bujão de gás. Quando a moça saiu: — Não dá bola para ela, não é muito certa da cabeça e agora está entrando na religião, tudo é novo para ela. Logo, a moça chegou com a água quente.

O fato de Neusa contemporizar as atitudes da moça em relação a sua escolha pela religião, seus aprendizados, a possibilidade de convívio com pessoas que "*não alcançaram a Deus*" demonstra sua maturidade, seu esforço de convivência, justificando para mim — pesquisadora —, que ela sabia não ser membro da Igreja. Interessante é que nesse mesmo dia, durante o chimarrão que a moça trouxe, surgiu o comentário:

Parece que a Simone é evangélica — falou a vizinha da Neusa, e Neusa respondeu: — Realmente, ela parece evangélica, mas não é... Fiquei sorrindo e pensando o porquê de parecer evangélica: por que visito as casas, converso com as pessoas, discuto desemprego, por que tenho cabelo comprido? Não me ocorreu perguntar, naquele momento, por que parecia evangélica.

Para Novaes (1985), a classificação de determinadas religiões como pentecostais ocorre:

O que permite classificar todas as denominações como pentecostais é, sobretudo, o núcleo doutrinário comum. Não se trata de crenças particulares. Sua especificidade reside na maior ênfase em certos aspectos da doutrina cristã, a saber: na crença da atuação do Espírito Santo sobre os fiéis contemporâneos, na busca de santificação através do desprezo à sabedoria humana e aos valores do mundo, e na espera pela segunda vinda de Cristo, quando os **crentes** serão resgatados e os não-crentes condenados (p.16, grifo da autora).

A denominação "crente" faz parte do senso comum para referenciar os evangélicos pentecostais¹⁹⁵.

Em conformidade ao entendimento de Rolim (1980) de que a experiência religiosa pentecostal não anda atrás de provas, me arrisco em afirmar que tais pessoas podem ser mais suscetíveis às alternativas de trabalho não-vinculadas ao assalariamento, pois acreditam mesmo sem provas, que basta viverem a crença. Tal situação, talvez, os leve a se desvencilhar mais rapidamente do luto do trabalho assalariado, até pelo seu "desapego às coisas do mundo", como Virgínia, que tantas vezes condenou os brincos e batons de suas colegas dos Coletivos de Trabalho do Balneário dos Prazeres.

O momento atual apresenta muitas explicações para o desemprego, mas viver essa situação sem cair no alcoolismo, mantendo a família unida é um grande feito¹⁹⁶. Poderíamos até considerar um milagre, e tal situação o pentecostalismo é promotor.

Neusa está ainda fazendo a sua casa. Ela conta com a ajuda de um rapaz que freqüentava a Igreja com ela na Colônia de Pescadores Z3. Eles tiveram uns conflitos com o pastor que não aceitava as idéias deles e resolveram sair. Estão procurando uma Igreja agora para freqüentar, segundo Neusa, alguma dissidência da Assembléia de Deus¹⁹⁷.

¹⁹⁵ Para Rolim (1980), o fundamento das práticas dessas religiões pentecostais ocorre: "Na crença de que o Espírito Santo derrama sobre os fiéis a variedade de seus dons, repetindo-se hoje episódios do cristianismo primitivo, reside o fundamento das práticas e crenças pentecostais. A Bíblia, principalmente os Atos dos Apóstolos e a Primeira aos Coríntios, fornece a base de credibilidade. Os textos são tomados ao pé da letra. A crença vai entrando nos corações através dos depoimentos sobre a mudança de vida dos crentes. A conversão, o falar línguas estranhas, o orar em línguas, as curas fazem eco ao que relata o texto sagrado. Não se preocupam com justificar racionalmente o poder de Deus. Esta experiência religiosa, dizem, não anda atrás de provas. Basta vivê-la"(p.149).

¹⁹⁶ D'epinay (1970), em sua obra sobre os pentecostais no Chile, afirma haver uma crença de que: "[. . .] ao ensinar a dedicação ao trabalho e ao evitar o esbanjamento infundindo deste modo certo espírito ascético, o pentecostalismo, como o protestantismo em geral, permite que seus membros melhorem sua situação pessoal. Os filhos poderão estudar mais do que seus pais, e ingressarão, deste modo, em carreiras mais elevadas. Provocando melhoramento nas condições de vida de milhares de famílias, estes movimentos religiosos operam a transformação de toda sociedade chilena" (p.229).

¹⁹⁷ Novaes ((1985) esclarece a conformação de dissidências na Assembléia de Deus: "No Brasil há pelo menos uma centena de denominações pentecostais, e a homogeneidade não é garantida nem mesmo no interior de uma única denominação. Vejamos o exemplo da Assembléia de Deus: implantou-se no Brasil em Belém do Pará, por iniciativa de dois missionários suecos vindos dos Estados Unidos por volta de 1910. Através da atuação religiosa de seus precursores, com auxílio de outros missionários suecos e americanos que vieram posteriormente e, sobretudo, através da atuação dos novos núcleos, é hoje a denominação que possui maior número de adeptos em território nacional. Apesar da organização que subordina as congregações às igrejas, as igrejas às igrejas-

Os fatos de a vizinha emprestar a água, a cuia, a bomba e a erva (fazer o chimarrão para nós) e de o rapaz construir a sua casa de graça (um banheiro de material cujos acessórios — vaso e pia — foram fornecidos pelo Programa Coletivos de Trabalho, que beneficiou muitas famílias da Z3¹⁹⁸) demonstram os laços de solidariedade referenciados na mesma crença religiosa de todos. Sendo Neusa a mais "iniciada" pois já fez cursos, tem um entendimento bíblico, uma iniciação em falar em público, é autorizada a ministrar cultos, mostrou-me fotos de missões em que participou em cidades da Argentina (contou-me que fala espanhol), e em cidades de Santa Catarina.

Virgínia é missionária da Assembléia de Deus e está iniciando uma missão na comunidade do Balneário dos Prazeres, participa de cultos em outra comunidade, mas quer começar a ministrar cultos na sua casa¹⁹⁹. Sua família está uma parte em São Paulo — uma irmã e seus pais. Ela mesmo veio de São Paulo e percebe que sua participação no Movimento dos Trabalhadores Desempregados, além de servir para conquistar melhores condições de vida para si, seu marido e sua filha que está assentada na Sanga Funda, serve também para evangelizar:

Já participava em São Paulo, na época da Erundina, do Orçamento Participativo lá, adoro participar²⁰⁰. A gente evangeliza também, a gente cumpre a missão mesmo tendo gente ao redor que não entende da palavra de Deus, como o pessoal da umbanda do grupo.

Nas duas reuniões e uma plenária de que participei junto ao seu José no Dunas; duas reuniões com Virgínia no Balneário dos Prazeres e uma plenária do Coletivo dos Atores Sociais na Colônia de Férias do Sindicato dos Trabalhadores da

mães e estas aos ministérios, cada organização local se considera um corpo independente. A autonomia das igrejas e congregações se concretiza não só porque são auto-suficientes financeiramente como também porque o são em termos de formação de seus dirigentes. Na ausência ou desvalorização dos Seminários Teológicos para a formação religiosa, os dirigentes são, via de regra, cooptados a nível local e "formados" na prática religiosa cotidiana." (p.18)

¹⁹⁸Neusa me contou que considerou o critério de seleção muito falho para a escolha dessas famílias beneficiárias dos acessórios de banheiro, pois ela mesma comprou os acessórios de um outro colega, por um preço bem em conta a pia e o vaso, porque seu colega já possuía banheiro, ficou com os acessórios para vender.

¹⁹⁹Essa prática de iniciar os núcleos da religião nas casas é descrita por Rolim (1980).

²⁰⁰Na pesquisa realizada por D'epinay (1970) sobre a participação política dos pentecostais no Chile no ano de 1965, sendo esta uma investigação que utilizou observação participante e análise de documentos junto a igrejas pentecostais de várias localidades chilenas, afirma-se que a maioria dos fiéis prefere participar de associações de moradores e de sindicatos, pois a responsabilidade é menor do que nos partidos políticos sendo possível " [. . .] ajudar ao próximo e contribuir para o bem comum" (p.186).

Alimentação e nas duas aulas que assisti junto de Neusa na Colônia de Pescadores Z3, percorrendo as ruas da Colônia com ela para recolher os questionários, percebi que eles tem um cuidado especial com os membros do grupo, perguntam porque faltaram, trazem café, chimarrão para as reuniões, encontros. Assim como seu José junto ao CDD, há uma característica comum de gentileza e cuidado, em relação aos grupos de convívio entre eles que ultrapassa a questão de gênero e se institui pela escolha religiosa: são todos evangélicos da Assembléia de Deus ou dissidência dela.

Talvez a delicadeza dos evangélicos verificada nesses grupos possa ser decorrência até das práticas comuns de sua religião:

Os cultos públicos têm lugar algumas vezes por semana, à noite, incluindo os domingos, quando se tornam mais festivos, mais freqüentados e mais solenes. O visitante tem livre acesso a todos eles. Sua presença é mesmo mais do que desejada pelos crentes. Estes convidam amigos, conhecidos ou parentes para os cultos. O proselitismo começa mais pelos olhos, pela sensibilidade do que pela demonstração racional. À porta do templo o visitante das camadas populares é tomado de surpresa, sobretudo se ele ainda é católico ou foi. Um crente bem vestido, terno e gravata, o recebe sorridente, se apressa a levá-lo para tomar um lugar nos bancos e lhe dá um livro de cânticos, por vezes uma Bíblia. Se no templo católico se sentira um estranho e perdido entre desconhecidos, aqui começa por ser tratado por gente. Bem recebido à entrada, é ainda cumprimentado pelos crentes à sua volta. Mas é também identificado. Não é um deles. Mas, quem sabe?, vai ser uma aquisição. Se traz na alma alguma amargura ou tristeza, o acolhimento em que é envolvido já o suaviza (Rolim, 1980, p.152-153).

A visão evangelizadora de José, Neusa e Virgínia pode estar perpassando seus grupos de convivência e procurando com sua delicadeza conquistar mais adeptos para sua religião. Com sua delicadeza tornam o ambiente dos Coletivos de Trabalho, do Conselho do Desenvolvimento do Dunas, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados melhor, de mais fácil convivência.

Seu José, que se apresentou como o representante evangélico no Comitê de Desenvolvimento do Dunas (CDD), falou na plenária de apresentação do banco para a comunidade, como uma alternativa popular para empréstimos, que:

Não se pode ver o banco só como uma vaca para tirar leite, que ele é uma conquista para o bairro Dunas, pode mudar o retrato do Dunas como um lugar que só tem bandido, mas sim

como um lugar que tem um projeto, eu sou um colaborador deste projeto, ajudar a criar, como o banco Palmas²⁰¹ – o banco Dunas uma grande conquista.

Acredito que, no planejamento e execução das políticas públicas, é necessário dar uma atenção especial à presença de evangélicos pentecostais²⁰² nos grupos, por este papel evangelizador em que eles se colocam e por, nessas comunidades em grande vulnerabilidade social, essa liderança colaborar com o êxito das políticas públicas de cunho social.

No estudo de Novaes (1985), a autora evidencia os comportamentos e atitudes dos pentecostais que fazem parte do que ela denomina de luta política cotidiana. São comportamentos e atitudes que não se enquadram nos jargões marxistas de formação de consciência de classe, mas que, como relatei nos grupos de Pelotas, fazem diferença na organização do "miúdo" do grupo, dos microespaços que de fato compõem a felicidade das pessoas.

Novaes (1985) registra uma afirmação de Francisco Julião no Pasquim de número 497 sobre a presença de crentes como lideranças das Ligas Camponesas:

Não bebiam, não fumavam e só tinham uma família, então os camponeses se interessavam em que os protestantes fossem presidentes ou secretários das Ligas porque tinham orgulho em saber que seu presidente não se embriagava, tinha só uma família, embora eles tivessem várias famílias e se embriagassem. Tinham orgulho em saber que seu presidente era um homem sério. Muitos protestantes foram verdadeiros condutores das Ligas Camponesas (In Novaes, 1985, p.151).

Na prorrogação do Programa dos Coletivos de Trabalho por mais quatro meses na Colônia Z3, quando um rapaz cantou uma música de sua autoria sobre os Coletivos de Trabalho, enquanto eu me deslocava pelo salão fotografando o rapaz, várias mulheres do grupo da reciclagem me diziam: "Ele é evangélico, ele é

²⁰¹ O Banco Palmas é uma experiência de microcrédito assessorada também pela GTZ na cidade de Fortaleza (CE), que está com grande êxito, sendo referenciadas suas conquistas nas reuniões do CDD, envolvendo uma comunidade pobre como a do Dunas.

²⁰² Na conversa que tive com a coordenadora estadual do programa Coletivos de Trabalho na Secretaria Estadual de Cidadania, Trabalho e Assistência Social no dia 13/12/02, expondo os resultados do questionário aplicado nos coletivos e pesquisando nos documentos da secretaria sobre implementação e resultado dos coletivos, comentei sobre a presença dos evangélicos pentecostais no grupo dos Coletivos de Trabalho de Pelotas e a coordenadora então comentou que no Coletivo de Trabalho do Campo da Tuca em Porto Alegre também tem uma evangélica com um trabalho de liderança muito bom, percebi que a coordenadora ficou refletindo sobre o papel agregador dos evangélicos nos grupos populares que pesquisei.

evangélico..." Parecia uma forma de justificar o talento do colega, a desenvoltura com o violão e o microfone, bem como sua elegância: terno e gravata. Neusa me contou que ele é de outra religião que não a sua, outra "linhagem". De certa forma, como afirma Julião sobre a liderança das ligas camponesas na década de 50, houve um orgulho do colega se apresentar diante do governador e se sair tão bem, ser tão aplaudido por todos os grupos dos Coletivos de Trabalho da cidade que no Salão da Igreja Católica se encontravam.

O envolvimento mais direto dos pentecostais com política pelos estudos de Rolim (1980) e D'epinay (1970) é mais de nossa década. Rolim, em sua obra, relata o não-envolvimento do pentecostalismo com as problemáticas sociais, contrapondo naquele momento o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica com os grupos populares.

Fica assim um desafio ao pentecostalismo, o de ser capaz de perceber que as classes populares lhe dão adesão, carregam para dentro dos templos o apelo de se afirmarem como classes dominadas, mesmo que isto se faça sob formas aparentemente religiosas. Desafio que é uma interrogação: a postura religiosa pentecostal poderá ou não mudar? (Rolim, 1980, p.187)

Por certo, o empírico de minha pesquisa não é suficiente para afirmar uma mudança nas religiões pentecostais. Entretanto pode afirmar que os três sujeitos evangélicos, cuja crença se manifesta em diferentes momentos, de diferentes formas para seus grupos de convívio, colaboram muito para a organização de alternativas que se contraponham à miséria vivenciada por suas comunidades. Observando o constante movimento dos políticos na eleição de 2002, na busca dos votos pentecostais, tendo estes inclusive no primeiro turno da eleição presidencial uma candidatura própria — a do então governador Garotinho do Rio de Janeiro, podemos arriscar que a pergunta de Rolim em seu estudo sobre os pentecostais em 1980 foi respondida: eles mudaram, aderiram às causas das classes populares. As questões sociais estão em suas pautas de organização, de intervenção.

A exemplo do estudo de Novaes (1985), não pretendo substituir a equação: pentecostalismo = alienação, pelo seu oposto: pentecostalismo = participação política, outrossim alertar para a potencialidade da participação dessas pessoas pouco escolarizadas, mas que têm um herança educativa advinda da religião, em

cursos profissionalizantes, organização dos grupos populares para alternativas de geração de trabalho e renda.

Na plenária dos Coletivos dos Atores Sociais²⁰³, ocorrida na Colônia de Férias do Sindicato da Alimentação, ocorreu um episódio interessante envolvendo a Dona Virgínia que, naquele momento representava o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, seu núcleo no Balneário dos Prazeres. Os participantes foram divididos em pequenos grupos para a realização de uma avaliação do seminário. Fiquei no mesmo grupo de Dona Virgínia, de uma mulher de uma organização não governamental vinculada à agricultura ecológica e de uma outra jovem do Movimento Estudantil da cidade de Rio Grande. Dona Virgínia foi expressando sua opinião sobre um dos assessores:

Ele falou que Deus é inexistente e eu não concordei — Deus está acima de todas as coisas. A estudante de Sociologia na Universidade Federal de Rio Grande discordou de Dona Virgínia e disse que essa era a percepção de Virgínia sobre o que o assessor falou em uma ampliação no entendimento de Deus. Foram conversando, Dona Virgínia não foi vencida no argumento, mas não se levou para plenária geral sua observação, ela não contestou.



²⁰³ O Coletivo dos associações de cã

ação de cooperativas e movimentos sociais.

Fotografia 16. Plenária do Coletivo dos Atores Sociais

Perguntei por que não falara durante a exposição do palestrante, ela falou que, para não atrapalhar, resolveu naquele momento da avaliação falar. Considerei muito interessante sua postura de respeito ao palestrante, mas discordante, lamento que tal comentário não foi levado para plenária. A relatora do grupo foi a mulher vinculada à agricultura ecológica, talvez porque ainda exista uma visão de que, nesses espaços de plenária política, de discussão de alternativas solidárias para geração de emprego e renda envolvendo sindicatos, organizações não-governamentais como foi o foco central dessa reunião do Coletivo dos Atores Sociais, os diversos entendimentos sobre "*Deus*" não sejam relevantes, não sejam pauta para avaliação, ou porque, para as mulheres, figuras de desordem, o calar, o silêncio seja mais adequado, o pronunciamento em público, sobre um palestrante – homem – poderia não ser adequado.

Uma integrante do MTD – Balneário dos Prazeres me contou que frequenta uma igreja evangélica, cujos cultos são reuniões com um grupo de mulheres – tomam chá, almoçam juntas, grupo chamado "girl" – é dos Estados Unidos. Reúne várias religiões, o grupo é evangélico, mas aceita pessoas de outras religiões. Ela encontra ali muita ajuda: dão alimentos para ela e seu filho de oito anos, brinquedos, ganhou muita coisa lá quando sua casa queimou, com seu menino escapando do incêndio. Perdeu tudo, mas o menino não se machucou. Observei que ela procura esse grupo muito pela solidariedade, pela ajuda. Seu marido é bem mais velho que ela e não concorda com sua participação no MTD. Já às reuniões das mulheres ele não se opõe. No entanto, ela declara que não adianta ele se opor ao MTD, porque ela vai continuar participando. O serviço do marido está muito ruim, ele trabalha de mecânico de automóveis, ela tem que sustentar o menino que já vai para escola. Seu filho sempre está junto dela: na aula do curso Farmácia Viva quando fui aplicar questionário, ele estava lá; na plenária do Coletivo dos Atores Sociais na Colônia de Férias do Sindicato da Alimentação ele também estava. Fotografei, nessa ocasião, ele e outro menino com um pônei, a pedido dele, e dei-lhe a fotografia de presente.

Essa mulher do Balneário dos Prazeres, assim como Neusa da Colônia de Pescadores Z3, que está separada do marido e cria a filha adolescente de 15 anos,

assumem funções antes destinadas ao homem, chefe da família. Novaes (1985) encontra nas características do pentecostalismo uma hipótese para a atração de mulheres que chefiam suas famílias:

O fato de haver na composição da Congregação da Assembléia de Deus de Santa Maria um número de mulheres viúvas ou separadas do marido (e não haver homens na mesma situação) coloca uma questão: até que ponto a "comunidade de irmãos" — na medida em que atualiza preceitos morais e propõe um código rígido de comportamento - não funcionaria como elemento de apoio e controle na ausência do chefe do grupo doméstico? (p.30).

Mulheres provedoras de suas famílias, atitudes de delicadeza, preocupação com o "irmão", mesmo não sendo este pentecostal, são valores, comportamentos que compõem uma ética religiosa que intervém na organização dos grupos. Na seqüência do texto, apresento uma ética religiosa diferente da pentecostal, presente entre os sujeitos pesquisados em Pelotas: a ética dos cultos afros.

4.6.2 Éticas dos cultos afros e desemprego

Os integrantes dos Coletivos de Trabalho são escolhidos em audiência pública realizada na comunidade onde ocorrerá o grupo, entre si, observando os critérios de tempo de desemprego, número de dependentes, idade, baixa escolaridade. No Balneário dos Prazeres, pelo que pude observar, o pertencimento a cultos afro-brasileiros²⁰⁴ foi um fator de aproximação das pessoas, agregador. Uma das coordenadoras do grupo, participante de cursos estaduais do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) é mãe-de-santo, coordenadora de uma terreira no bairro, que é freqüentada por um número significativo de pessoas do grupo.

Corrêa (1991), descrevendo as organizações das casas de batuque afirma que elas se colocam como uma unidade distribuidora de riqueza, daqueles que têm poder aquisitivo e pagam para fazer os trabalhos, para os negros pobres, executores

²⁰⁴ Vecchia (1997), afirma que no Rio Grande do Sul, em 15 cidades da Província de 1858 a 1888, havia exigência de licença policial para a realização de batuques, ou eram esses proibidos. "A repressão e a discriminação dos grupos de batuque continuou após a Abolição. Ela só aliviou com o Estado Novo. O que impulsiona à elite criar estas leis é o medo da reunião, da congregação e da organização da resistência dos escravos nesses encontros" (p.69).

dos trabalhos, que são a maioria dos participantes. Refletindo sobre o fato de os membros dos Coletivos de Trabalho do Balneário dos Prazeres seguirem um culto afro, diante dessa distribuição de riqueza, há uma lógica de se escolherem entre si para participação nos Coletivos de Trabalho. Eles querem ver o grupo bem, com um ganho diante do desemprego, estendendo o papel da terreira como distribuidora de riquezas para os Coletivos, tanto que, quando uma participante decidiu sair do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, todos da umbanda também saíram. Permaneceram as duas evangélicas que participavam no grupo do Balneário dos Prazeres: a senhora da casa que queimou e Virgínia.

Na exposição realizada por mim, aos gestores e aos participantes dos Coletivos de Trabalho, referente aos dados coletados nos questionários na sede do SINE de Pelotas, mencionei a religião como fator agregador para o grupo, falei dos evangélicos e do número significativo de umbandistas no Balneário dos Prazeres. Quatro mulheres do Balneário dos Prazeres estavam presentes, três delas umbandistas — uma inclusive a mãe-de-santo da terreira²⁰⁵. Elas se pronunciaram a respeito dessa minha conclusão da pesquisa, segue um trecho do diário de campo dessa exposição:

Elisângela uma negra, umbandista, muito bonita, falou que a religião articula, pois ela e mais duas integrantes, vão todos os sábados à tarde²⁰⁶ no culto da terreira. Estão muito unidas. Mas também ocorreram conflitos entre elas e Dona Virgínia. Um dia Dona Virgínia queria realizar uma mística com um livro que falava muito mal das religiões afros. Elas disseram para ela tirar o cavalo da chuva, que, se ela apresentasse o livro, elas argumentariam sobre a religião, e aí Dona Virgínia guardou o livro, não enfrentou o grupo. — Nós somos muito unidos, os metalúrgicos que comentavam que o pessoal do Balneário podia ter problemas, mas ao se sentirem ameaçados se uniam.

²⁰⁵ No artigo de Corrêa (1991), consta que, no censo do IBGE em 1973, de uma lista de chefes dos cultos afros para cada um homem haviam duas mulheres, totalizando 52 mulheres chefes de terreiras para 28 homens. Bianca, a mãe-de-santo da terreira freqüentada pela maioria dos integrantes dos Coletivos de Trabalho do Balneário dos Prazeres, é branca, tem o cabelo liso, olhos claros, o que, no entanto, não elimina sua possível descendência afro mesmo sem o biotipo físico, conforme Mello (1994): "[. . .] como nos mostra a literatura recente, a presença dos brancos nos rituais 'afro-brasileiros' é atestada pelo menos desde o século XIX, como o demonstram os estudos de João José dos Reis para a Bahia e Yvonne Maggie já no século XX para o Rio de Janeiro. Para efeito de hipótese preliminar, podemos aventar a possibilidade de o batuque no Rio Grande do Sul no século XIX ter se constituído como uma manifestação tipicamente de negros pobres, o que não elimina a hipótese da participação de brancos" (p.31).

²⁰⁶ Corrêa (1991) faz referência aos sábados como um dia de festa para a terreira, nos rituais comparecem pessoas de dentro e de fora do templo. Nessas festas há o encontro do grupo e a reafirmação da identidade de "batuqueiro".

Penso que talvez a proximidade deles para superarem obstáculos e se unirem, transporem as diferenças, talvez esteja na religião comum.

O comportamento desafiador de Dona Virgínia com o grupo do Balneário dos Prazeres, que é o seu grupo dos Coletivos de Trabalho, em relação aos seus conceitos e preconceitos sobre os cultos afros, que corresponde à crença da grande maioria de seus pares, Novaes (1985) afirma compor o constructo da expressão de fé dos pentecostais: a ênfase na propaganda, ou seja, pregar em todos os locais que puder, inclusive locais públicos como as praças, bem como a valentia de confessar a fé diante do inimigo. Virgínia, ao tentar apresentar a mística do MTD, criticando as religiões afros, baseou-se em uma de suas obrigações como crente: confessar a fé diante do inimigo. No caso dos Coletivos de Trabalho do Balneário dos Prazeres, não pode concluir sua tarefa porque eram vários inimigos importantes para o grupo e para a religião: uma mãe de santo que representa o grupo em atividades estaduais, duas seguidoras da religião e coordenadoras municipais do grupo. Por fim, o inimigo não era tão inimigo assim, melhor compor com ele para continuar nos Coletivos de Trabalho, evitar o confronto direto, cultivando aí a esperteza apregoada por Balandier (1997b), mais do que a devoção pentecostal, na medida em que anunciou a possível mística e não a concretizou, tornou indireto o confronto. Como seguidora da "Assembléia de Deus moderna", tal comportamento foi possível para Virgínia.

Em uma visita que fiz à casa da Elisângela, ela comentou comigo seus conhecimentos sobre os orixás, trabalhos de quatro pés, dois pés²⁰⁷ — preço desses trabalhos, eficiência... Que existem terreiras que cobram muito pelos trabalhos, a terreira de sua colega do MTD não. Já foi na Igreja católica, em outras religiões, mas

²⁰⁷ Nessa conversa que tive com Elisângela ela me esclareceu que sacrifício com quatro pés era com carneiro, boi, com dois pés galinha, pombo. O artigo de Corrêa, Norton F. O Batuque no Rio Grande do Sul - Uma visão panorâmica, é bastante esclarecedor sobre as práticas de sacrifício, tipos de rituais das terreiras, sendo possível mesmo sem eu visitar a terreira freqüentada pelo pessoal do MTD do Balneário dos Prazeres saber que se trata de umbanda, que realiza sacrifícios, trabalhos, como disse Elisângela, com um preço acessível. Para Corrêa, o não-enriquecimento do chefe da terreira, no caso de uma integrante do MTD do Balneário, como mãe-de-santo, conquista o respeito dos demais, tendo conhecimento sobre a religião e não enriquecendo a si com os trabalhos, mas garantindo o funcionamento da terreira. A mãe-de-santo também sofre com o desemprego e a ocupação precária do marido que é o responsável de quadra privada de esportes. Quando as pessoas não alugam, o dono da quadra não paga seu salário, diz que não rendeu o negócio, que não possui dinheiro. Ele até saiu desse trabalho, mas, como não encontrou um melhor e lhe buscaram em casa para reassumir, voltou. Seu filho mais velho já está formado em Eletrônica pela Escola Técnica Federal, mas não conseguiu emprego ainda. Sua filha já terminou o Ensino Médio e também não consegue trabalho. Ela (que é mãe de santo da terreira) fazia algumas faxinas. Agora não tem mais, o

é ali que se acha. Em outra terreira teve que sair porque sabia mais que o pai-de-santo. Seu filho mais velho, há pouco tempo quis se batizar na terreira. Ela não força nada, eles escolhem a religião deles. Elisângela tem dois filhos: um com 10 anos, outro com oito anos. São batizados em casa pela crença católica.

Conforme o estudo de Mello (1994), o batuque, os cultos afros se colocaram como espaço de resistência dos negros escravos durante o século XIX. Esses cultos muitas vezes eram punidos com prisões, multas aos seus participantes. Reunindo os negros em rituais, utilizando expressões africanas, o grupo persistia com sua cultura, e essa reunião se expressa inclusive na fala dos metalúrgicos, que revelam: a qualquer ameaça eles se unem. Os primeiros templos de batuque no Rio Grande do Sul, conforme Côrrea, pelos registros de história oral, ocorrem em meados do século XIX e teriam sido fundados, em Pelotas ou Rio Grande, por africanos ou seus descendentes da primeira geração. Em função de semelhanças com os rituais de Xangô no Recife, é possível que suas raízes sejam daquela região.

Nos Coletivos de Trabalho do Balneário dos Prazeres — MTD, havia a presença de um homossexual absolutamente integrado ao grupo. Quando ocorreu a ocupação, já relatada na seção anterior, na área da Vega pelo MTD, no caminho para cidade de Capão do Leão, foi um dos que permaneceu, no meio do barro, ainda me falou:

Fico para cuidar da Elisângela, se não ela fica praticamente sozinha, todo mundo do grupo foi embora.

Permaneceu ele e um sobrinho no acampamento. Conforme Corrêa (1991), é muito comum nos cultos afros o respeito aos homossexuais, que inclusive podem ocupar um lugar de destaque na hierarquia do grupo, pois sempre um casal de orixás governa o indivíduo: um a cabeça e o outro o corpo, os orixás passam para os filhos suas características, principalmente o que governa a cabeça:

O fato de haver esta transmissão de caracteres, de "pai" para "filho", introduz uma questão interessante e já estudada por Fry (1982) e outros, que é a homossexualidade nas religiões afro-brasileiras. No Batuque, em função da ocorrência desta transmissão, o indivíduo não é culpado de ser homossexual, tal como ocorre fora do culto. De fato, há muitos homossexuais no Batuque, mas em geral são muito bem aceitos e respeitados. Alguns deles são ou foram chefes de grande prestígio entre

que tem para sobreviver é o recurso dos Coletivos de Trabalho e o salário do marido, quando ele recebe.

toda a comunidade do Batuque e mesmo na "sociedade branca" (Corrêa, 1991, p.158).

Nos outros grupos dos Coletivos de Trabalho não encontrei nenhum homossexual, assim como entre os alunos do Integrar do Sindicato da Alimentação com os quais convivi na formatura. No MTD do Balneário dos Prazeres muitas vezes lhe chamavam pelo nome feminino que adotou. Nos cadernos das aulas dos cursos possuía esse nome feminino na capa. Na parada gay da cidade, vários do grupo lhe acompanharam, lhe apoiaram. Talvez sua inclusão no grupo, ocorra pelo favorecimento da religião afro, desprovida de preconceito, diferentemente das demais crenças que, muitas vezes, associam à opção homossexual um desvio grave, pecado.

Os dois filhos de Ana Amélia participavam de um grupo de teatro de crianças, cujos encontros aconteciam na terreira ao lado de sua casa no bairro Getúlio Vargas. Havia a perspectiva da apresentação do teatro ser patrocinada pelo Sindicato dos Vigilantes de Pelotas. Um espaço de sociabilidade importante das crianças é junto da terreira, da qual segundo os meninos me falaram, Ana Amélia também participa.

Para Mello (1994), que realiza uma pesquisa nos jornais de Pelotas, nas últimas décadas do século XIX, sobre a presença dos batuques, carnavais como cultura de resistência dos negros, o papel dos cultos afros:

As religiões populares, e o batuque pode ser aí incluído, na busca de justiça, se constituem não só como paliativos para as desgraças reais de um cotidiano percebido como sem saída, mas também como elaboração realista e consciente das adversidades do cotidiano, funcionando como pólo de resistência numa sociedade onde a cidadania foi recusada para a maioria e onde a opressão é a regra de existência social das camadas populares (Mello, 1994, p.53).

O autor faz referência ao período escravista, mas, em um quadro de desemprego, o batuque se coloca como uma opção realista, reúne as pessoas, faz com que elas se identifiquem, se defendam, como ocorre no Balneário dos Prazeres.

Clarice, a esposa de Éverton Rodrigo (egresso do Integrar Alimentação) - Clarice, contou que a primeira compra de Éverton quando mudaram para sua casa própria no Dunas foi um quadro de São Jorge. O quadro tem uma fita vermelha pendurada, está em local de destaque na parede. Na casa de Ana Amélia há

também um quadro de São Jorge na soleira da porta de entrada pelos fundos da casa, que dá para a cozinha, e uma santa, que, se não me engano, é Santa Bárbara em um buraco existente no tijolo próximo da geladeira. Falaram que já deixaram este buraco para colocar a santa. Os dois são negros: Ana Amélia e Éverton Rodrigo devotos de São Jorge, santo vinculado aos cultos afros.

4.7 Pelas éticas religiosas

Em uma visita das visitas que fiz à casa de Éverton Rodrigo, em um sábado, presenciei a chegada de uma senhora e um rapaz oferecendo propagandas da Igreja Adventista para Clarice, esposa de Éverton, para ela fazer alguns cursos. Clarice viu o folder do curso e disse que já fizera alguns, mas desistiu, segundo suas palavras: “eu começo e desisto de tudo...”, porque a Igreja ficava há muitas quadras de sua casa, ia com as crianças, mas ficava com medo, ainda mais no inverno, em dias de chuva.

A moça ficou insistindo para que voltasse: agora os encontros são ali pertinho. Conseguiram a cedência de uma parte de uma casa de uma senhora. Se Clarice já tinha experiência dos cursos de Bíblia, para ela ia ser fácil, Clarice ainda falou:

— São aquelas leituras que a gente faz, depois vem questionário. E a Senhora: — É isso aí, podemos deixar o questionário, quando tu trabalhas? — e Clarice: — Deixa com as crianças, elas ficam em casa de tarde.

Em visitas posteriores, fiquei sabendo que a filha deles, adolescente, estava acompanhando esses encontros, gostando de aprender sobre a Bíblia, mas não queria se converter à religião, porque eram muitas obrigações que não conseguiria cumprir, entre elas deixar de comer carne de porco.

Assim, como nesse episódio com a Igreja Adventista, o teatro para os filhos de Ana Amélia, a formação pastoral de Neusa e Virgínia, que lhes garante desenvoltura ao falar em público; nos meios populares, as religiões cumprem um papel socializador e pedagógico fundamental.

No Conselho de Desenvolvimento do Dunas, inclusive, houve um estímulo econômico da religião, pois a primeira encomenda maior, com um número significativo de peças para confeccionar da Cooperativa de Vestuário (COOPERVEST) composta só por mulheres, foi a encomenda das batas para a terreira de umbanda do bairro.

Renato era egresso do Integrar Alimentação. Em uma das visitas que fiz à casa, sua mãe falou o que lhe ajuda a superar as dificuldades: é a religião espírita. Uma dessas dificuldades é o desemprego de Renato, pois, segundo o depoimento deste, é sua esposa com o trabalho nas creches municipais, sua mãe e sogra com suas pensões de viúvas, que garantem sua sobrevivência. A religião, nessa

perspectiva, pode também ser pensada com um caráter compensatório, diante de tantas interdições para a providência das condições mínimas de existência, no momento atual de desordem. Na concepção de desordem de Balandier, que sugere o “antídoto” para a incerteza que a desordem promove:

O ato de crer é o remédio para a doença da incerteza, senão o único, pelo menos o mais antigo. Não cura, mas tranquiliza. Quando a incerteza afeta regularmente as maneiras de ser, transforma-se em ameaça onipresente no curso ordinário das vidas, exaspera a busca das crenças às quais se apegar (1999, p.240).

Há incertezas no momento atual na *maneira-de-ser-assalariado, na maneira do entendimento do trabalho assalariado como meio de sobrevivência do sujeito e sua família*. Balandier, vislumbrando a religião como remédio, menciona a crise das instituições religiosas, seus processos de privatização, mercantilização e fetichização. No entanto, para as conclusões da presente pesquisa, não há uma ênfase em tais aspectos relativos às instituições religiosas, que no Brasil é possível observar com o crescimento dos cultos pentecostais, proprietários inclusive de canais de televisão, outrossim uma positividade no comportamento, atitudes dos sujeitos identificados às crenças religiosas, sobretudo os pentecostais e a umbanda.

Balandier (1999) referencia o número de pessoas sem religião, ou aqueles que negociam suas crenças, ou ainda aqueles que investem todo um rigor disciplinar na crença, dogmas de fé.

No *Atlas²⁰⁸ da filiação religiosa e indicadores sociais do Brasil*, lançado em maio de 2003 na Assembléia²⁰⁹ Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), ocorrida na cidade de Itaiçi, no Estado de São Paulo, o número de pessoas sem religião no Brasil corresponde a 7,4% da população, os pentecostais a 10,6%, sendo que, na região centro-oeste²¹⁰, eles são mais que 16% da população. Os seguidores da umbanda e candomblé somam 515 mil adeptos no país,

²⁰⁸ O atlas é assinado pelos professores Cesar Romero Jacob e Dora Rodrigues Hees, da PUC do Rio de Janeiro, e pelos pesquisadores franceses Philippe Waniez e Violette Brustlein (in Azis e Lobato, revista Isto é, abril de 2003, p.38).

²⁰⁹ Conforme reportagem publicada na revista Isto é, pelos jornalistas Azis Filho e Eliane Lobato, edição de 23 de abril de 2003, número 1751, páginas 36 a 39.

²¹⁰ A reportagem da Isto é especula acerca das causas do crescimento dos cultos pentecostais na região norte e centro-oeste do Brasil, sobretudo da Assembléia de Deus, por estarem vinculadas aos interesses estrangeiros, principalmente interesses norte-americanos, nas reservas de água potável existentes nessas regiões, conforme afirmação de um dos autores do Atlas para a revista, Cesar Romero Jacob: “Não gosto de teorias conspiratórias, mas não sou ingênuo de achar que elas não existem. A região tem a maior reserva de água doce do mundo” (p.39).

concentrados nas capitais: Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O catolicismo que possuía 83,3% de adeptos em 1991, caiu para 73,9% em 2000, envolvendo, na sua maioria, os brancos de renda mais alta e maior nível de escolaridade. Por sua vez, os pobres urbanos foram conquistados pelos pentecostais, sobretudo as empregadas domésticas.

Norbert Elias (2001), por sua vez, quando questionado sobre religião na obra que relata sua biografia, afirma:

Não sentia e não sinto a respeito da religião nem um desprezo racional, nem uma nostalgia romântica. Sempre tive consciência de que os homens podem precisar da religião em certas circunstâncias — mas pessoalmente não sinto essa necessidade." (p.80)

O autor menciona "certas circunstâncias" em que os homens podem precisar da religião, sendo que, no mesmo livro, quando se refere a sua passagem por Gana no continente africano:

Se vivêssemos num estado de insegurança similar, buscaríamos, nós também, a ajuda de potências invisíveis. Pois os homens não conseguem sobreviver estando constantemente, a cada momento, expostos a perigos que são incapazes de controlar (p.80).

As privações de uma vida de desemprego, por certo, são perigos que as pessoas não conseguem controlar, o sagrado contribui nas explicações, oferece saídas mais imediatas: evangelizar e ser evangelizado é salvar a si e ao grupo.

Em matéria sobre o papel das religiões atualmente, publicada no Jornal da Cidadania/IBASE, constando os estudos de Regina Novaes:

Concordemos ou não, a religiosidade é um fato. Tanto, que até o número de religiosos sem religião, que misturam várias crenças tem crescido. Regina acredita que a postura de fim de século deve ser de cooperação. "O que devemos perguntar é o que podemos fazer juntos, as religiões e as forças políticas. Os valores religiosos se encaixam com os valores da justiça, eles podem ser o motor da ação social porque estão diretamente ligados à vida cotidiana. As religiões chegam em lugares onde o Estado está ausente, fazendo importantes trabalhos sociais. (Jornal da Cidadania, p.4, dez. 99, jan. 2000)

Conforme texto disponível na página da organização não- governamental CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais):

A pesquisa recente do CERIS sobre o Catolicismo, publicada sob o título: Desafios do Catolicismo nas cidades revela um pouco mais sobre os motivos de adesão religiosa onde destaca-se sobretudo a busca de um sentido pra vida e referências para um agir ético, seja para católicos (37,2%) ou não católicos (31,1%). (Fernandes, 2001, www.ceris.org.br, grifos meus)

Durante a pesquisa de campo em Pelotas, as pessoas com as quais convivi dos Coletivos de Trabalho, do Integrar Alimentação e do Conselho do Desenvolvimento Comunitário do Dunas dão sentido à sua vida, tão cheia de dificuldades e privações impostas pelo desemprego, ao mesmo tempo que revelam um agir ético, cuidadoso junto aos seus grupos.

De certa forma, as seitas protestantes inglesas, presentes durante o século XVII, conforme Hill (1987), mencionadas no segundo capítulo da tese, eram contra o assalariamento, quando do nascedouro das fábricas, pelo bem-estar das pessoas, já que as jornadas de trabalho nas fábricas naquele momento encurtavam muito a vida, era de muito sacrifício. Hoje, no Brasil, essas pessoas membros de confissões protestantes pentecostais são motivadoras de outras alternativas que não o assalariamento, estimulam a participação na ótica do bem-estar de todos, sobretudo o seu bem-estar e de sua família.

Tentando estabelecer algumas analogias, evitando entendimentos apressados, sem o devido aprofundamento dos diferentes contextos históricos, no século XVII, ser contra o assalariamento era servir a Deus. Já, no século XXI, ser favorável a outras alternativas de sobrevivência não atravessadas pela carteira assinada é um estímulo à vida, também é servir a Deus.

Thompson (1997) também revela o papel dos cultos quacres e batistas, os quais ele denomina como “dissidência” à religião Anglicana oficial, em relação à formação da classe operária na Inglaterra durante o processo de Revolução Industrial. Nos espaços dos cultos os trabalhadores eram livres, autônomos, alheios à tirania dominante, a exemplo dos pentecostais estudados, nesses espaços determinavam sua vida:

E isso nos lembra que a fé numa vida do além serviu não só como um consolo para os pobres, mas também como um pouco de compensação

emocional pelos sofrimentos e injustiças sociais: era possível imaginar a “recompensa” dos humildes e gozar de uma certa vingança sobre seus opressores, ao imaginar seus tormentos futuros (Thompson, 1997, p.34).

O autor destaca estudos sobre o período que afirma o caráter estabilizador e regressivo das dissidências religiosas por um lado, e por outro, responsável pela organização e autoconfiança dos trabalhadores, ou seja, apesar das pregações moralistas e conservadoras inclusive de submissão do operário à disciplina da fábrica pelo Metodismo, houve contribuição das dissidências religiosas para a organização dos trabalhadores ingleses do século XVIII, ponderações com as quais concordo, pois, no momento atual, não há uma conformação “revolucionária” nos cultos pentecostais. No entanto as pessoas das classe populares se consideram sujeitos, “irmãos”, estudam a Bíblia, aprendem a falar em público. “O campo era governado pela pequena nobreza, as cidades por corporações corruptas, a nação pela mais corrupta corporação de todas: mas a capela, a taberna e o lar eram seus” (Thompson, 1997, p.53).

De certa forma, os pentecostais e umbandistas encontram nos Coletivos de Trabalho e no Conselho de Desenvolvimento Dunas, espaços de atuação legítimos para si como seus locais de culto, oração.

Novaes (1985) aponta que, em determinados momentos históricos, as instituições religiosas podem assumir um caráter político-estratégico, a exemplo do relato de Hill sobre as seitas protestantes inglesas do século XVII e de Thompson sobre as dissidências religiosas (quacres, batistas, metodistas) ao Anglicanismo durante a revolução industrial na Inglaterra. Em seu estudo sobre a Assembléia de Deus, Novaes conclui que ela complementava o trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na localidade de Santa Maria, no Estado de Pernambuco. Em minha pesquisa, não é a instituição pentecostal ou a terreira de umbanda que faz a diferença na organização das pessoas, mas o que seus fiéis processam, os valores que trazem, a partir da convivência em seu culto religioso, para os Coletivos de Trabalho, para o Movimento dos Trabalhadores Desempregados e para o Conselho de Desenvolvimento do Dunas.

O pentecostalismo é um fenômeno urbano, como bem coloca Rolim (1980) fazendo referência ao estudo de Waldo César (1974), publicado pela Editora Vozes "*Urbanização e Religiosidade Popular*", quando este coloca que as crenças

pentecostais rejeitam os valores da cidade, e seus ritos de demonstração de fé se colocam na ótica de uma certa "desordem":

Um padre ou pastor não-pentecostal, vendo-os nesta postura aparentemente desalinhada, de certo diria que é uma desordem. Mas eles, os pentecostais, estão longe de pensar em ordem ou desordem. Buscam a comunhão com o espírito. Rejeitam o formalismo da prece. Esta irrompe carregada de sentimentos, de emoções, de frases truncadas, de gritos de louvor, de expressões corporais segundo o gosto de cada um. A espontaneidade não parece ter controle (p.154).

Tal espontaneidade, típica dos ritos pentecostais, talvez favoreça seus seguidores em se tornarem lideranças do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, como é dona Virgínia, ou articuladores de cooperativas, como é o caso de Neusa com a reciclagem, ou ainda representar a religião em um grupo que pensa políticas para um bairro, como é seu José no Conselho de Desenvolvimento Dunas, na medida em que são práticas políticas de certa forma de desordem, pensando contraposições à antiga ordem do emprego. Sua religião está numa lógica de desordem em relação ao silêncio, à reclusão dos ritos de outras religiões, sobretudo da católica.

Não fica mais "simples" para esses evangélicos participar de fóruns envolvidos com a desordem do desemprego? Eles não pensam práticas comuns em relação às classes populares, mas inovam como no caso da instituição de crédito solidário do Banco Dunas, como na instituição de um movimento social, como na promoção de uma comunidade de pescadores através de cooperativas de geração de renda, em especial a de caráter ambiental com reciclagem de lixo que Neusa coordena. A convivência "fluida" dos evangélicos pentecostais com a desordem do desemprego talvez ocorra porque sua crença é uma figura de desordem, assim como os batuques, para a crença católica brasileira, já de nosso surgimento como colônia para os portugueses com a primeira missa de frei Henrique de Coimbra. Os traços de ruptura dos pentecostais, evidenciados por Novaes (1985), advêm da própria construção de identidade dos "crentes":

Ser **crente** é uma opção individual e voluntária, enquanto ser católico é permanecer na "religião de família". Ser **crente** é não se submeter à organização e hierarquia da Igreja Católica. É realizar uma forma organizacional oposta onde cada um deve ter **entendimento**; pode ter um

contato direto, sem intermediários, com o sobrenatural; deve ter participação nos rituais e ser um pregador de sua fé. Ser **crente** é seguir os "ensinamentos de Deus" contidos na Bíblia, seja pela maneira de viver (longe dos vícios, vaidades, desonestidades), seja no sentido de invocar o recebimento dos dons do Espírito Santo. Ser **crente**, em última instância, significa sentir-se um **escolhido** (grifos da autora, p. 61-62).

A ética protestante, tão bem teorizada por Weber (1944), valoriza a dimensão individual, um dos fatores principais para o desempenho do capitalismo, mas, na medida que os pentecostais valorizam o trabalho para redenção humana, há uma ruptura dessa ótica de individualismo, sendo valorizada a coletividade dos irmãos da fé, por isso da ajuda com o chimarrão em relação à Neusa, o "irmão" que está construindo o seu banheiro. Talvez essa ruptura, essa ampliação da família também seja uma manifestação de desordem diante do individualismo, da valorização pelo capitalismo da privacidade da família nuclear, da mesma forma o contato com o sobrenatural, o afastamento das coisas do mundo: vaidades, vícios, desonestidades, também "produtos" e "produtores" do capitalismo e deste o trabalho assalariado.

De outra forma, alguém escolhido de Deus pode sentir-se mais protegido em relação aos grandes sacrifícios, como é a perda do trabalho assalariado. As práticas da religião, registradas por Novaes (1985), refletem uma tentativa de convivência solidária, rompendo com os preceitos de competição e individualismo do modelo capitalista:

Além da experiência comum e da opção comum que os identifica, a **ajuda** entre os "irmãos de fé" é de suma importância para a coesão do grupo. As crises individuais ou familiares são levadas à Congregação através de **testemunhos**, das conversas antes do início ou no final dos cultos ou mesmo através de visitas. O dinheiro do dízimo e ofertas deve ser usado para resolver problemas econômicos dos irmãos. A casa de um **crente** pode ser oferecida para a resolução de um conflito familiar, e o desembaraço ou a iniciativa de certos irmãos pode ser útil para providenciar um internamento no hospital ou a realização de um enterro (grifos da autora, p.81).

Os integrantes da umbanda do Balneário dos Prazeres permaneceram nos Coletivos de Trabalho, mas não suportaram a opressão que estavam vivendo em relação ao Sindicato dos Metalúrgicos e aos assentados da Sanga Funda. Não suportaram a falta de opção de geração de emprego e renda no próprio Balneário dos Prazeres. Reunidos, não queriam assentamento rururbano, queriam uma alternativa de

geração de renda morando no Balneário dos Prazeres. Como os batuqueiros do século XIX, analisados por Mello (1994), os do Balneário querem manter a sua identidade: urbana, ocupação na área de serviço, comércio, indústria... o que der, garantindo sua moradia no Balneário dos Prazeres, não querem sair de lá.

O pertencimento religioso das pessoas é evidenciado pela pesquisa, seja através dos pentecostais que se colocam como liderança evangelizadora, tendo cuidado, gentileza com os participantes do grupo, observando se estão bem, o porquê de suas faltas nas atividades; seja os umbandistas com o potencial articulador do grupo, a união como se fosse uma espécie de "tribo" — atingindo a um, atingi-se a todos; os espaços da Igreja Católica ocupados pelos participantes da Z3; o papel pedagógico das atividades da Igreja Adventista e da Umbanda, com os grupos de leitura bíblica em relação à Adventista e de teatro da Umbanda que envolvem os filhos dos desempregados. São práticas religiosas essas protagonizadas, em sua maioria, pelas mulheres dos grupos, parafrasando Elias (2000, p.165): “É difícil imaginar comunidades religiosas sem mulheres, com a liderança das mulheres em seus ritos, a iniciativa das mulheres em suas atividades, embora se possa imaginá-las sem homens”.

Os vínculos estabelecidos pelas pessoas a partir da religião sinalizam para outros processos de conformação de identidade, de pertencimento a grupos que não aqueles pautados pelo trabalho: *ser metalúrgico, ser comerciante*, outrossim *ser evangélico*, como o rapaz dos Coletivos que cantou no ato da Z3, como é a representação do seu José no Centro de Desenvolvimento do Dunas; *ser umbandista* como a mãe de santo que também é liderança dos Coletivos de Trabalho no Balneário dos Prazeres.

A religião nunca é apenas metafísica. Em todos os povos as formas, os veículos e os objetos de culto são rodeados por uma aura de profunda seriedade moral. Em todo lugar, o sagrado contém em si mesmo um sentido de obrigação intrínseca: ele não apenas encoraja a devoção como a exige; não apenas induz a aceitação intelectual como força o compromisso emocional. Formulado como **mana**, como **Brahma** ou como Santíssima Trindade, aquilo que é colocado à parte, como além do mundano, é considerado, inevitavelmente, com tendo implicações de grande alcance para a orientação da conduta humana. Não sendo meramente metafísica, a religião também não é meramente ética. Concebe-se que a fonte de sua vitalidade moral repousa na fidelidade com que expressa a natureza fundamental da realidade. Sente-se que o que "deve" poderosamente coercitivo cresce a partir de um "é" fatural e abrangente e, dessa forma, a religião fundamenta as exigências mais específicas da ação humana nos

contextos mais gerais da existência humana (Geertz, 1978, p.143, grifos do autor).

A ética religiosa pressupõe um contexto específico, como coloca Geertz, não é *meramente ética*. Essa moral, essa fidelidade produzida pela religião está adequada às condições materiais de existência, que, no caso dos Coletivos de Trabalho e dos egressos do Integrar Alimentação, são condições precárias, vulneráveis, em que a solidariedade, o compromisso com o outro são valores, práticas, contribuições essenciais.

Torna-se, então, a prática religiosa fator compensatório em momentos difíceis como situações de desemprego, agregador para a organização das pessoas, revelador de suas posturas nos grupos.

Logo, é importante que os gestores das políticas públicas valorizem as práticas religiosas dos grupos populares, que apresentam delineamento de desordem frente à ordem das tradicionais intervenções marxistas pela consciência de classe pautada pelo trabalho, cega das escolhas religiosas das pessoas e de todas as implicações²¹¹ éticas, estéticas e materiais que essas escolhas podem resultar, e que, nessa pesquisa, como se comprova, têm resultados, fazem diferença.

²¹¹ Nos estudos de casos da obra “Brasil desempregado” de Jakobsen et al. (2000), há referência aos catadores de papel em São Paulo: “Os catadores entrevistados trabalham organizados em cooperativas; fora isso, seus vínculos associativos **restringem-se** à participação em alguma Igreja, evangélica ou católica, sendo que um deles declarou que participa da associação de moradores da favela onde reside” (p.49, grifo meu). Pela pesquisa que ora apresento, a participação na religião é o diferencial, não a restrição. O envolvimento nos ritos favorece a solidariedade, o cuidado.

5 ÉTICAS DO CUIDADO E DESEMPREGO

Os espaços nos quais se conforma o *estar* desempregado, sejam eles envoltos ou não de políticas públicas estatais, e as éticas do cuidado possíveis de serem relacionadas em suas ações, correspondem a centralidade da abordagem do presente capítulo.

Estabelecer uma razão para a instituição passa, necessariamente, por uma busca pelo sentido do cuidado como o ser-no-mundo da presença. Assim, o cuidado de si mesmo não significa uma atitude especial para consigo porque precede a si mesmo. Podemos dizer que a instituição já traz em si o cuidado e, como tal, ser presença no mundo constitui-se no cuidar do outro (Nörnberg da Silva, 2002, p. 38).

Perceber o valor do modo-de-ser-cuidado das instituições que acolhem, organizam, elaboram possibilidades do *estar* para os desempregados é fundamental, produzindo e reproduzindo um *estar* desempregado mais conhecedor de seus direitos, inserido nas políticas públicas de geração de trabalho e renda, reflexivo dos resultados dessas políticas, interagindo com perspectivas em relação ao *estar* desempregado, em especial, na cidade de Pelotas.

5.1 *Estar* desempregado, *estar* desempregada: beneficiar-se das políticas de assistência social em Pelotas

Desenho da filha do presidente da Associação de Carroceiros e Charreteiros de Pelotas. Menina de 8 anos, que está na 2ª série, sentou ao meu lado durante o Congresso da Cidade de Pelotas no dia 10 de agosto pela manhã. Pegou uma folha de ofício em branco da pasta do seu pai e colocou um rosto, vestiu e calçou a logomarca do Congresso, subjetivou o participante, deu uma significação de eu-nós²¹² para o evento, do indivíduo que faz parte da coletividade, na medida em que o participante desenhado pela menina, ao que me parece, tem o rosto de uma criança, de uma menina como ela. Pedi o desenho para ela que gentilmente me apresentou.

O desenho abaixo se trata da logomarca do Congresso presente na pasta, na faixa da mesa do evento que a menina ficou observando quando produziu o seu desenho, transformou a logomarca.

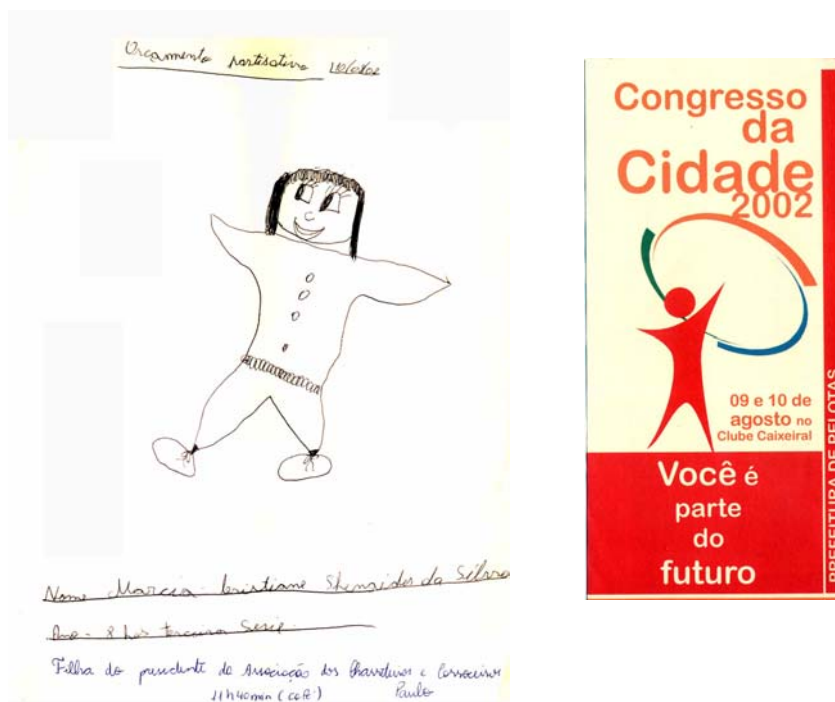


Imagem 2. Desenho da menina inspirado na logomarca do Congresso (E)
Logomarca do Congresso da Cidade (D)

Nos espaços de assistência social vinculados ao governo, de certa forma, as pessoas sem carteira assinada tentam compensar aquilo que o emprego não mais lhe proporciona, ou nunca chegou a proporcionar. Nesses espaços se procura alimentação, assistência médica, acompanhamento psicológico; nesses espaços encontramos pessoas desempregadas...

²¹² Conforme as reflexões elaboradas por Elias em suas obras *Sociedade dos Indivíduos* (1993) e *Introdução à Sociologia* (1980).

Durante o levantamento empírico em Pelotas, uma integrante do MTD do Balneário dos Prazeres relatou que participava do “Sopão” do MAPEL (Movimento Assistencial de Pelotas) ajudando na produção da sopa (descascando as verduras, cozinhando...), orientando as mães nos cuidados de higiene com os filhos/importância da amamentação, pedindo que lavassem bem a vasilha antes de colocar a sopa (muitas traziam suja de casa).

Considerava uma ajuda mútua estar ali colaborando no sopão e levando seu filho para comer a sopa com ela. Era assim, um espaço de assistência e solidariedade, pois participava, não era somente assistida. Ela também é tesoureira da comunidade católica, tais atividades exercia na Ilha da Páscoa, bairro onde morava e participava das atividades do núcleo do MTD no Balneário dos Prazeres. Ela e mais duas mulheres se deslocavam para o Balneário dos Prazeres, nas atividades dos Coletivos de Trabalho.

O Galpão de reciclagem de lixo²¹³, situado no centro da cidade, junto à Associação dos Carroceiros e Charreteiros, conformou novo significado à prática assistencial de doação de cestas básicas pela prefeitura municipal, pois as pessoas as recebiam por trabalharem junto na esteira de separação do lixo, organizando os compostos de papel, plástico, vidro, alumínio...

O recebimento da cesta básica implicava trabalho no Galpão de reciclagem, mais 30% dos resíduos separados vendidos, sendo 70% do valor produzido para os carroceiros que recolhem o lixo nos condomínios fechados, conjuntos habitacionais, ou seja, em lugares e horários específicos para a coleta solidária.

A denominação “coleta solidária”, concebida pela atual administração municipal, pressupunha como solidário aquele morador de um condomínio fechado, de um conjunto de prédios, que guardava seu lixo seco, para determinados dias da semana, quando o carroceiro/charreteiro vinha buscar, (sendo esse último também solidário pela dimensão ambiental, de preservação da natureza, ao reciclar esse dejetos para reaproveitamento).

²¹³ A coleta solidária dos resíduos sólidos foi instituída pelo Decreto Municipal nº4.231, de 5 de julho e 2001, inserida no sistema municipal de coleta seletiva de resíduos sólidos do Município de Pelotas. O Conselho gestor da coleta solidária é formado pela União Pelotense dos Charreteiros e Carroceiros (UPCC), pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), pelo Grupo Cidadania e Vida (GCV) da Paróquia Nossa Senhora da Luz e pela Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental da Prefeitura de Pelotas.

A solidariedade perpassava a consciência de defesa da vida daqueles que sobreviviam, que faziam do lixo seu trabalho, seu sustento e também daqueles que preservavam a natureza armazenando seu lixo para a coleta.

A coleta solidária está vinculada, na atual administração municipal, à Secretaria de Qualidade Ambiental. Constitui-se portanto, em uma intencionalidade de preservação do meio ambiente através dessa política pública que também proporciona alternativa de trabalho.

A partir da prática da coleta solidária, e, então, a distribuição de cesta básica pela prefeitura para aqueles que trabalhavam diretamente na esteira separando o lixo, ocorria uma renovação, uma ressignificação da distribuição de cestas básicas da assistência para a valorização do trabalho (assim como a menina, filha do presidente da Associação dos Carroceiros e Charreteiros, que “dá rosto, dá vida” ao participante do congresso que estava sem rosto, sem subjetivação apenas como logomarca do congresso municipal).

A Associação dos Carroceiros e Charreteiros estava organizando turmas do MOVA (Movimento de Alfabetização) para aqueles que não eram alfabetizados²¹⁴ e participavam da coleta solidária, tanto no recolhimento com as carroças nas lixeiras dos prédios como na esteira de triagem.

Aliar a discussão do combate à fome com geração de emprego, trabalho e renda foi uma investida do Programa Nacional Ação da Cidadania, lançado em 1994, por Betinho: “Em 1994 a Ação da Cidadania abriu o debate sobre emprego e trabalho como forma mais efetiva de combater a miséria e acabar com a vergonhosa fome de 32 milhões de pessoas” (Souza, 1996, p.10).

Gonçalo Guimarães e Paul Singer²¹⁵, a partir de experiências pessoais diferentes, trazem a história do desenvolvimento da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, hoje presente em 14 universidades em diversos estados brasileiros. Essas incubadoras são decorrência do trabalho de mobilização nacional de Betinho, por meio da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Os autores destacam a importância da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), da CUT, que, por meio do Projeto Integrar, promoveu a formação de cooperativas populares.

²¹⁴Está no regimento interno da coleta solidária a organização de projetos de alfabetização de adultos, confecção de documentos para aqueles que não têm, proibição do trabalho de menores de 16 anos.

Os autores também mencionam outras instituições importantes na formação da rede de cooperação: Banco do Brasil, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e sobretudo a Unitrabalho. As incubadoras dispõem de manancial de recursos humanos (professores e estudantes) interessados em aprender e a trabalhar juntos às comunidades envolvidas, compondo assim um projeto de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Na minha pesquisa em Pelotas não encontrei nenhuma alternativa de associação/cooperativa formada com egressos do Integrar. Havia iniciativas de sindicalistas da categoria da Alimentação com uma padaria, em função da falência das empresas em que trabalhavam, constava no currículo do curso formação para auto-gestão.

Mas, é fato que quem tem fome tem pressa, e, na ausência de trabalho que custeie o alimento, é admissível cesta básica, refeições semanais, como o sopão dos bairros.

No Getúlio Vargas, conforme depoimento de Ana Amélia, a primeira dama organizava, uma vez por semana, carreteiro e, outra, sopão, sendo que os moradores buscavam as refeições com potes, como as situações narradas anteriormente por uma integrante do núcleo do MTD do Balneário dos Prazeres moradora da Ilha da Páscoa. Nas palavras de Ana Amélia, sobre o sopão e o carreteiro:

Enquanto eu tiver não vou tirar o pão da boca de outros, mas na medida em que precisar vou buscar sim. Sei de gente que busca e não precisa tanto assim, mas não vou fazer o mesmo.

A atitude de Ana Amélia está inserida na ética do cuidado, pois, durante a pesquisa de campo, constatei as dificuldades por que passava a fim de garantir o alimento para os dois filhos pequenos, é um sentimento de humanidade muito grande que lhe move, sentimento de caridade:

Assim, a ética do cuidado é entendida a partir da compreensão de que cuidar do outro não é uma atividade comum. Antes de tudo, é algo essencial e vital para a manutenção da vida e da existência humana. Conseqüentemente, por não ser uma atividade comum, a ética do cuidado demonstra a nossa humanidade e a realização das suas diferentes ações no cotidiano reafirma os traços da nossa humanização: a disposição para o

²¹⁵ (In Singer e Souza, 2000).

bem-comum, a bondade, a alegria, a amorosidade (Nörnberg da Silva, 2002, p.55).

A dissertação de mestrado de Nörnberg²¹⁶ da Silva (2002), que teoriza sobre a ética do cuidado e sua possível presença nas instituições, a partir de um estudo de caso em uma creche, cujo vínculo é uma instituição filantrópica, contribuiu para as elaborações que formulo, considerando as evidências da ética do cuidado nos espaços de assistência social e na agência do SINE. As elaborações de Boff (1999) na obra “Saber Cuidar” também relacionam-se às interpretações por mim realizadas, sem no entanto, as interfaces com a Educação da obra de Nörnberg da Silva (2002).

As mulheres beneficiadas pelo sopão do MAPEL, também participavam de oficinas para aprender a bordar, pintar, realizar trabalhos manuais, nas palavras da integrante do MTD, beneficiada com o sopão “Não só dar o peixe, mas ensinar a pescar...” Para Gaiger (2000) tais iniciativas:

Foram denominados projetos assistenciais aqueles que, voltados predominantemente às populações mais carentes, agem para atenuar o grau de miséria e propiciar condições básicas de sobrevivência. Conduzem a uma compreensão apenas local dos problemas e das soluções. Muitas vezes, representam uma chance de integração social mínima e possibilitam o aprendizado de ofícios manuais e outros afazeres, mas não têm maiores pretensões econômicas.(p. 269)

Uma das respostas à pergunta de número 29, do questionário aplicado nos Coletivos de Trabalho da Colônia de Pescadores Z3 – *Por que tem essa opinião sobre os cursos?* Expressa a positividade do programa que não distribuía cestas básicas, mas pagava um auxílio para o participante, proporcionando curso de qualificação profissional: “Porque nunca houve um projeto que desse oportunidade ao pobre de se auto-gerenciar, não depender de sacolas básicas.”

Em conversas com as funcionárias do DAS (Departamento de Assistência Social) do Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, era discutido o

²¹⁶ A autora fundamenta-se nas obras de Heidegger, Martin. **Ser e Tempo**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1999; Maturana, Humberto. **Emoções e linguagem na Educação e na Política**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999; Mafessoli, Michel. **No fundo as aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996, fundamentalmente para construção de sua teoria, ocorrendo também outras abordagens teóricas. Na presente tese, leio esses autores pelas elaborações de Nörnberg da Silva (2002).

envolvimento das mulheres do programa família cidadã²¹⁷ com pintura em tecido, bordado e o quanto essa perspectiva era desfavorável para comercialização, aja visto que prensas são mais baratas, fazem desenhos mais perfeitos do que a pintura à mão. Tais cursos, segundo uma das integrantes do DAS, já era prática dos centros sociais urbanos da década de 70 e apontavam para o entretenimento das mulheres, confecção de panos de prato para o uso da casa, dificilmente favorecia geração de renda.

O relato da assistente social do Getúlio Vargas, sobre os cursos de pintura em tecido, crochê que promoveu de 1999 a 2000, via a programação do Qualificar, cuja executora era o SENAC, contraria a avaliação da técnica do DAS, pois, segundo ela, várias adolescentes envolvidas nos cursos estão vendendo panos de prato na feira da Avenida Bento Gonçalves, durante os domingos. Tal atividade contribui no seu sustento.

O MAPEL (Movimento Assistencial de Pelotas) funcionava de forma autônoma, embora seu presidente fosse nomeado pelo prefeito municipal e possuísse status de secretário. Tal instituição foi transformada pelo governo municipal, durante a realização da pesquisa, para Secretaria Municipal dos Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social.

Todas as **formas** por meio das quais a riqueza foi redistribuída aos pobres durante o final da Idade Média persistiram através do século XVI: donativos em comida, dinheiro, roupas e combustível; o serviço médico gratuito; os preços fixos e as políticas de impostos que favoreciam os pobres. Novas formas, tais como subsídios à habitação não foram tentadas, a não ser em poucos casos localizados (Davis, 1990, p.36, grifo da autora).

Davis (1990) reconhece na doação de alimentos, roupas, dinheiro, assistência médica, formas de redistribuir a riqueza para os pobres. Tal entendimento se distancia da interpretação dos sentidos da caridade, definidos por Nörnberg da Silva (2002), na sua teorização da ética do cuidado:

²¹⁷ Programa de renda mínima do governo passado, diferente do Coletivos de Trabalho, pois a ênfase era a constituição da família, com crianças com menos de cinco anos e/ou pessoas idosas que precisassem de cuidados, deficientes mentais e físicos. O valor próximo do recebido nos Coletivos: de R\$ 220,00 a R\$ 240,00 por família. O programa família cidadã ocorreu nas diferentes regiões do Estado, em Pelotas no Dunas e no Getúlio Vargas e em outras cinco localidades do meio rural. Na programação das atividades do família cidadã, as mulheres recebiam orientação sobre cuidados com alimentação, higiene, saúde das crianças; privilegiavam a construção de banheiros nas casas da

Na concepção cristã, o termo amor apresenta-se repetidas vezes. Nela, a compreensão não se refere a qualquer amor, mas somente à chamada caridade. A caridade é apresentada de modo diferente do amor passional e egoísta, pois se entende como ágape (Ágape representa a refeição que as comunidades cristãs primitivas tomavam em comum. Neste gesto, o de partilhar e comer uma refeição em conjunto, está a caridade que se dá a conhecer na vontade de fazer o bem para o outro. Neste caso, saciando a sua fome), um amor de dileção, que quer o bem do outro. O amor ou a caridade, a fé e a esperança são as três virtudes teológicas. A maior e a mais importante dentre elas é o amor ou a caridade. (p.43)

Nessa ótica, as políticas sociais correspondem à caridade de fazer o bem ao outro, partilhando com o outro o que é bom, como o faz a integrante do MTD ao partilhar a sopa que ajuda a cozinhar com os outros, querendo o bem do outro.

A caridade compõe a racionalidade, o constructo cristão católico ibero-americano. Pelotas, de povoamento lusitano, possui a Santa Casa de Misericórdia, que está em funcionamento até nossos dias. Sua inauguração ocorreu em 1847, tinha inclusive a roda²¹⁸ dos expostos. O Instituto de Menores Dom Antônio Zaretta foi fundado em 1924 e também ainda funciona como orfanato, abrigo para crianças e adolescentes.

Pelotas mantém uma tradição assistencial e parece importante refletir sobre os limites e implicações de suas ações, se elas perpetuam a indiferença²¹⁹, negando aí o modo-de-ser-cuidado, confirmando a pobreza dos sujeitos, ou se transfiguram tal situação, a despeito da integrante do MTD, que colabora e é beneficiada com o sopão, e o recebimento de ranchos por trabalho prestado de reciclagem.

Em alguns bairros, quando não havia “nada”, nenhuma iniciativa de geração de trabalho e renda de forma solidária, associativa como a experiência do Dunas; o que era possível, o que ocorria eram iniciativas de assistência social, essas “nunca faltavam”, e se faltavam... Reportando à Idade Média cujos soberanos também distribuía alimentos:

O inquisidor Nicolas Morin escreveu: “Eu tinha o coração partido, nunca vou esquecer isso”. No começo, os habitantes tentaram alimentar as pessoas no velho estilo – dando-lhes alguma comida do lado de fora de suas casas.

família; através da participação das assistentes sociais das prefeituras no acompanhamento dos grupos. Também ocorreram cursos, a despeito do relatado pela técnica do DAS.

²¹⁸ Conforme artigo de MARCILIO (1987), a roda dos desvalidos foi uma solução para o problema das crianças órfãs, sobretudo filhos de negros no Brasil. Implantada nos grandes centros urbanos (Salvador, Olinda, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande...) desde a metade do século XVIII. A roda só foi desativada na década de 1950. A criança era colocada na porta que possuía uma roda acoplada, a pessoa fazia girar a roda que então acionava um sino, ocorria o recolhimento da criança, normalmente por uma religiosa.

²¹⁹ In Nörnberg da Silva (2002).

Mas o que acontecia, disse Vauzelles, é que alguns dos famintos engoliam tão depressa que se engasgavam e morriam, ao passo que outros atiravam-se aos doadores com tal violência que a comida se perdia, e eles se tornavam temerosos de oferecê-la. E todo esse tempo, os pobres cresciam sobre nós... com seus clamores e lamentos... do lado de fora de nossas casas.

Para Vauzelles, em tais circunstâncias a compaixão transformava-se em medo e horror, e o fruto da compaixão era a morte, não a vida.(Davis, 1990, p.31)

O Centro Regional Desenvolvimento, Trabalho e Renda, especificamente através do DAS, contribui para a efetivação de políticas para crianças e adolescentes, por meio de recursos para manutenção dos abrigos e os núcleos do ASEMA (Apoio Socioeducativo em Meio Aberto) de apoio à rede escolar.

O DAS dá conta de repasse de recursos para as prefeituras, fiscaliza esses recursos e o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Junto a outros 10 projetos²²⁰ do governo anterior. O ASEMA (Apoio Socioeducativo em Meio Aberto) integrava a rede de cidadania, programas sintonizados com a municipalização, administrados pelos Conselhos municipais, compondo os Fundos Municipais de Assistência Social e da Criança e do Adolescente. Mesmo sendo programas voltados para crianças e adolescentes prioritariamente, há o envolvimento dos mais velhos, dos adultos, eles interagem com os benefícios usufruídos por crianças e adolescentes.

O ASEMA do Dunas era freqüentado pelo filho de Éverton Rodrigo, o qual elogiava a merenda, o convívio com outras crianças do bairro, mas suas queixas eram que prometiam aulas de capoeira, de dança, de teatro, e essas não ocorriam. A mãe inclusive brincava com o menino a respeito, que ele sonhava com as aulas que não aconteciam, que era da cabeça dele... Certa vez, teve que “encher linhas” com números para ter atividades durante à tarde. Já que vai na escola pela manhã, a mãe contava achando engraçado tal episódio. A expressão do menino enquanto a mãe contava era de desolação.

Clarice relatou que, em algumas reuniões do ASEMA, falou da falta de atividades para as crianças, mas nada foi feito para mudar. O menino gostava de ir,

²²⁰ Orientação e apoio sociofamiliar, abrigo de crianças e adolescentes, asilo, centro de convivência, grupo de convivência, casa-lar, abrigo social de rua, medidas socioeducativas em meio aberto, ações de divulgação e garantia de direitos. Conforme folder de divulgação do Governo do programa Rede de Cidadania a região sul, onde estava Pelotas, recebeu R\$ 782.544,51, atendendo 6.139 pessoas durante o ano 2000.

mesmo se fosse mais longe de casa iria (a associação de moradores fica a cerca de uma quadra de sua casa).

Conforme entrevista com o secretário municipal de Educação, a intencionalidade pedagógica das atividades dos núcleos do ASEMA na cidade são discutíveis, outrossim os núcleos cristalizam seu caráter assistencial de “dar” almoço, ocupar as crianças para que estas não fiquem perambulando pela rua.

De certa forma, o “dar” almoço e a ocupação das crianças para que não perambularem pela rua se constitui em uma perspectiva do cuidado, o cuidado com as crianças. No entanto, tal perspectiva poderia ser potencializada com planejamento de atividades pedagógicas.

A integração²²¹ da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social para a definição das funções, atividades desenvolvidas pelos núcleos dos ASEMAs se coloca como uma necessidade, uma vez que o Estado, por meio da Secretaria Estadual de Cidadania, Trabalho e Assistência Social apenas repassa os recursos dos ASEMAs para o município, há autonomia para a organização das atividades.

[. . .] para que uma política pública “exista”, é preciso que as diferentes declarações e / ou decisões sejam reunidas por um quadro geral de ação que funcione como uma **estrutura de sentido**, ou seja, que mobilize elementos de valor e de conhecimento, assim como instrumentos de ação particulares, com o fim de realizar objetivos construídos pelas trocas entre os atores públicos e privados (Muller e Surel, 2002, p.17, grifos dos autores).

A funcionária do DAS afirmou que o ASEMA (Apoio Socioeducativo), conforme resoluções do governo estadual, é destinado para crianças e adolescentes de sete a 18 anos, promovendo iniciação profissional, atividades sociorrecreativas, socioeducativas, não compõe reforço escolar, mas as crianças tem espaço para fazer o tema/tarefas de casa destinadas pela escola. O Estado repassa os recursos, e o município executa as atividades. Além do envolvimento

²²¹ A falta de integração entre as diversas secretarias, instâncias burocráticas do governo foi um problema também estadual, conforme relato do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico (cuja integração das secretarias do governo municipal estavam a seu encargo). Havia uma programação relacionada as instituições de microcrédito que, além de sua secretaria, estava também vinculada ao Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda de Pelotas. Viria o convite para participação no evento da Secretaria Estadual do Trabalho, depois ficou determinado que viria do SEDAI (Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais). Por fim, o gabinete do governador ficou responsável, ocorreu que o evento não aconteceu.

das Secretarias, da Associação de Moradores, o envolvimento de fato das famílias, opinando sobre as atividades que suas crianças participam, reconhecendo o caráter pedagógico-educativo desse espaço, como afirmam Muller e Surel – o envolvimento dos atores públicos e privados gestores das políticas para composição de uma estrutura de sentido, que as crianças se motivem para a presença no ASEMA por suas ações pedagógicas planejadas, além do encontro com os amigos do bairro, potencializando a “benquerença” das crianças em relação a esse espaço, se sintam felizes com as atividades propostas pela educadora, não passem à tarde enchendo linhas com número.

O núcleo do ASEMA no Dunas, que funcionava junto à Associação de Moradores, esteve para encerrar suas atividades durante o período de pesquisa de campo. A diretoria da associação de moradores estava contra o ASEMA porque usavam a luz e a água da associação e não pagavam. Uma liderança do CDD comentou que discordava da represália ao ASEMA que a associação de moradores estava promovendo: afinal, as crianças almoçavam ali, tinham atividades, se ocupavam. Naquele momento, aulas de dança estavam organizadas nas atividades do núcleo. O filho de Éverton Rodrigo estava participando. Pelo que observei, até pela frequência do menino ao ASEMA, no final da pesquisa de campo em dezembro de 2002, as atividades não foram encerradas, o conflito, de alguma forma, foi mediado.

Na Colônia de Pescadores Z3, a primeira dama, que também é vereadora na cidade, em palestra falou: “Só não é liberal quem não quer”. Tal afirmação teve um efeito na vida de Neusa, evangélica, membro dos Coletivos de Trabalho, que começou a lutar por um terreno junto à prefeitura: “resolvi ser liberal”. Saiu da casa de sua mãe onde morava com a filha de 15 anos após a concessão de um terreno pela prefeitura. Estava então morando em duas peças de madeira, usava o banheiro da vizinha enquanto o seu estava sendo construído.

Por certo, a primeira dama, que exerce grande influência nas atividades da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social, não tem idéia do que o conceito “liberal” aplicado na palestra transformou a vida de Neusa. Conquistou sua autonomia da família, uma casa para ela e a filha. Como bem coloca Balandier (1999, p. 239) sobre o planejamento e os efeitos das políticas públicas no atual momento: “Na ação política atual, a complexidade é a prova constante; ela

manifesta-se pela imprevisibilidade elevada dos efeitos da decisão, pelo frágil alcance da intervenção especializada ou sua inadaptação crescente.”

As vivências de Neusa deram significado à afirmação da primeira dama, trouxe para suas necessidades o sentido “liberal”: ter uma casa para ela e sua filha. Imprevisível tal alcance da intervenção da primeira dama na vida dessa mulher.

O prédio onde se situa a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social eu conheci quando fui atender o pedido de um dos líderes do MTD para viabilizar acompanhamento de alguns militantes assentados na Sanga Funda que eram dependentes de bebidas alcoólicas. Estava visitando o assentamento, ele me pediu ajuda, falei que não possuía formação para ajudar, mas que procuraria, junto ao DAS, no Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, pois as técnicas eram assistentes sociais e talvez soubessem uma forma de encaminhamento.

O DAS me indicou a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social. Agendei um horário com a psicóloga. Chegando lá, muita gente se acumulava na recepção da secretaria — sobretudo mulheres. Fui logo atendida pela psicóloga, o prédio todo horizontal, de alvenaria, uma espécie de galpão na antiga região portuária próxima do centro da cidade, como se fosse uma antiga fábrica ou armazém, com várias salas. A sala da psicóloga possuía uma mesa, com duas cadeiras à sua frente, onde permanecem as pessoas que estão sendo atendidas, um armário tipo arquivo encostado em uma das paredes da entrada e um espelho nas costas do sujeito que fala com a psicóloga.

Disponibilizou, então, terças e quartas-feiras das 16 horas às 16 horas e 30 minutos para o movimento. Para os quatro homens que viriam se tratar, ela ficou de conseguir vale-transporte com a primeira dama, já que ficaria complicado para eles se deslocarem da Sanga Funda com o valor que recebiam dos Coletivos. Fiquei de dar um retorno para ela assim que conversasse com o pessoal do MTD.

A psicóloga conhecia a assistente social do Getúlio Vargas, trabalhou com ela, e na sua opinião, sua atuação foi muito importante para o bairro. Os cursos profissionalizantes de confeitaria, manicure/pedicure que ela conseguiu junto ao SENAC foram ministrados no prédio da Igreja Católica via o Qualificar de 1999, com recursos do FAT. Promoveu muitas ações junto aos moradores, de fato muito capaz ao olhar da psicóloga.

Mostrei-lhe as fotografias da pesquisa, ela identificou em uma delas a Camila, que é auxiliar de limpeza da casa abrigo para mulheres vítimas de violência com a qual está envolvida. Camila, segundo ela, é muito disponível, esforçada, é egressa do FORMASUS. Contou que a casa está tendo todo o empenho da secretaria para que funcione logo, antes havia problemas com o muro, sendo que precisam de segurança para casos, por exemplo, de o marido querer vir atrás da companheira.

O envolvimento da psicóloga com o trabalho de assistência permitiu que conhecesse a funcionária da casa abrigo para as mulheres vítimas de violência e a assistente social já exonerada de seu trabalho no Getúlio Vargas, uma espécie de rede de assistência com a inserção dos sujeitos da pesquisa.

Retornei em uma reunião da coordenação municipal do MTD e expus a disponibilidade da psicóloga. A reunião sempre ocorria nas segundas-feiras à tarde na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Compareci na reunião também para combinar os melhores horários e local para aplicar os questionários ao grupo.

Um sindicalista, então, falou que os homens alcoólatras da Sanga Funda haviam sido expulsos do acampamento. A coordenação municipal havia decidido em uma reunião anterior.

A liderança, que me pedira ajuda, dissera que eles eram trabalhadores, pessoas boas, mas bebiam e aí apresentavam atitudes indevidas no acampamento. Essa liderança não fazia parte da coordenação municipal do movimento e não tinha ajudado a definir a expulsão das pessoas do assentamento.

Como fica o papel do cuidado das pessoas no MTD, quando o alcoolismo, um fenômeno das classes populares no Brasil, é punido com tal veemência?

Que tipo de legitimidade têm os sindicalistas em opinar se as pessoas podem ou não serem expulsas do assentamento do movimento? Não será por uma concepção assistencial que garante um processo de empoderamento: o sindicato **ajuda** a organizar o movimento, está sempre presente, pode então ter poder de decisão.

Durante algumas vezes, nas visitas a casa de Renato, sua queixa era a de que os sindicalistas da Alimentação não lhe telefonavam se abria algum concurso, inscrição para algum trabalho. Ocorria uma visão de dependência de Renato em relação ao sindicato, como se tivessem obrigação de conseguir emprego para ele.

Em relação ao MTD, os metalúrgicos têm poder de definição, de determinação de quem pode ou não permanecer no movimento. Renato, a partir do vínculo com o Sindicato da Alimentação, através do Integrar, considera que eles têm obrigação de lhe conseguir um emprego, uma ocupação, sendo cientes de sua situação. Os metalúrgicos intervêm no MTD, Renato quer uma intervenção de outro tipo para si pelos sindicalistas. Uma intervenção que lhe proporcione emprego, já a intervenção dos metalúrgicos possui até um papel de exclusão daqueles que atrapalham o convívio do grupo. Renato almeja uma intervenção individual pelos sindicalistas da alimentação, os metalúrgicos intervêm no plano individual, não observam o que a liderança me falou:

Sóbrios eles são bons, trabalhadores, colaboram com o grupo.

A preocupação com “o que fazer com os excluídos” sempre sugere que os próprios “excluídos” não sabem o que fazer consigo mesmos. Precisam, por isso, da ajuda, da orientação e da intervenção daqueles que se incomodam com a situação em que eles se encontram (Martins, 2002, p.40).

Os metalúrgicos resolvem conflitos do MTD, junto a alguns integrantes do movimento, como bem coloca Martins, lhes orientam, intervêm em suas decisões, a despeito da expulsão desses homens dependentes de bebida alcoólica. Pela opinião do integrante que me procurou no acampamento, eles precisavam de ajuda especializada, não de expulsão, esse integrante não foi consultado, como a maioria dos acampados. Os metalúrgicos, por sua vez, ajudaram os membros da coordenação municipal a definir a expulsão.

A esposa de Éverton, Clarice, contou que fazia o sinal da cruz quando passava por onde os antigos patrões moravam, que eram bons para ela, davam ranchos, outras concessões, além do salário de doméstica, mas, na atual família para quem trabalha, isso não acontece.

Ao fazer o sinal da cruz quando passava no local onde eles moravam, pode ser uma espécie de endeusamento do patrão, conceber como sagrado o lugar onde eles moravam, abençoar suas reminiscências em relação a essa família. Talvez seja desejar bons pensamentos, boas situações para os patrões, que, segundo ela, lhe tratavam como filha. Relação de trabalho que lhe promove saudade, na medida em que suplanta a luta de classes, valoriza a condição do afetivo, do cuidado.

A assistência social pode surgir como via de transfiguração da miséria, primando pelo direito à alimentação, à Educação, à Saúde como conquistas sociais. A maioria das pessoas que demandam as políticas assistenciais não trabalhara de carteira assinada, não vivenciara esse luto, está cotidianamente na luta pela sobrevivência.

Nessa perspectiva, entende-se que a ética do cuidado se forma a partir de uma prática de co-gestão nas relações educativas, políticas e administrativas, pois aceita a temporalidade da qual o ser humano provém e na qual ele está imerso, caído. Para criar relações de co-gestão, necessita-se, primeiramente, aceitar a vulnerabilidade, percebendo-se como sujeito que se constrói em interação. Conseqüentemente, é possível tecer e gerir relações de ternura nos diferentes campos, pois sujeito terno é aquele que aceita o diferente, que deseja aprender algo do outro e que respeita o outro no seu modo de ser (Nörnberg da Silva, 2002, p.55).

Nesta perspectiva da ética do cuidado foi possível reconhecer a solidariedade das pessoas quando não retiram as refeições para deixar para quem mais precisa, solicitam tratamento específico para alguns de seus pares doentes, perceber a necessidade do grupo por ele mesmo, planejando as ações com o grupo, envolvendo o grupo.

As experiências de trabalho associativo, cooperativo subsidiadas pelo Estado, a despeito dos Coletivos de Trabalho e do Conselho de Desenvolvimento do Loteamento Dunas, transfiguram, transformam a assistência. De fato há envolvimento, as pessoas são sujeitos, protagonistas, têm a sua parte de realizações no programa, não apenas “recebem”, são “assistidos”, mas “assistem” também. Há um outro papel de Estado sendo cristalizado, outro papel de sujeito social, outro papel de cidade inspirados na ética do cuidado.

Conforme as elaborações de Nörnberg da Silva (2002), a ética do cuidado se faz a partir da co-gestão, que aceita a vulnerabilidade do outro. Tal constructo teórico possibilita a sustentação das ações políticas que incorrem, atuam na área da assistência social assumindo a falta de alimento, de remédios, de trabalho das pessoas, envolvendo-as, executando assistência com cuidado, com participação, com exercício de autonomia.

5. 2 *Estar desempregado, estar desempregada no SINE*

— O “moreno” aquele da portaria, bem simpático, disse para mim não ir tão cedo das próximas vezes ao SINE, a vaga de emprego fica lá, e a agência só abre às 8 horas. (irmão de Elisângela dos Coletivos de Trabalho do Balneário dos Prazeres). — Também acho o “moreno” da portaria simpático, tem funcionárias que se esforçam em ver alguma coisa no computador para gente, outras não. (Elisângela).

A família de Elisângela é de negros, referem-se ao “moreno” simpático da portaria que também é negro.”

“— Fiz ficha no SINE, fui atendido por uma moça que me deu “dicas” para conseguir ocupação de motorista” (Renato, egresso do Integrar Alimentação, quando me contou essa passagem estava trabalhando de motorista).

“Antes de prestar concurso na prefeitura, fiz ficha no SINE me olharam mal, acho que em função da minha idade, estava com 40 anos” (Esposa de Renato).

“Acho o pessoal do SINE apático, frio no tratamento das pessoas, no empenho para conseguir alguma coisa para o desempregado” (Éverton Rodrigo, egresso do Integrar Alimentação).



Fotografia 17. Fila do SINE/Pelotas

As impressões dos envolvidos na pesquisa, após sua passagem pela intermediação de emprego, realizando um cadastro como candidato à vaga de emprego no SIGAE, não variam muito do entendimento dos funcionários do SINE sobre suas rotinas e

também do que eu vivenciei, acompanhando vários turnos do expediente durante a pesquisa de campo.

A simpatia do “moreno” da portaria compõe um lugar de cuidado das pessoas que passam pelo SINE, sendo simpatia um dos integrantes da ética do cuidado teorizada por Nörnberg da Silva (2002):

Como um sentimento constitutivo da ética do cuidado, **a simpatia também se aproxima à compaixão**. Partindo da idéia de que simpatia é o ato de sentir inclinação, ou seja, é o processo de atração, de re-ligação que ocorre entre uma pessoa e outra, a compaixão desperta em cada um o pesar, a dor que o outro sente. Ter com-paixão, compadecer-se, é ter um sentimento profundo que torna a pessoa capaz de sentir o sofrimento do outro em seu próprio corpo, sobrepondo-se à lucidez e à razão. **É viver e sentir a dor do outro em seu próprio corpo, em seu coração, em suas entranhas**(p.48, grifos da autora).

A recepção do SINE, pelo que observei e também pelo depoimento do atual recepcionista e da telefonista que já trabalhou na recepção, é um lugar, como bem coloca Nörnberg da Silva, no qual se **vive e sente a dor do outro em seu próprio corpo, em seu coração, em suas entranhas:**

O recepcionista do SINE atendia várias pessoas, sendo as fichas que distribuía: azul para cadastro com carteira de trabalho; vermelha para seguro-desemprego, FGTS e para os pescadores, que pelo trabalho sazonal, recebem seguro-desemprego; verde para retorno, para ver no sistema se tem alguma vaga com carteira profissional; amarela confecção da carteira profissional. Falou que seu trabalho é de **pára-choque**, que **as pessoas que ali chegam estão na UTI**, que em seus 13 anos de trabalho no SINE sempre gostou de ficar na recepção. A telefonista do SINE me disse que não tem preparo psicológico para ficar na recepção, é muito desgastante, já ficou, mas pediu para sair, o funcionário que está de recepcionista, segundo ela, é ótimo. A recepção, segundo ela, é uma **parabólica — capta tudo**. O funcionário mais antigo da agência lhe dava uma força na época em que estava na recepção, somatizava muito, ficava doente de ficar ouvindo o pessoal. Uma vez uma moça chorou por ter vindo a pé do Capão do Leão²²² e não ter conseguido nenhum emprego. (Diário de Campo, visita ao SINE em 13 de junho de 2002)

Sentia no corpo a dor dos outros: somatizava tudo; como pára-choque amaciava os impactos, os afetos do outro, sendo afetado por ele; reconhecer seu papel como Unidade de Tratamento Intensivo, ou seja, de fato **cuidar, tratar** alguém

²²² A distância entre Capão do Leão e Pelotas é de 20 quilômetros.

que na sua opinião, para alguém que, é funcionário público e está na lógica do trabalho assalariado está muito “doente”.

Atração, re-ligação referida por Nörnberg da Silva, no SINE a recepção é uma *antena parabólica: capta tudo, ou seja, atrai tudo, re-liga tudo.*

Em um outro momento o recepcionista falou que:

[. . .] administramos um **manicômio**, é só seguro-desemprego em cima de seguro-desemprego [. . .]

Reportando novamente à obra de Nörnberg da Silva: “...sentir o sofrimento do outro em seu próprio corpo, sobrepondo-se à lucidez e à razão”. Conceder seguro desemprego a todo momento para as pessoas, é opor-se a lucidez, à razão do emprego e todo contexto social que ele representa.

Nos dias em que convivi no interior²²³ do SINE, junto da recepção, observei que as pessoas que vinham encaminhar o seguro-desemprego e o recebimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, na sua maioria, se dirigiam a mesa do recepcionista de óculos escuros, falavam baixo e com a cabeça abaixada, alguns gaguejavam. O recepcionista, muitas vezes, precisou levantar de sua cadeira, ficar da altura das pessoas para ouvi-las.

Conforme o recepcionista, era comum aqueles que vinham encaminhar o seguro-desemprego esquecerem seus documentos pessoais na agência: carteira de trabalho, carteira de identidade.

Percebi um sentimento de humilhação dessas pessoas que já possuíam carteira assinada e, naquele momento, estavam desempregadas.

Considero tais atitudes das pessoas desempregadas recentemente, em esconder o rosto, falar baixo, esquecer documentos significativos, como a carteira de trabalho, a manifestação do luto da carteira assinada. Estar no SINE era um momento de pesar, formalizavam mais uma vez o fato de estarem sem emprego.

A atitude do recepcionista era sempre a mesma: muita delicadeza, sua voz tem um timbre alto, claro. Para a confecção da carteira de trabalho conduzia a pessoa até a porta, mostrava a agência do Banco do Brasil, na outra quadra, onde

²²³ A combinação que fiz com o coordenador regional de emprego, trabalho e renda (titular) foi que conversaria com todos os funcionários que quisessem, que se dispusessem dentro do horário de expediente, sem atrapalhar as rotinas de trabalho.

era para pagar uma taxa. Um comportamento profissional de profundo cuidado com as pessoas, consciente de sua responsabilidade em **evitar os choques, conviver com quem estava na UTI, administrar um manicômio.**

Desde o início do levantamento de dados, quando a sede do Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda e a agência do SINE de Pelotas ficavam em um prédio alugado, até o prédio reformado da antiga exatonia federal da cidade como sede definitiva, me chamou atenção a bela apresentação do “pára-raio”, “antena parabólica”: o recepcionista todas as vezes²²⁴ estava bem vestido, atendendo pontualmente, não fazendo as pessoas esperar muito tempo na fila, agilizando o processo questionando os colegas dos “boxes” sobre quantas pessoas estavam atendendo, se havia possibilidade de mais fichas quando havia muita fila na rua, pois distribuía as fichas para as pessoas, explicava a demora no atendimento, pedia que voltassem mais tarde aqueles que tivessem “alguma volta” para dar no centro da cidade.

O recepcionista me contou que, no início deste governo, assumiu a captação de vagas, mas não gostou, voltou para a portaria, pois sendo pára-choque ameniza o choque para os colegas. Nunca foi grosseiro com ninguém, segura a barra de alguém que está “explodindo”. Recordou que um dia, tinha um senhor cabisbaixo perto dele. Ao final do expediente da manhã, falou para o senhor que tinha que fechar a agência para o almoço. O homem chorou e contou que não tinha conseguido nada de emprego, e a família estava sem o que comer em casa. Ele então pegou um ticket refeição que valia R\$ 6,00 e disse:

...“- Leva para casa e compra arroz e uma perna de lingüiça para teus filhos”.

Passou mais de um ano e, um dia, aparece o homem lá com uma caixa de marmelada para ele do emprego que estava naquele momento — gostou muito, se sentiu muito alegre de ver que o homem que ajudou estava bem.

²²⁴ Tive o cuidado de observá-lo, várias vezes, sem que ele identificasse minha presença, entrando por outra porta da agência, em horários variados do início do expediente às 8 horas, encerrando às 12 horas, retornando o expediente à tarde das 13 horas e 30 minutos até às 18 horas. Eu mesma, quando a agência estava localizada no prédio alugado, presenciei sua atenção ao solicitar a presença

Nesse relato do recepcionista, é possível identificar mais uma evidência da ética do cuidado, além da simpatia, conforme a obra de Nörnberg da Silva (2002) : a caridade.

Pelotas é o centro da região sul e quem está ali, está além dos desesperados, sem dinheiro. Cansei de ver carteiras de trabalho que a pessoa nunca vai conseguir vaga do SINE em função da idade, da baixa escolaridade e **tenho que ainda abrir um sorriso, passar a ficha e consolar a pessoa, mentir para ela e dizer que alguma coisa ela vai encontrar.** Pessoas que viviam de faxineiras, cortadores de grama, sendo que hoje há empresas específicas de limpeza e zeladoria que fazem este serviço. (grifos meus na escrita do diário de campo)

O recepcionista reconhece os problemas estruturais da cidade para não-existência de postos de trabalho, mas se coloca na tarefa de consolar, de aplicar uma mentira, nesse caso, como bem formula Balandier (1997b) uma mentira social, pois para o senhor que lhe trouxe a marmelada, o consolo, a atitude caridosa foi um estímulo, conseguiu um emprego e, no gesto de trazer a marmelada, lhe devolveu muito mais do que seus R\$ 6,00.

Há ética do cuidado quando colocamos em alerta e ação os sentidos, sejam os receptores à distância (audição e visão), sejam os receptores de proximidade (olfato, paladar e tato), bem como toda a capacidade de emocionar-se (os sentimentos). Esse modo de entender apresenta o caráter aberto, flexível e transitório sobre o qual construímos o modo de educar e cuidar, o modo de fazer as políticas públicas e, principalmente, o modo de gerir os espaços de interação humana e a própria relação (Nörnberg da Silva, 2002, p.54).

Por certo, os sentidos do recepcionista estavam sempre alertas, desde a forma que se vestia, se preparando para a função, antecipando o cuidado, tocando as pessoas com uma bela apresentação, com um sorriso, falava piadas, principalmente para os homens, comentários engraçados para deixar as pessoas mais à vontade, mentiras sociais²²⁵ bem aplicadas compondo “quase verdades.”

Certa vez, chegou um homem com um formulário em branco para recebimento do FGTS, não havia ainda preenchido o formulário, necessitando fazê-lo para poder receber. Ele levantou, tocou no braço do sujeito, foi até a porta e indicou a galeria próxima da praça da caixa d'água, para que preenchessem o formulário para ele. Depois que ele atendeu a imensa fila, questionei sobre o fato,

do coordenador regional de trabalho e renda, quando ele me indicou a sala do coordenador, informou-se se ele poderia me receber, procedeu na sua função com toda a eficiência.

²²⁵ Balandier (1997b).

achava que o homem não tinha dinheiro, ao que aparentemente parecia, para pagar pelo serviço do escritório da galeria, respondeu que eram amigos dele que trabalhavam na galeria “gente fina”, que o homem, dizendo que ele mandara, teria seu formulário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço preenchido de graça, pois eram seus amigos.

[. . .]destacam-se como elementos constitutivos para o entendimento da ética do cuidado, o amor ou a caridade, a simpatia ou a compaixão, o toque e a felicidade. Estes são entendidos como estruturas fundamentais e constitutivas da ética do cuidado. (Nörnberg da Silva, 2002, p.55)

O espaço da recepção do SINE estava embebido, envolto, encharcado pela ética do cuidado: **simpatia, caridade e toque** como opção de ofício do funcionário que já tinha trabalhado na intermediação e não tinha gostado. Era sua opção desempenhar seu papel de cuidado na recepção. Os colegas reconheciam seu valor, nas palavras da telefonista, que já experimentara a função: **ele é ótimo**, sendo a recepção um lugar difícil conforme outra funcionária, com 24 anos e meio de FGTAS:

— Já trabalhei na captação de vagas, na intermediação, de recepcionista que no início não gostava e aprendi a gostar, o único setor que não trabalhei foi o seguro-desemprego, porque o funcionário tem que ter uma senha para entrar no sistema, alguns colegas já têm e também no 1º Emprego. Antes me sentia menor que os colegas por não ter curso superior, mas comecei a perceber que, observando colegas mais antigos se aprende tudo, tenho facilidade para aprender, superei o sentimento de inferioridade.

Essa funcionária, a telefonista e o atual recepcionista têm em comum o máximo de escolarização no Ensino Médio, sendo a função da recepção considerada menor na organização do SINE, das pessoas que prestam concurso, pois não ocorre exigência por curso superior. Os resultados da pesquisa, no entanto, revelam o quanto a sabedoria da ética do cuidado, pelo recepcionista atual, fazem a diferença.

Sua atitude de cuidado, ao “captar tudo”, receber, era para com as pessoas que se dirigiam ao SINE e também para com os colegas, “amaciando o choque” em sua metáfora do pára-choque. Procurava, de todas as formas, conceder algum encaminhamento para as pessoas, mesmo tendo que se justificar para os colegas depois. Presenciei, uma dessas situações certa vez, quando estava no 1º piso do

prédio, na sala onde ficavam dois funcionários e o coordenador adjunto (sala ao lado do coordenador regional do trabalho titular, onde estava o arquivo das ações do Qualificar o qual estava pesquisando), quando chegou um senhor, com visíveis perturbações mentais e foi falando:

– O moço lá de baixo disse que vocês podiam dar um jeito no meu caso...

Explicou que estava sem receber vale-transporte e tinha direito pois era esquisofrênico. Antes a liberação de seus vales-transporte tinha saído pela Secretaria Municipal de Saúde e, agora, estava sem. Lá nenhum funcionário ou médico quis liberar, havia passado na frente e visto uma fila, pensou que poderiam dar um jeito no problema dele.

O coordenador adjunto parou o que estava fazendo em relação à documentação do Qualificar e ficou telefonando para as várias secretarias municipais até descobrir o funcionário que lhe encaminharia o benefício, na secretaria de saúde mesmo, deu por escrito a informação para o senhor. Já deixou dito pelo telefone para o funcionário que ele estava indo buscar o vale- transporte.

Havia uma sintonia, o recepcionista sabia que o coordenador adjunto não deixaria as pessoas sem respostas. Como ele agia para além das determinações da função, como afirma Nörnberg da Silva (2002) reconhecendo o caráter *aberto, flexível e transitório* das suas ações no espaço do SINE, construindo um *modo de educar e cuidar, um modo de fazer as políticas públicas e, principalmente, o modo de gerir os espaços de interação humana*. Uma interação humana com aqueles que procuravam a agência, uma interação humana entre os funcionários sintonizados com a ética cuidado. Uma *rel-ação* por gostar de exercer a função, gostar de estar junto dos outros, gostar de cuidar. No caso do recepcionista, tinha optado por esta função, até de menor prestígio entre os colegas de curso superior que registravam nos computadores o cadastro de intermediação de emprego.

O coordenador adjunto, para pensarmos sobre sua *rel-ação* com as pessoas e com a instituição, é interessante reconhecer sua destituição de coordenador regional do trabalho e o fato de ele não ter assumido nenhuma chefia oficial e, mesmo assim, continuar, sem papel algum oficial de poder no Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, para quem antes possuía o comando. Acredito que existiam circunstâncias vinculadas à sua subsistência para essa aceitação, mas

a esperteza²²⁶ que demonstrava no relacionamento com o coordenador titular, contemporizando conflitos deste com os funcionários, com situações equivocadas das políticas públicas do Centro Regional. Por certo ele estava em *relação*, gostava do que estava fazendo, a ética do cuidado se sobrepôs às reminiscências de um cargo de poder.

5.2.1 Os cenários do cotidiano no SINE



Fotografia 18. Atendimento SINE/Pelotas

A coordenação quer o **pelo menos**, não incentiva. Pela qualidade, experiência do grupo com políticas públicas, poderíamos ajudar a planejar. O outro coordenador realizava reuniões de planejamento com a gente. (Depoimento de funcionário em uma das visitas ao SINE, grifos meus no registro)

A ausência de reuniões de planejamento era reclamação recorrente entre os funcionários, nos diversos setores do Centro Regional. O **pelo menos**, presente no depoimento, corresponde ao “pelo menos” que exige a função, o cumprimento das tarefas, sem maiores envolvimento com os resultados. Ocorria fragmentação nas ações, privilégio à intermediação de emprego no preenchimento do cadastro no sistema, muitas vezes **frio, apático**, como bem colocou Éverton Rodrigo.

²²⁶ In Balandier (1997b)

O coordenador adjunto realizava reuniões de planejamento e possuía um informativo²²⁷ com as atividades desenvolvidas por todos setores do centro regional. O coordenador que o substituiu extinguiu o informativo e o substituiu pela exposição das informações referentes aos setores no mural.

Na entrevista realizada com o coordenador regional titular, as informações sobre o número de funcionários na coordenadoria: três pessoas no Departamento de Assistência Social; duas funcionárias no Conselho da Mulher – instituído pelo Governo Olívio Dutra; na captação de vagas três pessoas; na intermediação de emprego seis pessoas; uma responsável pelo programa do artesanato²²⁸ gaúcho; duas funcionárias responsáveis pelo programa 1º Emprego²²⁹, estágios com instituições do Estado, sobretudo Barrisul e CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) e demandas do Centro do Trabalhador Autônomo; uma pessoa na Central Telefônica; um funcionário na recepção; um funcionário gerente de manutenção dos três andares do prédio; um motorista do carro oficial da coordenadoria; duas funcionárias na secretaria do SINE; um funcionário para portaria e segurança; dois funcionários no Qualificar e secretaria da coordenação regional; uma funcionária coordenando as atividades junto à Fundação do Bem- Estar do Menor; a equipe da Economia Popular e Solidária do convênio com a UCPel; e o pessoal do SEDAI que estava se instalando para coordenação da Instituição Comunitária de Crédito Regional desde maio de 2002, coordenada pelo presidente do Sindicato da Alimentação, envolvendo também representação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda.

O governo Olívio Dutra no Estado, conforme depoimentos dos funcionários, primou por instalações adequadas das agências do SINE, prédios com instalações permanentes para os Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda. Há

²²⁷ Segue uma cópia do informativo no anexo H da tese.

²²⁸ A sala de análise do trabalho dos artesãos era muito pequena, conforme a funcionária. Muitas vezes tinha que procurar outros espaços no SINE para o artesão poder expor seus produtos e desenvolver sua técnica a fim de receber o reconhecimento de sua atividade. Chamava sua sala de “aquário” pois era toda envidraçada de frente para o atendimento – intermediação, o que fazia com que muitos desempregados viessem lhe pedir informação. Quando algum colega faltava no atendimento e o fluxo era pequeno de artesãos procurando o programa, já substituíam o colega, pois gosta de atender. A única função que não poderia exercer era da liberação do seguro- desemprego, pois não possuía a senha do sistema.

²²⁹ Foram beneficiados 80 jovens pelo programa 1º emprego em Pelotas, estando cadastrados cerca de 500 até o final de 2002, conforme a funcionária responsável pelo programa na agência.

inclusive uma rampa na entrada do SINE para os cadeiristas. Nos governos anteriores, ficavam em prédios alugados em condições precárias.

O governo estadual em 2002 entrou em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e, a partir de um acordo, reformaram o antigo prédio histórico da exatoria estadual localizado no centro da cidade. O 2º andar ficou para a secretaria municipal, o térreo e o 1º andar para a intermediação de emprego, Qualificar, microcrédito, economia popular e solidária²³⁰, DAS, entre outros setores vinculados ao centro regional.

A idéia de vincular a Secretaria de Desenvolvimento Econômico ao Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda teve o caráter de otimizar os recursos públicos e integrar atividades, a despeito do programa estadual dos Coletivos de Trabalho que a secretaria acompanhava.

De fato, ocorreu integração entre a Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, além do acompanhamento aos Coletivos de Trabalho, na implementação da Instituição Comunitária de Crédito, nas feiras populares²³¹. Considero como fatores que

²³⁰ Há um convênio da Incubadora Tecnológica da UCPel com o SEDAI, firmado em junho de 2002, para desenvolver os projetos de economia popular e solidária, junto à coordenadoria regional de emprego, trabalho e renda da região sul. Em todos os centros regionais foram firmados convênios com as seguintes universidades: UCPel, UPF, Unisinos, UFRGS, UNISC e UNIJUÍ. Nos módulos dos Coletivos de Trabalho há tentativas de iniciativas econômicas, linhas de crédito a partir do orçamento participativo e do Banrisul no seu programa de economia popular. É disponibilizado capital de giro, maquinário usado/novo para as iniciativas vinculadas à agricultura. A disponibilização de recursos para economia popular e solidária passa pelos seguintes passos, conforme entrevista com os responsáveis em Pelotas, vinculados a UCPel:

- 1) Discussão todo o processo com as pessoas envolvidas nas cooperativas/associações
- 2) Financiamento como uma ação complementar
- 3) Elaboração de um diagnóstico pelos técnicos para observar o potencial do empreendimento, concorrentes, vendas
- 4) Possibilidade de projetos de melhoria, auto-gestão junto aos cooperados.

A experiência tem mostrado para eles que o maior problema é de gestão junto as cooperados, nem tanto é falta de recurso. A gestão é problema estadual das alternativas de economia popular e solidária.

No escritório de desenvolvimento regional da UCPel, coordenado pelo professor Claudio Gстал, está o crédito assistido, extensão empresarial (micro, pequenas, médias empresas), redes de cooperação, economia popular e solidária, comércio exterior. As macrorregiões para assessoria da UCPel foram constituídas a partir do convênio firmado com o governo do Estado: sul, campanha e fronteira oeste. A metodologia do trabalho está vinculada aos programas do Estado, a prestação de serviço ocorre em Pelotas e região, há um considerável empenho na conformação de cooperativas no meio rural.

²³¹ Nas feiras populares ocorria integração pois a Secretaria de Desenvolvimento Econômico organizava as feiras, como já foi mencionado no capítulo anterior, e um

favoreceram a integração, além da proximidade do local, salas de trabalho próximas, também uma sintonia política e de afinidades pessoais dos gestores, pessoas que se entendiam bem, eram amigos.

Na concepção do governo estadual, o espaço do centro regional deveria priorizar políticas para o **desenvolvimento, trabalho e renda**, retirando **emprego** da nomeação dos 18 centros, localizados em cidades denominadas “pólo” no Estado. Os Centros de Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda (CRDTR²³²) possuíam vinculação com a Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS) e Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI). A gestão Olívio Dutra “designou” as cem agências do SINE existentes no Estado como “Casa do Trabalhador”. (Coloco que o governo estadual “designou” porque não se tornou uma denominação comum, pois entre os funcionários e desempregados, o termo “SINE” prevaleceu).

O termo “emprego” foi retirado da denominação das anteriores Coordenadorias Regionais de Emprego, Trabalho e Renda, para então os Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda. Mas, no cotidiano dos funcionários, o “emprego” estava muito presente, tanto na sua ausência, com um número expressivo de pessoas desempregadas no cadastro, fila diária na porta da agência, quanto na sua presença, na medida em que as vagas acumuladas no setor de captação de vagas não eram preenchidas.

Conforme dados fornecidos pelos funcionários do SINE de Pelotas, a partir do SIGAE (Sistema Informatizado de Gerenciamento na Área de Emprego) não são poucas as pessoas que passam pela agência mensalmente.

Durante o mês de setembro de 2002, período de levantamento de dados da pesquisa, foram atendidas 3.965 pessoas, ocorrendo encaminhamento de 532 pessoas às vagas disponíveis de emprego no período. Colocados nas vagas, ou seja, efetivamente foram empregados 82 pessoas. No total foram 597 vagas

setor da coordenadoria legalizava o ofício de artesão, garantia a presença do artesão na feira, pois fornecia uma carteira, podendo esse emitir nota fiscal, regularizar sua atividade econômica e profissional. Essa formalização ocorria após a análise do processo de trabalho, materiais utilizados e produto, por uma funcionária responsável na sede do SINE, atividade inserida no “Programa do Artesanato Gaúcho” implementado pela gestão de Olívio Dutra, que regularizou a profissão de artesão.

²³² No anexo I da tese consta um organograma com os diversos setores presentes no CRDTR, as agências do SINE pertencentes a região de Pelotas.

captadas pela agência, ocorrendo um número inferior de candidatos encaminhados e ainda um número inferior de colocados nessas vagas.

A funcionária do SINE, responsável pelos encaminhamentos, falou que elas realizam uma checagem, telefonam para a empresa, a fim de esclarecer se a pessoa encaminhada foi efetivamente empregada. Logo, esse dado é confiável. O número de pessoas que retornaram ao posto para verificar sua situação no cadastro é 2.802, e de requisições do seguro-desemprego, 609.

No mês de novembro de 2002 foram 247 vagas captadas, com um encaminhamento mais significativo: 571 candidatos, 14 colocações, 230 requisições de seguro-desemprego, 1.272 pessoas retornaram ao posto para checar se havia alguma vaga para sua situação, um total de 1.745 atendimentos. No mês de novembro a captação não ficou superior aos encaminhamentos como no mês de setembro, mas o número de efetivos empregos é desalentador: 14.

No mês de outubro, situação intermediária entre setembro e novembro já relatados, foram 209 vagas para 135 colocações, 4.287 atendimentos, sendo que 3.223 pessoas retornaram para ver sua situação no sistema, e 684 encaminharam o seguro-desemprego.

No mês de março, foram 225 vagas captadas, 473 encaminhamentos e 184 colocações, 907 requisições do seguro-desemprego.

De março a novembro o cadastro teve um crescimento considerável: de 10.472 trabalhadores no cadastro em março para 19.488 em novembro. Conforme expressão do recepcionista do SINE, quase 20.000 pessoas de Pelotas e região na "UTI", sem nenhuma perspectiva. Com os dados no cadastro, tendo que retornar à agência do SINE de seis em seis meses, sendo que o SINE não tem preenchido, conforme dados fornecidos do SIGAE, todas as vagas de emprego que consegue captar no mês.

Em abril de 2002, o número de encaminhamentos do seguro-desemprego foi maior: 1.001, 245 vagas captadas e 153 colocações, sendo encaminhadas para essas vagas 508 pessoas.

As políticas de 1º emprego para jovens se justificam inclusive quando analisamos os dados dispostos nas agências do SINE, pois, no mês de março, foram disponibilizadas apenas 15 vagas para pessoas entre 14 e 17 anos, 281 vagas para pessoas entre 18 e 29 anos, 291 para as vagas entre 30 e 39 anos, 257 vagas para as entre 40 e 49 anos. Claro que aqui se repetem as mesmas vagas

diante de faixas etárias diversas. Recordando que no mês de março foram 225 vagas captadas. Nesse mês, um número significativo de vagas no setor de serviços.

Ocorreu um número considerável de mulheres empregadas via as vagas do SINE em março de 2002. Das 184 colocações nenhuma envolve jovens, 21 homens de 18 a 29 anos, para 47 mulheres; 11 homens e 54 mulheres de 30 a 39 anos, 11 homens e 31 mulheres dos 40 aos 49 anos e 3 homens e 6 mulheres com mais de 50 anos.

As vagas disponibilizadas, a maioria no setor de serviços, durante o mês de março de 2002 não exigiam escolaridade significativa, pois 183 vagas admitiam qualquer escolaridade para preenchimento das vagas. As vagas que admitiam mulheres exigiam grau de escolaridade maior que os homens para as primeiras serem admitidas, 29 vagas tendo como critério Ensino Médio, 22 vagas as séries iniciais da alfabetização (4ª série completa), 7 vagas exigindo o 3º grau completo.

Uma das funcionárias da captação de vagas me falou que a unidade de Pelotas é responsável pela colocação de 19% a 22% das vagas²³³ da cidade, existem 4 agências de emprego privadas, uma ligada ao CDL, sendo que as agências privadas muitas vezes recorrem ao cadastro deles para as vagas, anunciam vagas no jornal e televisão pelo SINE já que pelo SINE é gratuito, sendo que essas agências cobram um percentual no primeiro salário da pessoa quando esta conquista a vaga.

O coordenador do SINE²³⁴ (que se afastou do cargo ainda no primeiro semestre de 2002 para organizar a campanha política partidária para presidente,

²³³ A prefeitura municipal, durante o período da pesquisa de campo, realizou a seleção para os contratos emergenciais de merendeira, serviços gerais nas escolas, trabalhadores para diversas obras no município através do SINE. A inscrição para o concurso de agentes comunitários de saúde, também foi no SINE, no qual ocorreram várias denúncias em função da divulgação das ruas dos bairros que possuíam demandas, envolvendo inclusive Ana Amélia que colocou a sua rua de moradia na inscrição a qual já havia agente concursada, tendo sua inscrição anulada. Certa vez a divulgação da lista dos selecionados para os contratos emergenciais, também pela Secretaria Municipal de Saúde, que se comprometeu com os candidatos de expor no SINE, e isso não ocorreu, resultou em um tumulto das pessoas em frente a agência procurando os resultados. Acompanhei o empenho do coordenador regional titular até identificar, por telefone, na secretaria de saúde, a funcionária que tinha que mandar a lista, que foi prometida para a tarde (as pessoas se aglomeravam desde às 8 horas em frente a agência). O coordenador conversou, então, com as pessoas, esclareceu que estariam as listas no início da tarde, as pessoas se dispersaram, voltaram à tarde e estavam expostas as listas. Por estas desarticulações operacionais, em relação à prefeitura, o SINE também sofria um desgaste com a população, embora a iniciativa de disponibilização das vagas na agência pública de emprego tivesse resultado positivo.

²³⁴ O dia que marquei com o coordenador de entrevistá-lo, ele teve compromissos junto à reforma do prédio do SINE e Coordenadoria. Posteriormente não consegui espaço em sua agenda, ocorrendo então seu afastamento.

governador, senador, deputados estaduais e federais na cidade). Segundo as funcionárias do setor de captação de vagas, teve uma experiência constrangedora ao visitar empresas e escutar que o SINE não encaminhara pessoas qualificadas para a vaga, que a empresa tivera prejuízo ao contratar pessoas selecionadas pelo SINE e precisara demitir. Um funcionário do SINE também relatou que sua esposa, que possui um negócio próprio, solicitou contratação de pessoal pelo SINE e também recebeu pessoas inadequadas para as vagas.

Conforme depoimento de uma funcionária da intermediação, a visita às empresas não foi uma novidade instituída pelo coordenador do SINE:

Tiveram uma equipe de rua para captação de vagas nas empresas, que visitava empresas – este serviço foi desativado, ficaram sem transporte para fazer este trabalho. Esta equipe de rua muitas vezes ia com veículo próprio.

Um número significativo dos funcionários possuía curso superior: várias assistentes sociais, psicóloga, economista doméstica, advogado, engenheiro elétrico, jornalista; outros formados com a prática, com anos de experiência na FGTAS, pois o funcionário com menos tempo de serviço possuía quatro anos de FGTAS. Pelo plano de carreira da Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social, conforme depoimento dos funcionários, as pessoas com nível superior têm salário diferenciado.

Certa vez, comentei a boa apresentação e eficiência do recepcionista para o coordenador regional, efetuei o comentário na presença do recepcionista, e a resposta do coordenador regional:

– Por isso que ele está na portaria.

A falta de sensibilidade do coordenador regional no tratamento com os funcionários, na maioria das vezes aplicando frases feitas, diretas, como esta, em resposta ao elogio que realizei, e a delicadeza e respeito do coordenador adjunto contrastava no cotidiano da coordenadoria.

Alguns funcionários, no entanto, falaram que, pelo menos, neste governo, o coordenador regional estava presente, acompanhava a rotina do SINE, pois

ocorreram casos, nos governos anteriores, em que o coordenador só comparecia no prédio da coordenadoria para buscar seu bloco mensal de vales- refeição.

O poder não é jamais inteiramente e em qualquer lugar aquilo que diz ser; está aliás na impossibilidade de mostrar e exprimir toda sua verdade, porque está destinado a **produzir efeitos**: de coesão social, de proteção e defesa, de solução de problemas, de orientação ativa e de controle dos diversos atores sociais; esconde-se às vezes dele mesmo, de sua natureza, vítima de um expediente que lhe escapa e que então volta-se contra ele (Balandier, 1997b, p.121, grifos do autor).

A recepção correspondia ao lugar do cuidado dos desempregados na sede do SINE. O coordenador regional do trabalho, que acumulava a coordenação do SINE de Pelotas, se colocava no papel de produzir efeitos, como bem coloca Balandier. Ele centralizava decisões, pensava que possuía a solução para todos os problemas na medida em que pouco consultava os funcionários e colocou na função de administração do prédio, organização dos horários e funções justamente o funcionário com menos tempo de serviço na agência da cidade e de FGTAS, pois teve transferência de Porto Alegre durante a coleta de dados – o funcionário que possuía quatro anos.

Havia um constrangimento entre os funcionários, não boicotavam a ação desse colega, mas agiam na lógica do **pelo menos**, até porque pelo tempo de experiência de todos, a rotina se mantinha.

O coordenador titular estabelecia um controle da ação do coordenador adjunto, que, por sua vez, criava espaços autônomos como a supervisão dos cursos do Qualificar, presença em eventos da cidade, representando o centro regional. Em um momento, o coordenador titular pediu que o coordenador adjunto interviesse em um conflito existente no coletivo de trabalho do Navegantes, no qual ocorriam reclamações em relação ao atraso de pagamento, atuação da executora dos cursos. Essa foi uma demonstração clara de colocar o coordenador adjunto em uma situação limite, em que ele, devido ao “poder e vaidade”, nas palavras de um dos funcionários, não conseguiu resolver. Nessa situação, o coordenador titular recorria à sensibilidade, à experiência política com grupos populares do coordenador adjunto.

Os próprios funcionários foram melhorando sua condição de trabalho, sem esperar pelas chefias superiores, cotizando as despesas: compraram microondas²³⁵ para aquecer o almoço daqueles que ficavam na agência no horário do meio – dia, espelho para o banheiro, e por fim, estavam providenciando a construção de uma churrasqueira no 1º piso do prédio para seus momentos de confraternização, substituindo a churrasqueira portátil.

A organização de festas era prática comum do grupo, participei de uma durante o mês de julho, como coloca Balandier (1997b) “A festa realiza uma transgressão e uma desordem simbólicas, pode se transformar em paródia do poder e faz sempre surgir um mundo imaginário que é fonte de renovação.” (p.104). Dois funcionários pegaram uma bandeja com churrasco, com pedaços de carne mais nobres e serviam os dois coordenadores:

...eu não posso perder esse emprego, eu não posso perder esse emprego.

Os dois retrucavam: “É mais fácil nós sairmos do que vocês”. De fato, na transgressão, na desordem da festa afirmavam a sua estabilidade no emprego, sua perenidade como funcionário público, e também a condição dos dois coordenadores, atribuindo poder aos dois igualmente, em contrariedade ao controle do coordenador titular e a colocação à disposição de alguns funcionários, inquéritos administrativos realizados no início do mandato do coordenador titular, em conjunto ao coordenador do SINE, afastado em função da campanha política em 2002. Os coordenadores mandavam, e não mandavam – o recado da transgressão dizia.

Do mesmo modo, um funcionário “brincou”:

– Ah, a Simone, espiã do governo.

E aí pude explicar um pouco da pesquisa, da observação das rotinas do SINE, o porquê das conversas com os funcionários. Depois da festa, vários que ignoravam minha presença, passaram a conversar comigo.

Dançaram muito, abraçados, beberam muito, alguns levaram os familiares para reclamação da maioria que colocava que a festa era dos funcionários, de quem

²³⁵ Uma funcionária do atendimento aos desempregados me contou que há falta sensibilidade para com alguns colegas, quando estão ainda atendendo e ficam aquecendo a comida, horário do meio-

convivia no centro regional, talvez aí mais uma transgressão da convivência, sentir-se *con-viver* tendo a família: filhos, marido por perto, não somente a *con-vivência* dos colegas de trabalho.

Na festa faltaram algumas pessoas da intermediação do emprego e dos projetos implementados recentemente: coordenadoria da mulher, economia popular e solidária, microcrédito.

Conforme uma funcionária do DAS, havia um constrangimento, um mal-estar entre os técnicos designados para as funções de assistência social, supervisão e organização dos cursos do Qualificar e os designados para o atendimento dos desempregados nos “boxes” como eles denominavam, ou seja, os guichês individuais nos quais os desempregados ficavam de frente para o funcionário e falavam os dados solicitados, que imediatamente eram digitados, constando então no SIGAE.

No entendimento dos funcionários que ficavam diretamente no atendimento, os demais não trabalhavam. Consideravam o fato de atender uma pessoa após outra situação muito fadigosa, principalmente se comparado às viagens de assessoria que as técnicas do DAS faziam semanalmente para os municípios da região. Havia dificuldade no entendimento dos colegas da compensação de horários que elas faziam, em função dos turnos de trabalho envolvidos nas viagens, que a iniciativa do jornal com as atividades dos setores correspondia a uma tentativa de resolver tais conflitos, com sua extinção, voltaram as insinuações de “não-trabalho” sobre seu setor.

O coordenador regional de trabalho titular, por sua vez, valorizava o trabalho do setor, cedia sua sala que era mais ampla, mais silenciosa do que a do DAS para as técnicas receberem os prefeitos, técnicos em assistência social das prefeituras para orientação sobre os projetos da rede de cidadania do governo estadual.

Esse ruído, mal - estar entre os funcionários, mencionado pela técnica do DAS, percebi em duas ocasiões: uma quando se deslocaram para um curso de formação em serviço promovido pela FGTAS, quando alguns falaram que colegas eram fechados, não gostavam de brincar, se divertir, essa situação ficou bem clara, segundo eles, na divisão de pessoas para os dias de curso, “felizes” em um grupo, “fechados” em outro. Outra situação quando definiram o ônibus que os levaria para a festa de Natal, ao final de 2002, promovida pela FGTAS para todos os funcionários

dia, provavelmente vários sem café da manhã e sentido o cheiro da comida, ou à tarde ficam fazendo pipoca, também com pessoas desempregadas aguardando para fazer a ficha.

em Porto Alegre, pois os funcionários do atendimento já haviam locado um ônibus que estava sem lugares vagos. A equipe do DAS e do Qualificar não havia se organizado ainda para condução, os demais já possuíam até ônibus locado.

A organização da equipe do Centro Regional, pelo que os funcionários foram me contando, possui caráter diverso: alguns advindos de dois centros sociais urbanos que foram municipalizados; transferências de outras agências; vinculados à agência do SINE desde sua organização (com mais de 20 anos atuando em Pelotas). Por essa diversidade, pelo que percebi, não possuem uma identidade de grupo, vindo a corroborar para as divisões: os inquéritos administrativos instaurados contra alguns pelo então coordenador do SINE no início do mandato; o colega administrador do prédio, coordenador das rotinas com o menor tempo de serviço; e sobretudo a ausência de reuniões para planejamento e avaliação das atividades, gerando, principalmente, nos funcionários da intermediação de emprego e captação de vagas, uma sensação de impotência, diante inclusive da lógica de emprego em que a instituição se filia.

5.2.2 O SINE como um lugar do cuidado

O SINE, em sua origem, não corresponde ao “estar” do desempregado, mas ao “estar” do emprego: SINE – Sistema Nacional de **Emprego**, agências públicas para disponibilizar as **vagas de emprego, um lugar para o emprego, não para o desempregado**. Cabe ao desempregado deslocar-se com sua carteira profissional e realizar um cadastro para verificar se sua escolarização, experiência profissional é adequada para a vaga, retornando de a cada seis meses para regularizar sua situação no cadastro.



Fotografia 19. Fila do SINE/Pelotas

Ana Amélia, egressa do Integrar Alimentação, ao que parece, já se dera conta do SINE como “um não-lugar” para sua condição de trabalho. Ela não tem ficha no SINE, nem pretendia fazer. De certa forma, ela parecia demonstrar o reconhecimento de sua condição de mulher, com mais de 40 anos, negra, para postos de trabalho com carteira assinada, pois falava em “bicos”, se inscrevia em contratos emergenciais como o para merendeira de escola estadual, que ocorreu no Sindicato da Alimentação. Essa tentativa, inclusive, ela averiguou na coordenadoria de Educação que foi selecionada, bem como sua filha, mas as vagas não eram suficientes para todas as mulheres que preencheram os requisitos. Quando lhe contei sobre o funcionamento dos Coletivos de Trabalho:

Ah, isso para mim era uma boa; sobre o microcrédito: Eu queria tentar alguma coisa, uma lojinha, aqui em casa mesmo.

Mas, durante o levantamento de dados da pesquisa, como não havia ampliação dos integrantes dos Coletivos de Trabalho, tampouco informações mais concretas sobre o microcrédito, Ana Amélia não se deslocou ao prédio do SINE.

A divulgação das vagas para os cursos do Qualificar não observava as demandas dos cadastrados, na forma como estão organizados os programas dos cursos, com preenchimento da ficha do aluno quando se tem a demanda dos cursos, não recuperando as informações do SIGAE, outrossim as proposições das Comissões Municipais de Emprego. Dessa forma, não se colocam possibilidades de envolver as pessoas que se deslocam dia após dia para o SINE.

O SIGAE é um razoável banco de dados, com a realidade dos desempregados, porém com vários problemas de operacionalidade, conforme as funcionárias que o acessavam diariamente. No entanto, mesmo diante de suas limitações, é subaproveitado. Limitações que seriam resolvidas facilmente com a escuta do Ministério do Trabalho e Emprego às agências do Sistema SINE e então conformação de ajustes ao programa.

Uma funcionária do SINE, que é assistente social, verbalizava para os colegas sua angústia com os desempregados que realizavam diariamente seu cadastro na agência e não eram integrados ao mercado formal de trabalho. Durante a pesquisa de campo, tentei falar com essa funcionária que, nos horários em que eu estava na agência, não estava, já que teve um período de licença médica. Infelizmente, fiquei sabendo de suas angústias pelos colegas, não consegui encontrá-la.

Perguntas sobre as rotinas do SINE ficaram ecoando: — Por que não cuidar destas pessoas que vêm para o SINE sem perspectiva, por que não reuni-las e realizar atividades formativas, tais como passar vídeos falando da situação do mercado de trabalho, como se comportar em entrevistas de emprego. Há profissionais no corpo técnico do SINE que poderiam contribuir na elaboração e execução de tais atividades: psicóloga, assistente social... Alternativas de acolhimento, de cuidado das pessoas sem emprego que a este espaço se dirigem.

Quando comentei essas minhas angústias com a equipe do DAS, elas colocaram que talvez, sabendo a situação dos desempregados, quem sabe daria para incluí-los na rede de assistência dos municípios da região. Já o recepcionista considerou a princípio perda de tempo. Seria iludir as pessoas com ações paliativas, não teria emprego para todos mesmo.

Após a apresentação dos resultados do questionário aplicado aos Coletivos de Trabalho que ocorreu na sede do SINE, no salão em que ficam os “boxes”, dia 9 de dezembro de 2002, à noite, que contou com a presença do recepcionista, da técnica vinculada ao Qualificar, do coordenador titular e do coordenador adjunto de trabalho e renda, além de integrantes dos Coletivos de Trabalho do Balneário dos Prazeres, o recepcionista comentou comigo e com um funcionário que ali estava, responsável pela abertura do prédio, o qual estava esperando a atividade terminar para fechar o prédio: “Sabe que era uma boa o pessoal se dar conta que eles têm que ir bem arrumado para entrevista de emprego, cortar o cabelo, estar com as unhas limpas.”

Achei interessante que ele, ao receber dados sobre a realidade de pessoas pobres, que na sua maioria nunca possuíram vínculo com mercado formal de trabalho como era a situação dos integrantes dos Coletivos de Trabalho, refletiu sobre o acesso de informações para essas pessoas, cuja função poderia ser também do SINE, junto ao setor de intermediação de emprego, enquanto ações planejadas, não da iniciativa espontânea dos funcionários, como ocorria em alguns casos na intermediação.

As “dicas” reconhecidas por Renato; o “esforço de algumas funcionárias para conseguir alguma coisa no computador” mencionado por Elisângela, constam nesse depoimento de um dos funcionários da intermediação:

Já fiz seleção de funcionários com testes, dei treinamento para domésticas, minha conversa com o desempregado dura em média 15 minutos, porque, além de colocar todos os dados na ficha, coloco no programa quando é um caso excepcional que não se enquadra nos requisitos, através do encaminhamento manual, um recurso que o programa tem que eu uso muito. Aconselho para fazer um curso de informática quando é o caso, para voltar a estudar, cuidar da aparência no dia da entrevista.

Outro depoimento de uma pessoa da intermediação de emprego, contando sobre sua forma de preenchimento do cadastro do SIGAE, demonstra as possibilidades de envolvimento com outras questões da vida da pessoa que está à sua frente, quem sabe para conseguir emprego:

Chegou uma menina nova para intermediação com seis filhos, falamos em ligadura e outros métodos contraceptivos. Outro dia um rapaz que mora no albergue esteve aqui bem limpinho, falou das suas qualificações e que morava no albergue porque não tinha para onde ir. Liguei para um empresário amigo meu, da época que fazia as visitas de captação de vagas, encaminhei o menino para uma vaga que ele possuía, espero que o menino tenha conseguido.

As ações possíveis, em conformidade com a ética do cuidado, seriam indicar para o PEJA aqueles com baixa escolaridade, cursos do Qualificar, divulgar a Instituição Comunitária de Crédito (ICC) da região sul, as ações comunitárias do CDD do Dunas, a rede de assistência social. Conforme Boff (1999), o modo-de-ser-

cuidado estabelece uma tonalidade diferente ao trabalho: “Não existe, co-existe com todos os outros. A relação não é de domínio **sobre**, mas de com-vivência. Não é pura intervenção, mas inter – ação e comunhão” (p.95).

Há registros de memória dos funcionários antigos, que poderiam ser indicativos para implementação de medidas atuais:

Em outros tempos a intermediação de emprego tinha uma assistente social para fazer o trabalho de linha de frente – há uns 10 anos, sendo vistos os vários problemas da pessoa e um atendimento individual através da psicóloga para os casos mais graves.

A Instituição Comunitária de Crédito²³⁶ possuía como modalidades de crédito: individual, solidário e associativo, nos valores de R\$ 200,00 a R\$ 5.000,00, sendo as linhas de crédito capital de giro com juros de 4,7% ao mês em seis parcelas e capital fixo com juros de 4,5% ao mês em 14 parcelas. Conforme entrevista com o secretário municipal de desenvolvimento econômico, Pelotas, junto ao COREDE Sul, havia recebido R\$ 100.000,00 para o microcrédito. Os sujeitos da pesquisa desconheciam a existência da Instituição Comunitária de Crédito, mesmo os integrantes dos Coletivos de Trabalho.

Até o final da pesquisa de campo não consegui visualizar movimentação de trabalhadores, cooperativas junto à Instituição Comunitária de Crédito. Pelo que pude perceber, ainda estavam resolvendo os trâmites burocráticos de sua legalização, relação com as organizações não-governamentais e sindicatos que compõem sua base de deliberação, definindo o gerenciamento pela prefeitura municipal e governo do Estado.

O investimento das centrais sindicais – Força Sindical e CUT – em compor agências com as funções do SINE (cadastro de desempregados, divulgação de vagas de emprego, regularização do seguro-desemprego, confecção da carteira de trabalho) talvez represente tentativas dos sindicatos em envolver o desempregado, além do

²³⁶ Sob a coordenação da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), a gestão do Governo Olívio Dutra implementou Instituições Comunitárias de Crédito nas seguintes regiões do Estado: região da Serra com sede na cidade de Caxias do Sul, região da Campanha em Bagé, região sul em Pelotas, região Médio/Alto Uruguai e Celeiro em Frederico Westphalen e Banco do Povo da Região Central, em Santa Maria.

emprego, nas rotinas dos atendimentos, além de disputar com as agências públicas do SINE os recursos do FAT.

O desempregado que procura o SINE, procura um emprego, mas também um lugar para ser cuidado, pois está com necessidades em função da interdição da ausência de trabalho com carteira assinada. Pelo que observei nas rotinas do SINE, ocorre uma passagem, o cumprimento de um ritual burocrático pelo desempregado.

Ao se compreender a instituição como ser presença no mundo, afirma-se que as relações que se tecem no seu cotidiano aceitam a legitimidade do outro, respeitando-o em sua natureza ou estado de cultura. Por outro lado, quando as relações são impessoais, abstratas e mau-humoradas, afirma-se um processo de negação do outro, pois o tipo de relação tecida trata o sujeito como um mero cliente, como algo que usufrui um serviço oferecido. (Nörnberg da Silva, 2002, p.34)

Uma das funcionárias do atendimento inclusive me falou que via tanto o desempregado que procurava por um emprego, quanto o empregador que disponibilizava a vaga, como o artesão que fazia teste para tentar sua carteira no programa do artesanato gaúcho como **clientes**. E esse era um termo recorrente do vocabulário dos funcionários da agência de Pelotas, principalmente para tratar do desempregado da intermediação. Essa mesma funcionária me falou que gostara muito de um curso promovido há alguns anos pela FGTAS intitulado: “*O Cliente é o rei*”.

Esse entendimento, conforme a dissertação de Mestrado de Nörnberg da Silva (2002), se distancia da ética do cuidado, que existe pela legitimidade do outro, por um estar-junto-com o outro.

O SINE, da forma como se apresenta, está para o emprego. O sujeito desempregado é abstrato, virtual, vai para um cadastro. Os relatos de alguns funcionários da intermediação sobre “dicas” que deram para os desempregados não compõem o planejamento das atividades da instituição. Elas podem ocorrer, ou podem ser substituídas pelo preenchimento rápido da ficha em dias em que porventura algum colega tenha faltado, por a fila estar grande, ou em função do término do horário do expediente.

Deixar na “boa vontade” do funcionário realizar uma entrevista com o desempregado que questione o local onde ele mora, quantos filhos ele tem, o tipo de relação que ele tem com o trabalho, é contar com o “acaso”, com a

“imprevisibilidade”, podendo incorrer em relações circunstanciadas na ética do cuidado, como a experiência das “dicas” de Renato; mas também pode incorrer na apatia, na frieza como a passagem de Éverton Rodrigo, ou ainda de rejeição pela idade, como foi para esposa de Renato, ou ainda, a certeza de não poder ocupar esse espaço, não reconhecer nele uma alternativa, como é a situação de Ana Amélia.

Evidentemente o planejamento, a integração das ações por si não coadunam para a ética do cuidado com os desempregados, mas podem cuidar, a princípio, daqueles que são funcionários da instituição, no diálogo sobre suas práticas, na valorização e reconhecimento de suas ações, quem sabe na transfiguração do olhar para o desempregado para além do emprego, vislumbrando suas interações comunitárias, nos movimentos sociais, nas religiões, potencializando, assim, as formas e os resultados das políticas vinculadas aos Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, bem como a transfiguração das agências do SINE para um lugar também do desempregado.

Se as instituições são um fator de ordem, elas contribuem igualmente para **colocar em forma o sentido** que os atores dão à sua ação. De fato, uma tal abordagem repousa assim sobre a idéia segundo a qual a política (e portanto, as políticas) pode ser considerada como uma “interpretação da vida. (Muller e Surel, 2002, p.41)

Falta uma interpretação da vida presente nas rotinas das agências do SINE que contemple o modo-de-ser-cuidado nas relações estabelecidas pelos funcionários do SINE com os desempregados, esse local não somente como passagem burocrática, preenchimento de cadastro, mas com permanências, reconhecimentos, cuidado em relação ao desempregado.

5.3 *Estar nos Coletivos de Trabalho em Pelotas*



Fotografia 20. Ato de prorrogação dos Coletivos de Trabalho no
Salão da Comunidade Católica/Colônia de Pescadores

COLETIVO

I

ELE CHEGOU DE REPENTE, CONFUNDIU MUITA GENTE
ALGUÉM DUVIDOU
ELE CHEGOU DE MANSINHO, E NOS TRATOU COM
CARINHO
NOS ABRAÇOU
CHEGOU NUM CERTO MOMENTO, EM QUE NOSSOS
PENSAMENTOS
ESTAVAM DISTANTES
ELE NOS QUEBROU O GALHO, COLETIVO DE TRABALHO
QUE NOS AJUDOU BASTANTE

CORO

COLETIVO, COLETIVO, NÓS SOMOS UM
SOMOS, TODOS AMIGOS
COLETIVO, DE TRABALHO, COLETIVO
VENHA O QUE VIER, NÓS ESTAMOS CONTIGO

II

NÓS SOMOS UM GRANDE CORPO, POSSUÍMOS VÁRIOS
MEMBROS EM TODO O ESTADO
TRABALHAMOS COM AMOR, SOMOS UM POUCO HUMILDE,
MAS NÃO CALADO
QUEREMOS É APROVEITAR, ESTA OPORTUNIDADE, QUE A
NÓS CHEGOU
VER NOSSA COMUNIDADE, MUDAR ENTÃO DE VERDADE
DESÂNIMO PARA TRÁS FICOU

III

MUITA COISA JÁ PASSOU, DESDE DE QUE ENTÃO
COMEÇOU
COLETIVO DE TRABALHO
TIVEMOS A OFICINA, COM LINDOS E BELOS ENSINOS QUE
NOS ANIMOU
TIVEMOS A SELEÇÃO, AULA DE AUTO-GESTÃO E TAMBÉM O
LANCHE
BRINCADEIRA E COOPERATIVISMO, VIAGENS, A ROUPA E O
SERVIÇO
E CURSO PROFISSIONALIZANTE

MÚSICA E LETRA: ALEXANDRE DAS NEVES
(TRABALHADOR DOS COLETIVOS DE TRABALHO / Z3)

No ato de assinatura da renovação do Programa Coletivos de Trabalho, no Salão da Comunidade Católica da Colônia de Pescadores Z3, com a presença do governador, secretária estadual do trabalho, cidadania e assistência social, representação da prefeitura municipal, um integrante dos Coletivos de Trabalho da Z3 cantou e encantou, tocando seu violão, muito alinhado de terno e gravata.

Enquanto localizava o lugar ideal para fotografar, me deslocava pelo salão, suas colegas do programa me falavam ao passar por elas: ele é evangélico²³⁷, ele é evangélico...

A canção desse rapaz evangélico, sobre os Coletivos de Trabalho, expressava as diversas fases de implantação dessa política pública estatal que “chegou de repente e de mansinho”, através de audiências públicas, selecionando os envolvidos na própria comunidade.

“Ele nos quebrou o galho”, o valor recebido, equivalente a um salário mínimo, fez diferença na vida dessas pessoas. Embora, na afirmação do coordenador regional titular sobre os Coletivos ele não considere tal política quebra – galho:

Quer dizer, o trabalhador não quer dinheiro pra, não quer uma forcinha do Estado pra ele quebrar o galho dele, enquanto não tem trabalho, ele quer trabalho.

Os Coletivos de Trabalho, são reconhecidos por um de seus principais gestores, como uma política pública estatal que proporciona trabalho.

O programa envolveu as comunidades, sobretudo a da Z3, a que o rapaz pertence, com mutirões de limpeza das ruas, arrumação das praças, participação nas plenárias do orçamento participativo, como diz a canção: “Ver nossa comunidade mudar de verdade”. Atividades laborais que cuidaram da comunidade, transformaram, deixaram as praças, as fachadas das escolas mais bonitas.

O entendimento da especificidade de organização de cada grupo ocorreu a partir da análise das respostas²³⁸ aos questionários aplicados nos integrantes dos Coletivos de Trabalho dos três grupos: Colônia de Pescadores Z3, Navegantes e MTD, bem como os registros dos diários de campo das visitas à casa de alguns

²³⁷ É interessante o reconhecimento das mulheres do grupo por sua condição: evangélico, e aí sabendo tocar um instrumento musical, bem vestido, com uma música de sua autoria.

²³⁸ No anexo G constam todas as respostas às 30 perguntas do questionário, com as categorias de análise construídas principalmente em relação às perguntas de número 3,4 e 18 com três linhas numeradas em ordem crescente para as respostas, indicando, já em sua forma, diversas possibilidades de respostas para o sujeito.

membros da Colônia de Pescadores Z3 e do MTD, reuniões de trabalho, aulas dos cursos, seminários, enfim, acompanhamento de algumas atividades que envolviam integrantes dos Coletivos de Trabalho.

A interpretação dos dados da pesquisa releva aspectos positivos e negativos dessa política pública estatal, possibilidades de potencializar seus resultados em relação a pessoas que, normalmente, não eram envolvidas em programas anteriores, na sua maioria sem nunca ter assinado a carteira de trabalho, baixa escolaridade:

[. . .]tivemos a oficina, com lindos e belos ensinamentos que nos animou; tivemos a seleção, aula de auto-gestão e também o lanche; brincadeira e cooperativismo, viagens, a roupa, o serviço e curso profissionalizante.

Por certo, um dos maiores méritos dessa política pública correspondeu ao encontro dos participantes, o estar junto nos Coletivos de Trabalho, pois, nas respostas a questão 3²³⁹ do questionário - *O que mais gosta nos Coletivos de Trabalho?*, nos três grupos a maioria das respostas evidenciou a amizade, o encontro como positividade, e no contraponto na questão 4²⁴⁰ - *O que não gosta nos Coletivos de Trabalho?* As fofocas lideraram as respostas que evidenciam a negatividade do programa, sendo que, para se falar mal do outro, é preciso conhecer, conviver com o outro.

Elias (2000), em sua pesquisa sobre o que ele denominou “Estabelecidos e *Outsiders*”, em uma comunidade na Inglaterra, identificando os processos de exclusão das pessoas dos grupos de convívio, em função da tradição, do estabelecimento anterior na comunidade e o quanto tal realidade influenciava na marginalização dos jovens, filhos das famílias *outsiders*, atribuiu uma função integradora para a fofoca, pois as pessoas falavam, “fuchicavam” porque conviviam, se integravam com comentários positivos e negativos sobre aspectos da vida dos sujeitos, informavam o grupo sobre situações individuais:

Atribuir à fofoca uma função integradora pode facilmente sugerir que ela é a causa cujo efeito é a integração. Provavelmente, seria mais exato dizer que

²³⁹ Na Colônia de Pescadores Z3 sete pessoas não responderam essa questão; no MTD, uma pessoa; no Navegantes todos responderam.

²⁴⁰ A satisfação da Z3 com o programa se percebe também nas 27 pessoas que não responderam essa questão, tudo está bom no programa. No MTD oito pessoas não responderam a essa questão e, no Navegantes, duas pessoas.

o grupo mais bem integrado tende a focar mais livremente do que o menos integrado, e que, no primeiro caso, as focas reforçam a coesão já existente. (p.129)

Conforme os registros de Elias, entre os estabelecidos ocorria mais comentários, mais focas na medida em que conviviam mais, mantinham laços de solidariedade. Sobre os *outsiders*, quando aconteciam os comentários, estes eram preconceituosos, tendo por modelo o comportamento dos estabelecidos, moradores da aldeia.

Na pesquisa junto aos Coletivos de Trabalho, é possível identificar que o fato de eles trabalharem juntos nas tarefas de limpeza das ruas, pintura das escolas de sua comunidade, arrumação das praças, freqüentarem curso profissionalizante juntos, planejarem alternativas de trabalho de forma coletiva, na perspectiva de associações, cooperativas, correspondiam a situações que integravam, deixavam as pessoas juntas, favorecendo a amizade e a foca.

No entanto, outras respostas identificam problemas de articulação, organização dos grupos. No MTD: pouco entendimento com os companheiros; os desencontros de atividades; no Navegantes: falta de organização, pessoas com mania de pessimismo, quando um trabalha e outros ficam parados, é difícil o diálogo; na Z3: da má organização do grupo, falta de união e desorganização, menos teoria com as pessoas daqui, porque elas não entendem gramática, e 70% não são estudiosos. Tais problemas relatados revelaram a necessidade de um acompanhamento mais pedagógico das executoras em relação aos coletivos, também os gestores municipais e estaduais. Para um número significativo de participantes dos Coletivos, correspondia à primeira experiência significativa de organização, de articulação.

Segue a resposta do coordenador regional de trabalho titular sobre a concepção e resultados dos Coletivos de Trabalho:

São programas para comunidades vulnerabilizadas de repasse de rendas mínimas. Tanto que o trabalho, a questão do trabalho mesmo no coletivo de trabalho, ele é mais pedagógico mesmo, porque o trabalhador não trabalha para o Estado, ou para uma determinada Instituição, ele trabalha na própria comunidade dele. É que nós entendemos que questão do trabalho, o trabalho em si ensina muito, o trabalho em si é um forte elemento até de resgate da auto-estima do trabalhador. Então, um programa que possa resgatar esse trabalhador levando até ele, curso de qualificação, levando até ele uma discussão, uma compreensão sobre a realidade

social, que faz através da educação, do trabalho e cidadania, conhecimento sobre o novo mecanismo de trabalho.

Para Elias (2000): “A auto-imagem e a auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele”. (p.40). Os Coletivos de Trabalho, oferecendo um espaço de convívio, tendo como referência o local de moradia em relação à Colônia de Pescadores Z3 e ao Navegantes, bem como a participação em um Movimento Social – MTD, proporciona um processo de auto-estima na medida em que um se enxerga no outro, e cresce a percepção que o desemprego não é um problema individual.

Os Coletivos de Trabalho como um espaço de socialização, de cuidado consigo – ao participar dos cursos, viajar, cuidado com o grupo – estar junto trabalhando de forma cooperativa e cuidado com a comunidade – através das atividades laborais de limpeza e organização, conseqüentemente de valorização da auto-imagem dos integrantes dos coletivos.

Na perspectiva de Elias (2000), a auto-estima nunca é um processo solitário, mas um processo coletivo, de crescimento conjunto, do ver-se na imagem refletida do olhar do outro. De certa forma, como é o gestor que referencia a auto-estima do trabalhador, é dele o olhar que se pre – ocupa da condição do desempregado, que se importa, que cuida do desempregado. É nesse olhar cuidadoso que se reflete a auto-imagem estimada.

Na questão 19 – *Os Coletivos de Trabalho trouxeram algum benefício para o local onde você mora?*, ocorreu uma resposta de um integrante do Navegantes que reforça a perspectiva de Elias (2000): “Levanta a auto-estima”. Esse participante do grupo do Navegantes fez referência à auto-estima ao abordar o benefício dos Coletivos para o local onde mora, para a interação “eu-nós”.

As respostas à questão de número 17²⁴¹ – *“Depois de terminar os Coletivos de Trabalho seus planos são:”* refletiram com amplitude a auto – estima provocada pela experiência das pessoas no programa, já que consideraram como alternativas perspectivas coletivas e solidárias de desenvolvimento de trabalho e renda, ocorrendo também um reforço na confiança individual de inserção ao mercado formal de trabalho, após o término da experiência nos coletivos.

²⁴¹ Na Colônia de Pescadores Z3, oito pessoas não responderam essa questão; no MTD, duas e; no Navegantes, também duas pessoas.

O grupo do Navegantes, o qual não participara de nenhum curso profissionalizante quando foram aplicados os questionários em julho de 2002, foi o que mais colocou como perspectiva alternativas individuais de trabalho – de 31 respostas, 17 respostas colocaram perspectivas de trabalho de forma coletiva – associações, cooperativas.

Os participantes da Colônia de Pescadores Z3, que estavam freqüentando cursos profissionalizantes, responderam que gostariam de aumentar a escolaridade (duas freqüências): uma pessoa queria ficar com a família, uma pessoa queria realizar cursos profissionalizantes do Qualificar; 61 pessoas, trabalhar em grupo, associação, cooperativa; e 15 em alternativas individuais no mercado formal de trabalho.

Há uma diferença considerável nas respostas dos integrantes dos Coletivos de Trabalho da Z3, em relação ao grupo do Navegantes, quanto às suas perspectivas ao término do programa, pois, na Colônia de Pescadores Z3, talvez pelo isolamento da comunidade, abordagem dos cursos profissionalizantes, outras experiências associativas já existentes na comunidade vinculadas à pesca artesanal, o grupo considerava viável experiências associativas de trabalho em detrimento do Navegantes com um número significativo de respostas que apontavam possibilidades de trabalho a partir da perspectiva individual – emprego. Uma resposta à questão 19, sobre os benefícios dos Coletivos para a comunidade ilustrava a realidade dos pescadores da Colônia, sem renda fixa: “trouxe mais lucros para as vendas”, 150 pessoas da colônia com uma renda de R\$ 220,00 ao mês, consumindo nas “vendas” da comunidade, garantiram lucros para os comerciantes, durante o funcionamento dos Coletivos.

O Navegantes é próximo da área central da cidade, proximidade facilitadora do trabalho temporário, o grupo estava sem cursos profissionalizantes durante a aplicação dos questionários, sendo que nesses cursos ocorreram formação para auto-gestão, cooperativismo, noções de administração, empreendedorismo, talvez fatores que determinaram a opção do grupo por alternativas individuais de ocupação, após o término do Programa Coletivos de Trabalho.

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados identificava o assentamento como perspectiva ao término dos Coletivos de Trabalho – cinco respostas; 11 frequências em relação às cooperativas; quatro respostas referindo-se ao trabalho individual e continuidade do Programa dos Coletivos. O resultado dessa pergunta do questionário revelava o processo múltiplo das perspectivas do MTD, o qual não era identificado pela direção municipal do movimento que insistia nos assentamentos rururbanos como única alternativa para os desempregados urbanos, quando a maioria das respostas considerou possibilidades na comunidade em que o militante estava, não necessariamente a mudança para um assentamento.

O MTD é um movimento social recente no Rio Grande do Sul, as formas de organização do movimento, suas perspectivas, estavam em processo de construção, sendo que, convivendo com o grupo de Pelotas, observei que há uma forte influência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e do Sindicato dos Metalúrgicos na concepção do Movimento. Melucci (2001) corrobora para a compreensão desse processo:

Como sempre acontece na história dos movimentos, os novos atores falam sempre velhas linguagens porque não têm ainda uma linguagem própria. Enquanto se formam, utilizando a herança dos movimentos que os precederam, se enraízam na memória e nos símbolos do passado. Essa situação cria toda a ambigüidade e a dificuldade de um momento de passagem. Mas não se deve esquecer que estamos diante de fenômenos que têm pouco em comum com a tradição categorial e lingüística que utilizam para definir-se (p.82).

A utilização pelo MTD das linguagens, símbolos, memórias do MST e do Sindicato²⁴² dos Metalúrgicos provoca processos de tensão, pois a estrutura complexa e burocrática de setores de organização (formação, educação, comunicação...) de um movimento de originalmente trabalhadores rurais como o MST, bem como a “tecnologia social de pressão”, que é a ocupação de terras, é transplantada para um movimento de trabalhadores urbanos, que, na sua maioria, são marcados pelo luto do trabalho assalariado.

O assentamento é uma viabilidade econômica, social e cultural do MST, para trabalhadores rurais, que em Pelotas envolveu cerca de 20 famílias advindas, em número significativo, do bairro Getúlio Vargas.

²⁴² A sede do sindicato é localizada no centro de Pelotas, funcionando vários sindicatos no mesmo prédio, entre eles o das empregadas domésticas.

Entre os militantes do MTD do núcleo do Balneário dos Prazeres, foi possível compreender que eles estavam na luta, estavam no MTD, mas não para assentarem, pois tinham sua casa, no depoimento de uma militante:

– Por que a gente vai acampar se a gente tem uma casinha com banheiro? Não é grande conforto, mas é boa de viver.

A ocupação de terras para reivindicação de assentamentos rururbanos envolve certo número de pessoas no meio urbano que objetivam trabalhar em atividades rurais, sem vínculo afetivo com sua moradia e comunidade, a despeito do grupo que estava na Sanga Funda. O núcleo do Balneário dos Prazeres não reconhecia no assentamento rururbano um projeto possível em substituição ao emprego formal, como projeto articulador dos desejos do eu-nós.

Uma das respostas de um integrante do MTD para a questão 4: *O que não gosta nos Coletivos de Trabalho?* Foi: “Utilizar as pessoas como frente de luta, sem dar uma explicação o porquê das lutas”. Esse integrante do MTD alertou para seu desejo de lutar, mas sabendo o porquê das lutas, quer sentir-se sujeito. Tal realidade era comum em relação aos metalúrgicos, que, com sua base de ação esvaziada em virtude da falência das empresas, apoiava o MTD, intervindo diretamente na sua coordenação municipal, ajudando no acampamento com cobertores, mantimentos, mas não mantendo nenhum sindicalista no mesmo.

Conforme a coordenadora do núcleo do MTD no Balneário dos Prazeres, a tendência para a renovação dos quatro meses para Coletivos de Trabalho, a fim de o pessoal viabilizar algum investimento, não seria tarefa fácil para o núcleo, pois alguns queriam viabilizar uma padaria, mas não havia organização para tanto.

A coordenadora ainda contou que foram fazer pressão, numa madrugada do mês de julho, em um posto de gasolina que não regularizava a situação de seus funcionários, não assinava a carteira de trabalho deles. Considerava que protagonizavam muitas manifestações diferentes, ficava difícil para eles darem conta, participando também dos cursos de qualificação profissional e atividades laborais dos Coletivos de Trabalho, executando “trabalho de base” nas vilas que correspondia à reunião de pessoas para organizar núcleos do MTD.

Quando apliquei os questionários aos Coletivos, a coordenadora do núcleo e várias pessoas que exerciam uma certa liderança no grupo estavam ausentes no curso de Farmácia Viva, envolvidos em outras atividades do MTD.

Os metalúrgicos, de luto do trabalho assalariado, de luto da influência do sindicato na cidade perceberam no MTD uma possibilidade de vivência desse luto, sem resignificar, querendo ser direção de uma base que não está na fábrica, que não corresponde à sua base de ação, que, por sua vez, está esvaziada.

Com a perda da carteira assinada, esse trabalhador já não é mais um metalúrgico, não cabem as estratégias de organização que até então vinham sendo utilizadas. Não incorro aqui na forma que deveriam ser as estratégias de ação dos dirigentes, tampouco nos possíveis resultados de tais estratégias. Mas que a realidade mudou, o desempregado é potencialmente um outro “militante”, com outras necessidades, não mais um metalúrgico, mas um trabalhador sem sua carteira assinada, de luto em relação a essa condição, mas na luta pela sua sobrevivência.

Uma prática comum no MTD corresponde à realização de místicas antes de suas atividades, como motivação, preparação da ação que está para se constituir. Tal prática é uma linguagem do MST, cuja influência é dos rituais da Igreja Católica, resignificados com a simbologia do Movimento, baseada em ferramentas de trabalho do meio rural, a bandeira do MST. A prática de momentos de celebração, de mística vem ocorrendo entre os sem-terra desde a ocupação em Encruzilhada Natalino, aqui no Rio Grande do Sul, em 1979²⁴³.



²⁴³ A obra de CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000 relata o significado da mística para o MST. A mística enquanto construção cultural realizada por esse movimento, sob influência dos rituais e símbolos da Igreja Católica que foram sendo resignificados.

Acompanhei uma mística do MTD, como primeira atividade de uma reunião da Coordenação Municipal do Movimento. A coordenadora do assentamento leu na Bíblia a parábola do semeador, enquanto lia espalhava terra e sementes pelo assoalho de uma das salas de reuniões do sindicato. Falou que a terra era do assentamento, e que cada um de nós ali presentes era uma semente, nossa atuação no movimento determinaria que tipo de semente éramos – férteis ou não.

Percebi que os sindicalistas assistiam a mística com olhar surpreso, a coordenadora perguntou: - *Pode-se gritar aqui?* Um sindicalista respondeu que sim, e então a palavra de ordem, agitando o braço esquerdo: – *MTD: Por terra, trabalho e pão*. Os militantes do Balneário dos Prazeres e do assentamento gritaram, os três sindicalistas e eu assistimos. Ao final um dos sindicalistas perguntou: – *Quem vai limpar a sujeira?*

A pergunta da coordenadora do assentamento rururbano do MTD na Sanga Funda expressa o entendimento do local da reunião como um espaço legítimo dos metalúrgicos, que são consultados quanto a uma transgressão, uma palavra de ordem, um grito em uma de suas salas de trabalho.

Por outro lado, a pergunta do sindicalista evidencia sua total desinformação sobre o papel da mística, na medida que chama os evocadores utilizados: terra, semente, à reflexão sobre fertilidade de cada um nas ações como “sujeira”, questionando quem iria “limpar” a sujeira.

O limiar da atuação do MTD conformando a mística do MST e uma certa racionalidade militante do sindicato dos metalúrgicos, que ao estar em uma reunião do MTD não participa da mística e reconhece em seus objetos evocadores “sujeira” a ser “limpada”.

O MTD convive com linguagens, símbolos, memórias diversas, reportando a Melucci (2001), pois o MST luta por produção no campo, o assentado sendo dono de uma propriedade de terra, e o sindicato luta por melhores condições de trabalho na cidade, na ótica do assalariamento.

Ao final do levantamento de dados da pesquisa em dezembro de 2002, somente dois integrantes dos Coletivos de Trabalho do Balneário dos Prazeres permaneciam no MTD. A direção municipal do movimento solicitou aos gestores estaduais e municipais do Programa, que as pessoas que saíram do movimento parassem de receber os R\$ 220,00 da contribuição dos Coletivos de Trabalho. Os

gestores municipais e estaduais garantiram o recebimento, pois as pessoas estavam participando das atividades dos coletivos: cursos, atividades laborais.

A inadequação dos resultados em respeito aos investimentos desencoraja a ação coletiva conflitual e abre caminho para a mobilização individual, os singulares atores buscam compensações particularistas, por exemplo, através da mobilidade ascendente individual ou, então, se encaminha uma dinâmica de “arrancada” na busca de vantagens específicas para indivíduos ou subgrupos. (Melucci, 2001, p.59)

Como afirma Melucci, para os moradores do Balneário dos Prazeres, os resultados oferecidos pelo MTD, sobretudo a partir do assentamento rururbano, era inadequado, desencorajador, mesmo correndo o risco de perderem a contribuição dos Coletivos de Trabalho, saíram do movimento. Recebimento esse que foi garantido pelos gestores que, através do programa, contribuíram na organização do MTD, ao selecionar no Estado inteiro seus integrantes.

Os gestores do Programa, ao atuarem em uma situação de crise entre a direção do MTD e integrantes dos Coletivos de Trabalho, primaram pelo apoio aos desempregados participantes do Programa, não permitiram o arbítrio da política pública estatal à direção do MTD.

A decisão dos gestores do programa, na minha opinião, foi satisfatória na medida em que, muitas vezes, eram até incompatíveis as atividades dos Coletivos e do movimento, fazendo com que as pessoas faltassem em aulas do curso para cumprirem tarefas do movimento, pessoas essas de baixa escolaridade, valorizadoras dos cursos.

Elisângela, coordenadora do núcleo do MTD do Balneário dos Prazeres, foi uma das pessoas que saiu do movimento. Considera o motivo principal da saída deles a falta de diálogo com a direção municipal, e que, quando alguém do Balneário era atingido, todos eram, no momento em que um saiu, todos saíram. Em uma visita à sua casa, me contou que foram corrigidos várias vezes pelos metalúrgicos sindicalistas, pois no movimento:

Os metalúrgicos diziam que somos companheiros, e não amigos, e nós do Balneário sempre fomos muito unidos, somos amigos, mexeu com um, mexeu com todos.

A canção dos coletivos enfatizava o valor da amizade no programa, ao favorecer o encontro, o trabalho cooperativo. Valor, talvez pouco reconhecido pelos sindicalistas que diferenciavam companheirismo de amizade.

A ética do cuidado alicerçada no amor ou na caridade, na simpatia ou na compaixão, no toque e na felicidade²⁴⁴, pode ser passível de associação ao sentimento de amizade entre os integrantes do núcleo do Balneário dos Prazeres, pois quando “se mexe com um” o efeito ocorre para todos, sendo a amizade fator agregador do grupo.

No contexto relatado pela líder do núcleo do Balneário, na diferenciação que o sindicalista realiza entre amigo e companheiro, ao que parece, o companheirismo compõe uma associação menos afetada, com parcerias mais formais, sem muito espaço para a simpatia, para o toque.

As atividades laborais no Balneário dos Prazeres não funcionaram como o núcleo havia planejado, porque queriam deter a vossoroca, os grandes deslizos da praia, mas isso não foi possível, pois precisariam de maquinário além da força humana que dispunham. Substituíram tais atividades pela limpeza e ornamentação da praça.

Nas respostas à questão 19 – *Os Coletivos de Trabalho trouxeram algum benefício para o local onde você mora?* É possível observar vários entendimentos dos integrantes do MTD em relação às proposições do programa Coletivos de Trabalho e os interesses do movimento social, apenas a primeira resposta que destaca o trabalho realizado na comunidade: porque empregaram algumas pessoas arrumaram a creche, a limpeza da praia; estamos fazendo ensaios da nova sociedade; ajuda a gente; boas perspectivas para o término do programa; porque não há emprego; teve os colegas de trabalho; não foi um trabalho comunitário.

A líder do MTD do Balneário contou que não queria padaria, como curso de qualificação, mas era o desejo de todos os outros, ela se obrigou a fazer. O curso de farmácia viva ela considerou mais interessante para ajudar a comunidade. Por fim começou a gostar do curso de padaria, gostou de fazer pão.

²⁴⁴ In Nörnberg da Silva (2002).

O curso para aprender funções de pedreiro, construção civil, sobretudo para colaborar nas obras e reformas das próprias casas, o grupo não achou conveniente pelo número reduzido de homens nos Coletivos do Balneário dos Prazeres. Nesse grupo, o trabalho da construção civil, mesmo sendo a reforma da própria casa, é concebido como um trabalho masculino. O curso de horta para o pessoal do assentamento era uma necessidade, pelo depoimento das pessoas, estavam gostando.

Elisângela não tinha planos de acampar. Se continuasse no movimento gostaria de morar no Balneário dos Prazeres. Estava pensando em usar os horários da psicóloga da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social para um de seus filhos, já que o pessoal do assentamento tinha dispensado, pois os dependentes de álcool haviam sido expulsos do Movimento.

Contou que, antes de entrar para o movimento, não entendia nada de direitos, nem sabia que tinha direitos, achava que política não era para ela. Agora é diferente. Sabe que política é algo importante, sabe que política é para ela. Estava engajada na campanha eleitoral de uma deputada federal.

A bandeira do MTD possuía uma representação de homem e de mulher com uma foice e um martelo, camisetas com a inscrição “Terra, Trabalho e Pão” e uma das militantes do Balneário dos Prazeres, evangélica, desenhou em uma bandeira vermelha um coração com a sigla: MTD.

Os símbolos do movimento, assim como a organização de suas reivindicações, perspectivas, estavam em processo de construção:

A identidade coletiva é, portanto, uma definição construída e negociada pela ativação das relações sociais entre os atores. Implica na presença de quadros cognitivos, de densas interações e também das dimensões afetivas e emocionais. Aquilo que une os indivíduos em um “nós” nunca é inteiramente traduzível na lógica do cálculo meios – fins ou na forma da racionalidade política, mas comporta sempre margens de não negociabilidade das razões e dos modos de viver em conjunto.

Poderei dizer, portanto, que a questão que, em grande parte, me tem apaixonado é de saber como acontece que um “nós” se transforma em um nós. Como e por que os agregadores sociais chegam a definir-se em termos coletivos e a agir em conjunto? Esta é a questão de pesquisa que coloco, no âmbito restrito dos movimentos sociais e, em particular, no campo daqueles mais recentes, impropriamente definidos como “novos” movimentos sociais (Melucci, 2001, p.158-159).

A construção da identidade do MTD, do “nós” de seus militantes, é tema de pesquisa, de caráter apaixonante, como bem coloca Melucci. Acompanhar os assentamentos rururbanos, os núcleos que estão se constituindo e que se desconstituíram, a exemplo do núcleo do Balneário dos Prazeres, são trajetórias de

pesquisa sobre desempregados urbanos, o entendimento desse movimento social inédito.

Bordieu (1998), em uma de suas últimas obras, anuncia a importância de um movimento social envolvendo trabalhadores desempregados:

A primeira conquista desse movimento é o movimento em si, a sua própria existência: ele arranca os desempregados e com eles todos os trabalhadores precários, cujo número cresce dia a dia, da invisibilidade, do isolamento, do silêncio, em suma da inexistência. Reaparecendo em plena luz, os desempregados reconduzem à existência e a um certo orgulho todos os homens e mulheres que, como eles, o não – emprego condena habitualmente ao esquecimento e à vergonha (p.129).

A resposta de um participante do MTD mencionada acima: estamos fazendo ensaios da nova sociedade reforça a perspectiva de Bordieu sobre o papel do movimento, sendo tradução da nova sociedade – a experiência do assentamento rururbano.

O atraso no pagamento dos Coletivos²⁴⁵, a falta de material para as atividades laborais e para o curso e a burocracia do Programa foram respostas da questão 4 – sobre os aspectos negativos do Programa, sendo referidos pelos três grupos, ajustes que poderiam ser providenciados pelos gestores estaduais e municipais do Programa, coibindo situações como a que vivenciei no Navegantes com as pessoas limpando as ruas com sacos de lixo, ferramentas e carrinhos de mão insuficientes para todo grupo, dificultando o trabalho, sem local definido para o depósito do lixo seco, reforçando o entendimento de que o trabalho coletivo não é possível, quando as condições operacionais não favoreciam.

O coordenador regional titular considerava pedagógico o trabalho dos participantes dos Coletivos para sua comunidade, sendo que sete pessoas do MTD consideraram o trabalho nos Coletivos como um aspecto positivo no Programa, presente nas respostas da questão 3; no Navegantes, 23 pessoas; e na Z3, 12. Algumas respostas: Meu trabalho de Educação ambiental; Gostei de varrer as ruas; plantação-produção.

O aspecto pedagógico do trabalho, identificado pelo coordenador regional titular, teve alguns problemas no grupo Navegantes, pela falta de material para a limpeza das ruas e de uma orientação para o trabalho coletivo, pois observei que

²⁴⁵ Em uma das visitas ao assentamento da Sanga Funda, quando encontrei com a supervisão dos cursos do Qualificar, escutei do coordenador regional adjunto a justificativa: “Nosso coordenador é batalhador, eu sou testemunha como ele está brigando com a Secretaria do Trabalho para vir o dinheiro de vocês.”

alguns trabalhavam, e outros “faziam de conta”. Ficavam fumando, conversando com o colega, enquanto outros com as ferramentas de trabalho, de fato, limpavam. Resultando no fato de que as pessoas mais velhas queriam alguém que mandasse, uma espécie de capataz, contra-mestre, visto que, de forma coletiva, não estava funcionando.

Os problemas operacionais nas atividades de trabalho do Navegantes e, também, a valorização das atividades laborais pelo grupo se explicitaram nas respostas da questão 19 – *Os Coletivos de Trabalho trouxeram algum benefício para o local onde você mora?* Quatro pessoas identificaram falta de “serviço participativo”, desorganização e 14 relataram a limpeza das ruas, a reciclagem de lixo.

No Navegantes, o atraso do pagamento dos Coletivos teve destaque em matéria de jornal da cidade, com fotografia dos integrantes, ilustrando a reportagem. Uma das respostas sobre a pergunta 4 referente aos aspectos negativos do Programa destaca o envolvimento do grupo com matérias na imprensa local: “Imprensa que às vezes usa o coletivo como “cobaia”.”

O curso de qualificação profissional foi reconhecido como aspecto positivo dos Coletivos de Trabalho, nas respostas para questão 3 – *O que mais gosta nos Coletivos de Trabalho?* – pelo grupo do MTD com 12 ocorrências e pela Z3 com 35 respostas. O grupo do Navegantes ainda não tinha sido beneficiado com curso durante a aplicação do questionário.

As questões 27, 28, 29 e 30 do questionário consideravam informações sobre os cursos de qualificação profissional presentes no Programa Coletivos de Trabalho.

A questão 27 era– *Quais cursos de qualificação profissional freqüentou ou está freqüentando durante os Coletivos de Trabalho?* As respostas dos integrantes da Z3: artesanato – 15 pessoas, agricultura – 1, arborização – 1, autogestão – 19, cooperativismo – 1, corte e costura – 11, culinária – 12, educação ambiental – 1, Educação para o Trabalho e Cidadania – 7, farmácia viva – 8, gestão – 28, horta comunitária – 3, limpeza – 1, reciclagem de lixo – 6, restaurante típico – 2, serviço comunitário – 2, não responderam à questão – 13 pessoas. Sendo que manteve o nome dos cursos que os integrantes dos Coletivos colocaram, mesmo com algumas repetições e/ou confusões nas denominações dos cursos como na nomeação gestão/cooperativismo/autogestão.

No MTD as respostas foram: agricultura – 4 pessoas, artesanato – 10, autogestão – 1, confeitaria – 5, economia solidária – 3, confeitaria – 5, farmácia alternativa – 1, horta – 1, padaria – 13, saúde alternativa – 10, subsistência – 1, viveiro de mudas – 3, não responderam à questão – 2 pessoas.

A pergunta de número 28 – *Os cursos na tua opinião foram:* obteve as seguintes respostas. Na Colônia de Pescadores Z3, 46 integrantes responderam que os cursos foram muito bons, 37 que os cursos foram bons, 2 que os cursos foram ruins, uma pessoa que os cursos foram importantes (essa alternativa não existia para assinalar, a pessoa escreveu) e uma pessoa não respondeu à questão. No MTD, 11 integrantes responderam que os cursos foram muito bons, 10 que foram bons, uma pessoa que os cursos foram ruins, e uma pessoa não respondeu à questão.

Na questão 29²⁴⁶ – *Por que tem essa opinião sobre os cursos?* as respostas demonstraram a valorização das pessoas em relação à oportunidade dos cursos, tanto na Z3 quanto no MTD, algumas respostas: “Porque aprendemos o que não sabíamos e nos sentimos mais importantes, com mais valor; Porque foi uma oportunidade na minha vida e era o que eu queria fazer; Porque eu achei muito boa a maneira de ensinar; Porque esse governo foi o único que está dando oportunidade da gente ser dono do próprio negócio”. Eram pessoas essas com baixa escolaridade, pois na Colônia de Pescadores Z3, oito pessoas não possuíam a 1ª série do Ensino Fundamental, no MTD quatro pessoas, no Navegantes três pessoas.

Durante a aplicação dos questionários, nos três grupos aconteceu uma situação interessante, pois as pessoas não-alfabetizadas vinham me falar que não sabiam escrever e logo um colega se dispunha a ajudar. Na Z3, no grupo do curso de reciclagem de lixo, seis mulheres que não eram alfabetizadas responderam de forma coletiva ao questionário, uma colega perguntava e respondia para todas.

Alguns integrantes me falaram que pararam de estudar na 2ª série do Ensino Fundamental e, por não praticarem a leitura e a escrita, haviam “desaprendido”, 12 pessoas responderam ter estudado até a 2ª série na Z3, e duas pessoas no Navegantes.

²⁴⁶ Na Colônia de Pescadores Z3, 18 pessoas não responderam essa questão, no MTD 3 pessoas, no Navegantes 26 pessoas – sendo que não considere esses resultados, pois o grupo não havia frequentado cursos de qualificação profissional no Programa Coletivos de Trabalho, vinculado ao Qualificar.

Das 87 pessoas que responderam à questão de número 7, sobre escolaridade na Colônia de Pescadores Z3, 54 possuíam o Ensino Fundamental incompleto; no MTD, das 23 pessoas que responderam a pergunta 13 com Ensino Fundamental Incompleto e no Navegantes das 42 que responderam a questão, 32 com o Ensino Fundamental Incompleto.

Por certo, o Programa Coletivos de Trabalho envolveu pessoas com baixa escolaridade, com poucas perspectivas de acesso ao mercado de trabalho formal.

Os resultados da pergunta número 8 do questionário – *Outros cursos que já participou* demonstram o número significativo de mulheres presentes nos Coletivos, cujo acesso a cursos ocorrem vinculados a oportunidades que favoreçam a permanência em casa, junto das atividades domésticas e da família, sendo esses cursos, na maioria das vezes, executados por diversas organizações agregadas a pastorais, escolas, clube de mães, algumas entidades até com sede na própria comunidade.

No grupo do Navegantes das 47 respostas: duas foram artesanato, uma cabelereiro, duas confecções de acolchoados, duas corte e costura, uma doces e salgados, uma manicure e pedicure, uma pintura em tecido, duas qualificação de domésticas, uma tapeçaria, sete tricô.

Cursos, referentes a essa mesma questão com respostas dos integrantes do Navegantes, sem uma vinculação direta ao gênero feminino foram: um para cidadania, três datilografia, dois eletricitas, um espanhol, dois de flores, nove de informática, dois inglês, um mecânica, um prevenção de incêndio, um reciclagem, um supletivo, um técnico em administração, um vigilância patrimonial, um panificação.

No MTD ocorreu a referência de gênero e também religiosa por um participante de curso de pastoral e um de teologia. Suas respostas identificaram ainda um em curso de chocolates, dois em corte e costura, um em cozinha alternativa, um em crochê, um em culinária, um em enfermagem, um em garçoneiro, dois em doces e salgados, um em manicure, três em artesanato, um em primeiro socorros, um em saúde viva.

A participação dos integrantes do MTD, sem uma referência significativa de gênero nas respostas: um em auto-gestão, um no censo/IBGE, um na cidadania, um no cooperativismo, três em datilografia, um em eletricitista, um em encanador, quatro

em informática, um em mecânica, um em plasticultura. totalizando 34 respostas de cursos dos integrantes do MTD.

Na Colônia de Pescadores Z3 também ocorreu uma vinculação religiosa nos cursos já realizados antes dos Coletivos de Trabalho: uma pastora de palestra de acompanhamento de drogados, um escola bíblica dominical, um ministro do evangelho – missionária.

Nas referências de gênero feminino na Z3 houve: artesanato sete, baby sister uma, costureira duas, crochê três, culinária uma, culinária de alimentação alternativa três, curso de acolchoado de bebê uma, indústria doméstica uma, secretária uma, tapeçaria uma, tricô três. As mulheres da Z3 têm um acesso mais limitado em relação às mulheres do Navegantes e MTD a cursos com referências ao gênero feminino, para capacitação em tarefas possíveis de serem realizadas junto à família, sem sair de casa.

Cursos sem referência explícita de gênero realizados pelos integrantes da Z3: administração de micro e pequenas empresas – um, agente comunitário de saúde – um, agricultura – três, arborização – um, aula de música – um, auto – gestão – dois, auxiliar de escritório – dois, caricatura – um, carnicicultura (criação de camarão) – um, cartazista – um, condutor de turismo – um, construção naval – um, cooperativismo – três, datilografia – cinco, eco turismo – um, Educação Ambiental – dois, eletricidade – dois, eletrônica – dois, espanhol – dois, estilista – um, fileteamento (preparo de postas/filés de peixe) – seis, frutos do mar – um, gestão – dez, gestão dos comitês – um, horta comunitária – um, indústria alimentícia caseira – um, informática – quatro, leitura de componentes eletrônicos – um, eletricista – um, marcenaria – um, mecânica – um, mecânica de moto – um, montagem de placas eletrônicas – um, motores marítimos – um, pescador – um, pintor – um, prestação de serviços – um, psicultura – dois, secretária – um, seminário do diagnóstico municipal SEBRAE – um.

Na Colônia de Pescadores Z3, ocorre uma freqüência anterior em cursos que abordam a autogestão, o cooperativismo como alternativas de geração e trabalho e renda, viabilizadas inclusive pelo SEBRAE. Talvez, essas experiências anteriores de formação contribuam na inclinação do grupo a alternativas coletivas de geração de trabalho e renda. Totalizando 99 respostas na Z3 em relação à participação em cursos anteriores aos Coletivos de Trabalho.

Ocorreram três referências ao curso de espanhol: duas pessoas na Z3 e uma no Navegantes, sendo a metade sul na qual se localiza Pelotas, acesso comum de argentinos e uruguaios, em função da proximidade geográfica, com fins de atividades comerciais, turísticas, culturais.

No MTD uma resposta à questão 29 demonstra o entendimento do movimento social em relação ao assalariamento: “Vai ser uma forma de me libertar de trabalhar de empregado”. É interessante essa ótica do curso de Educação Profissional como uma alternativa de libertar do assalariamento, e deste como uma prisão. Recuperando o depoimento do coordenador regional titular sobre o Programa Coletivos de Trabalho, mencionado no início da seção:

Então, um programa que possa resgatar esse trabalhador levando até ele, curso de qualificação, levando até ele uma discussão, uma compreensão sobre a realidade social, que faz através da educação, do trabalho e cidadania, conhecimento sobre o novo mecanismo de trabalho.

Resgatar e libertar o trabalhador, proporcionar saberes que subsidiem novas organizações de trabalho, correspondiam a objetivos do Programa dos Coletivos de Trabalho.

Na Colônia de Pescadores Z3, 38 respostas apontaram o conhecimento adquirido nos cursos como positivo, no MTD 13 pessoas.

Na Z3, 15 respostas relacionaram aspectos nos cursos que poderiam ser melhorados: maior aprofundamento nos temas abordados, mudança de executora no curso de corte e costura, melhoria na metodologia dos cursos, aumento da carga horária dos cursos. No MTD, apenas uma pessoa considerou exígua a carga horária do curso.

Além de relacionar as condições dos cursos, as respostas da questão 29, vincularam às possibilidades de trabalho que o curso oferecia, uma resposta na Z3: “O curso foi bom, mas não temos oportunidade de trabalho”; cinco pessoas na Z3 relacionaram o curso a oportunidades de constituírem o próprio negócio; seis respostas associando os cursos a própria relação de trabalho e convívio nos coletivos.

O curso aparece como perspectiva de trabalho e convivência: – “aprendi a trabalhar e ter amizade com outras pessoas; nos ajudou na situação financeira; aprendi

mais abrindo portas para o trabalho; porque estou desempregado; porque eu tenho que fazer meu trabalho; porque já trabalhei e achei bom e gostei do coletivo.

O curso é visto como espaço de realização pessoal, na perspectiva da auto-estima, de um ver-se no outro, envolveu as respostas de oito pessoas na Z3: “Porque aprendi coisas novas, voltei a ser gente, me senti importante e estou melhor preparada para trabalhar.”

A questão 30– *O curso que freqüentou ou ainda está freqüentando nos Coletivos de Trabalho lhe ajuda para conseguir uma oportunidade de trabalho?* Nas respostas da Z3 e do MTD foram referidas perspectivas dos cursos em relação ao que categorizei como trabalho coletivo (associações, cooperativas) e ao trabalho individual (emprego).

Uma resposta de um integrante do MTD explicita a intencionalidade do movimento social: “O curso serve para orientar a nossa organização entre os trabalhadores do MTD, e o trabalho serve para organizar nossa vida e não para ser explorados por patrões.” O curso de Educação Profissional é visto ainda como instrumento da organização do movimento social, o trabalho coletivo como forma de organização da vida e não para ser explorados por patrões. Essa resposta, de um militante do MTD, relaciona a vida com a organização do trabalho, sendo a lógica do assalariamento rompida pelas experiências dos Coletivos de Trabalho, que, conforme essa resposta, lutam contra a exploração dos patrões.

Outra resposta²⁴⁷ de um integrante do MTD, ao que parece, reportou a ajuda de custo de R\$ 220,00 concedida pelos coletivos e ao convívio, a troca – ajudar a ser bom vivente, em resposta se o curso contribuía ou não para uma oportunidade de trabalho na questão 30: “Não como recurso financeiro, mas sim como ajuda de custo para ajudar o outro a ser um bom vivente.”

No MTD, quatro respostas relacionadas à formação de cooperativas/associações a partir do que aprenderam no curso, na Z3 16 respostas.

O trabalho individual teve 12 recorrências no MTD, na Z3 nove respostas. Na comunidade da Z3, em função do abandono em relação a programas do Estado, isolamento da Colônia de Pescadores até pela distância do centro da cidade. Há uma valorização dos cursos que demonstra que, mesmo sem conseguir trabalho, oportunidades de formação para esse grupo é fundamental.

No MTD ocorreram quatro respostas convergentes a esse sentimento dos integrantes da Z3. Algumas respostas que demonstram tal sentimento: “aprendi alguma coisa; ele nos ofereceram uma oportunidade para seguir as nossas vidas; porque aprendi o que gosto; porque temos as qualificações do que aprendemos sobre a atividade.”

A qualificação profissional foi valorizada em 22 respostas de integrantes da Z3, sem relacionar a oportunidades de trabalho, sendo a qualificação essencial por ela mesma, duas respostas: antes não sabia fazer nada; está capacitando.

Em uma das respostas da Z3 para a pergunta se os cursos contribuem para conseguir uma oportunidade de trabalho, ocorreu o reconhecimento da importância da política pública estatal para uma comunidade isolada, de atividade econômica para subsistência na sua maioria: “O governo nos deu esta oportunidade”.

A oportunidade dos Coletivos de Trabalho proporcionada a 150 moradores da Colônia de Pescadores Z3, 50 do Navegantes e 50 militantes do MTD foi valorizada pelos grupos. Estar nos Coletivos de Trabalho correspondeu a não depender de cestas básicas da prefeitura, ter um ganho certo por 10 meses, participar de cursos profissionalizantes, ingressar em assembleias do orçamento participativo, conviver com os vizinhos, limpar as ruas do bairro, pintar a escola, conforme uma das respostas ao questionário: antes não sabia fazer nada.

De fato, o Programa atingiu a população-alvo, pessoas desempregadas, na sua maioria mulheres, de baixa escolaridade, que, ao fazer parte dos coletivos, tiveram um outro olhar para seu local de moradia, para a cidade, conforme uma resposta de um integrante da Z3 à pergunta 19 sobre os benefícios dos Coletivos para o local onde mora: veio ajudar na renda familiar não só minha como a da minha comunidade que estava atravessando uma crise muito séria, pois não há peixe em nossa lagoa.

Auto-estima, capacitação nos cursos, trabalho coletivo, reciclagem de lixo, foram construções da participação nos Coletivos de Trabalho que encaminham temáticas de pesquisas no campo do trabalho e educação, bem como a implementação de políticas públicas estatais, que, como essa, sejam cantadas por pessoas desempregadas:

²⁴⁷ Na Colônia de Pescadores Z3, 24 pessoas não responderam essa questão, no MTD cinco pessoas, e no Navegantes 24, sendo que, assim como a pergunta 29, desconsiderei os resultados no Navegantes, pois não tinha ocorrido para o grupo cursos de qualificação profissional.

COLETIVO, COLETIVO, NÓS SOMOS UM
SOMOS, TODOS AMIGOS
COLETIVO, DE TRABALHO, COLETIVO
VENHA O QUE VIER, NÓS ESTAMOS CONTIGO

As políticas de assistência social, as rotinas do SINE e o Programa Coletivos de Trabalho na perspectiva de um Estado Cuidador, que cuide de fato da “dor” dos sujeitos relacionadas à fome, à pouca escolaridade, à ausência de trabalho remunerado, primando pelo envolvimento das pessoas desempregadas na perspectiva de cursos, iniciativas de trabalho coletivo, experiências associativas de geração de trabalho e renda.

Percebe-se a importância do estar desempregado nessas ações públicas que potencializem o estar junto solidário dos desempregados e desempregadas, para além do conteúdo dos cursos, das rotinas burocráticas do SINE, das tarefas de trabalho coletivo, impingindo a ética do cuidado nesses espaços, valorizando tais práticas já existentes, a despeito da recepção do SINE, conformando tais ações como potências das políticas públicas estatais.

No reconhecimento do luto da carteira assinada, no processo de luta cotidiana pela sobrevivência, por outras formas de trabalho que subsidiem uma vida digna, a ética do cuidado corrobora para a construção de outras lógicas, quem sabe não-vinculadas ao trabalho assalariado, mas ao trabalho solidário, em uma perspectiva cuidadosa do ser e do estar no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu trabalho, tu trabalhas, ele trabalha, ela
trabalha,
Nós trabalhadores, nós desempregados
Na luta por dias melhores, de luto por nossa
Carteira de trabalho não assinada;
Lições de vida ao estudar, dormir, jogar, dançar,
rezar, trabalhar, ajudar, cuidar, cooperar;
Estar na vila, estar na fila do SINE, estar nos
Coletivos de Trabalho, estar no MTD, estar no
CDD, estar no sopão, estar no Integrar, estar em
Pelotas, estar desempregado,
Homens e Mulheres em desordem
Negros e brancos, negras e brancas figuras de
desordem
De luto, na luta

As peças do mosaico foram dispostas, sendo possível harmonizá-las, conformá-las em um todo compreensível, coerente. Convido os leitores do texto a realizar, assim como eu, seus ensaios de disposição das peças, o estabelecimento de conexões, articulações, conclusões, possibilidades de tornar essa totalidade harmoniosa.

O desemprego pode ser entendido na ótica da ausência de emprego, também como presença de desempregados. A perspectiva do presente estudo foi a presença de desempregados na cidade de Pelotas, no entendimento de que a história não acabou, que o momento atual é fecundo no estabelecimento de outras formas de relação com o trabalho, outras perspectivas de garantia da sobrevivência, outros processos de identificação dos sujeitos para além de possíveis vinculações profissionais. As abordagens dos autores Christopher Hill (1987) e Robert Castel

(1997;1998) contribuíram para o entendimento do assalariamento como construção histórica.

Desempregados como figuras de desordem é um conceito extraído da obra de Balandier (1997a e 1997b, 1999), em um momento histórico de arrefecimento do Estado bem-estar social, em nossa idiossincrasia latino- americana que manteve o trabalho temporário, informal, mesmo diante da aprovação da legislação trabalhista, da implementação de institutos de aposentadoria, instituições de assistência social pela ditadura militar.

As pessoas sem emprego formal estão “se virando”, dando um jeito para sobreviver. Pelos altos índices de criminalidade no Brasil, por certo, muitas estão roubando, incorrendo da violência para viabilizar o mínimo de sustento para a família, no desespero de não ter o que comer, não ter como morar dignamente, não ter acesso à escola. Encara-se aí uma outra identidade dissociada da figura do trabalhador nos meios populares: o marginal, o bandido.

Na segunda quinzena do mês de junho corrente, acompanhamos pelos meios de comunicação, o sacrifício, a agonia de cerca de 60 mil pessoas, que, no sambódromo do Rio de Janeiro, receberam gás lacrimogênio, foram coibidas pela polícia para se perfilarem conforme a inicial do seu nome, a fim de preencherem o cadastro da Companhia de Limpeza Urbana (COMLURB) para vagas de garis.

A violência, necessária na opinião dos gestores ali presentes, serviu para permitir o acesso dessas 60 mil pessoas ao preenchimento do cadastro, para vaga de gari.

Esse episódio, diante da incredulidade do número de pessoas e das medidas para manter a “ordem” em uma fila que é pura “desordem”, ilustra o que denomino de luto da carteira assinada, pois organizar 60 mil pessoas sem nenhuma perspectiva de vagas para todos, permanecendo à noite, ao relento, esperando pelo seu atendimento pela inicial do nome, só poderia incorrer em empurrões, gritos e, por fim, até risos para protestar contra o tamanho da fila, que, de certa forma, também materializava a dimensão das dificuldades.

O luto da carteira assinada é produto do processo civilizador²⁴⁸ percorrido pela humanidade, que incluía o assalariamento, estando esse modo servil de produção humana em crise devido à diminuição dos postos de trabalho e

²⁴⁸ In ELIAS, Norbert, em sua obra *Processo Civilizador*, volume I (1994) e volume II (1993).

conformação de uma outra pobreza, que não tem padrão para combater, não se sindicaliza.

Entretanto, trabalhar em fábrica no Brasil, na maioria das vezes, é sinônimo de baixos salários, condições de trabalho insalubres, e também de um mínimo de garantia de seguridade, um ganho certo mesmo que reduzido. O luto da carteira assinada, os trabalhadores de Pelotas evidenciaram, sendo que, pelas condições históricas da região, estruturação das charqueadas, estâncias de criação de gado baseadas no trabalho escravo, boa parte dos sujeitos da pesquisa não teve sua trajetória de trabalho constituída em fábricas, a maioria no setor de serviços, na informalidade.

O PLANFOR foi concebido como política pública estatal nesse quadro de desordem, no reconhecimento da baixa escolaridade dos trabalhadores brasileiros, da necessidade de formação profissional para o enfrentamento de um contexto político, social e econômico tão adverso.

A presente pesquisa envolveu egressos dos cursos do PLANFOR, com sua conformação gaúcha – o Qualificar/RS, egressos do Integrar do Sindicato da Alimentação filiado à CUT e do Programa Coletivos de Trabalho. Tal determinação do objeto de pesquisa ocorreu desde a realização do projeto de Supervisão e Acompanhamento dos Cursos do Qualificar em 2000, um projeto da rede UNITRABALHO, vinculado à UFRGS.

A aplicação dos questionários, para estudo exploratório na organização das questões de pesquisa para a tese, nos seminários regionais nos cursos durante o ano de 2001, reforçaram a necessidade de um estudo de caso, da escolha de um município para compreensão da materialidade, da ocorrência dessa política pública estatal, o envolvimento dos gestores que planejam e executam as políticas de Educação Profissional e os efeitos dessas na vida dos desempregados, alunos dos cursos. A pesquisa privilegiou, para a amostra etnográfica, sujeitos adultos, que já tiveram alguma forma de envolvimento com trabalho de carteira assinada.

A gestão estadual, desse momento da pesquisa, estava com governador Olívio Dutra (1999-2002), cuja filiação partidária correspondia à mesma do prefeito de Pelotas. Tal consenso partidário foi indicativo para a escolha da cidade, a fim de resguardar os resultados da pesquisa de possíveis constrangimentos decorrentes da interdição das políticas do Qualificar em função de disputas partidárias locais, prescindindo dos benefícios das ações para a população desempregada.

Pelotas é uma cidade de porte médio, de fundamental importância na História do Rio Grande do Sul, sendo a urbanização um constructo moderno, associada ao assalariamento e à fábrica.

Os resultados da pesquisa, em outra cidade do Estado, não localizada na denominada metade sul, seriam outros. Permaneceria, no entanto, o consenso estrutural do problema do desemprego: o desempregado como figura de desordem.

O planejamento de ações públicas em Pelotas necessita considerar a opulência, a herança da aristocracia monárquica escravocrata, o lamento da memória, de um período que não voltará, recorrente em campanhas publicitárias, no depoimento de seus moradores.

Um ideal do “nós” hipertrofiado, como afirma Elias (2000), baseado no passado, compõe depoimentos dos pelotenses ricos e pobres, engajados ou não em grupos, movimentos sociais, sindicatos.

A herança escravista da região precisou ser considerada na pesquisa, na medida em que a grande maioria dos sujeitos era negra, sobretudo o núcleo do MTD do Balneários dos Prazeres, integrantes dos Coletivos de Trabalho, tendo na discriminação racial outra dívida social a ser enfrentada no planejamento das políticas públicas de geração de trabalho e renda em Pelotas.

A conformação do objeto de estudo determinou a escolha metodológica, dado que a motivação principal da pesquisa foi compreender a concepção e a execução das políticas públicas vinculadas ao PLANFOR, e os efeitos dessas na vida dos sujeitos desempregados. Também era problema de pesquisa analisar o processo de fagocitação vivenciado por alguém pouco escolarizado, que precisa prover seu sustento e da família e que participa de um curso de Educação Profissional. A experiência no curso lhe permite outras interpretações sobre sua situação social e econômica, havendo fruição para outros espaços. Foi possível observar a capilaridade do fenômeno, o que muitas vezes não é percebido em uma entrevista, de apenas um encontro com o sujeito e sua família. A partir desses objetivos para a investigação, a etnografia foi fundamental como metodologia de pesquisa, evidenciando o estranhamento descrito com os lugares e as pessoas. Esse estranhamento foi atenuado pela gentileza com a qual fui recebida por todos os pelotenses com os quais convivi, tanto egressos dos cursos do Qualificar quanto os responsáveis pela execução das políticas de Educação profissional, geração de emprego, trabalho e renda na cidade.

A análise dos registros nos diários de campo vivificaram os autores, significaram suas obras nas categorias de análise relacionadas. Os autores presentes no texto da tese contribuíram no entendimento do fenômeno pesquisado.

O processo de autoria ocorreu privilegiando o movimento permanente de aproximação da realidade observada e registrada em Pelotas com a teoria, consideração das possíveis conexões entre a empiria e o percurso epistemológico realizado no doutorado.

A identificação de êxitos, limites na ação pública estatal do Qualificar favoreceu a categorização do estudo como um diagnóstico, relatório dos efeitos dessa política pública na cidade de Pelotas.

A pesquisa empírica com um ano de duração no município de Pelotas (dezembro de 2001 a dezembro de 2002) oportunizou um acervo significativo, não sendo possível interpretar todos os dados registrados. A etnografia favoreceu o detalhamento, a sensibilidade para a observação das relações estabelecidas pelos sujeitos, sem tempo hábil para as interpretações, o que demandaria novas articulações, novos enfoques, passíveis de posteriores teorizações.

O PLANFOR representa uma construção inédita no atual quadro de desemprego. Mas que, na sua concepção e organização recupera as faces do PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra), planejado pelo governo João Goulart e executado pelos governos militares.

O PIPMO ocorreu em um quadro de emprego, de encaminhamento das pessoas para o mercado de trabalho formal em nosso idiossincrático Estado de bem-estar social. O PLANFOR, por sua vez, ocorre no contexto histórico da empregabilidade, da diminuição dos postos de trabalho formais.

De 1963 a 1975, o PIPMO esteve vinculado ao Ministério da Educação, posteriormente foi transferido para o Ministério do Trabalho. O PLANFOR desde sua origem está vinculado ao Ministério do Trabalho, assegurando o caráter emergencial dos cursos, sem um acompanhamento pedagógico.

Entretanto, o tripartismo na gestão do PLANFOR, formato inexistente no período de vigência do PIPMO, não é representativo dos desempregados. As reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores ocorrem no campo do luto da carteira de trabalho assinada, não de sua superação, representando muitas vezes interesses corporativos.

Os sindicatos e empresas integrantes das comissões municipais, estaduais e o CODEFAT abrangem instituições que executam os cursos, participam do processo estadual e nacional de seleção de executoras e que, desse modo, considerando o quadro generalizado de crise econômica, os cursos promovem mobilidade de recursos no âmbito das entidades, o que acontece, no caso estudado, sem um acompanhamento sistemático dos egressos ao final dos cursos. Por fim, o PLANFOR beneficia as entidades executoras dos cursos “empregando”, “ocupando” de fato professores e coordenadores dos cursos.

O PLANFOR ocorre desarticulado das demandas por Educação Profissional identificadas no dia-a-dia dos SINEs, na convivência com os desempregados que se deslocam até as agências. Seus cursos de caráter emergencial, não têm oferta durante todo o ano, pois a dinâmica de realização dos cursos, desde 1995, corresponde ao segundo semestre do ano.

Há rumores, no atual governo federal, de suspensão dos recursos do PLANFOR para o Movimento Sindical, o que se deve, principalmente, em função de denúncias de desvios de verbas do FAT, não-aplicação efetiva dos recursos nos cursos, conforme matéria da Folha de São Paulo²⁴⁹. São anunciadas mudanças radicais na área de Educação Profissional em relação aos programas efetuados no período do governo FHC.

Na tendência de exclusão das organizações sindicais do PLANFOR, é importante ressaltar que os cursos organizados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), a exemplo do Integrar ocorrido em Pelotas, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação filiado à CUT, investiam em recuperação de escolaridade, sendo esse, sem dúvida seu maior mérito, possibilitando o acesso ao Ensino Médio, como estava ocorrendo com dois sujeitos da pesquisa, a fruição para outros cursos, o enfrentamento do analfabetismo funcional²⁵⁰.

²⁴⁹ In FERNANDES (2002).

²⁵⁰ Embora advirta que a escolarização formal não seja fator exclusivo a determinar os níveis de alfabetismo das pessoas jovens e adultas, um estudo realizado na cidade de São Paulo observa que certos mínimos de escolaridade — situados em torno do Ensino Fundamental completo — constituem as bases necessárias para que os indivíduos acedam a empregos e incorporem à vida cotidiana práticas sociais que favorecem o exercício da leitura, da escrita e do cálculo, o interesse pelos debates públicos, a fruição do lazer e dos bens culturais, a busca de informação e de oportunidades de formação continuada, aos quais se vinculam a

Nesse sentido, as demandas do PLANFOR apontam para a instituição de um Sistema Público de Educação de Adultos, com determinação orçamentária nacional, a exemplo do Fundo Nacional do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério (FUNDEF), o qual determina recursos para as matrículas regulares do Ensino Fundamental. Na observância desse Sistema Público de Educação de Adultos, é possível aumentar a escolaridade dos trabalhadores para o Ensino Fundamental completo e viabilizar uma parte específica de Educação Profissional.

A partir dessa proposição, a Educação Profissional ocorreria de forma articulada ao Ministério da Educação e ao Ministério do Trabalho, sobretudo na integração com as agências do SINE, na observância dessas como presença de desempregados, na perspectiva do cuidado, da acolhida, ao contrário do seu atual papel de registro das vagas de emprego e adequação dos desempregados a elas.

A *acolhida* ao emprego em detrimento da *acolhida* ao desempregado precisa ser revista no planejamento das agências do SINE, na observação das possibilidades de encaminhamento dos desempregados à rede de assistência social, da orientação específica para entrevistas de emprego, do acesso a linhas de crédito para empreendimentos de caráter solidário e acompanhamento à organização desses empreendimentos.

Por certo, o governo estadual, durante o período estudado, potencializou o papel das agências do SINE, ao melhorar suas instalações e proporcionar um ambiente de trabalho favorável na opinião dos funcionários. Também centralizou todos os programas na área de emprego, trabalho, geração de renda, cidadania e assistência social nos Centros Regionais de Desenvolvimento Trabalho e Renda que articulavam os SINEs na execução das políticas nas cidades.

O desempregado, a desempregada, ao ocupar os espaços de Educação Profissional, geração de emprego, trabalho e renda, assistência social, culto religioso não é mais o mesmo, não é mais a mesma: é um *ser* produzido e produtor desse *estar*, desse local, desse espaço.

Desse lugar sensível ou não as suas necessidades, seus desejos; potencializador ou não de novas relações de trabalho, outras alternativas de sobrevivência.

A presença ou a ausência dos desempregados nos espaços resultou em um processo de fagocitação²⁵¹ do *estar* desempregado, ao *estar* ou não em algum lugar. Esse lugar foi idealizado ou não para sua situação que se transfigura ao entrar em contato com as políticas públicas estatais, sobretudo as políticas do PLANFOR / Qualificar, e nesse objeto de estudo, na cidade de Pelotas.

O processo de fagocitação corresponde à passagem do luto da carteira assinada para a luta constante por alternativas de sobrevivência, principalmente as iniciativas de geração de trabalho e renda.

O *estar* junto nos cursos favorece o entendimento do desemprego como fenômeno social, superando a tendência da culpabilidade individual existente, principalmente em função do atual modelo pedagógico e político das competências²⁵², o qual pressupõe um conjunto de atitudes, comportamentos, valores ideais para o trabalhador exercer determinadas funções. Esse modelo ocorre subordinado à empregabilidade; o trabalhador, não possuindo as exigências ideais, está sujeito ao desemprego.

O *estar* junto nos cursos é motivador de alternativas cooperativas, associativas de geração de trabalho e renda, a exemplo dos resultados demonstrados no questionário aplicado aos integrantes dos Coletivos de Trabalho da Colônia de Pescadores Z3 e do MTD.

As iniciativas assistenciais de distribuição de refeições e ranchos nos bairros de periferia de Pelotas percorridos durante a pesquisa, contando com a participação, colaboração e trabalho dos desempregados envolvidos, promove uma mudança na concepção da assistência para o privilégio da solidariedade, da ajuda mútua.

A média de visitas à casa dos egressos dos cursos correspondeu a três vezes, além do acompanhamento de reuniões do MTD, seminários locais e regionais, atividades dos Coletivos de Trabalho.

Em vários momentos, durante esse um ano de convivência, transitando pelos bairros da periferia de Pelotas, fui “tocada” pela pesquisa, registrando as alternativas de sobrevivência, o “jeito” que as pessoas vão dando ao limite do *estar*

²⁵¹ A obra clássica do filósofo argentino Rodolfo Kusch intitulada “America Profunda”, formula o conceito de fagocitação do *ser* europeu – flexível, em movimento e do *estar* indígena – permanente, vinculado às tradições, para formação da América. No presente estudo há uma inferência ao processo de fagocitação do *estar* desempregado para o *estar* desempregado participante de um curso de qualificação profissional, às transfigurações de sua condição, às possibilidades advindas desse *estar*.

sem emprego. O fato de dormir para um casal, como alternativa de anular refeições, coibir a fome e, ao mesmo tempo, preservar o alimento existente para os filhos que freqüentam escola. Percebi a fecundidade das iniciativas advindas de pessoas cujo credo religioso era pentecostal, outras umbandistas, para a integração do grupo, e o programa “Amigos da Escola” de caráter tão controvertido, como uma possibilidade de ocupação para um homem desempregado.

O levantamento empírico revelou ambientes e tensões que, muitas vezes, causaram angústias, incertezas, constrangimentos e tristezas para a autoria, pela amplitude e afetividade do vivido, pela intensidade no envolvimento com as pessoas que “levam a vida”, apesar de tantas dificuldades para prover o mínimo das condições materiais de garantia da existência.

A ética do cuidado emergiu nas interpretações da pesquisa a partir da observação das rotinas do SINE, de atitudes de solidariedade, ajuda, cooperação dos desempregados, a partir das elaborações de Nörnberg da Silva (2002) e Boff (1999), sendo perspectiva ideal para a construção das políticas públicas estatais. Valorização do amor ou da caridade, da simpatia ou da compaixão, do toque e da felicidade surgem como estruturas constitutivas e constituintes da ética do cuidado.

O Programa Coletivos de Trabalho contribuiu com a organização do Movimento dos Trabalhadores Desempregados no Estado, movimento social recente no Rio Grande do Sul que propõe assentamentos rururbanos como alternativa ao desemprego.

O projeto do MTD corresponde à ocupação de áreas urbanas, localizadas próximas a ocupações de atividades rurais, sendo o rururbano um espaço intermediário entre o urbano e rural, ou seja, de fácil acesso ao perímetro urbano com atividades agrícolas, pastoris.

Há um assentamento rururbano em Pelotas, organizado pelo MTD no bairro Sanga Funda, reunindo cerca de 20 famílias. Para os demais núcleos do MTD na cidade, tal alternativa é insuficiente. Na verdade, as pessoas pretendiam permanecer nas suas casas, no seu bairro de moradia, não consideram o assentamento rururbano alternativa ao seu desemprego.

O processo de organização do MTD, sua identidade vinculada a desempregados urbanos, coaduna a recente trajetória do movimento, atuando com

²⁵² A obra de Marise Nogueira Ramos (2001) é esclarecedora para o entendimento dos efeitos das concepções da teoria das competências para o campo da Educação.

linguagens e símbolos antigos²⁵³, cujas referências e proximidade política no Estado corresponde ao MST e ao Sindicato dos Metalúrgicos.

Do MST, o movimento extrai a mística, os setores de organização e a ocupação de terra como forma de pressão para a implementação do assentamento rururbano.

O sindicato dos metalúrgicos da região, por sua vez, continua na perspectiva do assalariamento, apóia o movimento providenciando uma certa infra-estrutura nas ocupações (alimentação, colchões) e participa de sua coordenação municipal, decidindo até sobre expulsão de seus integrantes.

O MTD precisa identificar a sua forma de organização, valorizando o trabalhador urbano e alternativas possíveis de trabalho, além do assentamento rururbano, bem como a conformação de sua própria mística, compondo uma diferenciação do movimento sindical que possui a sua própria base, embora em nossos dias diminuta, com carteira assinada, bem como uma diferenciação do MST cuja origem cultural, formas de organização, trajetória, referências ocorre junto ao trabalhador rural.

A esperteza, como um conceito estabelecido por Balandier (1997b) como um valor nas relações humanas, contribuiu no entendimento das posturas do coordenador de trabalho adjunto²⁵⁴ do Centro Regional de Desenvolvimento, Trabalho e Renda de Pelotas, que, mesmo sendo interdito muitas vezes pelo coordenador titular, realizava seu trabalho de supervisão dos cursos do Qualificar, integrava-se aos funcionários, dialogando sobre a otimização de suas funções, ampliava sua atuação sem necessariamente criar conflitos com o coordenador titular, de posição hierárquica superior.

Junto aos desempregados, também encontrei a esperteza, como o que Balandier (1997b) qualifica como mentira social, ou seja, uma mentira necessária, uma quase verdade, quando os integrantes dos Coletivos de Trabalho, sobretudo o número significativo de respostas da Colônia de Pescadores Z3 reconhecem no Programa, com 10 meses determinados para sua duração como “emprego”. Sendo que a maioria nunca teve carteira de trabalho assinada, manifestam seu

²⁵³ Conforme elaborações de Melucci (2001) sobre os novos movimentos sociais.

²⁵⁴ Seu cargo de titular foi substituído por uma pessoa com curso superior, sendo que ele não possuía o Ensino Médio completo, permaneceu no Centro Regional de Desenvolvimento Trabalho e Renda sem um cargo definido, por isso que denomino nas análises da pesquisa sua função como coordenador adjunto.

entendimento sobre o programa de geração de trabalho e renda, de tempo determinado como “emprego”, sendo esse o seu modo de acesso ao emprego.

Da mesma forma, faz a outrora estancieira, egressa do Integrar Alimentação, que não quer formalizar a presença dos posseiros em suas terras, que me apresenta como autoridade para impedir que o técnico da Secretaria de Saneamento Básico realize a ligação de água, beneficiando os posseiros. Ela marca outro dia para a vinda do técnico, aplica uma mentira social necessária para defender seus interesses, postergar a entrega definitiva de suas terras.

O Programa Coletivos de Trabalho, reconhecido até como emprego por um número significativo de seus integrantes, atingiu pessoas em profunda vulnerabilidade social, a maioria com pouca escolaridade, sem qualquer experiência de trabalho com carteira assinada, muitos sem nunca ter participado de cursos de Educação Profissional, até mesmo aqueles com marca de gênero feminino (bordado, costura, pintura).

Um programa que oportunizou o encontro das pessoas para trabalho coletivo em suas atividades laborais de limpeza das ruas, pintura de escola, e como consequência dessa socialização a fofoca²⁵⁵ reconhecida como um aspecto negativo do programa, que poderia ter sido amenizada pelo trabalho pedagógico da executora que organizou os cursos do Qualificar junto aos grupos, uma vez que muitos dos selecionados para os coletivos nunca havia participado de atividades coletivas. No reconhecimento da fofoca como socialização, os programas sociais podem organizar atividades de sensibilização que potencializem seu papel integrador.

A seleção qualificada de executoras para políticas públicas estatais é um processo de fundamental importância, na medida que estas representam o Estado e materializam o planejamento realizado, concretizam a política. Executoras, funcionários públicos desmotivados, pouco preparados, transfiguram a concepção da política pública estatal, podendo ocorrer resultados opostos aos previstos.

No atual contexto de crise econômica e financeira, o Programa Coletivos de Trabalho, assim como o PLANFOR, pode ser interpretado como ações

²⁵⁵ Elias (2000) interpreta a fofoca como fator de socialização, quanto mais os indivíduos se conhecem, mais informações possuem, para o bem e para o mal, ou seja, para espalhar notícias que elevem o sujeito sob o julgamento do grupo, aumentando seu prestígio, situações em que o indivíduo precisa de ajuda, e esta vem pelo conhecimento dos demais sobre seu problema, ou ao contrário,

compensatórias e redistributivas, que postergam uma situação estrutural de desemprego.

No entanto, ele também possibilita às pessoas pobres estarem juntas, reconhecendo sua situação de desemprego como problema estrutural, não como culpa individual, vendo-se no outro e sendo visto pelos gestores, na perspectiva da auto-estima, da auto-imagem, do ver-se estimado no olhar do outro, construindo alternativas de sobrevivência de caráter emancipatório, compõe uma potência nas possibilidades da ação pública na área de geração de trabalho e renda.

A princípio, a referência da elevação da auto-estima como positividade do Programa Coletivos de Trabalho pelo coordenador regional titular, durante entrevista realizada, causou-me contrariedades. As ponderações de minha análise inicial incorreram para o entendimento do Programa como superação de limites do ponto de vista comportamental, psicológico, sem efeitos significativos para a vida do sujeito. No entanto, ao ler a obra de Elias (2000) quando ele afirma que a auto-estima vincula-se ao convívio, ao que os membros do grupo pensam do indivíduo, pressupondo possibilidades de encontro, concluí sobre a relevância de considerá-la como um resultado do programa, como consequência da condição de *estar junto* que os Coletivos de Trabalho proporcionavam.

Balandier (1999) anuncia a necessidade de rompimento com a impotência, considerando que os universos do homem contemporâneo permanecem exploráveis: “A ambição saudável leva à quebra do enclausuramento dentro do inexplicável, mesmo sem a certeza do sucesso pleno. É preciso, em compensação, identificar as condições que permitem reduzir os riscos de fracasso.” (p.243)

As perspectivas apontadas pelo autor, assim como as conclusões da presente tese, têm um caráter se não otimista, mas confirmatório da existência do amanhã, uma procura incessante da ordem presente na desordem do desemprego: “É o mais urgente e o mais temido dos desafios: impõe a obrigação, aparentemente paradoxal, de civilizar os ‘novos’ novos mundos oriundos da obra civilizadora” (Balandier, 1999, p.243, grifo do autor).

O processo civilizador, teorizado por Elias, este um autor referido nessa obra de Balandier, não terminou, apesar de ser paradoxal pensarmos uma sociedade com mais miseráveis tendo caráter civilizador. Talvez civilizador seja não ter patrão,

que tornem o sujeito rejeitado, excluído pelo grupo por determinadas atitudes, posturas que tenha demonstrado, avessas ao modelo determinado como satisfatório pelo grupo.

aprender nos cursos de Educação Profissional para o crescimento humano, não para o enriquecimento de alguns; talvez seja civilizador a convivência de seguidores de vários credos religiosos e a consideração desses credos para o êxito das políticas públicas, a exemplo da presença dos pentecostais e dos umbandistas nos Coletivos de Trabalho de Pelotas e no Conselho de Desenvolvimento do Loteamento Dunas (CDD).

Aprender serve para solidarizar-se mais com os vizinhos através da produção, da comercialização, do consumo. Civilizar em uma outra lógica de trabalho e de preparação para o trabalho; civilizar diante da diminuição dos postos de trabalho e também diminuição da exploração.

É preciso, na dinâmica de análise proposta por Balandier, evitar os riscos de fracasso presentes na flexibilização dos direitos dos trabalhadores empregados, no aumento de postos de trabalho precarizados, realidade perversa do momento atual de globalização do capital financeiro, da consolidação do desemprego estrutural.

Diante de tais desafios, é possível que, nas mediações do Governo entre capital e trabalho, fazer investimentos em linhas de microcrédito, para empreendimentos de caráter solidário, e no respaldo dos setores do empresariado nacional, contribuintes da previdência social, assíduos no cumprimento dos contratos de trabalho e direitos dos trabalhadores.

O Brasil não generalizou as conquistas do Estado de bem-estar social europeu. Sempre convivemos com o trabalho informal, sobretudo as mulheres, estando nelas a maior fecundidade, a fruição para as alternativas solidárias, cooperativas de trabalho. Uma vez que, conforme os dados empíricos, o luto da carteira assinada é uma carga social masculina, obrigação social do homem, não da mulher, o trabalho de carteira assinada.

O Programa Coletivos de Trabalho, ao pressupor trabalho coletivo de limpeza, melhoria do local onde moravam, de certa forma, motivou a participação das mulheres, que compunham a maioria dos integrantes. Isso devido à predisposição feminina para a coletividade, para a troca, para a solidariedade constatada pela empiria.

Alberto Melucci (1996) afirma que os novos movimentos sociais, envolvendo as mulheres em sua análise, requerem um novo quadro conceitual. Natalie Davis (1990) centraliza suas pesquisas no papel da mulher como agente transgressor do início da modernidade. Norbert Elias (2000) reconhece nas mulheres e nas crianças

os personagens essenciais da vida comunitária, da organização da comunidade, e, assim, na ausência de mulheres e crianças, fica difícil pensar em vivência comunitária. Tais constructos teóricos corroboram para a interpretação das mulheres desempregadas como figuras de desordem, categoria advinda da obra de Balandier (1997a, 1997b, 1999), protagonistas de alternativas ao desemprego, de cunho popular, solidário, associativas. A presença das mulheres torna-se necessária para a efetivação de políticas públicas estatais de Educação Profissional, geração de trabalho e renda junto aos meios populares. São elas que, na organização, concepção das políticas públicas estatais de caráter emancipatório, na área de Educação Profissional, geração de trabalho e renda, fazem a diferença, potencializam seus resultados.

As políticas públicas estatais são fundamentais, podendo iniciar pelo “Combate à Fome”, a despeito do programa Fome Zero. Elas colocam a pobreza na pauta diária das questões debatidas pela população, dando seqüência à proposição do Sistema Público de Educação de Adultos e, com isso, favorecendo o *estar junto*, o *ver-se* estimadamente pelo e no outro, na perspectiva de novas lógicas, conformação de espaços de aprendizagem, novas relações de trabalho.

A transfiguração, o processo de fagocitação vivenciado pelas pessoas das classes populares que freqüentam cursos de Educação profissional, participam dos Coletivos de Trabalho, estando em situação de pobreza ao contar com a solidariedade de familiares, com o salário de um dos membros do casal, beneficiar-se de ações da assistência social, ao ser solidários a partir de um constructo de credo religioso, tudo isso talvez esteja gestando, possibilitando pressupor novas relações de trabalho que privilegiem o cuidado, a solidariedade, uma nova forma de *ser* e de *estar* no mundo. Sem a presença necessária do patrão, do provedor, mas da autonomia, da colaboração, na “com – vivência”, em uma lógica de vida: “com vida”, reconhecendo o luto do assalariamento, na luta diária pela sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu trabalho, tu trabalhas, ele trabalha, ela trabalha,
Nós trabalhadores, nós desempregados
Na luta por dias melhores, de luto por nossa
Carteira de trabalho não assinada;
Lições de vida ao estudar, dormir, jogar,
dançar, rezar, trabalhar, ajudar, cuidar,
cooperar;
Estar na vila, estar na fila do SINE, estar nos
Coletivos de Trabalho, estar no MTD, estar no
CDD, estar no sopão, estar no Integrar, estar
em Pelotas, estar desempregado,
Homens e Mulheres em desordem
Negros e brancos, negras e brancas figuras
de desordem
De luto, na luta

As peças do mosaico foram dispostas, sendo possível harmonizá-las, conformá-las em um todo compreensível, coerente. Convido os leitores do texto a realizar, assim como eu, seus ensaios de disposição das peças, o estabelecimento de conexões, articulações, conclusões, possibilidades de tornar essa totalidade harmoniosa.

O desemprego pode ser entendido na ótica da ausência de emprego, também como presença de desempregados. A perspectiva do presente estudo foi a presença de desempregados na cidade de Pelotas, no entendimento de que a história não acabou, que o momento atual é fecundo no estabelecimento de outras formas de relação com o trabalho, outras perspectivas de garantia da sobrevivência, outros processos de identificação dos sujeitos para além de

Referências Bibliográficas

- ADÃO, Jorge Manoel. **O negro e a Educação – Movimento e Política no Estado do Rio Grande do Sul (1987- 2001)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós - Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- AFFONSO, Cláudia. **A CUT Conselheira: Tripartismo e Formação Profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- ANAIS. II CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. São Paulo: Editora Parma, 1982.
- ANDRADE, Thompson Almeida. et al. Pobreza nas cidades médias brasileiras. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. Pelotas: Ed. Universitária / UFPEL, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo de Trabalho**. 4.ed. São Paulo: Cortez, Campinas/ UNICAMP, 1997.
- _____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- AQUINO, César et al. **História das Sociedades: Das comunidades primitivas às sociedades medievais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- ARAGONEZ, Iara. **Caderno Metodológico dos Coletivos de Trabalho**. Texto digitado, Porto Alegre, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social/ Departamento do Trabalho – Divisão de Geração de Emprego e Renda, 2001.
- Argumento **Metade Sul**. elaborado pelo Gabinete da Metade Sul/Governo Olívio Dutra, texto digitado, 2001.
- ARRIADA, Eduardo. **Pelotas: Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780-1835)**. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1994.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ARRUDA, Marcos. **O “Feminino Criador”: Socioeconomia Solidária e Educação**. Trabalho apresentado na 19ª Reunião da ANPED, Caxambu, 1998.

AZEREDO, Beatriz. **Políticas Públicas de Emprego no Brasil: experiência recente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

BALANDIER, Georges. **A desordem: Elogio do Movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a.

_____. **O contorno: Poder e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b.

_____. **O dédalo: Para finalizar o século XX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desenvolvimento Local: Novas Dinâmicas na Acumulação e Regulação do Capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n.16, v. 1, p.221-241, 1995.

BARRADAS, Anésia Maria da Silva. **"Fábrica PIPMO": Uma discussão sobre política de treinamento de mão-de-obra no período 1963-82**. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Estudos Avançados em Educação/Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1986.

BASTOS, Raul Luís Assumpção. Produto e emprego nas regiões do Rio Grande do Sul, nos anos 90: uma abordagem exploratória dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. **Indicadores Econômicos da FEE**, Porto Alegre, v.29, p.245-271, fev./2002.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BEIERSDORFF, Marciana Maria. **Auditoria Contábil no Prorenda**. Relatório de Estágio Supervisionado, curso de Ciências Contábeis: Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

BORDIEU, Pierre et al. **A Miséria do Mundo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto et al. **Bases para implantação de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Plano Estadual de Qualificação Profissional 1996-1999**. Texto digitado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

BURKE, Peter. **A Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Caderno de Formação: Supervisão E Acompanhamento Do Qualificar - RS. Texto digitado. Projeto Especial Ações de Apoio à Gestão do Qualificar RS / Núcleos da UNITRABALHO - UFRGS, UCS, UCPel, UNISC, UPF, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMINHA, Luiz Antônio. **Diário Popular.** 30ª Feira do Livro, Pelotas, 08 de novembro de 2002.

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional. **Economia Popular e Solidária – Pesquisa-Ação Regiões: Altos da Serra, Grande Porto Alegre e Sul.** Porto Alegre: Evangraf, 2002.

Construa o mapa do trabalho de seu município (2001), colaboração do DIEESE, publicação com recursos do FAT.

CORAGGIO, José Luis. **Política social y economía del trabajo.** Buenos Aires/Madrid: Niño y Dávila Editores, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **O Egito Antigo.** 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação Tecnológica, Revalorização do Trabalho e Educação. In **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CARVALHO NETO, Antônio Moreira. CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90.** Belo Horizonte: MTb/FAT/CODEFAT, PUC, 1998.

CASTEL, Robert. As transformações da questão Social. In: BÓGUS, Lucia et al. **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 1997.

_____. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico.** Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

CÊA, Geórgia. **A Educação Profissional sob a ótica da mediação e da ruptura: reflexões sobre o PLANFOR.** Trabalho apresentado no GT da ANPED Trabalho e Educação, 23ª Reunião Anual, 2000.

CHALLOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAVES, Otávio Urquiza. A intercooperação de trabalho, crédito e habitação no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paulo; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo. Contexto, 2000.

ClAVATTA, Maria. Formação Profissional para o trabalho incerto: Um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O Mundo do Trabalho em Imagens: a fotografia como fonte histórica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Conferência Nacional dos Bispos Do Brasil. **O Mundo do Trabalho: Desafios e Perspectivas – Semana Social Brasileira**. São Paulo: Paulinas, 1992.

CORRÊA, Norton Figueiredo. O Batuque no Rio Grande do Sul: uma visão panorâmica. In: TRIUMPHO, Vera (org.). **Rio Grande do Sul: Aspectos da Negritude**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, maio-jun.-jul.-ago./ 2000, número 14, p.89-107.

DACANAL, José H. A Miscigenação que não houve. In: **RS Cultura & Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980 (Série Documenta 3).

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo – Sociedade e Cultura no Início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DELUIZ, Neise. **Formação do trabalhador: produtividade e cidadania**. Rio de Janeiro: Shape, 1995.

D'EPINAY, Chistian Lalive. **O Refúgio das Massas: Estudo Sociológico do Protestantismo Chileno**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

Diagnóstico Da Formação Profissional – Ramo Metalúrgico Brasil. São Paulo: CNM/Rede Unitrabalho, 1999.

Dicionário Da Educação Profissional. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETE/UFMG). Belo Horizonte: Fidalgo e Machado Editores, 2000.

DIEESE, A Controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil. **Boletim do DIEESE**, ano XV, n.183, p. 10-15, jun./1996.

Documento De Santo André: **A Qualificação Profissional como Política Pública – Sugestões para o novo governo**. Texto digitado. Santo André, 2002.

DRAIBE, Sônia Míriam. O Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1989, p.13-61.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província de São Pedro do Sul**. Porto Alegre, IEL, 1961.

Educação Profissional na Colômbia. Disponível em:<<http://www.sena.gob.co>> Acesso em 14 out. 2002.

Educação Profissional. Disponível em: <<http://www.conocer.org.mx>> Acesso em 18 jul. 2001.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. v.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. V.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **A Sociedade dos indivíduos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

_____. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert ; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Estratégia de Desenvolvimento Econômico, jul./2000, Documento Governo Estado/ Olívio Dutra.

FERNANDES, Claudia Rolli Fátima. Lula quer secar verba do FAT para Centrais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2002. Caderno Dinheiro, p.B1 e B4.

FERNANDES ENGUITA, Mariano. **A Face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. **La Escuela a examen**, Madrid: EUDEMA, 1990.

ERTEL, Lurdete. O Executivo volta para a sala de aula. **Zero Hora**. Porto Alegre, 28 abr. 1996, p.2-15, Caderno de Economia.

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e Transição**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Federação Dos Trabalhadores Nas Indústrias de Alimentação Do RS/CONTAC/CUT e CNM/CUT. **Informações gerais sobre os projetos de formação profissional**. Porto Alegre, 1997. Texto digitado.

FEITOSA, Débora Alves. **Tensão e Desordem: Escolarização e Imaginário de Mulheres Recicladoras**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós - Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FERNANDES, Silvia. **Desafios do Catolicismo nas cidades**. 2003. Disponível em: In <<http://www.ceris.org.br>> Acesso em: 12 jun. 2003.

FERRARO, Alceu Ravello e RIBEIRO, Marlene (Org.). **Trabalho, Educação, Lazer: construindo políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2001.

FIDALGO, António. Verbete Vivência — **Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia**. São Paulo/Lisboa: Editora Verbo, 1989.

FIDALGO, Fernando & MACHADO, Lucília. O PLANFOR e a Reconceituação da Educação Profissional. **Revista do NETE**. jul./dez./1999-jan./jun./ 2000, n.6. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, p.93- 109.

FILHO, Azis e LOBATO, Eliane. A fé que se move. **Revista Isto é**, São Paulo, n. 1751, p.36-39, 23 abr.2003.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FISCHER, Nilton Bueno. **Paulo Freire: Memórias e Afetos!** Porto Alegre: 1997. Texto digitado.

FISCHER, Nilton Bueno. Uma Política de Educação Pública Popular de jovens e adultos. **Em Aberto**: Brasília, v. 11, n. 56, p. 68-73, out. /dez./1992.

_____. A História de Rose, Classes Populares, Mulheres e Cidadania. **Revista Cultura Vozes**, n.6, ano 86, nov./dez.1992.

FLECHA, Ramón. **Educación de Las Personas Adultas**. Barcelona: El Roure Editorial, 1990.

_____. **La Nueva desigualdad cultural**. Barcelona: El Roure Editorial, 1990.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso *não* é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira da Educação**.n.10, jan.-fev.-mar.-abr./1999, p.58-78.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando Máscaras Sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **O Feudalismo**. 8. edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Capital humano e sociedade do conhecimento: concepção neoconservadora de qualidade na Educação. **Contexto e Educação**. Ijuí, v. 9, n. 34, p.7-28, abri.-jun./1994.

_____. Os delírios da razão: crise do Capital e metamorfose conceitual no campo Educacional in: GENTILLI, Pablo (Org.). **Pedagogia da Exclusão. Crítica ao neoliberalismo em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez,1995.

_____. **A Produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984

_____. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática In: TADEU, Tomaz; GENTILLI, Pablo (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e Educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Efeitos cognitivos da escolaridade e do Senai e da escola acadêmica convencional: uma pedagogia para cada classe social?** Rio de Janeiro: FGV, 1977, Dissertação de Mestrado — Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1977.

_____. Trabalho, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: **Trabalho e conhecimento: dilemas na Educação do trabalhador**, São Paulo: Cortez, 1987.

_____. (coord.) **Conhecimento e qualificação do trabalhador: desafios face a nova base tecnológica do processo produtivo**. Rio de Janeiro: CNPQ, 1997. [Relatório de pesquisa]

_____. A Educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. In: **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A Ideologia que embala a galinha dos ovos de ouro. In **Sindicalismo & Cooperativismo: A Economia Solidária em Debate — Transformações no mundo do Trabalho**. São Paulo: UNITRABALHO, 1998.

_____. (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Globalização e Crise do Emprego: Mistificações e Perspectivas da Formação Técnico - Profissional. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, v.25, n.2, maio-ago./1999, p.31-45.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Exclusão e/ou Desigualdade Social? Questões teóricas e político- práticas**. Exposição na mesa sobre “*Pensar a exclusão*” na 3ª Reunião Anual do GT Educação, Trabalho e Exclusão Social da CLACSO em Guadalajara, México de 20 a 24 de novembro de 2001. Texto digitado.

FUKUYAMA, Francis. **El fin de la historia y el último hombre**. Barcelona: Planeta, 1992.

Fundação De Economia E Estatística, Fundação Gaúcha Do Trabalho E Assistência Social, Departamento Intersindical De Economia E Estatística. **Informe PED**. Ano 8, n.8, ago./1999.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Informe PED**. Ano 12, n. 2, fev./2003.

GAIGER, Luiz Inácio. Os Caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In SINGER, Paulo; SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: a Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o Quotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição**. 10.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da América Pré-Colombiana**. Petrópolis, Vozes, 1991.

GONZALES ARROYO, Miguel. **As Relações Sociais na Escola e a Formação do Trabalhador**. In: Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

GONZALES ARROYO, Miguel. Trabalho: Educação e Teoria Pedagógica. In: **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. **Crítica da divisão do trabalho 2**. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Fórum de Políticas Sociais do Governo do Estado. Guia da Participação Solidária – Política Social, ago./2001.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **Aventura Antropológica**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GUTIERREZ, Ester J.B. **Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Editora Universitária/UFPel; Livraria Mundial, 1993.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. **Satisfação das necessidades básicas de Aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: contribuições para uma avaliação da Década da Educação para Todos**. Texto subsidiário a exposição realizada no I Seminário Nacional sobre Educação para Todos: Implementação de Compromisso de Jotiem no Brasil (Brasília, DF: 10-11 jun. 1999), promovido pelo INEP/MEC, texto digitado.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HILL, Cristopher. **O mundo de ponta-cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLSMANN, Lorena – Gestão cooperativa: limites e obstáculo à participação democrática. In SINGER, Paulo; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo. Contexto, 2000.

II Fórum das Comissões de Emprego do Rio Grande do Sul. Construção e Controle Social da Política de Qualificação Profissional no Rio Grande do Sul, dezembro de 2000, UNITRABALHO: UFRGS, UCS, UPF, UNISC, UNIJUÍ, UCPel.

INVERNIZZI, Noela. Empregos Precários no Setor Terciário – Estudo de Trajetórias Ocupacionais de Trabalhadores em Risco de Exclusão. **Boletim Técnico do SENAC.** Ano 28, n.1, jan.-abr./2002, Rio de Janeiro.

JAKOBSEN, Kjeld et al. **Mapa do Trabalho Informal – Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo.** São Paulo: Perseu Abramo, Central Única dos Trabalhadores/Brasil, 2000.

JIMENEZ, Suzana Vasconcelos et al. **A Educação nos marcos do tripartismo.** Texto digitado, 2002.

JORNAL DA CIDADANIA. Ano 5, n.86, dez./99- jan./2000, Rio de Janeiro: IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). Matéria: **Andar com fé eu vou...** p.4

KUENZER, Acácia Z. Educação Profissional: Categorias para uma Nova Pedagogia do Trabalho. **Boletim Técnico do SENAC,** Rio de Janeiro, v.25, n.2, maio-ago./ 1999, p.19-29.

_____. A Reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

KUSCH, Rodolfo. **America Profunda.** 3.ed.; Buenos Aires: Editorial Bonum, 1986.

LARANGEIRA, Sonia M. G. O Trabalho em questão. In: **Revista de Ciências Humanas.** v.15, n.22, Florianópolis, Ed. UFSC, 2. Sem. 1997.

Legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>> Acesso em 12 fev. 2000.

LE GOFF. Jacques. **Por Amor às cidades: conversações com Jean Lebrun.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LERRER, Débora. Reforma Agrária ameaça a base do poder do latifúndio [entrevista com José de Souza Martins]. **Jornal dos Sem-Terra.** São Paulo, jul./1996.

LIEDKE, Elida Rubini et al. **Pesquisa de Acompanhamento dos Egressos PEQ/ RS 1996.** Abril./1998,

_____. **Pesquisa de Acompanhamento dos Egressos PEQ/RS 1998.** jan./1998, v. I e II.

_____. **Pesquisa de Acompanhamento dos Egressos PEQ / RS 1997.** Dezembro de 1998, Volumes I e II.

LIMA, Antônio Almerico B. **Manual dos Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego**. Formação Integral: CUT (Central Única dos Trabalhadores), 1998.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LOPES, José Sérgio Leite. **A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Crise do Brasil Arcaico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

MACHADO, Lucília Regina de Sousa. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o ensino técnico industrial**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Educação básica, empregabilidade e competência**. Belo Horizonte, 1996. Texto digitado.

MAESTRI, Mário. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1984.

MAESTRI, Mário. **Deus é grande, o mato é maior! Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2002.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)**. 2. ed. Pelotas: EdUFPEL & Livraria Mundial, 1993.

MAIA, Marco Aurélio Spall (Org.). **Trabalho, educação e cidadania: reflexões sobre o Programa Integrar – RS**. Porto Alegre: Confederação Nacional dos Metalúrgicos/Central Única dos Trabalhadores, 1999.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1987.

MARIANO, Nilson. **Um em cada 10 gaúchos está na indigência**. Reportagem especial, Zero Hora, p. 4-5, Porto Alegre, 30 ago. 2001.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **O Poder do atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza . **A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. A imagem incomum: a fotografia dos atos de fé no Brasil. **Estudos Avançados**. 16 (45), USP: São Paulo, 2002, p.223-260.

MARX, Karl. **O Capital**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982. v.1.

MATEOS, Simone Biehler. Nossas Crianças: A Sucata do Progresso. **Revista Atenção**. São Paulo: Editora Página Aberta, dez./1995-jan./1996, ano 1, n.2, p.09-16.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MELLO, Antonio Lirio de. **Reviras, Bataques e Carnavais: A cultura da resistência dos escravos em Pelotas**. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 1994.

MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n.17, jun./1989.

_____. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. **Novos Estudos CEBRAP**, n.40, nov./1994.

_____. A experiência individual na sociedade planetária. **Lua Nova**, n. 38, 1996.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O gioco dell'io**. Milão: Editora Feltrinelli, 1992, tradução Sueli Salva, texto digitado.

_____. **Prontogiovani - Centralino di Aiuto per Adolescenci** — Cronaca di un'esperienza. Milano, Italia :Editora Guerini e Associati, 1993.

MILLS, Wright C. **A Imaginação Sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **O que está acontecendo com os treinandos dos PEQs — Síntese de resultados do acompanhamento de egressos em 1996/1997**. Brasília, dez./ 1998. Relatório digitado.

Ministério do Trabalho na Argentina. Disponível em: <<http://www.trabajo.gov.ar>> Acesso em 18 jul. 2001.

Ministério do Trabalho na Espanha. Disponível em: <<http://www.inem.es>> Acesso em 09 jun. 2001.

MONTEIRO, Gláucia Lafuente. "O Folclore Gay de Pelotas": sobre uma representação que se atualiza na história da cidade. **História em Revista**. v.4, dezembro de 1998, Pelotas: Editora da UFPel, p113-130.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Instrução "Popular" e Ensino Profissional: uma Perspectiva Histórica. In PRADO, Maria Lígia C.; VIDAL, Diana G. (Orgs.). **À Margem dos 500 anos: Reflexões Irreverentes**. São Paulo: Editora da USP, 2002.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

Mulher e Trabalho. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>> Acesso em: 15 abr. 2003.

NÖRNBERG DA SILVA, Marta. **A ética do cuidado numa instituição filantrópica**. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

NOVAES, Regina. **Os escolhidos de Deus: Pentecostais, trabalhadores e cidadania**. São Paulo: Marco Zero, 1985.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PALLARES-BURKE. **As muitas faces da história. Nove entrevistas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. **Cultura e Identidade Operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ/Museu Nacional, 1987.

Perfil da Região Sul. Subsidiário da plenária regional do orçamento participativo 2001/ 2002. Texto digitado

Plenária Regional de Diretrizes – Orçamento Participativo 2001/2002, Perfil da Região Sul, elaborado pelo Gabinete da Metade Sul. Texto digitado. 2002

Política Social, agosto de 2001, Fórum de Políticas Sociais do Governo do Estado.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992.

PIEGAS, Cíntia. Vagas na saúde atraem centenas. **Diário Popular**, seção Cidade, p. 7, Pelotas, 25 set. 2001.

POCHMANN, Márcio. Mudanças na ocupação e a formação profissional. **Revista do NETE**. jul.-dez./1999-jan./jun./2000,n.6. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, p.48 - 71.

_____. O excedente da mão-de-obra no município de São Paulo. In JAKOBSEN, Kjeld et al. **Mapa do Trabalho Informal – Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Perseu Abramo, Central Única dos Trabalhadores/Brasil, 2000.

_____. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. (Org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade**. São Paulo: Cortez & Fundação Perseu Abramo, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil – políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed. 34, 1999.

Prefeitura de Pelotas-Congresso da Cidade – Você é parte do futuro/O novo pacto para o planejamento de Pelotas 2002. – Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEURB - Coordenadoria de Planejamento Urbano/CPLAN/PMP/CEPA/ Pré-Congresso da Cidade, texto digitado, 2002.

RAGO, Margareth. Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil, 1890-1930. **Caderno Espaço Feminino**. Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, p. 05 -24, 1998.

RAMOS, Marise Nogueira. **Competência, Trabalho e Educação: Autonomia ou Adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

REBOUÇAS, Antônio José de Arruda et al. **Insalubridade: Morte Lenta no Trabalho**. São Paulo: Oboré Editorial, 1989.

REIS, João José. **Negociação e Conflito**, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Relatório – Diagnóstico Final Supervisão e Acompanhamento Gerencial do Qualificar RS 1999. Volumes I e II. UNITRABALHO: UFRGS, UCS, UPF, UNISC, UNIJUÍ, UCPel.

Relatório Analítico – Projeto Especial Ações de Apoio à Gestão do PEQ/RS 2000. UNITRABALHO: UFRGS, UCS, UPF, UNISC, UNIJUÍ, UCPel.

Relatório da Fundação Gaúcha do Trabalho, arquivo da Fundação Gaúcha do Trabalho, texto datilografado, 1965.

Relatório do Banco de Dados das Fichas de Supervisão e Acompanhamento do PLANFOR QUALIFICAR RS 2000. UNITRABALHO: UFRGS, UCS, UPF, UNISC, UNIJUÍ, UCPel. Volumes I e II.

Relatório Nacional da Avaliação do Plano Nacional de Formação Profissional. Coordenador geral da pesquisa: Newton Lima Neto (UFSCAR)/UNITRABALHO, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RIBEIRO, Leon Carlos Schwonke. **Pelotas: um dos melhores municípios brasileiros para investimentos.** Pelotas: Educat, 2002.

RIBEIRO, Marlene. Luta de Classes: um conceito *em estado prático* para leitura dos movimentos sociais. In: FERRARO, Alceu Ravello; RIBEIRO, Marlene. **Movimentos Sociais: Revolução e Reação.** Pelotas: EDUCAT, 1999.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Religião e Classes Populares.** Petrópolis: Vozes, 1980.

ROSENFELD, Cinara Lerrer.; MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann. **Avaliação Externa do Plano Estadual de Qualificação Profissional no Rio Grande do Sul 1999. Relatório Síntese.** jan./2000. **Avaliação Gerencial: 2.Ano do triênio: resultados até 31 dez. 97.** Brasília: MTb, SEFOR, 1998.

ROTONDI, Gabriela. **Pobreza y Masculinidad: El urbano marginal.** Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMAIN, Etienne. “Ver e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. In: **Horizontes Antropológicos.** Antropologia Visual, Porto Alegre/RS – Ano 1 n. 2, 1985, p.19-48.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença.** Texto digitado. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia/UFRJ, 1995.

_____. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In HELLER, Agnes. **A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SANTOS, Simone Valdete dos. **Educação de 1º Grau na Fábrica: para Além das Competências e da Qualidade Total.** Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

_____. **Feras no skate e no motor esmeril – A realidade dos cotistas do SENAI/Sapucaia do Sul – Um estudo de caso.** Relatório de Pesquisa: mar./1996- mar./1997. professor Dr. Orientador Nilton Bueno Fischer, texto digitado, 1997.

_____. **Qualificar RS: implementação de políticas públicas em Educação profissional, na contramão da desordem do desemprego – O caso do município de Pelotas.** Porto Alegre: Proposta de Tese de Doutorado.

Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRGS, 2001.

SCLIAR, Moacyr. O trabalho: uma miniantologia. **Revista ZH**, Jornal Zero Hora, Porto Alegre: 30 abr. 2000.

Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN1138-9788] n. 45 (51) 1º ago. 1999.

Secretaria Nacional de Formação/CUT. **Revista Forma e Conteúdo.** Edição Especial – Programa de Qualificação Profissional, out.1999.

Secretaria De Políticas Públicas De Emprego/ Departamento De Qualificação Profissional / Ministério Do Trabalho E Emprego. **Guia do PLANFOR 2000.** Brasília: FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), 2000.

SEYFERTH, Giralda. **Aspectos da Proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): Os Colonos-Operários.** In: LOPES, José Sérgio Leite. Cultura e Identidade Operária - Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ/Museu Nacional,1987.

SILVA, Rogér Costa da. **Muzungas: consumo de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888).** Pelotas: EDUCAT, 2001.

SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. **A lenda do Barro Duro.** Pelotas: Texto digitado, 1993.

SINGER, Paul. Desafio à Solidariedade. In: **Sindicalismo & Cooperativismo – A Economia Solidária em Debate – Transformações no mundo do Trabalho.** São Paulo: UNITRABALHO, 1998.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo. Contexto, 2000.

SNOW, David A.; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua.** Petrópolis: Vozes, 1998.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: o Saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. **História em Revista.** Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. V. 7, Pelotas: 2001, p.65-91.

SOUZA, André Ricardo de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paulo e SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo. Contexto, 2000.

SOUZA, Donaldo Bello de. SANTANA, Marco Aurélio. DELUIZ, Neise. **Trabalho e Educação: Centrais e Reestruturação Produtiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

SOUZA, Herbert de. Emprego e Trabalho. **Jornal da Cidadania**. IBASE, Rio de Janeiro, 1º-15 abri.1996.

SPOSITO, Marília Pontes. **A Ilusão Fecunda: A luta por Educação nos Movimentos Populares**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades Médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente (Orgs). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

STERNBERG, Sheila S. O mercado formal de trabalho no RS e em suas regiões, na década de 90. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v.30, n.2, p.221- 250, set./ 2002.

TANGUY, Lucie. Entrevista. **Revista Educação e Trabalho**. Belo Horizonte, n.0, p.16-31, jul.-dez./1996.

_____. Formação: uma atividade em vias de definição? **Veritas**, Porto Alegre, v.42, n.2, p.385 - 410, jun.1997.

THOMPSON, Edward. P. **A Formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v.1.

_____. **A Formação da classe operária inglesa: A maldição de Adão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v.2.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A força dos trabalhadores**. 2. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. V.3

_____. **A Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 3. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão**. Petrópolis: Vozes, 1986

VARELA, Julia; ALVARES-URIA, Fernando. A Maquinaria Escolar. **Teoria e Educação**, n.6, p.68-96, Porto Alegre: Pannonica,1992.

VECCHIA, Agostinho Mario Dalla. **As noites e os dias: Elementos para uma economia política da forma de produção filhos de criação.** Tese de Doutorado — Pós-Graduação em História do Brasil, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

VENTURA, Jaqueline Pereira. **O PLANFOR e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: a subalternidade reiterada.** Dissertação de Mestrado — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

WEBER, Max. As seitas protestantes e o Espírito do Capitalismo. In: **Max Weber Ensaios de Sociologia.** Gerth e Mills (Orgs.) Rio de Janeiro: Zahar, 1944.

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ZEMELMAN, Hugo. **Problemas Antropológicos y Utópicos del conocimiento.** México: El Colégio de Mexico, 1996.

ZUCCHETTI, Dinora Teresa. **Jovens: a educação, o cuidado e o trabalho como éticas de ser e estar no mundo.** Tese de Doutorado — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.